



2006

Situação da Infância Brasileira

Crianças de até 6 anos

O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento

Para cada criança
Saúde, Educação, Igualdade, Proteção
FAZENDO A HUMANIDADE AVANÇAR

unicef 

Situação da Infância Brasileira 2006

Crianças de até 6 anos

O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento

REALIZAÇÃO

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Marie-Pierre Poirier

Representante do UNICEF no Brasil

Escritório da Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510 – Bloco A – 2º andar

Brasília, DF – 70750-521

www.unicef.org.br

brasil@unicef.org

Situação da Infância Brasileira 2006

EQUIPE UNICEF

Coordenação do projeto: Manuel Rojas Buvinich, Rachel Mello e Halim Antonio Girade

Colaboração: Adriana Alvarenga, Aline Andrade, Alison Sutton, Ana Márcia Diógenes, Ana Maria Azevedo, Andréia Néri, Fábio Atanásio de Moraes, Francisca Maria Andrade, Gisele Dias, Helena Oliveira, Jacques Schwarzsstein, Jane Santos, Letícia Sobreira, Marcelo Mazolli, Maria José Medeiros, Mário Volpi, Patricio Fuentes, Ruy Pavan, Salvador Soler Lostao e Vilma Cabral

Fotos: UNICEF/Brasil/Luca Bonacini

EQUIPE IBGE

Ana Lucia Sabóia e Barbara Cobo Soares

Consultoria: Maria Dolores Kappel e Ivo Monsores

PRODUÇÃO EDITORIAL

Cross Content Comunicação Integrada

www.crosscontent.com.br

contatos@crosscontent.com.br

Coordenação: Andréia Peres e Marcelo Bauer

Reportagem e edição: Aline Falco, Cristina Yamazaki e Luiz Sampaio. Colaboração: Erica Abe e Joana Ricci

Revisão: Regina Pereira e Rosimeire Ribeiro

Arte: Cristiano Rosa (edição), David Michelsohn, José Dionísio Filho e Nicéia Lombardi (diagramação)

A reprodução desta publicação, na íntegra ou em parte, é permitida desde que citada a fonte.

ISBN: 85-87685-05-8

© Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – 2005

Impresso no Brasil.

Fundo das Nações Unidas para a Infância

Situação da Infância Brasileira 2006

Crianças de até 6 anos

O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento

SUMÁRIO

VIOLAÇÕES



MORTALIDADE DE CRIANÇAS

INFÂNCIA AINDA VULNERÁVEL 8

Embora a mortalidade infantil venha diminuindo no Brasil, o País continua enfrentando grandes desafios nessa área, como as disparidades entre regiões e grupos sociais e a precariedade da atenção à mãe e ao recém-nascido

O direito à vida 17

A articulação comunitária ajuda Alagoas a superar uma de suas grandes marcas: o alto índice de mortalidade infantil



VIOLÊNCIA

PEQUENAS VÍTIMAS 20

Acidentes e agressões são a principal causa de morte de crianças de 1 a 6 anos no Brasil. Respondem por quase um quarto dos óbitos

Um exemplo de alternativa ao abrigo 36

O Grupo Viva Rachid, organização não-governamental sediada no Recife, oferece apoio psicossocial e econômico às famílias de baixa renda, garantindo a crianças e adolescentes soropositivos o direito à convivência familiar



DESNUTRIÇÃO

AMEAÇA À SAÚDE 40

Nas últimas décadas, os índices de desnutrição infantil foram reduzidos no Brasil, mas a situação atual ainda exige atenção permanente à segurança alimentar e nutricional das crianças

Garantia de qualidade 49

Desde sua criação, o Selo UNICEF Município Aprovado ajudou a reduzir a taxa de mortalidade infantil e a ampliar o percentual de crianças vacinadas e a frequência em creches e pré-escolas



HIV/AIDS

CENÁRIOS DESIGUAIS 52

O País avança na redução do número de crianças que nascem com HIV, mas a atenção às que perdem os pais em decorrência da epidemia ainda está em estágio inicial



EDUCAÇÃO INFANTIL

ACESSO E QUALIDADE: OS GRANDES DESAFIOS 64

Apesar do impacto da educação infantil no desenvolvimento das crianças, no Brasil menos da metade de meninos e meninas de até 6 anos frequenta creche e pré-escola. Além disso, a qualidade muitas vezes ainda deixa a desejar

Atendimento integrado 76

Estímulo ao desenvolvimento integral leva cidadania a crianças com paralisia cerebral



CRIANÇAS SEM REGISTRO CIVIL

À MARGEM DA CIDADANIA 78

O direito ao registro civil, requisito básico para que a criança seja reconhecida como cidadã e tenha acesso a serviços e benefícios públicos, ainda é negado a mais de um quinto dos recém-nascidos no País

Registro civil: direito da criança e da família 85

Do Maranhão vem um exemplo para o resto do País. O Estado tem o primeiro município brasileiro, Santa Quitéria, a atingir a meta do governo federal de erradicação do sub-registro de nascimento

COMPETÊNCIAS



COMPETÊNCIAS FAMILIARES

FORTALECER A FAMÍLIA PARA TER CRIANÇAS FORTALECIDAS 88

Pesquisa realizada pelo UNICEF revela como é importante investir na família para garantir o desenvolvimento das crianças de até 6 anos e o cumprimento dos direitos da primeira infância

Programas de rádio discutem cidadania 98

Com o apoio do UNICEF, dois projetos no interior do Ceará usam o rádio para discutir com a comunidade temas relativos aos Conselhos Tutelares e às competências familiares e municipais

POLÍTICAS



POLÍTICAS PÚBLICAS

O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO E DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS 100

Para a situação da infância no Brasil avançar, é preciso que governos, empresários e sociedade civil assumam sua parcela de responsabilidade e contribuição

Como vivem as crianças indígenas sateré-mawés 106

Conhecer a realidade das crianças indígenas é um dos grandes desafios do Brasil. O diagnóstico, que começou a ser feito pelos Sateré-Mawés, na Amazônia, permitirá a construção de políticas públicas mais direcionadas para as necessidades dessa população

IDI

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 108

O IDI é um instrumento que contribui para a formulação e o monitoramento de políticas públicas orientadas à infância no Brasil. Seu objetivo é ajudar a atingir os compromissos assumidos na Declaração do Milênio

Índice de Desenvolvimento Infantil 1999 e 2004 124

Unidades da Federação (mapas)

Índice de Desenvolvimento Infantil 1999 e 2004 152

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação (tabelas)

Índice de Desenvolvimento Infantil 1999 e 2004 154

Unidades da Federação e municípios (tabelas)

APRESENTAÇÃO

Trabalhar por um presente e futuro melhores para a criança significa lutar por uma sociedade mais democrática, igualitária e não-discriminatória, por um modelo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, e por um mundo de paz e justiça social. Essas metas fazem parte dos ideários do UNICEF, estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada por 192 países.

Esses princípios também foram assumidos pelos chefes de Estado e de governo com a assinatura da Declaração do Milênio (2000) e do documento *Um mundo para as crianças* (2002). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, reflete o conteúdo da Convenção, enquanto o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, criado pelo governo em 2003, inclui pontos presentes nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e em *Um mundo para as crianças*.

O relatório anual ***Situação da Infância Brasileira*** é mais uma contribuição do UNICEF a esse debate. Neste ano, enfatizamos os seis primeiros anos de vida da criança – fase fundamental para o desenvolvimento saudável do indivíduo. Por isso, programas integrados de desenvolvimento infantil são uma forma eficiente de intervenção para ajudar crianças, famílias, comunidades e nações a quebrar o ciclo intergeracional de pobreza. Os primeiros anos são para sempre – e o Brasil deve tratar com prioridade os cerca de 23 milhões de cidadãos que estão nessa faixa etária.

Como signatário da Declaração do Milênio e do documento *Um mundo para as crianças*, o Brasil se comprometeu a melhorar significativamente seus indicadores em relação à infância. Embora a situação tenha avançado na maioria das áreas, os números ainda são preocupantes. A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores que, ao ser considerado de maneira histórica, mostra os importantes avanços ocorridos. No período de 1994 a 2004, houve uma queda de 32,6%, chegando a 26,6 por mil nascidos vivos. No entanto, o Brasil tem a terceira maior taxa da América do Sul. Para 2015 o objetivo estabelecido pelo governo é chegar a um índice de 16 por mil nascidos vivos.

A proporção de crianças com baixo peso para a idade, principal indicador utilizado no Brasil para analisar a desnutrição infantil, era de 7% em 1989 e chegou a 5,7% em 1996. Nesse item especificamente estamos à frente das médias estimadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Ásia (32,8%), África (27,9%) e América Latina (8,3%). Mas trata-se ainda de um índice alto, bem acima do desejável (4%). Como signatário de *Um mundo para as crianças*, o País também se comprometeu a reduzir em no mínimo um terço a desnutrição de crianças menores de 5 anos.

Além disso, o Brasil tem outros desafios, como a universalização do direito ao registro civil de nascimento e a oferta de pré-natal e parto de qualidade para as gestantes. O registro de nascimento, medida fundamental para garantir a cidadania e os direitos do recém-nascido, está longe da universalização. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada ano quase 750 mil crianças – mais de um quinto do total de recém-nascidos – completam o primeiro ano de vida sem ser registradas. Sem o registro civil, a criança não existe perante o Estado e não pode usufruir de uma série de serviços e benefícios garantidos por lei. O Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, lançado em 2003, estabelece o compromisso de trabalhar pela universalização do registro, por meio da Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento, iniciada naquele ano.

Garantir, proteger e respeitar os direitos das crianças nos primeiros seis anos não é tarefa apenas dos governos e das organizações sociais. Ao lado dos demais segmentos da sociedade, os empresários são responsáveis por oferecer condições de vida digna e saudável para as crianças e suas famílias. Outros segmentos, como integrantes de entidades de classe ou de comunidades religiosas, também devem contribuir. Além disso, o papel central da família deve ser valorizado. Sob essa perspectiva, o UNICEF trabalha com o objetivo de fortalecer conhecimentos, práticas e habilidades dos familiares para o desenvolvimento pleno de suas crianças.

O cenário de avanços e desafios descrito neste relatório está também refletido em números na nova edição do Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI). Com o apoio do IBGE, o UNICEF apresenta à sociedade brasileira a comparação entre o IDI de 1999 e o de 2004 nos municípios e Estados. O ranking estadual dos municípios, segundo o IDI, ajuda a reconhecer os esforços realizados em grande parte das localidades e incentiva as administrações e as comunidades locais a acelerar os seus esforços em prol da criança.

A análise do IDI revela que houve melhorias substanciais nas condições oferecidas às crianças brasileiras em muitos dos municípios. O sucesso de diversas políticas públicas para a infância indica que o País tem condições de superar as adversidades – e, com isso, dar condições de vida adequadas à cada criança e adolescente.

Marie-Pierre Poirier

Representante do UNICEF no Brasil



Infância ainda vulnerável

Embora a mortalidade infantil venha diminuindo no Brasil, o País continua enfrentando grandes desafios nessa área, como as disparidades entre regiões e grupos sociais e a precariedade da atenção à mãe e ao recém-nascido

Reduzir a mortalidade de crianças é uma das principais metas das políticas para a infância em todos os países. A atenção se concentra principalmente no primeiro ano de vida, faixa em que ocorre a maior parte dos óbitos. Usadas como indicadores básicos de desenvolvimento humano, a taxa de mortalidade infantil, número de crianças que morrem antes de completar 1 ano de vida para cada mil nascidos vivos, e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, também chamada de taxa de mortalidade na infância, revelam muito sobre as condições de vida e a assistência de saúde em um país.

No Brasil, a taxa de mortalidade infantil vem caindo continuamente. Em 1980, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 82,8 por mil. Em 2004, ano da estimativa mais recente, chegou a 26,6. Só no período de 1994 a 2004, a taxa diminuiu 32,6% (veja Tabela 1).

Embora essa tendência de queda seja positiva, a taxa de mortalidade infantil brasileira conti-

nua alta. Corresponde a quase 100 mil crianças mortas antes de completar 1 ano. Uma comparação feita pelo UNICEF em 2005 revelou que o Brasil tem a terceira maior taxa da América do Sul, atrás da Bolívia e da Guiana. Segundo a classificação internacional da Organização Mundial da Saúde

Tabela 1

Evolução da taxa de mortalidade infantil no Brasil (1994-2004)*	
1994	39,5
1995	37,9
1996	36,4
1997	34,8
1998	33,2
1999	31,7
2000	30,1
2001	29,2
2002	28,4
2003	27,5
2004	26,6

Fonte: IBGE.

* Número de mortes a cada mil nascidos vivos

Tabela 2

Taxa de mortalidade infantil por regiões e unidades da Federação (2002)*	
Brasil	28,4
Centro-Oeste	20,4
Distrito Federal	17,5
Goiás	20,7
Mato Grosso	21,5
Mato Grosso do Sul	19,2
Nordeste	41,4
Alagoas	57,7
Bahia	38,7
Ceará	35,1
Maranhão	46,3
Paraíba	45,5
Pernambuco	44,8
Piauí	33,1
Rio Grande do Norte	41,9
Sergipe	40,6
Norte	27,7
Acre	33,2
Amapá	24,9
Amazonas	28,8
Pará	27,3
Rondônia	24,6
Roraima	17,8
Tocantins	28,4
Sudeste	20,2
Espírito Santo	20,9
Minas Gerais	20,8
Rio de Janeiro	19,5
São Paulo	17,4
Sul	17,9
Paraná	20,7
Rio Grande do Sul	15,4
Santa Catarina	18,2

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2003 e Síntese de Indicadores Sociais 2004.

* Número de mortes a cada mil nascidos vivos

Um mundo para as crianças

www.unicef.org/brazil/wfc.htm

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente

www.mj.gov.br/sedh/ct/planoamigo/planoamigo.htm

(OMS), o País apresenta taxa de mortalidade infantil considerada média (entre 20 e 49 por mil). A OMS estabelece que a partir de 50 por mil as taxas são altas e abaixo de 20 por mil são baixas. Índices de mortalidade infantil baixos são encontrados não só no mundo desenvolvido, mas também em países vizinhos ao Brasil, como Venezuela (18), Argentina (17), Uruguai (12) e Chile (8).

Continuar reduzindo a mortalidade infantil é fundamental para que o País cumpra até 2015 a meta estabelecida pelas Nações Unidas (ONU) no documento *Um mundo para as crianças* (2002): diminuir em dois terços os óbitos de crianças menores de 1 ano e de crianças menores de 5 anos. A taxa de mortalidade na infância normalmente acompanha a evolução da taxa de mortalidade infantil. O Brasil tinha 53,7 óbitos de menores de 5 anos para cada mil nascidos vivos em 1990 e 33,7 em 2002, queda proporcional à verificada nos óbitos de menores de 1 ano no mesmo período (de 47,5 para 28,4). Em 2015, de acordo com o documento da ONU, o Brasil deve chegar à taxa de mortalidade na infância de 17,9 por mil e à taxa de mortalidade infantil de 16 por mil.

O cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro ao assinar o documento *Um mundo para as crianças* é acompanhado pela Rede de Monitoramento Amiga da Criança, união de entidades ligadas aos direitos da infância, entre as quais o UNICEF. Segundo avaliação da rede, a redução da mortalidade na infância e da mortalidade infantil é uma das metas que o País tem boas chances de cumprir. No *Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente* (2003), que traça diretrizes para o governo brasileiro a partir do documento das Nações Unidas, essa meta se traduz em atingir a taxa de mortalidade infantil de 24 por mil em 2007. Se a tendência observada nos últimos anos se mantiver, é provável que esse objetivo também seja alcançado sem grande dificuldade.

Porém, não basta atingir as metas de redução da mortalidade de crianças. Chegar a uma taxa menos preocupante em nível nacional é necessário, mas há outros desafios importantes a superar. O primeiro deles é diminuir a iniquidade da

Tabela 3

Taxas de mortalidade neonatal (até 27 dias) e pós-neonatal (de 28 a 364 dias) por região (2002)		
	Neonatal	Pós-neonatal
Brasil	18,2	9,6
Centro-Oeste	14,0	6,5
Nordeste	24,6	16,9
Norte	17,5	10,2
Sudeste	14,0	6,1
Sul	11,8	6,1

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2003.

mortalidade infantil no País. Ao observar a situação de regiões ou grupos sociais específicos, ainda se verificam no Brasil taxas bem mais altas que a média nacional. Além disso, uma análise aprofundada do problema revela que, apesar dos avanços conquistados, os cuidados com o nascimento continuam muito precários. Nos últimos anos, enquanto o número de óbitos a partir do segundo mês de vida caiu significativamente, a mortalidade de recém-nascidos se manteve relativamente estável, o que mostra a necessidade de intensificar o acompanhamento pré-natal e a atenção ao parto e ao pós-parto.

DESAFIOS REGIONAIS

A queda da mortalidade infantil no Brasil está associada a uma série de melhorias nas condições de vida e na atenção à saúde da criança, em relação a questões como segurança alimentar e nutricional, saneamento básico e vacinação. Esses progressos não beneficiam a população de maneira uniforme. Em termos geográficos, a Região Nordeste é a mais vulnerável do Brasil quanto à mortalidade infantil. Sua taxa equivale a mais que o dobro das taxas verificadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (veja Tabela 2). Na região do Semi-Árido, que engloba a maior parte do território do Nordeste e o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, encontram-se os municípios brasileiros com as piores taxas de mortalidade infantil, alguns deles com números superiores aos de países africanos. De acordo com dados do Ministério da Saúde registrados no triênio 2001-2003, alguns municípios no Semi-Árido ultrapassam a taxa de mortalidade infantil do Sudão, que é de 63 por mil.

A desigualdade regional manifesta-se também na proporção de óbitos ocorridos depois das quatro primeiras semanas de vida. A mortalidade infantil divide-se em mortalidade neonatal (até o 27º dia de vida) e mortalidade pós-neonatal (entre o 28º e o 364º dia). Por estar diretamente ligados às condições socioeconômicas da população, os óbitos pós-neonatais foram reduzidos a uma proporção

muito pequena nos países desenvolvidos, mas ainda representam parcela significativa da mortalidade infantil nos países pobres.

No Brasil, observam-se as duas situações. O Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste têm taxas de mortalidade pós-neonatal próximas de 6 por mil (veja Tabela 3). No Norte e principalmente no Nordeste, essa taxa ainda não atingiu o mesmo grau de redução, o que revela a persistência de problemas básicos, como desnutrição infantil e mortes por diarreia e pneumonia.

As taxas de mortalidade infantil diferem também dentro de uma mesma região, de acordo com o grupo social. Em nível nacional, a taxa relativa aos 20% mais pobres era mais que o dobro da taxa dos 20% mais ricos em 2000 (veja Tabela 4). A raça é outro fator determinante. Entre os filhos de mulhe-

A queda da mortalidade infantil no Brasil está associada a uma série de melhorias nas condições de vida e na atenção à saúde da criança

res brancas, em 2000, a taxa de mortalidade infantil era 39,7% menor que entre os filhos de mulheres negras e 75,6% menor que entre filhos de mulheres índias (veja Tabela 5). De acordo com as estimativas da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), de 2000 a 2004, a mortalidade infantil

Tabela 4

Taxa de mortalidade infantil segundo a renda familiar (2000)	
20% mais ricos	15,8
20% mais pobres	34,9
Brasil	30,1

Fonte: IBGE, cruzamento feito por Celso Simões a partir de dados do Censo 2000.

Tabela 5

Taxa de mortalidade infantil segundo raça/cor da mãe (2000)	
Branca	22,9
Negra	38,0
Índia	94,0
Brasil	30,1

Fontes: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud-Brasil), Atlas Racial Brasileiro 2004 e Funasa.

Tabela 6

Proporção de óbitos neonatais (até 27 dias) e pós-neonatais (de 28 a 364 dias) no total de óbitos de menores de 1 ano no Brasil (1984-2003)					
	1984	1990	1993	2000	2003
Neonatais	39,7%	47,9%	49,9%	63,6%	64,6%
Pós-neonatais	60,3%	52,1%	50,1%	36,4%	35,4%

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2004.

de indígenas caiu para menos da metade. Mesmo assim, continua altíssima para os padrões do País: 46 por mil em 2004.

Para atingir maior equidade nas taxas de mortalidade infantil dentro do País é preciso reforçar a atenção aos grupos mais vulneráveis na execução dos programas sociais e de saúde. O governo federal já segue essa orientação em termos regionais. Um exemplo é a cobertura do programa Bolsa Família, que concede benefícios mensais a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Criado em 2003, a partir da unificação dos programas de transferência de renda existentes no País, o Bolsa Família deu prioridade desde o início à Região Nordeste. Dos 7,5 milhões de famílias atendidas em agosto de 2005, 49,2% eram nordestinas.

A maior parte dos óbitos se concentra no primeiro mês de vida, o que evidencia a importância dos fatores ligados à gestação, ao parto e ao pós-parto

No Programa Saúde da Família (PSF), que presta assistência às famílias por meio de equipes de saúde que atuam dentro das comunidades, há também uma preocupação maior com os Estados nordestinos. A participação da região cresceu nos últimos anos. Em 1998, 38% das equipes do PSF estavam no Nordeste, e, em 2002, essa proporção tinha aumentado para 41%. Um levantamento divulgado pelo Ministério da Saúde em 2005 indica que o impacto do PSF sobre a mortalidade infantil é maior no Nordeste e no Norte que nas outras regiões do País, por apresentarem taxas mais baixas. Segundo o mesmo levantamento, o aumento da cobertura do PSF contribui mais para

a queda das taxas de mortalidade infantil que a ampliação do acesso à água tratada ou a criação de novos leitos hospitalares.

CUIDADOS DESDE A GESTAÇÃO

Outro aspecto que tem de ser considerado nos esforços para reduzir a mortalidade infantil no País é o fato de hoje a maior parte dos óbitos se concentrar no primeiro mês de vida, o que evidencia a importância dos fatores ligados à gestação, ao parto e ao pós-parto. A partir da década de 1990, observa-se a diminuição contínua da mortalidade pós-neonatal, em comparação com relativa estabilidade das taxas de mortalidade neonatal. Esse processo inverteu a composição da taxa de mortalidade infantil brasileira: os óbitos neonatais, que eram proporcionalmente menos numerosos, passaram a representar mais de 60% do total (veja Tabela 6).

A alta proporção de óbitos neonatais está relacionada à evolução das causas de mortalidade de crianças no Brasil. Nas últimas décadas, à medida que diminuiu a participação de doenças infecciosas e parasitárias, doenças respiratórias e desnutrição, o principal grupo de causas de mortalidade infantil e de mortalidade de menores de 5 anos passou a ser o das afecções perinatais (problemas originados até a primeira semana de vida). Nessa categoria, estão incluídas, por exemplo, a prematuridade, a asfixia durante o parto e as infecções neonatais.

Segundo levantamento do epidemiologista Cesar Victora, divulgado no estudo "Intervenções para Reduzir a Mortalidade Infantil Pré-Escolar e Materna no Brasil"¹, entre 1995 e 1997, as afecções perinatais já eram responsáveis por 48,5% de todas as mortes de menores de 5 anos no Brasil. Entre os menores de 1 ano, de acordo com o Ministério da Saúde, elas eram responsáveis por 55% dos óbitos em 2003. No ranking dos grupos de causas de mortalidade infantil, vêm em seguida as más-formações congênitas, as doen-

1. Publicado na *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 4, 2001, pp. 3-69.

Tabela 7

Mortalidade infantil no Brasil por grupos de causas (2003)	
Afecções perinatais	55,0%
Más-formações congênitas	14,0%
Doenças infecciosas e parasitárias	8,0%
Causas mal definidas	8,0%
Doenças do aparelho respiratório	7,0%
Outras causas	4,0%
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2,0%
Causas externas	2,0%

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, 2003.

ças infecciosas e parasitárias e as doenças respiratórias (veja Tabela 7).

Para diminuir a mortalidade neonatal e a prevalência das afecções perinatais, é preciso acompanhamento pré-natal adequado das gestantes e reforços nos cuidados com o parto e o pós-parto. Essas medidas podem evitar boa parte dos óbitos infantis que ainda ocorrem no País. Os números do Ministério da Saúde indicam duas tendências diferentes em relação à assistência pré-natal. Entre 1995 e 2002, a proporção de mulheres que não fizeram nenhuma consulta durante a gestação caiu quase dois terços (veja Tabela 8). No extremo oposto, a porcentagem de gestantes que fizeram mais de seis consultas, mínimo recomendado pelo Ministério da Saúde, sofreu flutuações, mas não teve alteração significativa no mesmo período (veja Tabela 9).

Diminuíram, portanto, os casos de desatenção total à gestação, mas não cresceu o número de mulheres que fazem acompanhamento pré-natal com a regularidade desejável. A contribuição do pré-natal para evitar um óbito infantil depende não

só do número de consultas, mas também da fase da gestação em que é feita a primeira consulta e principalmente da qualidade do acompanhamento. No Brasil, faltam indicadores que permitam fazer uma análise qualitativa da assistência pré-natal, mas sabe-se que esse é um ponto que ainda demanda investimento para garantir a atenção necessária à mãe e à criança.

Além do pré-natal, a adoção de cuidados adequados no parto e no pós-parto pode diminuir consideravelmente o número de óbitos neonatais evitáveis no País. Isso significa preparar melhor o sistema de saúde para a assistência à mãe e ao recém-nascido. Hoje, a grande maioria das crianças brasileiras nasce em hospitais. Em 2002, segundo dados do Ministério da Saúde, os partos hospitalares representaram 96,7% do total do País, sem considerar os partos realizados em outros estabelecimentos de saúde. As medidas necessárias para reduzir o risco para os recém-

No Brasil, a assistência pré-natal ainda demanda investimento para garantir a atenção necessária à mãe e à criança

nascidos envolvem desde a regionalização da assistência, o melhor aparelhamento dos hospitais e a capacitação dos profissionais para lidar com complicações no parto até o investimento na qualidade das informações sobre o óbito neonatal hospitalar no País.

Tabela 8

Percentual de gestantes brasileiras que não fizeram nenhuma consulta pré-natal (1995-2002)	
1995	10,73%
1996	9,85%
1997	8,02%
1998	7,14%
1999	5,81%
2000	4,93%
2001	4,54%
2002	3,77%

Fonte: Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus).

Tabela 9

Percentual de gestantes brasileiras que fizeram mais de seis consultas pré-natais (1995-2002)	
1995	49,74%
1996	50,28%
1997	49,76%
1998	49,45%
1999	50,69%
2000	45,97%
2001	47,33%
2002	49,14%

Fonte: Datasus.

Em nível federal, a principal iniciativa em andamento para reforçar os cuidados com o pré-natal, o parto e o pós-parto é o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, firmado em março de 2004. O pacto envolve o Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais de Saúde nas 27 unidades da federação, entidades não-governamentais e o UNICEF. Como o próprio nome sugere, o objetivo é diminuir não ape-

a iniciativas de auxílio a gestantes e recém-nascidos de risco e implantação de comitês de investigação de óbitos em todo o País. Até junho de 2005, foram realizados quinze seminários estaduais e um no Distrito Federal para a implementação do pacto, além de um seminário nacional para profissionais da área, sobre urgências e emergências pediátricas. Também foram desenvolvidas ações em benefício dos 78 municípios com mais de 100 mil habitantes que foram identificados como prioritários. Para atender a esses municípios, o governo federal destinou 31 milhões de reais ao projeto de Expansão e Consolidação Saúde da Família (Proesf) e promoveu a qualificação de profissionais de maternidades que atuarão como multiplicadores.

O alcance das ações do pacto depende do grau de engajamento dos Estados e principalmente dos municípios, onde se efetiva a política de atenção à gestante e ao recém-nascido. Já existem, sobretudo nas capitais, iniciativas bem-sucedidas nessa área. Um exemplo é a Comissão Perinatal de Belo Horizonte, que desenvolve trabalho de atenção integral ao parto e ao pós-parto desde 1999.

A atenção integral à mulher pode ajudar a diminuir consideravelmente o risco de vida das crianças

nas a mortalidade neonatal mas também a mortalidade materna, problema que ainda atinge proporções inaceitáveis no País (veja o texto *Risco materno*). A meta inicial é atingir uma redução de 15% até o final de 2006.

Para isso, estão previstas medidas como: capacitação de profissionais e gestores para a reorganização da assistência materna e neonatal, apoio

Risco materno

Medidas para reduzir a mortalidade de recém-nascidos podem ajudar a diminuir também o alto número de mulheres que morrem por fatores relacionados à gravidez e ao parto no País

A insuficiência da atenção ao pré-natal, ao parto e ao pós-parto no Brasil é responsável não apenas pelas altas taxas de mortalidade neonatal. Contribui também para a mortalidade materna, que ainda atinge proporções preocupantes no País.

O indicador utilizado para mensurar o problema é a razão de mortalidade materna, número de óbitos de mulheres durante a gestação ou até 42 dias depois do fim da gestação, para cada 100 mil nascidos vivos. Só são considerados os óbitos por causas que

tenham alguma relação com a gravidez, o parto ou o pós-parto.

Segundo a última estimativa oficial, referente a 2002, a razão de mortalidade materna brasileira era de 74,8, muito acima do índice considerado aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 20 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. Essa estimativa oficial considera não apenas os óbitos maternos notificados, pois sabe-se que a subnotificação nessa área é grande no mundo inteiro. Por isso, o Ministério da Saúde multiplica

os óbitos registrados por um fator de correção. Atualmente, o fator de correção adotado (1,4) é o da pesquisa A Mortalidade Materna nas Capitais Brasileiras: Algumas Características e Estimativa de um Fator de Ajuste, realizada em 2002 pelo Centro Brasileiro de Classificação de Doenças. Trata-se de um estudo feito apenas em capitais, mas, na falta de outro mais abrangente no Brasil, seu fator de correção é utilizado para o País inteiro.

A redução da mortalidade materna está entre os objetivos incluídos tan-

A comissão já promoveu melhorias da estrutura das maternidades, qualificação dos profissionais, fechamento de maternidades de baixa qualidade e regionalização da assistência, de modo a garantir atendimento imediato à gestante em qualquer parte da cidade. Hoje, todas as maternidades de Belo Horizonte têm condições de receber uma gestante que apresente complicações no parto. Com essas mudanças, a taxa de mortalidade de crianças nos primeiros seis dias de vida caiu de 10 para 6 por mil entre 1999 e 2001.

O PAPEL DA MÃE

Todas as políticas voltadas para a redução da mortalidade infantil têm de levar em consideração o papel fundamental desempenhado pela mãe na prevenção de óbitos infantis. A atenção integral à mulher pode ajudar a diminuir consideravelmente o risco de vida das crianças. Isso não significa apenas assegurar acompanhamento pré-natal e parto seguro, embora essas sejam medidas necessárias. Envolve também, por exemplo, a garantia

de condições de amamentação do bebê. A recomendação internacional de que o aleitamento materno seja exclusivo até os 6 meses de idade e se prolongue pelo menos até os 2 anos está muito longe de ser cumprida no Brasil, onde, segundo os últimos dados do Ministério da Saúde, em 1999 apenas 9,7% das crianças alimentavam-se apenas de leite materno até os 6 meses.

A recomendação internacional de que o aleitamento materno seja exclusivo até os 6 meses de idade e se prolongue até os 2 anos está longe de ser cumprida no Brasil

De acordo com o estudo *Intervenções para Reduzir a Mortalidade Infantil, Pré-Escolar e Materna no Brasil* (2001), do epidemiologista Cesar Victora, se metade das crianças que não recebem aleitamento materno desde o nascimento até os 11 meses de idade passasse a recebê-lo, poderiam ser evitados 9,2% dos óbitos de menores de 5 anos por pneumonia.

to no documento *Um mundo para as crianças*, da ONU, quanto no Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, do governo brasileiro. As metas traçadas são, respectivamente, diminuir o número de óbitos em três quartos até 2015 e atingir a marca de 55,9 óbitos por 100 mil nascidos vivos nas capitais brasileiras até 2007. As ações necessárias para cumprir essas metas podem contribuir também para a queda da mortalidade de recém-nascidos.

Os dois problemas precisam ser tratados como decorrência de um mesmo quadro de precariedade no pré-natal e nos cuidados com o parto e o pós-parto. Isso já vem sendo

considerado em iniciativas como o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. No caso da mortalidade materna, uma melhora no acompanhamento pré-natal e na assistência hospitalar à gestante e ao recém-nascido, objetivos expressos no pacto, tem grandes chances de mudar a situação atual, pois, segundo estimativa do Ministério da Saúde, 92% dos óbitos maternos são evitáveis.

Para conhecer quais são as principais causas de morte e traçar estratégias para enfrentá-las, os Comitês Estaduais de Prevenção da Mortalidade Materna existentes no País têm papel fundamental. Um caso exem-

plar é o do Paraná. Formado por representantes de 25 entidades, o comitê paranaense existe desde 1989 e atua tanto na vigilância e investigação dos óbitos maternos quanto em ações preventivas, como campanhas educativas para os hospitais. O Estado possui comitês semelhantes, atuando de forma integrada, em todas as suas 22 regionais de saúde e em 182 dos 399 municípios.

Graças ao trabalho realizado, a mortalidade materna no Paraná caiu em média 3% ao ano entre 1994 e 2002, e o conhecimento do problema hoje é muito maior. Em 2004, foram investigados 92% dos óbitos de mulheres em idade fértil.

O aumento da proporção de aleitamento materno depende não apenas das campanhas de esclarecimento, que já vêm sendo realizadas no País desde a década de 1980, como também do cumprimento da legislação brasileira no que diz respeito à proteção das mães em fase de amamentação. A licença-maternidade de 120 dias, a existência de locais apropriados para deixar o lactente próximo ao trabalho da mãe e os horários de descanso durante a jornada de trabalho para amamentar o filho (dois por jornada, com duração de meia hora) são estabelecidos por lei, mas não fazem parte da realidade de boa parte das mulheres, especialmente as que estão no mercado de trabalho informal.

Outro aspecto de grande impacto sobre a mortalidade de crianças é o grau de instrução das mulheres. Diferentes estudos comprovam que, quanto maior o número de anos de estudo da mãe,

Quanto maior o número de anos de estudo da mãe, mais chances ela tem de evitar a morte de um filho nos primeiros cinco anos

mais chances ela tem de evitar a morte de um filho nos primeiros cinco anos. De acordo com os dados do IBGE, em 2000 a taxa de mortalidade de menores de 5 anos entre os filhos de mulheres com até três anos de estudo (consideradas analfabetas funcionais) era 2,5 vezes maior que entre os filhos de mulheres com oito anos ou mais de estudo (veja Tabela 10).

A média de anos de estudo das mulheres brasileiras vem aumentando. De 1993 a 2003, cresceu 29,4% (veja Tabela 11). Mesmo assim, é preciso avançar mais. Por considerar a importância desse fator para a garantia de vida das crianças, o UNICEF inclui entre os indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

Tabela 10

Taxa de mortalidade de menores de 5 anos no Brasil por anos de estudo da mãe (2000)

Até 3 anos	49,3
De 4 a 7 anos	30,2
8 anos ou mais	20,0

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2003.

Tabela 11

Média de anos de estudo das mulheres* no Brasil (1993-2003)

1993	5,1
1996	5,4
1999	5,9
2002	6,4
2003	6,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

* Mulheres de 10 anos ou mais.

o percentual de crianças menores de 6 anos morando com mães com escolaridade precária.

A importância da mãe para evitar a mortalidade de crianças também é levada em consideração no trabalho de fortalecimento das competências familiares que o UNICEF realiza no Brasil. Em 2003, o UNICEF elaborou o kit Família Brasileira Fortalecida, composto de cinco álbuns com informações e orientações sobre os cuidados necessários com a criança, desde antes do nascimento até os 6 anos de idade. Um dos objetivos é contribuir para reduzir a mortalidade infantil, a mortalidade na infância e a mortalidade materna. Alguns dos temas abordados estão diretamente ligados a esse objetivo, como a importância do pré-natal, os cuidados com o parto e o pós-parto, a alimentação das crianças e as medidas de saúde que podem ser adotadas pela família.

Usados por agentes comunitários de saúde, líderes da Pastoral da Criança e professores de creches e pré-escolas, os kits já beneficiaram até 2005 quase 2 milhões de famílias em cerca de dezesseis Estados. O livro *O município e a criança de até 6 anos* dará continuidade ao trabalho, fortalecendo os atores sociais municipais na atenção às crianças.

O direito à vida

A articulação comunitária ajuda Alagoas a superar uma de suas grandes marcas: o alto índice de mortalidade infantil

Alagoas conseguiu diminuir seu Índice de Mortalidade Infantil por meio de ações voltadas diretamente aos cuidados com as crianças em risco e ações preventivas de capacitação de pessoal e multiplicação de informações sobre o desenvolvimento infantil. A tendência é de queda substancial, embora ainda não exista uma taxa oficial no Estado. Em geral, a subnotificação predomina e os dados variam de acordo com a cobertura dos três sistemas de informações: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informação da Atenção Básica (Siab). No ano 2000, os dados foram: 60 por mil, 39,3 por mil e 49,9 por mil, respectivamente.

A pedido do UNICEF, o epidemiologista Cesar Victora realizou um estudo no qual combinou os dados dos sistemas de informações. Apesar da discrepância dos índices e da ausência de uma cobertura eficiente, o pesquisador concluiu que, entre 2000 e 2002, a taxa de mortalidade foi reduzida em 28%: passou de 46,3 por mil para 33,5.

Essa tendência à diminuição da mortalidade infantil é confirmada por iniciativas como as que salvaram a vida do pequeno José Firmino, de 1 ano e 10 meses, que mora em Murici, município de 21 mil habitantes a 55 quilômetros da capital do Estado. Ele nasceu com baixo peso e sua situação era tão vulnerável que os médicos lhe conferiram um alto grau de risco de vida. A mãe, Aparecida Firmino dos Santos, já havia perdido dois

dos seus oito filhos por causa de doenças decorrentes de desnutrição e falta de higiene. “Não sabia nem o que era isso. Não fazia consultas. Eles simplesmente tiveram diarreia e morreram”, conta a dona de casa de 38 anos. Analfabeta, moradora de uma comunidade de baixa renda onde não há saneamento, ela se surpreendeu ao perceber que a situação de seu caçula poderia ser revertida. “Hoje nem parece que ele era tão doente. Está quase bom”, comemora.

José Firmino sobreviveu graças ao sistema de monitoramento das crianças em risco e a uma ação de vigilância implementados em 2004 pelo município. O menino foi acompanhado semanalmente por José Carlos dos Santos, agente comunitário de saúde do Programa Saúde da Família (PSF). Morador da mesma comunidade, ele avaliava a evolução do peso do menino e também orientava a mãe. Ensinou Aparecida dos Santos a ter cuidados básicos com a saúde do filho (como medidas de higiene e administração da reidratação oral), realizar consultas médicas periódicas e ficar atenta aos possíveis sinais de doença.



ESFORÇO CONJUNTO

O sistema de monitoramento das crianças em risco congrega equipes do PSF, representantes comunitários, administração municipal e famílias para analisar e planejar ações de combate à mor-

talidade infantil. Uma vez por mês, esses atores se reúnem para acompanhar a evolução das crianças de determinada comunidade e orientar os pais. “O bom é que, como moramos no mesmo lugar, conhecemos eles, sabemos quando as coisas estão bem ou quando não estão”, diz o agente comunitário José Carlos dos Santos, que cuida de 130 famílias da comunidade, supervisionado por médicos e enfermeiros do PSF, e chama todos pelo nome.

O sistema de monitoramento das crianças em risco reúne equipes do Programa Saúde da Família, representantes comunitários, administração municipal e famílias

Somam-se a essas iniciativas a garantia de equipes de plantão todos os dias da semana, a articulação com o Conselho Tutelar e a priorização das famílias nos programas de atendimento e acompanhamento psicológico e nutricional. Como resultado, houve queda acentuada na taxa de mortalidade infantil. Em 2004, com nove equipes do programa distribuídas pelas comunidades, das 263 crianças que nasceram com baixo peso e corriam risco de vida, 1,9% morreu. Houve redução de 32% em relação ao ano anterior.

VISÃO INTEGRADA

A articulação comunitária contribui para o enfrentamento da mortalidade infantil em outras localidades de Alagoas. No Semi-Árido do Estado, um pequeno projeto iniciado em 1987 pela organização não-governamental Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário de Palmeira dos Índios, na cidade de Palmeira dos Índios, deu origem a uma rede de municípios comprometida com a questão. É o Fazer Valer os Direitos em Alagoas, que atua no desenvolvimento infantil, na educação e na promoção social. Apoiado pelo UNICEF desde 2000, o projeto envolve prefeituras e entidades da sociedade civil organizada de seis municípios: Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Palmeira dos Índios, Quebrângulo e Viçosa.

Coordenado pela ONG Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário de Palmeira dos Índios, o Fazer Valer tem como objetivo promover o atendimento integrado a crianças e adoles-



centes, desenvolvendo competências familiares e municipais nas áreas de assistência social, educação e saúde. São abordadas desde a questão da geração de renda familiar até a prevenção ao câncer de colo de útero.

Fazem parte da idéia de atendimento integral: capacitação das equipes interdisciplinares; apoio ao Programa de Humanização do Pré-Natal e Parto; e incentivo aos Grupos de Mães no aprendizado sobre aleitamento materno e carências nutricionais. Até agora, 8.328 crianças de até 6 anos foram beneficiadas direta ou indiretamente, como Stéfanie Gabriele Tenório Oliveira, a primeira filha de Gracielli Tenório Oliveira, de 21 anos.

Jovem e inexperiente, ao longo da gravidez Gracielli participou das reuniões do Grupo de Mães promovidas pelas entidades integrantes do Fazer Valer os Direitos. Nesses encontros, teve contato com cuidados básicos, que agora põe em prática ao cuidar da pequena Stéfanie, de 2 meses. “Aprendi como lidar com ela no primeiro dia de vida, a dar banho, a prestar atenção no leite para não secar antes do tempo”, enumera.

CONQUISTAS

O processo de registro de nascimento de Stéfanie iniciou-se logo após o nascimento. Na recepção da Maternidade Santa Olímpia, no município de Palmeira dos Índios, onde nasceu, há um Posto de Apoio aos Cartórios do Registro Civil. O objetivo é fazer com que toda criança nascida já saia com o registro civil garantido.

Além disso, a menina pôde desfrutar de algumas melhorias realizadas na maternidade nos últimos anos. Graças a parcerias com a Sociedade de Pediatria de Alagoas, a Universidade Federal de Alagoas e a Fundação Universitária de Ciências da Saúde de Alagoas, todos os funcionários passaram por processos de capacitação. As mães, após o parto, permanecem no hospital, junto com o filho ou a filha. Com oito leitos de UTI Neonatal disponíveis e equipes de plantão em regime integral, a maternidade é referência para 23 municípios da região.



Todas essas melhorias também foram garantidas pela mobilização e articulação das instituições com o poder público. Fazem parte da iniciativa: Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Palmeira dos Índios, Associação de Agricultores Alternativos de Igaci (Aagra), Pastoral da Criança, Centro Social Xucurus, Ministério Público e Conselho Regional de Medicina de Alagoas. Os conselhos municipais dos Direitos da Criança, da assistência social e da saúde também integram o grupo. Todos eles têm representação no grupo gestor, que decide os rumos do projeto.

Além do UNICEF, o Fazer Valer os Direitos conta com o apoio da Visão Mundial e do Fórum Lixo e Cidadania em Alagoas. São parceiros também a Fundação de Amparo ao Menor (Fundanor) de Palmeira dos Índios, o Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador (Cactus), dos municípios de Tapera e Senador Rui Palmeira, e a Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente em Risco Pessoal e Social (Pró-Ser), do município de Bom Conselho (PE). Outros sete municípios da região se articulam para compor o grupo do projeto.

Fazem parte da idéia de atendimento integral a capacitação das equipes interdisciplinares, o apoio ao Programa de Humanização do Pré-Natal e Parto e o incentivo aos Grupos de Mães no aprendizado sobre aleitamento materno e carências nutricionais



Pequenas vítimas

Acidentes e agressões são a principal causa de morte de crianças de 1 a 6 anos no Brasil. Respondem por quase um quarto dos óbitos

Uma queda do berço. Uma surra com vara. Um acidente de carro. Um afogamento. Um estupro. Acontecimentos bem diferentes, mas com uma característica em comum: juntos, acidentes e agressões são a primeira causa de morte de crianças de 1 a 6 anos de idade no Brasil.

A violência contra a criança pode ser compreendida como qualquer ação ou omissão que provoque danos, lesões ou transtornos a seu desenvolvimento. Pressupõe uma relação de poder desigual e assimétrica entre o adulto e a criança.

Historicamente, a agressão física sempre fez parte da maneira de educar as crianças, tendo por justificativa protegê-las do perigo ou fazer com que se tornem “bons” adultos.

A maior parte dos casos de violência contra a criança acontece no espaço em que ela costuma passar mais tempo: a casa. A família, entendida como um dos primeiros ambientes protetores da criança, pode apresentar, em seu interior, relações

não protetoras, causadas por complexos fatores econômicos e/ou culturais.

Essas relações não protetoras no ambiente familiar podem ser classificadas pelo menos de três formas:

- As práticas educacionais que fazem uso de violência física (castigo, palmadas, surras etc.).
- Os acidentes, as negligências, a síndrome do bebê sacudido e os abusos, incluindo o sexual.
- As ações ou omissões que levam à morte.

Esses também são os principais fatores que fazem a criança se afastar ou ser afastada do convívio familiar, sujeitando-a a outras violências nas ruas ou em abrigos. A superação desse problema requer que todos os setores da sociedade se envolvam, e com um foco que vai além do individualizado. Toda a sociedade tem o compromisso de empreender uma mudança cultural em médio e longo prazo. Os princípios de uma educação saudável e não violenta devem ser cada vez mais incentivados e disseminados.

No Brasil, só é possível conhecer números oficiais de violência por meio de registros de morbimortalidade, que permitem desagregação por idade. Para que se faça esse registro, no entanto, a denúncia precisa chegar até o setor de saúde ou de segurança pública. É nesse ponto que se revela um dos maiores problemas de registro para a violência ocorrida em espaços privados: os casos não comunicados à área de saúde ou de segurança pública ficam de fora das estatísticas oficiais.

Por ocorrer em geral em espaços privados, a violência pode ficar encoberta por meses ou mesmo anos até ser denunciada. Há um fator que colabora para que não seja notificada: a crença, difundida entre alguns adultos responsáveis por cuidados com a criança, de que tapas, castigos e outras violências físicas fazem parte da maneira de educá-la. Além disso, crianças pequenas não têm como denunciar a violência que sofrem, e, apesar dos avanços no reconhecimento legal de sua cidadania, sua palavra, em geral, é considerada fantasia.

Os dados nacionais oficiais desagregados mais recentes sobre violência doméstica datam de 1988. Publicada em 1989 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisa por amostragem nacional apontou o espaço familiar como local freqüente de ocorrência de agressões físicas, tanto na infância como na adolescência. Segundo o livro *Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros* (2005), publicado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, esses únicos dados nacionais mostram que cerca de 200 mil crianças e adolescentes declararam ter sofrido agressão física. Em 80% dos casos, os agressores eram parentes e conhecidos.

Nos dois sistemas de notificação existentes – **Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (Sipia)**, e Disque-Denúncia, ambos da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Geral da Presidência da República –, verifica-se que a maioria das denúncias, independentemente da forma como é registrada, também aponta o espaço doméstico ou das relações familiares como seu principal lugar de ocorrência.

MORTES EVITÁVEIS

Em toda a década de 1990, os acidentes e a violência, classificados internacionalmente como causas externas, destacaram-se como a principal causa de óbitos de crianças de até 9 anos de idade¹. De 1996 a 2003, eles foram responsáveis por 21,11% das mortes de meninos e meninas de 1 a 6 anos, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (veja Tabela 1).

Entre os eventos que compõem essas causas, os acidentes de transporte figuram em primeiro lugar: 27,3% das mortes por causas externas de crianças de 1 a 4 anos em 2002 (veja Tabela 2). Análise mais atenta das estatísticas de morte de crianças no trânsito revela que, entre as crianças vítimas fatais de acidentes de transporte, a maioria era pedestre (vítima de atropelamento).

Outro dado que chama a atenção é o significativo número de mortes de crianças com menos de 7 anos de idade por causas não especificadas: 32,5% entre todas as causas externas, em 2003, de acordo com o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde. Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID 10), intoxicação, seqüelas de queimadura, operações de guerra, entre outros, compõem esse percentual.

Essa não especificação é explicada muito mais pela forma como as causas externas são apresentadas e classificadas que por uma não relevância ou não freqüência do dado em si. Os números revelam que esse percental, o maior entre todas as causas de morte em um único ano para crianças menores

Tabela 1

Principais causas de morte de crianças de 1 a 6 anos (1996-2003)	
Doenças infecciosas e parasitárias	14,87%
Neoplasias	6,74%
Doenças do aparelho respiratório	16,76%
Más-formações congênitas	5,99%
Doenças do sangue	1,93%
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	4,15%
Doenças do sistema nervoso	6,52%
Outras doenças	6,17%
Não foi possível diagnosticar a doença	15,76%
Causas externas de morbidade e mortalidade	21,11%

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), Ministério da Saúde.

Sistema de Informações
para a Infância e
Adolescência (Sipia)

www2.mj.gov.br/sipia/

1. Suely F. Deslandes, Simone G. de Assis e Nilton C. dos Santos, *Violências Envolvendo Crianças no Brasil: Um Plural Estruturado e Estruturante, em Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros*, Brasília, Ministério da Saúde, 2005.

Tabela 2

Mortalidade por causas externas de crianças e adolescentes por faixa etária (2002)					
	Menor	De 1 a	De 5 a	De 10 a	De 15 a
	que 1 ano	4 anos	9 anos	14 anos	19 anos
Acidentes de transporte	9,04%	27,3%	46,25%	33,65%	20,89%
Quedas	4,08%	4,42%	3,75%	2,92%	1,05%
Afogamento e submersões acidentais	3,19%	26,48%	22,52%	20,92%	7,13%
Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	3,81%	6,12%	3,0%	0,49%	0,21%
Envenenamento, intoxicação por exposição a substâncias nocivas	0,62%	1,34%	0,4%	0,14%	0,11%
Lesões autoprovocadas voluntariamente	0%	0,05%	0,1%	3,72%	4,48%
Agressões	7,98%	5,14%	5,76%	20,61%	54,9%
Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada	13,03%	9,51%	6,36%	6,85%	7,0%
Intervenções legais e operações de guerra	0%	0%	0%	0%	0,29%
Todas as outras causas externas	58,24%	19,64%	11,86%	10,71%	3,94%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SIM, Ministério da Saúde.

de 7 anos de idade, talvez merecesse ser alvo de uma análise mais atenta e refinada. Um detalhamento maior dos dados poderia revelar novos agravos na saúde da criança pequena e até, se for o caso, reorientar as políticas de prevenção a acidentes e violência contra crianças nessa idade.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o conceito de acidente como evento imprevisível é incorreto e contraproducente, além de dificultar uma abordagem adequada. A tendência atual considera que o acidente, na grande maioria das vezes, não ocorre ao acaso e pode ser evitado. Na mesma direção, outros especialistas argumentam que “muitos acidentes que acontecem com crianças poderiam ser classificados como violência”. E perguntam se todos os acidentes são acidentais².

De acordo com o artigo O Impacto da Violência na Infância e Adolescência Brasileiras³, muitos desses acidentes indicam negligência e falhas nos cuidados e na supervisão das crianças.

O Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinixtox), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por exemplo, revela que 25% dos casos de intoxicação registrados em 2001 – fatais ou não – aconteceram com crianças com menos de 5 anos de idade. Os principais agentes causadores são medicamentos e produtos de limpeza.

Com relação a essa causa específica de mortalidade, caberia aos pais atenção redobrada e ao poder público elaborar e aprovar leis que contribuam para a prevenção. Tramitam no Congresso Nacional dois projetos de lei: um que proíbe a venda de álcool líquido e outro que visa à adoção de uma Embalagem Especial de Proteção à Criança (EEPC) para produtos químicos e medicamentos que apresentem riscos à saúde. Essa embalagem dificulta que crianças com menos de 5 anos de idade abram a embalagem e retirem o produto.

Outros tipos de ocorrências frequentes, como quedas e afogamentos, dependem de cuidados dos pais ou responsáveis para ser evitados. Analisando o perfil das mortes de crianças menores de 9 anos, especialistas em saúde pública⁴ assinalam que, nos casos de morte por queimaduras ou queda de janelas, em geral não havia nenhum adulto em casa no momento do acidente.

É importante refletir sobre o quanto podem ser evitáveis os acidentes com as crianças, porém não se deve responsabilizar apenas a família por essas mortes. Muitas vezes, os pais não dispõem de informações suficientes para perceber os riscos aos quais as crianças estão sujeitas. Realizar campanhas de esclarecimento sobre esses acidentes e

2. Deslandes, Assis e dos Santos, *op. cit.*

3. Maria Helena Prado Mello Jorge e Edinilza Ramos de Souza, *Violência Faz Mal à Saúde*, Ministério da Saúde, 2004.

4. Deslandes, Assis e dos Santos, *op. cit.*

ensinar métodos de prevenção é uma boa maneira de alertar todos.

A morte de meninos e meninas causada por violência intencional, entretanto, é possível de ser quantificada. As agressões, definidas como qualquer lesão infligida por outra pessoa com a intenção de ferir ou matar, corresponderam a 5,14% das mortes por causas externas de crianças entre 1 e 4 anos em 2002.

Tabela 3

Denúncias de violência por tipo, faixa etária e raça das vítimas							
Idade	Categoria	Amarelo	Branco	NI*	Índio	Negro	Pardo
0	Negligência	0	2	3	0	2	1
	Violência física	0	4	0	0	0	1
	Violência psicológica	0	2	1	0	0	1
	Subtotal	0	8	4	0	2	3
1	Violência sexual	0	5	0	0	1	5
	Negligência	0	41	2	0	16	27
	Violência física	0	41	2	0	11	26
	Violência psicológica	0	17	0	0	3	5
	Subtotal	0	104	4	0	31	63
2	Violência sexual	0	14	0	0	4	6
	Negligência	0	48	3	0	22	52
	Violência com morte	0	0	0	0	0	1
	Violência física	2	61	3	0	16	53
	Violência psicológica	0	25	1	0	4	14
	Subtotal	2	148	7	0	46	126
3	Violência sexual	0	21	0	0	5	13
	Negligência	0	47	0	1	23	59
	Violência física	0	56	2	1	25	60
	Violência psicológica	0	19	0	0	8	12
	Subtotal	0	143	2	2	61	144
4	Violência sexual	0	15	2	0	5	16
	Negligência	0	43	4	0	17	57
	Violência com morte	0	0	0	0	0	1
	Violência física	0	55	2	0	23	77
	Violência psicológica	0	23	2	0	6	22
	Subtotal	0	136	10	0	51	173
5	Violência sexual	0	17	0	0	4	10
	Negligência	0	60	1	0	18	63
	Violência física	1	69	0	0	23	78
	Violência psicológica	0	23	0	0	8	9
	Subtotal	1	169	1	0	53	160
6	Violência sexual	0	21	0	0	7	6
	Negligência	1	43	0	1	12	44
	Violência física	1	53	1	1	18	68
	Violência psicológica	1	21	1	0	2	13
	Subtotal	3	138	2	2	39	131

Fonte: Documento preliminar do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com base em dados do Disque-Denúncia. O dado representa a cor declarada pelo denunciante.

*Raça não identificada.

Boa parte dos casos de violência contra a criança não resulta, necessariamente, em óbito, mas tem forte impacto na saúde e no desenvolvimento infantil. De maneira geral as crianças pequenas estão mais vulneráveis às agressões que acontecem no âmbito doméstico – tanto as fatais como as não fatais –, segundo o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002), da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Entre as violências não fatais que ocorrem no âmbito doméstico, destacam-se, além da violência física, a negligência, os abusos sexuais e a violência psicológica.

Documento preliminar do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes mostra que, de fevereiro a setembro de 2005, houve 1.942 denúncias de violência contra crianças de até 6 anos no serviço Disque-Denúncia, da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Geral da Presidência da República. A maior parte diz respeito a violência física e negligência.

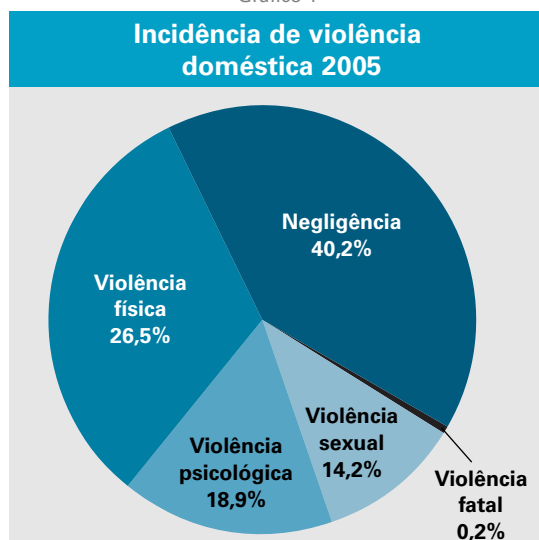
Os dados também indicam que a faixa etária tem mais influência que a condição racial ou étnica (veja Tabela 3). Quanto ao gênero, a maioria das vítimas é menina.

Conforme levantamento do Laboratório de Estudos da Criança (Lacri), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), entre as modalidades de violência doméstica às quais crianças e adolescentes de até 19 anos estão sujeitos, a negligência⁵ é a mais frequentemente notificada: correspondeu a 40,2% em 2005 (veja Gráfico 1). Foram pesquisados dezesseis Estados e o Distrito Federal. É importante ressaltar que os números representam apenas a ponta de um enorme iceberg de violências.

Segundo a pesquisa do Lacri, a segunda modalidade de violência doméstica mais notificada é a física. O relatório da OMS aponta que, entre as violências físicas, as que mais atingem as crianças pequenas se manifestam com fraturas em locais que normalmente não seriam quebrados. Há também muitos casos de crianças de até 9 meses de

5. Negligência representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Ela configura-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, etc. e quando tal falha não é o resultado de condições de vida além do seu controle. Fonte: Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra, *Infância e Violência Fatal em Família*, SP, Iglu, 1998.

Gráfico 1



Fonte: Laboratório de Estudos da Criança (Lacri) da Universidade de São Paulo (USP), Quadro Síntese de Violência Doméstica Notificada, 2005 (link estatísticas brasileiras em www.usp.br/ip/laboratorios/lacri/).

idade que sofrem da Síndrome do Bebê Sacudido, causada por sacudidas de forma violenta na criança, que podem gerar hemorragias e até a morte.

Ainda de acordo com a sistematização do Lacri, a violência sexual é um dos tipos de violência doméstica contra crianças e adolescentes menos notificados. Essa baixa presença nas notificações pode ser justificada pelo tabu que representa.

Dados da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia), que gerenciou o Disque-Denúncia até 2003, mostram que, nas 1.560 denúncias de abuso sexual recebidas entre 1997 e 2003, 18% das vítimas tinham menos de 8 anos. A pequena amostra não pode ser estendida ao Brasil, mas evidencia a dimensão do problema em escala nacional.

Estudo qualitativo com crianças atendidas pelo Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil, do Hospital Pérola Byington, em São Paulo – uma das principais referências brasileiras no tratamento da questão⁶ – aponta que, até os 10 anos de idade, o tipo de violência predominante é o atentado violento ao pudor sem nenhum tipo de agressão física e mesmo contato genital. Segundo a pesquisa, os principais agres-

sores desse tipo de violência são familiares e pessoas próximas à criança, e o ambiente em que ele mais ocorre é o doméstico.

Na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, muitas adolescentes vítimas revelaram nos testemunhos que haviam sofrido abuso sexual intrafamiliar na infância. Essa violência, somada a outras vulnerabilidades, acabava envolvendo-as nas redes de exploração sexual.

Apesar dos dados escassos sobre a exploração sexual comercial de crianças, estudo recente feito pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria)⁷ identificou 26 rotas específicas de exploração de crianças⁸.

Pouca punição e responsabilização

Estima-se que 20% das mulheres e 10% dos homens de todo o mundo tenham sofrido violência sexual na infância. A estimativa do número de agressores punidos, entretanto, é bem menor: 6%. No caso brasileiro, devido à lentidão e ao acúmulo de processos no Judiciário, é possível que seja menor⁹. Em relação à violência contra crianças de até 6 anos, acredita-se que o número seja ainda mais reduzido, devido à dificuldade de apresentação de provas.

Com o objetivo de promover uma gestão integrada dos direitos e da política de atenção à infância e à adolescência, foi criado o Sistema de Garantia de Direitos, articulação de órgãos e ações governamentais e não-governamentais prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, apesar do papel estratégico para diagnosticar e enfrentar a violência sexual na infância, as unidades do sistema ainda não foram implementadas de maneira suficientemente abrangente.

As Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), por exemplo, foram criadas para receber denúncias e apurar crimes contra crianças e adolescentes, além de atuar na prevenção e defe-

6. *Estudo de Fatores Relacionados à Violência Sexual Contra Crianças, Adolescentes e Adultas*. Jefferson Drezett, Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil, tese de doutorado, 2000.

7. Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (Pestraf)*, Brasília, Cecria, 2002.

8. *Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros*, Ministério da Saúde, 2005.

9. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, *Abuso Sexual Infantil*, São Carlos, Laboratório de Análise e Prevenção da Violência/Departamento de Psicologia/Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2001.

sa dos seus direitos. Com base no princípio da proteção integral, esses órgãos têm estrutura diferenciada das delegacias comuns para fazer um atendimento qualificado. E têm contribuído para um alto índice de resolubilidade dos inquéritos policiais.

O número de delegacias de proteção, no entanto, é pequeno: até 2003, havia apenas 24 delas em dezesseis Estados e no Distrito Federal¹⁰. A continuação do processo também é prejudicada, pois o número de varas especializadas, instâncias que julgam os processos de crimes contra os direitos da criança e do adolescente, é menor ainda: apenas quatro em todo o Brasil.

A violência nos abrigos e nas escolas

Fora do ambiente doméstico, creches, abrigos e pré-escolas são outros espaços onde ocorre violência contra a criança. As estatísticas, no entanto, ainda são raras. A falta de dados sistematizados pode ser atribuída à pouca estruturação de órgãos relevantes do Sistema de Garantia de Direitos ou a uma falta de prioridade dos mesmos para as crianças pequenas e a violência que lhes afeta.

Para este relatório, o UNICEF fez consultas aos Centros de Apoio Operacional (CAO) da Infância e da Juventude, órgãos auxiliares dos Ministérios Públicos estaduais, e Defensorias Públicas dos Esta-

dos e do Distrito Federal, sobre denúncias e investigações sobre violência em creches, escolas e abrigos afetando crianças de até 6 anos.

Apenas o CAO de Goiás respondeu – tinha dois processos instaurados. Os órgãos de outros Estados alegaram ausência de denúncias e falta de apoio para sistematizar os dados.

Em relação às defensorias, sete se manifestaram. Dessas, apenas duas possuíam registros de violência nesses espaços. A Defensoria Pública do Paraná recebe em média uma denúncia por mês. No Rio de Janeiro, a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cdedica) registra cerca de dois casos por mês de lesões sofridas por crianças em creches e abrigos.

As respostas indicaram que a atenção prioritária das Defensorias Públicas, em geral, continua sendo a adolescentes em conflito com a lei. Por excesso de trabalho, poucas defensorias assumem o papel de zelar pela proteção da criança pequena com seus direitos ameaçados ou violados. Assim, ações em relação a creches, pré-escolas e abrigos ainda são raras.

DIAGNÓSTICO E ENFRENTAMENTO

No Brasil, o enfrentamento da violência contra a criança ganha caráter mais oficial a partir de

10. *Delegacias de Proteção e Infância*, UNICEF/Saraiva, 2004.

Trabalho pioneiro

Centro de Referência trata agressores e vítimas para reconstituir laços familiares

Há dez anos, o Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV), mantido pelo Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo, trabalha com a perspectiva de sensibilização do agressor para recuperar uma dinâmica familiar saudável. O propósito do atendimento psicológico é alterar a compreensão da função do familiar-agressor dentro da família. E mudar a visão do papel e do lugar da criança, criando um olhar mais respeitoso.

Jogos dramáticos, vídeos e trabalhos em grupo marcam a estratégia de sensibilização. Assim como os agressores, as vítimas e outros familiares também passam por atendimento psicossocial, separadamente. Dessa forma, é possível abrir espaço para discussões conjuntas.

Os agressores chegam ao CNRVV por indicação da Justiça. Geralmente ou perderam a guarda da criança ou foram

afastados temporariamente da família. O centro tenta incentivar a reaproximação. Não há um prazo preestabelecido para que isso aconteça. Tudo depende da evolução do tratamento. Quando o agressor retorna à família, a fase de reintegração também é acompanhada pelos profissionais do centro.

E, mesmo depois que eles já não necessitam de atenção sistemática, a

1998, quando passa a ser considerada uma questão de saúde pública e o Ministério da Saúde reúne diversos setores da sociedade para debater a questão. O fruto dessas discussões foi o lançamento, em 2001, da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Violência e Acidentes.

A política reconhece a gravidade da questão e propõe diretrizes para enfrentá-la de maneira mais eficaz:

- Promover a adoção de comportamentos seguros e ambientes saudáveis.
- Monitorar a ocorrência de acidentes e violências.
- Sistematizar, consolidar e ampliar o atendimento pré-hospitalar.
- Dar assistência interdisciplinar e intersetorial às vítimas.
- Estruturar e consolidar o atendimento voltado à recuperação e à reabilitação.
- Capacitar recursos humanos.
- Apoiar o desenvolvimento de recursos e pesquisas.

Essa política nacional estabelece ações de prevenção, além de atendimento especializado a grupos mais vulneráveis à violência, como a população infantil. Também prevê a tipificação e o diagnóstico da violência, com a notificação dos maus-tratos aos órgãos de defesa dos direitos infanto-juvenis.

Com base nessa política, foram criados os Núcleos de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde, em 2004. De caráter estadual e municipal, eles têm como missão elaborar o plano municipal e estadual de pre-

venção da violência e promoção da saúde. Também está em pauta articular diversos setores para prevenir a violência e desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde para segmentos populacionais mais vulneráveis, como crianças e adolescentes.

Os núcleos estão sendo implementados em municípios considerados de alto risco de violência. Até outubro de 2005, havia 65 núcleos instalados.

Menos de um ano depois do lançamento da política, a notificação dos agravos contra crianças e adolescentes já havia se tornado obrigatória, com a publicação da Portaria nº 1.968, de 25 de outubro de 2001, do Ministério da Saúde. A partir de então, o serviço médico que atende casos suspeitos ou comprovados de qualquer tipo de maus-tratos contra crianças e adolescentes é obrigado a notificar o Conselho Tutelar, que deve encaminhar o caso aos órgãos competentes.

A notificação e seus desdobramentos cumprem duas funções: garantir o melhor encaminhamento possível para as crianças vítimas de violência e produzir informações para um diagnóstico que subsidie a formulação de políticas de atendimento eficientes e eficazes.

Barreiras culturais e estruturais

Alguns entraves impedem que se incorpore essa determinação como prática cotidiana. O primeiro deles

assistência continua. Profissionais do CNRVV realizam visitas domiciliares periódicas às famílias. “A intenção é atuar para que se esgotem todos os recursos de recuperação”, diz a psicóloga Dalka Ferrari, coordenadora do centro. Até outubro de 2005, foram atendidos 14 agressores, de um total de 141 pessoas.

Além do pólo no município de São Paulo, o centro também implantou unidades no entorno, para realizar oficinas de prevenção à violência doméstica.

O CNRVV foi concebido em 1994 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes diante de situações de violência doméstica. Dessa forma, recebe também vítimas e familiares que não foram os autores da agressão.

“Demorei um tempo para entender a verdade. A gente busca uma solução para os problemas, mas não existe uma resposta mágica para dissolvê-los”, diz N*, 38 anos, uma das familiares atendidas em São Paulo. Mãe de uma menina e de um

menino, ela descobriu, no final de 2002, quando já estava separada do marido, que seus filhos, na época com 5 e 9 anos, sofriam constantes abusos sexuais por parte do pai. Sentiu-se culpada por não ter notado antes. “Não os protegi”, diz. Depois de passar sozinha por várias tentativas de tratamento, N. chegou ao CNRVV, onde os filhos também começaram a ser atendidos. Lentamente, a convivência familiar foi melhorando e ela começou a superar o passado.

*Nome omitido a pedido da entrevistada.

é a dificuldade e a resistência dos profissionais de saúde em identificar e notificar maus-tratos. Os estudantes de medicina não são capacitados para identificar casos de violência nas faculdades, e muitos médicos ainda acreditam que o enfrentamento da violência é uma questão de segurança pública.

Essa mentalidade está mudando pouco a pouco. Segundo o estudo *Atuação dos Modelos de Saúde: Dois Exemplos Como Inspiração*¹¹, as secretarias municipais e estaduais de Saúde têm buscado investir na capacitação dos profissionais. Multiplicam-se cursos e palestras sobre o tema, o que revela reconhecimento do problema e disposição para atuar.

Exemplo disso são as campanhas de prevenção a acidentes e violências realizadas desde 1998 pela SBP em parceria com órgãos governamentais e organismos internacionais. As campanhas

incluem divulgação de informações para o público em geral e distribuição de folhetos para auxiliar a conduta médica.

Outro exemplo é a cartilha sobre violência distribuída aos agentes comunitários de saúde de todo o Brasil. Eles são capacitados para detectar características de violência nos pacientes e orientados a avisar os técnicos do Programa Saúde da Família (PSF), que entram em contato com a rede de proteção local.

Pouca integração

A ausência de articulação é um fator que também prejudica o encaminhamento das denúncias. Nos Conselhos Tutelares do Rio de Janeiro, o Ministério Público tomou conhecimento de apenas 20% do total de casos atendidos e confirmados em

11. Suely Ferreira Deslandes e Romeu Gomes, em *Violência Faz Mal à Saúde*, Ministério da Saúde, 2004.

Uma família para cada criança

Preconceito, falta de conhecimento e de articulação impedem que muitas crianças sejam adotadas no Brasil

A adoção é a última medida estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para assegurar o direito à convivência familiar. Depois de esgotadas todas as possibilidades de permanência ou de retorno à família de origem, a colocação em família substituta é uma maneira de garantir o pleno desenvolvimento infanto-juvenil. Preconceito, falta de conhecimento e de articulação impedem que muitas crianças sejam adotadas no Brasil.

Os desafios a ser superados são grandes. A começar pelo diagnóstico da questão. Não se conhece nem mesmo o número oficial de adoções efetivadas no País. Isso acontece porque o sistema de adoção funciona de forma descentralizada, praticamente em nível municipal. As varas da Infância e da Juventude e as comarcas do interior dos Estados são res-

ponsáveis pelo cadastramento dos pretendentes à adoção, das crianças que podem ser adotadas e dos processos de adoção realizados. Em geral, esses dados não chegam sequer a ser centralizados por Estado.

Cenário nebuloso

Não existem dados nacionais sobre as crianças disponíveis para adoção e as pessoas que pretendem adotá-las. É impossível saber quantas e quem são. O sistema atual de cadastros é municipalizado. Cada comarca tem o seu.

Dentro das metas do Plano Nacional em relação à adoção encontra-se a instituição de um registro nacional de crianças em situação de adoção e de famílias pretendentes, que facilitaria a adoção entre os Estados. Até que se tenha um cadas-

tro nacional, é difícil para as famílias pretendentes adotarem fora da comarca ou Estado onde elas residem. Isso tende a favorecer adoções internacionais, que, de acordo com a Convenção Internacional de Haia (1993) teria de ser a última medida.

A previsão é que o cadastro nacional de famílias pretendentes a adoção e de crianças que podem ser adotadas passe a funcionar no primeiro semestre de 2007. Seis Estados (Pernambuco, Minas Gerais, Goiás, Pará, Espírito Santo e Ceará) já estão migrando seus dados para esse sistema.

O ideal seria que, uma vez que não houvesse pretendentes à adoção de uma criança em determinada cidade, eles fossem procurados em outros municípios do País. Desde 2004, o governo brasileiro tenta implementar essa idéia, com a

2001¹². Em apenas 7% desses casos houve retorno do Ministério Público sobre o encaminhamento da questão. Além disso, foram poucas as crianças vítimas e familiares encaminhados para atendimento médico ou psicológico. De maneira geral, não há diálogo sistematizado entre o sistema de saúde, os Conselhos Tutelares e outros atores de proteção à criança, como Poder Judiciário, escolas e Ministério Público.

Essa ausência de diálogo dificulta a realização de um atendimento integrado. Mas cidades como Curitiba, Niterói (RJ), Goiânia e Manaus, por exemplo, conseguiram criar uma rede de proteção eficiente.

O atendimento à família

A Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Violência e Acidentes prevê a ado-

ção de medidas de prevenção, detecção e tratamento da violência doméstica, ressaltando que elas devem envolver um conjunto de ações intersectoriais voltadas à família.

A política nacional estabelece a ampliação de um atendimento interdisciplinar que assegure apoio médico, psicológico e social às famílias, como os serviços de atenção às famílias com dinâmicas violentas que já existem no País.

Para romper com a violência, é necessário que os serviços de atenção voltem o olhar para a família como um todo, e não apenas para a criança. Segundo o estudo *Famílias: Parceiras ou Usuárias Eventuais?*, realizado pelo UNICEF e pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), há uma demanda crescente de ações que colaborem com a família para socializar e superar seus problemas.

12. Kleber Silva, *Notificação de Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro aos Conselhos Tutelares*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

utilização do Módulo III do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (Sipia), com informações centralizadas sobre os pretendentes, as crianças que podem ser adotadas, as adoções realizadas, o acompanhamento dos processos judiciais dessas adoções de todo o Brasil. Os municípios passariam suas informações para o Estado, que seria o encarregado de repassar para o cadastro nacional.

A implementação ainda está em estágio inicial. A previsão é que o cadastro nacional passe a funcionar no primeiro semestre de 2007. Para a coordenação do Sipia, a principal dificuldade é a falta de infraestrutura nas varas da Infância e da Juventude, responsáveis pela alimentação do sistema. Uma adequação técnica está sendo realizada, para depois, então, começarem a fazer uso do sistema.

Outra questão que atravança o processo de adoção: o nível de exigência dos candidatos à adoção. Segundo a Subsecretaria

de Direitos Humanos da Presidência da República, o perfil das crianças desejadas obedece ao seguinte padrão: brancas, com no máximo 2 anos de idade, sem problemas de saúde e sem irmãos. Meninos e meninas com esse perfil representam menos de 3,3% do total de crianças abrigadas no Brasil, de acordo com o Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

O papel dos Grupos de Apoio à Adoção é fundamental para a mudança dessa cultura. Formado, em geral, por pessoas que já adotaram, esses grupos oferecem atendimento e apoio aos pais e mães adotivos no processo de espera por uma criança e na etapa posterior à adoção.

Os grupos têm o potencial de incentivar a adoção de crianças mais velhas ou com características diferenciadas. De acordo com pesquisa do Centro de Capacitação e Incentivo à Formação de Profissionais, Voluntários e Organizações que Desenvolvem Trabalho de Apoio à

Convivência Familiar (CeCIF), realizada com 30 grupos de adoção no Estado de São Paulo em 2003, 71% dos pretendentes à adoção chegam querendo crianças de até 2 anos. Depois do trabalho dos grupos, 6% desses pretendentes adotaram crianças mais velhas. Em todo o Brasil, existem pelo menos cem desses grupos.

Os entraves à adoção também estão sendo combatidos nas diretrizes para o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. A obrigatoriedade de envio mensal dos cadastros locais de adoção ao Judiciário estadual, a consolidação do Módulo III do Sipia e a integração das varas da Infância e da Juventude com os grupos de apoio à adoção são algumas das ações previstas na política. A idéia é trabalhar a cultura para que as adoções passem a ser mais centradas nas necessidades dos meninos e meninas, em vez de focar as características preferenciais da família.

Uma das principais dificuldades dos serviços é acompanhar os casos. Outra é estabelecer ações em rede

Em 2004, o estudo analisou dez desses serviços, governamentais e não-governamentais, nas cinco regiões brasileiras e ressaltou a importância da atenção terapêutica sistêmica envolvendo toda a família, e não somente a criança vítima e sua mãe.

A pesquisa detectou que, de maneira geral, o trabalho com as famílias se restringe ao atendimento da mãe, da criança e do adolescente. O pai e os irmãos nem sempre são envolvidos. Outra ausência foi o tratamento destinado ao agressor. Na época, em todo o País, apenas uma instituição, o Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV), do Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo, realizava de forma sistemática esse tipo de trabalho (*leia o texto Trabalho pioneiro*).

Uma das principais dificuldades dos serviços é acompanhar os casos. Outra é estabelecer ações em rede. O pouco envolvimento das escolas foi o campeão de queixas dos técnicos das organizações que trabalham com as vítimas de violência: elas não cumprem o papel fundamental de prevenir e detectar precocemente as situações de violência.

A quebra do ciclo da violência, entretanto, não acontece apenas com a atenção psicossocial à família. Os próprios serviços estudados reconhecem a importância de programas como o de geração de emprego e renda para a eficácia da recuperação de uma dinâmica familiar saudável.

Enquanto a violência familiar é considerada a principal razão para que crianças e adolescentes deixem suas casas e vivam nas ruas, a pobreza é o que leva meninos e meninas a ser retirados de casa e conduzidos para abrigos. Com isso, além de não ter o direito à convivência familiar e comunitária, esses meninos e meninas ficam sujeitos a várias outras violências, físicas ou simbólicas.

Acompanhamento integral

Desde 1999, 9 mil pessoas foram capacitadas para detectar e acompanhar casos de maus-tratos e abuso sexual contra meninos e meninas, em Curitiba

Em Curitiba, a regra é checar todos os casos de suspeita de violência. E a notificação é feita por mais de um órgão, inclusive as escolas. Criada há sete anos, a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência tenta solucionar a questão da invisibilidade da violência contra meninos e meninas.

Desde 1999, 9 mil pessoas foram capacitadas para detectar e acompanhar casos de maus-tratos e abuso sexual contra meninos e meninas. No treinamento, os profissionais dos serviços de saúde, das escolas, dos Conselhos Tutelares e de outras instâncias aprendem a reconhecer

os sinais e as lesões que crianças e adolescentes podem apresentar, a avaliar o nível de gravidade do ato violento, e a reconhecer as características mais comuns das crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos. Além disso, aprendem sobre o perfil das famílias e dos agressores e a abordar a criança e a sua família.

A união faz a força

A rede de proteção funciona de maneira descentralizada. A cidade é dividida em nove regiões. Cada uma delas possui diversas microrredes intersetoriais, integradas por hospitais, escolas, Conselhos Tutelares e outras instâncias.

Diante de suspeita ou comprovação de violência, professores, médicos, assistentes sociais, dentistas, psicólogos, pedagogos, entre outros, preenchem a ficha de notificação obrigatória.

O Conselho Tutelar e o SOS Criança recebem uma via cada um e, caso seja necessário, são acionados por telefone. Todos os casos são acompanhados e monitorados pelos serviços que atendem de alguma forma a criança e sua família. Em 2004, foram notificados 2.219 casos de meninos e meninas em risco de violência. Eles foram acompanhados por todos os serviços que compõem a rede local. A escola é avisada do problema pelo

Não se conhece ao certo o número de abrigos e de crianças abrigadas. Cada vez mais cidades estão começando a fazer levantamentos a respeito – incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Maceió e Belém. Por enquanto, o Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada, realizado em 2003 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é o mais abrangente. O levantamento investigou 589 instituições de abrigamento que recebem recursos da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), onde se encontraram 19.373 meninos e meninas. A rede não contempla todos os abrigos de um município e só chega a 5,9% do País.

Caráter de exceção

O abrigamento é apenas uma das oito medidas previstas pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente para proteger meninos e meninas cujos direitos foram violados. Mas as ações que preservam os vínculos familiares têm preferência, segundo a lei. O abrigamento é definido como medida provisória e excepcional, a ser empregado enquanto se reverte a situação de violação ou como transição para uma família substituta. Só deve ser aplicado quando se esgotarem todas as tentativas de permanência da criança na família.

Entretanto, não é o que acontece geralmente. De acordo com a pesquisa do Ipea, 87% das crianças no abrigo têm família e 58,2% recebem visitas familiares regulares. Esse estudo não traça o perfil da família das crianças abrigadas; porém, outra pesquisa, realizada nos abrigos da cidade de São Paulo¹³, mostra que boa parte dos pais de meninos e meninas dessas instituições tem baixa escolaridade, está desempregada ou em subempregos. Muitos citaram a distância dos abrigos e o custo do transporte como empecilho para a visita aos filhos.

13. *Por Uma Política de Abrigos em Defesa das Crianças e dos Adolescentes na Cidade de São Paulo*. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente/Departamento de Serviço Social/Universidade de São Paulo, 2004.

conselho. Junto com outros serviços, como a unidade de saúde e os programas de jornada ampliada, discute e acompanha os casos identificados naquela área.

“O acompanhamento é a parte mais longa do processo”, conta a pedagoga Cybelle Andriolli Pereira, supervisora de uma escola de ensino infantil e fundamental da cidade e articuladora da rede local. Isso porque ele deve ser constante e todas as instâncias devem participar. Uma vez por mês, os representantes das instituições que compõem a rede local se reúnem para discutir o andamento dos casos detectados.

Um dos principais ganhos da rede foi a inclusão da negligência e da violência psicológica na ficha de notificação, duas questões que não eram encaradas como formas de violência por diversos

profissionais que lidavam diretamente com a criança.

“A rede também atua quando percebe má alimentação, negligência no cuidado com a saúde, entre outros”, diz Cybelle Andriolli. Nesses casos, busca-se incluir a família em serviços médicos, cursos de gerenciamento de alimentação e programas de renda do município.

Busca de soluções

A pediatra Luci Pfeiffer, da Sociedade de Pediatria do Paraná, uma das pioneiras na implementação da rede, acredita que ainda existam algumas barreiras para seu pleno funcionamento. A falta de serviço de atendimento à saúde mental é uma delas. Para tentar solucionar o problema, a prefeitura municipal realizou convênio com ONGs que oferecem esse tipo de tratamento.

Outro entrave é a lentidão dos processos judiciais. “Muitas vezes, essa lentidão faz com que as crianças vítimas da violência sejam obrigadas a conviver com o agressor”, conta. A tentativa de resolver essa questão já foi colocada em prática. Em 2005, a Vara da Infância e Juventude começou a participar de reuniões mensais da coordenação da rede.

Uma iniciativa da Sociedade de Pediatria do Paraná pretende, ainda, criar uma ficha de notificação e um laudo técnico diferenciados quando a vítima de violência for criança ou adolescente. “Se os tipos de violência e as consequências delas são diferentes quando praticadas em crianças ou em adultos, o seu diagnóstico também deve ser”, diz Luci. A idéia é que a prática se torne lei no Estado.

O caráter excepcional e provisório da medida de abrigo, previsto no Estatuto, em geral não é respeitado

Violações em série

O panorama traçado pela pesquisa do Ipea aponta outras violações ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Um total de 24,1% das crianças está nos abrigos porque a família não possui recursos materiais para cuidar delas. O segundo e o terceiro motivos mais freqüentes para o abrigo são o abandono e a violência doméstica. O Estatuto da Criança e do Adolescente, entretanto, estabelece que meninos e meninas não podem ser afastados da família por falta de recursos materiais. Nesse caso, a família deve ser incluída em programas oficiais de auxílio. Somadas, as questões relacionadas à pobreza são responsáveis por 51,7% dos abrigamentos (veja Tabela 4).

Tabela 4

Principais motivos para o abrigo	
Carência de recursos materiais	24,1%
Abandono pelos pais ou responsáveis	18,8%
Violência doméstica	11,6%
Pais ou responsáveis dependentes químicos	11,3%
Vivência de rua	7,0%
Morte dos pais ou responsáveis	5,2%
Prisão dos pais ou responsáveis	3,5%
Abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis	3,3%
Ausência de pais ou responsáveis por doença	2,9%
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança ou adolescente com deficiência física ou mental	3,6%
Pais ou responsáveis com deficiência	2,1%
Submissão à exploração no trabalho, tráfico e/ou mendicância	1,8%
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança ou adolescente com HIV	1,3%
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança ou adolescente dependente químico	1,2%
Submissão à exploração sexual	1,0%
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança ou adolescente com câncer	0,7%
Pais ou responsáveis sem condições para cuidar de adolescente gestante	0,2%
Sem informação	0,4%

Fonte: Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC. Ipea, 2003.

Em geral, a falta de retaguarda, de programas de apoio e orientação familiar, leva ao uso excessivo de medidas de abrigo de crianças em situação de vulnerabilidade. Isso afeta a mãe de baixa renda que precisa trabalhar, mas não tem creche disponível para deixar a criança. Ela pode, por exemplo, acabar levando-a para um abrigo, deixando-a lá por muito tempo. E afeta também Conselheiros Tutelares e juizes que não contam com programas para encaminhar as famílias e lidam com o dilema sobre como proteger uma criança com seus direitos ameaçados ou violados. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) admite que o fato de a maior parte dos abrigamentos ser causada pela pobreza mostra um erro na aplicação da medida.

Uma eternidade comprometedora

O caráter excepcional e provisório da medida do abrigo, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, em geral não é respeitado. O levantamento do Ipea mostrou que mais da metade das crianças estava nas instituições havia mais de dois anos.

As conseqüências desse longo período de institucionalização podem ser graves e afetar o desempenho cognitivo e a própria capacidade de sobrevivência da criança. Além da total dependência de outras pessoas, é prática comum que nos abrigos ninguém tenha posse de nenhum bem. Depois de viver boa parte da vida em uma instituição onde não existe individualidade, como uma pessoa conseguirá se manter fora do abrigo?

Em uma decisão inédita no País, o juiz Alexandre Moraes da Rosa, de Joinville (SC), concluiu, em dezembro de 2004, que era dever do município manter financeiramente até os 21 anos um jovem de 18 anos que desde os 8 estava abrigado em razão de violência doméstica. Quando descobriu que não podia mais ficar em uma instituição, ele se viu perdido. Não se sentia apto a enfrentar o mundo lá fora, pois o município, segundo o juiz, não lhe havia oferecido a possibilidade de construir um projeto de vida autônomo.

Situação indefinida

A Justiça é responsável por encaminhar oficialmente as crianças aos abrigos. O Conselho Tutelar pode fazer isso em caráter emergencial, quando for necessário o afastamento imediato da família. E os abrigos também podem receber crianças entregues diretamente às entidades. Nesses dois últimos casos, o abrigo e o Conselho Tutelar devem comunicar à Justiça a entrada da criança em um prazo máximo de 48 horas, o que parece não acontecer. O levantamento do Ipea mostra que o Judiciário tinha conhecimento de apenas 54,6% dos casos de abrigamentos.

Aliada ao longo tempo de permanência no abrigo, a situação jurídica indefinida gera contradição. As crianças abrigadas têm família, mas não vivem com ela. E a ausência de um trabalho específico para reinseri-las na família torna pouco provável o retorno a essa convivência. No entanto, como os pais detêm a guarda da criança, não se pode conduzi-la a uma família substituta. Por isso, apenas 10,7% dos meninos e meninas em abrigos estavam em condições de ser adotados. E quanto mais tempo demora para que a situação seja definida, menores são as chances de encontrar uma nova família (*leia mais sobre adoção no texto Uma família para cada criança*). Dessa forma, diminuem cada vez mais as possibilidades de proporcionar a convivência familiar garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Convivência negada

A maior parte das instituições não aplica este preceito do Estatuto da Criança e do Adolescente para a medida de abrigamento: a preservação dos vínculos familiares. De acordo com a pesquisa do Ipea, apenas 5,8% delas desenvolvem um conjunto de ações para incentivar a convivência da criança com a família de origem e não desmembrar grupo de irmãos.

Embora boa parte dos abrigos ofereça acompanhamento social à família, apenas 14,1% realizam ações efetivas e conjuntas de reestruturação da família de origem, como aliar o atendimento social a visitas domiciliares, à promoção de grupos de apoio

e à inserção da criança em programas de auxílio familiar. Esse é um trabalho complexo, e a maior parte das instituições não possui condições de realizá-lo.

Segundo o levantamento nacional do Ipea, apenas 6,6% dos abrigos utilizam todos os serviços disponíveis na comunidade, como creches, ensino regu-

Apenas 5,8% dos abrigos desenvolvem um conjunto de ações para incentivar a convivência da criança com a família e não desmembrar grupo de irmãos

lar, atividades de lazer e serviços de saúde. Muitos ainda seguem a tradição dos antigos orfanatos, nos quais todas as atividades eram realizadas dentro da instituição. Com isso, acabam restringindo a participação de meninos e meninas em atividades comunitárias e prejudicando a sua socialização.

Violações ocultas

Além dessas violações, existem outras manifestações de violência dentro dos abrigos, como falta de infra-estrutura, negligência e maus-tratos.

Em 2003, o Núcleo de Orientação e Fiscalização de Entidades (Nofe) da Vara da Infância e da Juventude do Recife visitou os abrigos da cidade e identificou crianças com aspectos depressivos, otites crônicas e desnutrição. Blitze noturnas em uma instituição para meninos e meninas de até 3 anos de idade revelaram que as crianças não eram alimentadas durante a noite.

O Nofe presenciou até casos de violência física: uma criança recebeu pauladas ao tentar pular o muro da instituição. Depois desse fato, o núcleo conversou com as crianças abrigadas e concluiu, na época, que a maior parte dos abrigos da cidade ainda funcionava como instituições corretivas, aplicando a cultura do castigo – muitas vezes psicológico, como o isolamento. Segundo o órgão, que tem a atribuição de cadastrar e fiscalizar os abrigos da cidade, além de orientá-los a se adequarem ao Estatuto da Criança e do Adolescente, essas situações praticamente desapareceram após a atuação do núcleo. No Brasil, ape-

nas no Juizado da Infância e da Juventude de Campo Grande (MS) existe outro núcleo voltado especificamente para os abrigos.

O início de um novo olhar

Mais de uma década após o Estatuto da Criança e do Adolescente, apenas recentemente foi lançado um olhar mais aprofundado sobre os abrigos.

No início de 2005, os CAOs da Infância e da Juventude, órgãos auxiliares do Ministério Público, decidiram criar um fórum nacional para fazer um levantamento estadual semelhante ao do Ipea.

A pesquisa do Ipea foi realizada por demanda de um comitê criado em 2002 pelo então Ministério da Previdência e Assistência Social (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS). Com o panorama, o debate sobre o reordenamento avançou.

A idéia é promover a adequação da institucionalização da criança e do adolescente ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Ter o acolhimento insti-

sáveis por cadastrar as entidades e definir as políticas públicas voltadas a essa parcela da população, cabe a eles estabelecer as diretrizes para que se efetive o reordenamento.

No município do Rio de Janeiro, por exemplo, com base em um diagnóstico sobre os programas de abrigamento, o conselho publicou em 2003 uma Política de Abrigos para Crianças e Adolescentes, que contempla questões previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente: número máximo de 25 crianças por entidade, equipe técnica capacitada, preservação dos vínculos familiares, preparação da criança para o desligamento, não desmembramento do grupo de irmãos, entre outras determinações. As entidades têm três anos para se adequar às normas. Depois desse prazo, a renovação anual do cadastro no conselho fica condicionada a esse ajuste.

Em Porto Alegre, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reúne no Fórum de Abrigos representantes dos Conselhos Tutelares, do Judiciário, do Ministério Público, da gestão da prefeitura municipal, entre outros. A principal proposta é criar uma unidade que controle a entrada, a saída e os processos judiciais de todas as crianças encaminhadas às instituições. O conselho também conseguiu inserir ações dos abrigos no Orçamento Participativo do município.

Reordenar os abrigos é apenas uma das propostas para garantir o direito à convivência familiar e comunitária

tucional como uma das medidas protetivas da lei, mas efetivar seu caráter provisório, substituir a tendência assistencialista de atendimento por ações de caráter emancipatório, garantir condições para um desenvolvimento pleno e adequar o foco da instituição para a reinserção familiar.

Isso porque em algumas situações, como nos casos de violência doméstica grave ou de perda dos pais, a passagem pelo abrigo será necessária. Mas deve ser temporária. Uma instituição que diminua o número de atendidos para garantir atendimento individualizado e priorize o trabalho com a família ou a colocação em família substituta, por exemplo, está no caminho do reordenamento.

Para que essas ações de fato aconteçam, é fundamental o papel dos conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Respon-

Reordenar os abrigos é apenas uma das propostas para garantir o direito à convivência familiar e comunitária. Em outubro de 2004, um decreto presidencial criou a Comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Articularam-se atores das três esferas do poder: instâncias de participação e controle que integram o Sistema de Garantia de Direitos, entidades de atendimento e conselhos dos Direitos, de Assistência Social e da Pessoa com Deficiência. O objetivo da comissão, que contou com o apoio técnico do UNICEF, era estudar e elaborar o plano nacional e as diretrizes da política de promoção, defesa e garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

Uma política que vai além

O Conanda e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) estavam, no início de dezembro, finalizando uma versão do Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária para considerações e comentários dos conselhos estaduais dos Direitos da Criança e de Assistência Social. Em pauta, políticas de apoio à família, maior eficiência do sistema nacional de adoção e regulamentação do acolhimento institucional.

Lugar de criança é na família

Uma das diretrizes do Plano é o reconhecimento legal de programas de acolhimento familiar como alternativa. O acolhimento consiste em colocar a criança em uma família substituta por período temporário, sem romper os vínculos com a família de origem enquanto ela recebe acompanhamento especializado para viabilizar a reintegração na sua família de origem ou os procedimentos de encaminhamento para outra família substituta definitiva. Pesquisa coordenada pelo UNICEF (ainda não publicada)¹⁴ constatou a existência de algumas experiências desse tipo no País: Belo Horizonte, Campinas (SP), Franca (SP), Rio de Janeiro e São Bento do Sul (SC), todas realizadas com a participação do poder público.

De maneira geral, os programas de acolhimento familiar procuram integrar a família acolhedora – voluntários que recebem ajuda de custo – à família de origem, até o momento do retorno, que não deve ultrapassar dezoito meses.

Se a criança permanece em um ambiente familiar, a possibilidade de surgirem conseqüências (como problemas no desenvolvimento emocional e cognitivo) é menor que quando está em abrigos. Além disso, o índice de retorno à família de origem é alto.

ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA

O estudo *Famílias: Parceiras ou Usuárias Eventuais?*, realizado pelo UNICEF e pelo Claves, ressalta que as famílias com dinâmicas violentas

são socialmente mais excluídas que as que não apresentam tal dinâmica.

A ampliação, a articulação e a integração de programas e projetos de apoio sociofamiliar são, portanto, as principais diretrizes da política de convivência familiar. A própria mudança de paradigma na política de assistência social, que elege a família como unidade básica para a ação, desenha um cenário positivo para que essas diretrizes sejam implementadas.

A intenção é que, no contexto do Sistema Único da Assistência Social (Suas), ampliem-se os trabalhos preventivos de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A mudança de olhar e de cultura da assistência à infância consiste em um grande desafio

Uma das diretrizes é a inclusão em programas de complementação e geração ou transferência de renda, como o Bolsa Família, pois o aumento da renda familiar geralmente facilita os processos de ressocialização e o resgate da auto-estima. A integração com outros programas de diversos setores (educação, saúde, cultura) complementa a socialização dos membros da família.

Por fim, a política de promoção do direito à convivência familiar estabelece a elaboração e o aprimoramento de instrumentos para a coleta de dados sobre as famílias; os programas disponíveis; e a metodologia. Assim, para um diagnóstico completo é fundamental a implementação eficiente do Sipiia e do Sistema de Informação do Sistema Único da Assistência Social (Infosuas), além de sua articulação com outros sistemas, como os do Ministério da Saúde, que possuem dados sobre mortalidade.

A mudança de olhar e de cultura da assistência à infância consiste em um grande desafio para gestores e atores do Sistema de Garantia de Direitos. Mas é estratégica para reduzir a violência, a desigualdade social e a constante violação de direito de meninos e meninas brasileiros.

14. Irene Rizzini, Irma Rizzini, Luciene Naiff e Rachel Baptista, *Acolhendo Crianças e Adolescentes: Experiências de Promoção do Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil*, Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e UNICEF. No prelo.

Um exemplo de alternativa ao abrigo

O Grupo Viva Rachid, organização não-governamental sediada no Recife, oferece apoio psicossocial e econômico às famílias de baixa renda, garantindo a crianças e adolescentes soropositivos o direito à convivência familiar



Viva Rachid

Rua dos Prazeres, 258,
Boa Vista, 50070-570,
Recife (PE)

Tel./Fax:

(81) 3221-6206

E-mail:

grupovivarachid@ig.com.br

Carla*, 7 anos, e Joana*, 5, têm HIV. Perderam a mãe há quatro meses em decorrência da Aids. Os avós, desempregados, vivem de pequenos serviços, como a venda de bolos ou a coleta de lixo reciclável. Carla e Joana poderiam ter ficado sozinhas ou ido para abrigos. Porém, toda segunda-feira, a avó e as netas pegam um ônibus e rodam quase 1 hora da periferia de Olinda (PE) a seu destino final: o **Grupo Viva Rachid**, organização não-governamental sediada no Recife cujo objetivo é manter os vínculos familiares de crianças com HIV. É graças à atuação da ONG que os avós conseguem cuidar das meninas.

O Grupo Viva Rachid oferece apoio psicossocial e econômico às famílias de baixa renda com crianças e adolescentes soropositivos. Além de terapia especializada e informações sobre a doença, fornece uma cesta com alimentos fortificados. Para crianças entre 6 meses e 1 ano, distribui a fórmula láctea que substitui o aleitamento, complementando a ação governamental. Em outubro de 2005, cerca de 150 famílias eram atendidas pela organização.

No caso de Carla e Joana, o apoio começou mesmo antes de elas perderem a mãe – o pai delas nunca conheceram. Desde que a mãe das meninas, já doente, procurou o grupo para receber apoio psicológico e alimentação, a avó foi sendo preparada para assumir a responsabilidade de cuidar das netas. A

psicóloga do grupo ia até a casa da família e conversava com a avó. “Me senti mais preparada para cuidar delas”, diz Antônia*, a avó de 44 anos. Atualmente, as segundas-feiras são reservadas para a terapia em grupo. O transporte é pago pela ONG.

Faz parte da prática do grupo buscar a participação de um membro da família extensa da criança, como avós, tios e irmãos. Geralmente, a ONG convida a participar de suas ações o familiar que a própria mãe indicou como pessoa de sua maior confiança. A idéia é fortalecer os laços afetivos e criar um entendimento da questão. “Esse é um trabalho preventivo que realizamos para evitar que os vínculos sejam cortados e as crianças acabem em um abrigo”, diz Alaíde Elias da Silva, coordenadora e fundadora do Viva Rachid. E ela conhece de perto as razões para evitar a institucionalização: morou em orfanatos dos 4 aos 14 anos de idade.

COMO TUDO COMEÇOU

Uma razão mais forte, porém, levou Alaíde a criar a ONG. Seu filho, Rachid, foi diagnosticado tardiamente com Aids em 1990. Havia contraído o vírus por transfusão de sangue. Durante o período em que o menino esteve hospitalizado, mãe e filho vivenciaram as dificuldades de acesso aos serviços de saúde por parte de quem estava com Aids, o desconhecimento da doença pelos profissionais de saúde e a exigüidade dos recursos tera-

*Os nomes foram trocados para preservar a identidade das pessoas.



Na sede, o Viva Rachid concentra as ações de serviço social, articulando-se para melhorar a condição de vida das famílias e atuando no processo de inclusão social

pêuticos disponíveis. Em 1993, o garoto faleceu, aos 3 anos de idade.

Enquanto se dedicava ao filho, Alaíde voltou o olhar para outras crianças de baixa renda com HIV/Aids atendidas no Instituto Materno Infantil, hoje chamado Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira (Imip). Voluntária, acompanhava e atendia as mães das crianças tratadas no Imip, que naquela época se tornava referência nacional em HIV/Aids materno-infantil.

A experiência acumulada facilitou a interação com os profissionais do hospital e o estabelecimento de relações com as famílias das crianças. A conscientização dos pais para que aderissem ao tratamento, sempre na perspectiva do controle da doença, foi um dos enfoques prioritários. Surgia então o Grupo Viva Rachid

As primeiras atividades do Viva Rachid, com apoio técnico e financeiro do UNICEF, concentraram-se em suprir as necessidades básicas de sobrevivência das crianças com HIV, tanto no ambiente hospitalar como na própria residência. Além da atenção à fome, o grupo trabalhou para garantir filtros para o tratamento da água, colchões, lençóis e material didático para as crianças usarem na escola como estímulo ao desenvolvimento pessoal.

QUALIDADE DE VIDA

Atualmente, a frente de trabalho se dá tanto no serviço de hospital-dia do Imip como na sede do Grupo Viva Rachid. No hospital, a atuação de psicólogos e terapeutas ocupacionais é oferecida pela ONG e se caracteriza como apoio às famílias e como complementação das ações médicas. Eles trabalham com a família no momento do diagnóstico e nas atividades (individuais ou em grupo) durante o tratamento.

Na sede, o Viva Rachid concentra as ações de serviço social, articulando-se para melhorar a qualidade de vida das famílias e atuando no processo de inclusão social. As atividades são diversificadas: há demanda de medicação, material de higiene e alimentação, assim como de reforma e construção nos domicílios. Alguns casos são encaminhados para assessorias jurídicas e outros serviços são prestados diretamente pela ONG.

Segundo Alaíde Silva, a situação de cada família é avaliada de forma individual. “Já cheguei em lugares nos quais as crianças com HIV atendidas pelo grupo viviam em condições subumanas”, relembra.

Nesse sentido, a qualidade de vida da dona de casa Maria de Fátima*, 38 anos, e de sua filha Ana*, 9 anos, melhorou consideravelmente. Ela

e o marido estavam desempregados em 1998, quando ela descobriu que era soropositiva e que havia transmitido o vírus para a filha. Na época, a família morava em um quatinho de madeira sem piso. Andavam sobre o barro. No lugar, cabia apenas uma cama de solteiro. O marido dormia em um papelão sobre a terra.

Maria de Fátima conheceu o Viva Rachid no Imip, quando foi procurar atendimento para a filha. Passou a receber cesta básica e terapia. Mas só pediu ajuda para a casa quando não agüentou mais. “Um dia, acordei com ratos passando por cima da gente”, conta. Há quatro anos, a família vive em uma casa cedida pela ONG.

A mudança de ambiente foi benéfica. A pedido da filha, que queria um irmão, Maria de Fátima resolveu ter outro filho. Realizou todos os passos do tratamento para evitar a transmissão vertical. O menino, hoje com quase 4 anos, não tem o HIV.

O marido arrumou emprego de caminhoneiro, e a família já não recebe mais a cesta básica fornecida pelo Grupo. Mas os vínculos com a ONG ainda são fortes. Toda quarta-feira, Maria de Fátima e a filha fazem terapia no Viva Rachid.

OS RESULTADOS

Em 2004, foi realizado um levantamento quantitativo do atendimento do projeto. Naquele ano, a renda familiar per capita de mais da metade das crianças atendidas era de até 60 reais. Um total de 65% delas era do sexo masculino e 55% estavam em escolas ou creches. Mas não se sabe mensurar como a vida delas foi modificada com a atuação da ONG. Por questões financeiras, não há sistematização efetiva do impacto do projeto.

Mesmo contando com financiamento da Fundação Marc (França) e apoio do UNICEF e do governo de Pernambuco, a instituição tem dificuldade em se manter. Muitas vezes, ações importantes, como as visitas domiciliares periódicas, correm risco de ser interrompidas. A equipe de trabalho do Viva Rachid é pequena. São dois psicólogos, dois terapeutas ocupacionais, dois assistentes sociais, um motorista e um auxiliar administrativo, além dos coordenadores. “Nós não temos como realizar avaliações sistemáticas. É uma questão de prioridade e recursos. Temos de priorizar o atendimento às famílias”, diz Alaíde.

No hospital, a atuação de psicólogos e terapeutas ocupacionais é oferecida pela ONG como apoio às famílias e como complementação das ações médicas



Em relação ao impacto, o que se sabe é que, com a distribuição de alimento e a disseminação de informações de higiene, saneamento básico e cuidados gerais, as pessoas atendidas apresentaram cada vez menos quadro clínico de diarreia e desnutrição. Graças ao novo cenário, aliado à introdução da distribuição gratuita dos coquetéis anti-retrovirais, diminuiu o número de mortes de crianças e dos pais.

“Não se morre só de Aids. Se morre de fome, de tristeza de viver na miséria, de falta de condições adequadas de vida. Uma pessoa que passa por isso tudo fica mais vulnerável a desenvolver a doença”, explica a coordenadora do Viva Rachid.

No entanto, o vínculo familiar permanece intacto, o que fortalece emocionalmente as crianças.

Apesar da ausência de números que confirmem o impacto da atuação da ONG, os resultados podem ser comprovados além das estatísticas. O Grupo Viva Rachid recebeu o Prêmio Criança e Paz – Betinho, de 1997, concedido pelo UNICEF, e foi reconhecido como um dos quinze melhores projetos sociais desenvolvidos no Brasil, pela Fundação Abrinq. A aplicação dessa experiência bem-sucedida em outras localidades do País poderia evitar o abrigamento de crianças que perderam seus pais em decorrência do HIV/Aids e garantiria a elas um direito básico: viver em família.



Ameaça à saúde

Nas últimas décadas, os índices de desnutrição infantil foram reduzidos no Brasil, mas a situação atual ainda exige atenção permanente à segurança alimentar e nutricional das crianças

A desnutrição infantil é um problema de dimensões alarmantes em boa parte do mundo. Associada à pobreza e à desigualdade, é um expressivo fator de mortalidade de crianças nos países em desenvolvimento, apesar dos esforços realizados nas últimas décadas para reduzir esse índice. Segundo um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) publicado em 2000, 49% das mortes de crianças menores de 5 anos nos países em desenvolvimento estão relacionadas à desnutrição. Ela também aumenta o risco de uma série de doenças e pode afetar o crescimento e o desenvolvimento cognitivo. Além disso, crianças desnutridas têm mais chance de apresentar complicações de saúde na idade adulta. Por isso, a segurança alimentar e nutricional é uma questão básica da saúde para a infância.

No Brasil, não existe um retrato abrangente e atualizado da desnutrição específica na primeira infância. O último levantamento divulgado a res-

peito do tema foi a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), de 1996. Em comparação com dois estudos semelhantes realizados nas décadas de 1970 e 1980, a PNDS confirma a tendência histórica de queda dos índices de desnutrição em crianças menores de 5 anos (veja *Tabela 1*). A proporção de crianças com baixo peso para a idade, principal indicador utilizado no Brasil, era de 18,4% em 1974, caiu para 7%

Tabela 1

Desnutrição infantil no Brasil (1974-1996)			
	1974	1989	1996
Baixo peso para a idade	18,4%	7,0%	5,7%
Baixa estatura para a idade (desnutrição crônica)	32,0%	15,4%	10,5%
Baixo peso para a estatura (desnutrição aguda)	5,0%	2,0%	2,3%

Fontes: Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef), 1974/1975; Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN), 1989; Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), 1996.

Tabela 2

Proporção de crianças com baixo peso para a idade nas áreas cobertas pelo Pacs e pelo PSF (1999-2004)		
	Crianças menores de 1 ano	Crianças entre 1 e 2 anos
1999	10,1 %	19,8 %
2000	8,2 %	17,5 %
2001	7,0 %	14,6 %
2002	6,1 %	13,0 %
2003	4,8 %	10,1 %
2004	3,6 %	7,7 %

Fonte: Sistema de Informação da Atenção Básica (Siab) do Ministério da Saúde.

em 1989 e chegou a 5,7% em 1996. Esta última porcentagem é muito menor que a média estimada pela OMS para a Ásia (32,8%) e a África (27,9%) na mesma época, e também menor que a média da América Latina (8,3%), porém é maior que os índices apresentados pelos países desenvolvidos, que são próximos de 1%.

A redução alcançada entre as décadas de 1970 e 1990 verifica-se também nos outros dois indicadores usados para mensurar a desnutrição infantil: a proporção de crianças com baixa estatura para a idade e com baixo peso para a estatura. A relação entre estatura e idade é um indicador do his-

tórico nutricional da criança. Serve, portanto, para identificar os casos de desnutrição crônica e é um dado importante para planejar políticas de médio e de longo prazo. Já a relação entre peso e estatura indica o estado nutricional atual da criança, por isso, revela casos de desnutrição aguda, que precisam de intervenção imediata.

Um estudo mais recente, realizado pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demonstra que a desnutrição infantil se mantém em queda no País nos primeiros anos desta década. O estudo utilizou dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (Siab), desenvolvido pela área de informática do Ministério da Saúde. As informações referem-se à população atendida pelo Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e pelo Programa Saúde da Família (PSF). Dentro desse universo, que corresponde a cerca de 40% da população brasileira, foram consideradas as crianças menores de 2 anos, que representam o grupo mais vulnerável à desnutrição. Entre 1999 e 2004, a porcentagem de crianças com baixo peso para a idade caiu de 10,1% para 3,6%, no primeiro ano de vida, e de 19,8% para 7,7%, no segundo ano (veja Tabela 2).

O desafio do Semi-Árido

Na região que apresenta um dos mais sérios quadros de miséria do País, a desnutrição infantil é um problema grave para mais de um terço dos municípios

O Semi-Árido brasileiro é um dos principais focos de desnutrição infantil no País. Nessa região, que ocupa 86% da área dos Estados do Nordeste, mais o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo, o quadro de miséria e vulnerabilidade da infância reflete-se em sua situação nutricional.

Dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (Siab), do Ministério da Saúde, revelam que no primeiro

semestre de 2004, das crianças menores de 2 anos atendidas pelo Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e pelo Programa Saúde da Família (PSF), 8,3% estavam com baixo peso para a idade.

É uma taxa muito superior à de outras partes do País. Na Região Sul, essa proporção era de 2,3% no mesmo período.

De acordo com os dados do Siab, em 484 dos 1.444 municípios do Se-

mi-Árido (34,3% do total), o índice de crianças menores de 2 anos de idade com baixo peso para a idade é superior a 10%, situação considerada de alta vulnerabilidade.

Esses municípios foram mapeados pelo UNICEF em 2005. Os índices ultrapassam 25% em alguns deles, como Olho D'Água (25,5%), na Paraíba; Águas Vermelhas (26,1%), em Minas Gerais; Oliveira dos Brejinhos (26,9%), na Bahia; Miguel Alves

DIAGNÓSTICO NECESSÁRIO

A diminuição do número de casos de desnutrição infantil não significa que o problema esteja sob controle no País. As estatísticas disponíveis ainda são preocupantes, especialmente as que se referem a crianças com baixo peso para a idade e com baixa estatura para a idade. Como signatário do documento *Um mundo para as crianças* (2002), em que as Nações Unidas (ONU) definiram metas para a infância e a adolescência a ser alcançadas até 2015, o Brasil se comprometeu a reduzir em no mínimo um terço a desnutrição de crianças menores de 5 anos, com especial atenção às crianças menores de 2 anos, e reduzir em no mínimo um terço a taxa de baixo peso ao nascer.

No Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, elaborado em 2003 pelo governo brasileiro a partir do documento da ONU, essa meta se traduz no objetivo de reduzir a porcentagem de crianças com baixo peso para a idade (5,7% em 1996) para 3,7% até 2007, além de diminuir a incidência de baixo peso ao nascer de 7,7% para 5,7%. Para isso, é fundamental ter um novo diagnóstico do problema em âmbito nacional, que permi-

Tabela 3

Prevalência da desnutrição infantil por região (1996)					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Baixo peso para a idade	3,0%	8,3%	7,7%	4,8%	2,0%
Baixa estatura para a idade (desnutrição crônica)	8,2%	17,9%	16,2%	5,3%	5,1%
Baixo peso para a estatura (desnutrição aguda)	2,9%	2,8%	1,2%	2,5%	0,9%

Fonte: PNDS, 1996.

ta não apenas monitorar o cumprimento das metas traçadas pelo governo, mas também direcionar as ações de combate à desnutrição infantil no País.

O Ministério da Saúde estabeleceu uma parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para incluir um módulo sobre o estado nutricional da população na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003. Os dados referentes à infância têm divulgação prevista para 2006. Também em 2006, o ministério planeja fazer uma nova pesquisa nos moldes da PNDS.

Um dos pontos que merecem atenção é a forma como os casos de desnutrição infantil estão distri-

(28,9%), no Piauí; Manari (29,4%), em Pernambuco; e Santo Amaro do Maranhão (29,4%).

Apenas 14,5% dos municípios apresentam taxas inferiores a 4%, situação considerada boa.

A necessidade de intervenção para reverter esse e outros indicadores sociais que colocam em risco as crianças da região levou à assinatura, em 2004, do Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semi-Árido, articulado pelo UNICEF.

Por meio do pacto, o governo federal, os governos dos onze Estados que compõem o Semi-Árido e entidades da sociedade civil comprometeram-se

a desenvolver ações para melhorar a vida das crianças da região.

Uma das iniciativas, implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com o Ministério da Saúde e quinze universidades, é a pesquisa Chamada Nutricional, levantamento de informações sobre as crianças de até 5 anos para conhecer melhor as dimensões da desnutrição infantil no Semi-Árido e amparar políticas públicas nessa área. O trabalho foi iniciado em agosto de 2005.

Outra ação resultante do pacto foi a ampliação do Selo UNICEF Município Aprovado para todo o Semi-Árido, em

2005. Trata-se de um programa criado pelo UNICEF cujo objetivo é estimular a adoção de políticas municipais voltadas para a infância.

O programa acompanha e avalia os municípios participantes segundo três eixos de objetivos: impacto social, gestão de políticas públicas e participação social. Na edição 2006, iniciada em 2005, 1.176 municípios assumiram o compromisso que foi proposto pelo UNICEF.

Até o final de 2006, os que alcançarem os melhores resultados receberão o selo (*veja mais informações no texto Garantia de qualidade, ao final deste capítulo*).

Na região do Semi-Árido, a proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é quase quatro vezes maior que nos Estados do Sul

buídos pelo País. Em 1996, segundo a PNDS, o problema era mais sério no Nordeste e no Norte do Brasil (veja Tabela 3). Na região do Semi-Árido, que abrange municípios de todos os Estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, a proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é quase quatro vezes maior que nos Estados do Sul (veja texto *O desafio do Semi-Árido*, neste capítulo). Há diferenças também conforme o local de moradia das famílias. Na PNDS, a porcentagem de crianças com baixo peso para a idade nas áreas rurais (9,2%) era o dobro da relativa às áreas urbanas (4,6%). Não há dados nacionais sobre a prevalência da desnutrição infantil por

raça – que seriam importantes para planejar ações na área. Entre 2004 e 2005, por exemplo, teve destaque na imprensa a morte de crianças indígenas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul por desnutrição (veja texto *Índios em situação de alto risco*).

FOME OCULTA

Há mais um ponto a ser considerado ao avaliar a situação nutricional da infância. Os indicadores de peso, altura e idade servem apenas para medir a desnutrição proteico-calórica, a mais importante das deficiências nutricionais, porém existem outras que representam riscos sérios para as crianças, como anemia ferropriva (carência de ferro), carência de vitamina A e carência de iodo. A falta desses micronutrientes é chamada de fome oculta, porque, apesar de causar danos sérios à saúde, não se trata de um problema visível. Baixos níveis de ferro podem provocar des-

Índios em situação de alto risco

Morte de crianças em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso chama a atenção para a gravidade da desnutrição infantil em comunidades indígenas

Em 2004 e 2005, ganharam destaque na imprensa brasileira notícias sobre mortes de crianças indígenas associadas à desnutrição, ocorridas em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso. Os casos envolviam principalmente os Guarani-Kaiowás, na reserva de Dourados (MS), e Xavante (MT). Só no primeiro quadrimestre de 2005, foram registradas 21 mortes de crianças menores de 5 anos em Mato Grosso do Sul e seis em Mato Grosso, todas relacionadas à desnutrição. Esses episódios chamaram a atenção para a gravidade da situação nutricional em que vivem as crianças indígenas no Brasil, dado que não tem

sido considerado nas últimas pesquisas nacionais sobre desnutrição infantil.

Uma comissão externa instaurada em 2005 na Câmara dos Deputados para averiguar as mortes ocorridas nos dois Estados identificou que o problema não se restringe aos casos noticiados nos dois últimos anos. Entre 2001 e 2002, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) já havia registrado 32 mortes de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso do Sul. De acordo com a Funasa, entre 2003 e 2004, os índices de desnutrição infantil nas comunidades indígenas do Estado reduzi-

ram-se de 15% para 12%, o que ainda representa mais que o dobro da média nacional. Em termos geográficos, a questão não é pontual. Há registros de mortes de crianças indígenas por desnutrição em outras regiões do país, como o nordeste de Minas Gerais e o vale do Javari, no Amazonas.

A situação alarmante das aldeias de Mato Grosso do Sul motivou uma série de medidas emergenciais para reduzir o problema no Estado. Uma das iniciativas adotadas pela Funasa foi a distribuição de megadoses de vitamina A para crianças menores de 5 anos, em parceria com

de falta de apetite até comprometimento do desenvolvimento intelectual e psicomotor da criança. A carência de vitamina A afeta a visão, podendo até causar cegueira total, e debilita o sistema imunológico, aumentando o risco de mortes por diarreia e outras doenças. O iodo evita vários problemas de saúde, como retardo do crescimento, comprometimento do desenvolvimento cerebral, e cretinismo, doença que provoca retardo mental severo e irreversível. Durante a gravidez, a falta de iodo pode causar abortos, má-formação do feto e nascimento de crianças prematuras ou com retardo mental grave.

Outros micronutrientes fundamentais para a criança são o zinco e o ácido fólico. O zinco tem eficácia reconhecida no combate à diarreia, pois diminui a duração, a intensidade e o risco de reincidência da doença. Também ajuda a prevenir outros problemas de saúde, como a pneumonia, e é importante para garantir o crescimento e o desenvolvimento normais da criança. O ácido fóli-

co, vitamina do complexo B, é essencial para a formação do bebê no período de gestação. A deficiência desse micronutriente no início da gravidez pode provocar má-formação do tubo neural, estrutura que dá origem ao cérebro e à medula espinhal da criança. Essa má-formação pode resultar em defeitos congênitos graves, como anencefalia (falha no desenvolvimento do cérebro) e espinha bífida (defeito na coluna vertebral). Nas crianças, a falta de ácido fólico pode provocar diminuição do crescimento e anemia megaloblástica, entre outros problemas.

Não existe um levantamento sistemático de dados sobre as deficiências de micronutrien-

A falta de micronutrientes como vitamina A, ferro e iodo, também chamada de fome oculta, pode causar danos sérios à saúde

o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e o UNICEF.

Para ampliar o acesso à água potável nas aldeias da região de Dourados, o UNICEF distribuiu 9 mil filtros de barro e hipoclorito de sódio a 2,5%, além de capacitar as famílias a usá-los. Essa ação contou com a contribuição da Funasa, de prefeituras locais e das lideranças indígenas. Graças ao grande esforço da Funasa e ao envolvimento de outras entidades, em agosto, setembro e outubro de 2005 não morreu nenhuma criança em Dourados. É preciso, porém, que o trabalho tenha continuidade.

A solução do problema exige políticas permanentes de atenção à saúde e à nutrição das crianças. Um

passo importante foi dado em 1999, quando a Funasa começou a estruturar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). O subsistema é composto de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis), unidades organizacionais distribuídas pelo País de forma a permitir atendimento descentralizado e contínuo das comunidades indígenas. Uma peça-chave do sistema são os agentes indígenas de saúde, indicados pela comunidade e vinculados aos postos de saúde de cada Dsei. Embora a rede de assistência e os recursos recebidos pelos Dseis ainda sejam insuficientes, essa nova estrutura representa um avanço nas políticas de saúde para os povos indígenas.

Há outro fator, porém, que deve ser considerado para reduzir a desnu-

trição infantil entre os índios. Para essa parcela da população, a miséria e a insegurança alimentar, duas grandes causas de desnutrição, estão diretamente relacionadas à falta ou à inadequação de terras para produzir alimentos. Comunidades historicamente auto-sustentáveis tornaram-se vulneráveis à medida que seu território foi reduzido. Por isso, a questão fundiária é fundamental para a saúde nutricional dos índios.

A comissão externa da Câmara dos Deputados que investigou as mortes de crianças indígenas concluiu que a insuficiência do território ocupado pelos Guarani-Kaiowás é uma das causas principais do problema. Mais de 10,5 mil índios dessa etnia vivem em uma área de 3,5 mil hectares, onde deveriam viver no máximo trezentas pessoas.

tes em nível nacional. Em geral, elas chamam a atenção quando provocam consequências graves para a saúde das crianças. Na década de 1980, o aumento do número de casos de xerofthalmia (ressecamento da córnea e das conjuntivas), doença causada pela falta de vitamina

A desnutrição e as demais deficiências nutricionais têm relação estreita com a pobreza, responsável pelas principais causas do problema

A, levou o governo brasileiro a distribuir megadoses de vitamina A nas regiões de risco. Esse problema foi reduzido, e hoje o maior foco de preocupação é a carência de ferro. Nos últimos quinze anos, diversos trabalhos realizados em nível local chamam a atenção para a prevalência da anemia, que afeta grande proporção das crianças brasileiras e está se agravando nos lugares estudados.

A pesquisa Magnitude, Distribuição Espacial e Tendência da Anemia em Pré-Escolares da Paraíba (2002)¹ demonstra que, entre 1982 e 1992, a prevalência da anemia entre crianças pré-escolares aumentou de 19,3% para 36,4%. Outro estudo, Tendência Secular da Anemia na Infância na Cidade de São Paulo (2000)², identificou tendência semelhante entre as crianças menores de 5 anos na capital paulista. De 1984 a 1996, a prevalência da anemia cresceu de 35,6% para 46,9%. Os dados mais abrangentes foram colhidos em uma pesquisa nacional conduzida pela Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina (Unifesp/EPM), que avaliou, entre 1996 e 1999, 8 mil crianças menores de 3 anos matriculadas em creches públicas de vinte capitais. Cerca de metade (49,8%) tinha anemia, sendo que a pior situação foi encontrada no Recife – 80,7% de crianças anêmicas.

Suplementação de micronutrientes

O governo brasileiro mantém políticas de suplementação de ferro e outros micronutrientes. Uma portaria do Ministério da Saúde determina que, desde junho de 2004, todas as farinhas de trigo e milho produzidas no País têm de ser fortificadas com ferro e ácido fólico.

Em maio de 2005, foram criados o Programa Nacional de Suplementação de Ferro e o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (Vitamina A Mais). O primeiro consiste em enviar suplementos aos municípios para que sejam distribuídos a crianças de 6 a 18 meses de idade, gestantes e mulheres até o terceiro mês após o parto. O segundo adota mecanismo semelhante para beneficiar crianças menores de 5 anos nos Estados do Nordeste, na região do vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e na região do vale do Ribeira, em São Paulo. A meta dos dois programas era atender 5 milhões de crianças em 2005.

Em relação ao iodo, a principal iniciativa no Brasil é a fortificação do sal, estratégia adotada com sucesso em vários outros países. A iodação do sal, empregada no País desde a década de 1950 em áreas de risco, passou a abranger todo o território nacional em 1995. Hoje, o Ministério da Saúde estima que 95% do sal consumido no País seja iodado.

Em 2000, o Projeto ThyroMobil, iniciativa internacional de pesquisa sobre deficiências de iodo, avaliou, com apoio do UNICEF, a situação das crianças de 6 a 12 anos em dezessete municípios brasileiros localizados em regiões de risco. A prevalência de bócio, indicador da carência de iodo, foi de 1,4% – proporção bem inferior ao limite estabelecido pela OMS, de 5%.

Mas a mesma pesquisa verificou que ainda se encontrava sal para consumo humano sem presença suficiente de iodo em alguns Estados, especialmente Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Em contrapartida, 47,4% das amostras

1. Participaram do estudo: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). A pesquisa foi publicada na *Revista de Saúde Pública*, 2002.

2. Participaram do estudo: Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) e Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens/USP). A pesquisa foi publicada na *Revista de Saúde Pública*, 2000.

tinham níveis de iodo acima do desejável (50 ppm), o que demonstra a necessidade de melhor monitoramento da iodação do sal no País.

ALIMENTAÇÃO PRECÁRIA

A desnutrição e as demais deficiências nutricionais têm relação estreita com a pobreza, responsável pelas principais causas do problema. O primeiro deles é a alimentação insuficiente ou inadequada. A falta de comida ainda é uma realidade para muitas famílias no Brasil. Para tentar mudar essa situação, a principal ação do governo federal é o programa Bolsa Família, que unificou em 2003 os programas de transferência de renda existentes no País, estabelecendo condicionalidades. Dessa forma, exigem-se determinados compromissos dos participantes em troca do benefício.

Até agosto de 2005, 7,5 milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza recebiam o benefício mensal do programa, principalmente nas regiões Nordeste e Norte, onde a desnutrição infantil é mais acentuada. A meta é atingir o total de 11,2 milhões de famílias pobres até o final de 2006. Não existem ainda avaliações da contribuição do Bolsa Família para a segurança alimentar das crianças, mas em 2005 iniciou-se um primeiro estudo de campo a respeito do impacto do programa sobre as condições de vida das famílias.

Além das iniciativas de ampliar o acesso da população aos alimentos, como o Bolsa Família, outra linha de ação do governo federal é apoiar a agricultura familiar. Trata-se de uma frente importante para combater a desnutrição infantil, porque o problema se concentra sobretudo nas áreas rurais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995, concede crédito e apoio técnico a pequenos produtores rurais. Em 2004, foram assinados contratos com 1,57 milhão de pessoas e concedidos 5,6 bilhões de reais em financiamento.

Governos locais e organizações não-governamentais também têm adotado outra estratégia para contornar a deficiência alimentar das famílias pobres: a suplementação alimentar. O exemplo mais conhecido é a multimistura, farinha preparada com alimen-

tos de fácil acesso em cada região, como sementes, farelos de cereais e casca de ovo. Usada desde 1985 pela Pastoral da Criança, a multimistura foi adotada em outras iniciativas e ganhou evidência entre as ações de combate à desnutrição infantil. Mas hoje vem sendo questionada e reavaliada. A própria Pastoral, a partir de 1994, passou a substituir o conceito de multimistura pela noção de alimentação enriquecida, enfatizando o valor de qualquer alimento adquirido em nível local com alto valor nutritivo, bom pala-

Alimentar-se apenas de leite materno nos seis primeiros meses de vida ajuda a reduzir o risco de desnutrição e anemia das crianças, entre outros problemas de saúde

dar e baixo custo, como a manga, ótima fonte de vitamina A. Hoje, a multimistura é distribuída para menos de 10% das famílias atendidas pela entidade.

Para melhorar a alimentação das crianças no Brasil, é preciso ainda ampliar as taxas de aleitamento materno, que, conforme a recomendação internacional, deve ser exclusivo até os 6 meses de idade e se prolongar até os 2 anos ou mais. Alimentar-se apenas de leite materno nos seis primeiros meses de vida ajuda a reduzir o risco de desnutrição e anemia das crianças, entre outros problemas de saúde. Embora o governo federal mantenha o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno desde a década de 1980, a taxa de aleitamento materno exclusivo até o sexto mês ainda é muito baixa no País: 9,7%, segundo o último levantamento nacional, feito pelo Ministério da Saúde em 1999.

Para ajudar a reverter essa situação, há hoje no País campanhas de esclarecimento e outras estratégias. Uma delas, criada pelo UNICEF e pela OMS em 1990, é a Iniciativa Hospital Amigo da Criança, que procura envolver os estabelecimentos de saúde em esforços para evitar o desmame precoce. Até outubro de 2005, dos 4,5 mil hospitais que potencialmente fazem parte do universo do programa, 328 haviam recebido o título de Hospital Amigo da Criança.

DESNUTRIÇÃO E DOENÇAS

Além da insuficiência alimentar, outro fator de desnutrição infantil diretamente ligado à pobreza é a exposição a doenças infecciosas. Desnutrição e infecções recorrentes em geral estão associadas, formando um círculo vicioso de alto risco para a infância. Quando contrai uma doença como diarreia, há mais probabilidade de a criança ficar desnutrida. Assim, sua imunidade pode ser reduzida e ela fica mais vulnerável à mesma doença, gerando um processo difícil de ser rompido. Por isso, o combate à desnutrição depende muito da atenção à saúde da criança, que envolve desde acesso ao saneamento básico até orientação adequada das famílias e atendimento hospitalar.

Entre os programas que visam a prevenir as doenças que levam à desnutrição, destacam-se o Pacs e o PSF, desenvolvidos pelo governo federal em parceria com as prefeituras. O PSF forma equipes compostas de pelo menos um médi-

comunitários da Pastoral cumprem o papel de organizar a demanda do serviço de saúde, ensinando às famílias medidas que podem ser adotadas em casa e encaminhando os casos que precisam de atendimento especializado. Assim, as mães aprendem a identificar os sinais de uma pneumonia ou a tratar uma diarreia sem precisar levar o filho ao hospital. Os líderes também fazem um monitoramento regular da saúde das crianças, adotando medidas básicas (como pesar todas as crianças mensalmente) para identificar o risco de desnutrição e possibilitar a intervenção antes de o problema se agravar.

ATENÇÃO À CRIANÇA DESNUTRIDA

Todas as estratégias citadas são importantes para prevenir a desnutrição infantil, mas têm poder limitado de resolver os casos em que o quadro de desnutrição já está instalado. Nessas situações, dependendo da gravidade, é preciso que a criança seja encaminhada a um ambulatório ou hospital. Assim o problema pode ser tratado e se impede que ele volte a aparecer, rompendo o círculo vicioso formado pela desnutrição e pelas doenças recorrentes. É difícil avaliar se o sistema de saúde e os profissionais da área no Brasil estão preparados para lidar com esses casos. Um dos requisitos necessários para o atendimento eficiente é o trabalho multiprofissional envolvendo médico, nutricionista e assistente social, de forma a abordar os diferentes aspectos da questão.

Uma alternativa ao tratamento dos casos de desnutrição infantil nos hospitais é criar unidades especializadas para o atendimento. Uma referência nacional é o Centro de Recuperação e Educação Nutricional (Cren), em São Paulo: atende crianças desnutridas em regime de semi-internato ou ambulatorial e realiza trabalhos diretamente nas comunidades, com as crianças e suas famílias. Formato semelhante é adotado em experiências em Fortaleza, Salvador, Eunápolis (BA), Limeira (SP), Pedras de Fogo (PB) e São Lourenço (MG).

Desnutrição e infecções recorrentes em geral estão associadas, formando um círculo vicioso de alto risco para a infância

co, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e cinco agentes comunitários de saúde para prestar assistência permanente às comunidades em que atuam, orientando sobre prevenção e resolvendo problemas de saúde que não dependem de internação hospitalar. Iniciado em 1994, o programa se expandiu gradativamente. Em maio de 2005, cerca de 22 mil equipes atuavam no País atendendo 72,4 milhões de pessoas.

Outra iniciativa relevante é o trabalho da Pastoral da Criança, que atua em bolsões de pobreza e está presente em 70% dos municípios brasileiros, acompanhando em média mais de 1,8 milhão de crianças menores de 6 anos e mais de 80 mil gestantes. Os líderes

Garantia de qualidade

Desde sua criação, o Selo UNICEF Município Aprovado ajudou a reduzir a taxa de mortalidade infantil e a ampliar o percentual de crianças vacinadas e a frequência em creches e pré-escolas

Toim, Zé e Manu são mamulengos, bonecos típicos do Semi-Árido, que ganham vida em um grande movimento pela saúde, educação, proteção e participação de milhares de crianças e adolescentes. Eles nasceram no primeiro semestre de 2005 no Semi-Árido brasileiro e já trabalham duro. Orientam os 1.176 municípios da região sobre políticas públicas e ações para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes que vivem ali. Lembram a todos que cada um tem de fazer a sua parte para melhorar as condições de vida de meninos e meninas, e convidam a comunidade a participar de uma grande mobilização, na qual quem ganha é o município.

As cidades percorridas por Toim, Zé e Manu estão inscritas no Selo UNICEF Município Aprovado. Criado em 1999, no Ceará, o projeto foi ampliado em 2005 para todo o Semi-Árido. Ao se inscrever, os municípios comprometem-se a trabalhar para melhorar a qualidade de vida das crianças e dos adolescentes e obter resultados, como redução da mortalidade infantil, pré-natal de qualidade a todas as gestantes e boa nutrição para todas as crianças menores de 2 anos. Ao todo, são nove objetivos de impacto social, quinze de gestão e quatro de participação social, acompanhados de perto pelo UNICEF.

Itabaiana, no Semi-Árido sergipano, é um dos municípios inscritos. Um de seus desafios é reduzir a desnutrição, pois, segundo dados de 2003, 9% de suas crianças de até 2 anos estão des-

nutridas, quando a média nacional é de 5,7%. Ao inscrever-se no Selo, Itabaiana passou a fazer parte de uma iniciativa de mobilização, reconhecimento e monitoramento dos municípios da região para que se implementem políticas e ações que ajudem a garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. Ao final de dois anos, se obtiver bons resultados nos indicadores sociais, Itabaiana – e todos os inscritos – receberá o Selo UNICEF Município Aprovado.

UNIÃO DE ESFORÇOS

Atingir os objetivos não é tarefa apenas dos órgãos públicos, mas de todo o município. Unem forças a prefeitura, o Ministério Público, os Conselhos dos Direitos e Tutelares, as organizações não-governamentais, as escolas, os postos de saúde, as famílias, as crianças e os adolescentes.

“Promover a participação das crianças, dos adolescentes e das suas famílias, assim como dos profissionais que trabalham diretamente com o público infanto-juvenil, é nosso maior desafio”, diz Maria Cândida Bispo de França, articuladora do município de Itabaiana. “A incorporação deles ao processo vai facilitar muito nossa caminhada para a aquisição do Selo.”

Os indicadores que revelam o andamento da política pública para a criança e o adolescente são comunicados de maneira simples e lúdica. Desse



Cidades inscritas
no Selo UNICEF
Município
Aprovado
comprometem-se
a trabalhar para
melhorar a
qualidade de vida
das crianças e dos
adolescentes



modo, toda a comunidade pode acompanhar o desempenho do município, cobrar resultados e ajudar a alcançar os objetivos. Para cumprir as metas, os municípios devem contar também com o apoio dos governos dos Estados que compõem o Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semi-Árido. Segundo esse documento, os governos estaduais e federal e as organizações da sociedade civil comprometem-se a implementar medidas que melhorem as condições de vida das crianças e dos adolescentes da região.

No Semi-Árido brasileiro, são registrados os piores indicadores sociais referentes à infância e à adolescência. Mais de 8 milhões de crianças e adolescentes são pobres e vivem em famílias com renda per capita inferior a 150 reais por mês. Mais de 4 milhões dessas crianças moram em casas sem abastecimento de água e rede de saneamento básico. Todos os anos, a cada mil crianças que nascem ali, 65 não completam sequer o primeiro ano de vida. O Selo UNICEF Município Aprovado vem contribuindo para mudar esse cenário.

No Ceará, de 1999 a 2004, a iniciativa ajudou a reduzir a taxa de mortalidade infantil de 39 para 20 por mil e aumentar o percentual de crianças vacinadas de 63% para 95%. Desde o início do projeto, em 1999, onze

municípios já conquistaram o Selo UNICEF nas três edições realizadas (2000, 2002 e 2004): Beberibe, Brejo Santos, Croatá, Horizonte, Icapuí, Itapiúna, Jucás, Maracanaú, Sobral, Tamboril e Tejuissuoca.



Cenários desiguais

O País avança na redução do número de crianças que nascem com HIV, mas a atenção às que perdem os pais em decorrência da epidemia ainda está em estágio inicial

A Aids afeta a vida de meninos e meninas brasileiros de várias maneiras. A primeira relaciona-se à própria saúde, quando eles nascem com o HIV. Eles também são atingidos quando a doença vitima seus pais e familiares.

Estima-se que, em 2004, 217 mil mulheres de 15 a 49 anos de idade estavam com HIV, sendo que muitas nem sabiam. Com isso, o risco de as crianças serem infectadas pelo HIV é enorme. Quando as gestantes soropositivas não são diagnosticadas e tratadas no período pré-natal, não recebem medicação durante o trabalho de parto e seus bebês não são medicados adequadamente após o nascimento, há grande possibilidade de eles serem infectados pelo HIV. Além disso, as taxas de transmissão vertical podem aumentar com a amamentação – risco adicional que se renova cada vez que a criança é amamentada.

Desde o início da epidemia de Aids no Brasil, no começo da década de 1980, foram notificados

9.975 casos da doença em crianças de até 5 anos de idade. Na primeira metade daquela década, cerca de 70% dos casos de Aids nessa faixa etária ocorreram devido à transfusão de sangue ou hemoderivados, e quase 30% decorreram da transmissão vertical do HIV.

Com a melhoria no controle da qualidade do sangue e hemoderivados, diminuiu, já em 1988, a transmissão por transfusão. Em 1996, eles representavam menos de 1% dos casos infantis. No entanto, o número de crianças infectadas por transmissão vertical aumentou, com o crescimento da epidemia de Aids em mulheres. A partir da década de 1990, esses casos passaram a representar a quase totalidade da doença nessa faixa etária.

Conseguiu-se diminuir consideravelmente a infecção do bebê por essa via por meio de medidas de controle da transmissão vertical do HIV, como diagnóstico precoce da ges-

tante HIV positivo, terapia anti-retroviral na gestante, quimioprofilaxia com AZT na parturiente e na criança exposta, além de não-amamentação. Estudos têm demonstrado que medidas de prevenção como essas podem reduzir a possibilidade de transmissão do HIV de cerca de 25% para menos de 1%.

O Brasil tem conseguido diminuir a taxa de transmissão vertical do HIV, embora de forma desigual, nas cinco regiões do País

O panorama brasileiro da epidemia mostra também que a maior proporção de mortes por Aids acontece entre pessoas de 25 a 49 anos, em plena fase reprodutiva, o que apresenta impacto no número de órfãos. Em 1999, o Ministério da Saúde estimou que havia cerca de 30 mil órfãos em decorrência da Aids materna – produzindo uma situação de grande vulnerabilidade social para esses meninos e meninas. Esses números mostram que é necessário adotar intervenções que consigam amenizar o impacto do HIV, tanto para a criança órfã como para a que foi infectada pelo vírus.

PRÓXIMO DE ZERO

Durante a década de 1980, os casos de Aids em mulheres eram menos freqüentes que em homens, e a proporção de crianças infectadas por transmissão vertical não aparecia de maneira tão expressiva.

A evolução dos casos de Aids decorrentes de transmissão vertical acompanhou o crescimento do número de mulheres com a doença. Desde 2000, entretanto, a tendência da epidemia de Aids nessas duas populações segue rumos diferentes. Ainda se observa o aumento dos casos de Aids em mulheres jovens; porém, o número de crianças que nascem com o HIV vem caindo. Em 2000, foram notificados 214 casos de Aids em bebês com menos de 1 ano. Já em 2003, foram 86. Isso significa que, após um período de ascensão, o Brasil tem conseguido diminuir a taxa de transmissão vertical do vírus, embora de forma desigual nas cinco regiões do País.

A principal explicação para essa queda está nas ações de atenção materno-infantil introduzidas pelo governo brasileiro. Um estudo realizado no Estado de São Paulo¹, em 1997, estimou a taxa de transmissão vertical em 16%. Em 2002, segundo pesquisa coordenada pela Sociedade Brasileira de Pediatria², a taxa de transmissão vertical no Brasil foi de 3,7%.

1. Beatriz Tess, *Breastfeeding, Genetic, Obstetric and Other Risk Factors Associated with Mother-to-Child Transmission of HIV-1 in São Paulo State, Brazil*, 1998.

2. Protocolo Colaborativo Multicêntrico Brasileiro para Avaliar as Taxas de Transmissão Materno-Infantil do HIV.

Uma meta possível

A taxa de transmissão vertical do HIV pode ser reduzida a quase zero

Dois fatores podem diminuir para menos de 1% a chance de a criança nascer infectada: o diagnóstico da mulher soropositiva antes ou durante a gestação e o emprego das medidas profiláticas contra a transmissão vertical. Se esses procedimentos não

forem adotados, o risco de o bebê contrair o vírus é de cerca de 25%.

Para que se obtenha essa redução, é necessário primeiramente que o pré-natal seja completo e de qualidade, com a oferta do teste anti-HIV a todas as mulheres. A partir daí, caso o resul-

tado do exame seja positivo, precisa-se tomar todas as providências para evitar ao máximo a transmissão materno-infantil do vírus.

Entre outros procedimentos, a gestante soropositiva deve iniciar a terapia anti-retroviral a partir da 14ª

A redução na proporção de crianças que nascem infectadas pelo HIV é uma das metas do documento *Um mundo para as crianças*, das Nações Unidas (ONU), que delineia as ações necessárias para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em relação às crianças e aos adolescentes. No Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, elaborado com base nesse documento mundial, o governo brasileiro assumiu o compromisso de reduzir para 2% a taxa de transmissão vertical da Aids.

A ação brasileira

No Brasil, a partir de 1997, com a publicação da Portaria nº 874 do Ministério da Saúde, os municípios passaram a ter de oferecer testagem para todas as gestantes durante o pré-natal e tratamento às gestantes soropositivas. Os recursos para o teste ser realizado começaram a ser repassados integralmente pela União. E a compra e a distribuição dos anti-retrovirais são feitas pelo próprio Programa Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde. É importante ressaltar que o exame é um direito da gestante, que deve exigir a testagem no pré-natal. Dessa forma, cabe aos profissionais de saúde não apenas orientar sobre a importância do teste, mas também fazer o aconselhamento posterior, qualquer que seja o resultado. É necessário esclarecer a gestante HIV positivo

e reforçar para as não-infectadas as orientações de prevenção ao HIV e a outras doenças sexualmente transmissíveis (DST).

Para aumentar a cobertura de aconselhamento e testagem em gestantes e a cobertura do atendimento às soropositivas e a seus recém-nascidos, o Ministério da Saúde instituiu, em 2002, o Projeto Nascer-Maternidades (portaria nº 2.104, de 19 de novembro de 2002). O projeto oferece testagem no momento do parto às gestantes que não realizaram o pré-natal adequadamente, por considerar que esse é o momento de maior risco de transmissão vertical do HIV. Os objetivos do Nascer-Maternidades são identificar as gestantes soropositivas, oferecendo e realizando testes rápidos nas parturientes que não conhecem sua situação sorológica, e tomar medidas profiláticas para impedir a transmissão vertical.

A partir do Projeto Nascer-Maternidades, os recursos financeiros para os insumos necessários à prevenção da transmissão materno-infantil (terapia anti-retroviral, testes rápidos, inibidor de lactação e fórmula infantil) passaram a ser responsabilidade exclusiva da União. Cabem, portanto, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios as questões operacionais para efetivar essa estratégia. As crianças expostas ao vírus também recebem xarope anti-retroviral e o composto lácteo que substitui o aleitamento materno nos seis primeiros meses para evitar a transmissão pela amamentação. O Ministério da Saúde estima que aproxi-

semana de gestação, usar AZT injetável durante o parto e inibir a lactação. O uso da medicação reduz a carga viral materna e, com isso, diminui a chance de transmissão do HIV para a criança.

Também é necessário definir a via de parto a ser empregada. A cesariana eletiva, na qual o bebê é retirado antes de a bolsa de água estourar, é o procedimento mais adequado quando há

carga viral elevada ou desconhecida, porque a criança não entra em contato com nenhum tipo de secreção materna.

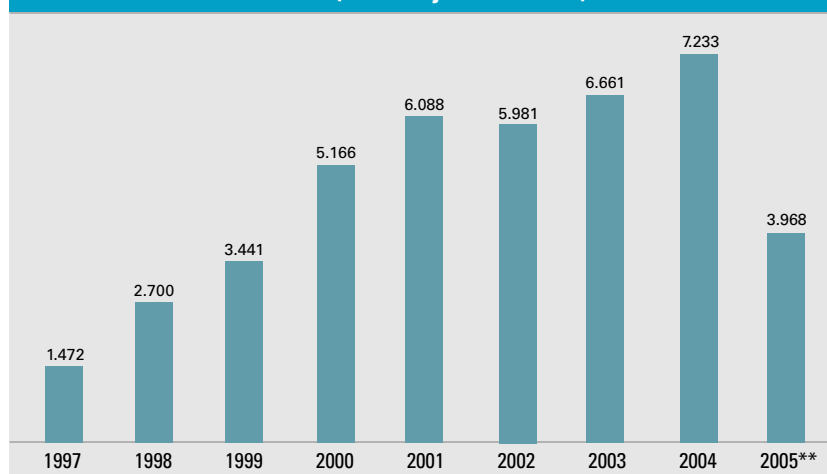
Se a gestante não fez o teste para o HIV no pré-natal ou não existem informações sobre sua condição sorológica, é importante que na hora do parto se possa realizar o teste rápido para o HIV, a fim de que se tomem os procedimentos essenciais.

A criança exposta deve receber AZT em xarope logo após o nascimento e até as primeiras seis semanas de vida. A amamentação também deve ser suspensa e substituída por uma fórmula láctea durante seis meses.

Se todos os passos para prevenir a transmissão vertical forem realizados, o Brasil poderá atingir sua meta: reduzir essa forma de transmissão para menos de 1%, até 2007.

Gráfico 1

Número de gestantes HIV+ que utilizaram AZT injetável Brasil (1997 a julho 2005*)



*Dados preliminares do Programa Nacional de DST e Aids.

**Meta alcançada até junho de 2005: 54,3% da estimativa de gestantes infectadas.

Tabela 1

Taxa de transmissão vertical do HIV (Estimativa 2002)

Brasil	7,0%
Centro-Oeste	6,0%
Nordeste	11,0%
Norte	15,0%
Sudeste	7,0%
Sul	6,0%

Fonte: Estudo da Sociedade Brasileira de Pediatria, 2002.

madamente 12,6 mil recém-nascidos necessitem da fórmula.

Com o conjunto dessas ações do Ministério da Saúde, aumentou o número de gestantes que foram diagnosticadas e receberam as medidas profiláticas contra a transmissão vertical do HIV. Dessa forma, torna-se cada dia mais próximo o alcance da meta assumida pelo governo brasileiro: reduzir a transmissão intra-uterina e intraparto e eliminar a transmissão do vírus pela amamentação.

Em 1997, tiveram acesso à quimioprofilaxia com AZT apenas 1.472 mulheres infectadas pelo HIV, o correspondente a 11,6% do total de grávidas estimadas como HIV positivo. Em 2004, 7.233 soropositivas tiveram acesso a essa terapia, o equivalente a 57,2% do total da estimativa de grávidas soropositivas. A meta do Ministério da Saúde até o final de 2007 é atender 100% delas, o que corresponde a 12.644 gestantes e parturientes infectadas pelo HIV por ano (veja Gráfico 1).

O DESAFIO DA EQUIDADE

Alguns desafios ainda precisam ser enfrentados para cumprir o compromisso de reduzir a transmissão vertical do HIV. A desigualdade observada nas taxas de transmissão vertical das regiões bra-

sileiras (veja Tabela 1) é um reflexo das lacunas do sistema de saúde, que precisam ser preenchidas a fim de enfrentar a questão.

No Brasil, o acesso ao pré-natal é praticamente universal: 96% das mulheres fizeram pelo menos uma consulta em 2004, segundo o Programa Nacional de DST e Aids. Entretanto, 51% delas não realizam o número ideal de consultas: mais de seis, de acordo com o Ministério da Saúde. Em 2004, 63% das gestantes fizeram o teste anti-HIV e tiveram conhecimento do resultado antes do parto. Porém essa cobertura é desigual no País (veja Gráfico 2). No Norte e no Nordeste, por exemplo, menos da metade das gestantes teve a solicitação do teste. Não por coincidência, nessas regiões as crianças nascidas de mães infectadas pelo HIV estão mais vulneráveis à transmissão vertical.

Os filhos de mulheres soropositivas com menor grau de instrução também parecem ter mais probabilidade de nascer com o vírus. Segundo dados de 2004 do Programa Nacional de DST e Aids, as gestantes com menos escolaridade recebem do serviço de saúde menos orientação para que solicitem exames, em comparação com as mais instruídas. E é grande o percentual de mulheres de baixa escolaridade que, apesar do aconselhamento, se recusam a fazer o teste: mais do dobro das que têm o ensino médio ou nível superior (veja Gráfico 3).

Crianças de cidades pequenas de todas as regiões também parecem estar mais vulneráveis ao HIV. Nos municípios com menos de 50 mil habitantes são realizados, proporcionalmente, menos testes em gestantes que em localidades maiores.

O próprio sistema de atendimento do pré-natal contribui para esse quadro. A gestante vai à primeira consulta e realiza uma série de exames, entre eles o anti-HIV, se concordar. E o resultado só é conhecido na consulta seguinte. No Brasil, diferentemente dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, por exemplo, ainda não há uma diretriz nacional para implementar um sistema de busca ativa da gestante cujo resultado da sorologia tenha sido positivo. Por meio

Gráfico 2

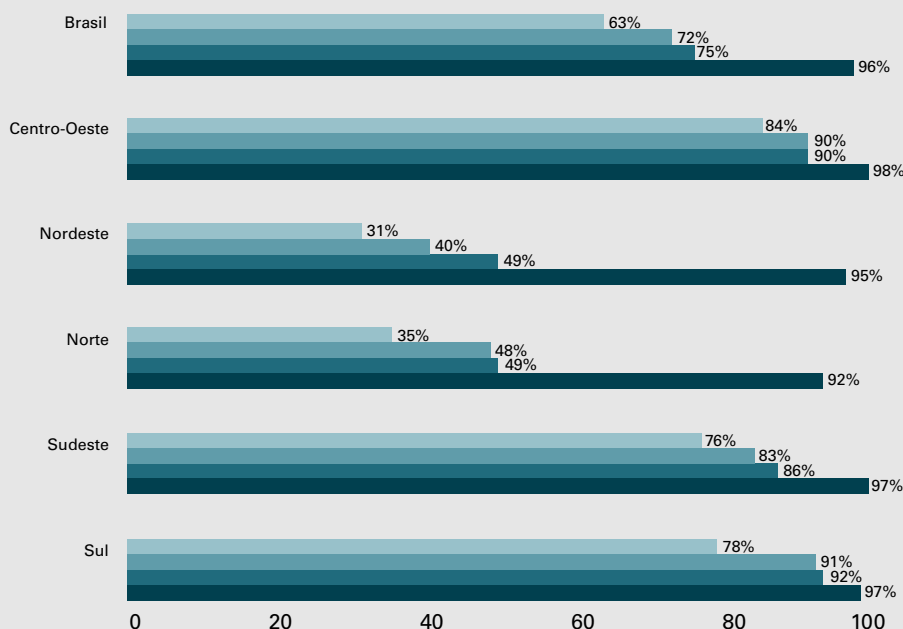
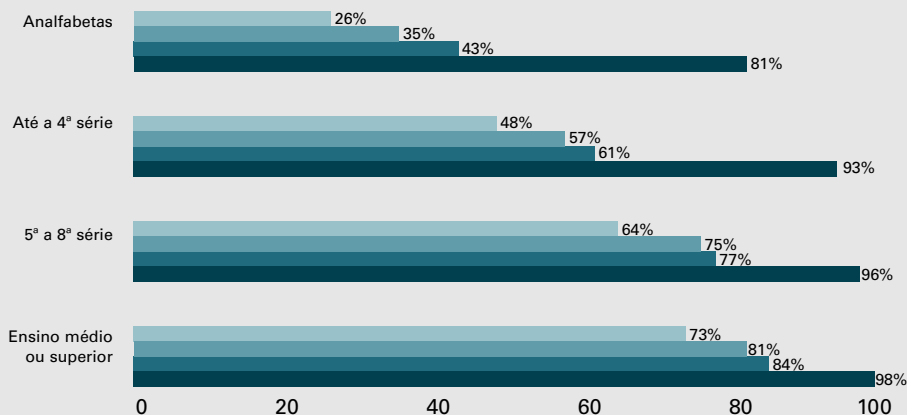
Cobertura efetiva do teste de HIV durante a gestação (Brasil, 2004)

Gráfico 3

Cobertura efetiva do teste de HIV durante a gestação segundo grau de instrução da mãe (Brasil, 2004)

■ Conhecimento do resultado de sorologia antes do parto
 ■ Sorologia para o HIV foi solicitada e a gestante concordou
 ■ Sorologia para o HIV foi solicitada
 ■ Pelo menos uma consulta de pré-natal

Fonte: Programa Nacional de DST e Aids.

desse sistema, profissionais de saúde procuram a gestante para informar o seu diagnóstico e iniciar o tratamento e a prevenção da transmissão vertical. Vários municípios, como Campinas (SP), Sorocaba (SP) e Santos (SP), e algumas unidades de saúde da cidade de São Paulo, no entanto, já vêm trabalhando nesse sentido.

Vulnerabilidade racial

A desigualdade racial no número de consultas pré-natais também demonstra a dimensão da iniquidade quando o assunto é HIV: a proporção de mulheres negras que realizam menos de seis consultas no pré-natal é maior que a de mulheres bran-

cas. Em 2000, segundo o Ministério da Saúde, 66% das mulheres negras realizaram seis consultas ou menos. Entre as brancas, esse percentual foi de 45,2%. Além disso, as notificações de Aids apontam tendência de estabilização no número de novos casos entre mulheres não-negras e crescimento entre as mulheres negras.

O fato de ser negra coloca a mulher, em geral, em situação de maior vulnerabilidade. O acesso das jovens negras ao preservativo, por exemplo, é quase 50% inferior ao das não-negras. Enquanto 42% deste grupo protegem-se utilizando a camisinha, o percentual entre as negras é de 28%, segundo pesquisa realizada em 1999 pelo Ministério da Saúde e pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)³. Outra pesquisa, realizada em 2003 pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), atribui ao preço a principal jus-

tificativa para as mulheres e os homens negros usarem menos o preservativo⁴.

O diagnóstico tardio também parece fazer parte do cotidiano das mulheres negras. Em São Paulo, uma pesquisa⁵ realizada com 1.068 mulheres (542 negras e 526 não-negras) atendidas em três centros de referência da cidade revelou que é preciso que o filho, o marido ou a própria mulher adoeça para que ela fique sabendo sua sorologia. Das entrevistadas, as negras foram as que menos receberam aconselhamento pré e pós-teste, além de orientação sobre seu estado clínico e o tratamento anti-retroviral nos recém-nascidos.

O panorama dá indícios de que a atuação do sistema de saúde ocorre de forma desigual entre mulheres negras e não-negras, contribuindo para que a população negra fique mais vulnerável. É urgente criarem-se políticas específicas para esse público. Assim, torna-se necessário fazer um

3. Comportamento Sexual da População Brasileira e Percepções do HIV/Aids. Série Avaliação, nº 4, Brasília: 2000.

4. Pesquisa Nacional com a População Sexualmente Ativa, 2003.

5. Fernanda Lopes, *Mulheres Negras e Não-Negras Vivendo com HIV/Aids no Estado de São Paulo: um Estudo sobre suas Vulnerabilidades*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2003.

Unidos vamos vencer a Aids!

Esse é o nome da campanha global lançada em outubro de 2005 pelo UNICEF para mobilizar todos os setores da sociedade contra o HIV/Aids em crianças e adolescentes

O UNICEF lançou em outubro de 2005 uma campanha global para mobilizar governos, sociedade civil, organismos internacionais, empresas e cidadãos a enfrentar o HIV/Aids em crianças e adolescentes. A campanha intitula-se "Unidos com as crianças e os adolescentes. Unidos vamos vencer a Aids!". Os principais objetivos são ampliar a conscientização sobre o tema, divulgar os programas de prevenção da transmissão vertical, oferecer proteção e cuidados a crianças e adolescentes afetados pelo HIV/Aids e dar tratamento às pessoas infectadas.

No mundo todo, as ações da campanha foram resumidas nos chamados quatro Ps:

- Prevenção da transmissão vertical.
- Tratamento pediátrico.
- Proteção, cuidado e apoio a crianças afetadas pelo HIV.
- Prevenção, informação, habilidades e serviços.

No Brasil, além de incluir mais um P, a Participação de Adolescentes, inicialmente se testará uma campanha sobre prevenção com milhões de adolescentes de escolas públicas. Também fazem parte das ações: capacitação de

agentes de saúde, fortalecimento de programas e serviços mais receptivos ao adolescente, apoio a grupos de jovens afetados pelo HIV e estímulo à formação de outros programas semelhantes.

O UNICEF vai financiar cerca de 50 mil testes rápidos de HIV para gestantes da região do Semi-Árido, além de apoiar o Projeto de Cooperação Internacional (PCI) (*leia texto Aplicação internacional*) e mais doze projetos de atendimento a crianças afetadas pelo HIV/Aids, assegurando sua inclusão nas escolas e na comunidade e fortalecendo sua família.

levantamento e uma desagregação de dados específicos sobre a mulher negra, além de sensibilizar os profissionais de saúde para a questão. Em agosto de 2005, o Programa Nacional de DST e Aids lançou o Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids, visando a investigar se existem e como ocorrem as diferenças no acesso às informações, às práticas de prevenção e ao atendimento de saúde, segundo a cor/etnia.

Intervenção na ponta

No Brasil, as populações mais vulneráveis – comunidades de baixa renda, pessoas de baixa escolaridade e da raça negra – têm uma importante porta de entrada para o sistema de saúde: o Programa Saúde da Família (PSF). Equipes multiprofissionais prestam atenção básica à população e oferecem orientação sobre os cuidados com a saúde. Por meio de agentes comunitários, que visitam e acompanham as famílias, 100 milhões de pessoas tomam contato com a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de doenças.

Essa é uma ótima oportunidade para prevenir o HIV e orientar as gestantes em relação ao exame de detecção do vírus. O Programa Nacional de DST e Aids vem desenvolvendo diretrizes para se implementarem ações de prevenção e assistência na rede básica de saúde, e realizou várias capacitações das equipes do PSF em prevenção e assistência às DST e Aids. Iniciativas pontuais em alguns municípios brasileiros mostram o potencial dessa parceria. Em São Paulo, por exemplo, um convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e a ONG Associação Saúde da Família permitiu que se introduzisse a questão do HIV/Aids e da saúde reprodutiva na atenção básica à saúde. Os técnicos foram treinados e conseguiram atingir 100 mil mulheres, adultas e adolescentes.

Em Belo Horizonte, as secretarias municipais de Saúde e de Educação criaram, em 2000, o programa BH de Mãos Dadas contra a Aids. A proposta é oferecer educação continuada fei-

ta por pares: adolescentes falam sobre prevenção para o público adolescente, e mulheres recebem essas informações de outras mulheres, por exemplo. Os trabalhos são realizados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos domicílios. Os multiplicadores, escolhidos em comunidades de baixa renda pelos agentes de saúde, são treinados por integrantes da equipe do PSF. Em 2005, 155 técnicos e agentes comunitários de saúde foram capacitados para divulgar a prevenção contra o HIV/Aids e para dar assistência às pessoas que desenvolveram Aids e apresentam quadro clínico estabilizado. Com isso, os intervalos entre as consultas nos serviços especializados podem ser maiores. Além disso, quem apresenta quadros mais graves da doença tem oportunidade de receber atenção específica.

Os exemplos mostram o potencial desses profissionais para disseminar informação e se mobilizarem, quando são capacitados. Dessa forma, contribui-se para que a camada da população historicamente excluída do acesso à saúde esteja em pé de igualdade com outros grupos, no que se refere ao avanço no enfrentamento da transmissão vertical no País.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Além de sofrer as consequências da infecção pelo HIV, o desenvolvimento saudável das crianças pode ser comprometido pelas perdas ocasionadas pela epidemia. E geralmente isso acontece quando elas ainda são bem novas. No momento da perda de um ou de ambos os pais em decorrência da Aids, 66% dos órfãos da capital do Rio Grande do Sul tinham até 9 anos de idade. É o que revelou o estudo Situação dos Órfãos em Decorrencia da Aids em Porto Alegre/RS e Fatores Associados à Institucionalização⁶, de 2004. Segundo essa pesquisa, crianças soropositivas perdem os pais ainda mais cedo que aquelas cujas mães diagnosticaram a doença e puderam evitar a transmissão vertical.

6. Marlene Doring, *Situação dos Órfãos em Decorrencia da Aids em Porto Alegre/RS e Fatores Associados à Institucionalização*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2004.

DIREITOS DA MULHER E DA CRIANÇA

- Direito a conhecer os métodos de prevenir a infecção do HIV para proteger a si mesmo e aos outros.
- Direito a saber o status sorológico, com a garantia de aconselhamento adequado e ético.
- Direito à atenção integral e ao tratamento, incluindo cuidados pediátricos.
- Direito ao acesso a serviços de prevenção da transmissão materno-infantil do HIV e da sífilis.

Fonte: UNICEF.

Com o avanço brasileiro na redução da transmissão vertical por meio de diagnóstico e terapia anti-retroviral durante a gravidez, a maioria das crianças que perdem os pais em decorrência da doença não tem HIV. Em Porto Alegre, foram infectadas apenas 10% das crianças órfãs de pais que morreram com Aids.

Segundo o estudo, a morte prematura de qualquer um dos pais tem implicações sérias para as famílias, pois aumenta consideravelmente a pobreza. Além disso, compromete-se o bem-estar emocional, a segurança física, o desenvolvimento mental e a saúde de mais crianças.

Dessa forma, o HIV/Aids pode privar essas crianças do direito à convivência familiar e comunitária estruturada, uma vez que a perda de um ou de ambos os pais aumenta a probabilidade de elas viverem em instituições. Em alguns casos, mesmo quando permanecem em família, têm o direito a um desenvolvimento pleno negado.

De acordo com o Relatório Global da Epidemia de Aids, publicado pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Un aids) em 2004, sem a proteção de um ambiente familiar estruturado, as crianças que perderam os pais em decorrência da Aids estão mais expostas a vários riscos: o fracasso ou abandono escolar; a exposição ao trabalho infantil, ao abuso, à violência e à exploração sexual; e a falta de acesso à saúde. Além disso, vivem marcadas pelo estigma e pelo preconceito.

O panorama brasileiro

No Brasil, não se sabe quantas crianças passam por essa situação. O relatório *Children on the Brink 2002*⁷ estimou em 127 mil o número de meninos e meninas brasileiros órfãos de um ou de ambos os pais. E há poucos estudos que diagnosticam quem são e como vivem essas crianças. Mas, apesar de serem localizados, eles podem servir como guia para se traçar um panorama da questão.

Em São Paulo, o levantamento *Conhecendo a Realidade de Órfãos e Aids em Santos*, divulga-

do em 2004 pela Associação Santista de Pesquisa, Prevenção e Educação em DST/Aids, estimou em 521 o número de órfãos em decorrência da Aids na cidade. Estudou-se com profundidade a situação de 33 crianças que viviam sob os cuidados de familiares, e detectou-se que elas tinham dificuldade de aprendizado. Além disso, as famílias mencionaram problemas financeiros, pois sua média de renda per capita era de 1,5 salário mínimo. Os cuidadores – avós, tias, irmãs e família adotiva – sentiam-se incapazes de suprir as necessidades das crianças e de educá-las adequadamente, em especial quanto ao estigma do HIV.

Essas dificuldades também foram notadas em Porto Alegre. Mais abrangente, o estudo *Situação dos Órfãos em Decorrencia da Aids em Porto Alegre/RS e Fatores Associados à Institucionalização* avaliou a condição de 853 crianças que perderam um ou ambos os pais em decorrência da Aids. Boa parte delas não chegava sequer a ter uma condição jurídica estável. Praticamente metade estava morando com famílias que não tinham sua guarda ou tutela.

A pesquisa demonstrou que perder os pais em decorrência da Aids tem influência sobre o desempenho escolar. O fato de estarem marcadas pelo estigma do HIV conduz inclusive ao abandono escolar: o olhar torto, as piadas e as fofocas que acompanham o preconceito foram apontados como responsáveis diretos pela saída de 4,2% da sala de aula. Dois terços das crianças estavam com idade defasada em relação à série escolar que cursavam e metade já havia sido reprovada pelo menos uma vez. Isso demonstra que o prejuízo à educação causado pelo estigma do HIV pode ser ainda maior que apresentado na estatística.

Em Porto Alegre, 5% das crianças que perderam os pais em decorrência do HIV estão em instituições de apoio. As soropositivas têm mais chances de ser institucionalizadas que as soronegativas. Metade dos órfãos com HIV de Porto Alegre está em abrigos. Entre os que não foram infectados pelo vírus, 4,9% encontram-se em instituições.

Os meninos e as meninas cujas mães não são brancas ou aqueles que perderam as mães (independentemente de o pai estar vivo ou não) também correm mais risco de institucionalização.

As instituições

Não existe uma diretriz para o acolhimento das crianças que perdem os pais em decorrência da Aids e não ficam com a família. O Estado não possui instituições voltadas para o apoio a famílias estendidas, tampouco oferece alternativas não institucionalizantes para esse público específico. Dessa forma, existem duas possibilidades: as crianças vão para abrigos convencionais ou são levadas a casas de apoio mantidas pela sociedade civil. O UNICEF defende que todas as crianças tenham o direito à família garantido, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Faz parte da pauta da política pública de Aids o desafio de construir políticas intersetoriais que atendam às demandas apresentadas no contexto da Aids e da pobreza, em especial as crianças que vivem e/ou convivem com HIV/Aids em situação

de abrigo. Nesse sentido, torna-se importante compreender que a interlocução e a pactuação com outras políticas públicas constituem uma estratégia eficiente para minimizar os impactos da epidemia no campo da seguridade e da proteção social. Desse modo, o Programa Nacional de DST e Aids tem adotado algumas ações voltadas à inclusão social das pessoas que vivem com HIV/Aids.

Reconhecendo a importância e a contribuição das casas de apoio na inclusão de crianças, adolescentes e adultos, o Programa Nacional busca mecanismos que contribuam para a sustentabilidade das ações dessas Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Em relação aos adultos abrigados em casas de apoio, a partir de 2004 implementou-se o processo de habilitação de OSC nos Estados e nos municípios, com base na Portaria nº 1.824, publicada em 2004 pelo Ministério da Saúde. Essa parceria, quando estabelecida, garante o repasse de recursos financeiros com o intuito de contribuir para a manutenção dessas ações, via política de incentivo fundo a fundo. Além disso, prevê a interlocução entre as OSCs e coordenações

Aplicação internacional

Brasil transfere tecnologia de assistência e tratamento do HIV/Aids para países da América Latina, África e Ásia

A experiência brasileira no combate e na prevenção do HIV/Aids levou o Programa Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde, a lançar em 2002 o Projeto de Cooperação Internacional (PCI). O objetivo era transferir tecnologia de assistência e tratamento do HIV/Aids para países da América Latina e da África. O programa forneceu tratamento a cem pacientes de Aids por meio de anti-retrovirais produzidos em laboratórios estatais brasileiros.

Em 2005, o projeto foi ampliado.

Agora, prevê a doação dos sete medicamentos produzidos pelos laboratórios oficiais em quantidade suficiente para atender todos os soropositivos nos sete países participantes do projeto: Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor Leste, Paraguai, Bolívia e Nicarágua. Ao todo, será destinado pelo UNICEF e seus parceiros o equivalente a 5 milhões de reais. Além disso, o PCI oferecerá capacitação técnica aos profissionais de saúde.

Os sete países têm o compromisso

de oferecer a medicação gratuitamente. E devem fornecer medicamentos para tratar doenças oportunistas, além de adquirir medicamentos de segunda geração, em caso de falha terapêutica.

O projeto também atuará na prevenção da transmissão vertical. O UNICEF vai fornecer 1,1 milhão de testes rápidos para a detecção do HIV em gestantes. Em Guiné-Bissau, por exemplo, 6% das mulheres grávidas são soropositivas. No Brasil, estima-se que 0,41% delas vivam com o vírus.

estaduais e municipais de DST/Aids para definir o número de acomodações que ficarão sob gestão do Estado e/ou municípios, e também para garantir a qualidade dos serviços oferecidos pelas casas de apoio.

Um dos grandes desafios é construir políticas intersetoriais que atendam às demandas apresentadas no contexto da Aids e da pobreza

As casas de apoio foram criadas no início da epidemia para abrigar e cuidar de pessoas soropositivas – adultos e crianças – com poucos recursos financeiros. Nasceram como uma resposta comunitária à Aids. Ao longo desses vinte anos, multiplicaram-se no País: atualmente existem 140 casas de apoio que prestam atendimento a crianças e adolescentes, com cerca de 1,8 mil leitos disponíveis. O governo federal, por meio do Programa Nacional de DST e Aids, tem apoiado as ações dessas OSCs. Conforme o processo de descentralização da política de DST/Aids, Estados e municípios têm sido parceiros importantes e Estratégicos para se manterem as atividades nas casas de apoio para crianças e adolescentes. Aprovou-se, assim, a verba de 1 milhão de reais para investimentos em projetos de OSCs para 2005. A avaliação dessas propostas obedeceu ao critério de ressocialização familiar e comunitária dos jovens institucionalizados, sendo selecionados 28 projetos das cinco regiões do País.

O Programa Nacional de DST e Aids considera casa de apoio a instituição que oferece cuidados com a saúde e dispõe de leitos. A escolha do público e da metodologia fica por conta das próprias casas de apoio. São elas que decidem se vão abrigar crianças soronegativas cujos pais morreram com Aids, se vão receber apenas crianças soropositivas ou se vão abrigar irmãos com sorologia diferente, por exemplo. Algumas instituições, porém, oferecem suporte sem abrigar a criança: por meio de atendimento psicossocial, apóiam a

família, estimulando a convivência familiar (*leia texto Um exemplo de alternativa ao abrigo*).

Reinserção familiar

Especialistas concordam que, com o aumento do tempo de sobrevivência e conforme os princípios dos direitos da infância e da adolescência, o papel das casas de apoio e das políticas governamentais é fortalecer os vínculos familiares e trabalhar a reinserção da criança no núcleo familiar, em vez de favorecer o abrigo.

Essa é a orientação geral dos organismos internacionais para as políticas destinadas às crianças que perderam os pais em decorrência da Aids. Reunidos no final de 2003 no Fórum Mundial de Aliados, esses organismos estabeleceram cinco estratégias-chave para que essas políticas atinjam as metas estabelecidas em documentos internacionais, como *Um mundo para as crianças*:

- Fortalecer a capacidade das famílias de proteger e cuidar dos órfãos e das crianças vulneráveis, prolongando a vida de seus progenitores e proporcionando auxílio econômico, psicossocial ou outros.
- Mobilizar a comunidade e dar apoio às respostas que surgem na própria comunidade, com o objetivo de proporcionar assistência imediata e em longo prazo aos lares vulneráveis.
- Garantir o acesso dos órfãos e das crianças vulneráveis aos serviços essenciais, como educação, serviços sanitários e registro de nascimento, entre outros.
- Garantir que os governos protejam as crianças mais vulneráveis, mediante melhores políticas e medidas legislativas, e que assegurem a liberação de recursos para as comunidades.
- Promover a conscientização em todos os níveis, por meio de atividades de estímulo e mobilização social, a fim de criar um convívio propício para as crianças afetadas pelo HIV/Aids.

No entanto, o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente prevê apenas uma ação em relação a meninos e meninas que perderam os pais em decorrência da Aids: destinar recursos para o atendimento de saúde específico a órfãos soropositivos.

O ponto de partida para implantar políticas públicas que resultaram no avanço visível foi o diagnóstico da questão das crianças e adolescentes afetados pelo HIV/Aids. Exemplo que vem sendo aplica-

do até internacionalmente. No Brasil, a falta de ações específicas voltadas aos órfãos em decorrência da Aids justifica-se em parte pela ausência de um diagnóstico amplo e abrangente a respeito da situação.



Acesso e qualidade: os grandes desafios

Apesar do impacto da educação infantil no desenvolvimento das crianças, no Brasil menos da metade de meninos e meninas de até 6 anos freqüenta creche e pré-escola. Além disso, a qualidade muitas vezes ainda deixa a desejar

Há uma década, creches e pré-escolas, então vinculadas à assistência social, foram oficialmente reconhecidas como um direito da criança: passaram a fazer parte da educação básica. A mudança, ocorrida em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), exige ajustes e orientações para que essas instituições evoluam do cuidado básico à prática educacional e para que se garanta o acesso de todas as crianças a creches e pré-escolas com um padrão mínimo de qualidade.

A LDBEN divide a educação infantil em creches (para a faixa etária de até 3 anos) e pré-escolas (de 4 a 6 anos). Conforme a Síntese de Indicadores Sociais 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2003, apenas 11,7% das crianças de até 3 anos freqüentavam creches. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) relativos a 2004,

e levando-se em conta a população segundo o Censo 2000, 55,1% das crianças de 4 a 6 anos estavam na pré-escola.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais, dos 20% mais pobres do País apenas 28,9% de meninos e meninas de até 6 anos freqüentam estabelecimentos de ensino. Já no grupo dos 20% mais ricos, mais da metade das crianças dessa faixa etária está na escola.

Desigualdade histórica

Tal desigualdade se deve à própria história da educação infantil. No Brasil, as creches surgiram à margem do sistema educacional. Atendiam crianças de até 6 anos de idade cujos pais saíam para trabalhar e não tinham com quem deixá-las. Paralelamente a isso, desde 1975 desenvolveu-se no País um sistema oficial de pré-escola. Como as escolas públicas não aten-

Tabela 1

Quantidade de creches e pré-escolas no Brasil					
Creches					
Total	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
30.266	1.675	8.611	1.117	13.408	5.455
Pré-escolas					
Total	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
101.650	4.958	47.951	9.116	25.580	14.045

Fonte: Inep, Sinopse Estatística do Censo Escolar 2004. Dados preliminares.

diam a demanda, as famílias pobres encaminhavam seus filhos para creches vinculadas à assistência social, em geral sem infra-estrutura ou projeto pedagógico – isso quando havia creches. Já a classe média e a classe alta sempre recorreram às escolas particulares¹.

Os estabelecimentos particulares de educação infantil correspondem a quase metade do total de creches no Brasil, segundo dados preliminares da Sinopse Estatística da Educação Básica 2004, do Inep, autarquia do Ministério da Educação (MEC). Quando o foco são as pré-escolas, as instituições privadas representam 25,8% do total. É importante lembrar que muitas creches e pré-escolas podem ter convênios com algum órgão governamental, como no caso das creches filantrópicas ou comunitárias.

Nas áreas urbanas, 40% das crianças de até 6 anos freqüentam estabelecimentos de ensino. Já nas áreas rurais, esse percentual é reduzido para 27%

No total, existem 101.650 pré-escolas e 30.266 creches no País, de acordo com os mesmos dados do Inep. A maior parte das pré-escolas se concentra na Região Nordeste: 47,1%. Já as creches predominam no Sudeste: 44,3% (veja Tabela 1).

Entraves à diversidade

Não há diferença marcante de gênero no acesso à educação infantil. Dados do Censo 2000 do

IBGE mostraram que as meninas tinham leve vantagem (9,5%, ante 9,4% na faixa de até 3 anos e 61,9%, ante 60,5% na faixa de 4 a 6 anos).

Quando se avalia a etnia, a mais prejudicada é a indígena. De acordo com os dados do censo, 3,9% das crianças indígenas na faixa etária de até 3 anos estão na escola. As crianças de origem asiática são as mais atendidas (15,2% do total de meninos e meninas dessa etnia). As discrepâncias entre as taxas de atendimento a brancos (10,3%), negros (9,5%) e pardos (8,3%) são menos significativas². Ao analisar esses dados, é preciso considerar os aspectos inerentes à cultura de cada povo. A necessidade de educação infantil para as crianças indígenas deve ser discutida com a própria população, levando-se em conta suas tradições.

Enquanto nas áreas urbanas 40% das crianças de até 6 anos freqüentam estabelecimentos de ensino, nas áreas rurais esse percentual é reduzido para 27%. Dados preliminares da Sinopse Estatística da Educação Básica 2004 mostram que o número de creches nas zonas rurais é insuficiente. Há 4.165 estabelecimentos, distribuídos em 5.560 municípios.

As crianças com deficiência também estão em desvantagem. A lei garante que meninos e meninas com deficiência podem freqüentar a educação infantil regular. Do total de 109.596 em creches e pré-escolas em 2004, 78,2% vão para escolas especiais. A existência dessas instituições especializadas é importante, mas a maior parte foca seu trabalho na saúde e não realiza atividades que estimulem a socialização, como em uma escola regular. O ideal seria que as duas atividades fossem complementares.

Benefícios a longo prazo

Nas duas últimas décadas, estudos realizados por especialistas das mais diversas áreas do conhecimento mostram a importância da atenção integral na primeira infância. Promover o desenvolvimento cognitivo nessa fase da vida tem impacto decisivo no futuro.

1. Antônio Carlos Gomes da Costa, O desafio da educação infantil, em *Cidadania Antes dos Sete Anos*, Brasília, Andi/UNICEF/Editora Cortez, 2003.
2. Dados publicados no estudo Custo Aluno Qualidade, realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2005.

Os primeiros anos da infância correspondem ao período de maior sensibilidade, quando o cérebro precisa de estímulos para criar ou fortalecer estruturas mentais, cognitivas e emocionais. Isso porque até os 6 anos de idade formam-se 90% das sinapses cerebrais. Nesses primeiros anos, ocorrem as chamadas “janelas de oportunidades”, o período no qual, neurologicamente, as crianças estão mais propensas a desenvolver várias habilidades.

Até os 4 anos de idade, a criança já atingiu metade do potencial mental que terá quando adulta³. O potencial do vocabulário, por exemplo, é determinado por palavras que são filtradas antes dos 3 anos. As bases neurológicas para desenvolver a matemática e a lógica são formadas antes dos 4 anos. A estabilidade emocional é muito influenciada pela maneira como o cérebro se desenvolve durante os dois primeiros anos de vida.

Aos 6 anos, também já estão formados os contornos mais amplos de auto-estima, senso de moralidade, responsabilidade, empatia, relacionamento social e aspectos fundamentais da personalidade. Dessa forma, além de estimular o desenvolvimento de habilidades específicas, a educação infantil tem o potencial de aumentar a capacidade de interação social e promover a formação de sujeitos autônomos.

Crianças que convivem com crianças se relacionam com o mundo de maneira diferente de crianças que convivem só com adultos. As interações com pessoas da mesma faixa etária permitem aos pequenos que ocupem outros papéis. Eles aprendem a negar, dividir e aceitar. Aprendem, enfim, o sentido de grupo.

Um futuro melhor

Além de promover o desenvolvimento integral, o acesso de crianças de baixa renda a creches e pré-escolas tem recompensas sociais. O norte-americano James Heckman, Prêmio Nobel de Economia

(2000), analisou diversos estudos internacionais e concluiu que a frequência à educação infantil e a qualidade de atenção às crianças em casa garantem uma vida adulta melhor⁴. “O principal fator da pobreza, e tenho certeza de que isso deve ser ainda mais verdadeiro no caso do Brasil, são as diferenças nos ambientes familiares e a influência disso no desempenho educacional”, diz o economista⁵.

Além de promover o desenvolvimento integral, o acesso de crianças de baixa renda a creches e pré-escolas tem recompensas sociais

Um desses estudos (Perry Preschool Study) acompanhou por anos a trajetória de meninas e meninos negros norte-americanos de baixa renda – da educação infantil aos 40 anos de idade. Os pesquisadores dividiram as crianças em dois grupos: um com as que freqüentavam estabelecimentos de educação infantil, outro com as que não tinham acesso a creches e pré-escolas. Quando os participantes da pesquisa tinham 40 anos, constatou-se que no primeiro grupo havia mais pessoas que terminaram o ensino médio. Além disso, conseguiam melhor colocação no mercado de trabalho e recebiam salários maiores. Segundo as análises do economista, a probabilidade de engravidar na adolescência é menor entre as meninas participantes de programas de educação infantil. Também é menos provável que meninos que freqüentam creches ou pré-escolas cometam crimes.

Impacto financeiro

No Brasil, existem evidências de que o acesso de crianças de baixa renda à educação infantil tem impacto no aumento da renda familiar, especialmente entre famílias mais pobres. A pesquisa Trabalho e Responsabilidades Familiares: Um Estudo sobre o Brasil⁶ mostra que, nos domi-

3. Banco Mundial, Boosting Poor Children's Chances: Early Development Services for Poor Children, 1999.

4. James Heckman e Flavio Cunha, Credit Constraints, Family Constraints and Optimal Policies to Reduce Inequality and Promote Productivity. Estudo apresentado no Encontro Internacional de Educação Infantil, realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível no site: <http://www.fgv.br/ibre/cps/>. Acesso em 21 nov. 2005.

5. “Pré-Escola Combate Pobreza e Desigualdade, Diz Nobel”, Agência Estado, 16 nov. 2005.

6. Bila Sorj, Trabalho e Responsabilidades Familiares: Um Estudo sobre o Brasil, Relatório Final (Contratado pela OIT), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.

cílios brasileiros em que as crianças estão em creches e pré-escolas, a renda per capita é cerca de 50% maior que naqueles em que elas não freqüentam a educação infantil. Quanto aos salários das mães, são 55% superiores no primeiro caso.

Os investimentos na educação infantil são importantes para ampliar o acesso e também para garantir a qualidade do que é oferecido à criança

Segundo o estudo, a creche é um mecanismo eficiente para conciliar família e trabalho: além de possibilitar à mãe trabalhar, permite melhor inserção da mulher no mercado profissional, especialmente as mais pobres. A expansão da educação infantil é uma das prioridades do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, elaborado em 2004 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República.

Estímulo indireto

Outra pesquisa, realizada pelo Banco Mundial⁷, revela que a freqüência na educação infantil também influencia a escolaridade final dos brasileiros. Dois anos de pré-escola poderiam ajudar a aumentar em média um ano de escolaridade. Além disso, uma criança que teve acesso à educação infantil possui menos probabilidade de repetência e de defasagem entre idade e série. O estudo também conclui que um ano de pré-escola resulta em aumento de 2% a 6% nos salários.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), uma criança pobre que freqüente dois anos de educação infantil tem como retorno 18% a mais no seu poder de compra, quando adulto.

Por todos esses desdobramentos positivos para o futuro, o investimento em educação infantil pode ser visto também como uma escolha a favor da garantia de equidade de gênero, do enfrentamen-

to da criminalidade e do combate à pobreza e à exclusão social.

ACESSO COM QUALIDADE

O Brasil estabeleceu compromissos para investir em educação infantil, como assumiu ao ratificar o documento *Um mundo para as crianças*, das Nações Unidas (ONU, 2002). O relatório define as ações necessárias para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em relação a crianças e adolescentes.

Diante do compromisso internacional, o documento Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início do mandato, estabeleceu a melhoria e o crescimento da educação infantil como uma de suas ações. A meta é aumentar o atendimento dos meninos e meninas de até 6 anos em creches e pré-escolas para 65% das crianças até 2007.

Já o Plano Nacional de Educação (PNE), publicado em 2001, estabelece que até 2011 metade dos meninos e meninas de até 3 anos deverá estar em creches e 80% das crianças de 4 a 6 anos na pré-escola. Nos últimos anos, houve avanços. De 2000 a 2003, cresceu em 8% o número de meninos e meninas que freqüentam estabelecimento escolar, segundo os indicadores do IBGE. Entretanto, levantamento feito pelo estudo Custo Aluno Qualidade (CAQ), da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, mostra que para cumprir as metas seria necessário um crescimento de 474% nas vagas das creches e de 63% nas vagas das pré-escolas.

O problema do financiamento

O gasto público em creches também teria de aumentar 1.088% até 2011, passando de 898 milhões de reais para 10,7 bilhões de reais, segundo pesquisa realizada pelo MEC e publicada em reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* em 2004⁸.

A LDBEN determina que os Estados e a União são responsáveis por estabelecer diretrizes para

7. Banco Mundial, *Desenvolvimento da Primeira-Infância: Foco sobre os Impactos da Pré-Escola*, Brasília, 2002.

8. Menor é melhor, *Caderno Sinapse, Folha de S.Paulo*, pp. 8-12, 27 jan. 2004.

a educação infantil e por oferecer apoio financeiro aos municípios. Mas é dever do município montar e gerenciar a sua rede de educação infantil. A implementação de creches e pré-escolas, porém, não tem sido prioridade de boa parte dos dirigentes municipais da Educação.

Em 1998, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para ampliar o acesso a esse nível de ensino, houve diminuição dos investimentos na educação infantil. A lei estipula que, dos 25% de impostos estaduais e municipais obrigatoriamente investidos em educação, 60% sejam repassados ao ensino fundamental. Isso significa 15% do total de impostos. Com essa vinculação dos recursos, Estados e municípios procuraram compensar a perda de receita reduzindo o investimento em creches e pré-escolas⁹.

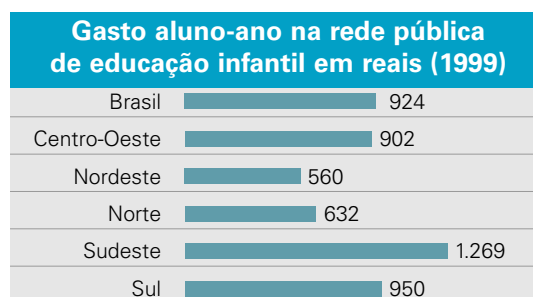
Um novo fundo

Para tentar corrigir essas distorções, tramita na Câmara dos Deputados a proposta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ele garantiria o repasse de recursos federais, estaduais e municipais não só para o ensino fundamental, mas também para a educação infantil e o ensino médio. A iniciativa, em fase de discussão, deixou de fora o subsídio a creches.

Isso porque, de acordo com a proposta, o Fundeb seria composto de 20% das receitas de impostos dos Estados e do Distrito Federal e caberia à União complementar os recursos, quando o valor anual por aluno não alcançar o mínimo definido. Como a legislação estabelece que a educação infantil é responsabilidade do município, argumentou-se que Estados e União arcaria com um valor excessivo, financiando um sistema que deveria ficar a cargo dos municípios.

A sociedade civil reagiu e reivindica que se inclua no Fundeb a educação de meninos e meninas de até 3 anos. Uma comissão especial da Câmara dos Deputados foi criada em outubro de 2005 com o objetivo de discutir esses pontos e sugerir alterações.

Gráfico 1



Fonte: Estudo Custo Aluno Qualidade (CAQ), Campanha Nacional pelo direito à educação, 2005. Cálculo baseado em dados do Inep e do IBGE.

No final de novembro, o governo federal anunciou a liberação de mais recursos para o fundo. Porém, segundo a sociedade civil, o valor destinado é insuficiente para possibilitar a inclusão completa das creches. Deveria ser pelo menos 83% maior que os 200 milhões de reais divulgados. A proposta da comissão é favorável à inclusão, e, se aprovada, deve ainda ser votada na Câmara e no Senado, além de sancionada pelo presidente da República.

Repasse indefinido

Outra dificuldade no financiamento é que as creches e pré-escolas municipais e privadas sem fins lucrativos continuam recebendo repasses federais por meio da assistência social, fragilizando a gestão e o financiamento das ações. A ideia do governo federal é solucionar essa questão o quanto antes. Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o MEC organizaram um grupo interministerial com esse objetivo.

O investimento em educação infantil pode ser visto também como uma escolha a favor da garantia de equidade de gênero e do combate à pobreza e à exclusão social

Alguns esforços do governo federal conseguiram inserir creches e pré-escolas em outras políticas de investimento em educação. Desde 1994, há repasse de verbas para a compra de materiais didáticos, e, desde 2002, recursos financeiros para

9. Rita de Cássia Coelho e Ângela Rabelo Barreto, *Financiamento da Educação Infantil*, Brasília, Unesco, 2004.

Tabela 2

Formação dos professores de educação infantil		
	Creche	Pré-escola
Fundamental incompleto	2,21 %	0,52%
Fundamental completo	5,04%	1,84%
Médio completo	68,94%	62,58%
Superior completo	23,81 %	35,06%

Fonte: Inep, Sinopse Estatística da Educação Básica 2004. Resultados preliminares.

garantir a merenda escolar. Antes, apenas o ensino fundamental recebia os repasses.

Garantia de qualidade

Os investimentos em educação infantil são importantes não só para ampliar o acesso como também para garantir a qualidade do que é oferecido à criança. O País ainda não estabeleceu um patamar mínimo de condições para a atuação de creches e pré-escolas. Até novembro de 2005, o MEC ainda trabalhava no documento Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, cujo objetivo é orientar o funcionamento de creches e pré-escolas.

Alguns critérios já são consenso para definir a qualidade das ações para estimular o pleno desenvolvimento da criança de até 6 anos, como qualificação dos profissionais de educação infantil, relevância do projeto pedagógico, condições de funcionamento, tamanho das turmas e bom relacionamento das escolas com a família.

O estudo CAQ, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, concluiu que o valor gasto com a educação infantil no Brasil é insuficiente para garantir padrões mínimos de qualidade. Em 1999, foram desembolsados em média 924 reais por ano com cada aluno (veja Gráfico 1). A distribuição dos gastos varia de região para região. O Nordeste, por exemplo, gasta 560 reais ao ano por estudante e o Sudeste, 1.269 reais. Disparidade que se reflete tanto no acesso como na qualidade da educação infantil.

Regulamentação da qualidade

A orientação e o controle de qualidade da educação infantil são descentralizados. Além de prestar apoio financeiro aos sistemas municipais, cabe ao MEC fornecer apoio técnico para os municípios, norteando-os quanto ao estabelecimento de critérios locais para a educação infantil. Em 1998, o ministério elaborou, por exemplo, o documento Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil, com o objetivo de orientar a mudança das creches do sistema de assistência social para o sistema educacional. A sugestão é que se observem critérios como adequação do espaço físico a crianças dessa faixa etária, presença de materiais didáticos compatíveis, proposta pedagógica alinhada com a concepção da criança como sujeito em processo de desenvolvimento, entre outros.

O Conselho Nacional de Educação tem como atribuição transformar as diretrizes do ministério em regras que regulem o funcionamento das

Tabela 3

Espaço físico e mobiliário nas creches							
		Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Espaços Físicos	Enfermaria	8,6%	7,2%	4,0%	5,3%	3,9%	6,1%
	Fraldário	23,5%	19,2%	3,0%	4,3%	33,2%	39,4%
	Lactário	15,2%	15,9%	3,1%	3,7%	21,7%	22,4%
Mobiliários adequados à faixa etária	Cadeirão (Cadeira própria para alimentar crianças)	25,2%	16,9%	9,3%	13,8%	34,5%	35,1%
	Cercado (chiqueirinho)	14,9%	14,4%	2,2%	3,2%	24,0%	18,4%
	Andador (andajá)	8,2%	7,9%	1,5%	2,4%	12,2%	11,5%

Fonte: Inep, Censo da Educação Infantil 2000.

Tabela 4

Equipamentos e serviços em escolas públicas		
	Creche	Pré-escola
Energia Elétrica	98,0%	99,0%
Internet	19,0%	9,0%
Parque Infantil	45,0%	54,0%
Sanitário adequado	43,0%	57,0%

Fonte: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, estudo CAQ, 2005.
Valores calculados com base em dados do Inep referentes a 2001 e 2002.

instituições. Mas cabe aos conselhos municipais ou estaduais de Educação (quando não há sistema municipal de ensino) adaptar essas normas às suas localidades.

Formação de professores

No que diz respeito à regulamentação da educação infantil, houve avanços nos últimos dez anos. A questão da formação de professores e das práticas pedagógicas é um exemplo. No passado, vigorava a idéia de que qualquer pessoa poderia tomar conta de crianças em creches e pré-escolas. Em 1999, o Conselho Nacional de Educação, ao publicar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, passou a exigir que o nível mínimo de formação para os professores da educação infantil seja o magistério, defendendo como ideal o curso superior.

Dos 75.275 professores de creches cadastrados no Inep em 2004, 2,21% nem sequer têm o ensino fundamental completo. Apenas 23,81% têm o ensino superior completo. Nas pré-escolas, a situação é um pouco melhor: apenas 0,52% dos

293.699 professores possuem o ensino fundamental incompleto (veja Tabela 2).

O Proinfantil, programa do MEC em parceria com Estados e municípios, visa a qualificar os educadores que atuam na educação infantil oferecendo-lhes acesso ao ensino médio completo, pelo menos. Em 2005, ele foi implantado como piloto nos Estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Rondônia, Ceará e Sergipe. Em 2006, será oferecido para todo o País. O curso inclui atividades presenciais e de ensino a distância e tem dois anos de duração.

Estruturas precárias

O PNE (2001) prevê a elaboração de diretrizes e metas de padrões mínimos de infra-estrutura para as instituições de ensino infantil, considerando espaço interno, segurança, água potável, instalações e mobiliário. A previsão do MEC

O Censo da Educação Infantil, do Inep, mostra que boa parte das creches não oferece às crianças requisitos fundamentais para o seu bem-estar

era lançar um documento com esses parâmetros até o final de 2005. Mas eles terão caráter apenas de orientação.

O Censo da Educação Infantil, levantamento especial realizado em 2000 pelo Inep, mostra que

Tabela 5

Materiais didáticos utilizados em creches						
	Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Brinquedos	84,1%	90,3%	64,1%	76,5%	92,8%	95,6%
Jogos didáticos	73,7%	77,3%	53,7%	65,1%	82,5%	85,8%
Material para expressão artística	61,7%	66,0%	40,1%	45,8%	71,5%	75,7%
Livros didáticos	36,7%	36,5%	25,1%	30,5%	41,2%	46,1%
Livros de literatura	58,1%	63,3%	37,2%	33,3%	65,7%	76,7%
Cartilha	8,4%	10,5%	14,2%	16,0%	4,9%	4,7%
Material para educação física	39,8%	41,7%	9,5%	18,7%	51,4%	64,5%
Lápis e caderno	58,9%	52,2%	74,7%	66,8%	52,1%	49,6%
Sucatas	82,6%	82,4%	73,0%	77,0%	86,4%	90,2%

Fonte: Inep, Censo da Educação Infantil 2000.

Tabela 6

Materiais didáticos utilizados em pré-escolas						
	Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Brinquedos	61,4%	74,5%	37,1%	40,4%	88,7%	92,3%
Jogos didáticos	75,2%	80,8%	61,6%	55,6%	91,4%	94,8%
Material para expressão artística	55,7%	69,7%	33,6%	41,0%	79,0%	83,4%
Livros didáticos	53,8%	61,7%	49,0%	60,1%	57,4%	56,1%
Livros de literatura	63,7%	78,7%	46,3%	38,2%	82,8%	89,8%
Cartilha	43,0%	50,7%	59,9%	64,6%	22,3%	15,2%
Material para educação física	40,3%	57,3%	11,1%	25,1%	66,1%	84,4%
Lápis e caderno	93,0%	93,8%	93,6%	94,6%	91,8%	91,8%
Sucatas	82,3%	87,8%	71,5%	76,1%	93,4%	95,9%

Fonte: Inep, Censo da Educação Infantil 2000.

boa parte das creches não oferece às crianças requisitos fundamentais para seu bem-estar. Espaço diferenciado para troca de fraldas, por exemplo, só existe em 23,5% das instituições em todo o Brasil. Mais uma vez, a desigualdade regional é significativa. No Nordeste, esse espaço só está presente em 3% dos estabelecimentos (veja Tabela 3).

O diagnóstico realizado pelo estudo CAQ também aponta falhas em alguns quesitos de qualidade. Em 2001 e 2002, apenas 43% das creches e 57% das pré-escolas públicas tinham sanitários adequados ao tamanho das crianças e cerca de metade delas possuía parque infantil (veja Tabela 4).

Aspectos pedagógicos

Na educação infantil, o aprendizado acontece com a brincadeira, a interação, com ações que permitam a criança explorar o mundo e desenvolver autonomia. Para isso, além das áreas livres, devem ser utilizados materiais didáticos, como jogos, brinquedos, livros e revistas.

Dados do Censo da Educação Infantil 2000 mostram que boa parte desses estabelecimentos não usa esses materiais (veja Tabelas 5 e 6). E, mais uma vez, a desigualdade regional é significativa: a média brasileira de creches que emprega jogos didáticos, por exemplo, é de 73,7%. Na

Atraso no orçamento

Apesar de grande parte dos recursos ser efetivamente gasta, a prática do contingenciamento dificulta a execução de uma política planejada e homogênea para a infância e a adolescência

Até 10 de outubro de 2005, dos 16,6 milhões de reais destinados ao Programa de Desenvolvimento da Educação Infantil, apenas 14,45% haviam sido liberados. O programa prevê compra de equipamentos, apoio a iniciativas municipais de reestruturação da rede de creches e pré-escolas e distribuição de materiais didáticos.

A demora está relacionada à política do governo federal de segurar os re-

cursos previstos para diversas áreas, com o objetivo de elevar o superávit primário. Apenas nos últimos três meses do ano é que se costuma liberar boa parcela das verbas orçamentárias.

Apesar de grande parte dos recursos ser efetivamente gasta, essa prática dificulta a execução de uma política planejada e homogênea para a infância e a adolescência.

A situação é paradoxal. Durante nove meses do ano, trabalha-se sem a perspectiva de receber recursos. Nos últimos três meses, o programa deve executar o maior número possível de ações. Isso porque, mesmo que o novo ano orçamentário se inicie com sobras, elas só podem pagar despesas executadas até o dia 31 de dezembro do ano anterior. A prática favorece a realização de ações pontuais

Região Nordeste, o percentual é de 53,7%, enquanto na Sul, chega a 85,8%.

Do papel à ação

Quanto à legislação ou a orientações referentes à educação infantil, o País apresentou um avanço nos últimos anos. A grande dificuldade é fazer com que as leis sejam cumpridas. De maneira geral, não há fiscalização nem punição estabelecida para os municípios que não obedecem às determinações do Conselho Nacional de Educação ou não seguem as orientações do MEC.

Além de regulamentar, cabe aos sistemas municipais ou estaduais (quando for o caso) também fiscalizar o cumprimento das normas, mas muitos não têm estrutura para fazer isso.

O perfil dos melhores municípios

Para iniciar um trabalho efetivo de desenvolvimento da educação infantil, um dos principais pontos são os diagnósticos locais. Há poucos estudos que os sistematizem. Em levantamento realizado em 2001 pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente nos 668 municípios incluídos no programa Prefeito Amigo da Criança,

revelou-se um dos principais problemas que desafiavam as administrações municipais mais atuantes em relação aos direitos das crianças: a falta de vaga na educação infantil.

Em 2002, analisaram-se programas específicos voltados para a proteção integral da criança e do adolescente. Doze por cento das iniciativas

Nos últimos anos, houve no Brasil avanços na legislação e nas orientações referentes à educação infantil. A grande dificuldade é fazer com que as leis sejam cumpridas

municipais atendiam especificamente creches e pré-escolas. Cada programa foi avaliado por uma equipe de especialistas, que considerou dezesseis indicadores, atribuindo a cada um deles o valor de 1 a 3.

A boa notícia ficou por conta do resultado da média final desses programas. Ela foi acima de 2 nos itens coerência, combate às causas do problema e sintonia com a doutrina da proteção integral, entre outros cinco indicadores que também receberam a pontuação. Entre os aspectos considerados insuficientes, é possível destacar a ausência

e descontextualizadas, o que enfraquece as ações do programa.

O contingenciamento afeta outras áreas importantes para a infância e a adolescência. Em outubro de 2005, o governo federal tinha repassado apenas 30,6% das verbas para oito áreas sociais. A educação foi uma das menos afetadas. Por ter o repasse de verbas garantido pela Constituição, 75% do orçamento autorizado no início do ano já tinha sido utilizado. Mas como não há transferência de dinheiro prevista em lei para ações de educação infantil, essa área foi prejudicada.

Em 2003, houve liberação de apenas 44,47% dos recursos para a formação continuada de professores de creches e pré-escolas. Foi uma das três ações do Ministério da Educação (MEC) que menos receberam o que estava previsto no orçamento, segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Para pressionar o governo a garantir recursos para as crianças no orçamento público, o Inesc, o UNICEF e a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente criaram um projeto para monitorar a execução das

ações previstas nas leis orçamentárias: De Olho no Orçamento Criança. O projeto desenvolveu uma metodologia para que a própria sociedade, organizada em grupos, possa acompanhar o desempenho dos programas e das ações governamentais voltadas para o público infanto-juvenil. Um guia, que leva o mesmo nome da iniciativa, foi lançado em 2005. A publicação apresenta o funcionamento do orçamento público, ensina como é possível participar de sua elaboração e estimula a população a fiscalizar os municípios (www.orcamentocrianca.org.br).

de diagnósticos, levantamentos e pesquisas; a falta de integração com Conselhos Tutelares e conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; e a pouca interação entre instituições de educação infantil e a família.

Papéis complementares

Fortalecer essa interação é um dos objetivos da Política Nacional de Educação Infantil, de 2005. Não se pode considerar que creches e pré-escolas substituam os cuidados familiares, pois a educação infantil tem função diferenciada e complementar à da família.

O envolvimento dos pais na educação da criança de até 6 anos deve ser pautado pelo

prazer de educar e pelo compartilhamento de responsabilidades. A família tem o direito de participar da escolha das creches e pré-escolas e da formulação e implantação de projetos pedagógicos – a chamada gestão democrática dos estabelecimentos de educação infantil. Para garantir a qualidade, é importante a presença ativa dos familiares nesses espaços, definindo as prioridades de atividades pedagógicas, materiais e recursos humanos.

Sem investimento maciço na redução das iniquidades, no entanto, os avanços na qualidade do ensino infantil podem ficar restritos a um grupo reduzido de meninos e meninas menos vulneráveis, gerando assim um círculo vicioso de exclusão social.

Desenvolvimento com respeito à cultura e à identidade

O projeto Nyamê tem como proposta a inclusão social focada na garantia de direitos de crianças e adolescentes afro-descendentes em comunidades de remanescentes dos quilombos do Maranhão

Quando a pequena Maria de Fátima de Sousa tinha 2 anos, era tímida, não falava com as pessoas, não se socializava. Até que começou a ouvir histórias dos seus avós, bisavós e tataravós: gente que veio de longe, em um navio muito cheio, e teve que lutar pela sua liberdade em terras brasileiras. O ano era 2002 e ela havia entrado no projeto Nyamê, iniciativa que tem a proposta de inclusão social focada na garantia de direitos de crianças e adolescentes afro-descendentes em comunidades de remanescentes dos quilombos do Maranhão.

O Estado tem a terceira maior população negra entre as unidades da Federação brasileira e o sexto pior Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) do País: 0,54. As ações do Nyamê foram desenvolvidas em onze comunidades quilom-

bolas na zona rural dos municípios de Codó e Itapecuru-Mirim, respectivamente a 350 e 120 quilômetros da capital, atingindo 880 famílias em situação de pobreza extrema.

A de Maria de Fátima, hoje com 5 anos, foi uma delas. “Agora ela canta e dança as músicas negras e pede para ir à escola”, alegra-se sua mãe, Patrícia Sousa. Ela viu a filha, e pelo menos mais trinta crianças da comunidade, passar a reconhecer sua história por meio do estímulo aos processos cognitivos e sociais.

Atividades focalizadas

A brincadeira é fundamental para as crianças construírem a auto-imagem, fortalecerem a identidade e promoverem o desenvolvimento integral. Por isso, o Nyamê criou as Casas de Brincar, ou brin-

quedotecas, espaços onde se realizam atividades que fortalecem o desenvolvimento infantil de forma saudável.

Mulheres das próprias comunidades receberam treinamento para cuidar dos meninos e meninas de até 6 anos de idade. Com ajuda de custo de 100 reais mensais, uma mãe e uma adolescente, as chamadas brinquedistas, desenvolvem a auto-estima, a criatividade, a autonomia e a identidade cultural das crianças. Para isso, usavam, entre outros materiais, bonecos negros e brinquedos confeccionados com produtos da natureza, como a palha, além de músicas e danças afro-brasileiras.

A maioria das comunidades quilombolas no Maranhão é caracterizada pela exclusão das políticas públicas e pela falta de infra-estrutura e serviços sociais bási-

cos, como educação, saúde, saneamento, rede elétrica e telefonia. Ainda assim, as brinquedistas deram um jeito de disseminar a cultura. “Mesmo sem energia elétrica, a gente cantava e ensaiava sem som e desenhava o que não podia mostrar na televisão”, lembra a mãe e brinquedista Gleiciane Márcia dos Santos.

O resultado dessa determinação foi o crescimento da consciência cultural. “É muito bom ver as crianças pedindo para ouvir histórias da comunidade. Mantém a cultura viva”, orgulha-se Gleiciane. Além disso, ainda que não se configure oficialmente como uma creche ou pré-escola, na brinquedoteca as crianças aprendem a distinguir letras, números e cores. “Isso significa desenvolvimento tanto para a criança quanto para a comunidade como um todo”, diz.

As Casas de Brincar também são um espaço para a criança permanecer em segurança enquanto os pais vão trabalhar na roça, pescar ou quebrar coco nos babaquais. A maioria da população adulta das comunidades atendidas é analfa-

beta, vive em casas de palha e com chão de terra batida.

Integração

Com o projeto Nyamê, foi possível fortalecer as competências familiares e comunitárias na atenção às crianças. Mães, pais, avós e lideranças foram alvo de palestras e discussões sobre o tema, sempre relacionado com a cultura local.

Além disso, após um processo de sensibilização, as administrações municipais vêm se articulando e a população tem sido beneficiada com melhorias. Os povoados receberam rede elétrica, escola feita de tijolos e poço com caixa d’água, e hoje possuem professores, além de agentes comunitários de saúde, selecionados na própria comunidade.

Ao longo do projeto, cada comunidade foi considerada como estrutura com identidade própria, adotando a cooperação e a reciprocidade como práticas para garantir a sobrevivência. Merece destaque a mobilização das lideranças quilom-

bolas, as quais valorizam a criança e a família como agentes que podem promover a continuidade e a manutenção da cultura local.

O fortalecimento das parcerias para executar o projeto envolveu um trabalho político delicado de articulação entre essas lideranças da comunidade e o poder público. Destaca-se o papel da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Aconerug) e da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac). Porém, desde 2004 o projeto passa por dificuldades de financiamento e as Casas de Brincar foram desativadas nas comunidades de Codó e Itapecuru-Mirim.

Apesar desses obstáculos, em 2006 as Casas de Brincar e as ações integradas de saúde, educação, cultura e lazer que fazem parte do Nyamê serão levadas a outros cinco povoados quilombolas do município de Alcântara, a 60 quilômetros de São Luís. A metodologia do projeto foi contemplada com financiamento na segunda seleção pública do programa Petrobras Fome Zero, em 2005.

Atendimento integrado

Estímulo ao desenvolvimento integral leva cidadania
a crianças com paralisia cerebral



Vencer a falta de informação sobre as crianças com paralisia cerebral e incluí-las na sociedade. Esse é o principal desafio do Núcleo de Atendimento à Criança com Paralisia Cerebral (NACPC), de Salvador, que desde 2001 atende gratuitamente crianças com o problema e suas famílias, a maioria de baixa renda. Para superá-lo, profissionais de saúde, educadores, assistentes sociais e a própria família unem suas forças em diversas ações que oferecem estímulo ao desenvolvimento integral e à inclusão social e educacional desses meninos e meninas.

A paralisia cerebral é ocasionada por falta de oxigenação no cérebro, durante a gravidez, no momento do parto ou no período de desenvolvimento neuromotor. Com isso, a criança pode ter problema em algum nível: desde uma imperceptível dificuldade de locomoção até incapacidade para andar e falar. “De qualquer forma, a criança com paralisia cerebral tem dificuldade de desenvolvimento motor, mas o processo cognitivo e afetivo não é paralisado”, diz a médica Daniela Matsuda, diretora clínica do núcleo. Dessa maneira, quando estimulada, ela tem chance de desenvolver todas as capacidades e adaptar-se à sociedade de forma satisfatória.

Partindo desse princípio, o NACPC oferece mais que as atividades de saúde: fisioterapia, fonoaudiologia, musicoterapia e terapia ocupacional. As 250 crianças e adolescentes atendidos também freqüentam três vezes por semana a Escola de

Transição, espaço que os prepara para a inclusão em turmas regulares de ensino. “Não faz sentido promover o desenvolvimento psicomotor e deixá-los em um casulo”, diz Daniela.

Na escola, mantida em parceria com a Secretaria de Educação, meninos e meninas com paralisia cerebral participam de atividades semelhantes às da escola regular: aprendem português e matemática e realizam passeios e atividades extra-classe, por exemplo. Tudo isso com flexibilidade para a adaptação às necessidades específicas de cada criança.

Setenta crianças já foram incluídas no sistema regular de ensino. Matheus Barbosa, de 6 anos, é um deles. Desde junho de 2005, freqüenta a turma de educação infantil de uma escola municipal. Com o desenvolvimento motor comprometido, ainda tem de estar sempre na companhia da mãe, que o alimenta. “É muito bom ver que ele está se adaptando”, conta Luciana Santos Barbosa, de 29 anos. Os coleguinhas de turma brincam com ele, empurram a cadeira de rodas, passeiam com o menino. “As crianças se ajustam facilmente à diferença”, conta, feliz, a mãe.

“Muitas vezes, o profissional não acredita ser capaz de lidar com a paralisia cerebral”, conta a coordenadora pedagógica do núcleo, Valdeci Pereira. Por isso mesmo, o NACPC também realiza ações de apoio às escolas regulares, como seminários e visitas sistemáticas. Além disso, as crianças que já foram incluídas continuam freqüentando a Escola

de Transição pelo menos uma vez por semana, para acompanhamento pedagógico.

O trabalho da área de saúde é integrado ao da área de educação. Médicos, fisioterapeutas, terapeutas e fonoaudiólogos acompanham os educadores da Escola de Transição. Periodicamente, esses profissionais de saúde visitam as salas de aula para verificar questões como postura das crianças, adaptação da linguagem e dificuldades motoras. A visita também é realizada nas escolas regulares cursadas pelos 70 meninos e meninas com paralisia cerebral atendidos pelo núcleo.

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

A família da criança também integra o processo. Enquanto os filhos estão no atendimento individual ou na sala de aula, elas aprendem a conhecer o problema, lidar com ele, entender os direitos da criança e as competências familiares, acreditar mais no potencial de seus filhos e desmistificar a paralisia cerebral. É o projeto Conta, Reconta: Ação e Multiplicação, realizado pelo NACPC em parceria com o UNICEF.

Lançando mão de atividades lúdicas, como contar histórias, o projeto põe os responsáveis pelos meninos e meninas em contato com questões de desenvolvimento integral e inclusão social. “Por meio das histórias, eles vivenciam as situações e as entrelaçam com a vida real”, explica a coordenadora pedagógica. A atividade estimula a interação entre a família e as crianças: o grupo de familiares faz apresentações na sala de aula das crianças.

A dona de casa Silvanira Rodrigues, de 58 anos, conhece o poder dessa interação. Ela é responsável pelos cuidados com seu neto Cléverson, de 6 anos, desde os 7 meses de vida – segundo a avó, a mãe do menino abandonou a família, e o pai, depois que descobriu a paralisia cerebral, não tem interesse pelo garoto. Ela conta que depois que entrou no projeto passou a entender melhor a questão. “Fui melhorando o meu comportamento com ele, aprendi a cuidar melhor”, diz.

O contato com outras crianças que passam pela mesma situação também foi importante para

Silvanira. Ela lembra que, quando recebeu o diagnóstico de paralisia cerebral, ficou assustada e com medo. “Vendo outras crianças na mesma condição, o trabalho do núcleo com elas, o desenvolvimento delas, percebi que não havia por que não tratá-lo como qualquer menino ou menina de sua idade”, diz.

O estímulo à interação é apenas um dos objetivos do projeto. A intenção é que os familiares se tornem multiplicadores de tudo que aprenderam. E de maneira lúdica. O Conta, Reconta: Ação e Multiplicação é uma extensão do projeto Afagar: Apoio e Orientação às Famílias de Crianças com Deficiência, implementado em 2003 pelo UNICEF. A idéia é capacitar pessoas que lidam diariamente com a paralisia cerebral como agentes multiplicadores cotidianos. Eles podem divulgar informações sobre os direitos das crianças com deficiência e até ajudar a desfazer mitos e preconceitos.

Para estimular essa multiplicação, as mães ou responsáveis recebem um certificado de multiplicadores. Para Silvanira, esse foi o aval para sair dizendo pelos quatro cantos de Salvador o que pensa a respeito do neto: “As pessoas não conseguem entender a paralisia cerebral. Sentem pena da criança. Olham para ela como doente. O que eu quero dizer é que não é nada disso. Tenho muito orgulho do meu neto”.

A intenção do projeto é capacitar as pessoas que lidam diariamente com a paralisia cerebral e torná-las multiplicadoras de conhecimento em suas comunidades





À margem da cidadania

O direito ao registro civil, requisito básico para que a criança seja reconhecida como cidadã e tenha acesso a serviços e benefícios públicos, ainda é negado a mais de um quinto dos recém-nascidos no País

A proporção de crianças sem registro de nascimento no Brasil é um problema que vem ganhando visibilidade desde a década de 1990, em debates e campanhas nacionais de conscientização. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em dados apurados até 2003, a cada ano quase 750 mil crianças brasileiras, mais de um quinto do total de recém-nascidos, completam o primeiro ano de vida sem ter sido registradas e sem ter um documento no qual conste seu nome e o nome de seus pais. O País deixa de atender, assim, o direito fundamental da infância ao nome, ao registro e à certidão de nascimento. De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, todas as crianças devem ser registradas logo depois de nascer.

Sem o registro civil, a criança não existe perante o Estado e não pode usufruir de uma série de serviços e benefícios garantidos por lei. Condição

básica para toda pessoa ser reconhecida como cidadã, o registro é necessário, por exemplo, para obter certidão de nascimento e outros documentos, fazer matrícula em escola, participar de programas governamentais e ter acesso à Previdência Social. Também consiste em ferramenta essencial para o planejamento de políticas públicas.

O grande número de crianças não registradas é um empecilho para conhecer a situação real da infância no País e criar ações e programas voltados para essa parcela da população. A falta do registro civil agrava ainda questões como o tráfico de crianças e o trabalho infantil, pois sem comprovação legal da existência de cada criança é mais difícil enfrentar esses problemas.

Garantir o registro civil de todos os recém-nascidos é uma das metas do documento *Um mundo para as crianças*, divulgado pela ONU em 2002 para balizar as ações necessárias ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio (ODM) relacionadas à infância e à adolescência. No Brasil, o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, elaborado de acordo com as metas do documento da ONU e lançado em 2003, também compromete-se a trabalhar pela universalização do registro, por meio da Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento, iniciada naquele ano.

REDUÇÃO DO SUB-REGISTRO

A preocupação de ampliar a cobertura do sistema de registro civil no País já vinha ganhando força desde a década de 1990. Em 1997, a Lei nº 9.534 tornou o registro civil e a primeira certidão de nascimento gratuitos para todos os cidadãos – não apenas para os que apresentassem comprovação de pobreza, como determinava a Constituição. Embora represente uma conquista importante, a medida não provocou, como se esperava, uma redução drástica do índice de sub-registro de nascimento (número de crianças que deixam de ser registradas no ano de nascimento ou até o primeiro trimestre do ano seguinte).

De 1993 a 2003, conforme estimativas do IBGE, o sub-registro se manteve entre 20% e 30% no Brasil (veja Tabela 1). Nesse período, houve variações de um ano para outro, mas não diminuição duradoura, que indique avanço consis-

te no combate ao sub-registro. O menor índice foi verificado em 1999, ano em que o Ministério da Saúde realizou uma campanha bem-sucedida de incentivo ao registro civil, trabalhando de forma articulada com outros órgãos governamentais e não-governamentais. Os resultados, porém, foram temporários. Passados os efeitos da campanha, o sub-registro voltou a ultrapassar os 25% em 2001.

Outra iniciativa para reduzir o sub-registro no Brasil, dessa vez de proporções maiores, teve início em outubro de 2003. É a Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento, coordenada pela Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República. Participam da Mobilização 62 entidades em nível federal e comissões formadas nas 27 unidades da Federação. O trabalho se divide em três frentes:

- **Campanhas de sensibilização** – Desde 2003, realizam-se campanhas como o Dia Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e o Dia de Mobilização Rural para o Registro Civil, além de parceria com a Ação Global, evento promovido pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) e pela Rede Globo.
 - **Plano nacional** – Em maio de 2004, em encontro que reuniu 112 representantes de entidades participantes da Mobilização Nacional, foi elaborado o Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento, estabelecendo medidas necessárias para erradicar o sub-registro no País. No mesmo encontro, os participantes assinaram um pacto nacional para implementar o Plano.
 - **Articulação com programas e ações de governo** – Firmaram-se parcerias com ministérios e órgãos públicos para que profissionais de cada uma dessas instituições atuem como agentes mobilizadores permanentes para o registro civil. A coordenação da Mobilização produziu cartilhas dirigidas a agentes comunitários de saúde, alfabetizadores e monitores do programa Fome Zero.
- Os primeiros resultados da Mobilização Nacional poderão ser avaliados a partir da divulgação, pelo IBGE, da estimativa de sub-registro de nascimento em 2004.

Tabela 1

Estimativa de sub-registro de nascimento no Brasil*	
1993	26,9%
1994	25,2%
1995	28,6%
1996	27,4%
1997	29,4%
1998	26,5%
1999	20,9%
2000	22,7%
2001	25,6%
2002	24,4%
2003	21,6%

Fontes: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 1991-2002 e Estatísticas do Registro Civil 2003.

* Porcentagem em relação ao total de crianças nascidas vivas

COBERTURA DESIGUAL

Um dos desafios para reduzir o sub-registro no Brasil é atingir as áreas onde o problema é mais acentuado. Levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, para a Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento, demonstra a disparidade regional da cobertura do sistema (veja Tabela 2). O levantamento considera apenas as estatísticas de nascimento no sistema de saúde, deixando de lado as crianças nascidas em casa. O total nacional, portanto, difere da estimativa do IBGE, feita a partir de projeção de todos os nascidos vivos no País.

Os resultados, embora não representem um diagnóstico preciso dos índices de sub-registro nos Estados brasileiros, dão uma boa idéia de como o sub-registro se concentra principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Além da desigualdade entre Estados e regiões, há uma variação dos índices de sub-registro entre os municípios de um mesmo Estado. Segundo o levantamento do Ministério da Saúde, 78 municípios, de todas as regiões do País, apresentaram sub-registro de nascimento acima de 80% em 2002.

No Amazonas, no Pará, em Tocantins, no Maranhão, em Alagoas, no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso, há municípios de pequeno porte em que menos de 2% das crianças nascidas em 2002 foram registradas no mesmo ano. Existem ainda diferenças observadas dentro de um mesmo município. Comunidades rurais, indígenas e quilombolas apresentam maior porcentagem de sub-registro (veja texto *Dificuldades para os índios*).

SENSIBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Em todo o País, a falta de informação é uma das principais causas do sub-registro de nascimento. Boa parte da população não sabe que, sem o registro civil, a criança não pode tirar documentos, usufruir de serviços públicos ou receber benefícios do governo. Também ignora os procedimentos necessários para registrar um filho. Um grande número de mulheres deixa de procurar o servi-

Tabela 2

Cobertura do registro civil em relação aos nascimentos no sistema de saúde (2002)		
Unidade da Federação	Cobertura do registro civil	Sub-registro
Brasil	83,3%	16,7%
Centro-Oeste		
Distrito Federal	91,9%	8,1%
Goiás	85,5%	14,5%
Mato Grosso	78,7%	21,3%
Mato Grosso do Sul	87,1%	12,9%
Nordeste		
Alagoas	66,9%	33,1%
Bahia	88,9%	11,1%
Ceará	75,2%	24,8%
Maranhão	62,0%	38,0%
Paraíba	84,2%	15,8%
Pernambuco	73,8%	26,2%
Piauí	65,6%	34,4%
Rio Grande do Norte	75,7%	24,3%
Sergipe	73,7%	26,3%
Norte		
Acre	71,7%	28,3%
Amapá	67,5%	32,5%
Amazonas	60,0%	40,0%
Pará	60,1%	39,9%
Rondônia	83,9%	16,1%
Roraima	59,6%	40,4%
Tocantins	63,1%	36,9%
Sudeste		
Espírito Santo	89,0%	11,0%
Minas Gerais	96,1%	3,9%
Rio de Janeiro	87,8%	12,2%
São Paulo	95,0%	5,0%
Sul		
Paraná	92,7%	7,3%
Rio Grande do Sul	90,0%	10,0%
Santa Catarina	95,0%	5,0%

Fontes: Ministério da Saúde, Sistema de Informações de Nascidos Vivos (Sinasc), 2002, e IBGE, Estatísticas do Registro Civil 2002.

ço por falta de reconhecimento da paternidade, embora a lei garanta que elas podem fazer o registro só com o nome da mãe e declarar em cartório o nome do suposto pai.

Muitas famílias desconhecem ainda que, por lei, o serviço é gratuito. Por isso, é importante que as iniciativas para ampliar a cobertura do registro civil envolvam ações de sensibilização das famílias, como campanhas de esclarecimento e mutirões.

O trabalho de conscientização da população, porém, não pode ser apenas temporário. Como demonstra a experiência da campanha realizada pelo Ministério da Saúde em 1999, se não houver um trabalho contínuo, os resultados alcançados, mesmo que sejam significativos, podem não ter efeito duradouro. Nesse sentido, um avanço apresentado pela Mobilização Nacional iniciada em 2003 é combinar eventos pontuais de grande visibilidade, como o Dia Nacional de Mobilização para o Registro Civil, com um esforço permanente de levar informação às famílias, por meio de agentes dos serviços e programas governamentais.

É fundamental também que a preocupação de conscientizar a população não esteja limitada às ações de âmbito nacional. Deve haver engajamento dos atores sociais estaduais e municipais em iniciativas de divulgação do registro civil, especialmente nos locais que concentram maior índice de sub-registro. Já existem no País experiências bem-sucedidas nesse sentido, como a do município de Santa Quitéria, no Maranhão, que conseguiu erradicar o sub-registro de nascimento (veja texto *Registro civil: direito da criança e da família*). Em vários outros lugares, a parceria entre diferentes atores, como o Poder Executivo local, o Ministério Público e organizações não-

governamentais, tem viabilizado a realização de campanhas de divulgação do registro civil.

PROBLEMAS DE ACESSO

Para boa parte da população de baixa renda, a dificuldade de chegar a um cartório ou posto de registro é outro empecilho para registrar os filhos. Muitas vezes, os pais não vão a um cartório simplesmente por não ter dinheiro para o transporte. Uma medida tomada pelo Ministério da Saúde em 2002 abriu caminho para reduzir o problema aproximando o serviço da população. Por meio da Portaria nº 938, o ministério instituiu um incentivo financeiro para os hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) que tiverem postos de registro civil instalados em seu interior. A instalação de postos em maternidades já se mostrou uma forma eficaz de combater o sub-registro, porque permite que os recém-nascidos sejam registrados antes da alta hospitalar.

Além do incentivo do Ministério da Saúde, o envolvimento do poder público nos Estados e municípios tem sido importante para que essa prática se dissemine no País. Das 27 unidades da Federação, 16 têm convênios com cartórios para

Dificuldades para os índios

Registro emitido pela Funai não soluciona, na prática, o problema nas comunidades indígenas

Nas comunidades indígenas, o problema do sub-registro de nascimento apresenta um grau de complexidade maior que no conjunto da sociedade brasileira. Os índios podem fazer o Registro Administrativo de Nascimento de Índio (Rani) na Fundação Nacional do Índio (Funai) sem precisar ir a um cartório para registrar os filhos. O Rani, em tese, tem o valor de registro civil. Na prática, porém, há órgãos públicos que não aceitam o Rani como registro civil em alguns

lugares. Nesses casos, é preciso recorrer aos cartórios, o que às vezes representa uma longa viagem para a família.

Mesmo nos locais em que a validade do Rani é reconhecida, a distância pode ser um grande empecilho. O serviço não vem sendo feito nos postos indígenas da Funai mais próximos das aldeias. Está centralizado nas administrações executivas regionais e nos núcleos de apoio local, acarretando maior dificuldade de acesso. Há um esforço da Funai

para levar o serviço às aldeias, mas ele esbarra na falta de pessoal. Assim, muitas famílias acabam deixando de registrar os filhos simplesmente por causa da distância, especialmente na região da Amazônia, onde as comunidades são mais isoladas.

A falta de informação é outro problema que agrava o sub-registro nas comunidades indígenas, normalmente menos expostas às campanhas de esclarecimento e sensibilização que vêm sendo realizadas

instalação de postos de registro em maternidades, e já começaram a surgir iniciativas para ampliar o número de unidades. Em Campo Grande (MS), a Lei Municipal nº 4.285 instituiu, em junho de 2005, um programa de registro civil para as maternidades do município. De acordo com a lei, a prefeitura deve estabelecer convênios com cartórios para a instalação de postos de registro em todas as maternidades de Campo Grande, cabendo aos cartórios oferecer funcionários para executar o serviço e aos hospitais providenciar uma área adequada para a montagem do posto, além de informar as famílias.

Outra estratégia para levar o registro civil até a população é a criação de postos móveis que percorram comunidades carentes ou afastadas oferecendo o serviço aos moradores. Com base nesse modelo, a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen Brasil) lançou, em outubro de 2004, no XII Congresso Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, a Campanha Nacional de Registro Civil Itinerante. A primeira ação foi realizada em dezembro do mesmo ano em Maceió. Mesmo com a campanha da Arpen Brasil, ainda são poucas as experiências do gênero no País, mas a coordenação da Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento tem

intenção de intensificá-las, trabalhando em parceria com a Arpen e com a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg).

No Maranhão, existe desde 1998 um programa oficial que realiza o registro civil e outros serviços em postos móveis que percorrem os municípios. O programa, denominado Viva Cidadão, é resultado de uma parceria do governo do Estado com a Corregedoria Geral de Justiça. Tem 13 unidades móveis, montadas em caminhões adaptados e em um trem da Companhia Vale do Rio Doce, e duas fixas, instaladas em maternidades. Dessa forma, consegue-se atender famílias de municípios pequenos e de comunidades rurais isoladas, que são mais afetadas pelo problema do sub-registro. Desde o início do programa até julho de 2005, foram feitos mais de 170 mil registros civis nas 15 unidades do Viva Cidadão.

DEFICIÊNCIAS DO SISTEMA

A universalização do registro civil depende ainda de aperfeiçoar o sistema de registro no País. Hoje, ainda existem muitas falhas que comprometem sua uniformidade, mobilidade e eficiência. A questão mais séria diz respeito à sustentabilidade

no País. Há ainda uma barreira cultural. Para os povos indígenas, o nascimento de uma criança não precisa ser legitimado por um papel ou documento. A noção de cidadania é diferente. Boa parte dos pais também não tem registro civil, o que dificulta ainda mais o registro dos recém-nascidos.

Embora não haja estimativas oficiais de sub-registro entre os índios, todos esses fatores contribuem para que algumas comunidades apresentem índices muito altos de crianças sem registro até o primeiro ano de vida. Para combater o problema, é preciso que haja, além da atenção do governo, iniciativas de incentivo

ao registro civil que envolvam a participação de organizações indígenas.

Na região do Alto Rio Negro, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) iniciou em 2001 um bem-sucedido trabalho visando a promover o registro civil e a cidadania nas comunidades locais. O projeto, financiado pela Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República, chamou-se Balcão da Cidadania e foi apoiado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pelo UNICEF.

Usando o barco de um programa de educação local, a equipe visitou as aldeias

da região para registrar moradores e emitir documentos. Antes de cada viagem, era feito um trabalho de mobilização pelo rádio, de forma a ajudar a população das aldeias a entender a importância do registro civil e da documentação.

A iniciativa teve, portanto, um caráter educativo, contribuindo para uma mudança de mentalidade que pode surtir um efeito mais duradouro no processo de redução do sub-registro. Além disso, obteve resultados imediatos significativos. Em três ciclos, realizados em 2001, 2002 e 2003, foram registradas 3.346 pessoas na região, que abrangem 750 aldeias e 35 mil indígenas no total.

de do sistema. Embora o registro seja gratuito para a população desde 1997, os cartórios são entidades privadas, que dependem da cobrança de taxas para funcionar. Para contornar o problema, o governo federal estabeleceu, por meio da Lei nº 10.169, de 2000, que os Estados e o Distrito Federal teriam de criar uma forma de compensação para os cartórios pelos serviços gratuitos que eles executam. Na prática, isso significa criar um fundo estadual que financie o registro civil.

A lei começou a vigorar em 2002, mas a situação ainda não foi regularizada. Uma pesquisa realizada pela Anoreg e pela Arpen em 2005 demonstra que, na maior parte dos Estados, o fundo existe, mas é deficitário. Amapá, Goiás, Pará, Roraima e Sergipe não tinham criado fundo de compensação para os cartórios até 2005. Há ainda Esta-

tura. Muitos cartórios ainda funcionam de forma arcaica, o que dificulta a eficiência do atendimento. Segundo a mesma pesquisa da Anoreg e da Arpen, a informatização dos cartórios, por exemplo, é ainda muito desigual no País. Enquanto São Paulo, Santa Catarina, Paraíba e o Distrito Federal têm 100% dos cartórios informatizados, há outros Estados, nas regiões Norte e Nordeste, em que esse índice não chega a 50%. Há também diferenças entre os cartórios das capitais e os do interior, que normalmente não têm o mesmo aparelhamento e a mesma capacidade de atender às necessidades de ampliação do registro civil.

Fortalecimento e revitalização

Essas questões foram levadas em consideração na elaboração do Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento, articulado pela Mobilização Nacional. O plano prevê que, a partir de um diagnóstico da situação em todos os Estados, seja formulado um programa de fortalecimento e revitalização do sistema de registro civil, além de propor uma articulação com órgãos federais para viabilizar o reaparelhamento dos cartórios, especialmente os do interior. Também contempla ações para garantir o cumprimento, em cada uma das 27 unidades da Federação, da lei que dispõe sobre os fundos de compensação para os cartórios, pressionando o poder público a regulamentar e efetivar os fundos.

A implementação do Plano Nacional, fundamental para que haja um avanço contínuo e consistente na ampliação da cobertura do registro civil, ainda esbarra na falta de recursos necessários para sua viabilização. O próprio comitê gestor do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, em relatório divulgado em 2004, reconhece como uma das dificuldades para alcançar as metas relativas ao registro civil a “ausência de recursos financeiros para desencadear as ações para implementação do plano nacional, sendo essa mobilização uma atividade extra-orçamentária até o momento”.

Sem esses recursos, corre-se o risco de que ações relevantes traçadas pelos diversos atores envolvidos na Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento não saiam do papel.

A universalização do direito depende de aperfeiçoar o sistema de registro no País. Hoje, ainda existem muitas falhas que comprometem sua uniformidade, mobilidade e eficiência

dos em que o mecanismo já funciona bem, como São Paulo, o primeiro a ter um fundo com essa finalidade. O fundo paulista foi criado em 1998, logo depois da lei da gratuidade do registro civil e antes mesmo da determinação federal de que todos os Estados deveriam ter formas de compensação para financiar o serviço.

Uma dificuldade para regularizar a situação em todo o País é a determinação, contida na Lei nº 10.169, artigo 8º, parágrafo único, de que essas fontes de financiamento não podem gerar ônus para o poder público. Os fundos, assim, têm de ser alimentados com recursos dos próprios cartórios, que já contribuem para os Fundos Especiais de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário e se recusam a assumir novos encargos. Esse é um impasse que ainda precisa ser solucionado para que os fundos de financiamento do registro tenham viabilidade concreta.

Além do problema da sustentabilidade, o sistema de registro civil apresenta deficiências sérias de estru-

Registro civil: direito da criança e da família

Do Maranhão vem um exemplo para o resto do País. O Estado tem o primeiro município brasileiro, Santa Quitéria, a atingir a meta do governo federal de erradicação do sub-registro de nascimento

Desde 2001 o escritório do UNICEF em São Luís vem apoiando o projeto Registro Civil: Direito da Criança e da Família, em parceria com o Judiciário e o governo estadual, que tem como objetivo contribuir para a redução do número de crianças sem registro e certidão de nascimento no Maranhão.

O Maranhão foi considerado o Estado com o maior índice de sub-registro de nascimento, 62%, com base em dados do IBGE (1996). Por ter grande parte da população na área rural, as ações planejadas envolveram diversos atores e estratégias. O primeiro passo foi o diagnóstico da situação municipal do sub-registro de nascimento, tendo como fontes o IBGE (Censo), o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (Sinasc), o Sistema de Informação da Atenção Básica (Siab) e os Cartórios e a Corregedoria de Justiça.

As estratégias adotadas foram: busca ativa das crianças não registradas nas secretarias municipais de Saúde, maternidades e cartórios; mutirões da cidadania; criação de postos de registro nas maternidades; articulação com os Conselhos dos Direitos e com os Conselhos Tutelares; inclusão do tema em ações educativas e ações conjuntas com o programa estadual Viva Cidadão, em parceria com a Corregedoria de Justiça, além do uso da mídia e a realização de seminários regionais de mobilização.

Do Maranhão vem um exemplo para outras cidades brasileiras. Justamente o Estado que possuía um dos maiores índices de sub-registro de

nascimento, hoje conseguiu reverter esse quadro. Segundo dados do IBGE (2002), o Maranhão apresenta um sub-registro de nascimento de 38,2%. Além disso, tem o primeiro município brasileiro a atingir a meta do governo federal de erradicação do sub-registro de nascimento: Santa Quitéria.

SANTA QUITÉRIA, MUNICÍPIO CIDADÃO

Com a entrega do relatório à Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República, em junho de 2005, Santa Quitéria, na região do Semi-Árido maranhense, é o primeiro município brasileiro a comprovar a erradicação do sub-registro de nascimento. A campanha, iniciada em novembro de 2003 e encerrada em 31 de maio de 2005, alcançou cerca de 2,5 mil pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos de 82 comunidades. A participação ativa da população e a rede de parceiros foram alguns dos fatores de êxito da campanha.

Como estratégia para enfrentar as diferentes situações diagnosticadas, o Judiciário e o Ministério Público locais estimularam a criação do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação de 45 organizações municipais, associações comunitárias, religiosas e sindicais. Foram realizados assembléias populares,





Durante a campanha do sub-registro, em Santa Quitéria, foram retificados documentos de mais de quinhentas pessoas

encontros e mutirões de cidadania, com o deslocamento dos serviços judiciais e extrajudiciais para as comunidades rurais. O desafio não era só o registro de nascimento. Era preciso trabalhar o resgate da cidadania, a reconstituição dos vínculos familiares, afetivos e comunitários.

“O registro de nascimento é o passaporte para a cidadania”, diz Nahyma Abas, promotora de Justiça da comarca de Santa Quitéria. Com a mobilização, segundo ela, os atendimentos aumentaram cerca de 90%, com ações de pedidos de alimento, de investigação de paternidade e de adoção. Houve, de acordo com o juiz Luís Jorge Silva Moreno, um verdadeiro despertar para a procura dos serviços da Justiça no município.

No dia em que foi fundado o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Judiciário e o Ministério Público localizaram uma família em que tanto os pais, o vaqueiro e lavrador José Carlos da Silva e sua esposa, Rosa Vieira, quanto os seis filhos, o menor com 3 meses e o maior com 13 anos de idade, não possuíam registro de nascimento. A família acabou tornando-se o símbolo da campanha e outros inúmeros casos foram identificados.

“Várias famílias reencontraram-se no fórum. Irmãos que estavam anos sem se ver, famílias

destroçadas, histórias que queriam ser esquecidas, de abandono, de morte”, relembra o juiz Luís Jorge Moreno.

De acordo com ele, a maioria das pessoas registradas no município tinha mais de 12 anos de idade. Não faltaram pessoas de 70 a 80 anos sem certidão de nascimento. A mais velha obteve o registro aos 92 anos de idade. “A campanha de sub-registro deve fazer um resgate da cidadania e da auto-estima, da história, do senso de comunidade e do respeito próprio das pessoas”, acredita o juiz.

Durante a campanha do sub-registro, foram retificados, segundo ele, documentos de mais de quinhentas pessoas (certidões de nascimento ou casamento com datas de nascimento, nomes ou profissão incorretos). Em uma família de dez pessoas, nove, por exemplo, possuíam o registro com informações divergentes ou com dados incompletos, como apenas o nome da pessoa e a data de nascimento.

Para garantir a participação popular, 110 pessoas, entre voluntários, líderes de comunidades e agentes da pastoral, foram formadas monitores em direitos da cidadania. Outra ação de mobilização foi o Primeiro Encontro de Comunidades, realizado em dezembro de 2004, que contou com

a participação de setenta povoados, num total de 1,2 mil pessoas. No encontro foi dada prioridade ao reforço à agenda de direitos humanos, formalizando o pacto pela erradicação do sub-registro de nascimento no primeiro semestre de 2005 e a luta pelo alcance de outros direitos como o acesso à energia elétrica, à telefonia pública e à terra. Somadas a essas ações, os agentes comunitários de saúde realizaram busca ativa das pessoas sem registro de nascimento no município.

O juiz Luís Jorge Moreno atribui a essa “frente de batalha”, da qual o Judiciário, o Ministério Público e o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania participaram como principais articuladores, o sucesso da iniciativa. Hoje, as principais preocupações, tanto do juiz quanto da promotora da comarca de Santa Quitéria, são fazer com que não haja reincidência de sub-registro no município e expandir o trabalho para outras cidades do Maranhão.

Várias ações têm sido feitas em ambos os sentidos. Para evitar a reincidência do sub-registro, o juiz destaca como principais:

- Vigilância e fiscalização sobre os cartórios.
- Ação do Ministério Público, que promoveu encontro com os agentes de saúde do município formalizando um termo de ajustamento de conduta com a Secretaria Municipal de Saúde. Os agentes se comprometem a notificar os pais sobre o registro e, caso isso não seja feito, comunicam ao Ministério Público, para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis (intimação dos pais, esclarecimentos sobre o pátrio poder, etc.).
- Luta pela implantação do Conselho Tutelar, órgão responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- Visita às comunidades, para continuar o processo de formação para a cidadania.
- Veiculação de chamada na rádio local sobre registro de nascimento.
- Agendamento semestral de realização de casamentos comunitários. Durante a campanha, foram realizados 860 casamentos comunitários.
- Impressão de “certificados” da Subsecretaria de Direitos Humanos para entregar em cada domicílio de Santa Quitéria como continuidade

ao processo de educação e sensibilização. A idéia é fazer com que haja assimilação por parte da população de que foi uma conquista coletiva.

Em relação à expansão do trabalho para outras cidades do Maranhão, o juiz e a promotora de Santa Quitéria são responsáveis por uma articulação que envolve outros juizes e promotores interessados na campanha, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, entidades da sociedade civil e agentes públicos locais (Executivo e Legislativo).

Segundo o juiz Luís Jorge Moreno, a mesma sistemática adotada em Santa Quitéria – diagnóstico, instalação do Fórum de Erradicação do Sub-Registro, reunião nas comunidades, agendamento dos locais para o deslocamento do cartório – deverá ser reproduzida em pelo menos sete outros municípios: Anapurus, Barreirinhas, Buriti, Icatu, Milagres, Nina Rodrigues e Vargem Grande. “Santa Quitéria é um exemplo de que é possível mudar a realidade e fazer com que as coisas aconteçam”, resume a promotora Nahyma Abas.





Fortalecer a família para ter crianças fortalecidas

Pesquisa realizada pelo UNICEF revela como é importante investir na família para garantir o desenvolvimento das crianças de até 6 anos e o cumprimento dos direitos da primeira infância

Garantir o pleno desenvolvimento e a proteção das crianças nos primeiros seis anos de vida não é tarefa apenas dos governos e das organizações sociais. A família tem papel fundamental, expresso na própria Constituição brasileira. De acordo com seu artigo 227, o dever de assegurar os direitos da infância é da família, da sociedade e do Estado.

Os pais e os responsáveis pela criança são os atores mais diretamente envolvidos com os cuidados de que ela precisa, e é importante que tenham suas competências fortalecidas na atenção às crianças de até 6 anos para cumprir melhor suas funções.

Por isso, o UNICEF enfatiza a importância das competências familiares, entendidas como o conjunto de conhecimentos, práticas e habilidades necessário para promover a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças. São competên-

cias que as famílias já possuem, mas, em muitos casos, precisam ser fortalecidas.

As competências familiares envolvem desde a preparação adequada antes do nascimento até a estimulação psicossocial da criança, o seu desenvolvimento cognitivo e a capacidade de identificar sinais de doença e tomar as providências necessárias, assim como a promoção da paz e a prevenção da violência. Há, no Brasil, iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas a promover essas competências. Três exemplos de grande abrangência são o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), parcerias do governo federal com as prefeituras, e o trabalho da Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Eles atuam em contato direto com as famílias em comunidades pobres e oferecem orientações aos pais sobre os cuidados necessários com os filhos.

No primeiro semestre de 2005, existiam 196.009 agentes comunitários de saúde atuando em 5.110 municípios e o PSF tinha em torno de 22 mil equipes de saúde trabalhando no País. As equipes do PSF são formadas por pelo menos um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e cinco agentes comunitários de saúde. A Pastoral da Criança, no mesmo período, tinha cerca de 140 mil líderes comunitários atuantes.

Pesquisa do UNICEF em comunidades de oito municípios aponta quadro de fragilidade das competências familiares e, portanto, da garantia dos direitos da criança

Em parceria com o Pacs, o PSF, a Pastoral e outros agentes, o UNICEF desenvolve a Estratégia Família Brasileira Fortalecida, programa que tem entre seus objetivos contribuir para o aprimoramento das competências familiares (*veja texto Qualificação das famílias*). Como parte dessa iniciativa, foi realizada em 2004 uma pesquisa extensa sobre o tema em comunidades de oito municípios onde a estratégia seria implantada. Embora não se prestem a generalizações sobre o País, os dados levantados compõem um retrato da situação das competências familiares em comunidades de perfis bem diferentes. A pesquisa envolveu as seguintes localidades:

- Periferia de Belém, no Pará.
- Aldeia indígena Te'yi Kue em Caarapó, em Mato Grosso do Sul.
- Cabo de Santo Agostinho, município da região metropolitana do Recife, em Pernambuco.
- Comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, no Maranhão.

- Juazeiro, na Bahia, município de médio porte do Semi-Árido nordestino.
- Periferia de Pelotas, município de médio porte no Rio Grande do Sul.
- Áreas urbana e rural de Salvaterra, no Pará, município de pequeno porte da Amazônia.
- Área urbana de Tauá, no Ceará, município de pequeno porte do Semi-Árido nordestino.

Em cada município, foram entrevistadas 250 famílias com crianças de até 6 anos – a exceção foi Itapecuru-Mirim, onde a comunidade abordada não tinha o número suficiente de famílias. Os indicadores avaliados demonstram que, embora tenham sido encontradas diferenças significativas entre as oito localidades, todas apresentam quadro de fragilidade das competências familiares e, portanto, da garantia dos direitos de suas crianças.

CUIDADOS COM O NASCIMENTO

A pesquisa do UNICEF avaliou competências relacionadas a cuidados que devem ser tomados desde antes do nascimento da criança. O acompanhamento pré-natal, fundamental para detectar riscos na gestação e prevenir problemas futuros para o bebê, varia de acordo com a localidade. Enquanto em Pelotas três quartos das gestantes fizeram mais de seis consultas no pré-natal, mínimo recomendado pelo Ministério da Saúde, na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim 40% delas não fizeram nenhuma consulta (*veja Tabela 1*). Verificou-se também que as mulheres estão pouco preparadas para exigir seu direito a um pré-natal de qualidade. Quando questionadas sobre o que fariam se não estivessem satisfeitas com o serviço, poucas demonstraram saber

Tabela 1

	Número de consultas realizadas no pré-natal							
	Belém	Caarapó	Cabo de Santo Agostinho	Itapecuru-Mirim	Juazeiro	Pelotas	Salvaterra	Tauá
Nenhuma consulta	6,0%	32,4%	5,1%	40,0%	0,9%	0	6,8%	5,7%
1 a 2 consultas	4,3%	15,1%	1,3%	25,0%	2,7%	1,7%	3,4%	4,0%
3 a 6 consultas	33,7%	23,7%	22,6%	30,0%	38,9%	22,1%	60,5%	46,7%
7 ou mais consultas	56,0%	28,8%	71,0%	5,0%	57,5%	76,2%	29,3%	43,6%

Fonte: UNICEF.

Tabela 2

Participação do pai nas consultas pré-natais							
	Belém	Caarapó	Cabo de Santo Agostinho	Itapecuru-Mirim	Juazeiro	Pelotas	Salvaterra Tauá
Não foi à consulta	77,0%	84,2%	76,5%	69,2%	55,9%	72,0%	82,7%
Foi à consulta	9,1%	7,9%	6,1%	30,8%	16,9%	11,3%	5,8%
Assistiu à consulta	13,9%	7,9%	17,4%	0%	27,1%	16,7%	10,4%

Fonte: UNICEF.

que poderiam reclamar no Conselho Municipal de Saúde ou na prefeitura.

Durante a gravidez, é importante a imunização antitetânica da gestante para prevenir o tétano neonatal, que representa sério risco de vida para o bebê. A doença decorre da contaminação por instrumentos usados no corte do cordão umbilical. Mais da metade das mulheres entrevistadas em Caarapó e na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim não estava adequadamente imunizada.

Outro fator de risco avaliado na pesquisa é o consumo de tabaco e bebida alcoólica durante a gestação. Os maiores índices foram encontrados em Pelotas, onde 43% das gestantes fumaram e 35% consumiram bebida alcoólica, e Itapecuru-Mirim, onde essas proporções foram de 45% e 50%, respectivamente.

Participação do pai no pré-natal

A participação do pai no pré-natal, primeiro sinal de envolvimento nos cuidados com a criança, é baixa em todas as comunidades pesquisadas (veja Tabela 2). A proporção de pais que não foram às consultas varia de 55,9%, em Juazeiro, a 84,2%, na aldeia de Caarapó. Além disso, observou-se que muitos dos homens que acompanham a mulher não chegam a assistir à consulta. Entre as famílias entrevistadas na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, nenhum pai assistiu às consultas pré-natais.

Em relação ao parto, um dado que chama a atenção é a baixa proporção de casos em que a mãe é acompanhada por alguém da família na hora de dar à luz. Em Belém, apenas 11,6% das mães estavam acompanhadas. Em Pelotas, 13,7%. A presença de alguém da família só é comum nas localidades que têm maior incidência

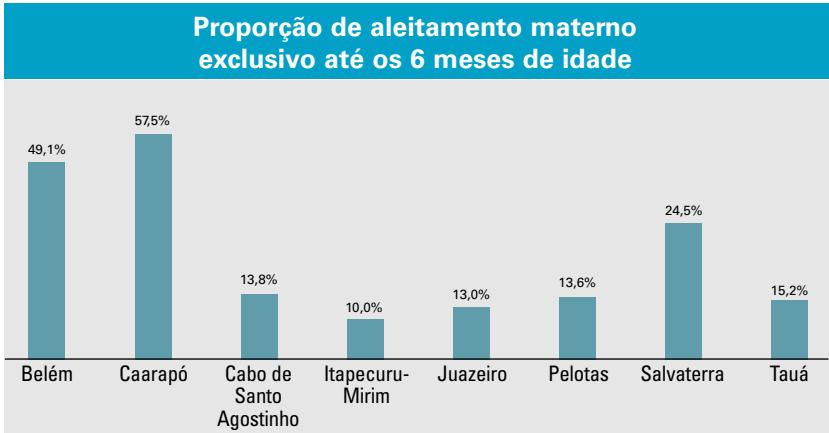
de partos domiciliares. Em Itapecuru-Mirim, onde 61,9% das famílias têm filhos nascidos em casa, a porcentagem de partos acompanhados por alguém da família é de 76,2%. A presença de um familiar ao lado da mãe é um fator importante para reduzir a ansiedade materna e garantir melhor assistência ao parto. Quando foi realizada a pesquisa, a maioria das maternidades do Sistema Único de Saúde (SUS) proibia a presença do acompanhante. Um avanço foi alcançado com a Lei nº 11.108, de abril de 2005, que obriga todos os serviços de saúde do SUS a admitir o acompanhante durante todo o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato.

A recomendação internacional é de que o aleitamento materno seja exclusivo até os 6 meses de idade e se prolongue pelo menos até os 2 anos

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Outro grupo de competências importante é o dos cuidados com a nutrição da criança, que começam pelo aleitamento materno. A recomendação internacional é de que o aleitamento materno seja exclusivo até os 6 meses de idade e se prolongue pelo menos até os 2 anos. No Brasil, essa recomendação está longe de ser seguida. A pesquisa detectou que a duração média da amamentação exclusiva varia de 1,9 mês, em Cabo de Santo Agostinho e Tauá, a 6,2 meses, na comunidade indígena de Caarapó. A proporção de crianças que se alimentaram apenas de leite do peito até os 6

Gráfico 1



Fonte: UNICEF.

meses é inferior a 20% em cinco dos oito municípios pesquisados (veja Gráfico 1). Também é raro o prolongamento da amamentação até os 2 anos. Apenas em Caarapó a duração média da amamentação chega a essa marca. Em Cabo de Santo Agostinho, Tauá e Pelotas, ela é inferior a um ano.

A dieta das crianças maiores não é suficientemente equilibrada na maior parte das comunidades. O alimento mais consumido é o arroz

Para que o aleitamento materno tenha a duração recomendada, é preciso que a mãe seja bem orientada e que se adotem medidas para facilitar a amamentação. Uma atitude importante é amamentar o bebê na primeira meia hora de vida, o que, de acordo com a pesquisa, nem sempre ocorre nas comunidades estudadas. Em Caarapó

e Salvaterra, mais de 90% das mães amamentaram os filhos logo após o nascimento, mas em Pelotas, Tauá e Juazeiro essa proporção não chegou a 80%.

Qualidade da dieta

As entrevistas mostraram que a dieta das crianças maiores não é suficientemente equilibrada na maior parte das comunidades (veja Tabela 3). O alimento mais consumido é o arroz, seguido pelo feijão e pela carne. Frutas, legumes e verduras são consumidos em proporções bem menores. A situação mais preocupante é a da comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, onde, nas 24 horas anteriores à pesquisa, apenas 10% das crianças comeram fruta, 20% comeram legumes ou verduras, 15% tomaram leite e nenhuma criança comeu ovo. As famílias de Pelotas são as que oferecem dieta mais balanceada aos filhos.

Também se avaliou na pesquisa a suplementação de vitamina A, ferro e iodo, medida necessária para prevenir problemas de saúde sérios em crianças cuja alimentação apresenta quantidade insuficiente desses micronutrientes. Quatro municípios – Cabo de Santo Agostinho, Itapecuru-Mirim, Juazeiro e Tauá – estão incluídos no Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, do governo federal, que atende às regiões de risco. Em Cabo de Santo Agostinho e Tauá, mais de 95% das crianças de 6 meses ou mais já receberam suplemento de vitamina A. Em Juazeiro e na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, a porcentagem observada foi de

Tabela 3

Alimentos consumidos pelas crianças de até 6 anos nas 24 horas anteriores à pesquisa								
	Belém	Caarapó	Cabo de Santo Agostinho	Itapecuru-Mirim	Juazeiro	Pelotas	Salvaterra	Tauá
Leite	52,2%	27,4%	57,3%	15,0%	52,4%	78,4%	46,3%	79,8%
Fruta	50,0%	27,3%	52,7%	10,0%	42,5%	67,8%	64,9%	35,4%
Legume/verdura	27,6%	51,7%	25,3%	20,0%	33,6%	50,0%	18,1%	20,2%
Arroz	61,8%	91,8%	76,4%	80,0%	71,4%	85,3%	59,7%	87,9%
Ovo	25,2%	21,0%	29,3%	0%	15,7%	23,6%	28,8%	23,6%
Carne	65,0%	54,8%	74,6%	55,0%	63,5%	71,9%	62%	54,9%
Feijão	58,1%	85,3%	76,9%	35,0%	70,9%	84,0%	68,4%	68,7%

Fonte: UNICEF.

pouco menos de 85% das crianças. A situação de Itapecuru-Mirim é preocupante, pois lá também foi encontrada a dieta mais pobre em alimentos que contêm vitamina A (leite, frutas, legumes, verduras e ovo).

A suplementação de ferro, usada para o controle da anemia, doença de alta prevalência no País, também é alvo de ações do governo federal, por meio do Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e do Programa Saúde da Família (PSF). Os resultados da pesquisa sugerem que esses esforços não estão atingindo seus objetivos, porque crianças residentes em áreas que deveriam ser atendidas não receberam nenhuma dose de sulfato ferroso nos três meses anteriores às entrevistas. A proporção de crianças que receberam suplemento de sulfato ferroso nesse período variou de 12,5%, em Itapecuru-Mirim, a 62,6%, na aldeia de Caarapó.

A suplementação de iodo, feita por meio do uso de sal enriquecido, mostrou-se mais eficaz. Das casas onde foi possível verificar o pacote de sal, quase todas tinham sal iodado. Os maiores índices de uso de sal não iodado foram encontrados em Cabo de Santo Agostinho (5,2%) e Tauá (4,8%).

LONGE DAS DOENÇAS

A atenção à saúde da criança depende de competências familiares ligadas à prevenção de doenças, à identificação de sintomas e ao encaminhamento para tratamento quando necessário. Um instrumento básico de acompanhamento da saúde infantil é o Cartão da Criança, no qual são anotadas informações do crescimento, do desenvolvimento e das vacinas recebidas. Nos municípios pesquisados, mais de 95% das famílias entrevistadas afirmaram ter o cartão. A exceção é Juazeiro, onde essa proporção foi de 94,4%. Em Pelotas, a porcentagem chega a 99,2%.

A preocupação com a imunização da criança varia de acordo com a comunidade, mas de modo

geral foram encontradas porcentagens muito baixas de crianças que tinham recebido todas as vacinas básicas para a sua idade (veja Gráfico 2). Na aldeia indígena de Caarapó, a proporção é de menos de 50%, e em três outras localidades – Salvaterra, Cabo de Santo Agostinho e Pelotas – também está abaixo de 75% das crianças. Como as vacinas do calendário obrigatório são oferecidas gratuitamente no País, o esforço dos pais é o principal fator para que a criança esteja com a carteira de vacinação em dia.

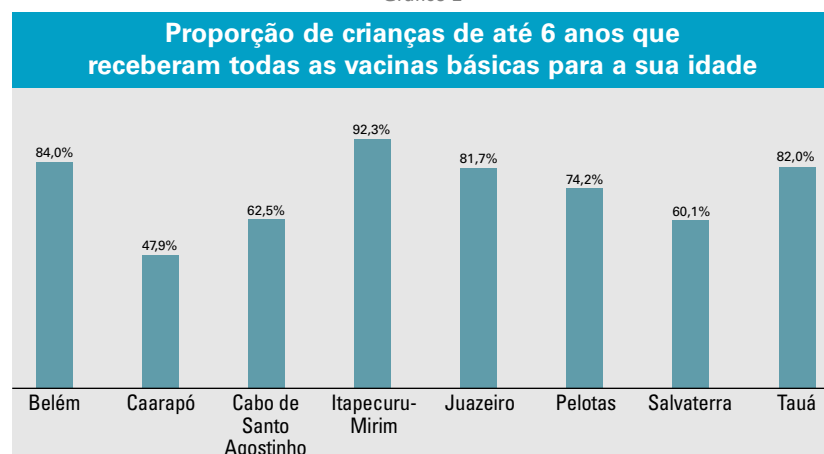
A preocupação com a imunização varia de acordo com a comunidade, mas de modo geral poucas crianças tinham recebido todas as vacinas

A melhor cobertura foi encontrada na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, onde 92,3% das crianças pesquisadas receberam todas as vacinas básicas para a idade. Esse alto índice pode ser consequência da ação da Pastoral da Criança na localidade. Todo mês, os líderes comunitários da Pastoral pesam todas as crianças e aproveitam para checar o calendário de vacinação.

Cuidados com a higiene

Os cuidados com a higiene, outra medida preventiva básica, estão bem difundidos nas comu-

Gráfico 2



Fonte: UNICEF.

Tabela 4

Sinais de doença que, para a família, indicam necessidade de procurar serviço médico com urgência	Belém	Caarapó	Cabo de Santo Agostinho	Itapecuru-Mirim	Juazeiro	Pelotas	Salvaterra	Tauá
Pele muito amarelada	97,2%	82,9%	94,3%	80,0%	94,5%	93,0%	93,1%	94,0%
Tosse com febre alta	98,8%	89,9%	98,3%	90,5%	97,6%	98,8%	100,0%	98,0%
Dificuldade de respirar	99,6%	86,9%	93,1%	80,9%	100,0%	99,4%	100,0%	96,4%
Respiração rápida com chiado	96,8%	91,5%	90,6%	81,0%	96,1%	95,2%	96,3%	94,0%
Olhos fundos, sede intensa, moleza extrema	97,6%	86,5%	94,7%	76,2%	98,4%	98,7%	99,4%	95,1%
Sangue nas fezes	98,2%	84,3%	97,5%	95,0%	99,2%	98,2%	97,5%	94,4%
Pés, mãos e lábios arroxeados	99,2%	85,9%	97,6%	71,4%	96,9%	98,1%	100%	93,5%

Fonte: UNICEF

nidades pesquisadas. Em quase todas as famílias, o responsável pela criança lava as mãos depois de ir ao banheiro, antes de cozinhar e, em proporção um pouco menor, antes de dar comi-

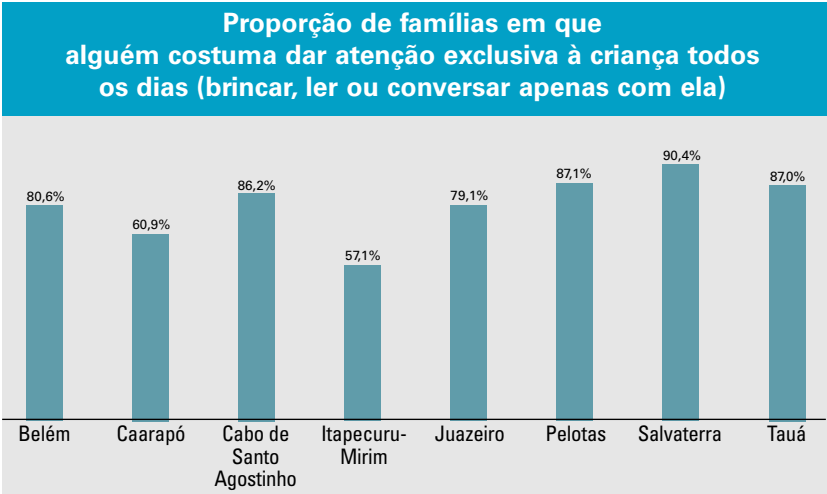
No universo da pesquisa, a maioria dos pais e responsáveis pelas crianças sabe identificar sinais de doença que exigem atendimento médico com urgência, mas há exceções (veja Tabela 4). Em Caarapó e Itapecuru-Mirim, mais de 10% dos entrevistados deixaram de incluir entre esses sinais, por exemplo, olhos fundos, sede intensa e moleza extrema, pés, mãos e lábios arroxeados, pele muito amarelada e dificuldade de respirar.

A falta de atenção a esses sintomas representa um sério risco para as crianças. Como as duas comunidades estão localizadas em áreas rurais, distantes dos serviços de saúde, é fundamental que a família tome a iniciativa de procurar um médico o mais rapidamente possível quando a criança apresentar alguma doença, para que o quadro não se agrave demais antes do atendimento.

A pesquisa constatou que é grande o número de crianças que não costumam receber atenção exclusiva dos familiares

da à criança. Entre as crianças, o hábito de lavar as mãos antes de comer é também bastante comum. As porcentagens observadas variam de 90,5%, em Juazeiro, a 97,2%, na aldeia indígena de Caarapó. A proporção de crianças que lavam as mãos depois de ir ao banheiro varia de 91%, na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, a 96,8%, em Salvaterra.

Gráfico 3



Fonte: UNICEF

ESTÍMULO E ORIENTAÇÃO

A família tem um papel-chave no desenvolvimento cognitivo e emocional dos filhos. É preciso dar atenção à criança, estimulá-la e proporcionar um ambiente que contribua para esse desenvolvimento. A pesquisa constatou que é grande o número de crianças que não costumam receber atenção exclusiva dos familiares. Nas entrevistas, perguntou-se se alguém da família brincava, lia ou conversava apenas com a criança diariamente. A resposta foi negativa para 42,9% das famílias da comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim; 39,1% das famílias da

Tabela 5

Atitude do responsável quando a criança de até 6 anos não se comporta bem								
	Belém	Caarapó	Cabo de Santo Agostinho	Itapecuru-Mirim	Juazeiro	Pelotas	Salvaterra	Tauá
Diz “não” e explica por quê	94,8%	68,9%	82,7%	90,5%	90,5%	83,2%	87,3%	89,6%
Faz ameaças	46,2%	38,6%	53,6%	61,9%	48,8%	49,0%	58,6%	52,3%
Dá umas palmadas	80,2%	48,5%	81,9%	85,7%	76,0%	74,3%	80,3%	74,0%
Bate	55,0%	49,2%	57,5%	85,7%	52,0%	38,4%	59,3%	41,6%

Fonte: UNICEF.

aldeia de Caarapó; e 20,9% das famílias de Juazeiro (veja Gráfico 3).

O hábito de brincar com outras crianças, também importante para o desenvolvimento infantil, faz parte do dia-a-dia de uma proporção um pouco maior de crianças, variando de 78,2%, em Pelotas, a 95,2%, em Itapecuru-Mirim.

Estimular as crianças no ambiente doméstico é especialmente importante, porque a pesquisa detectou uma baixa procura por creches e, em algumas das oito comunidades, também por pré-escolas. Na faixa de até 3 anos, freqüentam creches 8,4% das crianças em Pelotas, 9,6% em Juazeiro e 11,8% em Salvaterra. A maior proporção, encontrada na comunidade quilombola de Itapecuru-Mirim, foi de 25%. No grupo de 4 a 6 anos, embora todas as crianças devessem estar matriculadas em pré-escolas, isso se verificou em apenas 27,3% das famílias de Itapecuru-Mirim; 32,3% da aldeia de Caarapó; e 34,3% de Pelotas. Nas demais comunidades, a porcentagem foi superior a 70%, chegando a 92,5% em Tauá.

A presença de livros, revistas e brinquedos em casa é insuficiente em todas as oito localidades, embora haja diferenças de uma para outra. Mais de 40% das famílias não têm livros infantis nas comunidades localizadas em áreas urbanas, e a situação é muito pior nas áreas rurais. Em Itapecuru-Mirim, só 9,5% das famílias possuem algum livro infantil. A proporção de crianças que têm contato com revista ou jornal, embora seja maior, também é muito pequena nas comunidades rurais – não chega a 15% em Caarapó e Itapecuru-Mirim.

Além disso, a pesquisa constatou que as famílias têm poucos brinquedos: a média para cada criança varia de 3,2, na comunidade quilombola

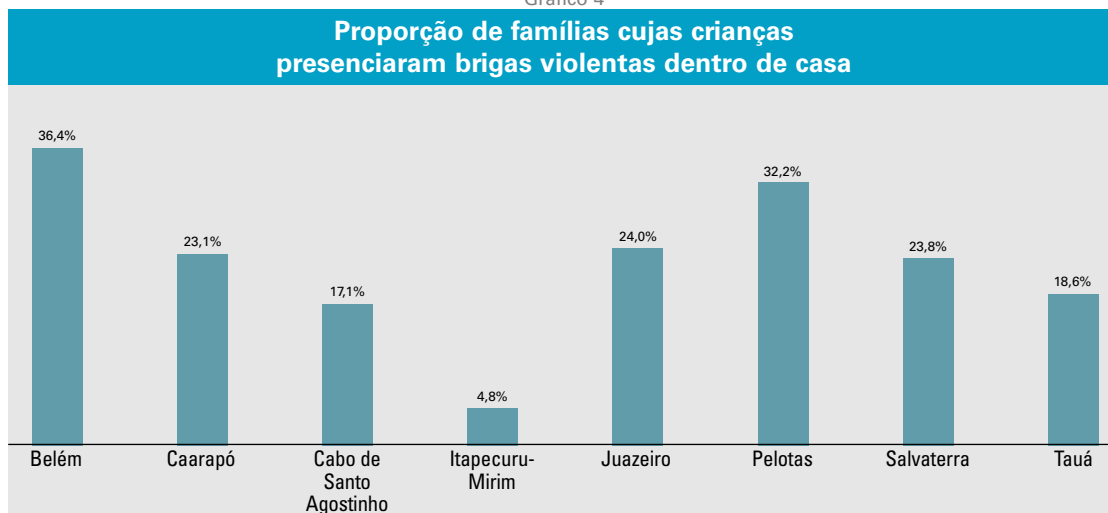
de Itapecuru Mirim, a 5,8, em Pelotas. Os mais comuns são bolas e bonecos. Em boa parte das casas, faltam outros tipos de brinquedo importantes para a estimulação infantil. Os de encaixar ou de montar, por exemplo, são usados por menos da metade das crianças. Para ampliar o acesso aos brinquedos e aumentar a convivência com outras crianças, uma medida recomendável nas comunidades participantes da pesquisa é a criação de brinquedotecas.

Outra função dos pais ou responsáveis é orientar o comportamento da criança, o que inclui administrar bem situações em que ela faz alguma coisa de errado. Nesses casos, é importante resolver o problema sem violência, dizendo que a criança não deve se comportar daquela forma e explicando por quê.

A presença de livros, revistas e brinquedos em casa é insuficiente em todas as oito localidades, embora haja diferenças de uma para outra

Embora a maioria dos entrevistados afirme ter essa conversa com a criança, boa parte também apela para atitudes violentas, como fazer ameaças, dar palmadas e bater (veja Tabela 5). Em Tauá, Pelotas e Juazeiro, cerca de 75% dos pais ou responsáveis dão palmadas nas crianças quando elas se comportam mal, e essa proporção ultrapassa 80% em Belém, Salvaterra, Cabo de Santo Agostinho e Itapecuru-Mirim. No geral, cerca de 90% dos entrevistados revelaram usar algum tipo de violência física ou verbal para repreender a criança.

Gráfico 4



Fonte: UNICEF.

CRIANÇA PROTEGIDA

Competências associadas à proteção da criança também foram avaliadas na pesquisa. Uma delas é a prioridade dada aos filhos no orçamento familiar. Para que as necessidades da criança sejam supridas, é preciso que a pessoa responsável por ela – em geral a mãe – tenha controle sobre o orçamento da casa, podendo deci-

dir o que vai ser comprado para a criança e quanto vai ser gasto. Nas comunidades pesquisadas, isso ocorre em aproximadamente três quartos das famílias. Proporções menores foram identificadas em Cabo de Santo Agostinho (70,6%), Belém (67,6%) e Juazeiro (63,3%). Nas famílias em que a mãe ou responsável não decide sobre os gastos com o filho, esse papel em geral é do pai.

criar a criança em um ambiente livre de violência e de riscos de acidente é outra medida de proteção necessária e muitas vezes descumprida. Em Belém e Pelotas, mais de 30% das crianças já presenciaram brigas violentas dentro de casa (veja Gráfico 4). Das oito localidades pesquisadas, a única em que essa porcentagem está abaixo de 10% é Itapecuru-Mirim (4,8%).

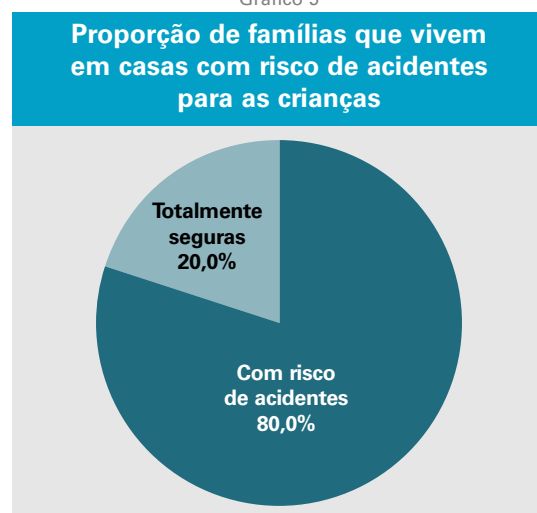
As precauções adotadas para prevenir acidentes são insuficientes em todas as comunidades. Alguns cuidados básicos deixam de ser observados com frequência – mais da metade das crianças menores de 1 ano dorme na mesma cama que os pais, por exemplo – e só 20% das famílias vivem em casas totalmente seguras para as crianças (veja Gráfico 5). Como os acidentes representam uma importante causa de mortalidade de crianças no Brasil, esse é um dos pontos que merecem atenção em iniciativas de orientação das famílias.

Educar a criança em um ambiente sem violência e riscos de acidente é outra medida de proteção necessária e muitas vezes descumprida

dir o que vai ser comprado para a criança e quanto vai ser gasto. Nas comunidades pesquisadas, isso ocorre em aproximadamente três quartos das famílias. Proporções menores foram identificadas em Cabo de Santo Agostinho (70,6%), Belém (67,6%) e Juazeiro (63,3%). Nas famílias em que a mãe ou responsável não decide sobre os gastos com o filho, esse papel em geral é do pai.

criar a criança em um ambiente livre de violência e de riscos de acidente é outra medida de proteção necessária e muitas vezes descumprida. Em Belém e Pelotas, mais de 30% das crianças já presenciaram brigas violentas dentro de

Gráfico 5



Fonte: UNICEF.

Qualificação das famílias

Estratégia do UNICEF oferece subsídios para agentes comunitários de saúde, líderes da Pastoral da Criança e professores de creches e pré-escolas atuarem na promoção das competências familiares



Kit *Família Brasileira Fortalecida*,
UNICEF, 2004

Fortalecer as competências familiares é um dos focos do trabalho do UNICEF no Brasil. Para isso, seu principal programa na atenção às crianças brasileiras de até 6 anos é a Estratégia Família Brasileira Fortalecida, que parte da noção de que a família é o agente mais importante na prestação de cuidados às crianças de até 6 anos.

O principal instrumento utilizado na iniciativa é o kit *Família Brasileira Fortalecida*, lançado em 2004 e composto de cinco álbuns sobre os cuidados necessários com a criança em cada fase, desde a gestação até os 6 anos. O material foi desenvolvido para ser usado por agentes do Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e do Programa Saúde da Família (PSF), líderes comunitários da Pastoral da Criança, professores de creches e pré-escolas e principalmente pelas famílias. Até 2005, o programa já beneficiou perto de 2 milhões de famílias.

Uma das características do kit é apresentar as informações essenciais à família de forma didática e acessível. Na definição do formato e na elaboração dos álbuns, o UNICEF contou com a colaboração de agentes comunitários de saúde e de diversas instituições que atuam na atenção à criança de até 6 anos. Com textos simples e objetivos, acompanhados de ilustrações, os álbuns explicam desde temas que já fazem parte do trabalho dos agentes de saúde, como pré-natal, amamentação e prevenção de doenças, até assuntos como desenvolvimento psicossocial e cognitivo, proteção da criança e violência, além da importância da participação do pai na criação dos filhos. Todos os tópicos são abordados sob o ponto de vista dos direitos da criança.

O material foi bem-recebido tanto pelos profissionais que o utilizam em seu trabalho quanto pelas famílias. “Durante toda a minha vida de agente comunitário de saúde, eu nunca tinha recebido um presente tão valioso como este kit”, afirma Francisco Roldão, de Juazeiro do Norte, Ceará. “O material didático enriquece nossa vida profissional. Com ele, somos capazes de realizar oficinas, reuniões e palestras que antes não conseguiríamos fazer”, acrescenta a agente comunitária de saúde Zilene Alves, de Nova Russas, Ceará.

Pais e mães também encontram no kit uma importante fonte de informações. “Se eu tivesse conversado há mais tempo sobre o que diz o álbum, não teria tido oito filhos e saberia o quanto é importante a gente ter mais tempo para brincar e conversar com eles”, diz Ornete da Conceição, moradora de João Pessoa.

A ideia é fazer, em todos os municípios brasileiros onde se utilizará o kit Família Brasileira Fortalecida, uma pesquisa sobre o tema antes de ele ser usado na qualificação de agentes comunitários de saúde, líderes da Pastoral da Criança e professores de creches e pré-escolas.

Depois do trabalho de fortalecimento das competências familiares, o UNICEF deu início em 2005 a um projeto voltado para as competências municipais na atenção à criança de até 6 anos. Para isso, editou o livro *O município e a criança de até 6 anos*, que trata das competências de vários atores sociais no município, como prefeitos, vereadores, juízes e promotores, empresários, profissionais de saúde, profissionais de educação, conselheiros, radialistas e jornalistas, entre outros. O livro será distribuído gratuitamente em todos os municípios brasileiros para os principais atores sociais relacionados à infância.



O município e a criança de até 6 anos,
UNICEF, 2005

Programas de rádio discutem cidadania

Com o apoio do UNICEF, dois projetos no interior do Ceará usam o rádio para discutir com a comunidade temas relativos aos Conselhos Tutelares e às competências familiares e municipais



Defensor dos direitos da criança e do adolescente, Perereca, personagem do programa de rádio *Conselhos para o Futuro*, ajuda a fortalecer os Conselhos Tutelares no Semi-Árido

Para o educador Paulo Freire, comunicação é diálogo – e as pessoas só aprendem se comunicando. Prova disso são as conversas realizadas entre as famílias que participam do projeto Comunicando Saberes, Realizando Sonhos: O Rádio no Fortalecimento das Competências Familiares, implantado em cinco municípios do interior do Ceará. Em cada município realizam-se duas reuniões: uma na zona rural e outra na zona urbana, somando dez rodas de conversas.

Iniciado em 2002, o projeto busca sensibilizar radialistas do interior cearense para fortalecer as famílias e os municípios em suas competências. Com apoio do UNICEF, a ONG Catavento Comunicação e Educação Ambiental capacita radialistas, produz e distribui um programa semanal chamado *Conversa em Família* e spots sobre as competências familiares e municipais para sessenta emissoras de rádio do interior do Estado.

As pessoas contam suas experiências e falam sobre cuidados com a criança, relações familiares, dúvidas e dificuldades. As conversas reúnem mães e pais e vão tomando o rumo que o grupo quer. Em uma reunião no município de Palhano, Pedro Miguel do Nascimento, 48 anos, levou a filha mais velha, de 25 anos, o genro e a neta, de 4 anos, além da segunda mulher e das duas filhas mais novas, de 7 e 3 anos. Nesse dia, o bate-papo girou em torno de dois temas: a importância de os filhos conhecerem o local de trabalho do pai para valorizarem os bens que têm em casa; e a importância de os

pais darem mais frutas e verduras às crianças para que elas adquiram bons hábitos alimentares.

Nos encontros, as histórias de um ensinam os outros. Para a dona de casa Francimar da Silva Souza, 31 anos, de Lagoa da Telha, no município de Palhano, o programa de rádio ajuda a discutir as relações familiares e como o pai e a mãe podem contribuir para o desenvolvimento emocional dos filhos. Francimar não pôde amamentar a primeira filha porque descobriu um câncer logo após a gravidez. A criança morreu por desidratação. Ela venceu a doença e viu que o leite materno é de grande importância para a saúde e o bem-estar infantil. Depoimentos como os de Pedro Miguel e Francimar serão usados em um vídeo e em vinhetas sobre as competências familiares. O material será produzido até janeiro de 2006.

O Comunicando Saberes, Realizando Sonhos também elabora um jornal mural intitulado *Sintonia Infância*, com o objetivo de articular a Rede de Radialistas Amigos e Amigas da Infância, criada também em 2002. A rede é formada por mais de cem radialistas, em todo o Ceará, que abrem espaço em seus programas e nas emissoras em que atuam para discussões sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. “Com essa rede a gente discute, se integra e se aprimora”, ressaltou o radialista Deri Martins, 38 anos, da Rádio Jornal de Canindé. O foco é a informação de qualidade, respeitando as diferenças de cada região, porém sem perder de vista o principal motivo da sua criação: a infância. “A rede é impor-

tante não só porque une os radialistas e tem um programa que fala sobre as famílias, mas também por ajudar os ouvintes a educar seus filhos”, lembra o radialista Júlio Lopes, 40 anos, da rádio Difusora Vale do Acaraú.

Além do jornal mural, os radialistas que integram a rede recebem mensalmente um exemplar do boletim do Selo UNICEF Município Aprovado, com informações sobre as ações dos municípios em favor da criança.

INFORMAÇÃO DE QUALIDADE

O rádio, um dos principais difusores de informação nas cidades cearenses, também foi o meio escolhido pela ONG Catavento para realizar o projeto Bom Conselho a Gente Faz. Desenvolvido com o apoio do UNICEF desde julho de 2004, o objetivo do projeto é fortalecer os Conselhos Tutelares. Centrado na produção de vinte programas educativos, além de spots, o Bom Conselho a Gente Faz elaborou questionários enviados aos conselhos dos trinta municípios participantes do projeto e analisou as respostas dessa pesquisa. A partir de depoimentos, dúvidas e opiniões de conselheiros e conselheiras tutelares, a equipe executora do projeto concluiu que é grande a desinformação sobre a atribuição dos conselhos – desde os conselheiros em segundo mandato até as comunidades atendidas pelo órgão.

Após a avaliação da situação dos Conselhos Tutelares, iniciou-se a produção do programa, o Conselhos para o Futuro. O diagnóstico inicial permitiu reconhecer o contexto de atuação dos conselheiros e obter apoio com base em informações que pudessem reforçar sua atuação.

O projeto do Bom Conselho a Gente Faz para o próximo ano é consolidar a aproximação entre radialistas e conselheiros; mobilizar as comunidades para que reconheçam nos Conselhos Tutelares uma instância de proteção dos direitos de crianças e adolescentes; e continuar a disseminar entre os conselheiros informações que possam ser úteis ao seu trabalho. Até novembro de 2005, os programas chegavam a 47 municípios do

Ceará, distribuídos pelo UNICEF para sessenta emissoras participantes da Rede de Radialistas Amigos e Amigas da Infância.

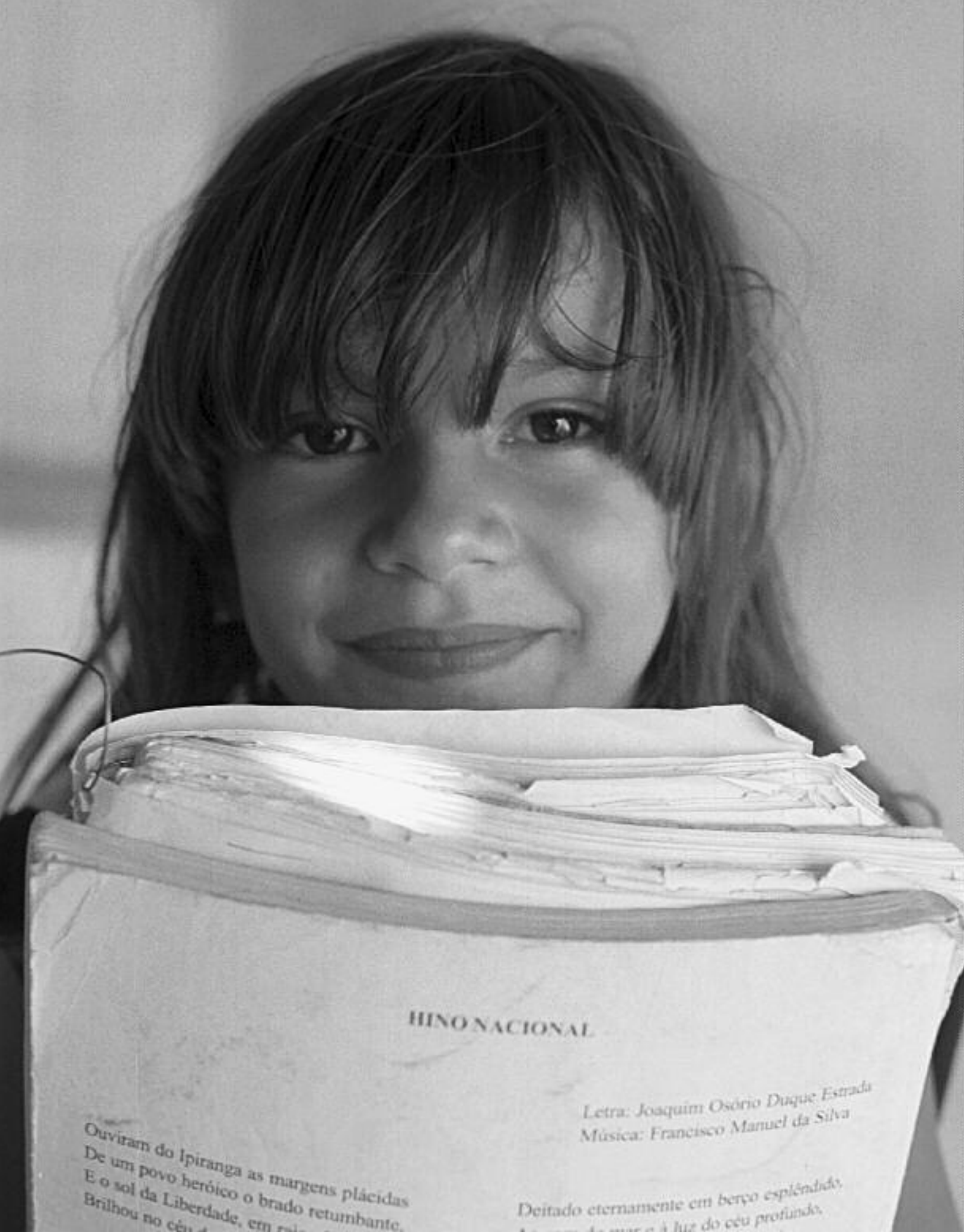
“Os programas *Conversa em Família* e *Conselhos para o Futuro* são importantes por conta do acesso à informação sobre infância e adolescência. É uma forma de democratizar a comunicação”, diz Valmir Gomes, 29 anos, conselheiro tutelar de Palhano. Para ele, os programas ajudaram a tornar os conselheiros mais próximos dos radialistas e da comunidade. “Depois que os dois projetos chegaram a Palhano, a população procura mais os conselhos”, afirma.

As crianças e os jovens de Palhano adoram Perereca, personagem do programa de rádio *Conselhos para o Futuro* – o que comprova o sucesso do projeto Bom Conselho a Gente Faz. No dia em que o município conheceu o super-herói que, até então, só era ouvido pelo rádio, houve visitas à emissora do município e a uma escola, além de muitas brincadeiras.

“Disfarçado” de homem comum, Perereca chegou à cidade de ônibus numa tarde ensolarada de novembro, sem revelar seus superpoderes. Ao encontrar uma pequena sala, iniciou a transformação. Uniforme verde, sandálias, chapéu de cangaço, capa, máscara no rosto, Estatuto da Criança e do Adolescente no bolso e muito bom humor caracterizaram o super-herói do Semi-Árido, defensor dos direitos da criança e do adolescente.

O recém-lançado Pacto Nacional Um mundo para a criança e o adolescente do Semi-Árido confirma que a infância dessa região do País precisa de atenção especial imediata. Desenvolver projetos que abordem o fortalecimento dos Conselhos Tutelares e estimular a percepção da importância da família no cuidado com a criança são estratégias essenciais para superar o êxodo rural e a crença na impossibilidade de vida digna no Semi-Árido.

Além desses projetos, o UNICEF também qualifica radialistas de sete Estados com a cartilha *Rádio pela Infância – Desenvolvimento Infantil – Cartilha do Radialista*, elaborada em parceria com a Rádio Extra Comunicação, do Estado do Ceará. A iniciativa abrange 102 municípios e já atingiu 491 radialistas.



HINO NACIONAL

Letra: Joaquim Osório Duque Estrada
Música: Francisco Manuel da Silva

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu de pálido.

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Alma do mar e à luz do céu profundo,
Fulgura, a esmaltar a terra, o céu e o mar,
O grande e o sublime, o belo e o bom.

O desafio da participação e da universalização dos direitos

Para a situação da infância no Brasil avançar, é preciso que governos, empresários e sociedade civil assumam sua parcela de responsabilidade e contribuição

Trabalhar para que a situação da infância brasileira seja prioridade deve ser tarefa de toda a sociedade. Cabe ao poder público, nos três níveis de administração, parte importante da resposta. No entanto, não se deve esperar que o governo isoladamente forneça todas as soluções. O efetivo enfrentamento das dificuldades só ocorrerá quando os principais atores sociais atingirem um grau de conscientização que incentive uma ação coordenada e plural.

Definir as melhores formas de enfrentar as dificuldades tem sido tema freqüente de debates entre a sociedade e os formuladores de políticas públicas de todo o mundo. Reunidos na Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2002, chefes de Estado e de Governo resolveram reafirmar e ampliar os compromissos da agenda definida na Cúpula Mundial pela criança (1990). Assim, surgiu *Um mundo para as crianças*, guia importante que sugere ações e fixa metas para o enfrentamento dos problemas da infância,

segundo a proposta de atuação articulada de toda a sociedade.

Um mundo para as crianças ressalta que a questão da infância envolve a discussão de todos os aspectos relacionados à luta por uma sociedade mais justa e democrática. “Enfatizamos nosso compromisso de criar um mundo para as crianças onde o desenvolvimento humano sustentável, levando em conta os melhores interesses das crianças, é construído nos princípios da democracia, da igualdade, da não-discriminação, da paz e da justiça social e da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento”, destaca o texto. Sua base conceitual está vinculada também à Declaração do Milênio da ONU, documento histórico aprovado na Cúpula do Milênio que reflete as preocupações de 147 chefes de Estado e de governo e de 191 países presentes ao encontro (*veja nos destaques o resumo dos dois documentos*).

Como signatário do documento *Um mundo para as crianças*, o Brasil se comprometeu a realizar esforços para melhorar significativamente seus indicadores em relação à infância. Com o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, por exemplo, o País estabeleceu a melhoria e a expansão da edu-

cação infantil, o objetivo é chegar a 2015 com uma taxa de mortalidade infantil de 16 por mil (*veja mais no capítulo Infância ainda vulnerável*).

São obrigações do governo e da sociedade expressas na Constituição: o direito a vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes. Mesmo assim, o cumprimento da “absoluta prioridade” imposta no artigo 227 da Carta ainda é um grande desafio. Para que a sociedade realmente avance em relação às metas estabelecidas e saiba também responder às demandas específicas de suas comunidades, é importante que cada grupo social entenda sua parcela de responsabilidade e contribuição.

Aos governos, cabe definir e executar políticas públicas abrangentes e consistentes, e esforçar-se para sempre destinar os recursos necessários aos projetos. Empresários têm também papel importante, ao adotar práticas de respon-

Para que o Brasil consiga melhorar seus indicadores em relação à infância é importante que cada grupo social entenda a sua parcela de responsabilidade

cação infantil como uma de suas ações. A meta é aumentar o atendimento para 65% do total das crianças de até 6 anos até 2007 (*veja mais no capítulo Acesso e qualidade: os grandes desafios*). O Brasil também se comprometeu a reduzir em no mínimo um terço a desnutrição de crianças menores de 5 anos (*detalhes no capítulo Ameaça à saúde*). Quanto

Um mundo para as crianças

Princípios e objetivos

1. Colocar as crianças em primeiro lugar. Em todas as medidas relativas à infância será dada prioridade aos melhores interesses da criança.

2. Erradicar a pobreza. Investir na infância e realizar os direitos da criança estão entre as formas mais efetivas de erradicar a pobreza. Medidas imediatas devem ser tomadas para eliminar as piores formas de trabalho infantil.

3. Não abandonar nenhuma criança. É necessário eliminar todas as formas de discriminação contra as crianças.

4. Cuidar de cada criança. As crianças devem ter o melhor início de vida. Sua sobrevivência, proteção, crescimento e desenvolvimento com boa

saúde e uma nutrição adequada são as bases fundamentais do desenvolvimento humano.

5. Educar todas as crianças. Todas as meninas e todos os meninos devem ter acesso à educação primária obrigatória, gratuita e de boa qualidade. As disparidades de gênero devem ser eliminadas.

6. Proteger as crianças da violência e da exploração. As crianças devem ser protegidas de todo e qualquer ato de violência, maus-tratos, exploração e discriminação, assim como de terrorismo e de ser mantidas como reféns.

7. Proteger as crianças da guerra.

As crianças devem ser protegidas dos horrores dos conflitos armados.

8. Combater o HIV/Aids. É necessário proteger as crianças e suas famílias dos efeitos devastadores do HIV/Aids.

9. Ouvir as crianças e assegurar sua participação. Devemos respeitar seus direitos de se expressar e de participar em todos os assuntos que lhes dizem respeito, de acordo com sua idade e maturidade.

10. Proteger a Terra para as crianças. Devemos defender nosso ambiente natural com sua diversidade biológica, sua beleza e seus recursos, tudo aquilo que melhora a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

sabilidade social corporativa que melhorem as condições de vida e sustentabilidade das comunidades e, em consequência, de suas crianças. As organizações não-governamentais, as entidades de classe, os movimentos sociais e outras instituições têm duplo papel. Em determinadas circunstâncias, atuam diretamente na linha de frente, colocando em práticas ações concretas de defesa e garantia dos direitos da criança. Mas também encaminham reivindicações e fiscalizam a atuação dos governos para assegurar que seus pontos de vista e suas necessidades sejam atendidos.

PRIORIDADE ORÇAMENTÁRIA À CRIANÇA

Se não houver dotação suficiente de recursos para as políticas públicas dedicadas à criança – e se esses valores não forem efetivamente aplicados na execução orçamentária –, nenhum planejamento terá efeitos concretos.

A preocupação com os direitos da criança deve estar presente na elaboração e na execução das leis orçamentárias dos três níveis da administração pública. Para cumprir as determinações de prioridade à infância presentes na Constituição federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, é importante haver recursos para financiar políticas que cumpram essas determinações.

Ao elaborar suas peças orçamentárias, é fundamental que o Executivo e o Legislativo busquem auxílio da sociedade. Assim, conseguirão definir as prioridades com mais clareza e poderão somar esforços com as iniciativas de caráter não-governamental, otimizando a distribuição dos recursos. Organizações que trabalham com a infância têm importantes contribuições a dar na elaboração do orçamento.

Um dos grandes problemas referentes ao orçamento público tem sido o contingenciamento de recursos. Muitas vezes o governo simplesmente deixa de liberar verbas previstas na lei orçamentária. Em outras situações, acaba depositando os montantes apenas nos últimos meses do ano, o que dificulta a execução de uma política planejada.

A educação infantil enfrenta também outro

sério problema de financiamento. A criação, em 1998, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) teve como consequência indireta menos investimentos na educação

Se não houver recursos suficientes para as políticas dedicadas à criança, nenhum planejamento terá efeitos concretos

infantil. Isso porque a lei determina que, dos 25% de impostos estaduais e municipais obrigatoriamente investidos em educação, 60% sejam repassados ao ensino fundamental. Para tentar corrigir essas distorções, tramita na Câmara dos Deputados a proposta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome.
2. Atingir o ensino básico universal.
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde materna.
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental.
8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Esse fundo garantiria o repasse de recursos federais, estaduais e municipais não só para o ensino fundamental, mas também para a educação infantil e o ensino médio.

Com o objetivo de monitorar a destinação de recursos para a população infantil no orçamento público, foi criado em 1995 pelo UNICEF o Orçamento Criança, com metodologia desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Trata-se de um instrumento de controle administrativo e social que estabelece parâmetros para a atuação dos gestores públicos e o acompanhamento da sociedade.

MAIS PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Ao longo das últimas décadas, o Brasil realizou ajustes institucionais importantes. Muitos deles estão relacionados ao aumento da conscientização para os direitos infantis, reconhecidos e priorizados na Constituição federal (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Os conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (existentes nos níveis federal, estadual e municipal), os Conselhos Tutelares e os conselhos setoriais (como os de Assistência Social,

Embora os conselhos sejam peças fundamentais na estrutura institucional criada para defender os direitos das crianças, é preciso garantir que eles funcionem efetivamente em todos os municípios e todas as unidades da Federação. Segundo dados do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (Sipia), do governo federal, em julho de 2005 havia 4.260 Conselhos Tutelares e 4.561 Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente para um total de 5.560 municípios do País. E, mesmo nos lugares onde eles já foram criados, existem problemas, como falta de estrutura e falhas no funcionamento.

A articulação entre os diferentes conselhos de políticas públicas e o Poder Executivo é importante para garantir o atendimento integral dos direitos da criança. Mas assegurar o desenvolvimento da criança não é responsabilidade apenas dos governos e das organizações sociais. A família tem papel essencial, e para isso precisa estar capacitada a cumprir sua função. Fortalecer as competências familiares tem sido, portanto, uma das prioridades do UNICEF (*leia mais no capítulo Fortalecer a família para ter crianças fortalecidas*). Além disso, crianças e adolescentes também devem participar da discussão e definição das políticas públicas.

A IMPORTÂNCIA DO APOIO EMPRESARIAL

O empresário também deve participar diretamente no desenvolvimento da primeira infância. Ao gerir suas companhias em consonância com as melhores práticas de responsabilidade social corporativa, contribui para melhorar a situação de vida de seus empregados e, em consequência, de suas crianças. Ao respeitar as normas ambientais, ajuda também a garantir condições para o desenvolvimento sustentável, evitando a penalização das próximas gerações. O empresário pode ainda ser aliado em projetos e ações sociais, participando de sua elaboração e destinando recursos a projetos de interesse das crianças, entre outras formas de auxílio.

Ao lado dos demais segmentos da sociedade, os empresários são responsáveis por esta-

Garantir o desenvolvimento da criança não é função apenas dos governos e das organizações sociais. A família tem papel essencial

Educação ou Saúde) fazem parte da mudança institucional surgida após a redemocratização do País. São organizações que garantem mais transparência e participação nas decisões de políticas públicas, seja abrindo espaço para a atuação direta (por meio da escolha de representantes para os Conselhos dos Direitos, por exemplo), seja intermediando as necessidades da população e os serviços públicos correspondentes (como nos Conselhos Tutelares).

belecer condições para que todas as crianças tenham uma vida digna e saudável. A empresa considerada socialmente responsável ouve os interesses dos diferentes atores relacionados com o seu negócio (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e consegue incorporá-los ao planejamento de suas atividades.

A preocupação com a responsabilidade social corporativa deve, portanto, incluir também os direitos da criança. Um empresário consciente precisa empenhar-se pessoalmente, e envolver sua companhia, na transformação social da comunidade e da realidade infantil.

Em 2000, as Nações Unidas estabeleceram o Pacto Global, conjunto de princípios e metas cuja finalidade é fazer as empresas avançarem em suas práticas de responsabilidade social. O pacto conta com a adesão de mais de cem empresários no Brasil e mais de 2 mil em todo o mundo.

Há diversas maneiras de os empresários se envolverem. Podem, por exemplo, desenvolver ações, como doação de produtos, patrocínio de campanhas, apoio a eventos beneficentes e a outros projetos voltados à criança. O governo reconhece a importância do engajamento empresarial no auxílio às políticas de cuidado com a criança e incentiva a participação por meio da concessão de incentivos fiscais: as empresas têm a oportunidade de destinar 1% do imposto de renda devido como pessoa jurídica ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (pessoas físicas também podem fazer doações).

Esse fundo é gerenciado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável por selecionar e indicar os projetos a serem apoiados. A empresa que faz destinações regulares de recursos ao fundo recebe do conselho um relatório informando como e onde os recursos foram aplicados, além de um documento posterior com os resultados dessas ações. Assim, além de ajudar concretamente com aportes financeiros, a empresa pode acompanhar os resultados concretos de seu esforço – incentivando a continuidade do ciclo de participação e o sentimento de co-responsabilidade sobre as políticas públicas.

Ampliar as doações aos fundos e fazer com que a responsabilidade social corporativa seja amplamente difundida são desafios a ser cumpridos

Esse é mais um desafio a ser cumprido: ampliar as doações dos empresários aos fundos, bem como fazer com que a responsabilidade social corporativa seja amplamente difundida e implantada nas empresas. A sociedade como um todo pode participar, defendendo essas posições diante de líderes empresariais, usando seu poder como consumidor para dar preferência a produtos e serviços de empresas comprometidas com a responsabilidade social e apoiando o trabalho de instituições especializadas, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Instituto Akatu.

Como vivem as crianças indígenas sateré-mawés

Conhecer a realidade das crianças indígenas é um dos grandes desafios do Brasil. O diagnóstico, que começou a ser feito pelos Sateré-Mawés, na Amazônia, permitirá a construção de políticas públicas mais direcionadas para as necessidades dessa população

Os Sateré-Mawés são hoje produtores de guaraná. Comercializam parte da produção no Brasil e chegam até mesmo a exportá-la para a França. No entanto, isso não é suficiente para garantir qualidade de vida, nutrição e saúde adequada a todas as suas crianças e seus adolescentes. Foi por esse motivo – entre outros – que, no início de 2002, o UNICEF aceitou o desafio de apoiar a realização de um Diagnóstico Sociodemográfico Participativo da População Sateré-Mawé¹.

A maior parte desse povo vive no estado do Amazonas, nas terras indígenas do Andirá-Marau e Koatá Laranjal, na região do Médio Amazonas. Uma parte reside em áreas urbanas dos municípios de Maués, Parintins, Barreirinha e Nova Olin-da do Norte, todos próximos da divisa entre os Estados do Amazonas e do Pará. O principal objetivo do estudo era apresentar dados que pudessem contribuir para o planejamento de projetos, programas e políticas direcionados às crianças e aos adolescentes e ajudar no desenvolvimento sustentado das comunidades dessa etnia.

O trabalho só pôde ser concluído em 2005, com o lançamento do relatório final do diagnóstico. Ela-

borado desde o princípio com participação intensa de lideranças, professores, agentes comunitários de saúde e alguns jovens estudantes sateré-mawés, o estudo revelou uma realidade até então desconhecida. No total, foram levantados 8,5 mil residentes que se autodenominaram sateré-mawés e visitados 1.759 domicílios, localizados nas 91 comunidades e nas áreas urbanas dos municípios mencionados.

Graças ao diagnóstico, descobriu-se que os níveis de fecundidade da população sateré-mawé são altos: cada mulher tem aproximadamente oito filhos. Foram encontradas meninas de 13 anos que já são mães e mulheres com mais de 49 anos que continuam a ter filhos.

A migração dos Sateré-Mawés também revelou ser grande. Mais de metade dos que moram nas terras indígenas já mudou ao menos uma vez de local de residência. Quanto à religião, o diagnóstico apontou a adoção maciça de práticas não-indígenas: 65% dos Sateré-Mawés declararam frequentar a Igreja Católica. Há também fiéis das Igrejas Batista, Adventista e Assembléia de Deus, entre outras.

1. O diagnóstico é resultado de uma parceria com: Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas (Fepi-AM), Fundação Joaquim Nabuco, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, Fundo de População das Nações Unidas, Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

ATENDIMENTO DEFICITÁRIO

A esses dados, soma-se um cenário preocupante no que diz respeito à saúde e à educação, que mobilizou o UNICEF imediatamente. Nas áreas indígenas, só 34% das crianças de menos de 1 ano haviam sido registradas. Apenas 60,3% das mulheres que receberam atendimento pré-natal fizeram referência à verificação da pressão arterial, e 45,2% se lembravam de ter sido pesadas. Tais procedimentos podem apontar indícios precoces de eclampsia, quadro clínico que põe mãe e criança em risco de vida. Além disso, das mulheres que tiveram atendimento pré-natal no ano que antecedeu à realização do diagnóstico, 28,4% declararam não ter realizado nenhum tipo de exame.

O estudo verificou ainda que a taxa líquida de escolarização nas quatro séries iniciais do ensino fundamental apresenta percentual ainda muito baixo (87%). Nas áreas indígenas, foram encontradas 148 crianças entre 7 e 14 anos que não freqüentam a escola. Verificou-se também que não há oferta regular das quatro últimas séries do ensino fundamental nem de ensino médio. Esses dados demonstram que as ações governamentais para educação escolar indígena estão distantes de cumprir os preceitos constitucionais.

RISCO DE EXTINÇÃO

O diagnóstico também permitiu identificar as comunidades onde a língua sateré-mawé está desaparecendo. Em média, 95,9% dos moradores das terras indígenas ainda dominam e praticam seu idioma original, mas nas comunidades do rio Ariáú, por exemplo, 60% das pessoas já perderam o domínio da sua língua. Na região do Uaicurapá, 26% só falam português. Com esses dados, o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem direcionar de forma muito precisa seus esforços de resgatar e fortalecer a língua sateré-mawé, que corre risco de extinção.

Os dados relativos às atividades econômicas dos Sateré-Mawés apontam o desaparecimento quase total da pesca e o fim gradativo da caça, além de mudanças importantes nas dinâmicas econômicas nas próprias terras indígenas. Como consequência, esses fatos repercutem na nutrição e na saúde das crianças.

As equipes de pesquisadores integradas exclusivamente por cidadãos e cidadãs sateré-mawés circularam durante meses para fazer o levantamento da realidade de seu próprio povo. O esforço já traz resultados concretos – e incentivou o UNICEF a apoiar estudos semelhantes em terras de outras etnias.

Índice de Desenvolvimento Infantil

O IDI é um instrumento que contribui para a formulação e o monitoramento de políticas públicas orientadas à infância no Brasil. Seu objetivo é ajudar a atingir os compromissos assumidos na Declaração do Milênio

Os conceitos de desenvolvimento infantil e desenvolvimento humano são complexos e envolvem dimensões nem sempre fáceis de expressar em um índice. A idéia de criar um Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) surgiu da necessidade de promover e desenvolver políticas públicas orientadas para os primeiros seis anos de vida da criança, período em que se formam grande parte das capacidades cognitiva, emocional, social e de desenvolvimento físico da pessoa.

Nesse sentido, o IDI é mais um instrumento que contribui para a formulação e o monitoramento de políticas públicas orientadas à primeira infância que o Brasil pode usar para alcançar os compromissos assumidos na Declaração do Milênio, em 2000. Esse documento originou os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que 191 Estados-membros das Nações Unidas se comprometeram a alcançar até 2015. Por sua desagregação municipal, o IDI é particularmente útil para mobilizar recursos e vontade política, no processo de descentralização e municipalização das políticas e dos serviços destinados ao desenvolvimento infantil.

A Declaração e os Objetivos do Milênio foram pautados por diversos acordos e instrumentos jurídicos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, cujos princípios e conteúdo no Brasil estão traduzidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Os Objetivos do Milênio relativos à infância foram adaptados e

incluídos no Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, lançado em 2003 pelo governo brasileiro.

A Convenção e o Estatuto reconhecem que as crianças são sujeitos de direito, sem distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política, origem nacional ou social, posição econômica e nascimento; que toda criança tem direito a sobrevivência sadia, desenvolvimento pleno e proteção contra todas as formas de discriminação, exploração e abuso; que a criança tem direito a uma vida saudável e a um desenvolvimento pleno na primeira infância. Isso implica que o governo tem a responsabilidade e a obrigação de oferecer acesso a serviços de qualidade, e a família tem o compromisso de proteger e cuidar da criança nessa fase especial de desenvolvimento. Não se deve esquecer que constitucionalmente não se trata de uma atribuição apenas do governo. A família e a comunidade também têm responsabilidade nos cuidados com a criança.

Sob essa perspectiva, o IDI incorpora variáveis relacionadas a: oferta de serviços de saúde; oferta de serviços de educação; e cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos (representados pelo nível de educação do pai e da mãe).

O IDI 2004 poderá ser comparado com o IDI 1999, permitindo, assim, que se verifique o grau de avanço dos Estados e municípios no período. Além de apresentar a posição de cada município

no âmbito estadual e nacional, é possível identificar quem teve os maiores ganhos e verificar as boas práticas de políticas públicas associadas a esses avanços.

A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E OS DIREITOS DA CRIANÇA

As transformações na sociedade contemporânea têm ocasionado mudanças na concepção de infância. Considerada etapa fundamental no processo de construção da cidadania, hoje ela emerge como realidade social. O reconhecimento do significado da infância e dos direitos da criança em seus primeiros anos de vida vem sendo tratado como assunto prioritário por governos, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, em um número crescente de países em todo o mundo.

De forma geral, os estudos recentes sobre a primeira infância concentram a atenção em questões como mortalidade infantil, nutrição, saúde e as relações entre infância, família e pobreza. A família é um espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral da criança, independentemente do arranjo familiar. É consenso entre especialistas que os primeiros anos de vida são caracterizados por um rápido e significativo desenvolvimento físico e mental. Tais aspectos têm sido considerados como alicerces das capacidades cognitivas e emocionais futuras. Nesse contexto, os serviços de educação infantil assumem um papel importante e, em complementação à ação da família, devem proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança.

A educação da criança nessa etapa inicial do ciclo de vida não é apenas um direito de cidadania. Configura-se como essencial para que seja possível assegurar uma vida digna a todas as crianças brasileiras. A garantia do direito à educação em creches e pré-escolas públicas de qualidade é um dos aspectos mais importantes para se construir uma sociedade mais igualitária. Assim, cada vez mais a educação infantil se afirma como o nível

inicial do processo educacional. É o que sustenta a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, aprovada em Jontien, na Tailândia, ao afirmar que a aprendizagem se inicia com o nascimento. Dez anos mais tarde, no Fórum Mundial de Educação, realizado em Dakar, Senegal (2000), entre as metas fixadas encontravam-se a expansão e o aprimoramento da assistência e educação da primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.

Assim, a relevância atribuída recentemente à saúde, à assistência e à educação da criança corresponde, portanto, ao reconhecimento do papel crucial dos primeiros anos de vida no desenvolvimento integrado das potencialidades psíquicas do ser humano, não apenas no que diz respeito às dimensões intelectuais e cognitivas, mas também ao equilíbrio emocional e à sociabilidade, essenciais para a formação da pessoa e do cidadão, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), do Ministério da Educação (MEC).

Nesse contexto, vale lembrar a base doutrinária do Estatuto da Criança e do Adolescente, que segue a concepção de proteção integral. O direito ao desenvolvimento da sociabilidade da criança como cidadã implica cumprir alguns direitos fundamentais, como:

- Direito à vida e à saúde, que requer o desenvolvimento de políticas que lhe permitam ter um desenvolvimento sadio e digno. Isso envolve ampliação de programas de pré-natal, condições de amamentação, apoio alimentar à gestante e à nutriz, atendimento especializado aos portadores de deficiência e proteção contra a prática de maus-tratos.
- Direito a liberdade, respeito e dignidade, que requer tanto o reconhecimento da criança como um ser em desenvolvimento, com direitos assegurados pela Constituição e pelas leis, como também a materialidade desses direitos. Chama a atenção o artigo 16, que trata do direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.

Entretanto, ao mesmo tempo em que se procura respeitar os direitos da criança, é importante ressaltar que muitas delas vivem em situações adversas, enfrentando condições de vida precá-

rias, que vão desde exploração do trabalho infantil até abuso e exploração sexual por parte de adultos. Soma-se a isso a falta de atenção às crianças com necessidades especiais.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes de iniciar a análise do IDI, é preciso considerar que, para planejar metas de políticas relativas às crianças com alcance de médio e longo prazo, deve-se levar em conta o comportamento demográfico da população brasileira. Por isso, apresenta-se inicialmente a representatividade das crianças de até 6 anos na composição da população brasileira.

A representatividade das crianças de até 6 anos no conjunto da população

As estatísticas recentes vêm mostrando mudança no comportamento etário da população brasileira. As duas tendências mais evidentes são a redução da participação de crianças e jovens e o crescimento da proporção de pessoas idosas. Segundo o IBGE, em 1980, as crianças menores de 6 anos representavam 18,9% da população; em 1991, sua participação reduziu-se para 15,9%, chegando à porcentagem

de 13,6% em 2000. Tal processo resultou da combinação de um conjunto de fatores, como a intensa urbanização, a queda da taxa de fecundidade, os avanços tecnológicos nos meios de comunicação, além do ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho, ocasionando uma demanda significativa de serviços relativos à primeira infância.

No Brasil, o número de crianças na primeira infância gira em torno de 23 milhões, sendo a participação de crianças de até 6 anos no Norte e Nordeste superior à das demais regiões. Em especial nos Estados do Amapá, Roraima, Acre e Amazonas, justamente na região menos desenvolvida do País, esse grupo representa cerca de um quinto da população total de cada Estado que a compõe, o que indica que as organizações governamentais devem dar atenção especial a essa região. A propósito, as taxas de fecundidade no Norte são historicamente as mais elevadas do País.

Comparação entre o IDI 1999 e o IDI 2004

A comparação do IDI referente ao ano de 1999 com o de 2004 demonstra que no período entre o cálculo dos dois índices houve melhoria significativa – o valor saltou de 0,61 para 0,67, apre-

Resumo dos procedimentos de cálculo e processamento

Indicadores do IDI passam por revisão

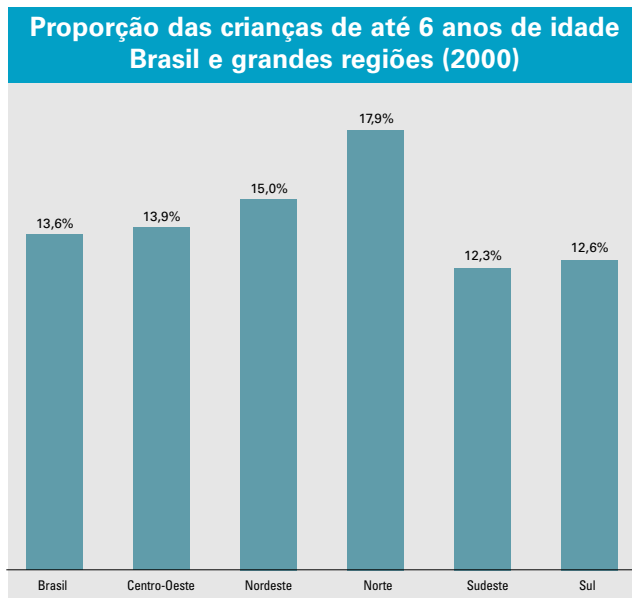
Foram encontradas divergências de valores na validação dos dados utilizados e divulgados em 2001. Então, decidiu-se recalculá-los o IDI 1999 para possibilitar a comparação com o índice de 2004. Além disso, houve alteração da fórmula de cálculo dos indicadores “percentual de crianças de até 3 anos matriculadas em creche”, do Inep/MEC, e “percentual de crian-

ças vacinadas contra sarampo”, do Ministério da Saúde. Manteve-se o percentual de crianças de 4 a 6 anos no pré-escolar, enquanto o indicador de sarampo foi substituído pelo percentual de crianças vacinadas com DTP (1999) e tetravalente (2004), que passou a fazer parte do cálculo do IDI por orientação e recomendação do Ministério da Saúde, devido à

sua maior representatividade. Os dados foram especialmente enviados ao UNICEF pelo Ministério da Saúde.

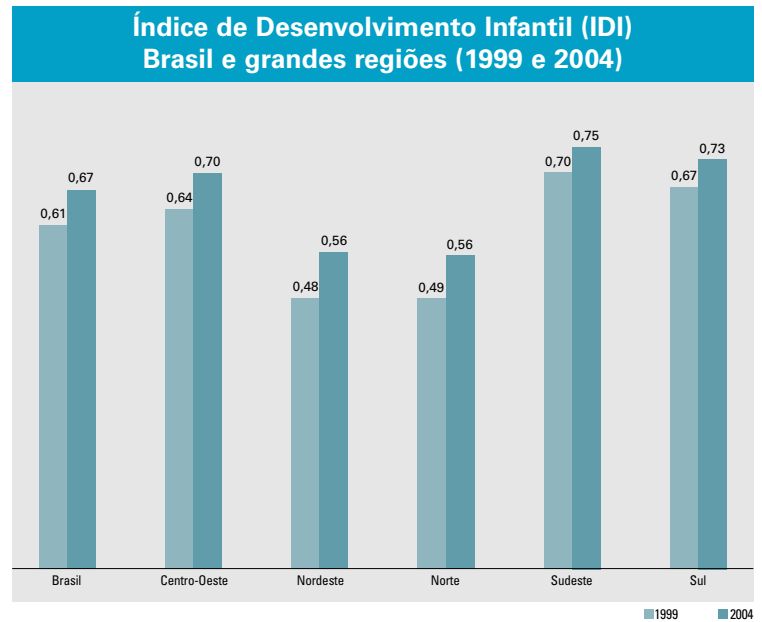
É importante esclarecer ainda que indicadores relativos à escolaridade pré-cária dos pais foram recalculados para o ano de 1996, visto que não foi possível validar os cálculos divulgados para o IDI 1999.

Gráfico 1



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 2



1999 2004

sentando acréscimo de quase 10%. Entretanto, para efeito de interpretação, com base na mesma classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), esse valor ainda é considerado um padrão médio de desenvolvimento infantil.

Em termos regionais, os valores do IDI refletem as condições históricas de desenvolvimento socioeconômico do País. Nas regiões menos favorecidas, como o Norte e o Nordeste, o índice é significativamente mais baixo que a média nacional. Nessas duas grandes regiões, a melhora foi mais expressiva que no restante do País, apresentando acréscimo em torno de 15%. Esse avanço pode estar associado às políticas sociais ali implementadas, que têm beneficiado as famílias e as crianças residentes em regiões mais carentes. No Sudeste e no Sul, o IDI alcançado é considerado de padrão médio de desenvolvimento (0,75 e 0,73, respectivamente), bem acima do índice nacional. Mas, antes de comentar em detalhes o IDI dos Estados e municípios brasileiros, é importante conhecer os indicadores que o compõem.

Escolaridade precária dos pais

Para compreender melhor o IDI, é necessário fazer uma análise específica de cada um dos indicadores que compõem o índice.

É consenso entre os especialistas que a escolaridade dos chefes ou responsáveis pela família afeta de forma substancial o nível de bem-estar de seus filhos. Do ponto de vista socioeducacional, condiciona as chances de escolarização dos filhos e a própria ambiência cultural da família. Esse condicionamento sociocultural dos pais é ressaltado nas avaliações de programas de igualdade de oportunidades escolares implementados pelos governos, que enfatizam ser a “família educogena” geralmente mais importante que os próprios fatores intra-escolares no processo de desenvolvimento educacional das crianças.

Também é consensual que a família é um espaço privilegiado para o adequado desenvolvimento humano, concepção já consagrada em documentos internacionais e, no caso do Brasil, em sua Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sob tal ótica, ao analisar a proporção de crianças de até 6 anos que moram com pai ou mãe com escolaridade de até três anos de estudo (considerada baixa), é possível dimensionar a vulnerabilidade das crianças na primeira infância, situação intimamente relacionada aos recursos educacionais de suas famílias.

As duas grandes regiões geográficas que apresentam os maiores valores do IDI são justamente aquelas em que o nível educacional dos pais

Tabela 1

Proporção de crianças de até 6 anos cujos responsáveis têm escolaridade precária (1996-2000)								
Regiões	Pai		Variação		Mãe		Variação	
	1996 (a)	2000 (b)	(b/a)*100- 100	(b-a)	1996 (c)	2000 (d)	(d/c)*100- 100	(d-c)
Brasil	37,1%	32,3%	-12,9%	-4,8%	32,6%	27,8%	-14,7%	-4,8%
Centro-Oeste	28,7%	25,0%	-12,9%	-3,7%	24,1%	20,2%	-16,2%	-3,9%
Nordeste	59,8%	53,2%	-11,0%	-6,6%	50,4%	44,2%	-12,3%	-6,2%
Norte	50,5%	44,6%	-11,7%	-5,9%	44,8%	38,6%	-13,8%	-6,2%
Sudeste	23,5%	20,1%	-14,5%	-3,4%	22,0%	18,2%	-17,3%	-3,8%
Sul	21,5%	17,4%	-19,1%	-4,1%	20,7%	16,9%	-18,4%	-3,8%

Fonte: IBGE, Contagem da População 1996 e Censo Demográfico 2000.

e das mães é mais favorável. Em 2004, enquanto no Sul e no Sudeste o percentual de pais com escolaridade de até três anos de estudo era de 17,4% e 20,1%, respectivamente, no Norte essa proporção era mais que o dobro (44,6%) e no Nordeste a situação era ainda mais preocupante, demonstrando que a maioria dos pais de crianças na primeira infância tem nível de escolaridade baixo (53,2%). No caso das mães de crianças de até 6 anos, observa-se a mesma tendência regional, ainda que as mulheres apresentem um nível educacional um pouco mais alto que o dos homens.

Como esses indicadores influem na estrutura de cálculo do IDI, os resultados expressam melhores condições de bem-estar para as crianças residentes no Sul e no Sudeste. Cabe destacar, no entanto, que entre 1999 e 2004 a redução na proporção de pais e mães com pouca escolaridade, em termos de pontos percentuais, foi maior no Nordeste e no Centro-Oeste, seguida pelo Norte, o que certamente corresponde a um dos fatores de influência na melhoria do IDI nessas regiões.

Sem dúvida, a baixa escolaridade do responsável familiar compromete atributos básicos, que integram o paradigma de desenvolvimento humano sustentável que vem sendo promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud):

- O desenvolvimento das pessoas (no caso, de crianças de até 6 anos), no sentido de aumentar suas oportunidades, potencialidades e direitos de escolha.
- O desenvolvimento pelas pessoas, para aumentar a participação ativa dos indivíduos e das comu-

nidades no processo de desenvolvimento, do qual são, ao mesmo tempo, sujeitos e beneficiários.

Matrícula no pré-escolar

Ter acesso ao pré-escolar é um direito da criança garantido pela Constituição brasileira e referendado no PNE. Os estudos sobre o impacto da educação infantil na vida futura da criança vêm mobilizando cada vez mais as pesquisas acadêmicas internacionalmente, e se configuraram como cruciais no que se refere às decisões de políticas governamentais nos anos 1980.

Ao comparar os percentuais de crianças de 4 a 6 anos de idade matriculadas no pré-escolar, verifica-se um salto significativo em âmbito nacional, de 44,4% em 1999 para 55,1% em 2004, o que corresponde a um crescimento de 24,1%, influenciado, principalmente, pelo aumento ocorrido nas regiões Norte e Nordeste. Sem dúvida, constata-se melhora acentuada na escolarização desse grupo populacional, contudo ainda muito distante das metas fixadas pela Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, em 1990.

As crianças residentes no Norte e no Nordeste apresentaram as maiores taxas de matrícula no pré-escolar. Segundo especialistas da área, a situação mais favorável dessas crianças se deve a programas socioeducativos infantis implementados no nível municipal desde 1985, cujas perspectivas compensatórias de pré-escolarização foram efetivas. Já no Sul, por exemplo, o nível econômico-cultural da região oferece alternativas de melhor atendimento no

âmbito familiar, em relação à educação infantil. Além disso, no Sul a maioria das crianças de 6 anos de idade encontra-se matriculada no ensino fundamental. Isso porque, antes mesmo do PNE, muitos municípios, fundamentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, incorporaram a matrícula das crianças de 6 anos ao ensino fundamental. Uma das explicações está associada à implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o qual levou muitas prefeituras a redirecionar e retrain suas ações em relação à educação infantil, pois esse fundo se estruturou de forma a priorizar a aplicação do orçamento municipal para a educação no ensino fundamental. O projeto de ampliação do ensino fundamental para 9 anos tende a intensificar a incorporação das crianças de 6 anos no ensino fundamental.

A situação de escolarização das crianças de 4 a 6 anos se reporta às exigências legais contidas no PNE 2001 quanto ao prazo para que a meta de cobertura seja atingida: 60% da população de 4 a 6 anos (ou de 4 e 5 anos) na escola até 2006 e 80% até 2011. Nessa perspectiva, o Brasil ainda tem grandes desafios para alcançar suas metas, e no cenário atual apenas a Região Sudeste apresenta possibilidade de atingir o estabelecido.

Estudos anteriores divulgados por UNICEF, IBGE e Unesco já demonstraram que um dos fatores que mais influenciam na escolaridade das crianças é, sem dúvida, a renda da família. A análise das taxas de escolarização, considerando-se o rendimento mensal familiar, permite identificar uma nítida desigualdade entre as crian-

ças de famílias com maior e menor poder aquisitivo: à medida que a renda familiar aumenta, crescem os níveis de escolarização. Em média, as crianças de 4 a 6 anos pertencentes às famílias mais favorecidas têm 60% mais oportunidade de estudar que as menos favorecidas economicamente. Contudo, outros fatores podem interferir na taxa de escolarização das crianças, entre os quais se destacam: o número de pessoas que moram com a criança, o grau de escolaridade dos pais, a sua condição na casa (filho, outro parente ou agregado) e a carga horária de trabalho da mãe.

Nesse sentido, as políticas públicas devem levar em consideração as condições sociais e econômicas das famílias e seus locais de residência, dado que a renda familiar e as escassas verbas públicas de grande parte dos municípios acabam por ser fatores que marcam a desigualdade na democratização do acesso da primeira infância à educação.

Cobertura pré-natal adequada

Outro indicador de extrema relevância na composição do IDI refere-se ao número de consultas no pré-natal. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), assistência pré-natal é um conjunto de cuidados médicos, nutricionais, psicológicos e sociais destinados a proteger o binômio feto/mãe durante a gravidez, o parto e o puerpério, tendo como principal finalidade a diminuição da morbimortalidade materna e perinatal. O ideal é um intervalo de quatro semanas entre as consultas, para avaliar, por exemplo, o estado geral da gestante, sua pressão arterial e o crescimento uterino, assim como os batimentos cardíacos

Tabela 2

Crianças de 4 a 6 anos de idade matriculadas no pré-escolar (1999 e 2004)			
Grandes regiões	1999	2004	Variação
Brasil	44,4%	55,1%	24,1%
Centro-Oeste	35,6%	46,2%	29,8%
Nordeste	42,1%	57,1%	35,6%
Norte	34,2%	46,5%	35,7%
Sudeste	52,1%	60,7%	16,5%
Sul	39,6%	45,6%	15,1%

Fonte: Ministério da Educação (MEC), 1999 e 2004.

e os movimentos do feto. Após a 36ª semana, a gestante deve ser acompanhada em intervalos de sete a quinze dias.

Para o cálculo do IDI considera-se a proporção de gestantes com mais de seis consultas no pré-natal. Essa média foi estabelecida pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e pelo Ministério da Saúde a fim de garantir que se realizem os exames necessários para avaliar as condições da mãe (sangue e urina) e da criança, e para pesquisar infecções e imunizar o feto contra doenças como o tétano neonatal. Dada a importância do pré-natal para evitar a mortalidade perinatal (que representa praticamente a metade da mortalidade infantil no País) e os óbitos maternos, esse indicador, em conjunto com as taxas de cobertura de vacinação, é considerado de extrema relevância para aferir as condições de sobrevivência das crianças no primeiro ano de vida.

Em termos nacionais, o percentual de gestantes com cobertura pré-natal adequada apresentou crescimento 5,7 pontos percentuais, no período de 1998 a 2002, passando de 43,1% para 47,8%. Os maiores avanços são observados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, enquanto no Nordeste a taxa praticamente se manteve constante. O Sudeste liderou a melhoria do atendimento pré-natal – no mesmo período, o aumento foi quase o dobro do observado para o conjunto do País. Em contrapartida, no Norte houve queda substancial no atendimento às gestantes (8,6 pontos percentuais).

Provavelmente, a queda no Norte e a pouca variação encontrada no Nordeste possam ser explicadas pela oferta precária de serviços públicos de saúde nessas regiões. No Sudeste, Sul e Centro-Oeste, além de a oferta pública de serviços de saúde ser maior, as famílias com crianças pequenas possuem melhores condições socioeconômicas, o que lhes permite buscar assistência pré-natal em clínicas particulares. Portanto, esse é um forte determinante de melhores condições de bem-estar das gestantes nessas regiões.

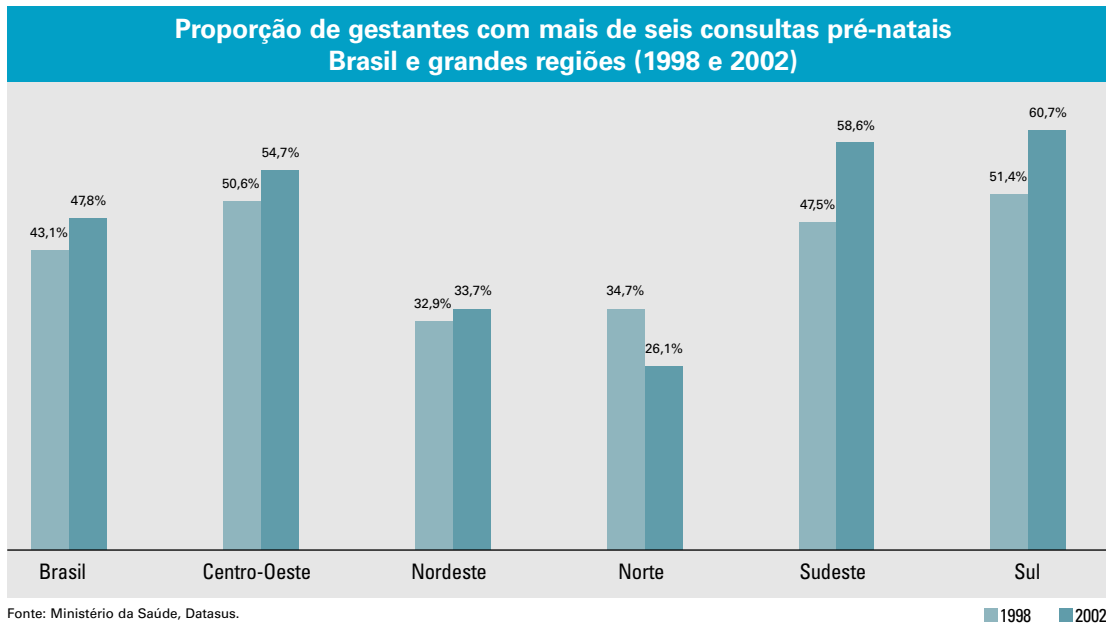
O nível educacional da gestante é, sem dúvida, outro determinante da maior taxa de cobertura pré-natal adequada. Quanto mais escolarizada for a gestante, maior a conscientização sobre os serviços de saúde a que tem direito para o atendimento recomendável durante a gestação. Ou seja, acompanhamento pré-natal com mais de seis consultas médicas ao longo da gravidez, realização de todos os exames necessários e acesso a todas as informações relevantes para que tenha gestação, parto e pré-parto tranquilos.

Estudos recentes apontam que o desenvolvimento infantil sadio está intimamente ligado à formação de um bom vínculo entre a mãe e o bebê desde a gestação, em especial no primeiro ano de vida. Como afirma Winnicott (1978), um bebê não existe sozinho, ele é essencialmente parte de uma relação que se estabelece de forma precoce, desde a gestação. Acreditando ser a formação desse vínculo a semente mais importante para o desenvolvimento do indivíduo e sabendo da precocidade com que essa relação é estabelecida, o atendimento à gestante torna-se fundamental.

A gravidez é um período de preparação física e psicológica muitas vezes marcado por uma variedade de sentimentos que fornecem a energia necessária para a mulher se ajustar à nova identidade. Além dos aspectos de saúde física, a questão emocional é determinante para o bem-estar da mulher grávida. Esse período é propício para intervenções que visem sobretudo preparar a mulher para o parto, a amamentação, os cuidados com o bebê e a prevenção de futuros problemas que podem ser identificados prematuramente.

Para que isso ocorra, é necessário a mãe apresentar um bom capital emocional e ter uma boa rede de apoio, na família e nos serviços assistenciais, hospitalares e comunitários. Com a intenção de protegê-la, reforçando-a nesse lugar de privilégio, modeladora entre o bebê e o mundo, essa rede de apoio deve ser identificada e analisada para ser otimizada. Assim, é preciso implementar políticas públicas de saúde

Gráfico 3



de mais efetivas no Norte e no Nordeste, pois apenas um terço das gestantes dessas regiões recebe o atendimento mínimo de seis consultas durante o pré-natal.

A saúde materna e infantil ainda enfrenta problemas graves e evitáveis. Apesar do grande progresso no combate a diversos problemas – como doenças infecciosas na infância, desnutrição, partos não seguros e bebês com baixo peso ao nascer –, eles ainda contabilizam mais de um terço da mortalidade em todo o mundo, e quase metade nos países de baixa e média renda.

Imunização

A imunização é um excelente exemplo de intervenção que envolve a família, a comunidade e os serviços públicos, com custos relativamente baixos. Além disso, permite um impacto enorme no desenvolvimento infantil, uma vez que ajuda a garantir o crescimento seguro da criança, evitando doenças perigosas.

Há várias décadas a luta mundial contra algumas doenças graves e freqüentes dispõe de vacinas de alta eficácia e segurança, entre elas a DTP, vacina tríplice contra difteria, coqueluche e tétano, e a tetravalente, composta da DTP e da Hib (*Haemophilus influenzae* tipo b). Segundo a OMS, a aplicação dessas vacinas de maneira

homogênea em alta porcentagem de crianças em todo o País (90% ou mais) pode controlar ou eliminar as doenças para as quais elas foram desenvolvidas.

No Brasil, até a década de 1970, quando foi criado o Programa Nacional de Imunização (PNI), apenas uma pequena parcela de crianças era vacinada. O programa organizou, de maneira racional e padronizada, a conservação e a distribuição das vacinas em todo o País. Como resultado desse esforço, ao final dos anos 1990, a cobertura foi significativamente ampliada. Em termos nacionais, em 1999 a meta de cobertura atingia mais de 90% das crianças, mas ficou bem abaixo desse patamar no Norte e no Nordeste (75,6% e 88,7%, respectivamente), como pode ser observado na Tabela 3, o que indica a necessidade de se aprofundarem os esforços nessas regiões em relação à saúde da criança.

Em 2004, a cobertura com a vacina tetravalente teve um acréscimo na taxa geral do País, atingindo as metas ideais, ou seja, a quase totalidade das crianças com menos de 1 ano de idade, residentes no Brasil. Destaca-se a Região Norte, onde o aumento foi mais significativo: saltou de 75,6% para 92,1%, o que representa acréscimo de quase 22% em cinco anos. Esse cenário favorável é consequência das amplas campanhas de vacinação desenvolvidas nos últimos anos.

Tabela 3

Imunização, com DTP e tetravalente, em crianças menores de 1 ano de idade (1999 e 2004)			
Grandes regiões	DTP (1999)	Tetravalente (2004)	Variação
Brasil	94,5%	96,2%	1,8%
Centro-Oeste	96,8%	100,0%	3,3%
Nordeste	88,7%	93,6%	5,5%
Norte	75,6%	92,1%	21,6%
Sudeste	100,0%	96,9%	-3,1%
Sul	93,7%	100,0%	6,7%

Fonte: Ministério da Saúde, 1998.

O maior aumento na cobertura com a tetravalente no Norte ajuda a criança a ter uma vida mais saudável e constitui-se em mais um dos fatores que justificam a significativa melhoria do IDI 2004 daquela região. Entretanto, a cobertura vacinal é um indicador que mede apenas o acesso à vacinação, não se podem inferir informações sobre a qualidade e a variedade dos serviços disponíveis em cada um dos Estados brasileiros.

IDI ESTADUAL

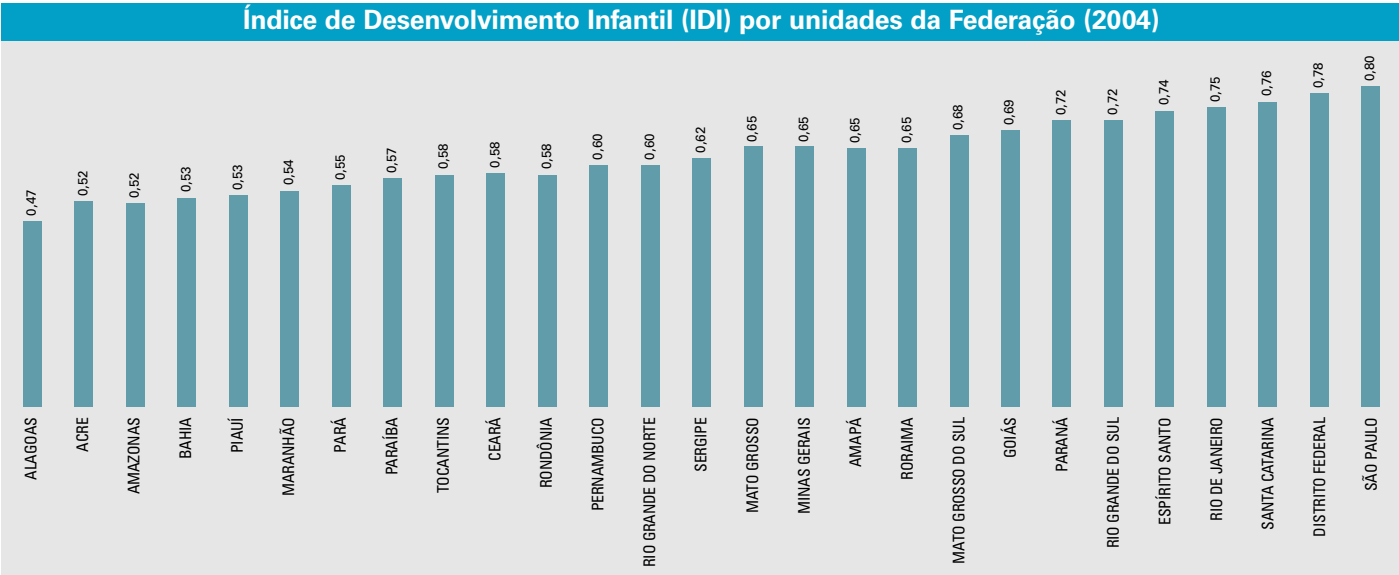
Mantendo a tendência regional, em todas as unidades da Federação o IDI 2004 melhorou em relação ao de 1999. O Estado de São Paulo se destaca por ter atingido um IDI que o coloca na condição de apresentar alto desenvolvimento infantil, pois foi o único que atingiu o patamar de 0,80. O Distrito Federal tende a chegar a essa condi-

ção, com índice de 0,78. Nos demais Estados, o IDI se manteve no padrão médio de desenvolvimento infantil (variando de 0,78 no Distrito Federal a 0,52 no Acre) e apenas em Alagoas o índice continua abaixo de 0,50, o que corresponde a um padrão de baixo desenvolvimento infantil. Vale lembrar a importância da educação no processo de desenvolvimento humano, pois justamente nesse Estado, em 2004, havia um terço da população adulta analfabeta e 45% com escolaridade inferior a quatro anos de estudo, o que corresponde ao nível de analfabetismo funcional.

IDI MUNICIPAL

Em 1999, quase 40% dos municípios brasileiros apresentavam IDI abaixo de 0,50, demonstrando desenvolvimento infantil baixo. Em 2004, ainda se encontravam nesse patamar 25% dos muni-

Gráfico 4



cípios, ou seja, quase 1.350 municípios. No padrão considerado médio, enquadram-se cerca de 3.650 municípios, e apenas em torno de 560 estão acima de 0,80 – nível classificado como desenvolvimento infantil alto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1999 e 2004 o IDI nacional melhorou significativamente, sobretudo com o impacto do aumento observado nas regiões Norte e Nordeste, onde houve redução na proporção de responsáveis pelas famílias com escolaridade precária e aumento na cobertura vacinal, com a tetravalente.

Apesar dos avanços legais observados ao

longo dos últimos anos no Norte e no Nordeste, ainda há grandes dificuldades. A cobertura assistencial e educacional para as crianças de até 6 anos está distante de atingir patamares adequados às necessidades reais da sociedade brasileira.

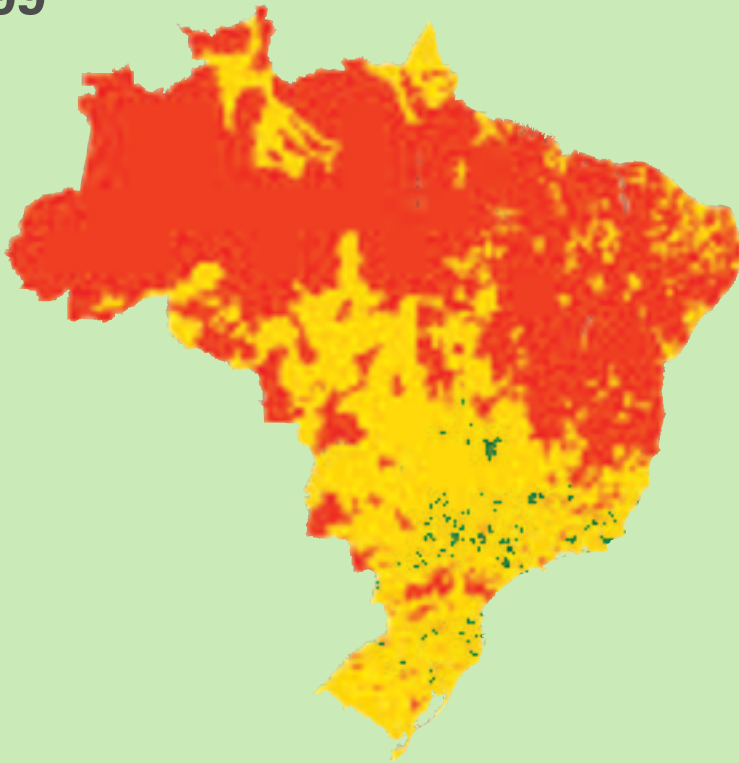
O grau de bem-estar e vulnerabilidade das crianças está relacionado à escolaridade dos pais e ao poder aquisitivo da família. Portanto, a análise da situação das crianças associa-se à condição socioeconômica das famílias brasileiras e à frágil iniciativa governamental de aumentar a oferta de vagas em escolas e melhorar o atendimento à saúde, principalmente nas regiões menos favorecidas e, portanto, para as crianças de famílias mais pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

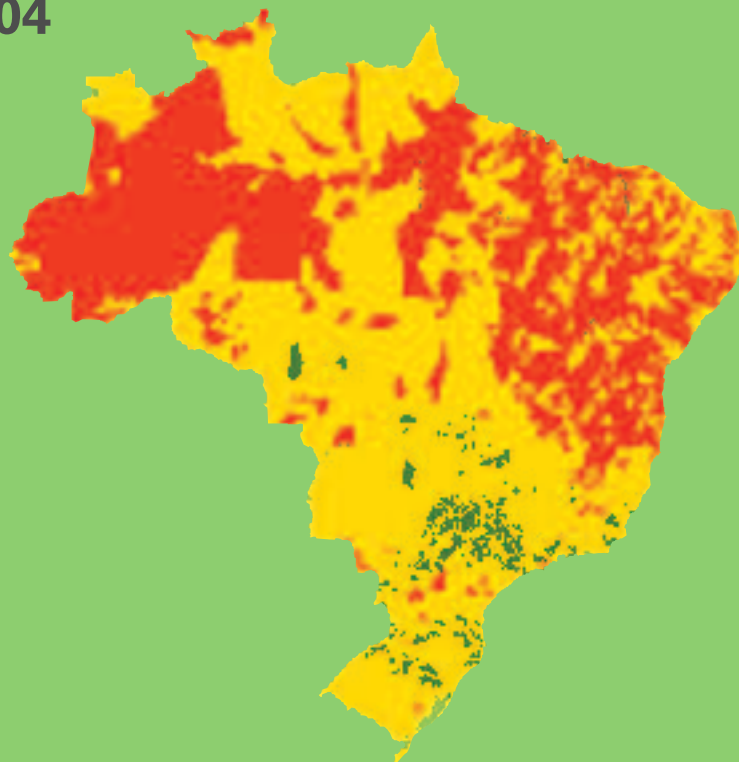
- BRASIL. Congresso Nacional. Constituição, 1988.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, nº 248, 23 dez. 1996.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 20, de 2 de dezembro de 1998. Parecer em resposta a consulta relativa ao ensino fundamental de 9 anos. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CEB20_1998.pdf>.
- _____. Plano Nacional de Educação. Apresentado por Ivan Valente. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- DIDONET, Vital. "As crianças pré-escolares no Fundo". *PÁTIO: Revista Pedagógica*, Educação Infantil, nº 7, Porto Alegre, Artes Médicas Sul, nov. 1998-jan.1999.
- _____. *A LDB e a Política da Educação Infantil*. Brasília, DF, Assessoria Legislativa/Câmara dos Deputados, jul. 1997.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999 e 2004. Microdados.
- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2004. Rio de Janeiro, IBGE, 2005.
- KAPPEL, M. Dolores Bombardelli & CARVALHO, José Carmello Brás de. A Educação Fundamental: O Censo Domiciliar de 1996 como Parâmetro para o Plano Nacional de Educação 1998-2007. Anais da 21ª Reunião da Anped, Caxambu, set. 1998.
- _____. As crianças de 0 a 6 anos nas estatísticas nacionais. *Infância – Educação Infantil. Anais do Seminário Internacional da Omep (Organização Mundial para Educação Pré-Escolar)*, Rio de Janeiro, Ravil Editora, 2000.
- _____. As crianças de 0 a 6 anos no contexto sociodemográfico nacional. *Onde Tudo Começa: a Criança de 0 a 6 Anos. Anais do Pré-Congresso 2003 da Asbrei*, Rio de Janeiro, set. 2003.
- _____; AQUINO, Ligia M. Leitão de; VASCONCELLOS, Vera Maria R. de. Infância e Políticas de Educação Infantil: Início do Século XXI. In: VASCONCELLOS, Vera Maria R. de (org.). *Educação da Infância: História e Política*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.
- KRAMER, Sonia & KAPPEL, M. Dolores Bombardelli. Educação da Criança de 0 a 6 Anos. Pesquisa sobre Padrões de Vida – 1996-1997: Primeira Infância, Rio de Janeiro, IBGE, 2000.
- MEC/INEP/SEEC. Censo Escolar, 1999 e 2004.
- NUNES, Deise G. Reconhecimento Social da Infância no Brasil: Da Menoridade à Cidadania. In: VASCONCELLOS, Vera Maria R. de (org.). *Educação da Infância: História e Política*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.
- OMS/UNICEF. Proteção, Promoção e Apoio ao Aleitamento Materno: O Papel Especial dos Serviços Materno-Infantis, 1989.
- UNESCO. Educação e Cuidado na Primeira Infância: Grandes Desafios. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília, Unesco Brasil/OECD/Ministério da Saúde, 2002. 314 p.
- UNICEF. *Situação da Infância Brasileira*, 2001.
- WINNICOTT, D. W. *Da Pediatria à Psicanálise: Textos Escolhidos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) Brasil, por municípios

1999



2004



- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

A composição do IDI

• **Percentual de crianças menores de 6 anos morando com mães com escolaridade precária (I_{CMEP}):** são classificadas como mães com escolaridade precária as que têm menos de quatro anos de estudo, o limite de anos de instrução para que não sejam consideradas analfabetas funcionais. Assim, quanto maior o percentual de crianças menores de 6 anos vivendo com mães de escolaridade precária, pior será a classificação do município em termos de desenvolvimento infantil. Os dados foram obtidos a partir da Contagem da População 1996 e do Censo Demográfico 2000, ambos do IBGE.

• **Percentual de crianças menores de 6 anos morando com pais com escolaridade precária (I_{CPEP}):** embora a importância relativa do nível de instrução do pai seja menor que o da mãe quanto ao cuidado e ao desenvolvimento dos primeiros anos da criança, sua inclusão é de extrema relevância. Como os anos de escolaridade do chefe da família determinam, em grande medida, o nível salarial e a renda familiar, ao considerar o nível de escolaridade de ambos os cônjuges, o IDI incorpora o nível de consumo e de bens materiais que a criança possui no ambiente familiar. Os dados foram obtidos a partir da Contagem da População 1996 e do Censo Demográfico 2000, ambos do IBGE.

• **Cobertura vacinal em crianças menores de 1 ano de idade – DTP (1999) e tetravalente (2004) (I_{Tetra}, I_{TDP}):** estes dois indicadores medem o percentual de crianças menores de 1 ano imunizadas contra difteria, coqueluche e tétano (DTP ou tríplice), e contra difteria, coqueluche, tétano, meningite e outras infecções causadas pelo *Haemophilus influenzae tipo b* (tetravalente ou DTP+Hib). A cobertura vacinal é obtida dividindo-se o número de crianças com menos de 1 ano que foram imunizadas pelo total de crianças da mesma faixa etária em um determinado período de tempo. Além de assinalar maior ou menor morbimortalidade decorrente dessas doenças, a cobertura vacinal reflete de forma indireta o acesso a outros serviços de atendimento materno-infantil. Obviamente, por ser um indicador típico de aces-

so e restrito à vacinação, não é possível fazer inferências sobre a qualidade e variedade dos serviços disponíveis no município para esse grupo etário. Os dados foram fornecidos pelo Ministério da Saúde e correspondem ao ano de 1999 (para a DTP) e 2004 (para a tetravalente). Algumas das coberturas vacinais são maiores que 100%, porque a informação se refere ao número de doses, e não ao número de crianças vacinadas. Nos casos em que o número de doses foi superior a 100% da estimativa do número de crianças, para o cálculo do índice essas coberturas foram consideradas iguais a 100%.

• **Percentual de mães com cobertura pré-natal adequada (I_{Pré-natal}):** mede o percentual de nascidos vivos de mães que tiveram mais de seis consultas de acompanhamento, desde o conhecimento da gravidez até o parto. Essa média foi estabelecida pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e pelo Ministério da Saúde a fim de garantir que se realizem os exames necessários para avaliar as condições da mãe (sangue e urina) e da criança, e para pesquisar infecções e imunizar o feto contra doenças como o tétano neonatal. Dada a importância do pré-natal para evitar a mortalidade perinatal (que representa praticamente a metade da mortalidade infantil no País) e os óbitos maternos, este indicador, em conjunto com as taxas de cobertura de vacinação, é considerado de extrema relevância para aferir as condições de sobrevivência das crianças no primeiro ano de vida. Este percentual é obtido com o total de nascidos vivos de mães que tiveram mais de seis consultas pré-natal dividido pelo total de nascidos vivos no período. A informação, obtida no Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), corresponde a 1998 e 2004.

• **Taxa de escolarização bruta na pré-escola (I_{Pré-escola}):** este indicador mede o percentual de crianças matriculadas na pré-escola (pública e privada), independentemente da idade. Trata-se de uma boa aproximação do direito ao acesso da criança a esse nível de ensino. Ao indicar se a oferta

de matrículas é suficiente para atender à faixa etária correspondente, a taxa permite avaliar a existência de alunos matriculados em um nível de ensino inadequado à sua idade. É obtida mediante a divisão do número de alunos matriculados na pré-escola pelo total de crianças entre 4 e 6 anos. O ideal teria sido empregar a taxa de escolarização líquida na pré-escola, que inclui apenas as crianças cuja faixa etária corresponde oficialmente a esse nível, porém essa informação não está disponível para o nível municipal. A taxa de escolarização bruta, como a cobertura de imunização, não permite aferir a qualidade do ensino e das práticas pedagógicas. Os valores correspondem a 1999

e 2004 e foram fornecidos pelo Sistema de Estatísticas Educacionais (Edudatabrasil) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). É importante assinalar que nesta taxa não foram incluídos os alunos que se encontram em classe de alfabetização, já que essa modalidade de ensino é adicional, está fora do ensino regular. Ela é orientada para as crianças que já têm idade suficiente para entrar no ensino fundamental mas que ainda não sabem ler nem escrever. Não incluir as classes de alfabetização no IDI é um incentivo para reduzir essa modalidade em favor da ampliação da cobertura na pré-escola.

A construção do IDI

Para combinar os indicadores selecionados num único índice, é necessário expressá-los em unidades comparáveis. Para isso, os valores de cada indicador foram normalizados numa escala de 0 a 1, onde 1 corresponde à melhor condição de desenvolvimento infantil e 0 à pior. Para efeito de comparação e interpretação, essa é a mesma escala utilizada para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

• **Percentual de crianças com mães de escolaridade precária:** o percentual máximo desejado é 0, ou seja, que nenhuma criança menor de 6 anos tenha mãe com nível de instrução precário. Municípios que obtenham ou se aproximem desse valor terão índice próximo ou igual a 1. O percentual mínimo é 100% de crianças cujas mães tenham escolaridade precária. Municípios com situação igual ou próxima a essa terão índice próximo ou igual a 0.

• **Percentual de crianças com pais de escolaridade precária:** o percentual máximo desejado é 0, ou seja, que nenhuma criança menor de 6 anos tenha pai com nível de instrução precário. Municípios que obtenham ou se aproximem desse valor terão índice próximo ou igual a 1. O percentual mínimo é 100% de crianças cujos pais tenham escolaridade precária. Municípios com situa-

ção igual ou próxima a essa terão índice próximo ou igual a 0.

• **Coberturas de vacinação (DTP e DTP+Hib):** o percentual máximo desejado é 100%, ou seja, que todas as crianças sejam vacinadas com a DTP e a DTP+Hib. Municípios que obtenham ou se aproximem desse valor terão índice próximo ou igual a 1. O percentual mínimo é 0% das crianças vacinadas. Municípios com situação igual ou próxima a essa terão índice próximo ou igual a 0.

• **Percentual de gestantes com cobertura pré-natal adequada:** o percentual desejado é 100% das gestantes com acesso a mais de seis consultas pré-natais. O percentual mínimo é 0% das gestantes com mais de seis consultas pré-natais. Quanto mais próximo do valor máximo ou mínimo estiver um município, mais próxima de 1 ou 0 será sua classificação no IDI.

• **Escolarização bruta na pré-escola:** para esse indicador, o valor máximo ou desejado é 100% das crianças da faixa etária de 4 a 6 anos matriculadas no respectivo nível de ensino. Assim como nos outros casos, o patamar mínimo é 0%. Quanto mais próximo do valor máximo ou mínimo estiver um município, mais próxima de 1 ou 0 será sua classificação no IDI.

A fórmula do IDI

$li = li_{\text{município}} - li_{\text{mínimo}} / li_{\text{máximo}} - li_{\text{mínimo}}$, onde:

li representa os indicadores $i = 1, 2, 3, 4, 5$, padronizados entre os valores 0 a 1 no conjunto dos 5.507 municípios do Brasil em 1996 ou 5.560 municípios em 2000;

$li_{\text{município}}$ representa o valor do indicador $i = 1, 2, 3, 4, 5$, no município m ;

$li_{\text{mínimo}}$ representa o valor mínimo estabelecido para o indicador $i = 1, 2, 3, 4, 5$;

$li_{\text{máximo}}$ representa o valor máximo estabelecido para o indicador $i = 1, 2, 3, 4, 5$;

Uma vez normalizados os valores dos respectivos indicadores na escala de 0 a 1, eles são combinados para obter o IDI. A expressão para a sua combinação é a seguinte:

$$IDI = 0,25(I_{CMEP}) + 0,25(I_{CPEP}) + 0,25 \left(\frac{(I_{DTP} \text{ ou } I_{Tetra}) + I_{Pré-escola}}{2} \right) + 0,25(I_{T-á-escola})$$

De acordo com essa expressão, o IDI resulta da média ponderada entre: indicadores normalizados do percentual de crianças menores de 6 anos que vivem com mães que possuem escolaridade precária (I_{CMEP}), percentual de crianças menores de 6 anos que vivem com pais que possuem escolaridade precária (I_{CPEP}), acesso a serviços de saúde materno-infantil ($I_{Tetra} + I_{DTP} + I_{Pré-natal}$) e acesso a serviços de educação ($I_{Pré-escola}$). Por serem complementares, os indicadores de saúde e de educação foram agrupados e representam, em conjunto, 50% do IDI. Os indicadores do nível de instrução dos pais somam os outros 50%. Sem dúvida, as ponderações adotadas podem ser consideradas arbitrárias e discutidas *ad infinitum*. Porém, deve-se considerar que, no cálculo do IDI, esse grau de arbitrariedade afeta a totalidade dos municípios da mesma maneira.

Também é importante notar que, diferentemente de outros índices, os indicadores escolhidos para constituir o IDI têm relação direta com as causas ou os próprios problemas que afetam o desenvolvimento infantil, e não com os indicadores de efeito ou de efetividade, como taxas de mortalidade no período pré-natal e na infância, taxa de desnutrição, desempenho na pré-escola etc. Além da disponibilidade e confiabilidade desses dados no âmbito municipal, outra vantagem é que a discussão sobre as estratégias de intervenção já se inicia com as próprias causas ou com o próprio problema (baixo acesso a creches, por exemplo). Quando se utiliza um indicador sintético de resultado, como mortalidade infantil ou expectativa de vida, é preciso construir uma árvore de causalidade, o que pode dificultar o desenho de estratégias e o controle social das metas, que, no caso de coberturas ou oferta de serviços, são facilmente mensuráveis.

A interpretação e o uso do IDI

- O IDI de um município vai de 0 a 1, sendo 1 o valor máximo que o município deveria buscar no processo de sobrevivência, crescimento e desenvolvimento de suas crianças no primeiro período de vida. A diferença entre o IDI de determinado município e 1 mostra o caminho que é preciso percorrer para alcançar o nível máximo possível. O valor máximo significa que todas as crianças com menos de 6 anos do município moram com pais que têm mais de quatro anos de escolaridade e que o direito a serviços básicos de saúde materno-infantil e pré-escola está plenamente garantido.
- Para efeitos de classificação e comparação entre municípios, emprega-se a mesma classificação do IDH, ou seja, IDI acima de 0,800 = desenvolvimento infantil elevado; entre 0,500 e 0,799 = desenvolvimento infantil médio; abaixo de 0,500 = desenvolvimento infantil baixo.
- O IDI deve ser interpretado em conjunto com os indicadores que o conformam. Por ser uma média ponderada, pode esconder disparidades entre os indicadores e dentro do próprio indicador. Por exemplo, se o percentual de mães com cobertura sem controle pré-natal é alto, é necessário identificar os grupos mais afetados, sua localização e magnitude. Isso vai permitir considerar os grupos mais vulneráveis, desenhar a melhor estratégia de intervenção e estimar custos para resolver o problema. De acordo com o princípio da não-discriminação, a efetivação dos direitos não pode ser comprometida por distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, gênero, cor, origem, grupo socioeconômico, preferências políticas, etnia ou deficiência. Por isso é importante, nas análises dos indicadores que compõem o IDI, desagregá-los e considerar diferenças de gênero, área geográfica, origem étnica e grupo socioeconômico.
- A análise dos indicadores do IDI deve ser feita numa dimensão integral, e não setorial. Conforme

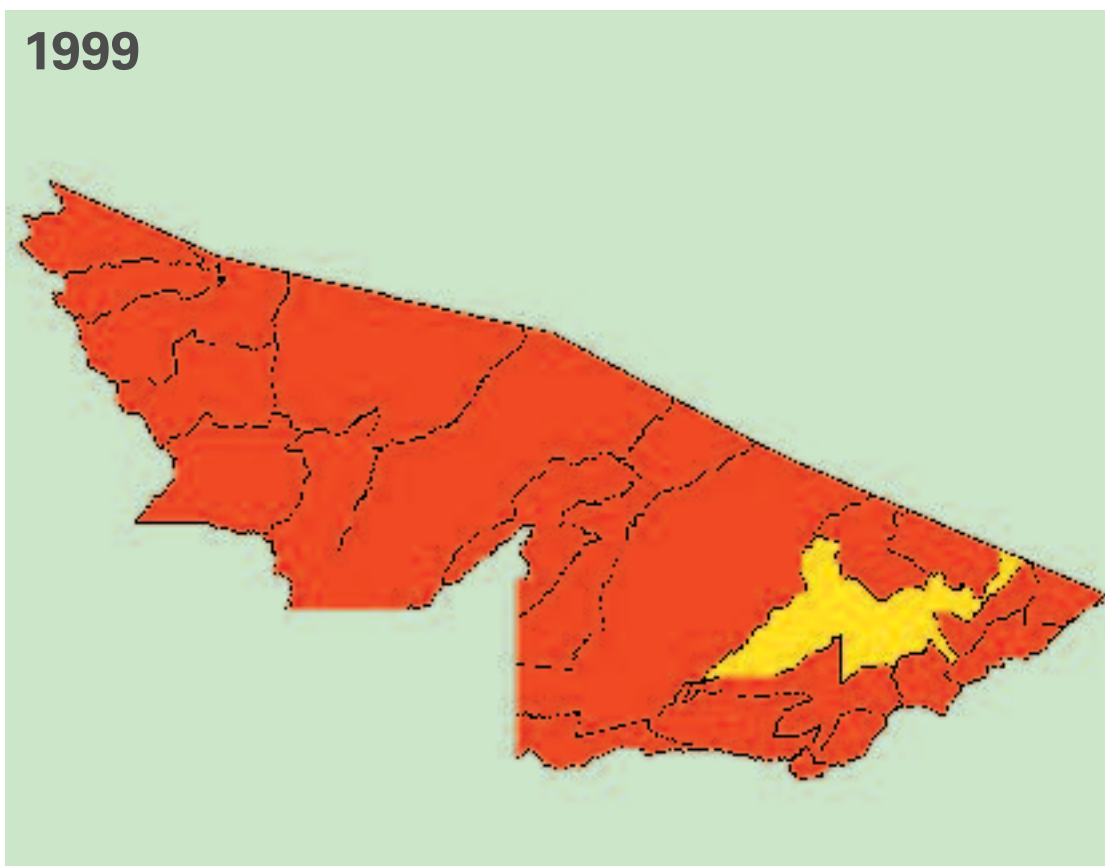
o princípio de indivisibilidade, a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente não estabelecem nenhuma hierarquia entre os direitos, o que significa que todos são inter-relacionados e cada um deles é igualmente importante e fundamental para a dignidade da criança. O IDI e seus indicadores são o ponto de partida para uma análise dos problemas da primeira infância sob um enfoque integrador, que considere a própria natureza da criança e seu desenvolvimento dentro do ciclo de vida. A análise e a proposição de estratégias devem ser multidisciplinares e multissetoriais, levando em conta todas as dimensões físicas, cognitivas e afetivas das crianças na primeira infância, em seu ambiente familiar e comunitário. Isso não significa, para efeito de programação, que todos os direitos sejam implementados ao mesmo tempo. É necessário definir prioridades, tendo em vista as principais ameaças ao desenvolvimento infantil e as oportunidades para sua realização.

- O efeito mobilizador do IDI e o posterior desenho de estratégias para o cuidado infantil e a educação inicial devem envolver os múltiplos atores sociais, a fim de gerar programas com alto nível de participação, especialmente da mãe e do pai, da família como um todo e da comunidade, além das organizações governamentais e não-governamentais. Isso é fundamental na apreciação dos problemas e no desenho das soluções, para garantir apropriação, efetividade e sustentabilidade dos resultados das intervenções.

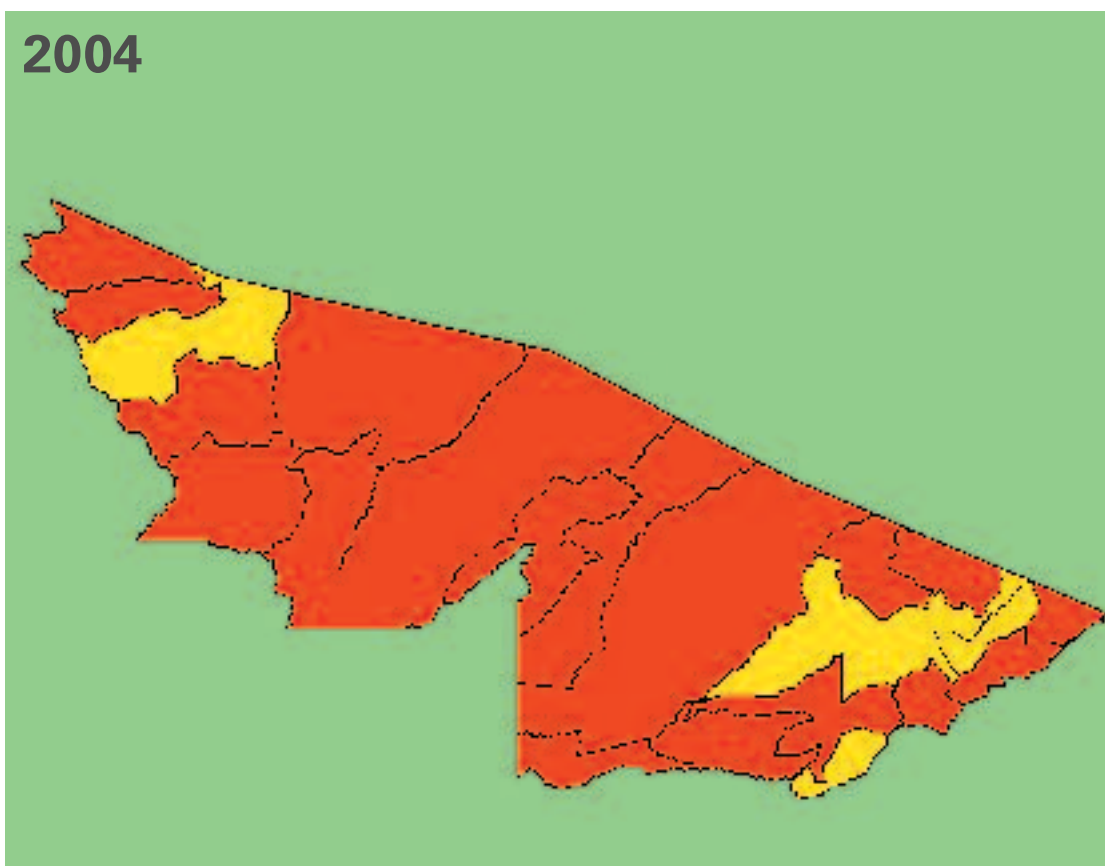
Além de apoiar o estabelecimento de prioridades em programas estaduais e/ou federais, o IDI pode ser utilizado para identificar iniciativas bem-sucedidas em municípios com índices altos. A identificação, a avaliação, a documentação e a disseminação dessas experiências são fundamentais para desenhar estratégias que possam tornar-se políticas públicas de amplo alcance.

Acre

1999



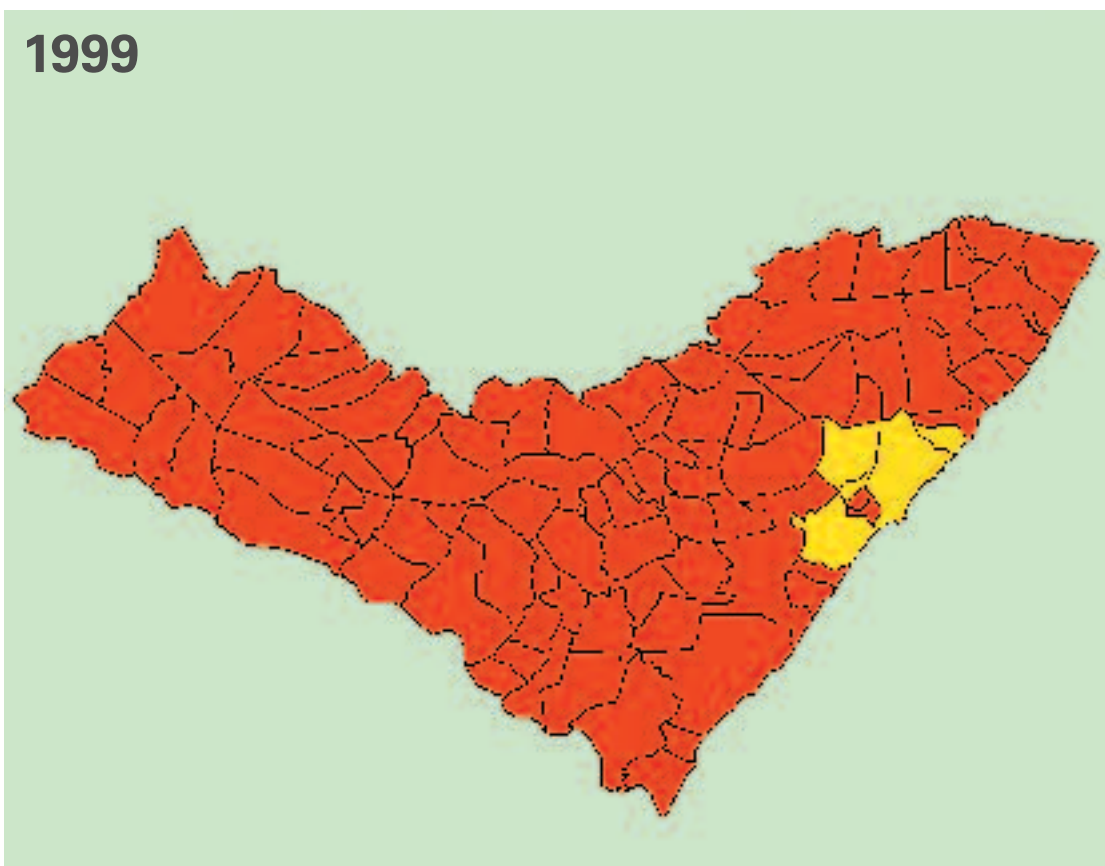
2004



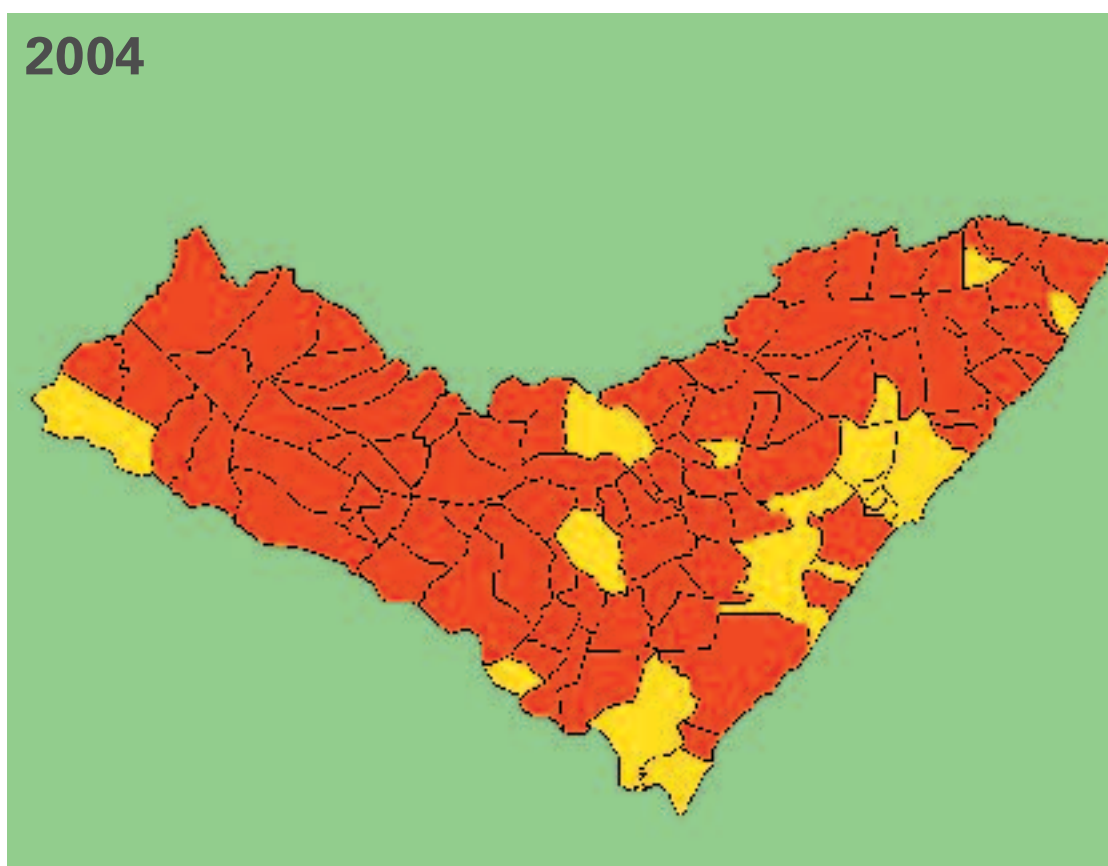
- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

Alagoas

1999



2004



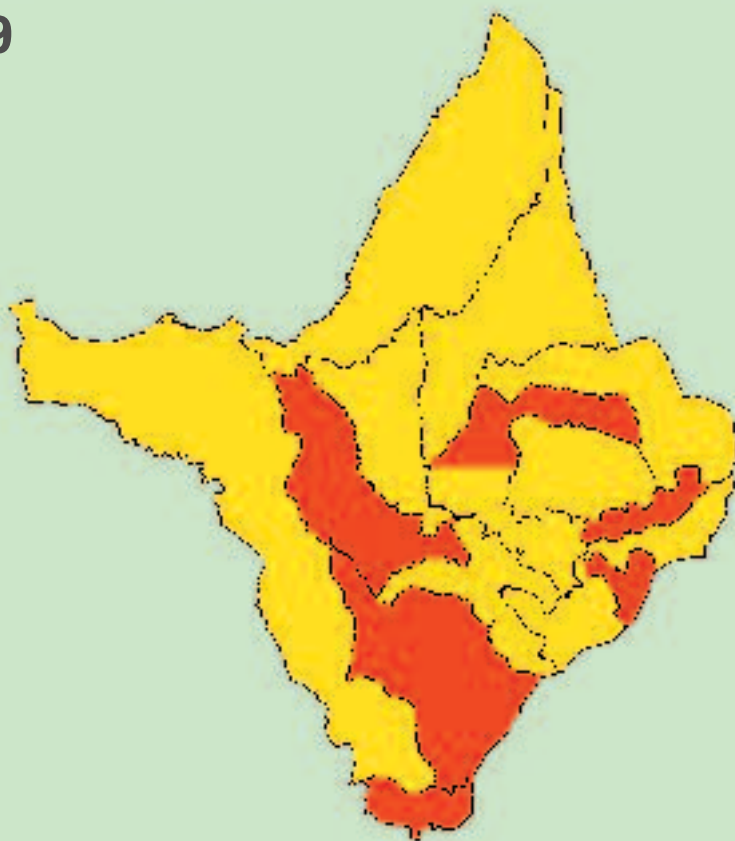
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

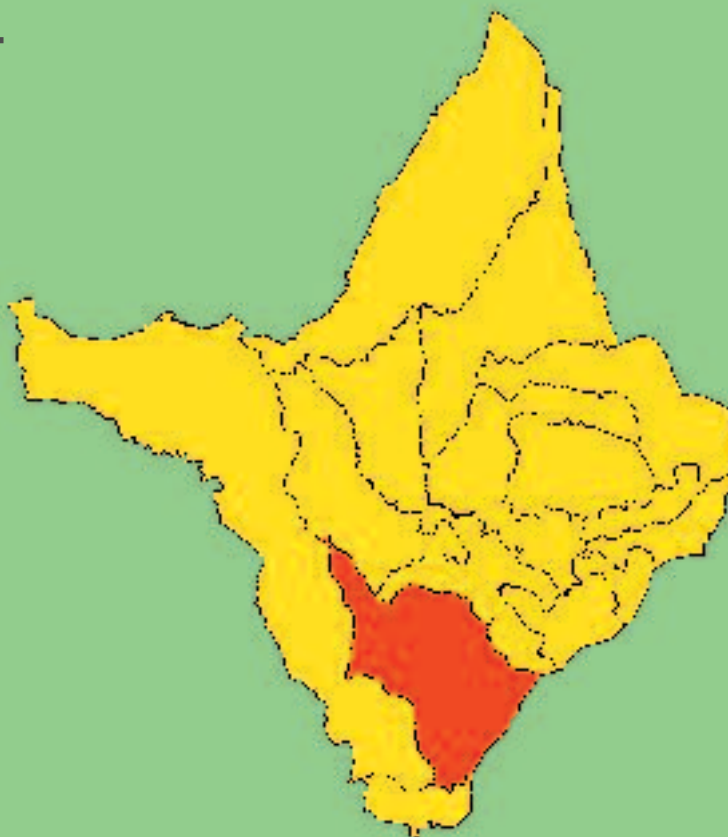
■ Acima de 0,80

Amapá

1999



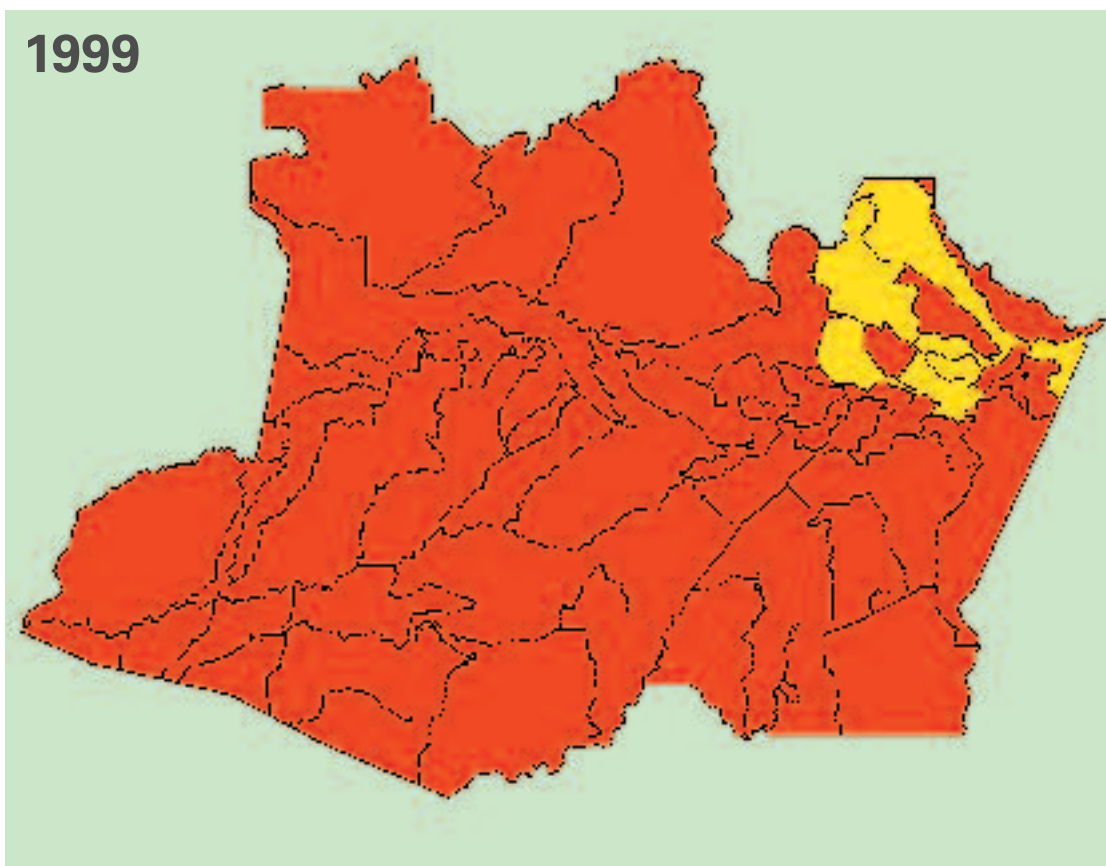
2004



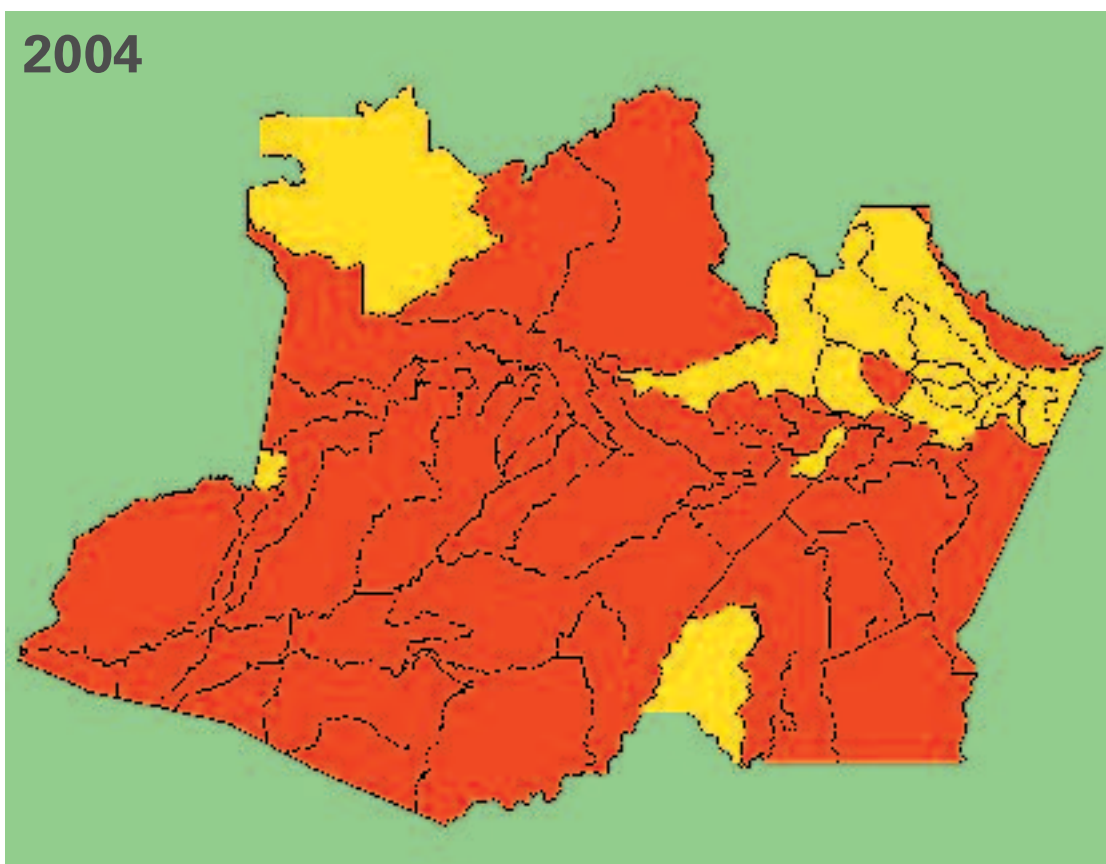
- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

Amazonas

1999



2004



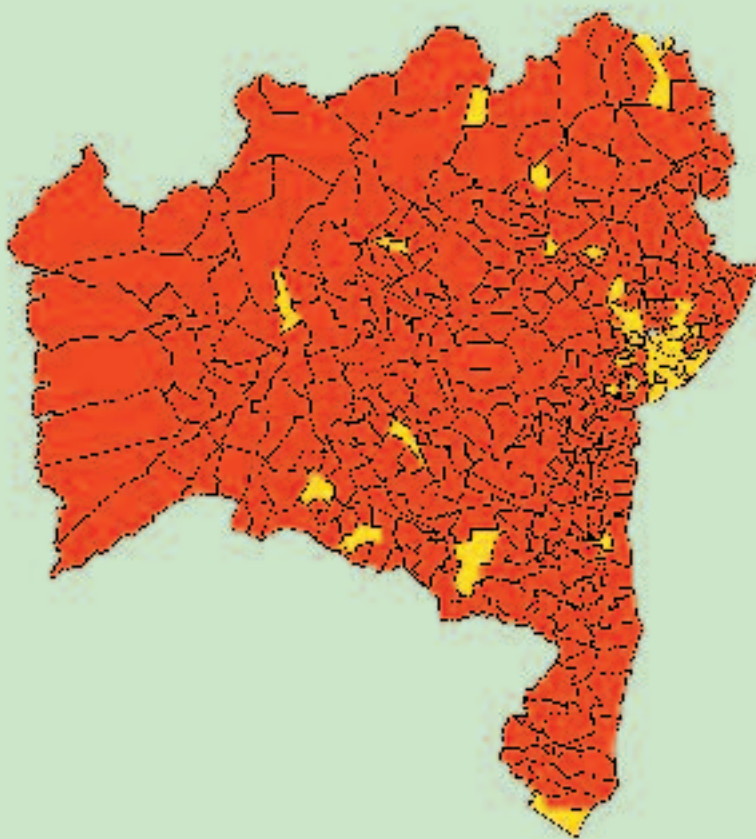
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

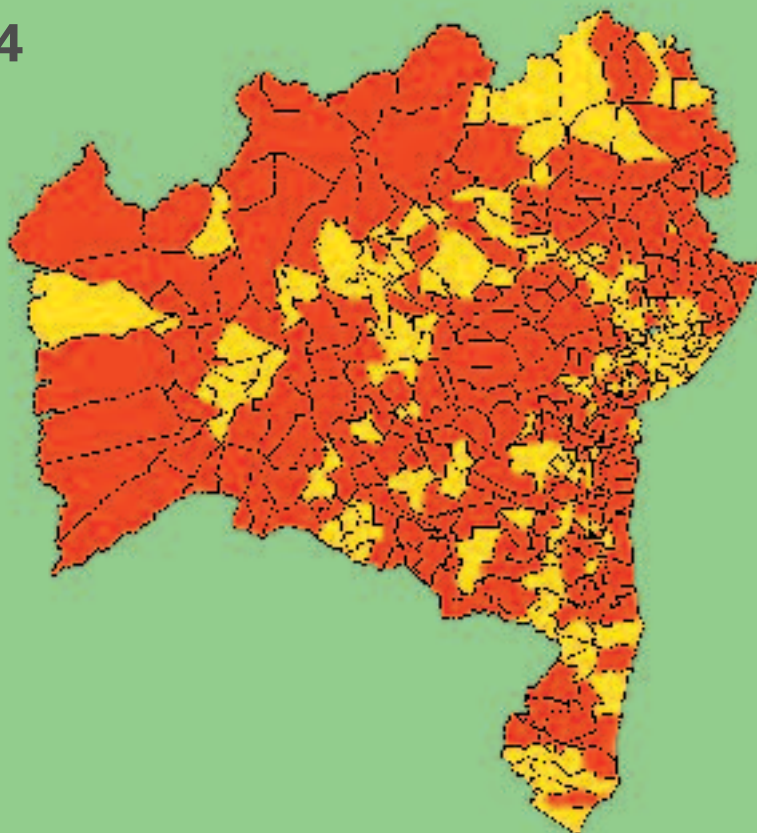
■ Acima de 0,80

Bahia

1999



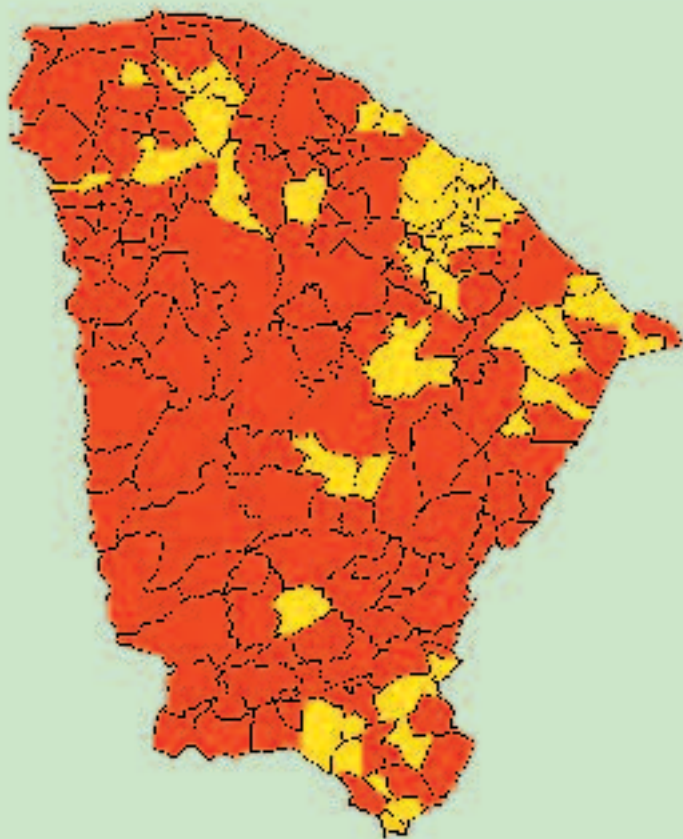
2004



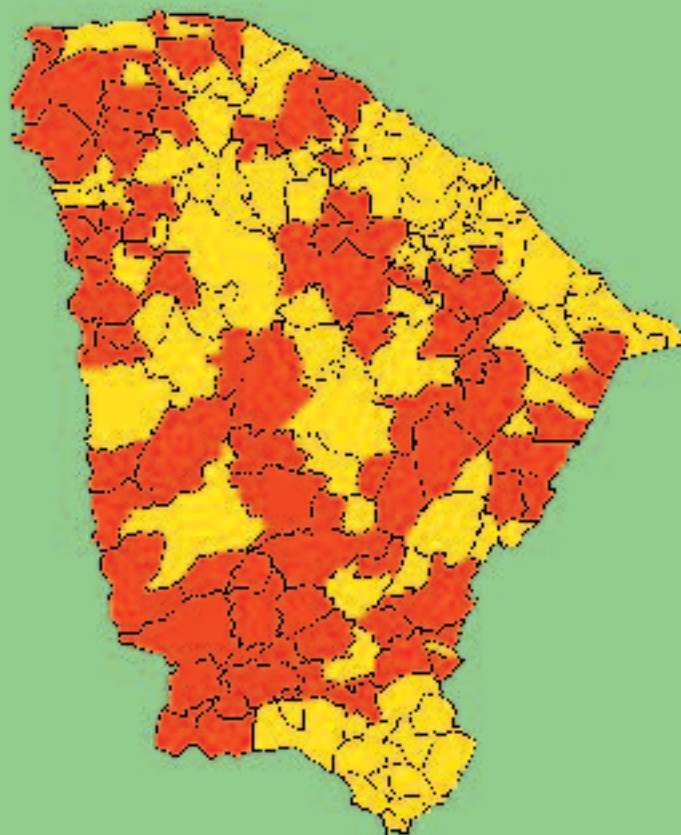
- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

Ceará

1999



2004



■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

■ Acima de 0,80

Distrito Federal

1999



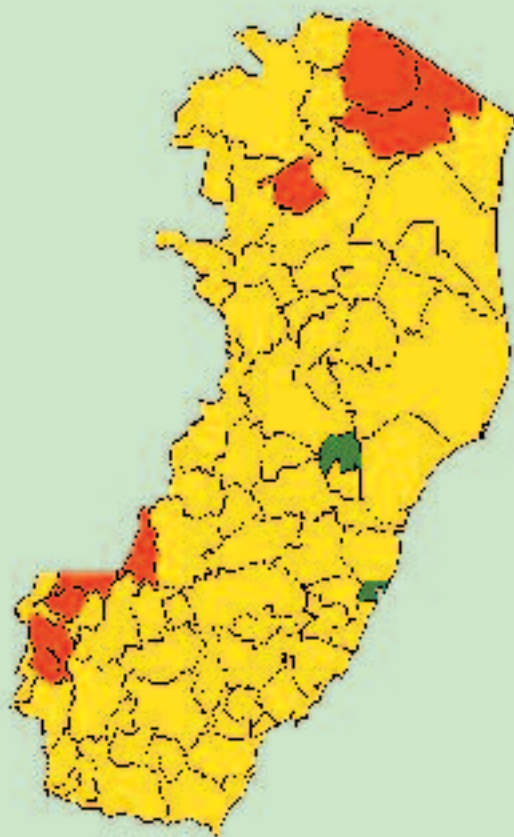
2004



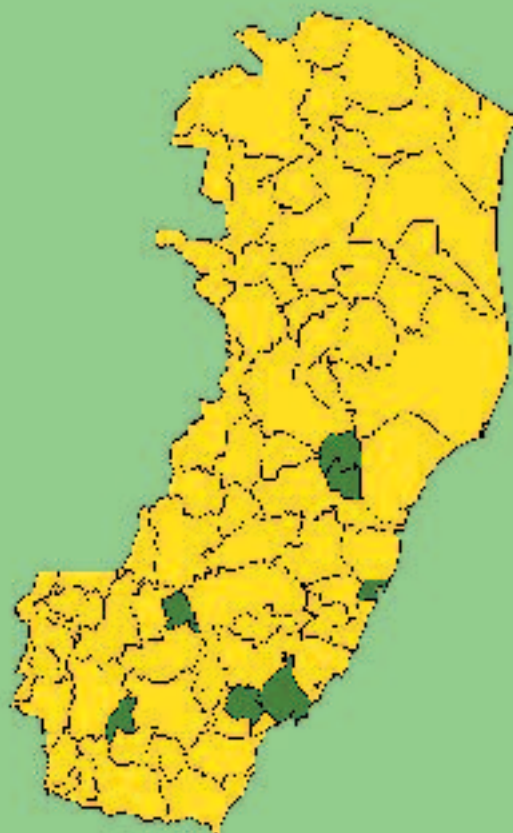
- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

Espírito Santo

1999



2004



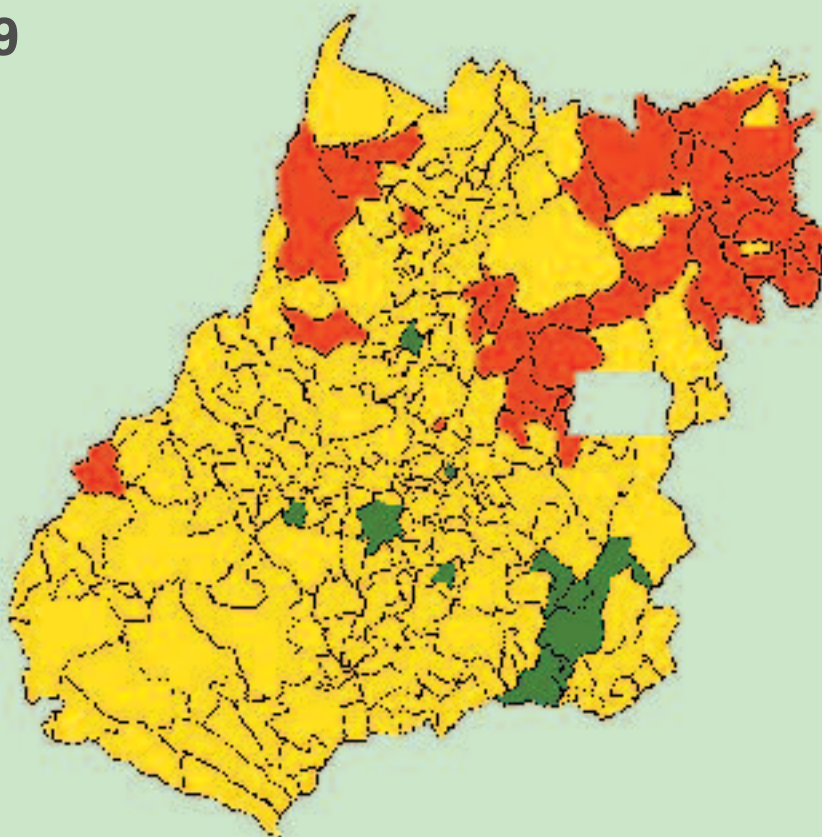
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

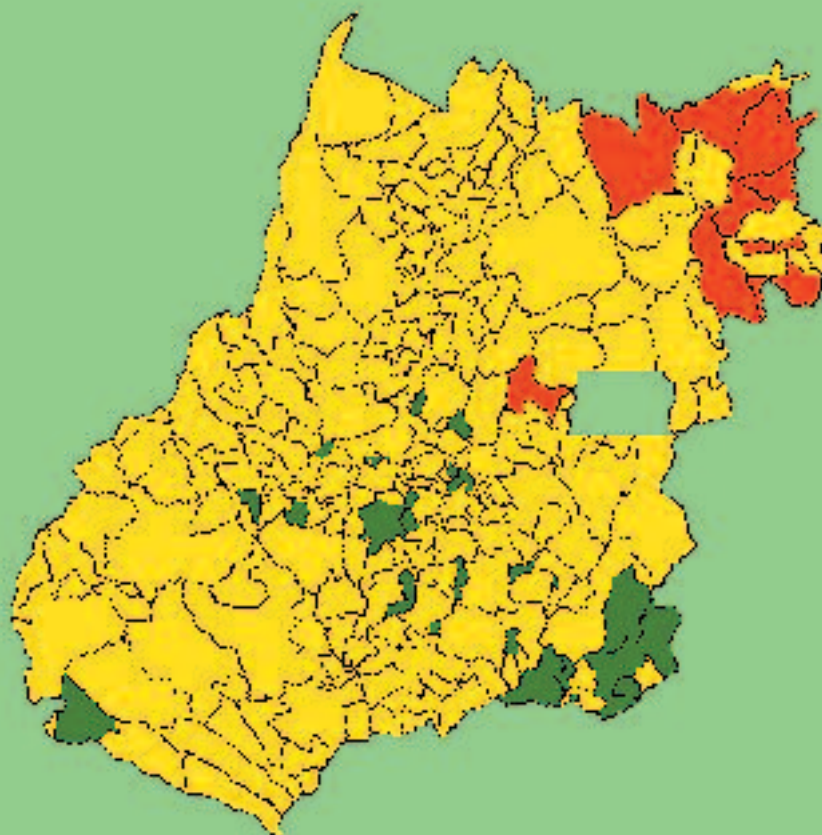
■ Acima de 0,80

Goiás

1999



2004



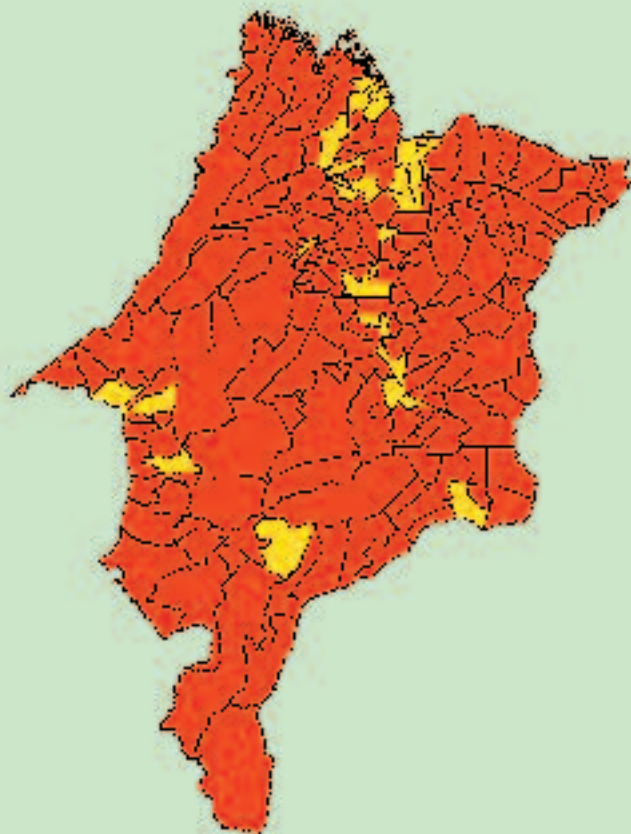
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

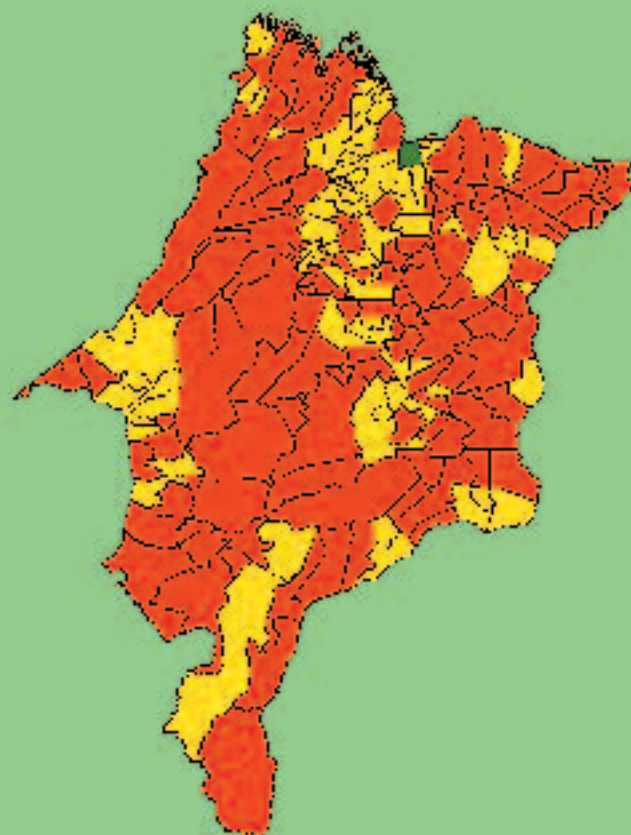
■ Acima de 0,80

Maranhão

1999



2004



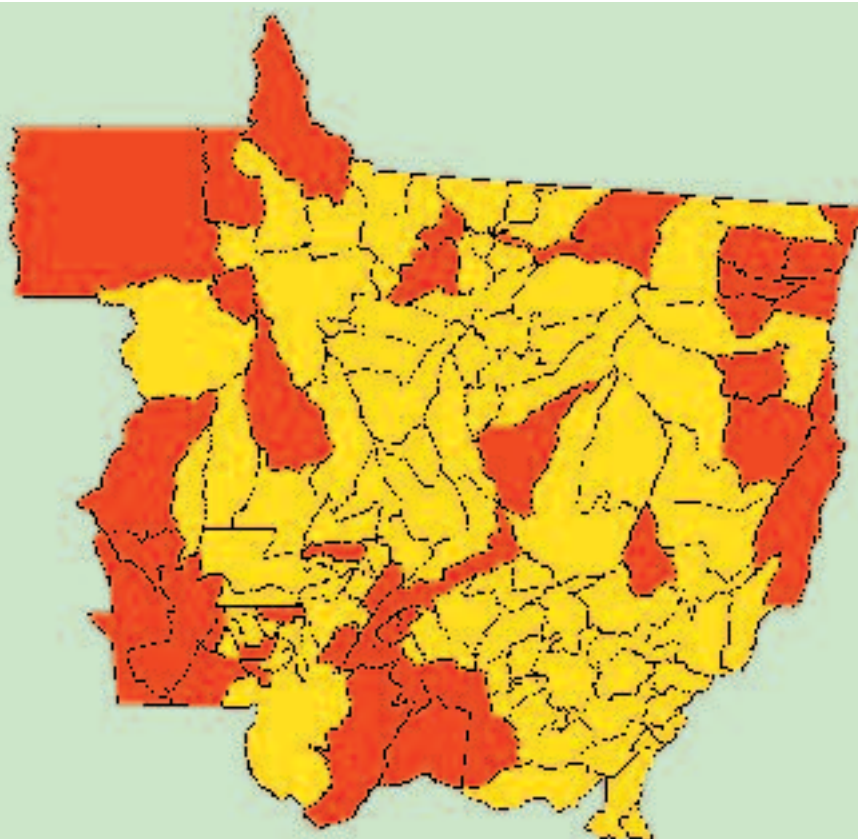
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

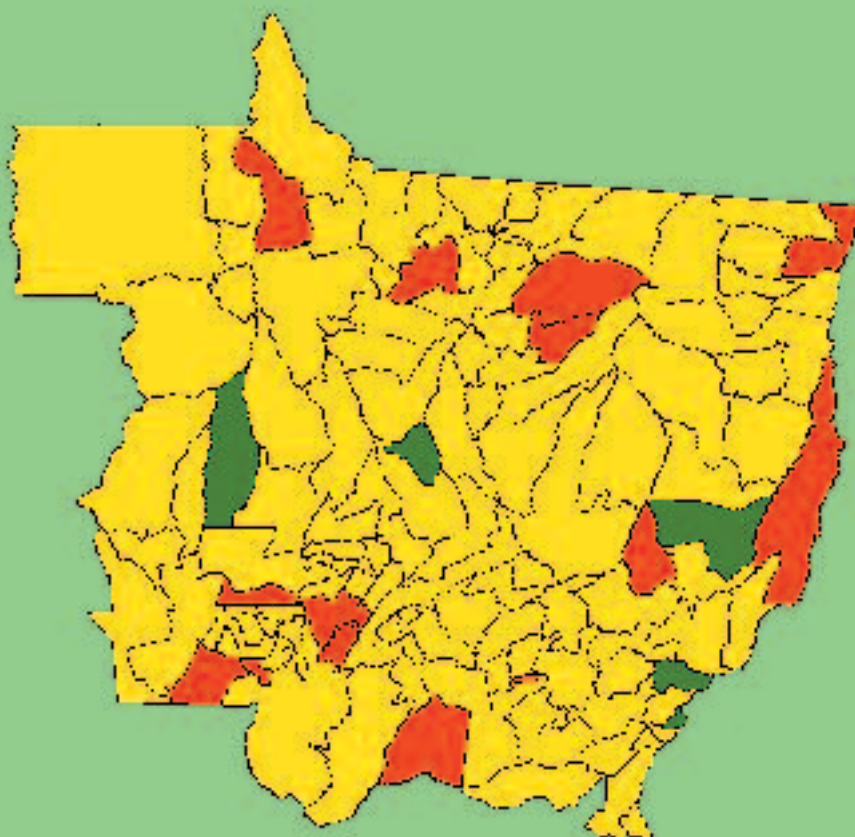
■ Acima de 0,80

Mato Grosso

1999



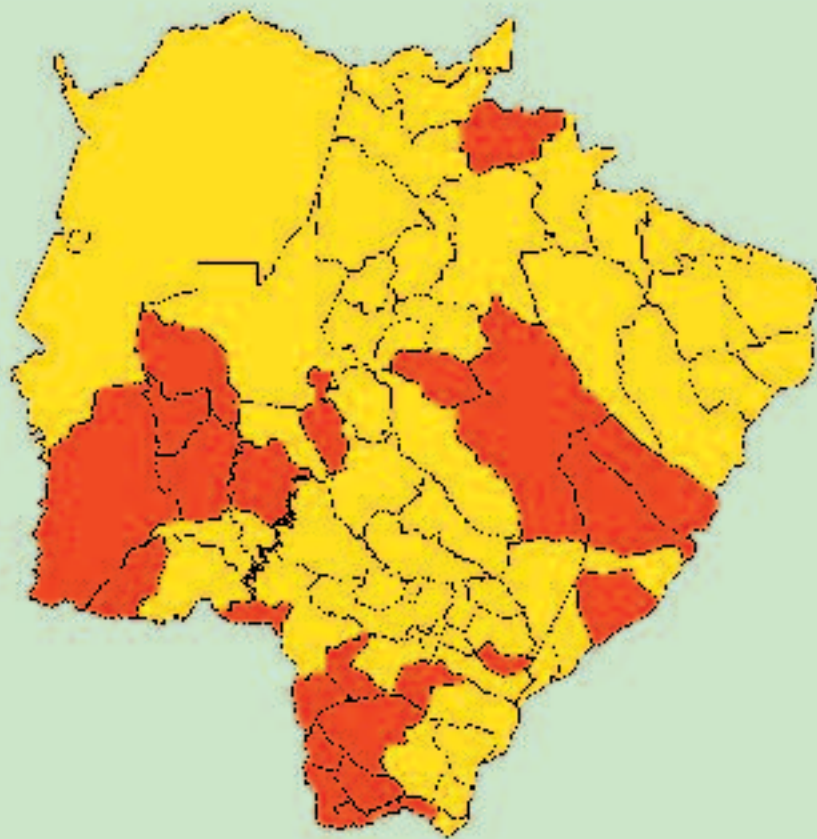
2004



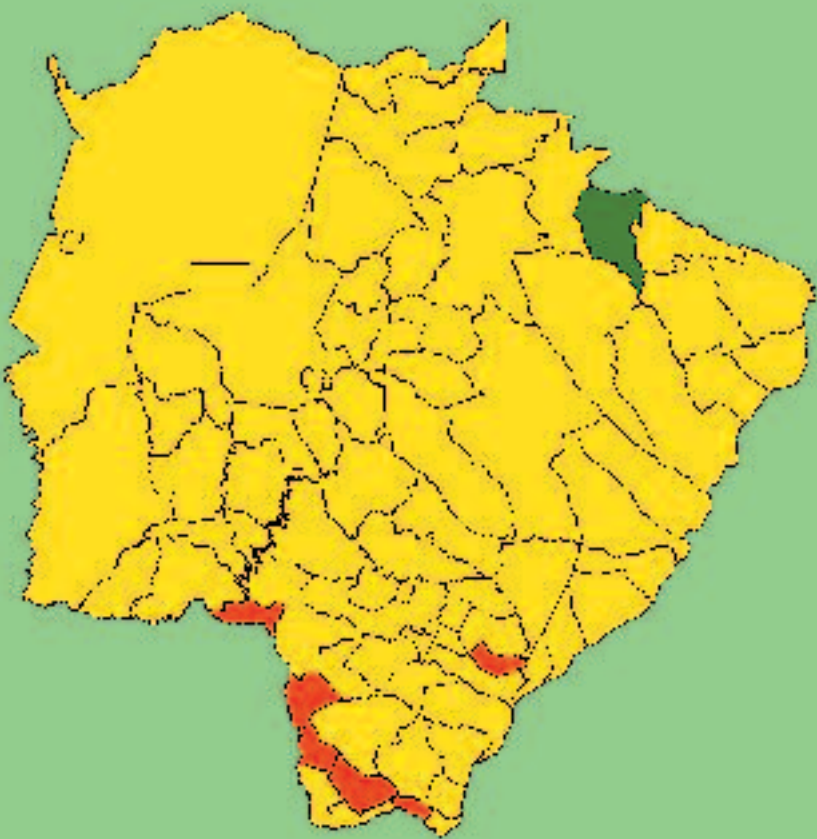
- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

Mato Grosso do Sul

1999



2004



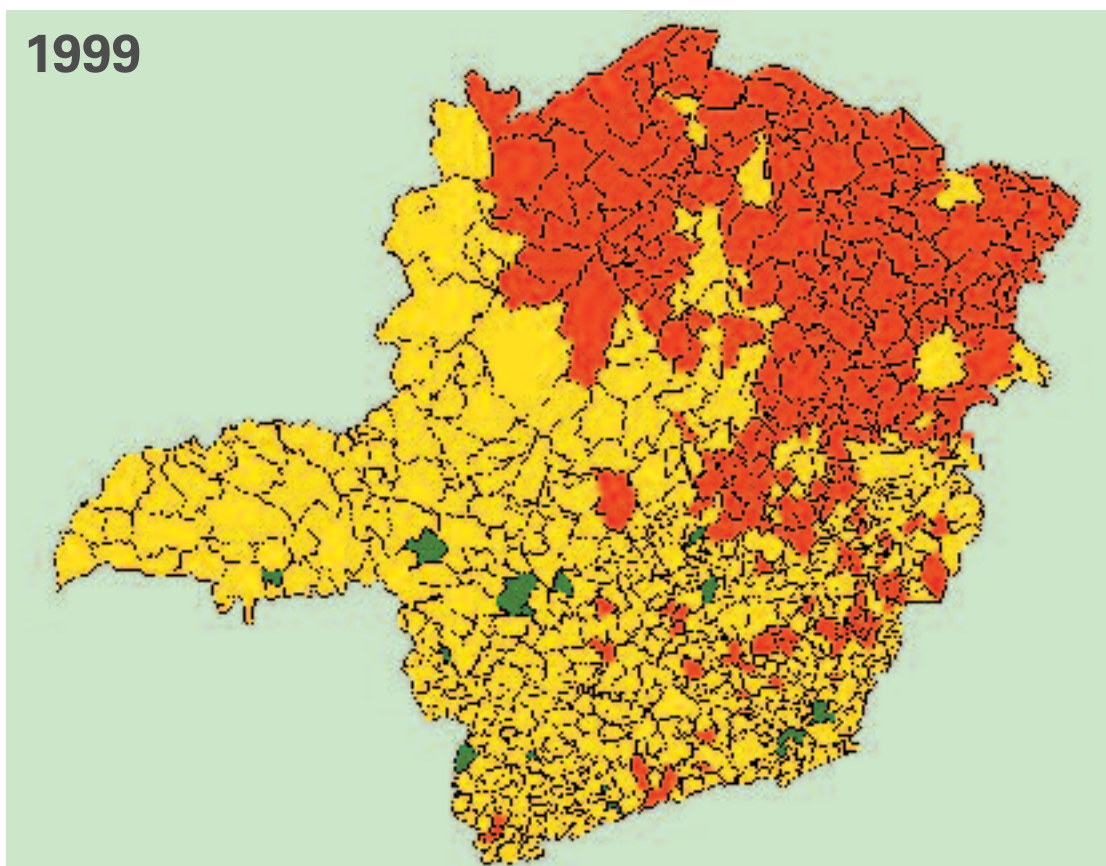
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

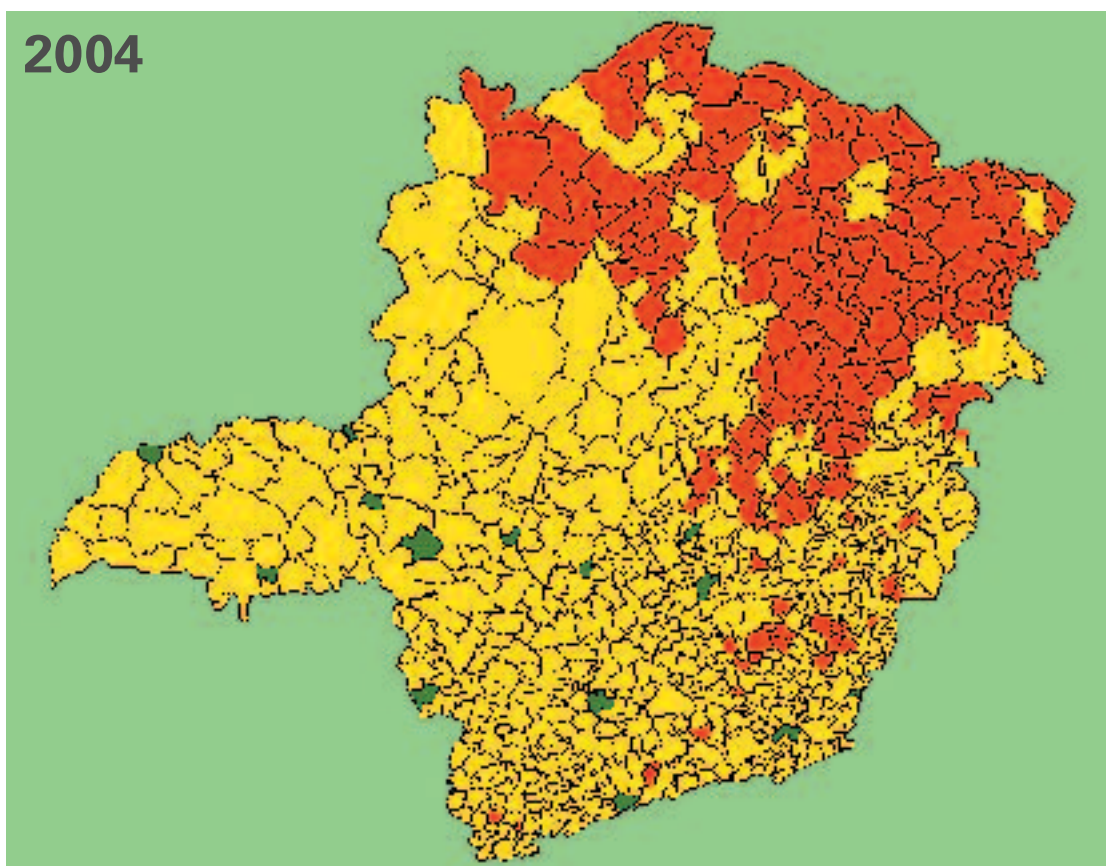
■ Acima de 0,80

Minas Gerais

1999



2004



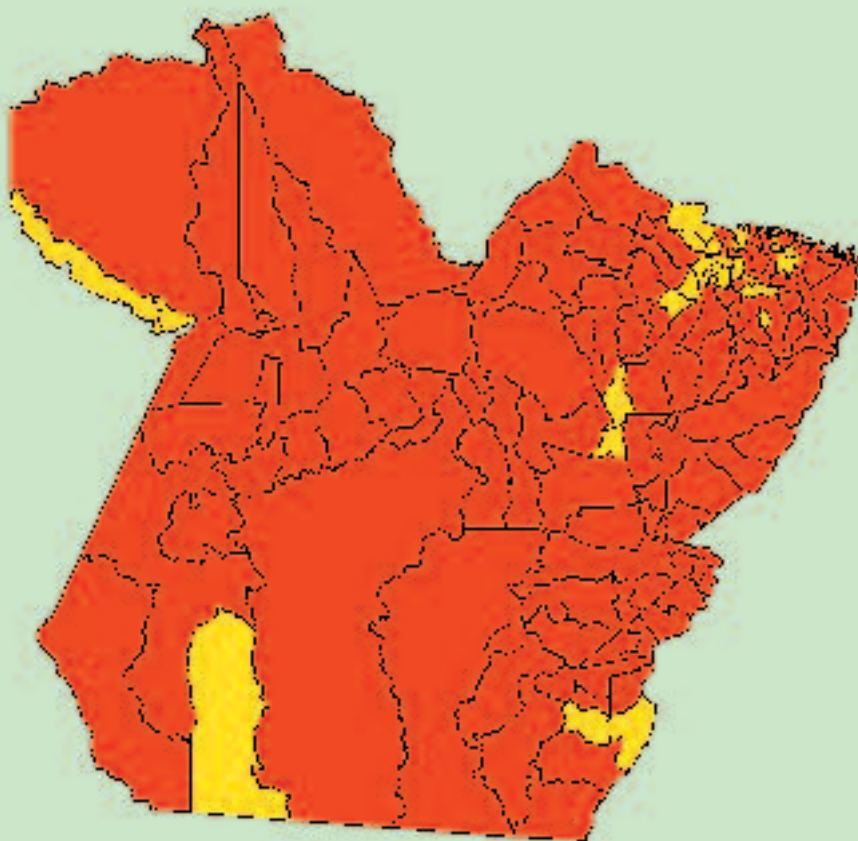
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

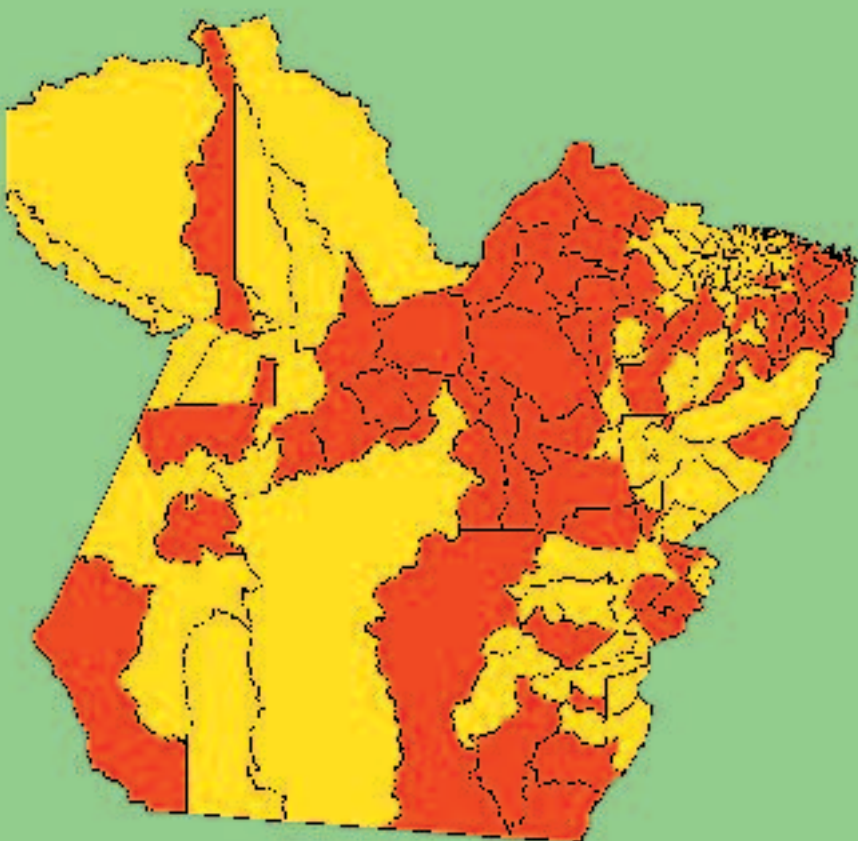
■ Acima de 0,80

Pará

1999



2004



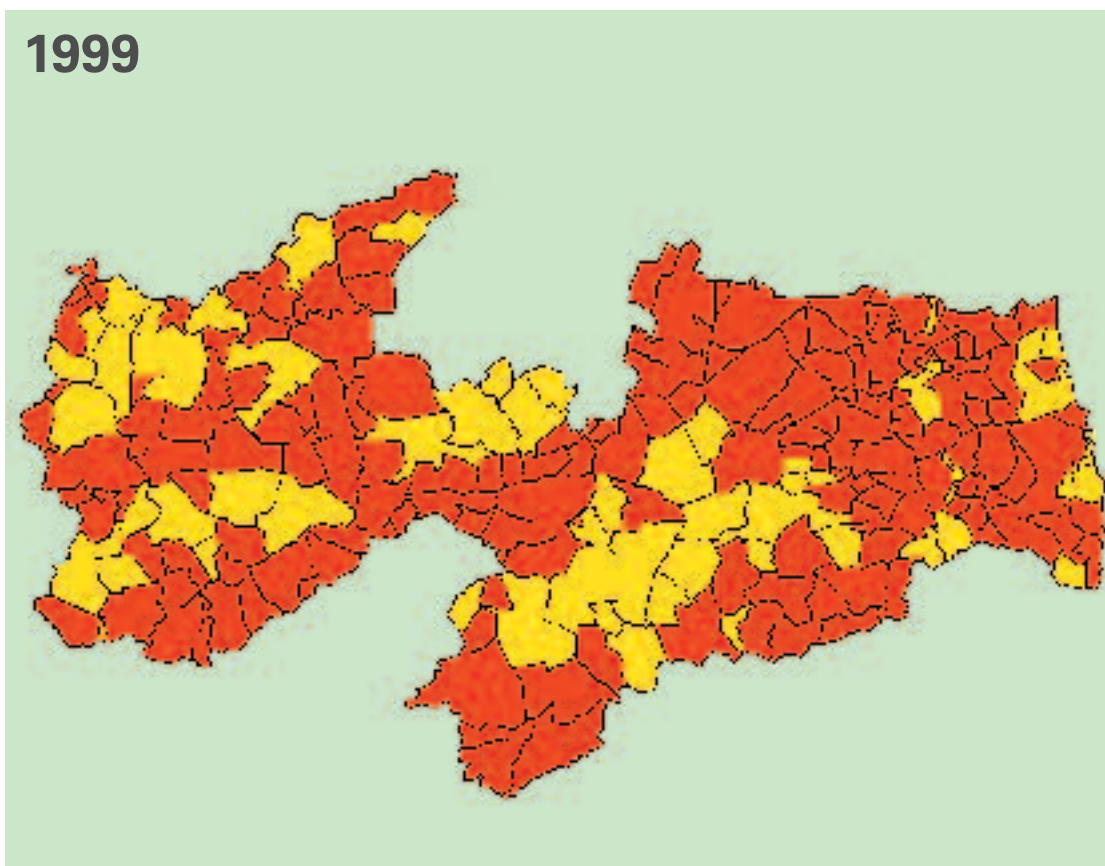
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

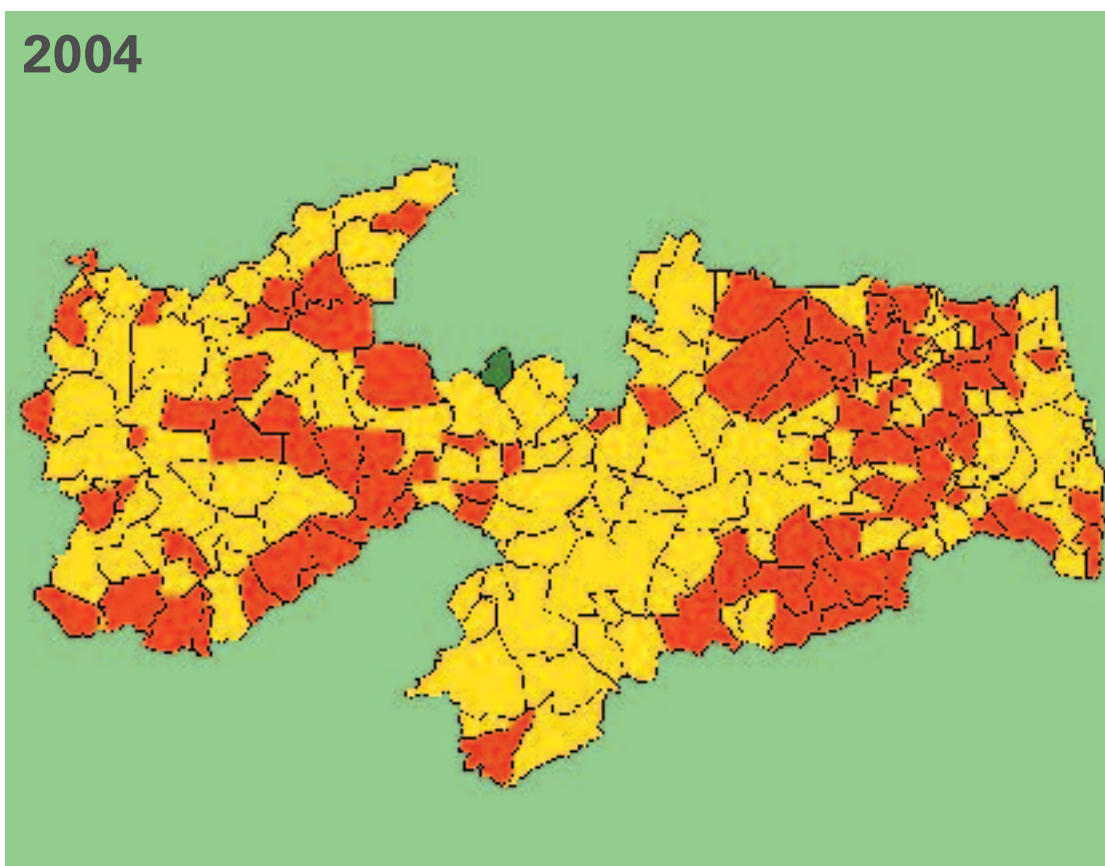
■ Acima de 0,80

Paraíba

1999



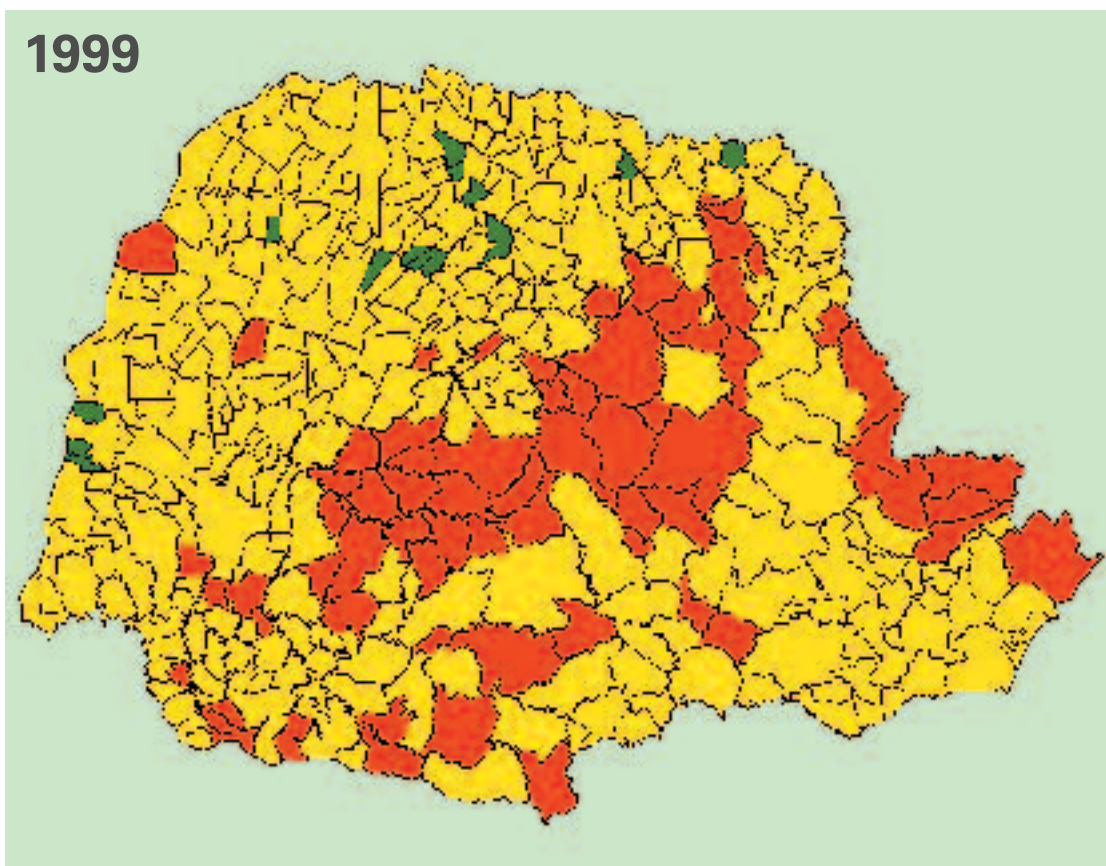
2004



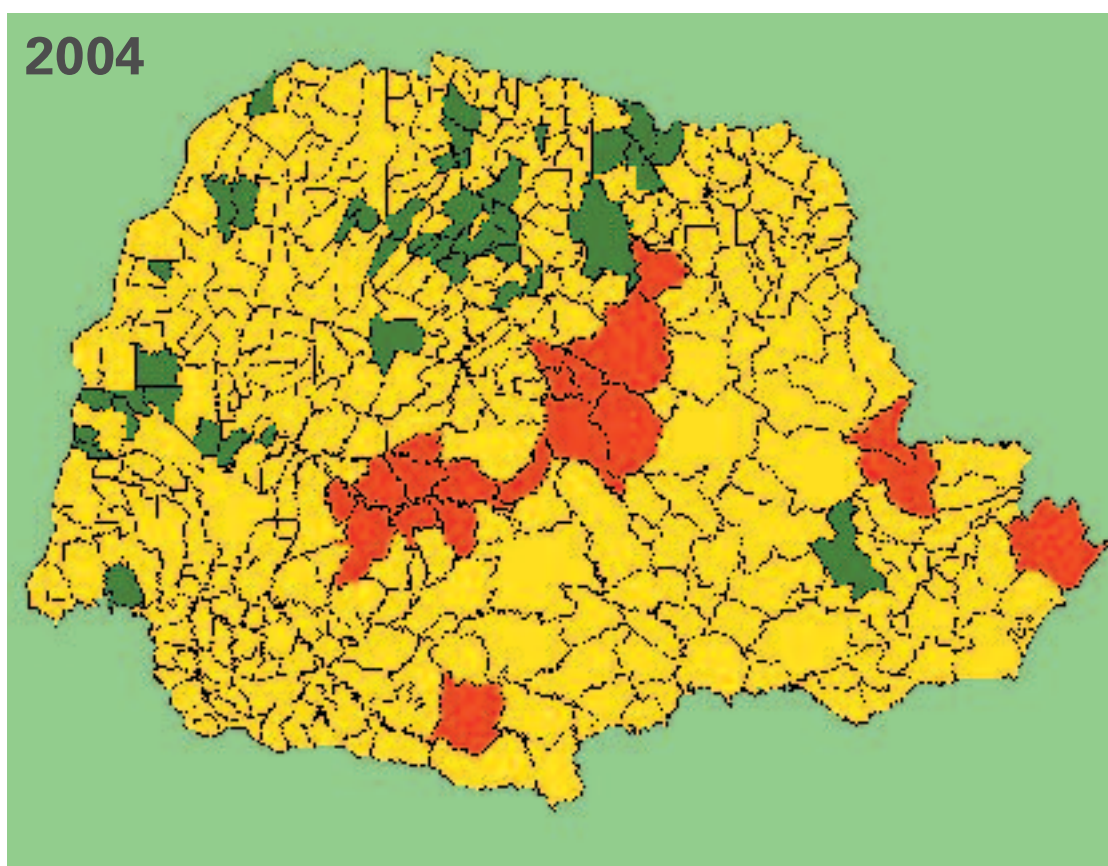
- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

Paraná

1999



2004



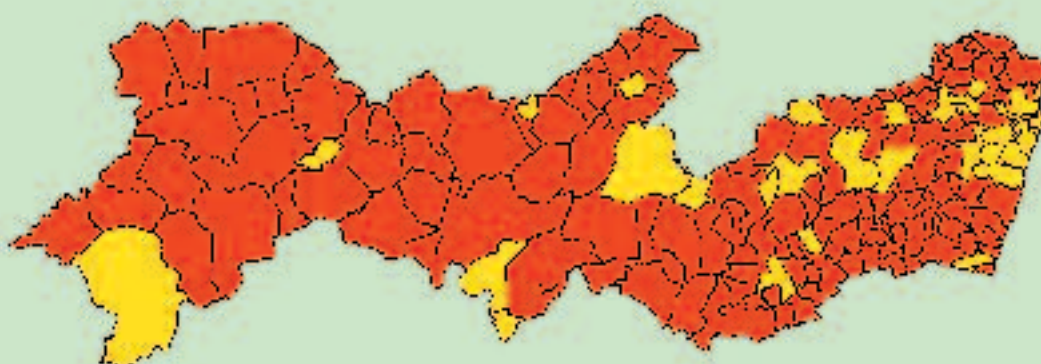
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

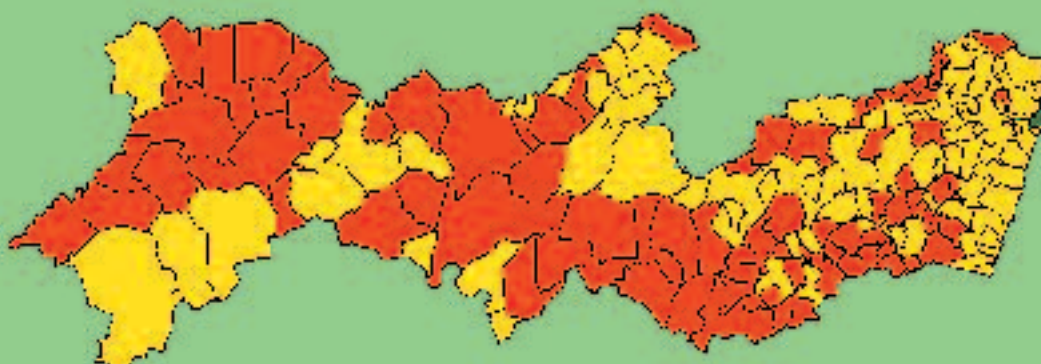
■ Acima de 0,80

Pernambuco

1999



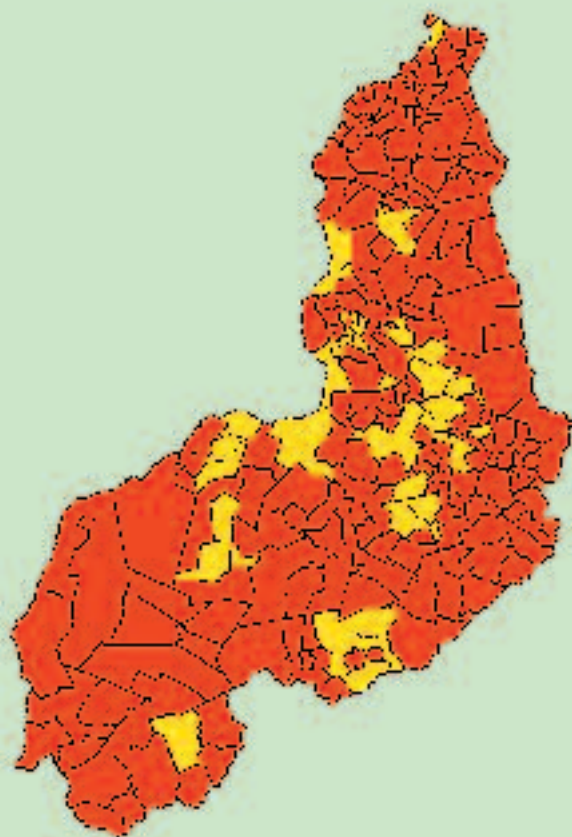
2004



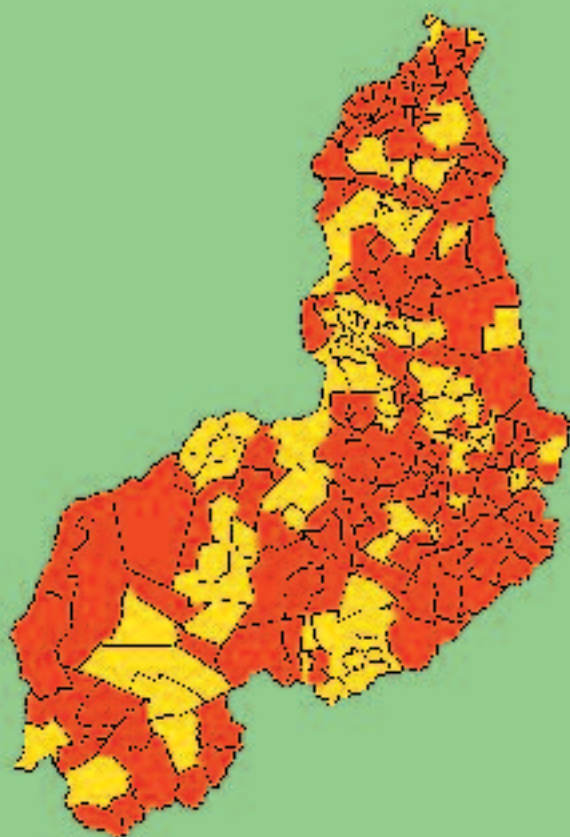
- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

Piauí

1999



2004



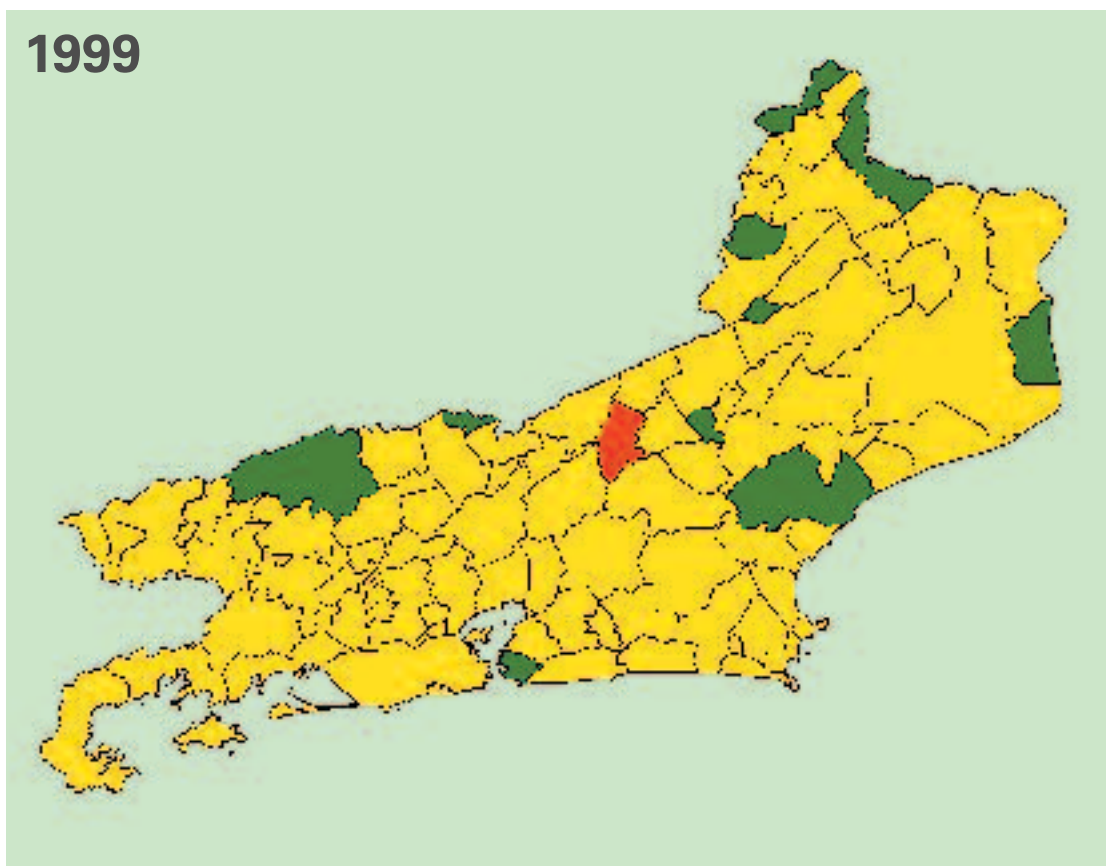
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

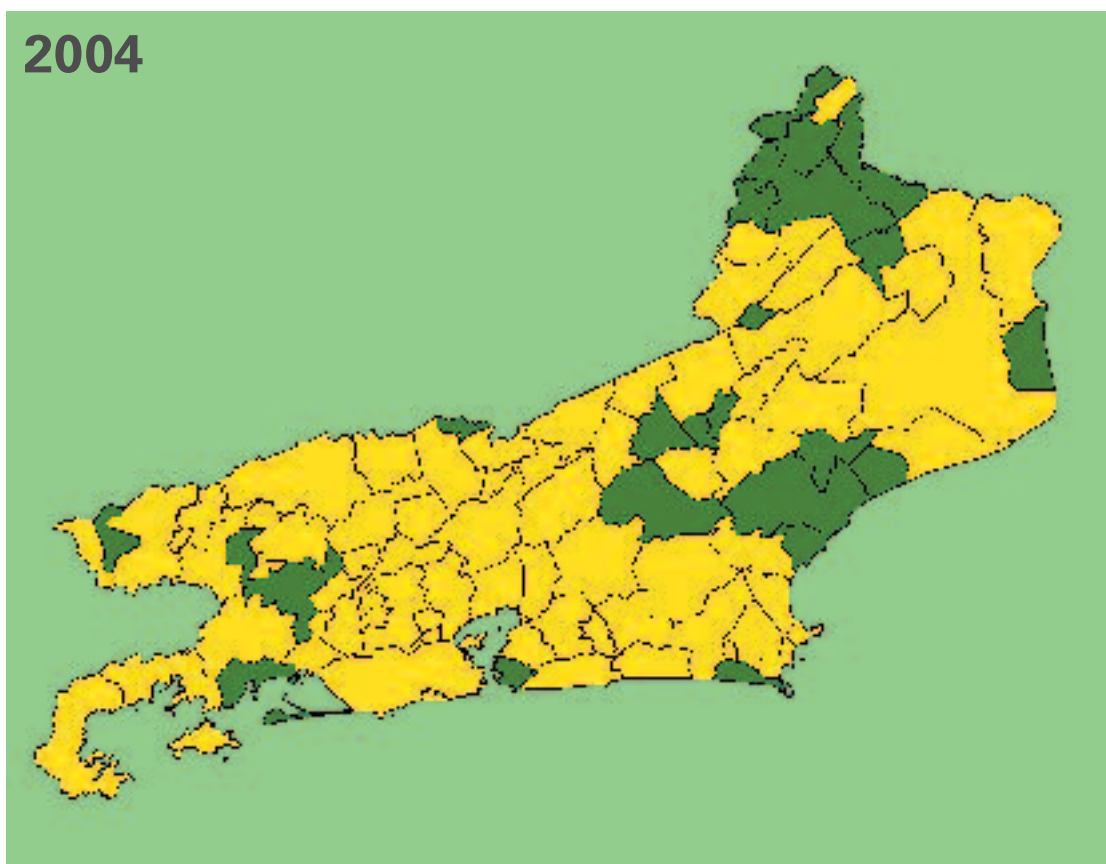
■ Acima de 0,80

Rio de Janeiro

1999



2004



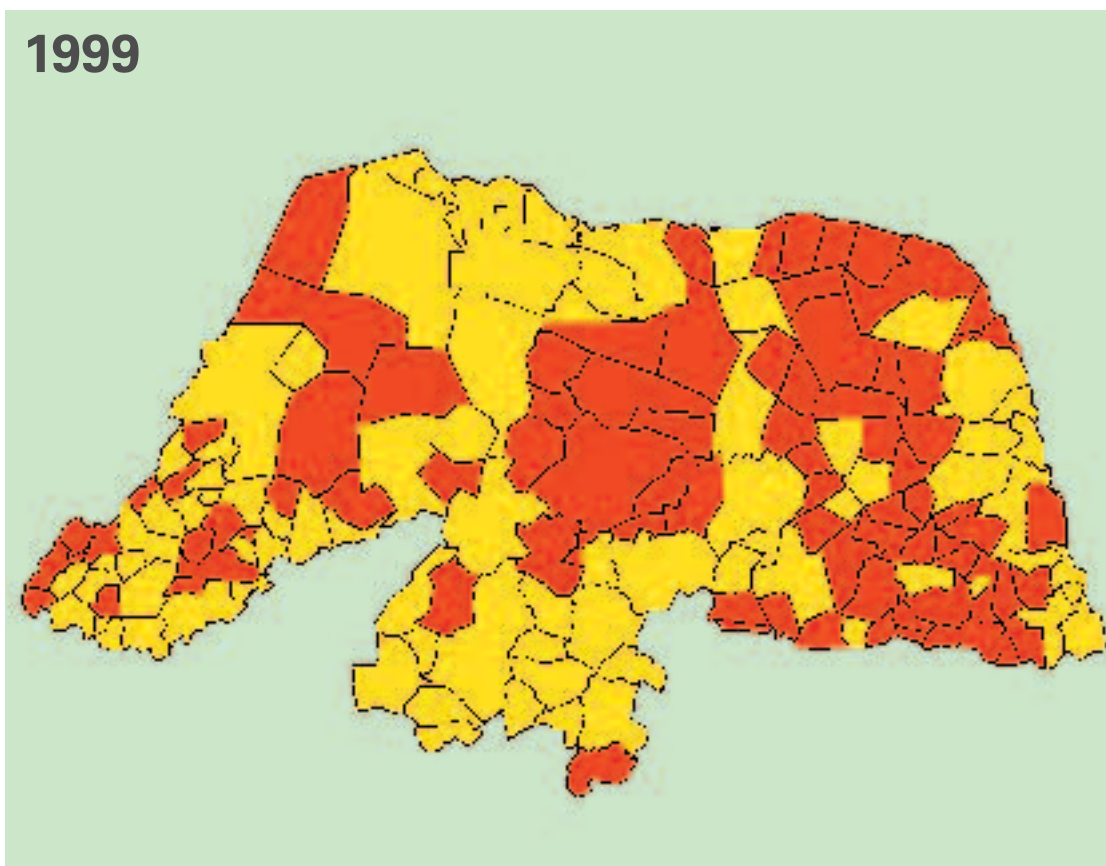
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

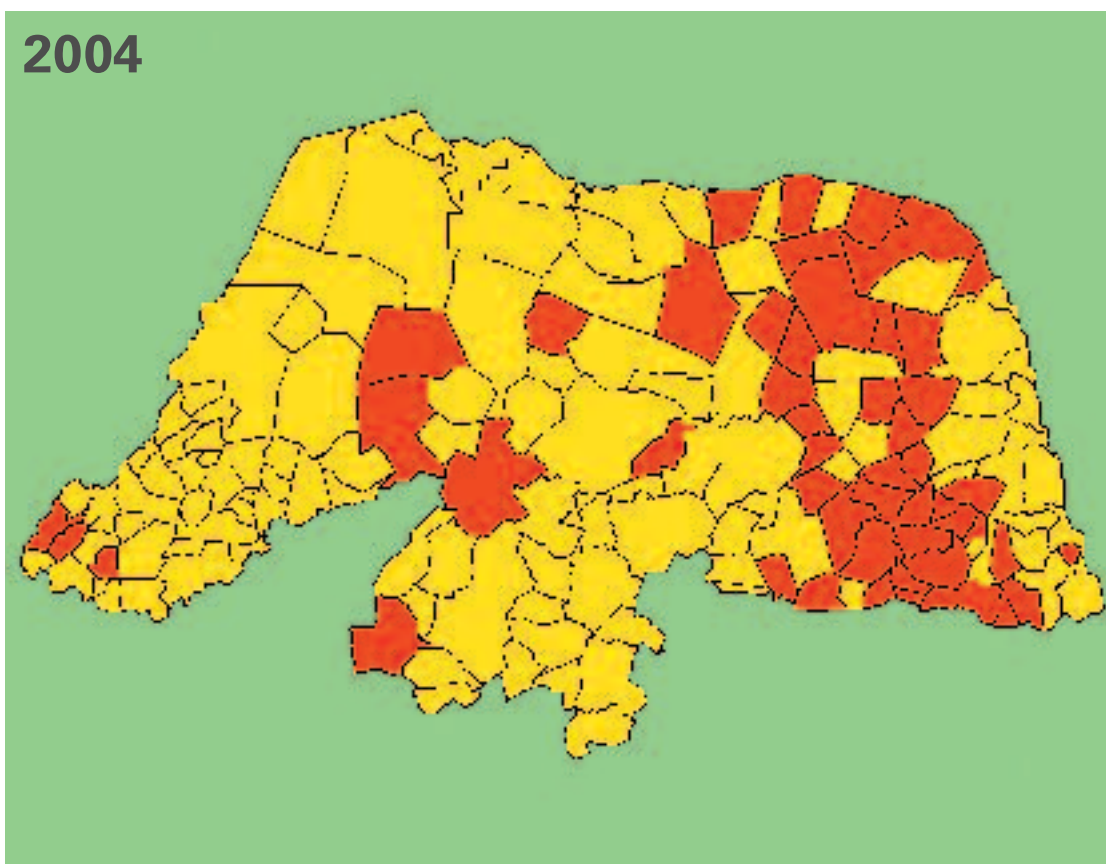
■ Acima de 0,80

Rio Grande do Norte

1999



2004



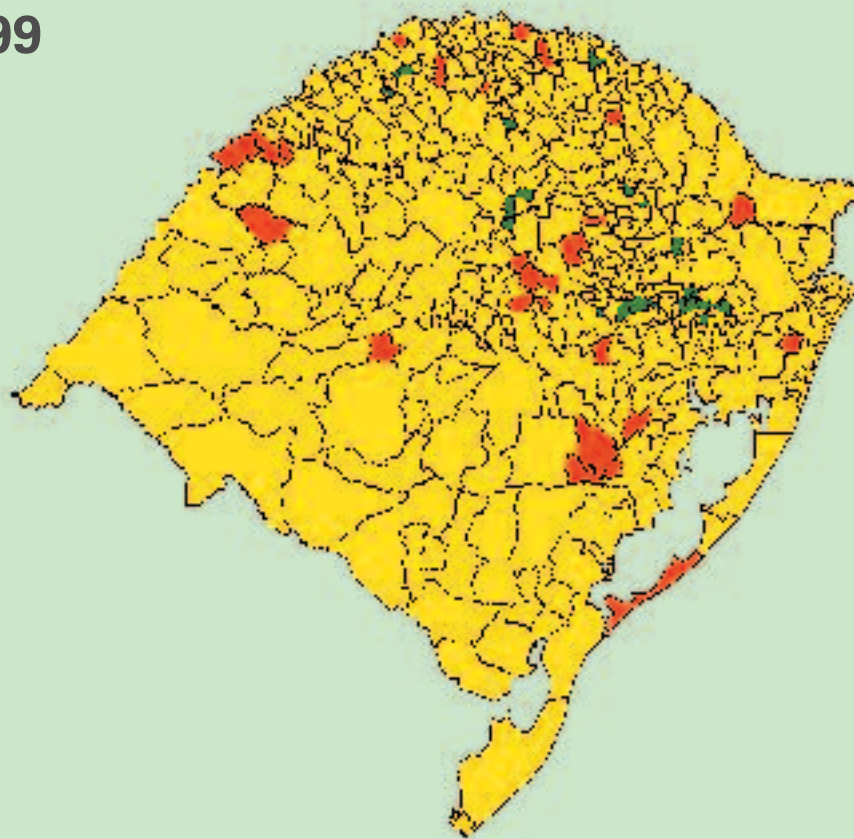
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

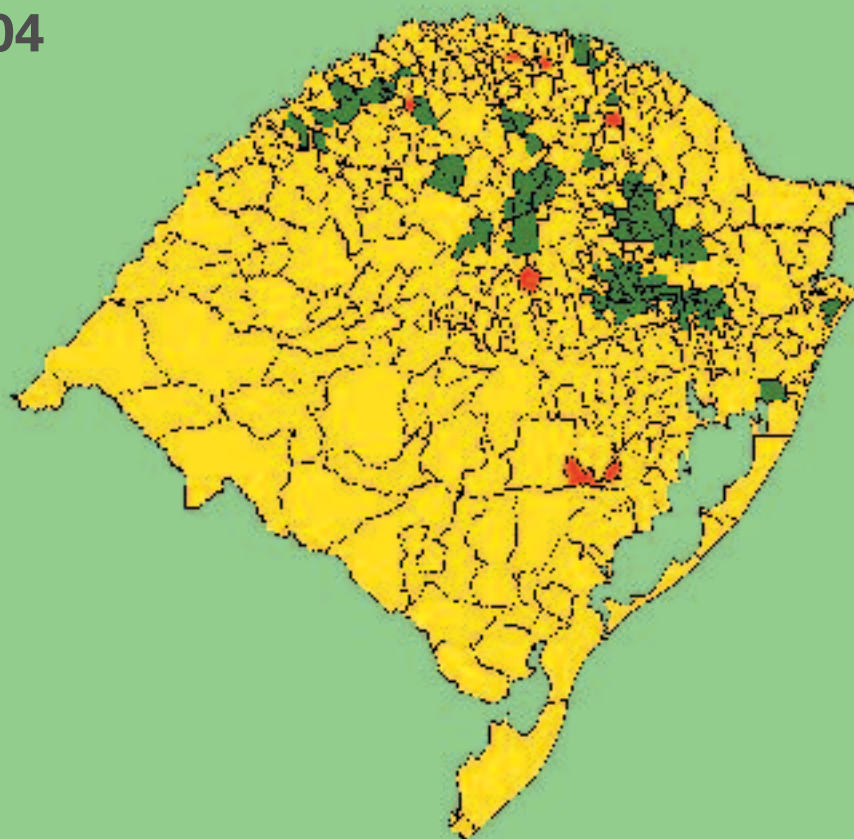
■ Acima de 0,80

Rio Grande do Sul

1999



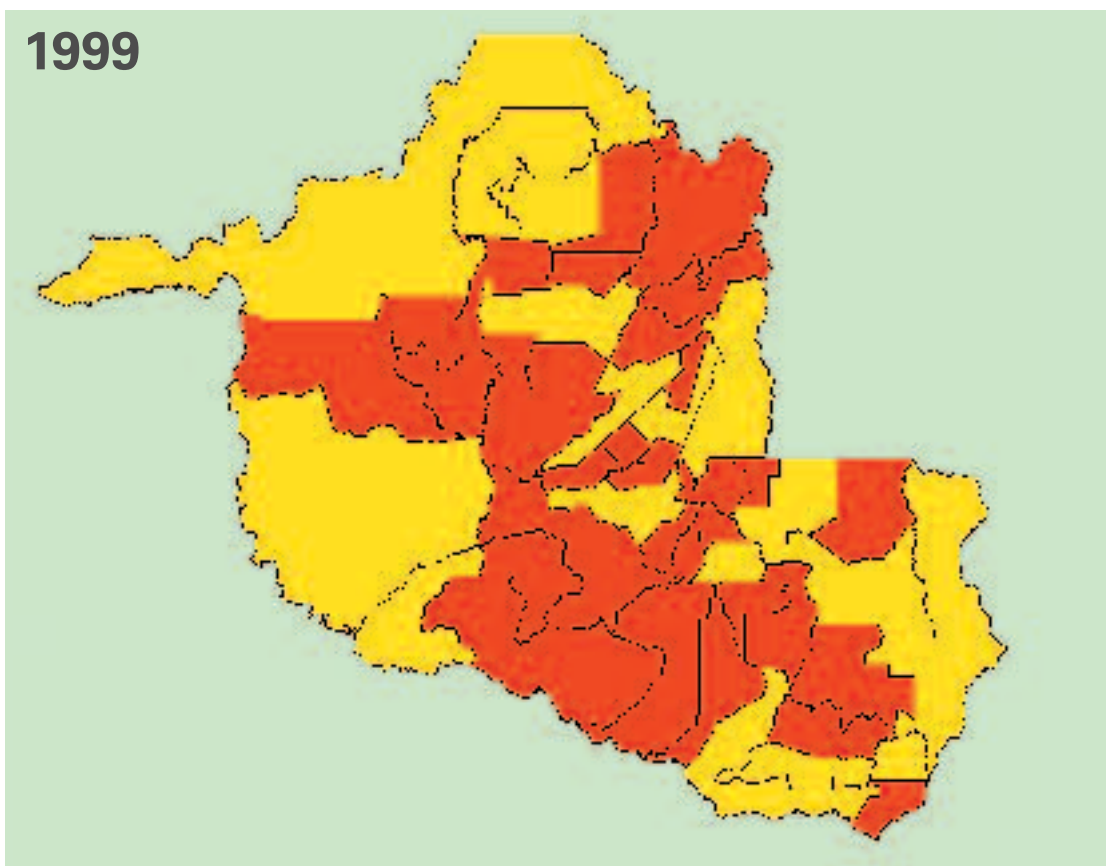
2004



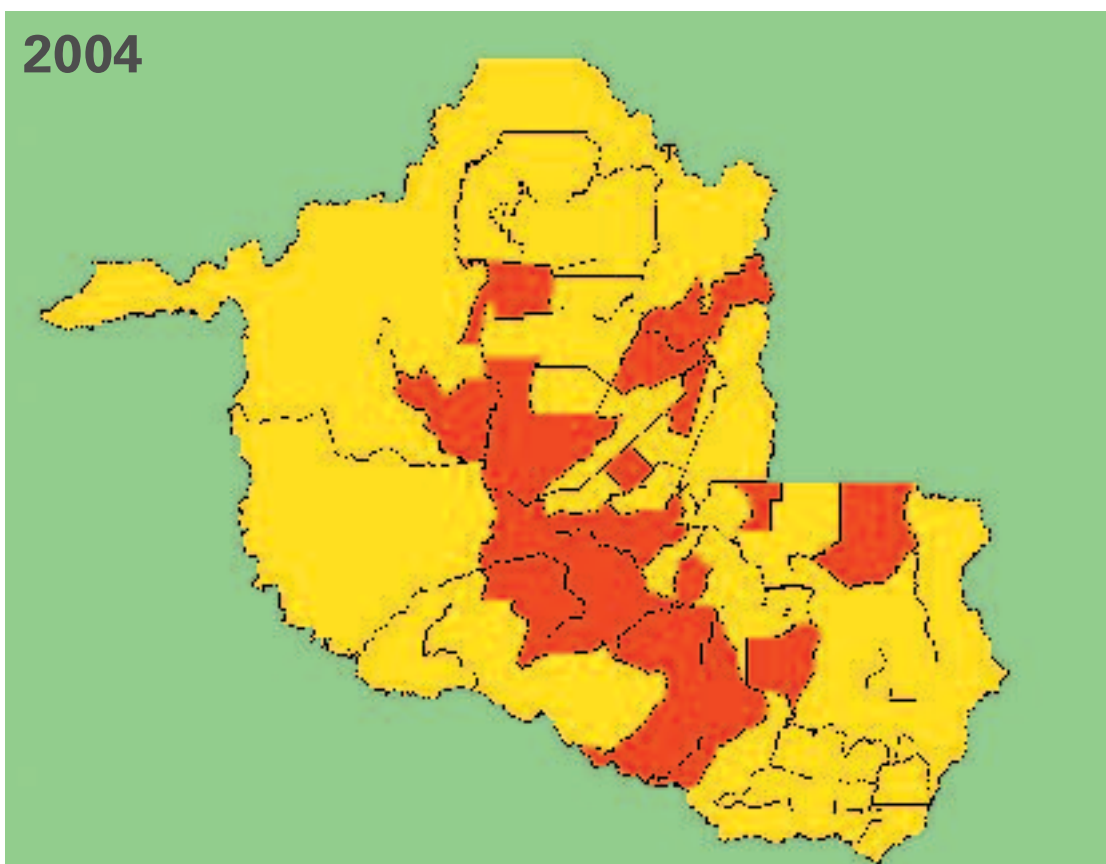
- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

Rondônia

1999



2004



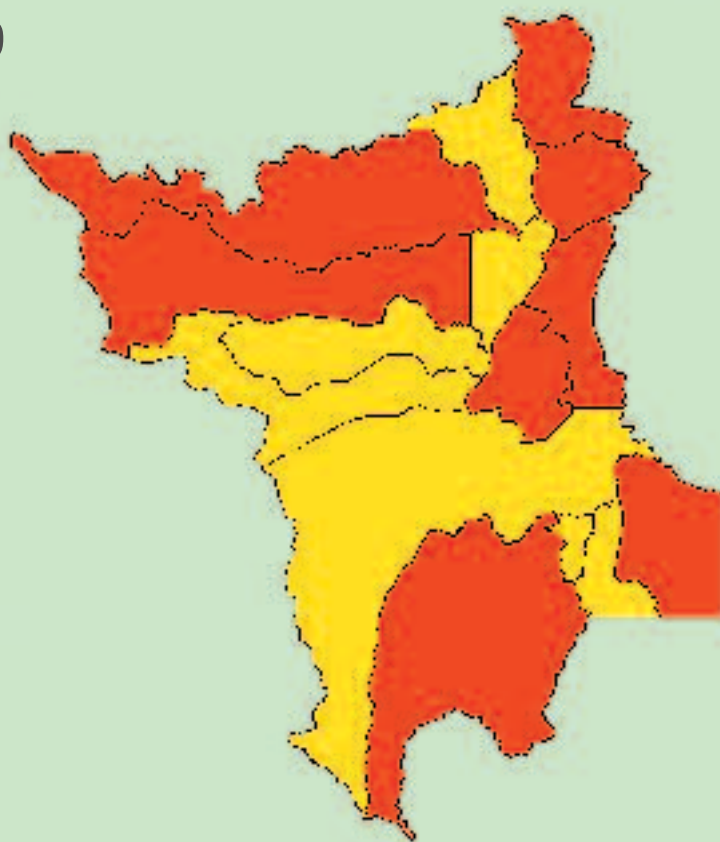
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

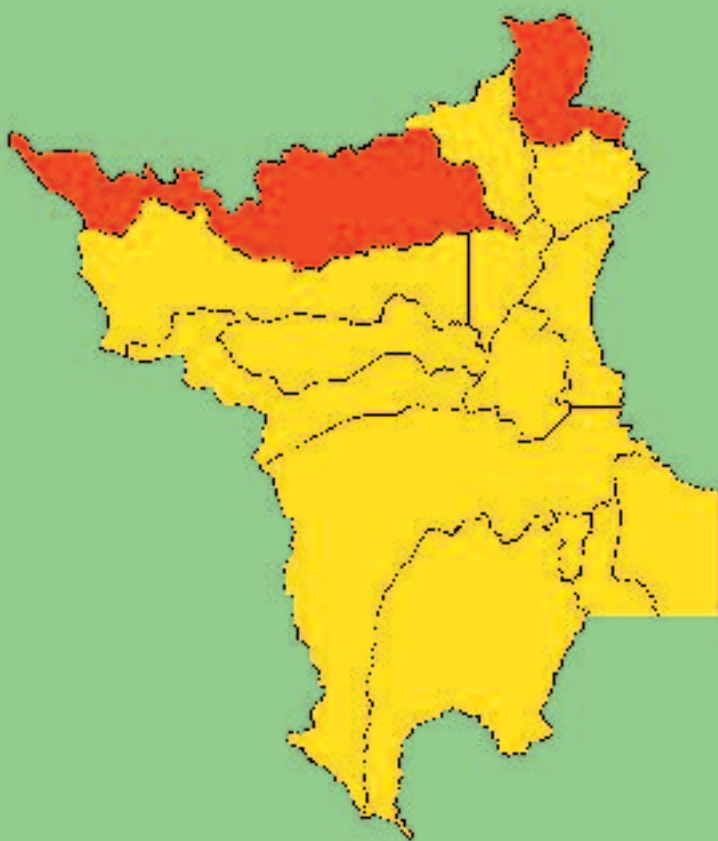
■ Acima de 0,80

Roraima

1999



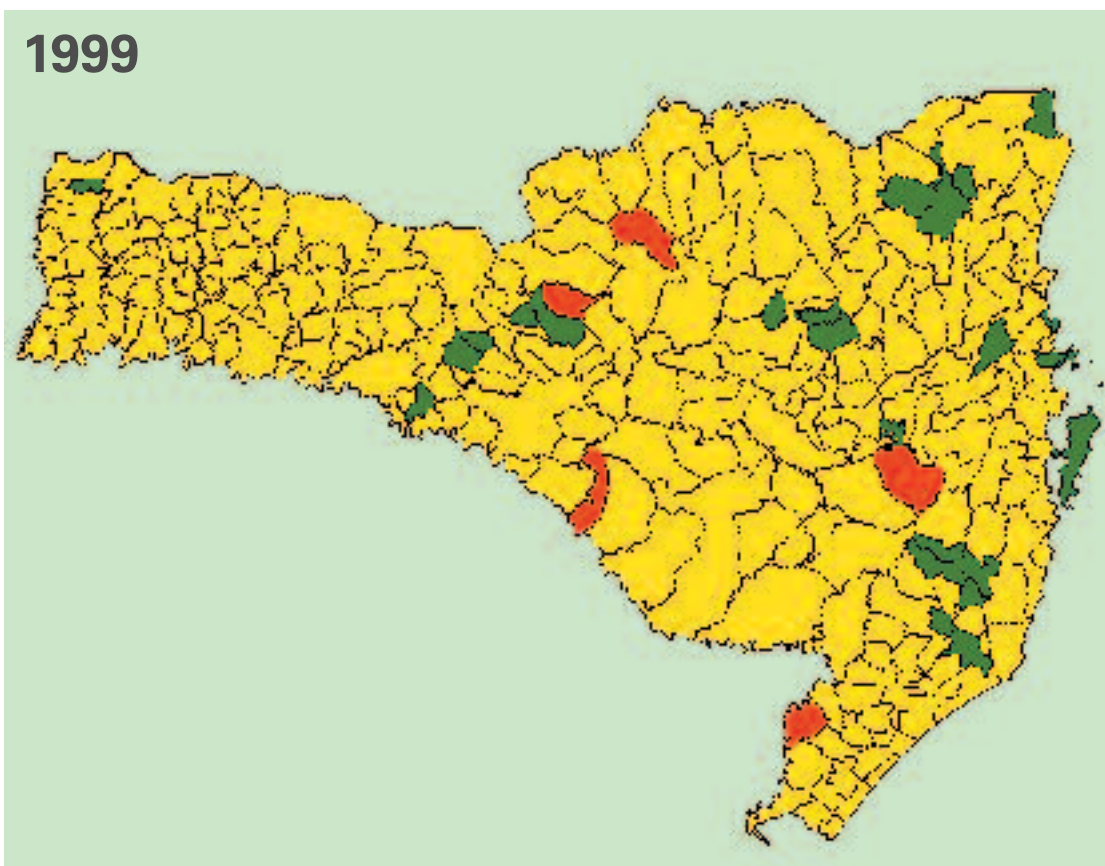
2004



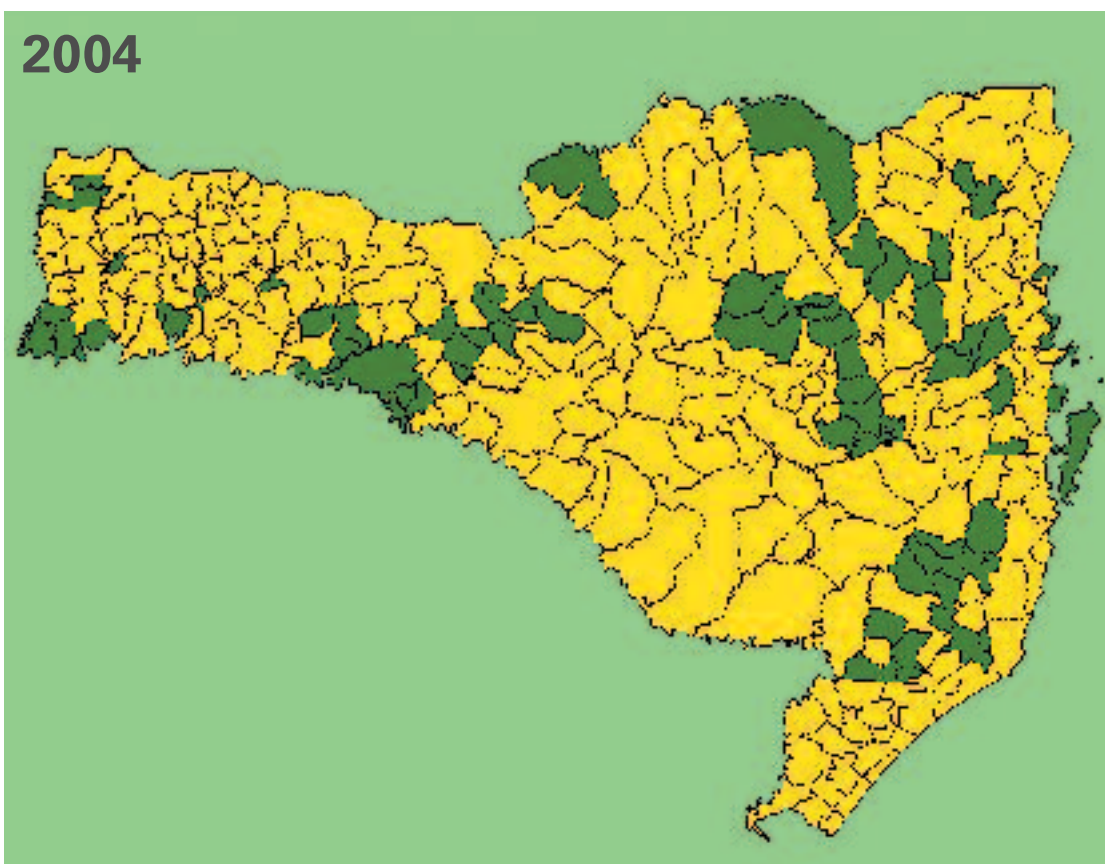
- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

Santa Catarina

1999



2004



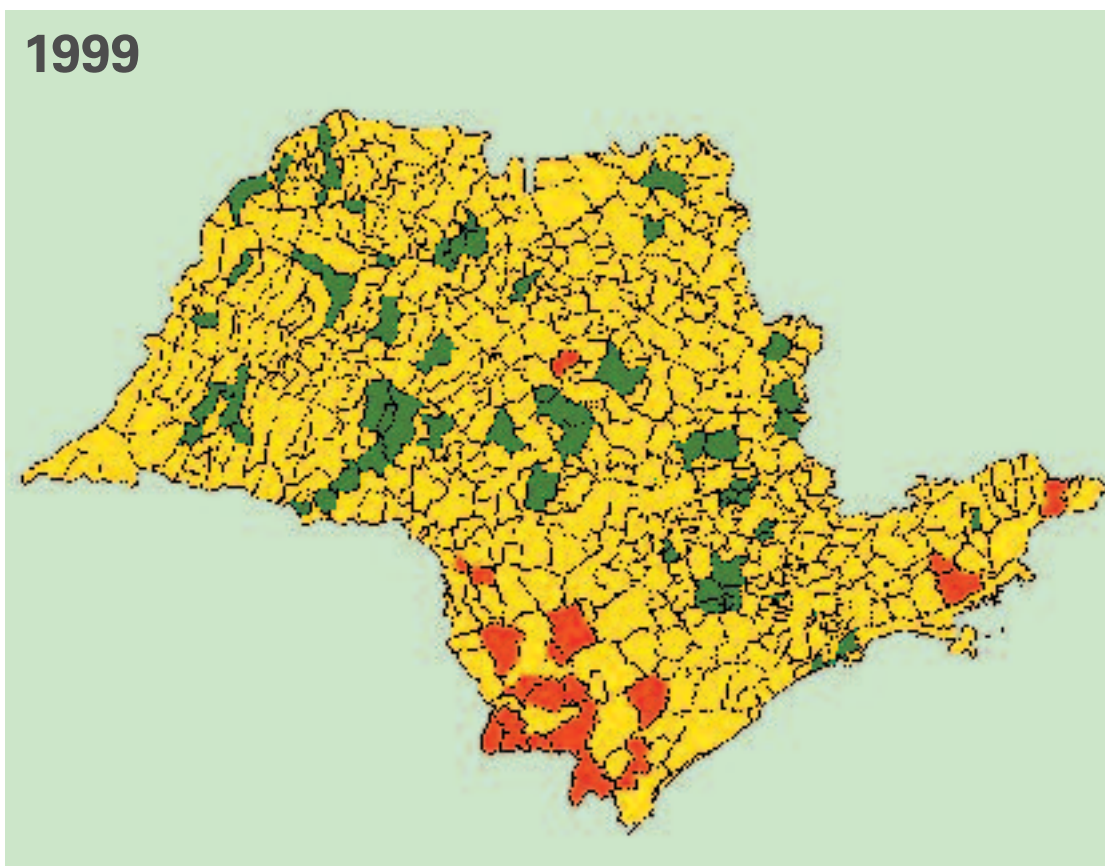
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

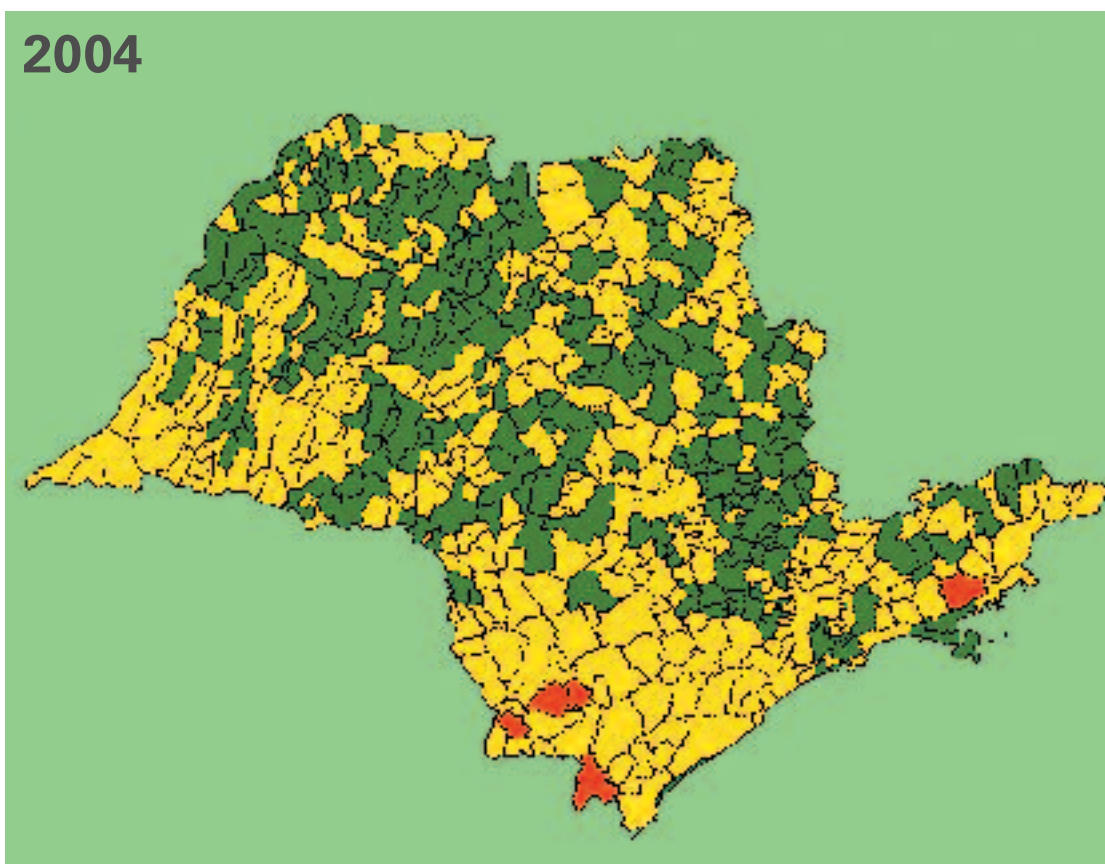
■ Acima de 0,80

São Paulo

1999



2004



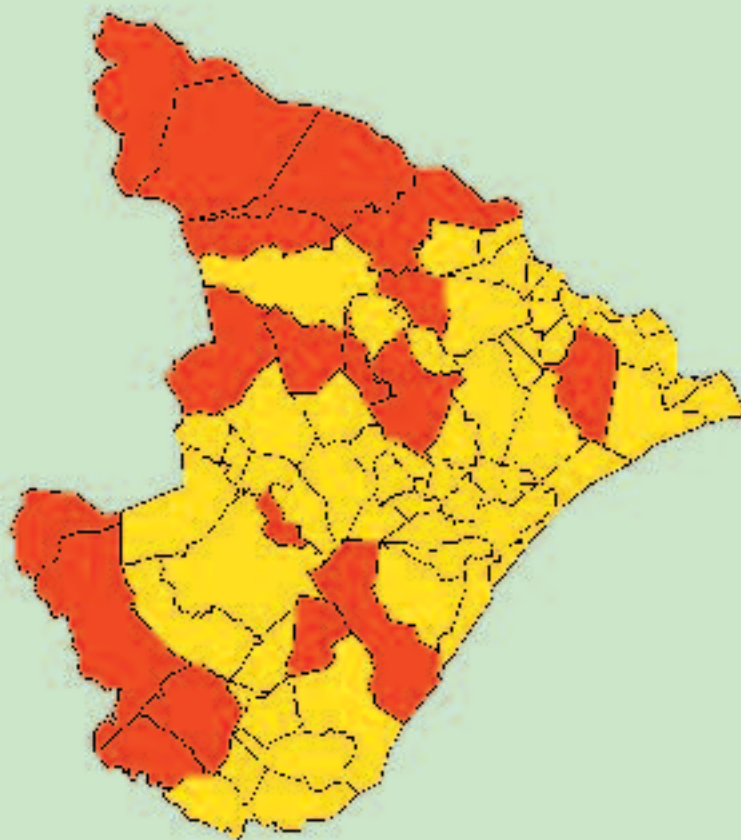
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

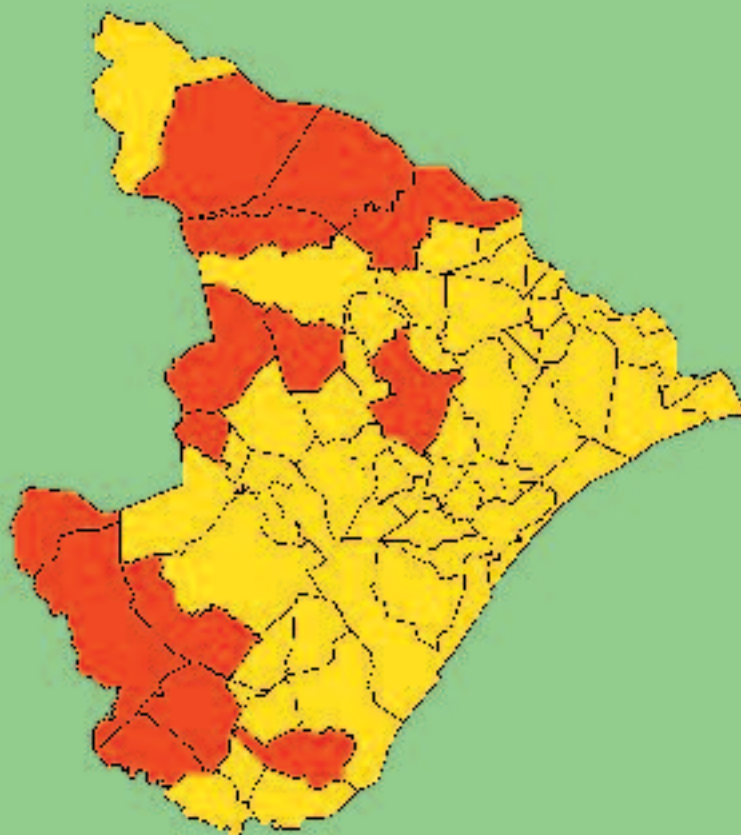
■ Acima de 0,80

Sergipe

1999



2004



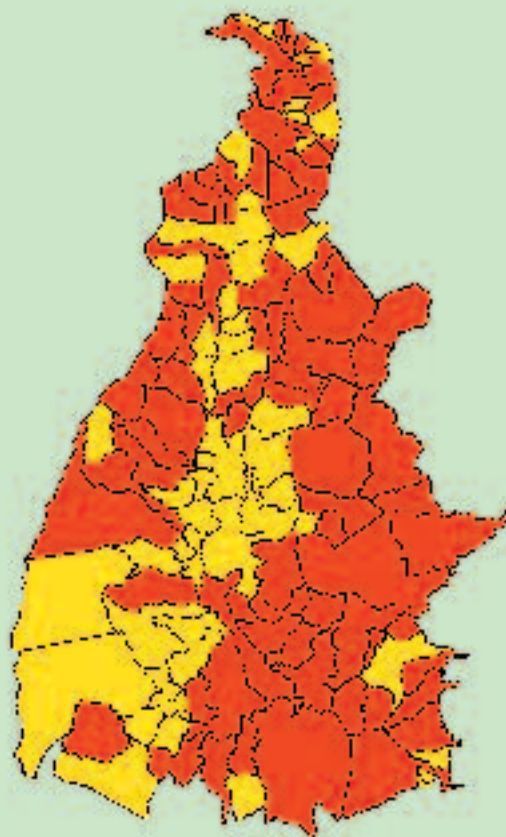
■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

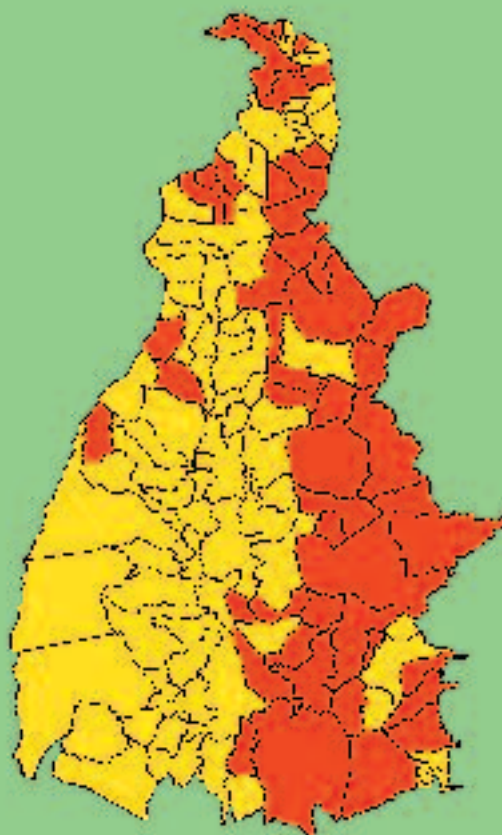
■ Acima de 0,80

Tocantins

1999



2004



- Abaixo de 0,50
- De 0,50 a 0,80
- Acima de 0,80

Classificação			Brasil, grandes regiões e unidades da Federação	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
IDI		Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de 4 anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% de crianças matriculadas em pré-escola					
						Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente								
1999	2004	IDI 1999		IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004	
-	-	BRASIL	157 070 163	169 872 827	22 025 902	23 125 158	37,08	32,28	32,65	27,83	94,46	96,20	43,14	47,84	44,40	55,06	0,609	0,667	
4	5	NORTE	11 288 259	12 911 162	2 046 037	2 305 985	50,55	44,60	44,83	38,62	75,64	92,11	34,71	26,13	34,23	46,45	0,485	0,556	
16	17	RONDÔNIA	1 229 306	1 380 951	207 858	220 243	38,55	32,42	35,92	29,04	96,38	92,02	40,68	28,92	34,04	34,33	0,570	0,583	
25	26	ACRE	483 593	557 881	90 866	105 528	57,73	52,94	52,18	46,41	55,69	88,64	24,64	17,38	44,19	52,81	0,436	0,516	
23	25	AMAZONAS	2 389 279	2 817 252	450 997	546 050	47,66	42,18	44,93	40,58	69,39	75,72	37,18	22,17	22,28	41,95	0,457	0,520	
7	10	RORAIMA	247 131	324 395	47 316	61 108	40,77	31,72	34,62	25,88	95,44	82,42	43,41	32,40	70,97	62,08	0,662	0,655	
22	21	PARÁ	5 510 849	6 195 964	998 120	1 090 860	55,06	49,79	47,92	41,67	69,82	100,00	35,08	27,97	34,12	48,14	0,459	0,552	
13	11	AMAPÁ	379 459	477 030	72 893	93 544	39,55	34,52	35,68	31,00	87,06	91,07	27,40	17,86	54,42	72,30	0,591	0,653	
17	19	TOCANTINS	1 048 642	1 157 689	177 987	188 652	51,26	42,35	41,62	32,25	100,00	95,50	26,85	31,80	42,22	43,30	0,532	0,581	
5	4	NORDESTE	44 766 851	47 782 476	6 942 819	7 154 884	59,83	53,19	50,38	44,22	88,69	93,59	32,87	33,75	42,09	57,09	0,482	0,558	
24	22	MARANHÃO	5 222 183	5 657 551	908 936	964 081	64,79	58,05	54,63	47,94	69,22	84,80	24,23	21,93	51,24	69,40	0,446	0,542	
21	23	PIAUÍ	2 673 085	2 843 427	417 003	423 220	62,95	56,54	51,35	45,17	91,17	91,56	30,73	25,51	44,20	56,91	0,477	0,534	
19	18	CEARÁ	6 809 290	7 431 596	1 107 667	1 141 873	62,09	53,21	50,61	42,58	100,00	94,70	29,67	32,40	53,46	65,10	0,514	0,582	
15	15	RIO GRANDE DO NORTE	2 558 660	2 777 507	383 065	397 113	52,09	46,74	38,67	34,82	87,21	95,64	38,96	36,37	56,58	57,47	0,572	0,605	
20	20	PARAÍBA	3 305 616	3 444 792	492 099	481 904	61,50	54,81	48,43	43,06	92,32	93,59	44,54	40,65	45,57	60,53	0,510	0,574	
18	16	PERNAMBUCO	7 399 071	7 929 153	1 072 230	1 119 629	51,56	46,80	43,19	39,00	100,00	100,00	39,34	40,02	30,76	55,54	0,514	0,599	
27	27	ALAGOAS	2 633 251	2 827 855	442 540	472 007	64,20	59,29	57,37	54,37	78,83	91,48	32,91	43,06	28,00	35,75	0,406	0,473	
12	14	SERGIPE	1 624 020	1 784 827	256 518	279 587	54,86	50,72	47,20	43,74	100,00	100,00	26,53	48,84	75,67	69,64	0,592	0,624	
26	24	BAHIA	12 541 675	13 085 768	1 862 761	1 875 470	60,80	53,46	53,74	46,07	80,60	89,47	30,87	30,93	32,03	49,42	0,433	0,525	
1	1	SUDESTE	67 000 738	72 430 189	8 384 514	8 891 827	23,45	20,14	21,96	18,22	100,00	96,91	47,47	58,61	52,09	60,69	0,701	0,750	
10	12	MINAS GERAIS	16 672 613	17 905 133	2 248 948	2 292 283	32,71	27,80	28,83	24,09	91,84	87,17	46,37	48,80	44,60	43,63	0,630	0,649	
6	5	ESPÍRITO SANTO	2 802 707	3 097 497	379 254	401 150	28,85	23,05	26,52	20,99	100,00	100,00	51,03	55,10	49,48	64,03	0,674	0,744	
4	4	RIO DE JANEIRO	13 406 308	14 392 104	1 574 340	1 715 650	18,71	17,58	18,42	16,53	100,00	98,71	55,43	59,10	42,57	53,53	0,708	0,746	
1	1	SÃO PAULO	34 119 110	37 035 455	4 181 972	4 482 744	19,67	16,93	19,15	15,63	100,00	100,00	44,68	63,21	59,91	72,07	0,734	0,803	
2	2	SUL	23 513 736	25 110 346	3 131 886	3 154 566	21,55	17,40	20,71	16,87	93,70	100,00	51,39	60,65	39,62	45,62	0,675	0,729	
8	7	PARANÁ	9 003 804	9 564 643	1 261 106	1 260 913	26,69	20,76	26,41	20,45	93,02	100,00	55,93	68,07	38,59	44,26	0,650	0,718	
2	3	SANTA CATARINA	4 875 244	5 357 863	668 227	679 427	17,20	14,72	17,26	14,93	92,22	100,00	44,29	53,45	53,32	58,37	0,718	0,764	
5	6	RIO GRANDE DO SUL	9 634 688	10 187 840	1 202 553	1 214 226	18,54	15,40	16,62	14,25	95,25	98,25	50,50	56,75	32,99	39,79	0,677	0,719	
3	3	CENTRO-OESTE	10 500 579	11 638 654	1 520 646	1 617 896	28,67	25,05	24,05	20,21	96,76	100,00	50,55	54,67	35,57	46,18	0,641	0,696	
11	9	MATO GROSSO DO SUL	1 927 834	2 078 070	286 702	291 208	31,27	27,01	29,15	24,82	89,41	99,67	62,36	59,23	34,52	44,83	0,625	0,681	
14	13	MATO GROSSO	2 235 832	2 505 244	347 178	364 682	34,62	29,27	30,28	24,42	89,43	100,00	52,09	55,45	26,63	35,23	0,581	0,648	
9	8	GOIÁS	4 514 967	5 004 196	635 437	682 098	28,01	25,43	21,81	19,04	92,33	100,00	49,97	54,54	35,32	43,65	0,642	0,691	
3	2	DISTRITO FEDERAL	1 821 946	2 051 144	251 329	279 908	18,69	16,02	15,44	12,80	100,00	97,10	39,95	50,16	50,10	69,19	0,715	0,785	

Fontes: UNICEF
IBGE, Contagem de População 1996 e Censo Demográfico 2000.
Ministério da Saúde, Datasus.
Ministério da Educação, Inep.

Classificação		Grandes regiões e unidades da Federação	IDI 1999	IDI 2004
IDI 1999	IDI 2004			
-	-	BRASIL	0,609	0,667
1	1	SUDESTE	0,701	0,750
2	2	SUL	0,675	0,729
3	3	CENTRO-OESTE	0,641	0,696
5	4	NORDESTE	0,482	0,558
4	5	NORTE	0,485	0,556
1	1	SÃO PAULO	0,734	0,803
3	2	DISTRITO FEDERAL	0,715	0,785
2	3	SANTA CATARINA	0,718	0,764
4	4	RIO DE JANEIRO	0,708	0,746
6	5	ESPÍRITO SANTO	0,674	0,744
5	6	RIO GRANDE DO SUL	0,677	0,719
8	7	PARANÁ	0,650	0,718
9	8	GOIÁS	0,642	0,691
11	9	MATO GROSSO DO SUL	0,625	0,681
7	10	RORAIMA	0,662	0,655
13	11	AMAPÁ	0,591	0,653
10	12	MINAS GERAIS	0,630	0,649
14	13	MATO GROSSO	0,581	0,648
12	14	SERGIPE	0,592	0,624
15	15	RIO GRANDE DO NORTE	0,572	0,605
18	16	PERNAMBUCO	0,514	0,599
16	17	RONDÔNIA	0,570	0,583
19	18	CEARÁ	0,514	0,582
17	19	TOCANTINS	0,532	0,581
20	20	PARAÍBA	0,510	0,574
22	21	PARÁ	0,459	0,552
24	22	MARANHÃO	0,446	0,542
21	23	PIAUÍ	0,477	0,534
26	24	BAHIA	0,433	0,525
23	25	AMAZONAS	0,457	0,520
25	26	ACRE	0,436	0,516
27	27	ALAGOAS	0,406	0,473

Fonte: UNICEF

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
									Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
-	-	25	26	ACRE	483.593	557.881	90.866	105.528	57,73	52,94	52,18	46,41	55,69	88,64	24,64	17,38	44,19	52,81	0,436	0,516	
1	1	2 323	2 507	AC	Rio Branco	228.857	253.059	38.994	42.930	37,23	32,15	33,68	26,68	74,75	79,57	30,57	23,63	54,57	62,77	0,591	0,639
5	2	3 987	3 481	AC	Senador Guimard	14.280	19.761	2.432	3.506	58,09	50,39	55,24	43,27	54,82	100,00	26,71	16,79	42,86	59,01	0,426	0,559
2	3	3 590	3 717	AC	Epitaciolândia	9.255	11.027	1.748	2.019	58,05	53,35	54,61	43,76	59,31	100,00	33,33	18,18	53,46	53,46	0,468	0,539
8	4	4 250	4 067	AC	Cruzeiro do Sul	56.705	67.440	11.175	13.353	61,13	57,11	50,47	48,42	16,95	83,07	15,52	7,72	54,24	63,29	0,397	0,508
3	5	3 620	4 170	AC	Mâncio Lima	8.699	11.093	1.647	2.259	67,51	60,08	56,24	55,02	100,00	97,40	17,68	10,63	50,94	60,30	0,465	0,498
9	6	4 267	4 172	AC	Plácido de Castro	12.101	15.172	2.030	2.843	59,38	49,37	54,83	51,12	88,74	100,00	6,59	14,40	24,92	42,48	0,396	0,498
12	7	4 663	4 336	AC	Assis Brasil	2.918	3.488	579	693	62,06	59,68	53,57	46,82	0,00	59,60	15,69	9,30	50,35	65,62	0,356	0,484
7	8	4 191	4 364	AC	Brasileia	13.955	17.011	2.359	3.128	62,89	58,13	61,88	57,36	69,93	89,12	1,88	14,05	50,93	56,38	0,405	0,481
10	9	4 477	4 609	AC	Porto Acre	8.326	11.416	1.529	2.172	69,12	60,24	60,67	50,27	100,00	100,00	22,86	25,21	18,94	30,14	0,376	0,456
13	10	5 105	4 826	AC	Bujari	4.101	5.826	741	1.205	73,45	66,74	62,27	59,48	31,82	100,00	10,53	25,81	31,59	37,50	0,293	0,435
4	11	3 904	4 852	AC	Acrelândia	6.308	7.933	1.277	1.612	57,50	57,91	56,65	56,11	34,57	100,00	45,59	31,89	48,07	21,43	0,435	0,433
15	12	5 412	4 870	AC	Rodrigues Alves	8.501	8.091	1.950	1.949	75,06	72,48	63,92	64,68	7,74	75,88	2,60	2,21	16,79	70,72	0,207	0,432
11	13	4 615	4 952	AC	Xapuri	12.716	11.955	2.298	2.409	65,81	62,84	64,32	56,82	65,63	85,23	0,55	10,33	41,64	39,95	0,361	0,420
17	14	5 422	4 998	AC	Capixaba	2.903	5.206	592	1.071	78,37	75,99	73,12	67,48	11,43	100,00	14,29	22,32	18,65	48,59	0,200	0,416
14	15	5 353	5 235	AC	Manoel Urbano	5.520	6.374	1.346	1.473	83,58	70,51	81,03	67,21	19,00	93,57	25,00	3,70	34,00	40,68	0,228	0,379
6	16	4 134	5 371	AC	Sena Madureira	23.330	29.418	4.423	6.230	71,48	68,69	65,05	57,37	88,93	63,15	28,11	2,17	42,73	31,36	0,412	0,345
21	17	5 506	5 382	AC	Marechal Thaumaturgo	8.381	8.293	2.425	2.049	91,33	83,41	85,97	68,55	1,20	100,00	3,45	3,56	8,91	36,96	0,085	0,342
18	18	5 431	5 386	AC	Feijó	22.142	27.078	4.973	5.288	83,21	81,98	81,46	80,04	35,46	100,00	2,22	24,36	23,79	36,12	0,195	0,341
16	19	5 415	5 427	AC	Tarauacá	23.715	26.037	5.452	5.908	81,89	69,18	78,68	68,18	17,70	47,78	10,11	12,92	28,60	36,95	0,205	0,325
20	20	5 492	5 464	AC	Porto Walter	5.270	5.483	1.385	1.439	87,48	79,99	78,06	68,96	25,35	63,43	0,87	4,40	8,90	39,45	0,141	0,311
19	21	5 469	5 496	AC	Santa Rosa do Purus	1.633	2.246	470	641	87,50	69,74	89,15	79,42	64,10	100,00	0,00	0,00	13,44	18,18	0,172	0,298
22	22	5 507	5 549	AC	Jordão	3.977	4.454	1.041	1.278	94,48	88,65	94,27	91,38	4,88	100,00	0,00	12,50	0,00	16,38	0,034	0,232
-	-	27	27	ALAGOAS	2.633.251	2.827.855	442.540	472.007	64,20	59,29	57,37	54,37	78,83	91,48	32,91	43,06	28,00	35,75	0,406	0,473	
1	1	2 218	2 437	AL	Satuba	10.954	12.554	1.789	2.018	37,72	42,37	36,42	36,17	85,62	100,00	31,66	60,11	55,07	56,15	0,599	0,644
2	2	2 254	2 533	AL	Rio Largo	58.244	62.509	9.347	10.713	44,69	37,21	40,52	39,26	90,67	97,03	60,02	62,29	48,61	51,65	0,597	0,637
3	3	2 338	2 939	AL	Maceió	723.142	797.759	101.124	115.228	31,80	33,12	30,26	31,71	84,44	91,37	61,38	62,34	24,92	29,99	0,589	0,605
21	4	4 155	3 420	AL	São Brás	6.258	6.551	1.093	1.026	77,38	51,45	70,69	57,70	48,46	95,80	13,27	27,27	80,97	73,60	0,409	0,565
18	5	4 102	3 435	AL	Pilar	30.178	31.201	5.125	5.116	65,03	52,89	58,97	59,24	94,27	100,00	20,20	60,38	32,41	57,29	0,414	0,563
6	6	3 417	3 490	AL	Santa Luzia do Norte	6.357	6.386	1.142	1.108	56,57	59,48	50,91	48,07	100,00	88,03	60,56	71,52	22,58	51,23	0,488	0,559
33	7	4 397	3 558	AL	Piaçabuçu	15.953	16.773	2.878	2.838	67,17	59,90	56,43	54,93	65,06	98,53	3,27	21,15	42,61	76,30	0,383	0,553
11	8	3 547	3 617	AL	Japaratinga	6.548	6.866	1.235	1.188	72,33	65,04	67,09	53,81	100,00	100,00	32,35	21,18	62,22	77,87	0,472	0,549
41	9	4 584	3 618	AL	Jundiá	4.644	4.680	918	566	78,44	67,76	76,29	57,84	100,00	100,00	11,72	44,83	44,81	72,76	0,365	0,549
10	10	3 505	3 638	AL	Coqueiro Seco	5.084	5.134	884	779	55,08	64,61	50,91	47,74	46,72	93,52	50,00	54,55	48,63	57,07	0,478	0,547
14	11	3 732	3 711	AL	Palmeira dos Índios	67.689	68.060	10.140	9.720	59,71	54,34	48,50	45,76	76,12	97,14	21,08	24,31	41,07	54,93	0,454	0,539
31	12	4 360	3 791	AL	Delmiro Gouveia	40.537	42.993	6.538	6.690	60,07	60,37	52,55	48,78	88,96	100,00	6,84	57,85	19,75	42,89	0,388	0,532
7	13	3 428	3 827	AL	Penedo	54.390	56.991	8.960	9.342	56,22	53,80	49,39	50,93	92,07	87,86	2,78	24,10	53,13	60,22	0,487	0,529
20	14	4 131	3 882	AL	Messias	10.648	11.988	1.904	2.194	65,61	58,95	62,00	61,32	87,46	100,00	35,87	42,20	30,92	58,62	0,412	0,524
89	15	5 274	3 909	AL	Pindoba	3.223	2.926	579	505	87,53	85,72	76,88	63,77	100,00	100,00	29,17	44,59	2,21	85,71	0,256	0,521
26	16	4 318	3 996	AL	Arapiraca	173.339	186.466	27.973	29.459	55,34	48,86	50,28	46,99	60,88	87,50	34,25	60,90	14,63	27,30	0,391	0,514
25	17	4 303	3 997	AL	Barra de São Miguel	6.076	6.379	1.209	1.038	75,34	69,68	67,91	65,62	52,51	100,00	35,06	54,20	56,58	63,81	0,393	0,514
28	18	4 330	4 052	AL	São Miguel dos Campos	49.504	42.981	8.497	7.113	66,87	54,39	61,78	48,49	71,86	99,27	30,59	27,27	33,46	43,05	0,390	0,509
43	19	4 617	4 182	AL	Chã Preta	7.593	8.201	1.417	1.490	84,01	78,55	71,23	63,86	100,00	100,00	22,75	80,43	38,39	51,04	0,361	0,497
35	20	4 483	4 186	AL	Passo de Camaragibe	13.841	13.753	2.633	2.541	78,62	72,71	70,55	60,92	80,05	100,00	13,62	27,96	52,75	68,38	0,376	0,497
4	21	2 892	4 235	AL	Marechal Deodoro	28.215	35.864	4.868	6.338	67,40	64,27	63,13	59,77	100,00	100,00	44,09	56,04	74,69	43,02	0,541	0,493
60	22	4 977	4 320	AL	São José da Laje	22.118	21.071	4.202	3.825	76,15	61,67	70,41	63,37	96,06							

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola						
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe			DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	
										1999	2004	1999	2004	1999							2004
1999	2004	1999	2004			1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004
87	51	5 236	4 984	AL	Lagoa da Canoa	17.735	19.988	3.131	3.472	78,06	64,70	72,80	62,95	68,96	65,70	27,08	66,43	9,18	28,48	0,266	0,417
39	52	4 559	4 995	AL	Piranhas	19.652	20.006	3.923	4.029	68,39	68,70	59,82	65,31	84,34	89,68	19,38	22,21	23,40	44,46	0,368	0,416
68	53	5 072	5 003	AL	Atalaia	36.642	40.552	6.274	7.522	74,96	66,30	71,38	66,08	96,51	95,15	8,87	29,11	13,00	36,40	0,298	0,415
47	54	4 644	5 016	AL	Coruripe	47.175	44.803	8.617	7.837	65,80	60,22	60,93	54,69	89,66	100,00	32,58	28,34	9,00	16,15	0,358	0,414
54	55	4 825	5 034	AL	Junqueiro	22.696	23.830	4.024	4.058	73,89	67,51	68,09	62,85	90,67	100,00	9,86	19,88	26,74	34,78	0,338	0,411
102	56	5 510	5 040	AL	Jequiá da Praia	-	12.514	-	2.341	-	66,48	-	71,64	-	70,85	-	23,40	-	54,86	-	0,410
48	57	4 681	5 051	AL	Matriz de Camaragibe	23.007	24.015	4.154	4.500	70,49	67,79	65,73	59,82	80,39	70,51	22,28	28,20	26,94	41,46	0,355	0,408
69	58	5 081	5 052	AL	Joaquim Gomes	19.381	21.488	3.731	4.203	83,84	77,88	81,89	74,81	69,38	88,60	22,83	26,92	38,37	58,12	0,297	0,408
67	59	5 065	5 060	AL	Jaramataia	5.069	5.787	941	1.046	79,21	69,12	71,88	64,40	43,42	86,52	25,00	35,65	36,67	35,17	0,299	0,407
58	60	4 942	5 095	AL	Estrela de Alagoas	15.260	16.340	2.394	2.503	87,66	77,67	74,38	65,27	90,52	85,40	19,03	20,38	36,10	50,94	0,322	0,402
44	61	4 622	5 101	AL	Campo Alegre	38.246	41.027	7.216	7.039	68,79	64,90	62,79	63,49	88,40	93,78	14,48	20,09	24,39	32,10	0,361	0,402
94	62	5 361	5 102	AL	Oliveira	10.209	10.367	2.034	2.037	84,63	59,93	72,73	64,59	62,23	99,00	7,63	35,91	11,68	17,70	0,223	0,402
78	63	5 157	5 111	AL	Limoeiro de Anadia	19.138	24.263	3.743	4.325	87,61	79,96	77,43	70,60	49,45	100,00	15,87	25,56	44,89	48,03	0,281	0,401
74	64	5 134	5 121	AL	Capela	20.127	19.301	3.799	3.480	78,37	77,56	75,71	70,91	91,56	99,33	13,15	33,87	16,31	41,41	0,286	0,399
81	65	5 188	5 165	AL	Taquarana	17.047	17.045	2.928	2.782	83,31	65,76	72,00	65,06	79,18	83,61	32,23	20,47	9,84	35,56	0,276	0,392
79	66	5 160	5 184	AL	Carneiros	5.938	6.583	1.193	1.379	74,95	66,38	55,84	59,25	35,14	85,71	7,10	23,89	22,09	26,42	0,281	0,389
83	67	5 207	5 196	AL	Olho d'Água Grande	4.503	4.847	830	897	87,96	72,51	83,95	73,80	63,64	59,09	31,46	39,62	33,24	51,56	0,272	0,387
65	68	5 049	5 205	AL	Tanque d'Arca	7.036	6.592	1.184	1.085	84,42	67,13	72,52	59,09	54,79	73,44	11,21	19,44	45,49	33,52	0,304	0,384
62	69	5 023	5 225	AL	União dos Palmares	54.799	58.620	9.575	10.192	72,73	68,32	64,02	63,47	71,20	96,50	33,84	46,19	7,49	12,91	0,308	0,381
86	70	5 229	5 233	AL	Água Branca	17.754	19.293	3.323	3.324	80,12	75,21	65,60	53,10	37,88	81,22	3,43	26,14	31,89	26,31	0,267	0,379
51	71	4 792	5 240	AL	Olho d'Água das Flores	17.060	19.415	3.074	3.442	66,64	69,02	55,47	56,76	99,01	87,00	12,30	17,77	3,38	24,73	0,342	0,378
71	72	5 102	5 248	AL	Roteiro	7.317	6.983	1.458	1.378	80,32	79,28	73,14	76,91	60,00	100,00	26,62	14,17	27,42	49,46	0,293	0,376
70	73	5 096	5 252	AL	Maragogi	16.912	21.832	3.261	4.357	73,97	68,80	65,08	57,00	59,50	86,02	25,27	21,30	14,25	22,32	0,294	0,375
95	74	5 363	5 256	AL	Branquinha	9.714	11.323	1.779	2.196	84,72	81,29	80,99	74,82	78,33	99,70	31,45	53,82	0,00	29,16	0,223	0,375
61	75	5 003	5 259	AL	Colônia Leopoldina	17.924	17.491	3.270	3.248	75,49	74,38	71,51	69,73	100,00	89,64	22,40	31,22	10,53	33,11	0,312	0,374
80	76	5 164	5 262	AL	Minador do Negrão	5.344	5.397	848	821	83,98	77,96	68,55	56,95	89,01	100,00	21,85	14,78	9,29	26,57	0,280	0,373
29	77	4 343	5 276	AL	Feira Grande	18.959	21.269	3.411	3.857	80,44	71,12	74,48	70,83	73,56	77,23	28,36	42,55	59,73	29,32	0,389	0,368
90	78	5 281	5 279	AL	Belém	5.278	6.024	895	956	77,60	70,27	66,97	62,67	46,22	56,03	10,64	19,18	17,62	42,44	0,254	0,368
56	79	4 900	5 292	AL	Igaci	24.250	25.584	4.054	3.886	83,93	80,93	71,51	65,44	62,72	95,19	14,46	21,63	48,15	33,83	0,328	0,365
64	80	5 045	5 295	AL	São Luís do Quitunde	31.234	29.541	6.110	6.070	76,84	69,24	71,03	65,84	72,79	78,96	16,51	30,49	25,19	26,02	0,305	0,364
93	81	5 327	5 296	AL	Pogo das Trincadeiras	10.969	13.221	2.284	2.609	86,79	74,60	71,17	64,26	75,71	92,80	9,38	43,75	10,32	16,23	0,237	0,364
40	82	4 569	5 310	AL	Campo Grande	10.289	9.134	1.850	1.632	83,29	78,08	76,62	78,77	84,21	97,81	26,29	51,48	51,29	26,62	0,367	0,361
15	83	3 763	5 322	AL	Barra de Santo Antônio	9.164	11.350	1.819	2.254	73,18	62,47	68,42	62,93	100,00	49,58	40,07	42,49	51,51	22,48	0,450	0,358
59	84	4 967	5 334	AL	Novo Lino	11.247	10.375	2.151	1.882	80,75	71,04	76,47	79,72	100,00	100,00	18,35	36,43	25,37	24,83	0,318	0,356
82	85	5 199	5 341	AL	Olho d'Água do Casado	5.966	7.059	1.283	1.372	84,93	76,88	69,33	61,03	67,65	71,56	10,45	37,18	24,33	24,80	0,273	0,353
77	86	5 154	5 342	AL	Maravilha	13.747	13.686	3.181	2.537	79,03	80,86	68,67	71,03	60,84	62,94	13,27	43,75	23,27	39,80	0,282	0,353
75	87	5 136	5 381	AL	Porto de Pedras	10.330	10.567	1.786	2.027	79,80	76,87	71,20	66,21	51,78	55,25	16,67	25,16	31,23	39,82	0,286	0,342
84	88	5 218	5 407	AL	Major Isidoro	17.282	17.639	3.059	2.998	81,18	77,86	70,35	69,09	74,13	78,92	8,82	22,29	18,13	29,52	0,270	0,333
100	89	5 474	5 422	AL	Traipu	24.071	24.254	4.150	4.132	82,67	80,03	78,35	69,97	28,87	65,31	26,13	30,96	0,00	32,18	0,166	0,326
92	90	5 324	5 425	AL	Coité do Nôia	10.188	11.992	1.822	2.178	82,40	75,60	74,96	68,44	51,85	55,84	31,17	56,50	11,10	17,99	0,238	0,325
34	91	4 481	5 439	AL	Monteirópolis	6.453	7.240	1.305	1.387	82,56	73,97	66,26	66,01	80,86	74,06	12,11	6,98	52,78	27,99	0,376	0,321
99	92	5 445	5 448	AL	São José da Tapera	27.814	28.239	6.186	6.089	85,76	78,24	75,39	70,72	49,38	79,93	8,55	9,44	7,78	31,52	0,189	0,318
36	93	4 513	5 459	AL	Cacimbinhas	8.663	9.550	1.459	1.661	84,12	80,23	73,10	72,74	100,00	100,00	20,93	14,73	45,67	21,11	0,372	0,314
91	94	5 293	5 470	AL	São Sebastião	27.151	29.123	5.263	5.418	81,60	73,22	73,71	70,94	93,33	70,53	11,35	30,17	3,49	17,43	0,251	0,309
98	95	5 430	5 473	AL	Girau do Ponciano	27.495	29.803	5.169	5.337	81,82	75,81	75,59	74								

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004
												IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						
6	5	2 821	2 950	AM	Parintins	71.574	92.117	14.841	19.801	40,21	40,16	32,08	26,73	48,06	94,42	54,08	10,20	39,93	56,15	0,547	0,604
12	6	3 927	2 953	AM	São Sebastião do Uatumã	5.696	7.413	1.311	1.709	45,56	38,72	40,21	34,08	55,31	65,64	36,84	20,56	12,94	71,26	0,433	0,604
4	7	1 927	2 955	AM	Silves	6.770	7.784	1.446	1.722	39,10	42,53	35,66	43,05	100,00	64,02	44,44	28,22	51,78	80,97	0,623	0,604
9	8	3 866	3 100	AM	Urucurituba	16.697	12.262	3.135	2.712	38,54	40,54	39,56	39,95	52,22	100,00	16,92	6,04	18,99	64,00	0,439	0,591
5	9	2 606	3 486	AM	Urucará	16.988	18.372	2.701	3.796	38,27	31,13	35,84	36,30	90,58	72,14	37,67	56,90	36,15	26,53	0,565	0,559
11	10	3 894	3 674	AM	Tabatinga	32.009	37.919	7.067	8.296	45,44	35,64	55,17	46,33	55,73	67,52	39,57	34,86	27,37	47,99	0,436	0,543
8	11	3 553	3 738	AM	São Gabriel da Cachoeira	26.992	29.945	5.401	6.205	48,69	44,25	56,68	51,23	50,96	58,53	13,04	12,79	62,01	74,25	0,472	0,536
7	12	3 138	3 769	AM	Itacoatiara	64.937	72.103	12.915	14.574	40,55	37,62	33,52	32,85	55,15	100,00	48,05	11,26	29,80	28,09	0,518	0,533
27	13	4 882	3 953	AM	Manaquiri	17.311	12.709	3.505	2.459	60,72	54,54	54,08	42,94	16,49	68,88	13,95	29,21	32,04	55,68	0,331	0,518
24	14	4 728	3 976	AM	Barreirinha	19.218	22.577	4.315	5.220	60,32	53,58	53,39	49,16	41,64	77,10	17,53	17,03	24,22	62,18	0,350	0,516
19	15	4 427	4 010	AM	Humaitá	25.496	32.796	5.256	7.128	66,21	54,14	64,40	50,52	100,00	93,21	3,73	12,80	30,96	56,82	0,381	0,513
36	16	5 063	4 100	AM	Novo Airão	14.576	9.649	3.331	1.891	63,03	57,36	60,09	64,69	27,39	100,00	22,89	37,06	18,22	55,47	0,301	0,505
28	17	4 887	4 194	AM	Amaturá	6.338	7.306	1.509	1.641	68,73	54,33	77,52	66,28	68,85	84,33	28,69	12,60	29,55	70,70	0,330	0,496
22	18	4 554	4 212	AM	Apuí	11.048	13.862	2.376	2.995	57,39	48,75	56,22	51,45	41,12	45,57	8,81	31,39	35,82	59,67	0,368	0,495
14	19	4 161	4 221	AM	Rio Preto da Eva	10.069	17.582	1.922	3.457	49,55	41,80	47,19	32,70	72,67	69,42	32,47	10,33	7,70	32,14	0,409	0,494
13	20	4 017	4 538	AM	Nhamundá	14.384	15.355	3.248	3.213	60,44	43,23	51,24	49,83	64,99	85,48	43,28	12,72	27,09	29,03	0,424	0,463
50	21	5 387	4 544	AM	Beruri	9.050	11.037	2.148	2.743	83,71	72,26	81,30	72,36	48,55	89,03	1,98	2,13	25,88	83,99	0,215	0,462
16	22	4 259	4 570	AM	Careiro da Várzea	17.505	17.267	3.366	3.192	63,43	61,90	49,62	49,26	26,94	100,00	55,56	8,64	30,35	40,64	0,396	0,460
15	23	4 219	4 645	AM	Autazes	25.761	24.345	4.894	5.460	56,54	52,12	53,82	44,52	32,38	100,00	28,80	14,07	40,36	20,79	0,401	0,453
10	24	3 867	4 735	AM	Manacapuru	65.577	73.695	13.603	14.989	64,07	54,37	55,78	48,64	100,00	84,74	69,60	3,92	10,50	36,22	0,439	0,444
35	25	5 059	4 737	AM	Santa Isabel do Rio Negro	12.121	10.559	2.731	2.360	64,78	54,36	68,45	62,69	43,41	55,04	7,41	6,83	28,62	63,59	0,302	0,444
26	26	4 753	4 744	AM	Anori	10.211	11.318	2.145	2.432	66,75	62,32	65,23	55,44	31,52	92,27	12,67	20,00	48,79	38,86	0,347	0,443
34	27	5 051	4 755	AM	Ananã	6.957	6.563	1.617	1.481	66,94	60,56	61,86	51,91	39,90	100,00	29,03	14,21	15,94	32,38	0,304	0,443
20	28	4 433	4 785	AM	Caapiranga	6.489	8.801	1.485	1.925	77,71	63,15	67,03	55,99	52,41	73,40	33,33	5,83	53,87	55,49	0,380	0,440
25	29	4 735	4 804	AM	Irlanduba	26.612	32.302	4.855	6.417	58,84	50,52	53,33	45,55	43,94	64,50	23,82	12,81	18,12	32,38	0,350	0,437
21	30	4 486	4 876	AM	Careiro	18.872	27.554	2.650	5.125	66,40	57,38	59,39	47,03	66,03	88,91	75,70	20,80	5,06	21,90	0,375	0,431
43	31	5 264	5 134	AM	Benjamin Constant	23.633	23.217	5.848	5.202	63,13	54,67	68,01	67,71	47,02	93,92	5,48	10,04	8,45	28,96	0,259	0,396
23	32	4 714	5 153	AM	Maués	36.628	40.035	9.959	8.770	57,42	51,21	55,32	53,01	50,29	61,14	18,18	6,21	19,15	27,90	0,352	0,393
48	33	5 369	5 164	AM	Canutama	8.181	10.737	1.877	2.111	80,73	78,14	76,43	65,53	35,22	100,00	7,25	19,19	24,67	40,90	0,222	0,392
30	34	4 989	5 190	AM	Novo Aripuanã	14.275	17.119	2.892	3.808	65,65	63,47	68,46	68,60	46,09	48,29	30,43	3,33	21,93	61,68	0,315	0,389
29	35	4 901	5 325	AM	Manicoré	37.704	38.036	8.527	7.793	64,79	58,08	62,24	63,67	42,83	61,92	24,48	10,67	24,63	28,36	0,328	0,357
41	36	5 240	5 367	AM	Japurá	6.264	10.283	1.661	2.236	82,80	60,63	81,95	63,89	24,43	73,26	100,00	9,24	8,53	21,98	0,265	0,347
52	37	5 392	5 374	AM	Alvarães	13.316	12.148	3.579	3.177	72,29	57,63	73,75	61,09	24,60	67,52	0,00	3,33	19,32	21,03	0,214	0,344
44	38	5 298	5 376	AM	Atalaia do Norte	8.108	10.048	2.006	2.380	75,11	68,80	78,78	61,63	45,87	57,78	18,35	10,67	21,23	32,78	0,249	0,344
47	39	5 366	5 378	AM	Eirunepé	25.776	26.072	6.098	5.769	81,07	72,73	75,59	71,55	32,64	60,75	4,46	13,14	27,07	44,86	0,222	0,344
40	40	5 108	5 412	AM	Codajás	15.131	17.507	3.180	3.824	68,10	58,50	67,08	58,85	36,72	61,82	20,38	2,52	23,48	17,86	0,292	0,332
57	41	5 466	5 416	AM	Juruaá	4.826	6.582	1.167	1.625	84,99	75,61	84,76	66,79	70,55	68,09	1,45	2,70	4,32	38,29	0,176	0,328
53	42	5 408	5 424	AM	Lábrea	27.517	28.954	6.190	6.493	78,61	73,31	76,60	76,72	62,85	95,02	0,78	0,00	6,61	32,66	0,208	0,325
33	43	5 046	5 426	AM	Boca do Acre	24.460	26.957	4.884	5.514	73,50	63,88	68,75	64,67	73,79	51,22	31,15	18,26	11,69	23,88	0,305	0,325
17	44	4 359	5 428	AM	Novo Olinda do Norte	17.951	23.725	3.943	5.242	64,34	71,13	60,34	65,04	72,24	84,49	31,10	16,28	28,07	15,48	0,388	0,324
59	45	5 487	5 446	AM	Uarini	10.533	10.253	2.848	2.504	78,09	65,81	76,69	67,11	13,40	80,87	0,00	4,91	7,19	17,42	0,148	0,318
38	46	5 092	5 452	AM	Tonantins	14.077	15.510	3.383	3.879	74,39	56,63	79,65	68,86	20,21	35,64	100,00	13,85	11,72	27,05	0,294	0,316
37	47	5 082	5 461	AM	Tefé	62.616	64.455	13.960	13.858	63,15	52,83	58,40	51,31	60,74	44,61	6,39	1,86	6,72	6,06	0,297	0,313
39	48	5 099	5 466	AM	Borba	23.673	28.617	5.362	6.774	68,39	67,68	68,65	68,81	44,71	46,80	19,15	4,22	22,49	35,19	0,293	0,311
32	49	4 995	5 468	AM	Barcelos	16.091	24.195	3.770	5.016	59,39	67,94	56,37	69,54	21,39	51,09	14,72	6,47	23,12	32,71	0,314	0,310
45	50	5 323	5 493	AM	Carauari	20.907	23.420	4.976	5.774	83,87	67,32	80,86	68,17								

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004		1999	2004	1999	2004	1999
25	16	2 684	1 967	BA	São Félix	13.185	13.698	1.783	1.798	61,31	45,63	50,00	34,00	64,29	89,84	41,67	32,73	81,86	89,85	0,559	0,679
40	17	3 223	1 980	BA	Senhor do Bonfim	84.752	67.721	11.583	9.531	57,88	47,95	50,48	39,80	74,43	100,00	47,89	60,41	50,92	78,72	0,509	0,678
150	18	4 269	2 067	BA	Retirolândia	11.588	10.891	1.561	1.418	76,60	58,22	62,13	44,97	100,00	100,00	47,88	74,24	23,15	84,96	0,396	0,672
6	19	1 661	2 119	BA	Salvador	2.211.539	2.443.105	262.191	294.412	20,12	18,47	19,99	18,00	89,79	81,86	49,86	44,57	27,45	40,22	0,643	0,667
38	20	3 152	2 190	BA	Ichu	9.917	5.593	1.492	771	40,16	42,17	24,66	40,31	32,70	100,00	12,60	13,98	48,69	90,40	0,516	0,662
5	21	1 606	2 230	BA	Simões Filho	78.229	94.064	12.302	14.754	33,16	30,14	29,82	25,36	68,19	66,51	35,49	24,95	69,90	73,26	0,647	0,659
30	22	2 846	2 254	BA	Rodelas	5.395	6.258	824	994	56,35	51,18	38,36	43,32	100,00	100,00	22,40	36,54	51,16	89,18	0,544	0,657
31	23	2 900	2 269	BA	São Sebastião do Passé	38.422	39.960	5.425	5.578	50,37	44,69	46,41	39,44	100,00	99,41	48,76	44,03	38,25	75,09	0,540	0,657
99	24	3 892	2 299	BA	Nova Fátima	7.151	7.535	1.025	969	71,48	58,42	56,52	41,04	73,39	100,00	15,28	22,62	58,12	100,00	0,436	0,655
11	25	2 085	2 304	BA	Catu	47.250	46.729	6.374	5.765	40,08	29,76	33,10	28,44	88,62	87,07	27,94	28,87	58,87	61,86	0,610	0,654
21	26	2 527	2 340	BA	Conceição da Feira	17.211	17.512	2.543	2.550	49,57	42,05	40,54	31,60	80,10	96,32	28,71	15,60	65,03	78,58	0,573	0,652
20	27	2 493	2 365	BA	Valente	17.714	19.144	2.294	2.573	61,85	45,93	48,47	40,61	100,00	99,03	60,97	44,77	60,29	74,70	0,576	0,650
33	28	2 930	2 372	BA	Mucuri	23.202	28.062	4.196	4.979	56,99	45,04	55,89	39,83	61,10	88,99	34,62	38,30	79,43	80,98	0,536	0,649
14	29	2 213	2 385	BA	Conceição do Jacuípe	24.265	26.194	3.212	3.606	46,28	43,96	35,67	28,69	85,47	90,32	23,95	24,46	66,88	74,65	0,599	0,648
43	30	3 271	2 452	BA	Ibitirama	23.932	24.149	3.861	3.539	66,86	56,19	53,78	38,97	100,00	100,00	24,18	12,62	60,32	95,93	0,504	0,643
247	31	4 788	2 475	BA	São Félix do Coribe	12.293	11.757	2.070	1.724	69,18	59,72	57,65	43,55	96,90	100,00	3,15	19,57	13,86	100,00	0,343	0,641
217	32	4 657	2 536	BA	Paramirim	24.310	18.921	3.359	2.112	68,96	55,14	56,64	44,52	68,09	100,00	36,53	55,11	16,07	76,86	0,357	0,637
15	33	2 263	2 553	BA	Itabuna	183.403	196.675	23.665	24.351	39,73	36,04	36,61	31,58	90,61	96,20	38,44	30,24	50,18	58,74	0,596	0,636
9	34	1 802	2 573	BA	Vera Cruz	27.628	29.748	4.055	4.509	43,70	43,57	36,50	37,31	83,84	66,58	38,97	35,62	71,86	83,46	0,633	0,634
86	35	3 803	2 587	BA	Licínio de Almeida	13.205	12.349	1.893	1.477	63,31	55,79	48,02	36,11	77,43	95,90	53,26	55,68	24,10	69,50	0,445	0,633
417	36	5 511	2 617	BA	Luís Eduardo Magalhães	-	18.755	-	3.631	-	40,45	-	43,25	-	100,00	-	25,31	-	73,29	-	0,631
49	37	3 359	2 632	BA	Ipiatã	42.407	43.620	5.793	5.567	58,73	54,32	53,73	45,06	100,00	100,00	54,15	49,11	33,27	76,60	0,495	0,629
205	38	4 595	2 648	BA	Jaguarari	37.365	27.412	5.638	3.750	65,75	55,05	57,85	47,44	46,12	92,08	33,78	44,71	29,16	85,58	0,364	0,629
39	39	3 165	2 654	BA	Dias d'Ávila	37.916	45.331	6.222	6.979	39,16	30,53	37,87	29,42	87,81	81,20	46,95	31,41	15,60	54,97	0,515	0,628
71	40	3 682	2 764	BA	Anguera	8.418	8.834	1.234	1.105	69,35	47,53	58,06	36,95	100,00	100,00	18,00	31,37	51,68	66,88	0,458	0,620
69	41	3 652	2 794	BA	Caculé	20.518	20.339	2.857	2.650	62,22	54,49	47,46	35,34	89,87	84,28	39,08	85,27	29,62	52,04	0,461	0,617
41	42	3 261	2 798	BA	Irecê	52.267	57.436	7.727	8.456	45,09	38,04	37,00	28,89	100,00	100,00	30,23	21,68	19,17	52,84	0,505	0,617
26	43	2 686	2 818	BA	Governador Mangabeira	16.348	17.163	2.346	2.467	62,50	44,48	47,06	36,44	75,90	100,00	7,59	14,35	91,21	69,85	0,558	0,615
196	44	4 548	2 850	BA	Itapebi	11.251	11.126	1.864	1.944	76,31	64,45	72,43	58,94	100,00	100,00	16,94	36,97	37,55	100,00	0,368	0,613
44	45	3 272	2 860	BA	Guanambi	68.603	71.726	9.912	9.360	55,73	44,52	45,01	36,78	87,77	83,13	22,97	22,72	47,11	73,15	0,504	0,612
54	46	3 465	2 862	BA	Ibititá	17.020	17.905	2.632	2.577	61,17	53,70	51,45	38,86	73,97	100,00	15,33	22,83	61,17	75,91	0,483	0,612
36	47	3 041	2 868	BA	Vitória da Conquista	242.155	262.492	32.902	35.728	46,91	41,36	43,66	38,33	95,62	100,00	32,94	43,19	36,71	52,63	0,526	0,611
132	48	4 173	2 870	BA	Firmino Alves	5.835	5.169	782	654	69,27	52,02	62,61	44,42	70,53	94,32	13,24	16,67	53,13	85,45	0,408	0,611
67	49	3 617	2 877	BA	Barreiras	113.695	113.090	19.356	17.905	44,95	37,43	40,09	31,69	83,95	98,59	28,18	22,23	15,20	52,99	0,466	0,611
32	50	2 901	2 894	BA	Cruz das Almas	49.629	53.049	6.620	6.841	43,48	36,96	35,62	30,85	100,00	90,25	18,29	17,56	35,80	57,64	0,540	0,609
335	51	5 228	2 895	BA	Caravelas	18.669	20.103	3.186	3.218	68,48	58,32	66,59	49,19	47,55	86,58	18,41	44,54	8,92	85,67	0,267	0,609
28	52	2 740	2 904	BA	Alagoinhas	122.838	130.094	16.890	16.737	38,35	33,93	34,15	29,18	67,88	75,89	45,88	33,65	37,12	51,72	0,554	0,608
24	53	2 600	2 907	BA	Jacaraci	13.589	13.520	1.692	1.566	71,20	60,67	54,11	46,63	97,44	81,25	42,08	61,90	81,98	78,97	0,566	0,608
35	54	2 944	2 921	BA	Santo Antônio de Jesus	71.932	77.366	9.340	9.980	45,92	42,29	36,13	33,49	100,00	100,00	16,89	5,44	37,64	65,65	0,535	0,606
42	55	3 266	2 929	BA	Capim Grosso	27.005	23.908	4.069	3.430	64,44	59,06	50,55	49,02	80,73	100,00	15,56	16,25	68,83	92,31	0,505	0,606
225	56	4 693	2 932	BA	Brejolândia	9.635	8.760	1.308	1.025	72,22	61,63	51,61	40,37	67,61	85,95	6,17	16,67	28,55	92,96	0,354	0,606
108	57	3 962	2 956	BA	Teixeira de Freitas	96.512	107.485	14.992	15.786	47,40	42,82	44,49	37,01	80,55	96,30	26,29	52,82	9,97	46,75	0,429	0,604
178	58	4 440	2 972	BA	Igaporã	14.778	14.557	2.145	1.857	71,12	66,10	57,55	47,59	92,13	100,00	5,60	21,62	31,57	93,91	0,379	0,603
103	59	3 922	2 994	BA	Eunápolis	85.982	84.120	12.799	12.707	55,98	42,98	51,49	38,52	91,72	100,00	20,99	60,13	24,64	41,71	0,434	0,601
12	60	2 115	3 003	BA	Terra Nova	13.013	12.873	1.954	1.936	54,06	43,09	47,31	31,97	64,97	83,40	64,41	36,52	79,74	55,18	0,608	0,600
94	61	3 840	3 006	BA	Jequié																

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999					IDI 2004
365	90	5 316	3 493	BA	Mansidão	10.841	11.044	1.979	1.901	76,52	67,43	65,38	51,03	45,65	87,07	13,16	0,86	8,72	97,92	0,241	0,559
59	91	3 556	3 509	BA	Cipó	12.913	14.284	2.184	2.330	68,86	69,44	61,19	54,10	100,00	59,16	19,58	33,76	58,65	100,00	0,471	0,557
50	92	3 412	3 514	BA	Sapeaçu	15.291	16.449	2.180	2.146	61,65	55,84	51,97	48,26	95,59	100,00	15,71	22,97	53,50	65,41	0,489	0,557
47	93	3 354	3 518	BA	Teodoro Sampaio	9.207	8.884	1.323	1.192	62,35	62,36	50,72	43,99	100,00	100,00	31,13	18,52	45,53	69,80	0,495	0,556
116	94	4 039	3 520	BA	Aramari	8.922	9.257	1.324	1.375	62,57	53,18	56,81	53,34	48,06	82,14	26,95	15,79	50,80	80,23	0,422	0,555
152	95	4 284	3 524	BA	Gandu	29.332	27.160	4.469	3.949	67,31	59,72	61,54	52,45	72,59	100,00	19,61	22,38	40,58	73,48	0,395	0,556
64	96	3 600	3 530	BA	Mortugaba	12.546	12.596	1.751	1.508	70,48	58,94	57,56	48,45	95,48	89,90	33,81	54,17	50,18	57,65	0,467	0,556
282	97	4 956	3 532	BA	Ibicuí	15.449	15.128	2.306	2.090	75,12	58,78	66,82	47,74	79,21	100,00	28,80	14,37	16,11	71,52	0,320	0,555
311	98	5 113	3 533	BA	Canudos	17.256	13.760	2.742	2.099	75,39	55,63	65,06	55,30	57,67	100,00	18,81	42,29	18,56	61,97	0,291	0,555
230	99	4 715	3 564	BA	Ubatã	24.999	21.801	3.509	3.163	71,10	53,61	66,86	60,51	74,31	100,00	37,56	36,60	22,62	66,94	0,351	0,553
76	100	3 738	3 591	BA	Serrinha	78.810	71.099	11.932	10.593	62,46	53,09	52,78	46,82	73,28	90,63	35,94	27,25	41,79	61,29	0,453	0,551
46	101	3 321	3 600	BA	Bumado	62.271	62.147	8.127	7.860	52,63	51,41	45,24	40,65	94,27	89,71	48,54	23,95	25,91	55,38	0,499	0,550
160	102	4 335	3 606	BA	Seabra	40.794	39.420	6.539	6.402	62,68	54,13	52,99	47,01	77,76	100,00	26,57	35,54	19,43	53,42	0,390	0,550
92	103	3 833	3 677	BA	São Gabriel	18.211	18.686	3.020	2.996	66,58	55,10	56,25	41,29	81,03	96,11	51,22	16,62	33,73	57,14	0,443	0,543
141	104	4 242	3 690	BA	Palmeiras	10.087	7.517	1.649	1.199	65,31	61,15	53,37	44,99	69,02	73,68	27,33	29,93	29,74	70,90	0,398	0,541
61	105	3 575	3 691	BA	Muniz Ferreira	6.757	6.939	934	887	71,78	67,73	54,95	45,52	73,33	100,00	43,24	0,00	56,19	79,68	0,469	0,541
142	106	4 243	3 699	BA	Irará	24.565	25.163	4.241	3.903	70,53	56,61	63,49	53,74	74,36	100,00	16,75	20,11	47,69	66,30	0,398	0,540
190	107	4 508	3 712	BA	Ibipauá	7.551	7.094	1.073	900	65,42	48,78	53,26	43,50	65,73	100,00	11,86	29,85	29,00	42,90	0,373	0,539
221	108	4 677	3 723	BA	Morro do Chapéu	31.979	34.492	5.544	5.869	74,00	71,26	62,11	52,11	83,64	89,41	41,45	41,14	15,74	73,13	0,355	0,538
153	109	4 307	3 739	BA	Quixabeira	14.821	9.464	2.088	1.387	68,84	65,71	52,39	51,76	51,30	100,00	13,79	23,49	45,66	70,14	0,392	0,536
291	110	4 996	3 741	BA	Tanhaçu	20.270	20.559	2.848	2.458	78,97	66,56	72,45	60,33	75,56	100,00	11,96	7,67	32,98	87,38	0,313	0,536
112	111	4 020	3 774	BA	Mutuipe	19.765	20.462	2.757	2.768	73,38	65,65	60,04	57,81	100,00	100,00	30,65	12,62	37,55	80,34	0,424	0,533
176	112	4 426	3 795	BA	Curaçá	25.219	28.839	4.209	4.673	79,50	61,46	67,87	52,70	76,14	89,53	14,00	16,23	54,52	73,81	0,381	0,531
93	113	3 834	3 796	BA	Cairu	8.546	11.409	1.477	1.888	70,16	58,12	58,46	52,50	45,36	100,00	24,17	34,43	70,81	55,91	0,442	0,531
102	114	3 912	3 802	BA	Paulo Afonso	93.609	96.497	13.319	13.461	49,27	43,86	43,86	37,53	79,34	94,80	18,97	27,93	17,69	32,36	0,434	0,531
65	115	3 601	3 810	BA	Coaraci	25.963	27.850	3.405	3.498	63,22	60,84	58,72	63,40	100,00	100,00	19,08	23,04	49,13	74,77	0,467	0,530
100	116	3 899	3 817	BA	Mata de São João	32.452	32.568	4.960	4.378	56,86	41,92	54,10	47,91	70,81	85,01	32,92	24,00	33,30	47,15	0,436	0,530
62	117	3 592	3 822	BA	Milagres	12.072	12.065	2.311	1.853	56,13	63,32	44,96	47,62	87,83	97,73	13,49	14,57	37,50	66,34	0,468	0,529
74	118	3 722	3 824	BA	Itooró	18.727	19.798	2.394	2.602	69,54	65,39	62,71	49,89	100,00	99,76	24,70	32,57	51,68	60,61	0,454	0,529
66	119	3 607	3 833	BA	Lapão	21.535	24.725	3.437	3.922	61,28	51,35	50,75	41,62	100,00	88,68	18,23	19,96	39,49	50,03	0,466	0,528
113	120	4 021	3 836	BA	Iraquara	18.144	18.334	3.146	3.141	71,03	59,40	60,47	49,26	79,44	87,70	25,56	22,59	48,41	64,81	0,424	0,528
52	121	3 444	3 837	BA	Jussari	8.550	7.556	1.223	1.070	65,33	60,74	61,64	45,09	73,78	100,00	34,25	40,98	67,18	46,60	0,466	0,528
140	122	4 239	3 838	BA	Itarantim	15.953	16.922	2.173	2.281	61,64	60,35	54,74	53,04	100,00	100,00	20,86	32,62	15,28	58,33	0,398	0,528
117	123	4 052	3 845	BA	Medeiros Neto	24.043	21.233	3.448	2.859	55,96	56,24	50,93	44,92	74,95	100,00	15,17	24,41	29,83	49,73	0,420	0,527
182	124	4 455	3 858	BA	Porto Seguro	64.957	95.720	11.241	17.144	58,69	50,63	54,27	46,63	71,38	97,84	18,42	43,38	19,37	36,82	0,378	0,525
252	125	4 804	3 878	BA	Antônio Gonçalves	13.946	9.714	1.974	1.506	73,17	69,42	61,55	46,88	76,98	100,00	19,08	4,88	22,77	73,50	0,340	0,524
137	126	4 208	3 893	BA	São Felipe	20.149	20.228	2.807	2.690	74,73	68,88	56,26	46,79	94,59	100,00	9,86	16,78	39,89	66,41	0,403	0,523
370	127	5 333	3 914	BA	Apuarema	10.218	7.441	2.092	1.142	84,96	69,60	78,84	66,63	35,37	100,00	10,71	33,04	34,34	78,10	0,234	0,521
192	128	4 522	3 929	BA	Mirangaba	17.031	14.260	2.835	2.289	85,89	66,82	75,84	60,36	80,86	100,00	14,65	17,34	62,42	76,37	0,371	0,520
127	129	4 125	3 934	BA	Itagimirim	7.021	7.727	1.044	1.131	72,89	52,57	66,58	54,58	100,00	91,56	21,67	47,86	43,78	45,24	0,413	0,519
341	130	5 237	3 965	BA	Belmonte	19.968	20.031	3.310	3.324	74,47	51,48	69,88	56,21	50,87	90,47	34,35	34,40	8,03	52,16	0,266	0,517
261	131	4 865	3 985	BA	Poções	39.380	44.211	5.628	6.274	73,68	67,53	68,41	63,03	100,00	100,00	15,52	22,16	17,74	75,74	0,334	0,516
264	132	4 876	3 988	BA	Morpará	8.496	8.595	1.197	1.135	75,26	65,38	69,68	54,16	68,42	100,00	16,16	12,59	35,58	69,36	0,332	0,515
91	133	3 825	3 992	BA	Piritiba	19.482	19.035	3.067	2.807	73,23	58,84	61,07	51,07	88,75	79,15	30,56	38,50	51,94	57,06	0,443	0,515
72	134	3 693	4 011	BA	São Domingos	8.423	8.617	1.086	1.003	69,38	68,58	54,48	44,28	100,00	100,00	58,76	31,08	27,57,			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	1999	2004									
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
151	164	4 274	4 273	BA	Macaúbas	38.437	41.806	6.249	6.012	78,77	68,98	68,71	55,92	79,70	76,95	18,17	58,40	56,74	52,75	0,395	0,489
347	165	5 263	4 275	BA	Planalto	23.677	21.707	3.702	3.111	82,13	66,34	76,92	56,95	81,66	87,15	22,22	38,74	10,79	55,80	0,259	0,489
51	166	3 437	4 276	BA	Sento Sé	30.486	32.461	5.515	5.763	75,48	76,24	67,24	58,39	65,98	100,00	30,15	20,53	89,13	69,68	0,486	0,488
333	167	5 222	4 279	BA	Ubaíra	26.568	21.225	3.641	2.765	80,25	65,50	68,13	55,03	49,90	100,00	19,47	19,30	21,16	56,09	0,269	0,488
97	168	3 878	4 280	BA	Ilhéus	242.445	222.127	36.048	31.136	53,59	51,39	47,88	45,87	73,75	68,56	37,02	43,20	21,13	36,58	0,438	0,488
399	169	5 410	4 285	BA	Planaltino	7.809	7.963	1.246	1.107	89,39	77,38	79,96	66,74	52,00	100,00	3,17	11,89	24,87	83,26	0,208	0,488
227	170	4 701	4 293	BA	Itiruçu	13.778	13.583	1.953	1.964	71,72	60,21	67,87	50,78	67,71	72,56	26,80	20,80	33,62	59,09	0,353	0,487
254	171	4 812	4 300	BA	Varzedo	8.749	8.671	1.182	1.173	77,58	68,34	60,77	49,41	27,12	68,94	15,32	3,47	52,83	76,11	0,339	0,486
138	172	4 221	4 304	BA	Itaquara	7.362	7.861	1.180	1.171	81,73	69,66	75,45	65,54	100,00	85,90	27,65	24,82	53,73	74,19	0,401	0,486
255	173	4 815	4 322	BA	América Dourada	14.879	15.958	2.592	2.794	73,43	65,49	61,19	54,75	100,00	91,54	33,15	16,38	3,67	60,15	0,339	0,485
302	174	5 047	4 337	BA	Manoel Vitorino	15.510	16.807	2.535	2.468	84,95	74,75	76,39	65,50	88,08	70,95	41,43	62,10	18,49	67,28	0,305	0,484
203	175	4 578	4 343	BA	Valença	74.661	77.509	11.934	11.522	65,30	57,96	57,89	51,40	65,70	71,21	33,55	41,20	19,76	46,63	0,365	0,484
235	176	4 734	4 354	BA	Várzea do Poço	10.784	7.515	1.402	914	68,49	58,82	51,69	42,86	82,61	100,00	13,51	27,92	11,96	30,72	0,350	0,483
104	177	3 930	4 360	BA	Brotoas de Macaúbas	14.016	13.003	2.103	1.768	74,26	60,31	68,02	57,21	88,15	84,84	16,18	5,23	63,30	65,07	0,433	0,481
273	178	4 917	4 368	BA	Campo Formoso	59.331	61.940	9.764	9.926	78,59	69,41	69,54	62,47	63,11	71,14	21,35	24,85	36,26	76,31	0,326	0,481
388	179	5 383	4 388	BA	Itaguaçu da Bahia	13.200	11.309	2.553	2.107	77,79	70,34	69,74	58,38	44,55	100,00	19,43	15,63	2,05	62,29	0,216	0,478
219	180	4 675	4 394	BA	Santa Inês	10.812	11.025	1.633	1.525	77,17	54,97	67,99	41,98	100,00	69,91	19,55	18,00	27,65	44,16	0,356	0,478
27	181	2 710	4 398	BA	Rio de Contas	13.271	13.935	1.741	1.735	62,17	56,14	46,45	41,62	100,00	90,95	13,45	29,53	74,62	28,52	0,557	0,478
222	182	4 682	4 404	BA	Itanhém	23.023	21.334	3.188	2.850	66,23	59,01	58,44	53,76	73,06	100,00	32,44	6,44	13,97	50,44	0,355	0,477
307	183	5 086	4 419	BA	Serra Preta	16.751	17.726	2.406	2.451	80,26	69,49	68,99	54,85	91,27	96,55	19,18	25,24	12,57	53,59	0,296	0,475
187	184	4 499	4 432	BA	Mairi	18.877	20.083	2.951	3.014	75,94	69,26	62,16	52,73	100,00	99,48	17,55	23,70	29,00	50,18	0,374	0,474
88	185	3 817	4 433	BA	Prado	24.227	26.496	4.405	4.823	67,99	60,57	65,39	52,39	59,06	100,00	19,96	31,35	71,57	36,99	0,444	0,474
263	186	4 874	4 442	BA	Caém	17.120	12.563	2.432	1.782	75,16	71,57	63,82	67,49	90,04	100,00	14,29	10,73	19,81	72,87	0,332	0,473
186	187	4 489	4 444	BA	Santa Cruz Cabrália	17.334	23.886	3.125	4.144	64,28	56,28	61,21	52,91	80,77	78,78	45,65	29,30	12,35	44,27	0,375	0,473
202	188	4 574	4 451	BA	Itaberaba	56.381	58.943	8.393	8.573	59,03	55,06	51,38	39,09	66,95	79,75	20,06	25,00	13,23	30,53	0,366	0,472
124	189	4 093	4 452	BA	Várzea Nova	12.387	14.152	2.092	2.237	75,11	65,55	67,96	55,53	100,00	100,00	24,21	17,96	46,80	50,82	0,415	0,472
87	190	3 811	4 457	BA	Jussiapé	11.253	10.485	1.288	912	67,85	66,76	56,75	49,70	94,92	100,00	5,88	28,09	52,14	41,08	0,445	0,472
156	191	4 325	4 460	BA	Capela do Alto Alegre	11.846	11.896	1.635	1.479	79,36	69,81	62,74	46,58	94,38	100,00	19,19	23,28	41,56	43,28	0,391	0,471
367	192	5 319	4 467	BA	Rafael Jambeiro	21.670	22.599	3.635	3.365	86,26	77,04	77,39	72,38	77,59	91,42	3,17	21,56	18,83	81,23	0,239	0,471
308	193	5 094	4 477	BA	Iguai	22.211	25.132	3.384	3.503	80,92	76,46	72,03	61,46	79,95	100,00	10,38	38,76	25,46	56,48	0,294	0,470
125	194	4 094	4 479	BA	Dom Basílio	9.932	10.427	1.394	1.314	69,94	72,61	56,82	58,24	100,00	81,16	12,50	16,85	36,33	70,73	0,415	0,470
155	195	4 323	4 486	BA	Bom Jesus da Lapa	52.514	54.419	9.134	8.569	64,19	56,78	57,39	48,51	90,43	96,67	3,51	4,77	30,89	41,93	0,391	0,468
83	196	3 789	4 487	BA	Formosa do Rio Preto	16.065	18.288	2.986	3.301	78,03	76,56	66,33	57,48	78,45	73,42	24,24	16,20	71,89	76,57	0,447	0,468
84	197	3 799	4 489	BA	Ubaí	13.341	13.612	1.824	1.834	51,23	43,36	42,29	39,50	100,00	96,12	27,97	18,70	7,73	12,65	0,445	0,468
265	198	4 877	4 491	BA	Cardeal da Silva	7.286	8.034	1.522	1.594	76,12	61,92	67,43	62,36	60,00	86,45	9,29	11,52	41,74	62,33	0,332	0,468
134	199	4 194	4 496	BA	Livramento de Nossa Senhora	35.009	38.024	5.072	5.007	66,30	47,49	55,34	41,68	100,00	92,18	18,62	13,76	24,35	23,15	0,405	0,467
208	200	4 618	4 499	BA	Maragogipe	35.936	41.417	4.901	5.657	70,46	72,48	57,99	54,68	38,95	65,25	23,71	5,12	41,61	78,78	0,361	0,467
199	201	4 555	4 502	BA	Santaluz	30.895	30.953	4.843	4.546	72,63	65,22	65,82	53,99	95,64	89,97	38,74	29,98	18,41	45,97	0,368	0,467
283	202	4 957	4 504	BA	Correntina	29.703	30.583	4.838	4.704	81,43	76,89	71,48	59,61	63,17	92,44	5,99	14,77	46,33	69,59	0,320	0,467
346	203	5 257	4 515	BA	Cândido Sales	25.482	28.514	3.784	3.938	71,53	53,39	64,70	45,40	55,62	74,96	20,26	21,79	2,54	36,89	0,261	0,466
366	204	5 317	4 526	BA	Caraiibas	14.535	17.162	2.012	1.923	92,99	75,73	86,60	71,13	47,17	100,00	30,19	36,42	37,12	64,37	0,241	0,464
163	205	4 347	4 529	BA	Rio Real	30.274	33.258	5.476	5.662	74,29	69,82	63,58	58,03	86,25	81,86	17,42	14,60	41,67	65,27	0,389	0,464
215	206	4 652	4 533	BA	Abaré	12.477	13.646	2.133	2.337	76,64	66,59	64,03	51,40	100,00	100,00	26,93	21,54	20,19	42,49	0,357	0,463
232	207	4 717	4 536	BA	Gongogi	11.118	10.520	1.477	1.623	72,77	62,05	63,34	57,29	45,36	66,35	34,31	29,92	36,77	56,39	0,351	0,463
301	208	5 041	4 547	BA	Itanagra	4.630	6.368	946	1.230	82,90	75,42	69,27	58,78	52,73	100,00						

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe		DTP	Tetra-valente	1999	2004								
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
207	238	4 609	4 740	BA	Itapitanga	10.322	10.382	1.534	1.489	73,64	62,71	69,18	53,68	75,98	98,04	19,15	10,00	40,11	39,69	0,362	0,443
119	239	4 064	4 743	BA	Pindaí	14.876	15.492	2.355	1.991	78,16	72,47	63,54	50,40	92,83	60,94	14,72	36,99	55,14	51,20	0,418	0,443
320	240	5 175	4 745	BA	Itiúba	34.804	35.541	5.988	5.857	81,92	73,48	75,43	68,37	77,14	75,42	25,87	22,00	17,39	70,35	0,279	0,443
376	241	5 347	4 746	BA	Cordeiros	10.679	8.191	1.627	1.147	81,96	75,57	77,31	66,16	67,77	100,00	19,84	37,66	7,20	50,10	0,229	0,444
210	242	4 623	4 749	BA	Olindina	22.637	23.909	3.570	3.893	79,93	73,57	69,65	58,71	67,70	74,43	13,45	4,13	53,24	70,15	0,361	0,444
287	243	4 970	4 753	BA	Alcobaça	15.769	20.898	2.812	3.447	67,95	52,60	65,38	50,53	64,90	50,91	25,58	32,99	15,31	38,26	0,318	0,443
259	244	4 857	4 760	BA	Pindobaçu	24.551	20.867	3.661	3.162	76,12	58,04	62,40	42,42	63,23	95,39	26,97	24,92	27,10	17,24	0,334	0,442
334	245	5 224	4 768	BA	Caldeirão Grande	16.208	11.395	2.759	1.750	81,54	80,94	72,11	57,51	57,95	100,00	19,64	8,68	22,27	60,82	0,269	0,442
172	246	4 415	4 771	BA	Souto Soares	18.686	14.795	2.986	2.532	73,10	60,63	64,21	47,38	67,64	92,80	28,03	12,81	41,92	31,79	0,381	0,441
162	247	4 339	4 772	BA	Ubaítaba	23.007	23.854	3.839	3.518	72,35	65,40	65,90	66,74	70,40	100,00	44,28	19,26	36,73	48,96	0,390	0,441
277	248	4 936	4 775	BA	Queimadas	23.820	24.611	3.731	3.741	80,72	75,48	71,48	62,29	76,49	75,49	37,26	45,40	24,85	53,72	0,324	0,441
121	249	4 073	4 778	BA	Entre Rios	32.380	37.511	5.839	6.466	66,32	60,96	57,04	51,56	88,83	78,59	14,60	11,63	38,40	43,74	0,417	0,441
57	250	3 487	4 780	BA	Dom Macedo Costa	3.757	3.748	451	423	79,75	62,35	58,08	53,11	89,13	85,25	16,67	2,78	76,60	47,76	0,479	0,441
319	251	5 172	4 783	BA	Andorinha	17.509	15.773	2.529	2.272	84,67	69,43	79,66	65,42	74,87	96,31	12,26	44,93	32,57	40,37	0,280	0,440
171	252	4 412	4 787	BA	Santa Teresinha	8.941	8.694	1.441	1.303	80,21	77,62	68,52	53,13	76,07	100,00	7,14	18,13	59,62	47,61	0,381	0,440
323	253	5 179	4 795	BA	Ponto Novo	18.023	17.186	3.403	2.753	83,85	81,81	74,51	67,45	48,87	100,00	38,89	23,91	25,86	62,65	0,278	0,438
382	254	5 370	4 801	BA	Mirante	10.706	12.873	1.971	1.404	90,67	59,40	85,29	63,01	44,29	89,29	5,77	21,74	39,58	41,89	0,222	0,437
310	255	5 109	4 810	BA	Iuiú	11.230	10.489	2.126	1.795	83,60	73,68	76,76	66,78	60,00	78,66	9,87	13,37	42,17	69,03	0,292	0,436
167	256	4 404	4 812	BA	Xique-Xique	40.786	44.718	7.338	7.865	71,30	67,18	64,68	62,20	95,68	76,66	20,05	15,86	30,99	57,65	0,382	0,436
200	257	4 562	4 818	BA	Canavieiras	34.066	35.322	5.260	5.295	70,72	62,22	64,84	55,03	81,02	85,81	18,99	37,63	32,46	29,92	0,367	0,436
244	258	4 776	4 828	BA	Lençóis	9.689	8.910	1.823	1.591	68,16	62,07	65,69	56,77	53,41	53,85	22,67	20,57	33,46	55,70	0,344	0,435
147	259	4 260	4 832	BA	Floresta Azul	13.109	11.614	1.841	1.564	69,81	70,37	59,04	63,19	100,00	100,00	26,32	21,03	24,20	46,95	0,396	0,435
183	260	4 466	4 834	BA	Biritinga	13.845	14.639	2.241	2.276	84,93	76,93	74,90	70,06	77,07	98,47	19,92	23,68	62,25	59,77	0,377	0,435
363	261	5 312	4 837	BA	Itabela	26.904	25.744	4.977	4.312	74,60	60,80	68,58	55,98	62,18	79,50	13,11	29,78	2,49	35,99	0,242	0,435
228	262	4 702	4 842	BA	Campo Alegre de Lourdes	25.380	27.605	4.487	4.538	81,55	77,10	75,48	60,90	100,00	100,00	20,79	85,99	37,91	18,63	0,353	0,434
242	263	4 763	4 844	BA	Nova Soure	23.445	24.404	3.709	4.051	77,84	78,08	68,94	69,93	77,87	67,60	15,77	9,17	38,41	83,16	0,346	0,434
184	264	4 475	4 846	BA	Lafaiete Coutinho	4.929	4.100	548	442	76,03	44,98	71,61	52,14	100,00	88,89	36,17	52,38	30,18	0,00	0,377	0,434
226	265	4 695	4 847	BA	Carinhanha	26.166	27.270	5.060	4.791	79,82	76,24	74,20	66,99	82,72	87,54	61,36	65,10	23,43	40,41	0,354	0,434
158	266	4 327	4 849	BA	Ituberá	20.671	24.131	3.560	3.987	70,84	59,70	65,90	59,25	77,05	85,76	20,36	34,19	44,21	32,44	0,390	0,434
329	267	5 210	4 866	BA	Mulungu do Morro	14.562	15.119	2.682	2.713	75,67	68,37	69,74	67,45	65,65	99,47	13,18	12,42	14,66	52,58	0,272	0,432
75	268	3 726	4 867	BA	Remanso	34.078	36.255	4.902	5.209	75,21	67,88	62,57	50,71	100,00	100,00	36,96	18,35	50,97	32,10	0,454	0,432
279	269	4 943	4 868	BA	Riacho de Santana	28.719	28.643	4.410	4.076	75,54	69,83	67,64	58,02	69,95	89,17	3,03	80,93	35,48	15,47	0,322	0,432
276	270	4 934	4 871	BA	Canarana	21.414	21.664	3.525	3.353	66,42	58,34	58,80	48,80	88,18	100,00	21,37	29,08	0,00	15,17	0,324	0,431
180	271	4 449	4 874	BA	Aratuípe	8.275	8.379	1.428	1.387	80,78	79,09	67,04	61,36	57,28	100,00	41,60	5,49	49,84	60,13	0,379	0,431
201	272	4 565	4 877	BA	Nordestina	10.374	11.800	1.844	1.922	90,75	73,88	85,24	65,46	90,37	100,00	32,22	38,36	61,52	42,48	0,367	0,431
253	273	4 805	4 883	BA	Barra da Estiva	20.609	24.785	3.277	3.398	78,34	77,95	73,88	61,14	78,27	94,65	3,01	9,01	47,60	59,31	0,340	0,430
144	274	4 248	4 897	BA	Filadélfia	18.117	17.410	2.690	2.729	82,87	73,48	76,21	62,82	100,00	86,59	22,12	43,44	57,00	42,50	0,397	0,428
216	275	4 654	4 898	BA	Casa Nova	48.883	55.729	7.794	8.798	76,81	66,49	59,19	53,65	93,30	93,25	18,30	18,21	23,15	35,58	0,357	0,428
143	276	4 244	4 899	BA	Ibitiara	15.713	14.443	2.284	1.948	75,16	73,29	63,90	44,32	63,14	63,75	25,94	9,45	53,67	52,08	0,398	0,428
168	277	4 408	4 906	BA	Chorrochó	9.369	10.171	1.377	1.171	69,66	64,19	52,26	52,15	88,33	95,28	18,83	10,86	20,98	34,07	0,382	0,427
305	278	5 060	4 913	BA	Cristópolis	12.882	12.662	2.115	1.814	79,97	73,90	72,88	65,32	100,00	100,00	26,44	17,58	10,16	50,56	0,301	0,425
342	279	5 242	4 917	BA	Barra do Rocha	9.018	8.072	1.547	1.209	84,37	63,25	80,02	64,58	74,62	100,00	27,94	34,62	18,72	30,58	0,264	0,425
170	280	4 411	4 927	BA	Jaguaquara	41.621	46.620	6.633	7.377	73,83	62,88	66,70	57,49	91,53	94,39	30,85	29,45	31,90	27,69	0,381	0,423
294	281	5 011	4 929	BA	Macururé	7.024	8.611	1.087	1.369	79,25	40,52	66,51	56,95	82,93	75,52	26,09	4,07	15,54	26,89	0,311	0,423
330	282	5 211	4 935	BA	Jiquiriçá	13.619	13.637	2.245	1.895	80,64	70,26	71,07	52,33	64,26	100,00	16,50	12,74	19			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola						
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004					Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente								
						IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
193	312	4 529	5 080	BA	Irajuba	6.644	6.361	1.031	1.012	81,65	64,30	77,64	76,84	100,00	100,00	22,22	13,43	46,19	46,14	0,370	0,404
105	313	3 937	5 082	BA	João Dourado	17.787	18.967	2.799	2.954	70,95	67,77	58,20	55,64	87,91	100,00	24,84	12,23	45,68	28,96	0,432	0,404
381	314	5 368	5 085	BA	São Desidério	18.693	19.005	3.585	3.293	79,30	70,66	69,54	58,85	41,32	100,00	7,94	36,10	13,06	23,04	0,222	0,404
240	315	4 751	5 091	BA	Paripiranga	26.551	26.591	4.443	4.004	79,15	77,22	63,36	60,24	63,47	78,10	36,33	26,35	31,66	46,34	0,348	0,403
194	316	4 532	5 099	BA	Ouroândia	14.136	15.355	2.216	2.661	83,15	74,28	75,57	72,98	74,81	100,00	17,50	8,00	60,52	53,97	0,370	0,402
285	317	4 968	5 108	BA	Nilo Peçanha	16.721	11.212	2.740	1.785	83,16	70,65	78,66	64,05	82,01	71,90	21,76	22,12	37,19	48,03	0,318	0,401
296	318	5 029	5 114	BA	Ribeira do Pombal	42.277	46.268	6.788	7.134	76,10	67,22	66,59	57,36	99,41	87,90	11,08	17,63	10,47	31,89	0,308	0,400
309	319	5 107	5 115	BA	Jeremoabo	33.357	34.915	5.679	5.722	83,56	76,46	75,78	63,49	80,79	96,53	42,66	67,54	14,49	17,80	0,292	0,400
328	320	5 204	5 116	BA	Pau Brasil	13.868	13.048	2.360	2.049	76,14	70,46	70,92	61,78	36,16	59,14	9,26	6,41	33,27	59,32	0,272	0,400
280	321	4 946	5 125	BA	Macarani	17.136	14.593	2.816	2.087	73,42	65,42	69,92	52,84	100,00	100,00	11,43	5,26	16,19	24,85	0,321	0,398
154	322	4 317	5 127	BA	Tucano	44.333	50.947	7.119	7.657	81,09	75,11	72,97	65,78	96,88	70,86	24,42	21,18	50,00	53,96	0,391	0,398
395	323	5 403	5 130	BA	Ibiquera	4.679	4.493	713	655	80,38	70,80	71,72	50,90	67,05	93,94	5,36	32,88	0,00	17,32	0,210	0,398
218	324	4 670	5 135	BA	Quijingue	23.944	26.375	4.279	4.379	92,30	82,61	86,73	76,82	96,83	81,03	19,16	8,66	63,45	73,14	0,356	0,396
380	325	5 365	5 139	BA	Caturama	10.650	9.198	1.588	1.031	85,56	79,51	77,24	64,08	51,04	83,89	38,74	39,39	7,02	40,30	0,223	0,396
258	326	4 838	5 143	BA	Coração de Maria	22.522	23.818	3.647	3.582	73,82	65,08	62,52	60,69	87,57	89,72	18,18	25,23	17,94	26,36	0,336	0,395
198	327	4 553	5 155	BA	Malhada de Pedras	7.550	8.424	1.102	1.202	80,83	66,69	68,69	55,00	93,75	88,76	66,67	9,47	16,53	29,87	0,368	0,393
231	328	4 716	5 156	BA	Itambé	29.468	30.849	4.731	4.815	75,66	67,82	69,57	62,67	69,92	74,44	12,99	10,53	44,32	45,26	0,351	0,393
292	329	5 007	5 159	BA	Laje	19.626	19.599	3.190	2.897	83,25	72,72	71,68	57,00	95,84	100,00	17,34	5,04	22,80	34,35	0,311	0,393
393	330	5 399	5 166	BA	Taperoá	18.631	15.933	3.423	2.754	85,24	73,60	81,02	70,22	36,40	77,84	31,11	26,59	17,26	48,25	0,212	0,392
338	331	5 233	5 169	BA	Lamarão	10.218	9.523	1.429	1.330	79,92	63,79	68,29	63,16	69,40	81,37	8,86	21,51	15,56	31,95	0,266	0,391
355	332	5 290	5 172	BA	Ribeira do Amparo	13.138	13.901	2.413	2.284	90,09	81,40	81,02	76,98	81,76	62,39	16,79	9,91	22,85	78,55	0,253	0,391
271	333	4 910	5 174	BA	Saúde	17.380	11.488	2.354	1.476	70,99	61,80	61,35	57,17	61,17	100,00	9,94	22,97	27,36	13,73	0,326	0,391
289	334	4 979	5 182	BA	Érico Cardoso	10.100	12.304	1.421	1.752	81,43	67,18	67,40	67,01	66,86	99,13	21,89	31,21	31,05	24,72	0,316	0,389
371	335	5 335	5 187	BA	Novo Triunfo	13.248	13.904	2.060	2.412	76,42	62,58	62,54	56,03	48,34	73,37	3,17	22,93	6,47	25,91	0,233	0,389
243	336	4 771	5 189	BA	Jandairá	8.840	10.026	1.798	1.986	81,54	77,30	74,45	71,97	78,69	67,99	12,72	24,09	48,25	58,66	0,345	0,389
239	337	4 749	5 197	BA	Wagner	8.776	8.975	1.565	1.556	69,99	73,37	63,38	54,48	72,47	61,50	9,65	14,97	31,45	43,99	0,348	0,386
359	338	5 300	5 199	BA	Antônio Cardoso	11.098	11.836	1.797	1.681	82,56	68,62	69,86	51,72	75,93	91,39	20,95	15,60	3,22	20,93	0,248	0,385
389	339	5 385	5 213	BA	Fátima	17.817	18.298	3.059	2.678	87,21	80,27	74,10	64,46	58,31	91,99	25,46	23,56	5,65	40,25	0,216	0,383
360	340	5 305	5 221	BA	Ipirá	62.712	61.746	10.048	9.254	83,44	76,45	74,42	66,09	76,11	100,00	31,40	26,59	2,00	32,04	0,245	0,382
106	341	3 941	5 223	BA	Jaguaripe	13.539	13.420	2.337	2.309	78,30	70,41	69,85	59,99	22,81	32,02	34,47	5,13	92,05	64,37	0,431	0,381
246	342	4 784	5 230	BA	Banzaê	11.021	11.154	1.822	1.817	86,03	75,72	76,16	61,84	100,00	91,30	10,39	6,38	44,37	40,51	0,343	0,379
300	343	5 038	5 237	BA	Mundo Novo	21.556	21.272	3.633	3.512	74,23	59,19	65,66	62,62	93,78	100,00	21,80	12,38	4,74	17,05	0,307	0,379
378	344	5 357	5 239	BA	Guaratinga	23.618	24.317	3.843	3.474	81,61	71,03	77,35	62,75	54,15	75,10	16,25	22,36	13,85	36,46	0,225	0,378
274	345	4 925	5 241	BA	Água Fria	14.148	14.965	2.463	2.458	86,97	68,96	79,44	65,92	78,03	83,84	11,81	10,99	51,60	38,79	0,325	0,378
238	346	4 745	5 244	BA	Itamarí	8.075	8.469	1.246	1.264	79,89	68,76	75,21	70,55	100,00	100,00	14,78	24,39	36,96	28,28	0,348	0,378
322	347	5 178	5 263	BA	Teofilândia	20.424	20.430	3.814	3.408	80,72	68,55	74,54	66,09	87,70	86,48	19,58	22,98	13,06	28,89	0,279	0,372
373	348	5 337	5 268	BA	Guajeru	12.339	12.834	1.784	1.600	83,56	79,34	72,25	72,90	51,16	84,34	31,52	75,36	7,24	20,95	0,232	0,371
401	349	5 418	5 272	BA	Bonito	14.469	12.902	3.082	2.696	74,30	71,43	71,37	63,22	31,29	68,73	7,35	23,64	7,75	36,29	0,204	0,370
272	350	4 914	5 274	BA	Piripá	14.645	16.126	1.982	2.471	80,22	75,07	75,85	69,48	64,20	61,99	24,79	50,88	42,08	35,76	0,326	0,369
358	351	5 299	5 280	BA	Andaraí	16.055	13.884	2.726	2.493	77,52	76,36	70,22	68,47	44,03	97,33	11,31	10,30	19,48	38,08	0,249	0,368
213	352	4 642	5 285	BA	Aiquara	6.716	5.313	1.014	694	73,79	66,75	71,88	65,47	86,49	87,23	36,36	37,80	27,70	16,61	0,359	0,367
286	353	4 969	5 287	BA	Santo Estêvão	39.311	41.143	6.584	6.238	73,23	68,57	66,64	63,38	87,44	82,74	24,97	15,66	10,90	29,34	0,318	0,366
179	354	4 442	5 289	BA	Adustina	11.838	14.301	2.072	2.243	89,58	82,71	80,22	75,63	100,00	100,00	25,62	19,70	58,69	44,90	0,379	0,366
157	355	4 326	5 294	BA	Potiraguá	14.660	14.579	2.648	2.487	72,49	74,62	65,89	69,55	100,00	100,00	21,50	17,58	33,86	31,13	0,391	0,364
295	356	5 019																			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004								
400	386	5 417	5 438	BA	Nova Itarana	6.476	6.591	1.202	1.192	89,26	87,60	83,73	74,86	68,13	85,96	6,84	6,67	17,03	44,83	0,204	0,322
362	387	5 309	5 443	BA	Mascote	16.508	16.091	2.706	2.495	78,93	65,89	74,91	64,48	21,55	69,11	9,76	11,48	35,44	18,19	0,243	0,320
397	388	5 406	5 444	BA	Santa Brígida	17.089	17.353	3.378	2.689	79,74	73,61	70,93	65,01	50,09	98,64	6,48	9,52	6,45	12,41	0,210	0,320
412	389	5 476	5 449	BA	Caetanos	11.672	13.076	1.620	1.640	89,03	81,69	89,53	80,57	64,80	66,14	12,23	39,29	4,73	36,71	0,162	0,318
404	390	5 438	5 454	BA	Anagé	43.514	31.058	6.737	4.600	83,92	76,84	81,15	78,39	37,00	75,40	22,87	33,80	11,95	26,52	0,192	0,318
410	391	5 472	5 455	BA	Ribeirão do Largo	13.786	15.301	2.295	2.360	85,97	75,85	83,93	74,19	25,38	69,41	3,90	15,53	23,57	33,37	0,171	0,314
314	392	5 133	5 458	BA	Camamu	30.484	33.660	5.725	6.276	80,56	72,97	75,64	70,21	90,18	100,00	15,16	14,29	18,37	11,72	0,287	0,314
188	393	4 506	5 463	BA	Nova Canaã	13.826	15.430	1.824	2.134	73,21	69,86	69,16	64,38	100,00	22,12	12,00	13,60	35,50	40,99	0,373	0,312
331	394	5 213	5 469	BA	Tapiramutá	13.779	17.059	2.541	3.035	80,64	77,64	75,92	70,38	76,06	80,10	25,99	18,21	13,97	22,66	0,271	0,310
339	395	5 234	5 474	BA	Heliópolis	12.185	13.106	1.982	2.155	87,26	79,57	74,77	68,90	39,80	54,24	9,49	5,24	43,82	41,65	0,266	0,307
344	396	5 253	5 475	BA	Santa Luzia	16.260	16.060	2.574	2.825	80,79	74,94	77,13	65,84	71,43	65,61	14,53	8,65	19,37	26,45	0,261	0,307
337	397	5 231	5 485	BA	Maraú	17.880	19.620	3.142	3.841	86,09	85,43	80,74	76,73	48,26	36,97	34,06	14,15	32,23	58,09	0,266	0,304
350	398	5 273	5 486	BA	Ituaçu	18.580	17.266	2.758	2.494	81,03	71,13	73,73	60,40	72,14	82,69	9,19	6,78	16,79	8,00	0,257	0,303
224	399	4 687	5 498	BA	Cansanção	30.982	31.945	5.169	5.370	84,76	80,09	77,75	69,04	100,00	93,82	25,90	15,99	41,39	12,46	0,355	0,296
332	400	5 217	5 513	BA	Caatiba	14.527	15.506	2.104	1.786	77,06	75,40	71,10	65,06	62,36	60,41	29,90	20,38	10,30	13,71	0,271	0,284
394	401	5 401	5 517	BA	Barra do Choça	39.248	40.816	6.825	5.427	80,90	73,05	79,03	71,88	59,48	74,17	19,84	23,03	4,85	9,30	0,211	0,282
245	402	4 778	5 518	BA	Aurelino Leal	16.347	17.148	2.706	2.637	79,21	75,75	72,21	70,41	58,33	19,94	47,54	39,19	36,08	28,89	0,344	0,281
415	403	5 489	5 525	BA	Pedro Alexandre	15.167	17.609	2.866	3.367	94,63	87,77	90,24	82,70	64,33	75,92	10,79	14,46	4,39	33,94	0,143	0,272
385	404	5 377	5 527	BA	Encruzilhada	30.967	32.924	4.551	5.001	85,97	82,74	81,03	75,83	51,97	47,32	8,41	12,62	24,35	36,98	0,219	0,271
409	405	5 465	5 528	BA	Coronel João Sá	19.036	19.664	3.493	3.514	90,44	86,47	85,69	72,44	49,44	58,40	13,94	21,08	15,12	27,54	0,177	0,271
374	406	5 344	5 531	BA	Lajedinho	4.471	4.352	730	690	86,46	86,89	77,29	72,57	87,50	68,85	7,78	18,07	7,94	22,30	0,230	0,266
390	407	5 389	5 533	BA	Boa Nova	17.315	20.544	2.920	3.175	85,85	85,19	80,97	75,22	59,27	69,88	12,97	24,10	16,45	18,02	0,214	0,262
408	408	5 456	5 534	BA	Pirai do Norte	17.889	11.238	4.212	1.831	92,32	85,04	89,70	75,65	66,85	47,95	11,93	17,36	15,47	32,49	0,182	0,261
411	409	5 475	5 537	BA	Wenceslau Guimarães	22.161	23.925	4.053	4.025	87,75	82,53	83,11	78,57	47,70	53,33	10,95	17,70	7,64	29,26	0,165	0,259
377	410	5 349	5 538	BA	Lagoa Real	11.903	12.765	1.889	1.997	84,67	82,65	74,23	67,50	61,51	54,94	20,21	21,29	9,68	14,78	0,229	0,257
383	411	5 373	5 542	BA	Diário Meira	15.165	15.982	2.978	2.971	83,94	78,72	75,91	79,02	36,87	63,17	22,99	23,19	18,15	14,20	0,221	0,249
413	412	5 478	5 543	BA	Bom Jesus da Serra	11.901	10.500	1.940	1.491	90,98	82,39	85,63	72,93	46,96	70,67	14,17	12,50	10,02	13,26	0,160	0,249
414	413	5 481	5 546	BA	Itapicuru	24.391	27.314	4.605	4.817	90,11	77,96	82,26	72,19	37,77	49,51	5,88	7,29	13,38	16,23	0,157	0,236
405	414	5 450	5 547	BA	Jucuruçu	12.049	12.375	2.067	1.994	85,95	77,25	80,72	74,01	37,00	24,49	9,68	15,17	17,99	25,34	0,187	0,235
396	415	5 405	5 548	BA	Maetinga	11.506	13.684	1.429	1.677	90,07	82,41	86,28	68,30	100,00	41,11	20,83	46,60	0,00	0,00	0,210	0,233
406	416	5 451	5 553	BA	Tremedal	23.861	21.200	2.986	2.887	89,24	84,84	86,76	79,98	57,14	53,42	19,50	24,87	12,34	11,66	0,187	0,215
386	417	5 379	5 556	BA	Monte Santo	52.551	56.138	8.398	9.453	91,13	85,49	87,66	77,58	69,22	75,19	57,65	9,08	2,50	2,65	0,218	0,204
-	-	19	18	CEARÁ		6.809.290	7.431.596	1.107.667	1.141.873	62,09	53,21	50,61	42,58	100,00	94,70	29,67	32,40	53,46	65,10	0,514	0,582
1	1	783	851	CE	Maracanaú	160.065	179.732	27.045	29.084	38,79	32,96	32,83	26,95	100,00	99,49	18,03	39,68	100,00	100,00	0,719	0,774
2	2	1 278	1 572	CE	Fortaleza	1.965.513	2.141.400	277.933	289.505	30,60	26,18	26,74	22,82	93,64	94,59	36,37	39,97	61,42	67,09	0,673	0,713
50	3	3 355	1 912	CE	Itaigaba	6.279	6.579	924	827	60,93	56,58	46,03	29,89	85,61	89,90	12,82	47,24	55,75	91,25	0,495	0,683
23	4	2 890	1 927	CE	Barbalha	43.296	47.029	6.860	7.161	62,23	55,54	50,63	45,40	100,00	100,00	33,81	47,34	62,30	100,00	0,541	0,682
12	5	2 656	1 946	CE	Pacajus	37.076	44.068	6.236	7.250	66,75	53,60	53,86	37,67	100,00	90,37	12,98	36,40	88,55	100,00	0,561	0,680
35	6	3 083	1 952	CE	Eusébio	27.206	31.498	4.999	5.497	61,00	45,67	51,62	36,80	100,00	99,08	12,01	44,55	65,89	82,66	0,523	0,680
6	7	2 326	1 956	CE	Paracuru	23.018	27.540	3.965	4.499	61,66	59,15	48,38	41,17	100,00	97,88	35,89	46,56	78,30	100,00	0,591	0,680
17	8	2 734	2 113	CE	Porteiras	15.154	15.656	2.563	2.243	78,03	58,60	63,59	52,62	100,00	100,00	54,84	56,79	85,88	100,00	0,554	0,668
15	9	2 702	2 286	CE	Juazeiro do Norte	189.161	212.133	29.577	32.691	51,34	44,90	42,22	37,11	98,99	99,07	52,00	34,56	41,03	77,44	0,557	0,656
113	10	4 428	2 311	CE	Icapuí	15.666	16.052	2.516	2.148	71,35	57,92	56,72	46,82	96,77	100,00	19,69	46,97	22,02	92,75	0,380	0,654
7	11	2 345	2 445	CE	Crato	95.521	104.644	14.903	15.313	46,18	38,54	36,70	31,44	100,00	100,00	38,28	17,31	49,34	68,70	0,589	0,643
4	12	1 965	2 459	CE	Pacatuba	43.594	51.696	8.037	8.851	40,64	32,55	34,54	30,45	87,24	95,28	18,70	35,91	70,08	54,27	0,620	0,642
14	13	2 693	2 460	CE	Sobral>																

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						Pai		Mãe			DTP	Tetra-valente	1999	2004				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
31	42	3 013	3 409	CE	Martinópolis	7.313	8.600	1.492	1.631	75,77	64,10	67,21	56,69	98,93	98,82	10,09	15,42	100,00	90,16	0,529	0,566
37	43	3 135	3 423	CE	Jati	6.755	7.264	1.008	963	68,54	64,85	56,38	49,19	100,00	100,00	38,37	61,90	63,11	58,91	0,518	0,565
10	44	2 502	3 462	CE	Palhano	7.728	8.166	1.063	906	70,53	59,67	51,90	38,36	100,00	100,00	24,56	33,93	90,17	55,47	0,575	0,561
43	45	3 235	3 469	CE	Tejuçuoca	11.286	13.519	2.100	2.344	87,61	71,97	74,79	60,92	100,00	95,03	61,06	45,93	84,93	86,65	0,508	0,561
40	46	3 161	3 525	CE	Guaiúba	17.060	19.882	3.138	3.268	74,97	64,53	61,93	51,28	100,00	95,20	14,53	26,55	85,84	77,43	0,516	0,556
30	47	3 009	3 548	CE	Morrinhos	15.741	17.926	3.112	3.371	77,19	71,21	61,91	58,60	100,00	97,56	17,53	12,63	92,16	96,29	0,530	0,554
83	48	4 032	3 549	CE	Irauçuba	16.986	19.559	3.263	3.679	79,13	65,88	64,83	57,51	100,00	99,26	33,21	19,14	46,52	85,74	0,423	0,554
68	49	3 670	3 565	CE	Itapagé	37.628	41.092	6.714	7.278	74,29	60,90	61,14	50,69	100,00	99,22	31,61	39,55	53,46	63,28	0,460	0,553
19	50	2 782	3 581	CE	Palmeira	9.873	9.859	1.649	1.603	69,62	68,74	55,34	40,37	100,00	100,00	31,79	22,58	79,18	68,52	0,550	0,552
53	51	3 426	3 611	CE	Uruburetama	15.345	16.444	2.853	2.905	68,40	62,59	55,69	45,51	100,00	100,00	2,43	1,75	67,87	77,14	0,487	0,550
46	52	3 285	3 649	CE	Ubajara	26.164	27.093	4.637	4.326	71,95	61,75	57,56	49,55	92,32	86,38	22,51	14,41	73,15	79,22	0,503	0,546
48	53	3 333	3 658	CE	Orós	21.336	22.021	2.838	2.734	72,26	56,46	51,41	36,69	94,97	91,04	42,15	21,51	54,03	54,77	0,497	0,545
18	54	2 747	3 663	CE	Redenção	21.972	24.993	3.737	4.028	68,83	57,75	51,61	53,18	100,00	100,00	27,67	21,77	77,96	67,71	0,553	0,544
52	55	3 384	3 686	CE	Cascavel	50.022	57.127	8.027	8.791	69,71	55,59	57,79	47,58	100,00	96,26	10,14	26,94	69,54	58,38	0,493	0,542
51	56	3 381	3 692	CE	Ibiapina	20.905	22.156	3.848	3.619	74,83	66,22	65,49	50,83	100,00	90,30	16,72	36,10	79,12	70,14	0,493	0,541
111	57	4 403	3 693	CE	Ipu	35.291	39.078	6.055	6.108	77,47	61,34	65,94	47,73	100,00	100,00	38,92	25,82	26,87	62,45	0,382	0,541
133	58	4 631	3 697	CE	Pacoti	10.972	10.929	1.937	1.777	69,88	65,39	49,07	39,40	81,47	84,43	15,83	48,11	14,29	54,72	0,360	0,540
95	59	4 171	3 719	CE	Tururu	10.653	11.496	2.057	1.930	70,87	61,20	56,05	54,18	100,00	100,00	14,97	61,85	32,60	49,68	0,408	0,538
71	60	3 827	3 731	CE	Várzea Alegre	32.898	34.843	5.062	4.746	78,50	63,88	59,81	46,90	85,36	96,97	50,40	37,89	47,63	58,01	0,443	0,537
143	61	4 722	3 736	CE	Jaguaribe	32.781	35.060	4.893	5.104	67,48	54,29	49,60	44,95	99,57	72,69	7,91	33,80	3,66	60,56	0,351	0,536
21	62	2 823	3 752	CE	São João do Jaguaribe	8.363	8.648	972	1.003	66,43	63,57	40,94	47,25	100,00	85,23	12,90	16,50	69,56	73,90	0,547	0,535
109	63	4 363	3 756	CE	Varjota	14.261	16.591	2.422	2.712	72,37	58,92	62,01	46,05	100,00	85,68	33,72	23,81	22,49	64,02	0,387	0,534
65	64	3 606	3 763	CE	Beberibe	38.139	42.343	6.281	6.558	79,13	64,91	66,96	48,99	100,00	91,86	10,90	30,29	77,23	66,37	0,466	0,534
54	65	3 441	3 783	CE	Crateús	65.229	70.897	9.606	10.086	66,90	59,33	54,10	47,98	100,00	100,00	23,97	30,99	53,36	54,79	0,486	0,532
138	66	4 680	3 793	CE	Tamboril	27.265	25.972	4.994	4.170	84,10	65,30	68,32	53,54	100,00	97,80	8,11	28,87	40,51	68,08	0,355	0,531
67	67	3 628	3 803	CE	Itatira	14.430	15.540	2.818	2.886	91,49	76,29	75,71	64,41	100,00	90,91	23,57	16,92	91,09	99,10	0,464	0,531
57	68	3 489	3 818	CE	Forquilha	16.594	17.488	2.881	3.040	71,16	65,54	64,99	56,19	100,00	95,46	37,09	31,65	59,17	69,91	0,479	0,529
123	69	4 516	3 832	CE	Meruoca	10.769	11.338	1.977	1.905	75,50	61,80	57,42	49,69	100,00	98,07	28,13	33,33	17,67	57,20	0,372	0,529
42	70	3 209	3 839	CE	Marco	18.466	20.427	3.760	4.023	78,48	65,63	65,63	56,67	100,00	100,00	13,81	29,39	91,64	68,80	0,511	0,528
39	71	3 149	3 851	CE	Aurora	24.522	25.206	3.889	3.831	79,40	67,84	63,13	52,05	92,17	97,97	55,42	32,80	74,42	65,12	0,517	0,527
90	72	4 098	3 853	CE	Barro	19.514	20.007	3.160	2.912	73,25	63,37	53,87	44,36	92,53	100,00	38,67	25,90	27,31	55,26	0,414	0,526
139	73	4 690	3 874	CE	Itarema	25.793	30.346	4.956	5.903	85,08	74,78	71,03	63,41	100,00	100,00	7,13	47,29	44,22	74,32	0,354	0,524
70	74	3 794	3 879	CE	Groaíras	8.353	8.740	1.350	1.322	71,75	61,69	61,58	55,58	100,00	97,02	23,35	20,38	50,35	68,14	0,447	0,524
93	75	4 145	3 885	CE	Mucambo	12.495	13.810	2.145	2.143	83,77	72,24	74,89	59,13	100,00	97,89	43,66	42,47	51,16	70,51	0,411	0,523
56	76	3 472	3 905	CE	Quixeramobim	56.697	59.234	9.563	9.314	77,03	69,87	56,87	48,11	100,00	100,00	29,91	39,93	61,64	56,68	0,482	0,522
92	77	4 123	3 908	CE	Jaguaribara	7.924	8.728	1.212	1.240	74,32	66,91	52,09	43,50	87,64	100,00	1,14	15,58	47,27	61,20	0,413	0,521
61	78	3 542	3 932	CE	Nova Russas	29.416	29.346	4.712	4.293	77,00	64,65	65,75	56,67	100,00	100,00	38,86	11,90	62,49	73,17	0,473	0,520
110	79	4 365	3 941	CE	Itapipoca	80.249	94.369	14.426	16.049	69,16	60,41	54,07	46,45	96,19	100,00	12,63	6,90	23,65	60,98	0,387	0,519
80	80	3 981	3 943	CE	Camocim	51.533	55.447	9.237	9.628	75,89	70,10	67,34	61,31	98,15	99,93	12,58	4,74	58,70	86,62	0,427	0,519
11	81	2 638	3 968	CE	Acarapé	10.962	12.925	2.084	2.173	61,72	56,25	48,49	41,42	96,60	82,86	22,73	29,41	75,75	48,38	0,563	0,517
73	82	3 902	3 974	CE	Frecheirinha	10.880	11.832	2.099	2.058	78,28	74,44	67,93	56,59	100,00	95,68	15,38	27,06	62,63	76,17	0,435	0,516
69	83	3 779	3 983	CE	Mulungu	8.197	8.964	1.442	1.522	72,11	60,14	54,38	43,04	89,59	81,73	21,39	34,63	50,50	51,27	0,449	0,516
164	84	4 987	3 991	CE	Ereré	6.132	6.302	981	807	89,13	80,48	66,83	50,15	100,00	100,00	39,36	49,48	12,42	61,86	0,315	0,515
156	85	4 841	4 000	CE	Jardim	25.006	26.900	4.289	4.317	83,45	70,73	66,93	62,73	99,41	91,17	7,14	25,34				

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004								
44	116	3 254	4 361	CE	Jucás	20.724	22.632	3.526	3.759	84,93	69,31	68,61	53,58	100,00	100,00	11,69	23,84	100,00	53,49	0,506	0,481
82	117	4 023	4 376	CE	Chaval	11.275	12.163	2.054	2.109	80,99	69,71	73,43	63,29	100,00	85,66	15,81	9,20	65,90	77,52	0,423	0,480
107	118	4 336	4 377	CE	Antonina do Norte	5.781	6.509	990	1.046	87,17	69,02	69,17	51,32	100,00	68,97	37,16	33,67	43,62	60,93	0,390	0,480
129	119	4 591	4 384	CE	Banabuiú	15.112	16.173	2.927	3.009	80,36	62,30	55,62	44,37	79,79	95,26	25,86	22,04	28,78	39,59	0,364	0,479
104	120	4 281	4 399	CE	Morada Nova	60.426	64.400	9.407	9.327	75,95	68,49	56,31	50,89	100,00	86,92	12,30	30,16	34,00	51,83	0,395	0,477
162	121	4 906	4 403	CE	Itaíri	39.398	44.527	7.692	8.154	76,16	67,56	64,07	57,76	98,91	100,00	12,95	29,24	15,26	51,59	0,327	0,477
125	122	4 533	4 415	CE	Alto Santo	13.432	15.393	2.090	2.246	83,44	70,09	61,00	43,67	97,12	66,23	2,91	24,12	42,36	59,08	0,370	0,476
45	123	3 270	4 424	CE	Alcântaras	9.166	9.546	1.620	1.662	80,15	69,04	60,37	51,16	100,00	87,14	59,43	37,09	62,59	48,16	0,504	0,475
28	124	2 977	4 426	CE	Aracoiaba	23.820	24.064	3.916	3.701	76,30	62,72	60,02	46,51	100,00	85,71	38,83	18,86	79,67	46,88	0,532	0,475
105	125	4 319	4 436	CE	Caridade	13.799	15.602	2.443	2.719	81,83	68,76	66,80	51,97	100,00	90,36	2,94	22,82	53,71	53,60	0,391	0,474
74	126	3 925	4 443	CE	Cedro	23.302	24.061	3.334	3.352	72,14	54,67	50,81	43,97	100,00	75,20	31,47	20,26	30,64	40,07	0,434	0,473
132	127	4 629	4 450	CE	Potengi	8.314	9.256	1.388	1.391	80,89	66,90	70,19	65,80	100,00	100,00	15,51	32,88	37,44	55,05	0,360	0,472
178	128	5 270	4 468	CE	Jijoca de Jericoacoara	9.751	12.087	1.965	2.084	88,41	80,74	82,25	68,20	96,78	99,70	4,89	38,28	22,73	68,24	0,257	0,471
122	129	4 498	4 488	CE	Monsenhor Tabosa	15.451	16.342	2.650	2.467	81,94	72,21	60,62	47,01	100,00	100,00	9,88	25,56	37,31	43,65	0,374	0,468
79	130	3 965	4 492	CE	Solanoópole	16.198	16.901	2.458	2.332	76,80	74,30	53,06	52,15	100,00	100,00	13,27	41,31	44,54	42,81	0,428	0,468
145	131	4 732	4 494	CE	Canindé	65.576	69.601	12.182	11.919	81,31	70,25	67,71	54,01	100,00	96,50	9,31	22,83	34,26	51,56	0,350	0,467
134	132	4 637	4 501	CE	Quixeré	15.274	16.860	2.600	2.609	77,37	62,16	57,04	49,60	100,00	81,69	9,25	11,31	23,33	52,04	0,359	0,467
59	133	3 519	4 518	CE	Ibaretama	10.857	12.561	2.079	2.299	83,85	70,56	66,31	62,21	100,00	100,00	33,07	30,92	73,91	53,45	0,476	0,465
117	134	4 470	4 528	CE	Tianguá	49.243	58.068	9.003	10.257	73,57	69,24	63,98	56,94	100,00	80,14	38,67	24,84	19,03	59,37	0,377	0,464
55	135	3 460	4 530	CE	Apuiarés	11.229	12.539	1.973	2.010	82,57	73,82	61,13	56,35	100,00	98,53	10,56	29,51	81,90	51,75	0,484	0,464
136	136	4 665	4 565	CE	Chorozinho	16.031	18.707	2.831	2.927	77,89	62,19	65,84	62,70	72,99	99,05	25,44	32,08	37,01	43,31	0,356	0,460
181	137	5 362	4 568	CE	General Sampaio	4.840	4.866	918	922	80,84	73,20	73,33	62,69	63,33	100,00	23,53	25,60	0,00	57,01	0,223	0,460
141	138	4 709	4 581	CE	Massapê	25.555	29.574	4.807	5.372	77,40	61,69	67,59	64,29	94,39	95,21	24,50	47,11	26,43	38,17	0,352	0,458
140	139	4 708	4 586	CE	Arneiroz	7.128	7.536	1.256	1.221	84,64	73,10	63,53	49,17	100,00	86,00	54,74	17,54	11,71	53,68	0,352	0,458
180	140	5 278	4 636	CE	Croátá	15.817	16.064	3.043	3.283	90,98	79,23	78,02	67,47	99,76	80,87	14,62	35,58	13,57	69,93	0,254	0,454
159	141	4 881	4 669	CE	Icó	58.316	62.521	9.407	9.300	75,79	68,59	56,62	48,47	91,04	75,60	3,07	20,67	17,83	49,09	0,331	0,450
158	142	4 859	4 682	CE	Catarina	12.508	15.545	1.740	2.194	85,13	64,38	66,78	47,58	92,58	84,54	55,97	45,18	11,24	26,74	0,334	0,449
151	143	4 787	4 686	CE	Cariré	18.223	18.617	3.273	3.106	83,06	69,20	73,04	62,81	100,00	95,27	32,66	37,02	26,98	45,14	0,343	0,448
103	144	4 263	4 690	CE	Acaraú	45.342	48.968	8.794	8.905	82,64	78,03	73,60	65,25	94,12	100,00	5,93	8,02	64,67	68,41	0,396	0,448
165	145	5 002	4 696	CE	Pires Ferreira	10.457	8.641	1.916	1.353	87,30	80,69	74,95	64,84	95,36	95,72	44,90	27,12	17,09	63,00	0,312	0,447
146	146	4 766	4 700	CE	Uruoca	10.115	11.478	1.878	2.066	84,81	72,31	75,87	66,24	100,00	100,00	33,46	26,69	32,29	53,90	0,346	0,447
75	147	3 938	4 706	CE	Umari	7.590	7.435	1.127	1.014	75,77	66,61	53,16	39,56	100,00	86,52	39,13	19,08	32,17	31,91	0,432	0,446
142	148	4 713	4 756	CE	Ipaporanga	11.006	11.247	1.848	1.762	86,93	77,77	70,06	52,34	100,00	100,00	8,68	18,23	43,32	48,00	0,352	0,442
81	149	4 018	4 766	CE	Capistrano	15.504	15.830	2.725	2.545	79,89	68,09	55,07	47,95	89,17	95,82	16,21	21,31	51,80	34,20	0,424	0,442
86	150	4 070	4 773	CE	Ibicuitinga	8.876	9.433	1.494	1.403	79,48	68,30	60,22	43,02	88,53	89,62	9,57	29,89	57,57	28,01	0,417	0,441
182	151	5 381	4 800	CE	Choró	11.445	11.999	2.320	2.324	88,28	78,71	71,39	60,86	58,38	100,00	34,41	45,70	0,00	41,73	0,217	0,438
176	152	5 219	4 882	CE	Barroquinha	13.007	13.919	2.488	2.557	89,83	73,91	78,72	60,78	100,00	100,00	10,43	3,99	21,34	54,78	0,270	0,430
91	153	4 107	4 892	CE	Jaguaretama	17.310	18.022	3.037	2.882	80,40	74,54	51,73	50,24	86,85	73,90	51,08	74,77	28,65	21,83	0,414	0,428
108	154	4 349	4 920	CE	Coreaú	19.013	19.979	3.551	3.435	82,02	81,68	72,68	72,70	98,47	95,20	31,77	37,03	45,14	58,22	0,389	0,425
166	155	5 013	4 930	CE	Poranga	11.381	11.737	2.043	2.044	88,03	74,94	72,85	56,39	100,00	100,00	14,29	16,20	27,84	42,38	0,310	0,423
148	156	4 773	4 938	CE	Potiretama	5.816	5.766	934	870	82,08	74,15	55,14	55,90	100,00	100,00	26,85	8,77	11,67	44,51	0,345	0,422
147	157	4 772	4 948	CE	Amontada	28.119	32.333	5.808	6.021	80,68	68,93	64,80	58,32	100,00	99,19	4,37	7,59	31,21	42,03	0,345	0,420
85	158	4 066	4 962	CE	Altaneira	5.435	5.685	886	885	78,83	66,82	65,07	57,19	100,00	93,94	30,85	22,89	45,63	33,26	0,418	0,419
152	159	4 791	5 000	CE	Miramaí	10.579	11.415	2.099	2.144	80,73	77,66	66,83	64,39	100,00	100,00	7,69	17,24	30,71	49,67	0,342	0,416
124	160	4 525	5 031	CE	São Benedito	37.816	39.892	6.991	6.663	82,05	68,76	73,25	61,78	96,90	100,00	40,53	35,53	34,78	27,33	0,370	0,411
160	161	4 886																			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente		1999	2004	1999	2004				
						IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
9	3	503	252	ES	Anchieta	17.327	19.217	2.328	2.318	28,83	23,82	22,55	19,00	100,00	100,00	54,43	61,10	73,12	100,00	0,747	0,844
7	4	350	314	ES	Iconha	11.114	11.479	1.387	1.246	22,43	16,68	18,31	12,48	100,00	100,00	44,86	73,17	75,23	76,04	0,767	0,834
8	5	489	331	ES	Venda Nova do Imigrante	14.128	16.163	1.965	2.029	24,11	15,42	24,15	13,96	100,00	100,00	53,85	71,20	71,07	75,85	0,749	0,830
6	6	319	539	ES	Ibiraçu	9.671	10.143	1.314	1.287	29,51	20,64	29,79	18,01	100,00	100,00	64,92	64,33	85,57	78,18	0,772	0,804
30	7	1.539	568	ES	Jerônimo Monteiro	9.560	10.189	1.292	1.257	34,58	24,11	27,71	28,72	100,00	100,00	39,52	46,38	53,59	100,00	0,653	0,801
23	8	1.177	603	ES	Colatina	104.545	103.716	12.989	11.850	21,15	15,87	20,46	13,79	97,84	100,00	50,10	54,58	40,31	71,19	0,682	0,797
12	9	606	613	ES	São Roque do Canaã	9.450	10.395	1.164	1.246	32,16	23,90	26,43	16,80	100,00	100,00	73,53	61,59	66,34	78,19	0,736	0,796
32	10	1.623	646	ES	Prúma	12.227	14.985	1.846	2.116	29,62	27,44	25,84	22,04	90,10	100,00	29,12	55,65	54,08	88,68	0,646	0,793
25	11	1.255	669	ES	Atilio Vivacqua	7.032	8.326	891	1.056	36,45	27,12	31,26	18,38	100,00	100,00	39,39	39,56	67,86	91,86	0,675	0,790
4	12	257	688	ES	Castelo	29.523	32.756	3.569	3.746	27,76	26,45	24,51	20,15	100,00	100,00	90,43	68,89	70,35	77,60	0,783	0,789
21	13	989	738	ES	Cachoeiro de Itapemirim	150.359	174.878	19.836	21.795	22,66	19,17	20,40	16,40	100,00	100,00	38,80	36,95	53,59	80,58	0,700	0,784
15	14	723	744	ES	Vila Velha	297.430	345.963	36.017	41.011	14,03	12,53	13,77	11,63	98,08	100,00	68,28	68,47	34,33	53,35	0,724	0,784
14	15	705	814	ES	Guarapari	73.730	88.399	10.241	11.985	29,96	24,95	25,59	21,31	100,00	100,00	58,92	71,78	66,67	71,58	0,726	0,778
11	16	569	818	ES	Muqui	13.254	13.669	1.623	1.610	34,65	29,78	28,14	26,34	100,00	100,00	54,29	96,77	81,38	68,78	0,739	0,778
3	17	191	852	ES	Fundão	11.339	13.007	1.496	1.694	28,58	23,99	26,15	19,38	100,00	96,09	55,94	44,63	94,60	82,67	0,795	0,774
28	18	1.375	853	ES	Itaguaçu	14.154	14.493	1.755	1.588	30,43	26,30	26,09	23,22	96,61	100,00	32,06	69,15	58,71	74,52	0,666	0,774
20	19	963	906	ES	Marilândia	9.436	9.922	1.115	1.074	28,50	20,01	24,42	15,63	94,38	100,00	43,56	54,03	65,00	66,73	0,703	0,770
17	20	751	923	ES	São Mateus	82.514	90.458	12.866	13.093	34,30	28,50	31,45	26,17	100,00	99,52	80,22	65,81	64,29	79,65	0,722	0,769
47	21	2.068	1.011	ES	Laranja da Terra	10.630	10.933	1.312	1.192	32,51	21,61	29,50	13,16	100,00	100,00	24,68	57,55	44,08	60,30	0,611	0,761
18	22	940	1.037	ES	Linhares	103.186	112.616	15.287	15.929	36,17	30,08	32,97	26,86	100,00	100,00	40,82	59,03	80,93	80,67	0,706	0,758
52	23	2.465	1.039	ES	Jaguaré	17.626	19.538	2.822	2.820	43,72	26,30	39,15	26,04	100,00	100,00	29,46	80,32	49,55	65,34	0,579	0,758
10	24	514	1.082	ES	Aracruz	59.565	64.635	9.002	9.160	27,65	21,01	27,70	21,46	100,00	100,00	52,51	58,88	77,59	64,47	0,746	0,754
22	25	1.036	1.144	ES	Rio Novo do Sul	10.694	11.270	1.384	1.329	27,65	36,63	26,22	23,72	76,04	100,00	51,46	57,04	68,10	80,94	0,695	0,748
38	26	1.776	1.305	ES	Itapemirim	25.178	28.121	3.665	3.911	37,73	30,52	34,78	19,05	88,38	100,00	49,44	53,91	57,31	66,22	0,634	0,734
42	27	1.971	1.312	ES	Santa Maria de Jetibá	25.576	28.773	4.000	4.220	33,10	27,12	27,47	15,28	100,00	100,00	52,17	31,33	32,20	69,98	0,619	0,733
13	28	689	1.317	ES	Alfredo Chaves	13.089	13.614	1.639	1.578	25,23	21,30	21,52	15,10	98,61	100,00	69,61	61,43	53,84	48,82	0,728	0,733
29	29	1.418	1.318	ES	Serra	270.373	321.179	38.261	46.052	22,95	17,09	22,78	19,70	100,00	100,00	47,49	51,03	36,65	54,32	0,662	0,733
19	30	962	1.378	ES	Viana	47.494	53.451	6.715	7.371	25,40	21,92	23,71	21,75	100,00	100,00	62,56	59,66	48,92	55,17	0,703	0,728
44	31	1.987	1.465	ES	Baixo Guandu	26.580	27.819	3.635	3.625	32,70	25,60	27,32	23,27	100,00	100,00	31,85	43,70	41,35	65,79	0,618	0,722
34	32	1.682	1.472	ES	Nova Venécia	41.543	43.013	5.971	5.858	34,40	31,53	32,02	23,33	86,77	100,00	23,09	63,19	68,02	61,93	0,641	0,722
41	33	1.824	1.489	ES	Cariacica	301.183	324.283	42.662	44.478	22,43	16,02	21,76	17,19	68,73	92,46	58,76	59,19	33,04	45,39	0,631	0,720
50	34	2.394	1.529	ES	Ponto Belo	6.628	6.263	895	748	48,67	33,06	41,18	25,02	100,00	100,00	37,04	37,01	55,22	76,35	0,585	0,717
43	35	1.980	1.545	ES	Boa Esperança	13.241	13.679	1.903	1.877	41,25	32,47	31,31	26,89	94,98	100,00	45,79	48,98	49,70	71,16	0,619	0,716
26	36	1.323	1.555	ES	São Gabriel da Palha	24.724	26.588	3.139	3.264	27,06	21,55	26,37	20,23	100,00	100,00	63,44	55,53	39,76	50,03	0,670	0,715
31	37	1.554	1.564	ES	São José do Calçado	10.432	10.481	1.337	1.191	39,43	27,76	31,82	20,69	100,00	96,39	63,69	28,65	50,00	71,73	0,651	0,715
78	38	5.513	1.571	ES	Governador Lindenberg	-	8.993	-	1.068	-	28,93	-	18,83	-	100,00	-	54,44	-	55,95	-	0,714
60	39	2.981	1.602	ES	Sooretama	14.850	18.267	2.375	2.941	49,49	37,94	47,29	45,64	100,00	100,00	33,33	53,32	42,79	91,48	0,532	0,711
49	40	2.255	1.621	ES	Mimoso do Sul	24.872	26.197	3.222	3.031	39,96	27,24	33,91	27,14	94,71	100,00	14,58	72,62	57,88	51,83	0,597	0,709
51	41	2.434	1.628	ES	Conceição da Barra	25.507	26.494	4.186	4.107	47,53	28,19	42,80	28,90	90,84	100,00	17,78	20,36	68,63	80,53	0,582	0,709
33	42	1.630	1.664	ES	Itarana	10.871	11.425	1.379	1.365	32,06	29,29	25,94	19,24	97,01	96,77	48,77	49,73	43,26	57,66	0,645	0,706
27	43	1.345	1.729	ES	Marataizes	26.069	30.603	3.623	4.132	32,71	30,25	28,99	28,10	100,00	100,00	57,02	55,03	50,76	61,23	0,669	0,701
40	44	1.818	1.748	ES	Vargem Alta	13.645	17.376	1.941	2.455	38,01	31,07	33,53	26,90	100,00	100,00	26,35	37,29	61,09	69,04	0,632	0,699
35	45	1.701	1.764	ES	Santa Teresa	19.718	20.622	2.443	2.178	34,95	31,93	28,53	20,62	100,00	97,71	62,23	47,30	38,50	59,01	0,640	0,697
24	46	1.191	1.767	ES	São Domingos do Norte	7.068	7.687	893	876	32,98	25,87	33,25	25,83	100,00	100,00	50,69	46,04	62,92	57,50	0,680	0,697
48	47	2.089	1.785	ES	Alegre	31.832	31.713	4.905	3.860	39,53	34,47	37,04	31,78	100,00	100,00	33,54	46,67	53,61	71,11	0,610</	

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999					IDI 2004
57	77	2 743	3 623	ES	Mucurici	6.050	5.899	882	781	53,30	44,79	45,01	36,78	100,00	100,00	26,14	23,81	56,72	39,13	0,554	0,549
72	78	3 471	3 846	ES	Divino de São Lourenço	4.385	4.815	738	692	52,04	47,94	50,52	48,11	90,29	100,00	39,73	43,06	30,29	35,25	0,482	0,527
-	-	9	8	GOIÁS		4.514.967	5.004.196	635.437	682.098	28,01	25,43	21,81	19,04	92,33	100,00	49,97	54,54	35,32	43,65	0,642	0,691
61	1	1 185	41	GO	Santa Bárbara de Goiás	4.515	4.962	681	656	26,84	14,77	20,70	6,93	100,00	100,00	36,23	67,16	51,85	100,00	0,681	0,900
12	2	224	45	GO	Rio Quente	1.828	2.095	239	238	22,61	16,44	11,96	4,46	85,37	100,00	59,09	63,64	78,02	100,00	0,789	0,900
34	3	766	84	GO	Ouvidor	4.013	4.269	459	429	18,54	4,32	12,37	8,09	94,55	88,14	75,81	68,57	33,82	88,21	0,720	0,885
186	4	2 836	186	GO	Santo Antônio de Goiás	2.437	3.106	375	385	26,58	19,74	25,99	14,46	88,14	100,00	41,94	60,00	5,77	98,69	0,546	0,861
21	5	415	189	GO	Amorinópolis	4.300	4.143	529	400	25,95	14,30	20,42	4,93	94,87	77,94	88,42	90,36	57,94	79,35	0,758	0,861
11	6	165	209	GO	Palmeiras de Goiás	17.669	17.821	2.214	2.243	21,01	13,33	16,33	14,49	100,00	100,00	68,69	85,71	73,24	76,34	0,801	0,853
5	7	109	210	GO	Nova Veneza	5.809	6.414	727	745	23,16	24,50	16,95	17,65	100,00	100,00	62,75	67,05	84,38	100,00	0,814	0,853
8	8	134	216	GO	Cachoeira de Goiás	1.372	1.497	134	193	30,36	28,94	28,57	7,51	100,00	100,00	64,52	71,43	100,00	91,89	0,808	0,853
2	9	18	223	GO	Palmeio	2.177	2.309	257	271	24,73	11,25	11,44	2,46	100,00	80,00	65,96	69,23	100,00	79,61	0,867	0,851
131	10	2 169	242	GO	Campestre de Goiás	2.432	3.167	332	431	32,95	38,30	21,15	3,04	100,00	100,00	47,73	80,00	21,43	90,18	0,603	0,847
24	11	493	248	GO	Aloândia	2.023	2.127	231	217	30,43	31,88	25,65	21,45	100,00	95,83	64,52	89,47	73,47	98,95	0,749	0,846
99	12	1 672	283	GO	Buritão de Goiás	2.432	2.659	313	284	26,46	23,53	20,22	17,95	82,00	100,00	51,22	54,05	36,91	100,00	0,642	0,839
181	13	2 769	308	GO	São Francisco de Goiás	5.914	6.131	779	770	33,75	27,99	25,60	11,62	84,85	100,00	40,66	69,66	17,01	88,57	0,551	0,834
72	14	1 360	318	GO	Nerópolis	15.241	18.577	2.083	2.367	29,36	32,77	21,90	18,24	100,00	100,00	61,07	78,99	37,74	94,46	0,668	0,832
92	15	1 611	344	GO	Edealina	3.783	3.803	482	454	32,36	21,50	23,36	12,67	93,67	67,74	22,50	63,27	56,22	100,00	0,646	0,828
112	16	1 779	348	GO	Itaguara	5.398	5.695	590	565	26,37	15,25	19,80	10,27	100,00	100,00	26,92	12,68	36,33	100,00	0,634	0,827
32	17	643	370	GO	Anhanguera	861	895	105	91	25,76	0,00	19,75	31,68	57,14	72,73	20,00	50,00	100,00	100,00	0,733	0,824
16	18	280	372	GO	Cristianópolis	2.665	2.922	354	320	22,26	31,03	10,62	18,95	100,00	100,00	82,14	86,84	53,64	85,99	0,780	0,824
10	19	163	403	GO	Corumbaliba	5.970	6.655	809	844	27,19	25,46	18,33	18,61	78,91	100,00	73,49	84,35	89,72	79,85	0,801	0,820
246	20	5 557	429	GO	Lagoa Santa	-	852	-	88	-	30,49	-	28,42	-	100,00	-	71,43	-	100,00	-	0,817
29	21	578	461	GO	Professor Jamil	3.292	3.403	448	419	35,65	13,32	25,93	3,99	55,29	100,00	58,97	68,29	100,00	58,33	0,739	0,813
27	22	533	462	GO	Chapadão do Céu	2.630	3.777	528	557	27,01	18,67	27,73	31,62	69,23	100,00	65,00	50,67	85,02	100,00	0,744	0,813
1	23	16	464	GO	Nova Aurora	1.898	1.926	190	175	19,73	25,52	6,54	2,52	100,00	100,00	80,00	68,75	84,88	68,66	0,872	0,812
28	24	557	468	GO	Catalão	58.507	64.347	7.008	7.234	17,02	15,27	12,80	12,95	99,80	100,00	58,50	57,45	46,86	74,32	0,740	0,812
168	25	2 586	469	GO	Americano do Brasil	5.148	4.931	608	587	40,97	28,29	30,58	19,01	100,00	100,00	26,88	71,43	35,13	86,40	0,568	0,812
13	26	230	506	GO	Três Ranchos	2.660	2.831	357	356	16,61	6,18	13,33	5,26	47,37	100,00	55,56	53,33	93,96	57,58	0,789	0,807
126	27	2 059	554	GO	Campo Alegre de Goiás	4.621	4.526	620	576	30,25	22,48	21,11	14,08	63,44	100,00	62,00	38,67	33,33	88,08	0,612	0,802
75	28	1 399	576	GO	Orizona	13.068	13.065	1.745	1.641	30,34	28,39	23,51	15,91	84,77	99,48	66,23	78,17	43,86	75,33	0,664	0,800
22	29	445	597	GO	Inhumas	40.118	43.895	5.119	5.322	26,76	26,47	17,97	16,11	100,00	95,69	64,43	54,64	64,17	86,63	0,754	0,798
39	30	877	611	GO	Mairipotaba	2.628	2.402	312	254	32,26	16,16	20,52	0,00	66,67	75,68	56,52	61,76	75,50	65,87	0,711	0,796
15	31	266	631	GO	Marzagão	1.854	1.918	248	275	33,50	34,71	17,09	27,25	95,35	72,34	41,18	86,67	94,85	100,00	0,781	0,794
63	32	1 206	666	GO	Jaupaci	2.881	3.154	388	377	22,96	24,47	16,57	18,92	79,17	97,92	58,82	70,27	42,05	75,56	0,679	0,791
53	33	1 106	682	GO	Pontalina	16.174	16.555	2.019	1.920	26,19	21,50	18,13	14,32	94,06	100,00	58,69	58,46	43,07	72,16	0,688	0,789
173	34	2 646	686	GO	São Simão	12.257	13.552	1.556	1.662	25,79	24,04	21,05	20,52	77,06	83,65	2,61	72,68	31,92	81,90	0,562	0,789
55	35	1 139	756	GO	Edéia	10.357	10.222	1.358	1.392	34,83	29,99	26,69	22,44	70,75	100,00	69,07	82,35	65,80	74,38	0,685	0,783
245	36	5 558	773	GO	Ipiranga de Goiás	-	2.841	-	221	-	17,79	-	6,18	-	100,00	-	39,29	-	66,95	-	0,782
49	37	1 030	834	GO	Jandaia	6.745	6.340	908	714	28,83	30,74	20,84	12,12	100,00	100,00	54,95	64,38	50,47	70,99	0,696	0,776
41	38	899	843	GO	Nova América	2.183	2.184	281	251	32,27	30,56	22,94	13,49	47,73	96,97	81,08	53,33	74,42	78,74	0,709	0,775
106	39	1 709	861	GO	Cachoeira Dourada	8.225	8.525	1.100	1.034	34,36	22,70	31,61	22,92	81,69	100,00	57,84	50,76	52,00	79,58	0,639	0,773
25	40	496	879	GO	São Luís de Montes Belos	25.400	26.382	3.221	2.977	20,53	17,72	12,46	12,95	99,56	100,00	66,59	79,64	49,46	49,80	0,749	0,772
158	41	2 373	899	GO	Goianira	5.157	4.967	564	496	15,37	21,71	13,05	19,92	51,32	100,00	75,00	62,12	0,00	68,92	0,587	0,771
23	42	456	916	GO	Goianíia	1.001.756	1.093.006	123.035	127.822	12,84	12,56	10,54	9,65	100,00	100,00	65,26	69,72	42,13	45,19	0,753	0,770
9	43	141	917	GO	Ipameri	21.975	22.627	2.774	2.699	25,02	21,22	19,58	14,07	93,06	100,00	63,91	55,16	88,63	65,50	0,806	0,769
7	44	128	920	GO	Pires do Rio	25.094	26.229	3.086	3.019	17,12	20,18	13,45	15,52	91,89	100,00	70,52	50,30				

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004							Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente						
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
154	72	2 364	1 276	GO	Montividiu	6.300	7.734	1.023	1.093	40,28	30,38	32,40	28,44	100,00	100,00	48,55	61,06	33,33	72,97	0,587	0,737
73	73	1 368	1 282	GO	Córrego do Ouro	3.204	2.973	425	339	25,14	23,41	15,57	4,54	100,00	100,00	76,47	89,36	19,15	27,74	0,667	0,736
175	74	2 671	1 311	GO	Aragarças	15.956	16.592	2.305	2.158	23,08	18,75	19,99	14,75	100,00	100,00	3,37	79,23	15,36	37,15	0,560	0,733
70	75	1 337	1 366	GO	Montes Claros de Goiás	8.196	8.051	1.158	995	30,97	19,67	20,00	14,20	87,16	100,00	89,26	59,35	30,56	45,81	0,669	0,729
20	76	361	1 436	GO	São Patrício	1.673	1.834	202	213	22,29	36,55	14,61	1,75	39,47	100,00	47,06	33,33	100,00	61,06	0,766	0,724
48	77	1 023	1 440	GO	Diorama	2.741	2.497	381	296	28,16	30,78	13,58	15,44	77,05	100,00	90,63	94,29	36,67	38,46	0,697	0,723
67	78	1 265	1 441	GO	Crixás	16.011	14.671	2.384	1.901	38,20	25,49	28,61	21,86	82,08	94,42	68,48	71,75	61,06	53,57	0,674	0,723
80	79	1 454	1 442	GO	Goiás	27.858	27.118	3.504	3.159	32,87	31,26	24,38	21,19	100,00	80,48	51,38	51,91	44,98	75,55	0,659	0,723
121	80	1 935	1 448	GO	Sancleirândia	7.677	7.528	988	869	25,79	20,20	16,16	11,53	100,00	100,00	65,81	67,21	8,10	37,31	0,623	0,723
118	81	1 859	1 454	GO	Santa Cruz de Goiás	3.114	3.468	412	391	32,05	44,07	25,20	24,73	52,83	92,50	85,71	72,73	39,67	75,16	0,629	0,722
209	82	3 334	1 470	GO	Baliza	4.058	2.270	527	275	49,08	45,84	40,68	26,95	100,00	100,00	51,72	84,21	12,77	69,35	0,497	0,722
133	83	2 174	1 493	GO	Hidrolândia	11.199	13.084	1.559	1.706	32,67	28,78	24,19	17,45	92,96	100,00	45,15	63,48	28,76	52,31	0,602	0,720
176	84	2 744	1 497	GO	Mutunópolis	4.345	3.956	619	510	35,07	21,32	29,18	19,41	67,37	100,00	80,52	84,62	11,72	36,16	0,554	0,719
36	85	822	1 498	GO	Iporá	31.283	31.299	4.063	3.459	22,74	27,75	14,45	14,47	91,97	100,00	72,13	56,73	41,61	51,54	0,716	0,719
82	86	1 504	1 501	GO	Trindade	68.558	81.457	9.841	11.417	23,80	27,41	17,68	21,15	82,71	100,00	61,76	62,92	31,13	54,70	0,655	0,719
47	87	1 016	1 505	GO	Morrinhos	33.547	36.990	4.259	4.291	22,01	25,62	17,09	14,95	100,00	96,83	44,78	58,40	45,67	50,49	0,697	0,719
104	88	1 705	1 506	GO	Santa Isabel	3.638	3.590	465	432	27,03	22,93	14,36	17,67	79,66	100,00	73,02	35,29	21,03	60,49	0,640	0,719
59	89	1 179	1 537	GO	Israelândia	3.411	3.002	441	343	26,63	27,87	17,88	16,88	66,07	80,00	73,91	66,07	47,15	58,18	0,682	0,716
97	90	1 665	1 548	GO	Rianópolis	4.456	4.362	608	545	30,39	27,72	24,50	17,35	76,14	100,00	41,86	52,46	52,96	55,07	0,643	0,716
198	91	3 065	1 550	GO	Inaciolândia	4.997	5.237	656	666	47,05	31,15	32,61	27,45	88,76	100,00	59,70	40,24	15,19	74,68	0,524	0,715
109	92	1 757	1 559	GO	Goianésia	46.308	49.159	6.238	6.441	31,09	24,95	22,17	20,44	96,12	100,00	41,67	44,46	38,59	59,05	0,636	0,715
17	93	284	1 574	GO	Cumari	3.095	3.105	363	338	24,43	21,28	16,72	15,54	66,07	94,74	73,53	46,34	82,78	51,61	0,779	0,713
96	94	1 652	1 577	GO	São João da Paraúna	2.063	2.024	283	247	33,77	17,23	21,94	11,60	90,70	100,00	92,50	54,17	21,54	37,04	0,644	0,713
44	95	953	1 579	GO	Jussara	20.243	20.032	2.740	2.427	31,60	26,07	20,66	17,80	100,00	100,00	80,95	67,98	43,31	45,13	0,704	0,713
124	96	2 055	1 582	GO	Indiara	11.563	11.816	1.769	1.692	42,27	38,60	32,76	26,02	100,00	100,00	83,95	88,41	27,87	55,56	0,612	0,713
60	97	1 180	1 609	GO	Moiiporã	2.070	2.023	263	253	21,33	25,78	15,15	5,39	71,43	100,00	62,96	50,00	41,90	40,43	0,682	0,711
50	98	1 044	1 634	GO	Quirinópolis	35.460	36.512	4.507	4.287	23,13	21,03	17,01	15,89	99,36	85,40	62,07	65,85	37,02	44,52	0,694	0,708
33	99	753	1 642	GO	Uruana	14.826	13.936	1.827	1.773	24,42	21,42	14,73	18,66	93,23	100,00	41,94	55,43	60,18	45,25	0,722	0,707
46	100	997	1 650	GO	Damolândia	2.629	2.573	327	268	26,72	38,62	21,61	14,47	77,05	94,74	66,67	72,73	56,16	52,05	0,699	0,707
138	101	2 219	1 659	GO	Bom Jardim de Goiás	8.048	8.066	1.104	992	34,01	18,79	23,65	17,96	100,00	86,18	45,90	73,12	24,27	39,58	0,599	0,706
145	102	2 285	1 676	GO	Jaraguá	29.470	33.283	4.024	4.482	37,04	33,63	27,66	25,33	89,26	100,00	47,07	48,17	34,32	66,86	0,594	0,705
193	103	2 963	1 681	GO	Itarumã	5.960	5.446	966	788	37,34	20,47	30,73	17,87	58,45	86,60	46,15	65,52	29,30	44,20	0,534	0,705
74	104	1 377	1 702	GO	Turvânia	5.500	5.134	685	606	26,97	16,09	16,46	18,51	84,15	100,00	41,89	52,94	46,86	39,43	0,666	0,703
197	105	3 050	1 734	GO	Caiapônia	14.223	14.671	1.970	1.806	36,44	33,54	26,51	23,64	60,14	100,00	19,92	26,29	33,01	74,18	0,525	0,700
161	106	2 397	1 741	GO	Silvânia	18.761	17.658	2.451	2.263	29,86	28,67	24,18	17,76	79,48	94,90	42,41	46,55	26,97	55,63	0,585	0,700
128	107	2 096	1 751	GO	Aparecida de Goiânia	265.868	336.390	42.558	51.824	22,79	20,45	18,83	16,52	71,06	100,00	61,70	59,10	18,99	37,09	0,609	0,699
151	108	2 316	1 752	GO	Guapó	12.413	13.997	1.827	1.993	28,61	34,13	21,56	24,09	79,49	91,00	46,85	69,85	23,56	57,44	0,591	0,699
152	109	2 331	1 760	GO	Palestina de Goiás	3.358	3.306	478	372	40,45	32,12	31,67	13,86	98,36	94,59	65,96	61,54	26,01	46,99	0,590	0,698
86	110	1 531	1 769	GO	Aragoiânia	5.713	6.423	826	863	30,90	20,99	23,71	23,44	80,00	79,38	58,00	60,71	46,87	53,11	0,653	0,697
159	111	2 389	1 777	GO	Santo Antônio da Barra	3.939	4.051	566	557	53,14	41,33	40,30	24,38	87,18	100,00	41,46	63,49	63,11	62,50	0,585	0,696
165	112	2 525	1 807	GO	Serranópolis	6.707	6.446	933	949	37,25	38,54	27,78	30,96	68,14	100,00	51,35	79,79	34,66	56,98	0,573	0,693
64	113	1 249	1 810	GO	Itapuranga	27.884	26.740	3.440	3.106	26,92	19,95	20,19	15,76	89,58	100,00	21,50	45,37	61,64	40,22	0,675	0,693
14	114	239	1 816	GO	Rialma	9.889	10.208	1.406	1.324	19,07	15,79	13,17	11,39	83,00	80,53	69,79	50,81	70,70	38,54	0,787	0,693
141	115	2 232	1 822	GO	Acreúna	15.330	18.299	2.245	2.630	39,84	40,10	32,22	28,59	90,00	94,48	54,26	87,63	39,22	54,42	0,598	0,692
199	116	3 097	1 823	GO	Alto Paraíso de Goiás	5.414	6.181	969	1.033	46,95	49,37	34,54	27,85	100,00	100,00	15,31	41				

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999					IDI 2004
54	146	1 132	2 146	GO	Campinorte	8.669	9.639	1.113	1.215	35,02	34,32	29,68	21,40	84,62	90,78	49,36	60,90	72,13	45,95	0,686	0,665
42	147	924	2 158	GO	Arenópolis	3.980	3.999	545	460	34,04	42,99	21,46	25,96	73,81	86,54	90,14	86,21	56,42	48,42	0,707	0,665
88	148	1 550	2 162	GO	Anápolis	264.975	283.133	35.884	36.926	18,51	16,06	14,91	12,51	94,32	100,00	49,66	50,23	22,17	19,20	0,652	0,664
203	149	3 156	2 175	GO	Bom Jesus de Goiás	14.618	16.257	2.120	2.193	35,79	32,76	28,77	26,53	47,01	100,00	39,93	50,37	27,42	49,46	0,516	0,663
90	150	1 598	2 177	GO	Aparecida do Rio Doce	2.220	2.401	292	309	33,61	25,40	24,90	20,41	100,00	100,00	52,17	53,33	41,44	34,48	0,648	0,663
191	151	2 915	2 215	GO	Mossâmedes	6.449	5.903	864	660	38,79	35,27	24,43	16,03	57,55	100,00	49,15	70,31	25,27	30,17	0,539	0,660
164	152	2 477	2 216	GO	Piranhas	12.228	12.285	1.584	1.537	37,40	28,24	25,04	19,54	88,99	95,78	72,52	54,04	12,63	36,91	0,577	0,660
205	153	3 229	2 231	GO	Alto Horizonte	2.500	2.563	355	324	41,67	43,61	29,51	22,86	48,39	79,55	34,21	52,78	33,33	63,78	0,509	0,659
119	154	1 870	2 255	GO	Cidade Ocidental	33.147	40.376	5.313	6.691	17,32	18,53	14,71	22,61	70,61	100,00	40,70	40,63	27,75	33,73	0,628	0,657
134	155	2 180	2 259	GO	Aporé	3.396	3.427	449	413	38,79	29,66	31,16	24,36	50,00	73,21	55,00	32,86	58,10	63,78	0,602	0,657
87	156	1 542	2 294	GO	Portelândia	3.148	3.694	462	516	34,88	38,23	25,79	26,37	86,57	81,67	77,27	62,16	39,71	54,73	0,652	0,655
135	157	2 181	2 302	GO	Ivolândia	3.141	2.992	409	282	32,25	35,10	24,86	29,02	78,72	100,00	51,52	56,25	32,63	47,79	0,602	0,654
84	158	1 515	2 316	GO	Panamá	2.607	2.776	331	344	36,90	41,32	28,88	31,80	100,00	100,00	41,67	34,78	56,52	67,12	0,654	0,653
208	159	3 307	2 326	GO	Aruanã	5.336	5.093	849	825	46,52	37,48	36,10	27,74	64,71	100,00	39,73	58,10	30,46	47,27	0,500	0,653
239	160	4 976	2 331	GO	Mambai	4.520	4.836	746	732	69,69	47,80	54,70	39,76	90,08	91,03	12,50	63,08	0,00	71,56	0,317	0,653
188	161	2 870	2 334	GO	Formosa	68.704	78.649	10.638	12.256	35,92	30,43	26,18	24,83	64,94	100,00	22,64	33,25	35,19	49,66	0,542	0,653
217	162	3 499	2 358	GO	Barro Alto	7.633	6.251	1.080	898	51,90	44,45	38,94	32,51	83,61	100,00	25,68	37,50	27,45	68,43	0,478	0,651
160	163	2 395	2 373	GO	Porangatu	38.580	39.591	5.412	5.375	34,60	32,69	26,04	21,68	100,00	96,36	63,51	50,07	12,75	40,89	0,585	0,649
210	164	3 340	2 378	GO	Alvorada do Norte	7.600	7.560	1.125	985	46,43	34,46	41,65	26,82	100,00	100,00	19,23	32,08	27,13	54,86	0,497	0,649
71	165	1 354	2 383	GO	Guaraita	2.917	2.792	390	330	30,65	30,32	24,78	10,37	62,26	100,00	8,33	38,46	87,43	30,93	0,668	0,649
85	166	1 521	2 393	GO	Uruapu	33.765	33.528	4.663	4.574	35,18	32,50	24,77	25,97	100,00	100,00	50,36	55,70	46,29	39,77	0,654	0,648
171	167	2 611	2 394	GO	Minacu	35.616	33.608	5.409	4.849	32,60	33,59	26,87	24,95	100,00	100,00	40,88	57,81	15,10	38,70	0,565	0,648
172	168	2 624	2 399	GO	Doverlândia	7.472	8.556	1.053	1.114	41,91	30,05	33,46	19,55	80,00	100,00	82,56	91,60	19,73	12,63	0,564	0,647
93	169	1 615	2 414	GO	Cachoeira Alta	8.272	8.645	1.060	1.054	29,73	25,06	17,84	22,80	69,29	100,00	65,98	40,65	38,31	35,81	0,646	0,646
120	170	1 907	2 470	GO	Abadia de Goiás	3.343	4.969	494	754	31,99	30,34	20,56	24,34	96,10	77,19	54,55	58,68	27,05	43,43	0,625	0,642
200	171	3 110	2 509	GO	Goiânia	10.191	10.669	1.624	1.563	36,91	33,93	27,74	25,36	100,00	100,00	17,46	37,70	14,23	45,95	0,521	0,639
153	172	2 344	2 512	GO	Fazenda Nova	7.522	7.093	944	847	26,71	23,27	17,68	16,94	50,00	93,18	76,27	43,18	16,86	27,41	0,589	0,638
40	173	894	2 523	GO	Rubiataba	17.254	18.085	2.269	2.192	24,57	26,17	19,09	19,80	100,00	100,00	56,71	39,93	49,18	31,10	0,710	0,638
220	174	3 624	2 527	GO	Santa Rita do Novo Destino	2.990	3.023	442	412	53,79	43,72	43,47	44,14	26,32	100,00	46,15	46,43	46,89	69,67	0,465	0,638
170	175	2 609	2 529	GO	São Miguel do Araguaia	21.133	22.791	2.910	3.015	38,84	37,04	28,86	20,07	88,84	89,62	28,51	70,31	35,11	32,01	0,565	0,637
132	176	2 171	2 531	GO	São Luiz do Norte	3.816	4.089	493	505	37,31	37,91	26,30	23,83	100,00	100,00	40,32	46,88	34,53	43,14	0,603	0,637
222	177	3 783	2 563	GO	Araguapaz	7.808	7.309	1.091	938	52,31	28,19	42,66	28,44	57,80	92,37	45,80	41,89	22,42	43,61	0,448	0,635
137	178	2 200	2 567	GO	Trombas	3.601	3.432	484	454	42,51	46,09	25,38	12,77	100,00	100,00	46,51	20,31	34,78	52,56	0,600	0,635
117	179	1 851	2 575	GO	Mara Rosa	12.035	11.937	1.691	1.596	45,59	38,58	36,01	28,71	66,01	84,00	40,52	60,73	80,31	48,58	0,630	0,634
194	180	2 968	2 591	GO	Novo Gama	60.447	74.379	11.710	14.179	34,98	30,69	28,61	20,86	58,77	100,00	41,84	42,36	26,34	33,65	0,533	0,633
189	181	2 886	2 593	GO	Senador Canedo	44.266	53.105	7.743	8.570	28,43	30,02	22,26	22,89	68,57	100,00	54,45	68,92	5,67	21,67	0,541	0,633
185	182	2 835	2 602	GO	Mozarlândia	10.182	11.185	1.380	1.528	43,15	35,78	33,01	21,71	100,00	100,00	27,32	66,03	30,78	27,23	0,546	0,632
184	183	2 809	2 606	GO	Formoso	5.934	5.587	759	714	33,93	27,55	21,57	15,91	88,04	100,00	34,02	53,95	13,76	19,10	0,548	0,632
148	184	2 300	2 642	GO	Maurilândia	8.824	8.969	1.396	1.315	43,00	34,76	35,18	32,63	94,27	100,00	62,94	58,24	36,67	39,82	0,593	0,629
211	185	3 347	2 715	GO	Teresina de Goiás	2.056	2.583	365	457	54,45	45,30	43,65	16,60	90,48	100,00	6,45	35,00	48,03	44,02	0,496	0,624
35	186	801	2 723	GO	Burití Alegre	9.057	8.718	1.092	990	24,97	27,13	17,84	17,52	84,76	100,00	74,05	54,70	50,34	16,70	0,717	0,624
147	187	2 290	2 729	GO	Guarinos	3.189	2.844	396	289	41,86	41,48	28,16	23,28	65,12	100,00	51,22	50,00	49,46	38,89	0,594	0,623
162	188	2 408	2 734	GO	Santa Tereza de Goiás	5.195	4.697	667	609	37,62	24,33	24,95	27,67	100,00	100,00	32,50	59,42	29,74	21,25	0,584	0,622
178	189	2 757	2 763	GO	Montividiu do Norte	2.610	3.787	363	579	53,85	54,08	40,00	29,15	100,00	100,00	25,00	42,65	52,15	60,00	0,552	0,620
196	190	3 038	2 776	GO	Paranaiguara	8.317	8.190	1.065	883	36,98	36,30	36,98	20,77	85,03	89,58	12,38	64,17	35,80	27,97	0,526	0,619
244	191	5 559	2 780	GO	Gamaeleira																

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004									
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
195	220	2 999	3 552	GO	Alexânia	18.623	20.335	2.758	3.195	39,82	33,90	32,72	33,29	100,00	99,02	57,44	40,24	5,96	18,99	0,530	0,554
224	221	3 874	3 553	GO	Mimoso de Goiás	2.584	2.801	363	380	53,00	62,74	46,38	46,40	90,70	100,00	15,00	23,81	21,77	68,66	0,438	0,554
219	222	3 518	3 559	GO	Vila Propício	3.753	4.491	617	702	68,33	64,46	48,44	31,08	100,00	100,00	27,08	42,62	43,53	45,51	0,476	0,553
221	223	3 728	3 570	GO	Padre Bernardo	16.879	21.512	2.489	3.665	50,19	40,36	40,48	38,93	100,00	100,00	10,76	20,25	16,86	40,04	0,454	0,552
169	224	2 595	3 588	GO	Campos Belos	15.392	17.046	2.228	2.563	51,23	45,93	40,27	32,82	100,00	100,00	25,71	29,03	55,28	34,67	0,567	0,551
98	225	1 670	3 608	GO	Nova Iguaçu de Goiás	2.835	2.744	319	372	40,23	49,50	26,28	25,92	100,00	100,00	56,25	50,00	45,22	20,43	0,642	0,550
228	226	3 933	3 732	GO	Colinas do Sul	3.469	3.701	619	607	64,94	62,28	52,33	44,09	67,42	100,00	32,56	27,66	40,32	57,19	0,433	0,537
226	227	3 906	3 760	GO	Água Fria de Goiás	3.771	4.467	575	623	58,28	52,48	45,24	34,71	86,36	100,00	17,31	35,59	25,62	33,00	0,435	0,534
218	228	3 511	3 788	GO	Jesópolis	2.088	2.122	296	299	41,45	35,10	35,10	28,33	84,44	100,00	50,00	52,38	0,00	0,00	0,477	0,532
225	229	3 887	3 790	GO	Bonópolis	2.642	2.596	424	372	52,74	51,42	47,16	43,90	80,00	89,80	23,81	75,93	22,62	25,13	0,437	0,532
233	230	4 133	3 807	GO	Vila Boa	2.720	3.285	494	600	61,07	63,26	53,46	43,57	100,00	100,00	5,36	34,78	26,78	51,63	0,412	0,530
243	231	5 560	3 949	GO	Campo Limpo de Goiás	-	4.950	-	714	-	53,53	-	25,75	-	100,00	-	27,78	-	22,68	-	0,518
215	232	3 494	3 951	GO	Posse	24.771	25.696	4.002	4.043	55,76	50,58	45,88	45,96	100,00	100,00	27,45	33,63	29,33	37,01	0,479	0,518
242	233	5 153	3 990	GO	Nova Roma	3.995	3.715	660	502	63,12	43,53	47,00	23,21	10,98	100,00	13,04	30,30	10,90	7,58	0,282	0,515
214	234	3 419	4 013	GO	São João d'Alcântara	5.962	6.736	1.023	1.096	53,15	48,53	38,92	48,08	100,00	100,00	17,91	52,89	28,48	25,23	0,488	0,513
216	235	3 495	4 055	GO	Mundo Novo	5.534	8.231	807	1.034	52,26	56,84	41,86	38,54	97,54	100,00	48,78	8,41	12,35	44,60	0,478	0,509
227	236	3 923	4 233	GO	Cocalzinho de Goiás	12.780	14.626	1.969	2.229	47,43	40,00	36,89	33,19	85,39	100,00	23,22	27,50	3,50	6,52	0,434	0,493
235	237	4 354	4 252	GO	Flores de Goiás	5.350	7.512	865	1.270	63,19	63,56	56,12	49,12	100,00	100,00	10,20	24,00	19,64	46,74	0,389	0,490
212	238	3 368	4 266	GO	Iaciara	10.012	11.293	1.656	1.767	56,69	54,76	45,38	44,03	100,00	100,00	12,55	31,00	43,49	28,91	0,494	0,489
182	239	2 771	4 453	GO	Divinópolis de Goiás	5.015	5.172	739	656	59,18	63,16	47,17	45,00	100,00	100,00	81,33	22,52	36,00	35,61	0,551	0,472
230	240	3 978	4 454	GO	Guarani de Goiás	4.728	4.678	681	614	70,74	56,73	51,12	39,19	100,00	100,00	28,00	30,00	28,88	19,61	0,428	0,472
236	241	4 398	4 534	GO	Monte Alegre de Goiás	6.888	6.890	1.098	1.063	75,24	53,39	62,06	47,51	74,79	100,00	33,56	24,11	36,29	24,11	0,383	0,463
204	242	3 206	4 637	GO	Simolândia	6.053	6.217	976	870	66,57	56,34	49,87	45,48	100,00	98,05	16,48	21,52	62,70	23,46	0,511	0,454
240	243	5 000	4 789	GO	Sítio d'Abadia	2.893	2.679	479	350	75,43	74,24	50,35	46,76	55,22	100,00	12,00	29,63	17,19	32,08	0,313	0,440
237	244	4 420	5 104	GO	Buritópolis	3.379	3.383	564	506	79,03	68,81	56,21	49,02	76,47	86,67	21,05	35,19	38,82	17,31	0,381	0,401
234	245	4 310	5 238	GO	São Domingos	9.484	9.634	1.382	1.373	73,08	76,37	59,16	57,92	100,00	100,00	17,24	21,05	30,37	25,17	0,392	0,379
241	246	5 021	5 306	GO	Cavalcante	9.510	9.148	1.948	1.715	76,05	67,23	68,35	70,85	88,35	100,00	4,02	19,37	21,49	23,11	0,308	0,362
-	-	24	22	MA	MARANÃO	5.222.183	5.657.551	908.936	964.081	64,79	58,05	54,63	47,94	69,22	84,80	24,23	21,93	51,24	69,40	0,446	0,542
1	1	324	281	MA	São Luís	780.833	870.026	104.273	118.555	19,08	16,56	14,88	12,70	100,00	100,00	29,38	32,40	77,86	98,75	0,771	0,839
5	2	1 721	658	MA	São José de Ribamar	89.794	107.384	15.786	17.827	31,57	26,19	23,02	18,28	43,81	97,01	10,65	26,48	82,73	99,35	0,638	0,792
8	3	2 309	1 289	MA	Guimarães	12.757	12.641	2.086	1.837	50,78	31,53	25,66	20,31	100,00	98,07	19,78	8,22	53,39	93,08	0,592	0,736
6	4	1 801	1 358	MA	Imperatriz	225.892	230.565	35.313	35.595	36,98	29,08	28,83	22,81	69,13	99,12	52,47	50,40	58,10	68,99	0,633	0,730
2	5	379	1 580	MA	Paço do Lumiar	55.729	76.186	8.440	11.746	22,71	22,74	17,55	15,61	57,55	51,51	33,24	32,55	100,00	81,51	0,763	0,713
16	6	2 629	1 787	MA	Pindaré-Mirim	25.761	27.517	4.287	4.578	59,58	53,00	49,56	35,07	72,63	93,58	35,00	38,74	80,80	100,00	0,564	0,695
31	7	3 305	1 860	MA	Pedreiras	39.932	39.826	6.031	5.675	51,03	42,93	44,76	36,27	45,05	90,89	19,01	18,38	63,82	100,00	0,500	0,689
13	8	2 519	1 916	MA	Porto Rico do Maranhão	7.186	6.378	1.159	895	60,98	54,40	32,28	24,30	64,71	96,69	15,00	8,87	82,95	99,04	0,574	0,683
40	9	3 524	1 917	MA	Santa Inês	68.942	68.320	11.074	11.057	52,02	43,70	44,56	37,86	100,00	70,90	17,08	38,40	28,12	100,00	0,475	0,683
11	10	2 451	1 969	MA	Rosário	32.519	33.663	6.144	5.772	55,44	43,04	43,91	35,04	65,45	76,36	25,99	22,61	85,71	100,00	0,580	0,679
10	11	2 440	2 006	MA	Bacabeira	9.601	10.515	1.784	1.830	57,82	52,06	44,32	40,83	52,59	100,00	23,73	26,61	96,48	100,00	0,581	0,676
49	12	3 715	2 142	MA	Davinópolis	12.912	12.275	2.395	2.220	69,59	53,88	59,01	43,80	56,98	74,77	59,30	52,97	52,49	100,00	0,455	0,665
3	13	1 562	2 148	MA	Axixá	9.750	10.140	1.800	1.737	58,27	50,37	36,89	31,44	47,13	77,69	63,64	18,05	100,00	100,00	0,651	0,665
57	14	3 832	2 418	MA	Bequimão	21.240	19.698	3.296	2.878	65,80	52,23	55,86	34,28	64,58	100,00	16,16	4,20	58,35	92,47	0,443	0,645
29	15	3 268	2 426	MA	Pinheiro	64.317	68.029	10.031	10.477	62,66	52,76	49,37	45,52	62,78	100,00	8,93	12,30	77,97	100,00	0,505	0,645
23	16	2 912	2 456	MA	Dom Pedro	19.934	21.955	3.379	3.631	57,82	53,47	46,72	39,14	36,57	94,14	25,00	5,09	89,25	100,00	0,539	0,643
30	17	3 301	2 489	MA	Trizidela do Vale	15.248	16.402	2.342	2.376	60,26	54,96	54,98	41,00	66,75	100,00	30,15					

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
									Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
37	47	3 473	3 539	MA	Governador Edison Lobão	7.850	10.889	1.441	1.872	67,81	62,66	58,30	45,28	100,00	99,36	60,87	38,10	38,30	61,25	0,482	0,555
116	48	4 556	3 551	MA	Açailândia	78.243	88.318	14.424	15.316	59,90	48,79	50,32	40,74	52,33	94,77	17,28	14,06	22,49	56,55	0,368	0,554
32	49	3 313	3 560	MA	São Vicente Ferrer	16.716	18.406	3.194	3.064	69,91	69,90	55,56	53,35	57,07	73,30	20,08	27,34	86,68	94,18	0,499	0,553
42	50	3 566	3 576	MA	Bernardo do Mearim	4.178	5.238	725	794	78,23	58,49	69,26	53,29	97,96	100,00	11,11	28,21	80,98	68,45	0,470	0,552
136	51	4 733	3 586	MA	Lago da Pedra	39.293	40.403	7.036	7.121	78,64	68,82	65,96	53,47	45,86	100,00	14,86	15,65	54,11	84,94	0,350	0,551
91	52	4 285	3 621	MA	Santa Filomena do Maranhão	3.459	4.666	705	874	84,22	74,70	64,11	66,14	30,36	100,00	20,00	20,69	80,97	100,00	0,395	0,549
158	53	5 056	3 634	MA	Anapurus	10.315	10.279	2.087	1.929	80,84	66,10	71,64	62,02	80,21	79,44	11,86	14,50	27,57	100,00	0,303	0,547
22	54	2 899	3 635	MA	Presidente Dutra	36.812	39.540	6.503	6.222	59,75	53,89	47,80	36,72	70,18	77,12	92,21	9,44	42,29	66,18	0,540	0,547
137	55	4 748	3 660	MA	Maracáçumé	13.265	14.865	2.290	2.741	74,66	64,96	63,85	55,31	48,99	96,06	8,84	11,51	48,75	84,24	0,348	0,544
12	56	2 483	3 670	MA	Cedral	8.419	9.791	1.344	1.534	57,21	50,32	34,84	29,01	18,80	10,50	30,77	16,00	97,89	83,47	0,577	0,543
145	57	4 889	3 687	MA	São Domingos do Azeitão	5.049	6.289	994	1.144	70,69	62,76	56,90	46,10	3,61	87,98	0,00	10,39	57,78	76,35	0,330	0,542
25	58	3 015	3 701	MA	São Raimundo das Mangabeiras	15.028	14.869	2.863	2.566	66,18	58,56	48,79	44,26	48,56	64,82	9,22	30,74	97,60	70,98	0,529	0,540
27	59	3 191	3 707	MA	Olinda Nova do Maranhão	11.057	10.126	1.776	1.730	75,14	66,51	59,15	54,06	100,00	61,38	17,14	18,96	80,81	96,10	0,513	0,539
20	60	2 849	3 721	MA	São João dos Patos	22.838	23.182	3.574	3.398	58,59	55,00	43,96	41,17	100,00	89,38	31,97	8,28	54,08	62,53	0,544	0,538
21	61	2 868	3 737	MA	Lajeado Novo	4.623	5.717	870	951	67,84	58,19	58,96	40,27	89,11	63,47	3,03	6,00	97,72	78,24	0,542	0,536
140	62	4 814	3 751	MA	Bela Vista do Maranhão	7.251	9.898	1.404	1.852	84,10	67,13	72,78	57,98	100,00	85,13	4,08	27,22	40,50	82,94	0,339	0,535
117	63	4 563	3 764	MA	Monção	23.916	26.041	5.456	5.604	78,06	70,15	64,95	57,83	1,50	86,16	19,05	10,29	79,62	93,23	0,367	0,534
130	64	4 672	3 804	MA	Senador Alexandre Costa	9.418	8.569	1.722	1.557	84,28	72,01	68,98	52,77	84,26	90,05	33,54	21,69	36,70	81,18	0,356	0,531
212	65	5 479	3 821	MA	Conceição do Lago-Açu	13.657	10.774	2.841	2.243	86,96	79,09	80,21	69,51	10,88	82,26	35,71	38,20	7,58	100,00	0,159	0,529
77	66	4 152	3 864	MA	Porto Franco	15.517	16.840	2.646	2.728	54,20	52,98	43,50	43,24	93,33	98,81	7,76	13,13	11,12	50,31	0,410	0,525
69	67	4 086	3 880	MA	Santo Amaro do Maranhão	9.570	9.611	2.119	1.984	80,76	74,98	62,35	51,43	18,50	87,94	0,00	0,49	100,00	91,75	0,415	0,524
169	68	5 130	3 888	MA	Lago dos Rodrigues	8.313	8.443	1.368	1.494	72,25	67,44	63,17	52,00	13,99	100,00	13,75	32,43	36,47	62,46	0,287	0,523
92	69	4 306	3 912	MA	Governador Archer	9.380	9.098	1.644	1.500	67,87	64,92	62,84	47,18	41,88	65,87	50,00	15,43	41,82	79,90	0,393	0,521
93	70	4 309	3 913	MA	Jatobá	6.545	5.055	1.379	970	81,53	59,93	64,64	53,64	100,00	100,00	0,00	13,71	53,05	65,13	0,392	0,521
64	71	3 976	3 924	MA	Peri Mirim	15.995	13.069	2.833	1.972	49,53	50,13	32,97	41,82	23,06	94,78	26,32	1,48	28,92	52,00	0,428	0,520
62	72	3 928	3 945	MA	Junco do Maranhão	5.125	5.531	1.049	1.107	78,64	76,30	71,18	61,69	100,00	79,89	0,00	11,11	73,05	100,00	0,433	0,519
63	73	3 943	3 960	MA	Duque Bacelar	8.414	9.411	1.754	1.891	77,00	66,24	73,85	64,91	26,37	68,32	22,50	8,15	98,92	100,00	0,431	0,518
81	74	4 169	3 979	MA	Presidente Médici	4.934	5.115	981	897	75,77	51,92	61,64	50,90	88,80	79,07	11,11	14,04	50,74	62,69	0,408	0,516
51	75	3 724	3 999	MA	Carutapera	16.167	19.262	3.337	4.111	77,65	71,42	62,13	58,24	28,54	100,00	45,99	4,91	84,25	82,76	0,454	0,514
34	76	3 346	4 042	MA	Central do Maranhão	5.331	7.184	986	1.257	79,80	63,21	61,25	43,74	100,00	39,82	7,46	4,07	85,75	88,79	0,496	0,509
66	77	4 004	4 056	MA	Tuntum	33.664	35.410	6.048	6.108	78,68	72,64	63,16	56,09	100,00	100,00	20,88	13,17	51,21	75,54	0,425	0,509
89	78	4 276	4 061	MA	Benedito Leite	5.683	5.288	1.016	783	70,84	65,94	52,53	40,18	20,00	100,00	0,00	7,23	71,46	55,78	0,395	0,508
135	79	4 731	4 068	MA	Mata Roma	10.656	11.797	2.071	2.180	78,78	79,39	66,50	65,42	70,70	87,74	13,75	20,53	42,98	93,75	0,350	0,508
115	80	4 537	4 082	MA	Balsas	48.344	60.161	8.818	11.349	54,20	47,69	41,77	36,78	30,26	79,00	24,80	20,05	16,12	37,42	0,369	0,506
52	81	3 745	4 084	MA	Brejo	25.352	27.513	4.269	4.737	72,06	59,91	58,42	53,27	52,47	75,35	83,36	12,37	43,36	71,77	0,452	0,506
165	82	5 088	4 092	MA	Governador Luiz Rocha	7.559	6.511	1.462	1.296	81,13	72,53	71,52	62,86	46,32	100,00	14,29	24,69	40,87	75,19	0,296	0,505
96	83	4 398	4 093	MA	Presidente Sarney	13.079	13.718	2.536	2.665	84,36	73,56	69,06	61,53	11,02	65,88	7,50	8,56	100,00	100,00	0,390	0,505
97	84	4 345	4 105	MA	Barão de Grajaú	14.320	15.369	2.200	2.312	68,71	56,39	59,23	53,47	100,00	73,50	5,42	80,97	30,97	34,43	0,389	0,505
56	85	3 813	4 121	MA	Penalva	31.452	30.297	6.175	5.792	74,98	68,36	63,10	56,08	25,44	72,16	42,54	26,62	81,87	76,23	0,444	0,503
70	86	4 104	4 177	MA	Amarante do Maranhão	29.835	31.290	6.105	6.063	73,83	64,26	65,60	56,76	95,27	76,19	14,97	5,97	49,91	78,97	0,414	0,498
128	87	4 669	4 179	MA	Morros	13.351	14.594	2.831	3.213	85,68	81,35	74,68	71,25	33,05	99,80	10,00	3,40	81,26	100,00	0,356	0,497
118	88	4 568	4 188	MA	Parabaima	18.521	17.853	3.286	2.866	77,65	68,08	61,29	51,85	51,85	100,00	24,41	27,11	47,46	55,10	0,367	0,497
199	89	5 424	4 190	MA	Nova Colinas	3.236	3.904	687	758	75,62	54,04	56,54	48,74	23,36	100,00	0,00	40,35	0,00	31,25	0,199	0,497
107	90	4 471	4 193	MA	São José dos Basílios	7.306	7.431	1.368	1.285	77,53	68,86	67,27	61,19	62,29	68,72	47,66	4,80	40,60	91,84	0,377	0,496
181	91	5 301	4 248	MA	Sítio Novo	17.208	15.112	3.431	2.779	76,13	65,18	60,73	49,85	39,71	99,32	7,97	6,72	12,26	58,34	0,248	0,491
110	92	4 502																			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos	% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola						
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004					Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		1999	2004					
								1999	2004	1999	2004			1999			2004	1999	2004	1999	2004
78	121	4 159	4 611			MA	Bom Lugar	9.508	11.532	1.776	1.993	76,27	73,21	70,10	62,35	67,18	64,20	21,74	57,74	65,56	56,81
141	122	4 827	4 626	MA	Lago do Junco	9.211	9.831	1.604	1.735	80,03	61,89	72,60	70,19	69,86	100,00	10,16	16,49	47,61	55,76	0,337	0,455
152	123	4 949	4 660	MA	Lima Campos	11.103	10.747	1.715	1.553	73,51	61,66	64,02	57,01	59,07	100,00	21,05	16,94	25,98	40,88	0,321	0,452
41	124	3 540	4 681	MA	Carolina	26.936	23.989	4.371	3.856	56,44	57,06	46,99	42,09	66,76	85,20	8,80	6,58	54,95	33,13	0,473	0,450
126	125	4 645	4 689	MA	Zé Doca	40.774	46.132	7.072	7.877	70,38	63,64	60,39	47,46	81,22	80,78	6,27	6,10	30,41	46,85	0,358	0,448
209	126	5 459	4 691	MA	Afonso Cunha	4.565	4.680	940	899	83,19	81,06	80,26	74,15	12,88	100,00	1,85	11,38	28,30	78,63	0,181	0,448
85	127	4 238	4 692	MA	Colinas	30.750	35.802	5.777	6.665	74,07	66,04	62,32	58,36	79,40	100,00	46,43	16,26	32,86	45,29	0,398	0,448
153	128	4 982	4 702	MA	Urbano Santos	21.202	17.601	4.650	3.600	79,89	73,16	70,26	64,59	21,68	77,65	38,16	10,98	46,60	72,08	0,316	0,447
214	129	5 493	4 719	MA	Fernando Falcão	4.442	4.821	963	1.030	85,80	90,46	72,17	69,75	17,36	90,00	10,94	2,29	0,00	92,17	0,140	0,445
142	130	4 833	4 736	MA	Magalhães de Almeida	12.521	13.021	2.272	2.302	79,42	70,93	66,69	58,59	38,16	89,52	10,58	18,75	56,56	52,91	0,337	0,444
146	131	4 891	4 769	MA	Cidelândia	10.969	11.814	1.887	2.063	74,45	59,80	65,54	46,54	82,96	100,00	51,16	42,86	4,77	11,55	0,330	0,442
183	132	5 307	4 774	MA	Alto Alegre do Pindaré	23.744	30.175	4.110	5.905	87,33	74,56	78,52	66,07	70,72	98,61	30,65	13,68	12,61	60,92	0,244	0,441
204	133	5 442	4 788	MA	Tutóia	39.828	37.728	8.502	7.635	85,52	71,82	78,07	64,63	35,57	58,25	10,19	21,77	16,93	72,33	0,191	0,440
138	134	4 760	4 790	MA	Presidente Vargas	9.055	11.722	1.505	2.748	81,61	76,17	70,30	58,08	75,85	75,20	16,67	13,86	44,16	65,46	0,346	0,439
79	135	4 164	4 793	MA	São Benedito do Rio Preto	14.101	16.441	2.897	3.350	75,32	73,72	68,17	59,86	100,00	99,14	11,76	2,12	51,01	58,42	0,409	0,439
190	136	5 350	4 803	MA	São Roberto	3.788	4.399	797	829	89,60	90,01	81,20	72,88	74,55	100,00	50,00	23,28	0,00	76,21	0,229	0,437
71	137	4 109	4 806	MA	Estreito	20.733	22.928	3.721	3.881	60,37	56,51	50,16	43,86	100,00	96,68	7,84	3,93	22,07	24,89	0,414	0,437
48	138	3 709	4 841	MA	Governador Eugênio Barros	12.462	14.627	2.189	2.650	78,64	73,92	68,72	67,47	62,78	62,36	26,02	49,02	85,22	59,39	0,456	0,434
119	139	4 570	4 858	MA	Buritirana	11.131	13.820	2.173	2.522	78,59	61,89	64,64	56,43	64,98	79,81	20,69	25,49	47,02	38,78	0,367	0,433
149	140	4 923	4 865	MA	Bom Jesus das Selvas	13.007	16.543	2.435	3.176	83,15	77,92	76,68	67,04	81,95	100,00	7,41	14,83	45,28	60,26	0,325	0,432
105	141	4 424	4 880	MA	Burití Bravo	21.799	21.446	4.099	3.890	78,67	70,07	68,90	59,54	38,82	73,21	30,81	9,35	65,03	60,44	0,381	0,430
72	142	4 111	4 885	MA	Vitória do Mearim	25.527	29.951	4.809	5.538	71,34	64,34	61,17	57,22	65,93	71,80	20,37	5,90	54,82	54,60	0,414	0,430
180	143	5 295	4 886	MA	Peritoró	14.325	17.334	2.483	3.073	77,95	72,77	75,11	71,40	65,85	92,86	0,47	14,96	19,98	62,05	0,250	0,429
46	144	3 680	4 901	MA	Anajatuba	20.188	22.977	3.078	3.685	72,17	71,23	60,95	52,27	44,90	54,63	1,18	11,19	93,46	61,52	0,458	0,427
90	145	4 277	4 904	MA	Turilândia	17.857	17.229	3.217	3.033	86,58	80,64	78,78	75,74	33,19	45,43	13,64	9,09	100,00	100,00	0,395	0,427
143	146	4 853	4 914	MA	Cândido Mendes	14.407	16.899	2.869	3.195	74,55	72,89	53,89	51,65	60,15	66,03	8,81	8,47	27,82	57,40	0,335	0,425
127	147	4 656	4 915	MA	Capinzal do Norte	10.261	10.655	1.812	1.829	77,94	65,53	71,05	57,00	64,96	60,52	0,00	19,72	59,39	52,50	0,357	0,425
43	148	3 625	4 916	MA	Alcântara	18.943	21.289	3.326	3.337	63,10	53,18	53,36	42,88	94,18	42,24	48,79	27,01	30,83	31,52	0,465	0,425
172	149	5 176	4 923	MA	Esperantinópolis	17.670	21.223	3.231	3.642	77,32	70,76	64,20	59,06	47,04	98,68	17,17	16,09	20,95	42,07	0,279	0,424
211	150	5 477	4 928	MA	Paulino Neves	9.850	11.525	2.174	2.559	92,68	79,21	87,16	73,82	9,49	96,03	5,88	5,63	36,14	71,44	0,160	0,423
87	151	4 262	4 933	MA	Burití	25.091	24.125	5.234	4.802	82,33	84,23	73,50	69,21	70,66	58,40	12,35	19,88	72,81	83,25	0,396	0,422
189	152	5 345	4 937	MA	Nova Olinda do Maranhão	17.277	15.659	2.953	2.865	75,99	68,46	66,49	62,82	39,43	100,00	13,14	8,27	7,98	46,03	0,229	0,422
195	153	5 378	4 944	MA	São Raimundo do Doca Bezerra	6.241	6.670	1.324	1.351	86,99	75,45	71,74	58,28	0,00	62,23	0,00	10,92	46,10	65,63	0,218	0,421
167	154	5 098	4 955	MA	São João do Carú	13.149	13.493	2.437	2.960	93,20	75,50	90,68	75,04	21,02	35,46	25,00	20,14	78,31	90,61	0,294	0,420
163	155	5 078	4 981	MA	Serrano do Maranhão	15.888	9.119	3.063	1.717	74,90	76,76	57,89	61,85	17,69	46,41	10,70	6,25	37,65	79,31	0,298	0,418
188	156	5 340	4 996	MA	Vargem Grande	32.263	34.705	6.030	6.837	80,64	76,66	72,86	69,45	29,51	91,13	14,61	15,02	23,92	59,36	0,231	0,416
44	157	3 640	5 017	MA	Santa Quitéria do Maranhão	19.368	28.150	3.912	5.941	78,47	70,99	66,02	60,36	59,16	65,32	67,13	2,18	66,37	62,82	0,463	0,413
174	158	5 194	5 021	MA	Pio XII	21.915	28.411	4.065	5.145	79,12	58,68	69,08	53,85	37,52	97,77	23,26	3,17	27,40	27,19	0,274	0,413
184	159	5 315	5 035	MA	Água Doce do Maranhão	9.792	9.701	1.718	1.628	90,55	82,70	78,99	76,14	0,00	49,77	33,33	2,60	49,23	97,01	0,241	0,411
65	160	3 990	5 043	MA	Maranhãozinho	7.413	8.443	1.408	1.671	81,10	78,74	72,74	65,16	100,00	47,47	15,79	12,66	66,02	77,57	0,425	0,409
112	161	4 511	5 044	MA	Lagoa Grande do Maranhão	8.733	8.469	1.870	1.746	90,69	76,68	80,36	69,02	37,28	100,00	2,86	10,33	100,00	54,24	0,373	0,409
177	162	5 269	5 050	MA	Milagres do Maranhão	6.615	5.149	1.293	1.003	87,03	74,61	71,45	70,49	12,36	72,16	66,67	5,71	21,90	69,38	0,257	0,408
39	163	3 508	5 062	MA	Bacuri	10.980	15.531	2.289	3.028	71,04	69,55	52,93	48,75	34,58	47,44	12,50	14,23	91,31	50,04	0,477	0,406
155	164	5 028	5 066	MA	Barra do Corda	73.039	78.146	14.178	14.041	74,45	64,54	60,54	52,33	89,18	88,88	9,87	2,46	8,49	33,63	0,308	0,406
129	165	4 671	5 076	MA	São João do Paraíso	8.738	10.365	1.727	1.856	71,65	58,43	61,10	45,98	53,08	67,66	19,79	10,74	38,72	27,16	0,356	0,405
196	166	5 384	5 077	MA	Joselândia	14.741	14.609	2.757	2.642	78,95	71,49	66,70	595								

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		1999	2004	1999	2004	
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999					IDI 2004
133	195	4 723	5 314	MA	São Domingos do Maranhão	31.039	33.049	5.836	5.848	75,97	71,42	58,62	61,52	57,36	17,82	3,66	2,44	44,40	66,45	0,351	0,359
217	196	5 498	5 328	MA	Governador Newton Bello	10.688	11.804	2.207	2.178	86,91	82,88	76,98	72,67	18,24	34,43	3,13	17,32	5,14	72,47	0,130	0,357
147	197	4 909	5 330	MA	Matões do Norte	5.638	7.435	1.124	1.406	81,04	68,69	78,28	71,42	22,15	45,45	16,07	13,71	70,86	53,25	0,327	0,357
213	198	5 480	5 338	MA	Matões	24.858	26.431	4.585	4.799	84,26	72,05	75,21	70,53	38,07	100,00	3,92	8,33	1,84	30,45	0,158	0,355
144	199	4 855	5 353	MA	Vila Nova dos Martírios	5.657	6.704	1.039	1.245	80,23	64,91	66,70	57,40	100,00	100,00	20,75	25,20	20,36	0,00	0,335	0,351
203	200	5 437	5 355	MA	São João do Soter	12.262	14.832	2.209	2.675	86,57	71,97	75,26	64,11	55,67	78,76	15,63	4,55	3,13	34,43	0,192	0,350
193	201	5 367	5 364	MA	Paulo Ramos	19.950	19.289	3.986	3.606	82,61	77,63	73,71	62,29	19,44	63,78	5,27	9,42	32,88	42,23	0,222	0,347
124	202	4 604	5 366	MA	Mirador	18.316	19.904	3.658	3.810	78,85	77,37	66,08	62,86	49,05	68,01	39,00	19,09	45,95	35,51	0,363	0,347
80	203	4 166	5 368	MA	São Félix de Balsas	5.467	5.144	925	849	82,41	74,24	64,16	51,67	97,83	70,11	50,00	15,00	36,00	21,53	0,408	0,345
132	204	4 718	5 401	MA	Codó	104.217	111.146	18.163	18.685	72,41	67,25	68,36	62,07	63,41	57,22	6,28	9,60	46,41	29,69	0,351	0,334
175	205	5 214	5 403	MA	Turiação	27.971	31.288	5.704	6.323	81,00	83,51	66,29	62,12	15,74	33,64	2,21	7,05	46,74	58,77	0,271	0,334
198	206	5 402	5 409	MA	Apicum-Açu	11.590	11.098	2.512	2.293	83,23	75,68	58,23	44,60	44,98	60,34	6,45	0,47	0,00	22,76	0,211	0,332
83	207	4 230	5 417	MA	Santa Helena	27.111	30.859	4.978	5.361	74,39	71,90	60,70	54,89	55,49	35,14	25,61	20,59	54,48	30,07	0,400	0,328
208	208	5 454	5 462	MA	Amapá do Maranhão	4.696	5.429	952	1.196	86,17	72,68	82,06	69,06	82,50	67,98	0,00	0,77	0,00	32,09	0,183	0,312
164	209	5 083	5 467	MA	Araioases	35.416	34.905	6.397	5.986	89,18	87,14	79,86	78,47	39,35	73,72	31,48	2,96	52,27	51,46	0,297	0,310
201	210	5 432	5 487	MA	Santana do Maranhão	7.457	10.943	1.622	2.235	93,53	82,98	84,69	73,19	80,60	69,26	23,08	19,26	4,34	33,08	0,195	0,303
206	211	5 449	5 491	MA	Bom Jardim	33.890	35.394	6.113	6.602	78,96	79,97	73,83	69,04	23,90	18,91	31,20	54,18	0,00	32,68	0,187	0,301
162	212	5 071	5 494	MA	Timbiras	25.199	26.399	5.023	5.155	81,69	72,32	79,05	71,65	29,89	61,06	61,85	8,35	34,31	28,88	0,299	0,299
114	213	4 520	5 503	MA	Gonçalves Dias	16.860	16.789	2.912	2.720	72,11	72,22	60,72	62,17	100,00	71,84	42,86	14,19	9,88	8,24	0,371	0,292
215	214	5 494	5 507	MA	Centro Novo do Maranhão	12.661	14.552	2.747	3.261	87,86	79,14	77,26	66,71	29,79	67,40	12,50	9,71	0,00	23,04	0,140	0,289
205	215	5 444	5 509	MA	Feira Nova do Maranhão	7.420	7.542	1.585	1.522	81,45	75,68	70,41	63,84	55,36	74,63	0,00	5,67	0,00	13,74	0,190	0,286
210	216	5 470	5 512	MA	Satubinha	6.917	10.994	1.450	1.975	86,15	77,28	75,74	66,92	42,92	88,16	0,00	27,59	8,84	0,00	0,171	0,284
185	217	5 321	5 515	MA	Jenipapo dos Vieiras	9.094	10.119	1.779	2.056	87,49	77,58	72,69	74,59	65,40	96,58	5,05	1,29	20,46	16,28	0,239	0,283
-	-	14	13	MA	MATO GROSSO	2.235.832	2.505.244	347.178	364.682	34,62	29,27	30,28	24,42	89,43	100,00	52,09	55,45	26,63	35,23	0,581	0,648
7	1	1 047	139	MT	Pontal do Araguaia	3.287	3.734	444	535	20,31	7,45	13,86	7,60	100,00	100,00	6,12	56,92	58,62	84,30	0,694	0,869
136	2	5 544	211	MT	Santa Rita do Trivelato	-	977	-	188	-	16,22	-	19,21	-	100,00	-	55,56	-	98,99	-	0,853
6	3	978	264	MT	Ribeirãozinho	1.608	1.979	208	261	39,75	14,13	35,84	23,22	100,00	100,00	76,92	87,88	67,39	80,34	0,701	0,842
3	4	537	319	MT	Lucas do Rio Verde	12.647	19.314	2.241	3.142	22,98	24,66	22,47	20,96	100,00	100,00	52,75	76,24	66,37	90,29	0,743	0,832
1	5	222	386	MT	Sapezal	3.377	7.865	528	1.324	33,89	30,82	27,88	30,06	100,00	100,00	55,22	79,37	100,00	100,00	0,790	0,822
135	6	5 545	523	MT	Santa Cruz Do Xingu	-	1.151	-	146	-	26,05	-	24,28	-	100,00	-	45,00	-	100,00	-	0,805
35	7	2 099	540	MT	Água Boa	15.093	14.898	2.325	2.170	34,83	20,02	28,60	15,85	100,00	100,00	19,45	65,05	47,34	74,80	0,609	0,804
27	8	1 918	605	MT	Campos de Júlio	1.472	2.895	272	501	34,30	14,79	27,13	9,21	100,00	100,00	44,68	68,09	38,60	58,74	0,624	0,797
2	9	414	634	MT	Alto Garças	7.780	8.333	922	1.012	27,73	21,30	22,77	16,05	100,00	100,00	92,20	92,67	57,65	58,41	0,758	0,793
10	10	1 199	662	MT	Alto Taquari	3.233	4.476	472	774	34,38	35,15	29,72	23,63	100,00	100,00	56,82	61,21	57,50	94,61	0,680	0,791
23	11	1 816	767	MT	Nova Mutum	8.388	13.839	1.460	2.251	27,28	21,92	19,92	13,46	100,00	87,66	54,59	60,87	22,67	73,87	0,632	0,782
4	12	692	1 050	MT	Barra do Garças	47.133	52.092	6.556	7.064	20,01	15,35	16,77	15,65	93,82	78,08	36,63	71,33	62,56	58,95	0,728	0,757
24	13	1 831	1 218	MT	Sorriso	25.373	35.605	4.429	5.684	23,88	30,62	22,04	19,78	81,42	100,00	54,57	67,09	30,33	63,58	0,631	0,742
43	14	2 457	1 261	MT	Feliz Natal	3.753	6.767	803	1.316	48,18	41,09	46,09	39,59	100,00	99,60	22,13	51,80	65,02	100,00	0,580	0,738
33	15	2 063	1 322	MT	Diamantino	15.387	18.579	2.542	2.796	32,68	29,85	28,78	21,06	84,18	100,00	73,05	79,22	27,37	54,21	0,611	0,732
137	16	5 546	1 328	MT	Santo Antônio do Leste	-	1.871	-	355	-	32,51	-	30,24	-	100,00	-	50,00	-	80,47	-	0,732
42	17	2 442	1 401	MT	Araputanga	13.127	13.675	1.936	1.846	36,82	24,02	32,64	16,77	88,00	83,55	43,81	7,07	35,98	86,18	0,581	0,727
5	18	774	1 408	MT	Torixoréu	5.607	4.832	710	597	27,55	31,71	20,07	16,35	90,48	100,00	75,00	82,69	52,73	47,15	0,720	0,726
8	19	1 078	1 435	MT	Ponte Branca	2.419	2.086	321	306	25,10	31,59	22,45	9,74	100,00	100,00	67,92	32,00	39,71	64,75	0,690	0,724
12	20	1 259	1 457	MT	Cuiabá	433.355	483.344	59.368	61.864	17,45	14,37	15,65	11,21	88,60	98,57	67,70	74,51	24,74	27,95	0,674	0,722
72	21	3 096	1 557	MT	Santa Carmem	3.398	3.659	620	649	41,85	36,19	41,64	26,74	77,31	100,00	57,14	61,82	24,90	67,99	0,522	0,715
39	22	2 322	1 611	MT	Tapurah	8.816	11.560	1.706	1.830	38,25	30,82	34,77	31,46	97,46	100,00	61,16	51,67	30,04			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004		
129	51	5 549	2 608	MT	Conquista d'Oeste	-	2.686	-	442	-	14,85	-	45,75	-	100,00	-	60,00	-	33,17	-	0,631
58	52	2 828	2 613	MT	Itaúba	8.076	5.640	1.406	986	47,14	41,26	48,05	38,32	81,20	84,52	91,67	80,58	27,34	49,51	0,546	0,631
17	53	1 558	2 643	MT	Jaciara	20.953	23.796	3.054	3.173	29,75	27,13	24,02	19,99	100,00	98,25	69,38	26,34	29,46	36,37	0,651	0,629
110	54	3 769	2 646	MT	Cotriguaçu	4.758	8.472	826	1.499	39,55	43,24	36,21	36,40	81,51	100,00	29,60	22,27	0,00	70,02	0,450	0,629
138	55	5 550	2 658	MT	Serra Nova Dourada	-	1.008	-	131	-	44,29	-	45,08	-	100,00	-	30,00	-	75,56	-	0,628
38	56	2 243	2 738	MT	Tabaporã	4.820	10.840	878	1.476	42,60	38,39	40,61	26,72	73,08	83,87	90,35	89,57	40,58	27,29	0,598	0,622
130	57	5 551	2 740	MT	Curvelândia	-	4.802	-	652	-	24,23	-	19,91	-	100,00	-	50,00	-	17,97	-	0,622
116	58	3 998	2 746	MT	Nova Marilândia	2.511	2.352	542	274	45,01	43,48	31,49	32,95	58,42	100,00	17,14	23,81	8,71	63,16	0,425	0,622
48	59	2 636	2 768	MT	Nova Xavantina	18.999	17.831	2.682	2.288	30,04	37,15	22,86	22,62	93,45	100,00	14,17	40,68	24,33	37,45	0,563	0,620
65	60	2 939	2 773	MT	Paranatinga	14.882	15.340	2.489	2.403	43,88	43,20	40,78	34,56	100,00	100,00	31,07	43,14	33,30	54,02	0,535	0,620
81	61	3 221	2 819	MT	Mirasol d'Oeste	23.717	22.702	3.375	3.007	38,39	26,85	36,38	24,16	100,00	96,68	17,55	44,35	19,77	26,58	0,509	0,615
41	62	2 388	2 823	MT	Cláudia	10.184	9.860	1.809	1.778	39,37	38,26	37,06	25,94	69,55	77,78	59,92	54,17	45,72	44,27	0,585	0,615
46	63	2 582	2 878	MT	Cáceres	73.596	81.398	11.438	11.999	35,02	30,55	33,89	26,72	100,00	100,00	38,04	32,15	27,04	35,44	0,568	0,611
57	64	2 827	2 900	MT	Indiavaí	1.869	2.054	273	235	47,37	39,55	39,48	25,42	100,00	100,00	55,17	0,00	27,87	58,47	0,547	0,609
67	65	3 002	2 902	MT	Nova Olímpia	12.000	14.185	2.227	2.800	48,25	44,94	41,29	32,71	100,00	75,33	69,05	75,00	17,08	45,92	0,530	0,609
51	66	2 694	2 918	MT	Chapada dos Guimarães	14.598	15.753	2.342	2.152	50,77	41,67	44,14	32,39	100,00	100,00	67,37	66,67	34,46	33,45	0,558	0,607
60	67	2 843	2 920	MT	Matupá	11.360	11.287	1.975	1.674	41,33	39,13	32,18	25,84	69,14	100,00	19,15	36,62	47,09	39,25	0,544	0,606
70	68	3 058	2 924	MT	Nova Brasilândia	5.938	5.786	869	862	63,50	43,69	49,73	33,56	100,00	100,00	63,64	61,68	41,39	38,91	0,525	0,606
96	69	3 457	2 931	MT	Santo Antônio do Leverger	15.314	15.435	2.280	1.965	54,58	34,45	44,38	29,65	94,39	100,00	45,37	49,43	22,66	31,70	0,484	0,606
40	70	2 379	2 935	MT	Canarana	13.745	15.408	2.365	2.449	37,02	39,73	30,06	40,74	75,78	100,00	44,19	55,87	41,67	44,70	0,586	0,605
62	71	2 907	2 954	MT	Nobres	15.266	14.983	2.468	2.329	41,11	37,24	36,51	25,79	65,75	100,00	45,91	14,29	37,49	47,41	0,539	0,604
76	72	3 155	2 966	MT	Guarantã do Norte	24.210	28.199	4.302	4.257	42,11	32,34	38,71	24,64	81,11	100,00	28,89	42,64	32,16	26,83	0,516	0,603
105	73	3 647	2 987	MT	Poconé	30.595	30.773	4.872	4.274	51,08	35,36	37,62	28,14	80,38	100,00	43,52	48,85	11,38	29,67	0,462	0,601
59	74	2 841	2 992	MT	Nortelândia	9.999	7.245	1.782	972	27,33	26,55	21,53	19,54	50,00	92,45	17,97	4,07	32,67	38,18	0,545	0,601
29	75	1 936	3 009	MT	Juscimeira	11.380	12.062	1.618	1.539	39,24	42,14	31,95	26,58	77,08	86,10	81,08	49,69	41,03	40,74	0,622	0,600
69	76	3 047	3 046	MT	Vila Rica	13.244	15.583	2.210	2.637	41,27	41,22	35,39	35,51	88,13	100,00	26,76	77,58	29,43	26,46	0,526	0,596
75	77	3 137	3 065	MT	Alta Floresta	42.852	46.982	6.856	6.970	36,36	33,98	33,94	30,57	69,35	100,00	39,98	50,36	22,99	27,20	0,518	0,595
56	78	2 814	3 068	MT	Arenópolis	12.988	11.745	2.031	1.504	37,83	28,82	29,12	22,22	100,00	94,34	24,22	23,28	24,00	29,99	0,548	0,594
73	79	3 101	3 104	MT	São Félix do Araguaia	10.862	9.487	1.657	1.523	44,91	36,46	33,88	29,78	94,67	100,00	30,49	50,88	24,72	27,30	0,521	0,591
55	80	2 720	3 115	MT	Juara	25.710	30.746	4.222	4.480	38,72	33,55	36,11	33,37	100,00	99,84	36,94	27,96	28,69	39,28	0,556	0,591
74	81	3 104	3 141	MT	Santo Afonso	3.001	3.096	512	420	37,87	24,50	30,80	23,33	83,05	100,00	16,22	14,55	27,48	26,15	0,521	0,589
53	82	2 714	3 174	MT	Nova Monte Verde	5.670	6.827	951	1.138	40,82	37,98	39,45	37,04	100,00	100,00	47,17	38,78	29,30	40,04	0,557	0,586
20	83	1 755	3 190	MT	Vera	7.199	9.054	1.348	1.639	39,25	41,68	38,02	33,50	100,00	69,23	38,16	42,33	62,48	53,31	0,636	0,585
80	84	3 217	3 197	MT	Querência	4.221	7.272	789	1.237	44,64	40,25	36,55	38,05	100,00	100,00	6,60	3,38	31,95	60,40	0,510	0,584
44	85	2 509	3 267	MT	Porto dos Gaúchos	6.036	5.663	1.052	949	36,67	41,46	36,05	38,80	45,45	100,00	87,85	55,05	35,92	34,41	0,575	0,579
66	86	2 988	3 282	MT	Juina	32.221	38.016	5.287	5.984	40,22	34,54	36,61	36,02	100,00	96,50	25,51	40,50	26,60	33,11	0,531	0,578
111	87	3 804	3 288	MT	Jangada	6.630	7.134	1.245	1.225	61,23	43,33	50,00	28,80	78,85	100,00	43,15	50,43	28,28	27,69	0,445	0,577
22	88	1 809	3 289	MT	General Carneiro	4.501	4.347	762	686	30,20	33,02	33,46	29,83	100,00	100,00	16,98	34,78	58,10	26,20	0,632	0,577
94	89	3 440	3 298	MT	Nova Ubiratã	3.859	5.652	741	918	42,81	36,73	38,07	38,78	60,87	98,68	35,29	43,18	27,15	35,16	0,486	0,576
83	90	3 258	3 320	MT	Nova Maringá	3.161	3.948	629	733	52,13	51,59	49,63	44,61	76,29	100,00	80,00	49,09	25,86	51,55	0,506	0,575
84	91	3 259	3 322	MT	Denise	8.162	7.461	1.491	1.334	45,50	36,20	32,18	31,78	68,07	86,98	26,61	48,17	32,56	30,20	0,506	0,574
71	92	3 073	3 323	MT	Figueirópolis D'Oeste	4.821	4.315	685	540	46,81	23,25	44,72	26,85	83,12	100,00	59,52	7,14	29,87	26,29	0,524	0,574
114	93	3 893	3 324	MT	Salto do Céu	5.669	4.675	910	671	54,05	37,63	47,68	36,44	80,65	100,00	28,89	41,94	21,39	32,86	0,436	0,574
97	94	3 492	3 348	MT	Brasnorte	9.362	9.814	1.506	1.775	45,11	37,87	44,04	36,33	81,82	80,25	40,27	41,26	19,58	42,03	0,479	0,571
88	95	3 286	3 358	MT	Araguaiana	3.512	3.424	537	482	49,22	25,62	36,07	23,75	91,18	82,76	27,78	53,06	26,84	9,83	0,503	0,571
108	96	3 757	3 389	MT	Alto Paraguai	11.227	8.605	1.836	1.267	45,16	39,44	35,14	25,38	37,07	100,00	50,67	35,07	16			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999		IDI 2004	1999	2004			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
132	125	5 554	4 187	MT	Nova Santa Helena	-	3.312	-	502	-	42,22	-	42,78	-	75,34	-	52,00	-	20,07	-	0,497
106	126	3 688	4 225	MT	Nova Canaã do Norte	10.704	11.514	1.723	1.661	46,11	43,26	49,41	41,05	91,04	95,26	50,89	45,41	7,70	11,40	0,458	0,494
79	127	3 188	4 244	MT	Barra do Bugres	20.571	27.460	3.283	4.346	44,56	43,72	38,99	37,58	100,00	88,96	31,52	24,71	22,96	21,05	0,513	0,491
101	128	3 558	4 265	MT	Santa Terezinha	6.248	6.270	1.187	1.117	52,18	48,30	50,76	37,20	100,00	90,36	1,91	35,96	40,33	17,97	0,471	0,489
77	129	3 164	4 292	MT	São Pedro da Cipa	3.577	3.493	540	505	59,77	53,35	37,36	34,74	100,00	100,00	28,95	23,33	38,74	21,28	0,515	0,487
103	130	3 613	4 309	MT	Cocalinho	5.457	5.347	844	752	49,64	39,34	41,31	24,60	56,56	77,42	39,24	8,42	29,33	15,20	0,466	0,485
134	131	5 555	4 323	MT	Rondolândia	-	3.084	-	516	-	36,72	-	31,70	-	61,39	-	9,52	-	26,83	-	0,485
98	132	3 512	4 395	MT	Barão de Melgaço	7.852	7.680	1.206	1.076	56,46	52,78	55,72	58,47	80,29	100,00	30,12	41,94	47,64	31,44	0,477	0,478
52	133	2 706	4 407	MT	Marcelândia	11.541	14.448	2.255	2.775	45,57	36,52	39,12	33,70	77,17	54,85	75,97	31,73	31,06	17,69	0,557	0,477
87	134	3 277	4 463	MT	Nova Bandeirantes	5.226	6.949	841	1.141	37,48	44,13	36,96	42,23	100,00	91,28	8,33	9,00	21,75	24,69	0,504	0,471
139	135	5 556	4 537	MT	Vale de São Domingos	-	2.778	-	385	-	40,83	-	19,57	-	65,15	-	25,85	-	0,00	-	0,463
100	136	3 539	4 627	MT	Glória D'Oeste	3.878	3.361	534	372	38,46	39,24	38,11	37,41	75,44	84,21	6,52	12,73	24,89	10,11	0,473	0,455
104	137	3 623	4 666	MT	Porto Esperidião	8.036	9.994	1.324	1.672	52,57	50,67	50,98	45,84	86,06	100,00	12,50	8,18	40,21	22,78	0,465	0,451
126	138	5 103	4 997	MT	Porto Estrela	4.751	4.705	783	747	66,72	52,33	59,12	48,14	64,89	75,00	21,13	30,36	0,00	14,09	0,293	0,416
112	139	3 838	5 180	MT	Campinápolis	12.082	12.417	2.255	2.264	48,85	49,27	45,27	69,90	51,56	76,42	46,28	26,32	21,98	23,60	0,442	0,390
-	-	11	9	MATO GROSSO DO SUL		1.927.834	2.078.070	286.702	291.208	31,27	27,01	29,15	24,82	89,41	99,67	62,36	59,23	34,52	44,83	0,625	0,681
1	1	332	459	MS	Chapadão do Sul	8.489	11.658	1.444	1.704	25,22	20,88	19,94	19,49	100,00	100,00	72,61	60,42	66,99	85,43	0,770	0,813
2	2	417	685	MS	Ladário	12.333	15.313	2.004	2.567	26,40	26,75	25,55	22,48	96,64	100,00	21,05	74,24	96,22	77,63	0,758	0,789
4	3	758	820	MS	Cassilândia	19.570	20.085	2.440	2.257	28,52	27,38	24,69	22,97	90,86	100,00	70,00	80,13	61,26	71,31	0,721	0,778
14	4	1 920	975	MS	São Gabriel do Oeste	14.585	16.820	2.301	2.330	29,95	21,86	24,24	14,30	87,57	100,00	57,46	79,83	31,11	52,04	0,624	0,764
3	5	614	1 026	MS	Campo Grande	600.069	663.621	82.967	85.339	17,05	12,99	16,10	12,54	87,13	85,15	86,32	78,84	40,51	47,16	0,735	0,759
7	6	1 355	1 097	MS	Três Lagoas	74.797	79.059	10.310	10.250	25,28	17,97	21,91	18,98	86,94	100,00	53,27	64,04	44,33	55,94	0,668	0,753
47	7	2 898	1 427	MS	Costa Rica	14.551	15.488	2.243	2.092	37,85	32,69	31,98	22,27	79,76	100,00	30,77	63,85	30,50	62,72	0,540	0,724
11	8	1 817	1 431	MS	Fátima do Sul	20.511	19.110	2.560	2.096	24,16	15,10	22,61	15,62	94,55	95,45	71,38	61,30	16,56	41,90	0,632	0,724
17	9	2 125	1 565	MS	Aparecida do Taboado	16.959	18.402	2.278	2.357	31,70	23,82	23,84	25,01	84,06	100,00	34,88	87,73	38,63	40,76	0,606	0,714
15	10	1 922	1 670	MS	Corumbá	89.083	95.701	13.992	15.589	25,89	24,54	25,96	23,04	100,00	79,41	18,61	73,44	41,92	53,35	0,623	0,705
32	11	2 566	1 706	MS	Angélica	8.215	7.354	1.226	867	37,94	44,09	36,28	32,02	89,33	100,00	41,01	77,01	36,64	68,72	0,569	0,703
13	12	1 919	1 762	MS	Bataguassu	13.638	16.197	2.083	2.194	41,28	34,85	33,56	24,52	80,30	100,00	85,95	36,70	41,20	70,01	0,624	0,697
5	13	1 266	1 856	MS	Dourados	153.191	164.949	22.770	22.722	23,88	21,19	22,92	19,40	86,03	95,76	82,78	52,92	31,91	41,82	0,674	0,689
53	14	3 306	1 857	MS	Sonora	8.801	9.543	1.556	1.579	46,39	39,05	42,79	27,13	87,38	98,12	29,44	80,54	30,84	52,35	0,500	0,689
6	15	1 289	1 893	MS	Nova Andradina	34.216	35.380	4.866	4.527	29,67	30,96	26,64	18,57	100,00	100,00	82,86	37,41	33,69	54,94	0,672	0,685
12	16	1 881	1 915	MS	Rio Negro	5.219	5.431	664	663	38,74	33,02	32,47	27,04	100,00	100,00	63,29	70,91	40,37	47,78	0,627	0,683
45	17	2 857	1 983	MS	Batayporã	9.864	10.623	1.435	1.533	44,16	31,07	40,36	28,37	99,56	100,00	81,38	57,79	11,30	51,58	0,543	0,678
39	18	2 742	1 990	MS	Maracaju	24.621	26.217	4.169	4.185	34,08	32,36	29,62	28,51	86,16	100,00	20,80	70,49	31,70	46,45	0,554	0,677
19	19	2 177	2 023	MS	Douradina	4.718	4.732	703	692	46,09	40,21	45,21	27,03	96,47	100,00	87,88	65,38	39,93	54,64	0,602	0,675
16	20	2 124	2 081	MS	Rio Brilhante	18.660	22.638	2.882	3.441	38,07	38,08	34,88	32,02	100,00	100,00	45,96	53,61	42,54	61,69	0,606	0,671
23	21	2 298	2 153	MS	Paranaíba	37.594	38.406	5.066	4.885	33,90	30,71	26,14	21,14	78,10	100,00	52,45	47,28	32,08	44,16	0,593	0,665
29	22	2 432	2 156	MS	Deodópolis	11.783	11.350	1.554	1.394	34,23	28,55	32,86	28,82	100,00	100,00	42,48	42,39	28,51	52,06	0,582	0,665
20	23	2 233	2 161	MS	Ivinhema	21.792	21.641	2.989	2.659	34,84	29,71	33,32	28,96	99,48	100,00	15,88	35,47	49,74	56,70	0,598	0,664
10	24	1 742	2 313	MS	Bela Vista	20.437	21.764	3.375	3.478	31,95	25,73	32,48	32,07	94,22	93,19	93,48	84,47	25,31	30,44	0,637	0,654
51	25	3 291	2 314	MS	Selvíria	6.547	6.083	988	913	41,59	31,60	38,42	26,16	46,32	100,00	51,28	47,06	32,03	45,67	0,502	0,654
25	26	2 404	2 335	MS	Glória de Dourados	10.606	10.035	1.334	1.135	28,95	30,75	27,11	23,87	94,32	99,27	28,57	35,00	28,10	48,51	0,584	0,653
56	27	3 326	2 346	MS	Brasilândia	10.595	11.954	1.635	1.754	43,79	28,20	38,47	24,80	88,51	98,06	49,43	45,79	12,45	41,73	0,498	0,652
33	28	2 572	2 401	MS	Rio Verde de Mato Grosso	17.068	18.137	2.530	2.441	39,65	32,74	31,39	26,03	81,36	98,32	54,34	71,66	30,57	32,53	0,568	0,647
26	29	2 405	2 435	MS	Taquarussu	4.083	3.493	505	426	39,86	46,79	40,65	27,77	93,44	98,08	84,78	67,92	24,88	49,26	0,584	0,644
67	30	3 703	2 469	MS	Alcinópolis	3.751	3.678	612	517	52,35	41,06	49,16	38,53	95,59	100,00	26,19	58,14	23,16	57,20	0,456	

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe		DTP	Tetra-valente	1999	2004								
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
64	59	3 576	3 300	MS	Miranda	20.878	23.007	3.431	3.529	48,62	44,51	49,27	44,51	91,87	100,00	34,44	54,86	22,46	42,11	0,469	0,576
69	60	3 759	3 495	MS	Santa Rita do Pardo	6.316	6.638	1.051	992	52,82	47,87	51,13	37,87	62,50	100,00	59,65	48,51	23,01	34,86	0,450	0,558
41	61	2 802	3 542	MS	Itaquiraí	13.047	15.768	2.276	2.439	53,79	41,93	52,81	39,44	90,85	98,36	80,73	36,36	40,48	35,86	0,549	0,555
68	62	3 758	3 575	MS	Paranhos	10.232	10.213	2.084	1.965	59,33	59,92	61,38	62,22	95,63	100,00	56,07	56,42	25,00	64,74	0,450	0,552
49	63	3 068	3 637	MS	Iguatemi	12.164	13.615	2.085	2.162	45,18	41,79	42,24	37,75	88,99	96,41	30,34	14,97	37,49	42,63	0,524	0,547
58	64	3 360	3 648	MS	Bonito	15.252	16.955	2.415	2.523	44,89	43,51	41,39	31,87	100,00	100,00	13,32	12,47	27,42	37,52	0,494	0,546
38	65	2 733	3 730	MS	Pedro Gomes	8.241	8.535	1.249	1.169	47,98	38,63	38,62	39,49	84,78	100,00	56,33	30,71	37,77	27,46	0,554	0,537
50	66	3 142	3 831	MS	Guia Lopes da Laguna	10.286	11.115	1.529	1.655	43,90	34,96	40,23	35,40	100,00	100,00	36,17	19,68	23,03	21,93	0,517	0,529
65	67	3 587	3 957	MS	Nioaque	14.187	15.086	2.408	2.418	51,87	41,05	50,56	40,13	87,94	100,00	39,17	20,43	26,13	28,15	0,468	0,518
72	68	3 980	3 978	MS	Juti	5.318	4.979	838	830	56,66	44,51	53,50	54,77	71,55	96,40	55,46	78,26	17,54	18,38	0,427	0,516
61	69	3 500	4 040	MS	Porto Murinho	11.342	13.314	2.108	2.414	44,27	44,72	46,35	41,48	100,00	97,17	8,68	9,48	27,52	36,71	0,478	0,510
71	70	3 973	4 071	MS	Dois Irmãos do Buriti	8.937	9.335	1.617	1.509	49,52	45,90	56,30	52,60	88,03	100,00	60,32	57,66	2,78	22,57	0,428	0,507
70	71	3 771	4 088	MS	Sete Quedas	17.251	10.936	2.820	1.606	40,03	31,52	38,00	45,49	70,56	82,43	36,05	32,01	4,52	22,05	0,449	0,506
74	72	4 296	4 347	MS	Novo Horizonte do Sul	6.569	6.413	1.162	964	57,56	40,63	50,20	47,51	90,63	100,00	13,64	20,27	13,04	21,32	0,394	0,483
73	73	4 090	4 516	MS	Antônio João	6.370	7.407	1.053	1.175	58,81	44,03	56,27	58,51	94,04	100,00	5,03	15,88	31,40	30,81	0,415	0,466
77	74	4 720	4 704	MS	Tacuru	7.278	8.715	1.475	1.626	66,16	52,43	63,91	52,13	60,08	80,88	48,23	46,23	16,32	19,62	0,351	0,447
66	75	3 612	4 776	MS	Aral Moreira	7.381	8.055	1.350	1.433	49,77	53,69	51,64	48,46	88,41	100,00	22,30	11,83	32,39	22,63	0,466	0,441
76	76	4 531	4 887	MS	Coronel Sapucaia	14.308	12.810	2.566	2.279	55,43	61,50	54,52	60,80	73,21	100,00	21,23	26,61	10,70	30,74	0,370	0,429
75	77	4 393	5 350	MS	Japorá	4.555	6.138	917	1.312	69,92	65,15	66,92	69,35	100,00	100,00	40,50	7,19	20,47	21,38	0,385	0,351
-	-	10	12	MINAS GERAIS		16.672.613	17.905.133	2.248.948	2.292.283	32,71	27,80	28,83	24,09	91,84	87,17	46,37	48,80	44,60	43,63	0,630	0,649
208	1	1 270	70	MG	Grupiara	1.468	1.375	184	86	23,08	9,80	16,67	0,00	48,28	86,36	50,00	47,06	60,00	100,00	0,673	0,892
53	2	393	87	MG	Pedrinópolis	5.206	3.361	431	400	21,75	13,66	18,46	6,58	84,48	100,00	66,04	93,33	69,23	77,51	0,761	0,885
16	3	155	205	MG	Araxá	74.206	78.995	9.208	9.011	13,07	11,83	11,70	8,30	73,64	100,00	49,05	59,05	84,70	82,60	0,803	0,855
14	4	113	239	MG	Ribeirão Vermelho	3.582	3.620	393	329	14,53	19,61	16,34	17,00	100,00	100,00	60,34	71,43	75,94	89,93	0,813	0,848
32	5	272	304	MG	Ipiaçu	3.984	4.024	530	453	25,92	17,04	18,34	16,06	58,67	100,00	68,18	77,78	93,09	78,41	0,781	0,835
6	6	67	329	MG	Pirajuba	2.926	2.739	364	306	27,59	15,12	14,85	17,74	86,67	100,00	66,67	85,71	100,00	72,15	0,836	0,830
71	7	549	381	MG	Patrocínio do Muriaé	4.630	4.859	493	555	38,30	26,52	26,11	12,11	100,00	90,36	72,00	67,24	75,21	88,79	0,742	0,822
11	8	92	389	MG	Nova Lima	56.960	64.386	6.981	7.654	13,85	11,67	13,15	11,84	90,46	70,64	66,63	92,16	77,43	70,81	0,822	0,822
45	9	363	394	MG	Raposos	14.630	14.288	2.192	1.787	15,52	11,22	14,52	12,58	73,45	75,81	68,75	94,80	65,13	67,00	0,765	0,821
8	10	73	437	MG	Matozinhos	26.722	30.164	3.773	4.028	22,02	16,92	17,95	11,88	84,47	93,90	63,08	64,61	99,34	76,01	0,833	0,816
52	11	391	455	MG	Araújos	5.976	6.215	760	805	26,97	20,15	19,27	15,93	84,87	97,92	43,24	60,53	86,53	82,39	0,761	0,814
497	12	2 779	492	MG	Santa Rosa da Serra	2.894	3.112	382	404	36,68	34,73	29,25	14,68	66,15	100,00	13,73	45,83	46,20	100,00	0,551	0,809
68	13	535	508	MG	Itamonte	11.164	12.196	1.468	1.485	28,87	23,87	31,80	21,88	86,25	97,07	96,23	98,31	66,77	70,74	0,743	0,807
4	14	53	543	MG	São João Nepomuceno	23.379	23.784	2.888	2.796	18,08	18,07	16,90	14,64	100,00	100,00	68,47	76,44	86,38	65,80	0,839	0,803
17	15	175	544	MG	Lavras	72.947	78.771	9.019	9.347	14,10	11,35	14,50	12,99	93,53	99,92	52,78	57,92	74,60	66,72	0,798	0,803
80	16	610	546	MG	Monte Santo de Minas	19.794	21.211	2.493	2.640	33,51	22,13	28,23	22,16	91,88	88,79	83,02	82,08	68,59	80,12	0,736	0,803
103	17	734	578	MG	Pedro Leopoldo	47.342	53.957	6.212	6.618	19,67	16,20	17,47	14,53	83,37	100,00	26,30	32,36	71,67	84,37	0,723	0,800
196	18	1 193	583	MG	Alfredo Vasconcelos	4.927	5.101	679	702	33,45	26,05	27,19	18,79	61,70	78,57	70,27	78,38	66,67	86,06	0,680	0,799
122	19	846	587	MG	Conquista	6.706	6.101	918	862	28,59	21,78	25,53	17,13	72,17	100,00	76,24	73,91	65,48	71,47	0,714	0,799
101	20	728	601	MG	Varginha	100.168	108.997	12.803	12.679	16,11	14,62	15,65	11,87	85,24	95,05	49,21	80,60	54,16	57,54	0,724	0,797
69	21	540	626	MG	Dores de Campos	7.788	8.349	962	1.003	22,59	14,67	20,87	14,92	100,00	100,00	65,83	58,25	57,79	68,21	0,743	0,794
23	22	219	628	MG	Timóteo	65.501	71.478	8.605	8.230	11,65	8,95	12,52	11,78	100,00	93,19	43,12	45,66	68,50	68,98	0,790	0,794
5	23	54	645	MG	Itaú de Minas	12.336	13.689	1.559	1.705	8,19	11,19	6,90	10,16	87,66	87,07	70,66	42,31	71,41	73,70	0,839	0,793
274	24	1 594	672	MG	Moeda	4.201	4.468	507	554	36,83	27,53	38,50	22,70	100,00	100,00	63,93	59,52	52,53	86,48	0,648	0,790
144	25	945	683	MG	Arapuá	2.827	2.771	308	305	19,38	13,69	11,41	3,01	100,00	100,00	22,22	60,61	51,69	51,97	0,705	0,789
30	26	256	696	MG	Juiz de Fora	424.479	456.794	49.529	49.692	12,29	10,17	11,95	10,87	87,87	86,72	60,86	62,72	63,28	61,42	0,td	

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
									Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
178	55	1 098	980	MG	Rio Novo	8.479	8.548	1.108	996	30,39	16,69	26,84	12,12	62,18	93,63	31,36	42,72	85,88	66,10	0,689	0,764
114	56	796	983	MG	Formiga	59.629	62.907	7.181	7.025	20,48	16,22	16,39	14,25	83,86	93,56	49,77	70,39	57,07	53,76	0,718	0,763
262	57	1 530	990	MG	Planura	8.096	8.297	1.118	949	30,06	28,20	26,55	19,94	69,78	97,89	65,35	66,95	50,29	70,60	0,653	0,762
153	58	985	996	MG	Ewbank da Câmara	3.446	3.607	503	476	39,42	27,15	31,81	20,31	64,71	100,00	61,54	74,47	88,09	64,92	0,700	0,762
92	59	680	1 066	MG	Uberaba	232.413	252.364	26.648	26.889	15,48	13,46	13,18	13,11	70,23	95,49	70,47	79,66	50,12	41,20	0,730	0,756
123	60	855	1 067	MG	Itumirim	6.379	6.390	880	799	26,92	13,13	21,06	19,89	89,17	87,83	40,95	43,48	68,01	69,57	0,713	0,755
190	61	1 161	1 074	MG	Maripá de Minas	2.519	2.592	304	276	36,57	29,46	24,68	23,56	65,22	100,00	65,71	90,48	68,99	59,56	0,683	0,754
320	62	1 875	1 078	MG	Pirapetinga	10.600	10.034	1.426	1.242	29,75	20,78	22,38	22,17	96,41	100,00	51,05	69,49	29,60	59,82	0,628	0,754
535	63	2 969	1 080	MG	Santa Juliana	10.299	8.076	1.644	943	24,91	19,78	16,50	13,95	49,28	99,31	33,72	71,53	12,91	49,78	0,533	0,754
40	64	325	1 085	MG	Pouso Alegre	93.166	106.774	11.901	12.902	15,49	14,98	13,47	11,18	98,20	78,76	54,14	62,50	61,34	56,90	0,771	0,753
28	65	248	1 088	MG	Rodeiro	4.309	5.375	573	685	25,66	21,24	25,81	23,56	90,91	100,00	67,86	71,19	86,12	60,54	0,785	0,753
197	66	1 194	1 089	MG	Rio Acima	7.556	7.658	1.038	1.001	23,33	23,26	19,61	17,05	72,22	67,68	55,71	96,33	50,92	59,62	0,680	0,753
240	67	1 422	1 091	MG	Araguari	95.403	101.972	11.397	11.487	17,09	18,39	13,50	12,55	100,00	96,13	43,75	82,49	23,29	42,82	0,661	0,753
65	68	520	1 092	MG	Sete Lagoas	167.340	184.871	22.826	23.109	20,89	16,90	17,63	13,74	93,36	91,22	22,10	27,36	78,78	72,51	0,745	0,753
34	69	299	1 093	MG	Barbacena	107.810	114.126	13.433	12.952	16,40	14,26	14,72	12,76	94,11	89,04	77,19	73,12	55,70	47,09	0,776	0,753
84	70	631	1 098	MG	Olimpio Noronha	2.058	2.245	264	267	36,07	37,43	33,04	28,13	100,00	68,52	25,00	64,58	100,00	100,00	0,733	0,752
174	71	1 072	1 111	MG	Madre de Deus de Minas	4.316	4.734	609	573	24,09	23,43	19,01	19,03	67,37	72,16	28,13	39,66	71,69	86,94	0,691	0,751
64	72	507	1 116	MG	Natércia	4.422	4.644	461	469	36,02	25,17	31,62	18,62	100,00	89,83	47,95	75,38	92,45	61,45	0,747	0,751
113	73	795	1 121	MG	Dom Silvério	5.396	5.227	649	513	31,09	32,78	25,34	28,66	82,18	100,00	82,54	72,22	61,09	75,36	0,718	0,750
78	74	599	1 122	MG	São Gotardo	22.447	27.631	3.117	3.722	23,00	24,17	17,13	19,16	100,00	100,00	38,66	82,57	65,47	52,07	0,737	0,750
279	75	1 607	1 129	MG	Sacramento	20.781	21.333	2.770	2.584	25,97	24,53	19,89	20,45	72,43	91,45	51,98	84,62	42,38	56,81	0,647	0,750
304	76	1 763	1 133	MG	Wenceslau Braz	2.361	2.594	329	287	30,55	10,86	25,27	19,42	100,00	100,00	61,11	63,41	29,27	48,21	0,635	0,749
73	77	568	1 134	MG	Rochedo de Minas	1.932	1.907	260	275	26,29	18,44	19,46	13,75	51,11	73,81	56,67	83,33	87,61	53,24	0,739	0,749
235	78	1 394	1 135	MG	Guaxupé	43.331	47.035	5.556	5.469	26,47	25,23	26,88	26,34	76,57	89,33	58,74	81,83	51,35	65,61	0,664	0,749
291	79	1 663	1 137	MG	Natalândia	2.986	3.293	472	457	55,30	33,42	40,91	21,71	100,00	70,31	66,67	39,02	70,00	100,00	0,643	0,749
179	80	1 103	1 141	MG	Bandeira do Sul	4.718	4.899	686	656	29,98	18,81	22,07	25,98	64,29	79,12	70,37	69,81	60,00	69,72	0,688	0,748
294	81	1 696	1 142	MG	Senador Cortes	1.924	1.998	258	249	39,78	32,80	38,89	15,40	95,45	90,00	54,05	65,52	60,20	69,70	0,641	0,748
26	82	241	1 150	MG	Vigosa	57.450	64.852	7.251	7.678	20,92	15,05	18,46	16,85	100,00	86,45	65,36	50,09	71,24	62,57	0,786	0,747
87	83	655	1 151	MG	Arcoz	29.637	32.687	3.478	3.464	13,39	7,04	11,94	6,82	90,93	88,10	27,91	24,50	58,72	56,50	0,732	0,747
332	84	1 952	1 162	MG	Tiros	10.331	7.569	1.239	794	25,19	24,24	16,05	12,50	58,96	89,66	53,57	59,68	33,33	60,49	0,621	0,746
233	85	1 386	1 163	MG	Campos Altos	11.741	12.819	1.651	1.711	30,14	31,92	28,95	34,39	100,00	100,00	28,90	37,84	60,79	95,76	0,665	0,746
132	86	883	1 169	MG	Barroso	18.645	18.359	2.438	2.275	14,88	16,57	18,83	16,18	81,66	92,63	81,00	60,64	36,60	54,21	0,711	0,745
42	87	340	1 175	MG	Além Paraíba	32.059	33.608	3.877	4.013	18,55	24,11	19,02	15,89	99,67	90,61	36,92	40,65	76,84	72,37	0,769	0,745
83	88	622	1 177	MG	Belo Horizonte	2.091.371	2.238.525	238.841	250.353	13,36	11,70	13,60	11,25	100,00	81,98	53,38	61,42	44,14	49,02	0,735	0,744
96	89	700	1 179	MG	Barão de Cocais	22.595	23.389	3.308	3.148	25,16	29,48	23,57	24,20	87,30	91,26	88,19	73,07	51,65	69,20	0,727	0,744
168	90	1 050	1 183	MG	Pains	8.857	7.796	1.037	855	18,83	22,62	18,13	13,29	86,90	100,00	24,44	76,11	58,70	45,43	0,694	0,744
7	91	72	1 184	MG	Bambuí	21.187	21.696	2.337	2.345	20,14	22,27	15,31	12,49	100,00	100,00	89,21	67,30	74,14	48,62	0,833	0,744
137	92	918	1 202	MG	Curvelo	63.467	67.511	8.796	8.719	29,33	24,22	24,55	21,04	70,32	100,00	68,38	65,73	67,69	59,42	0,708	0,743
261	93	1 527	1 203	MG	Estrela do Sul	7.047	6.881	905	842	31,02	26,80	26,56	23,91	84,82	100,00	63,83	45,12	44,57	75,13	0,653	0,742
43	94	345	1 207	MG	Ponte Nova	54.325	55.301	6.908	6.464	24,74	21,70	23,10	17,24	98,96	97,25	73,05	59,78	69,13	57,35	0,768	0,742
172	95	1 068	1 224	MG	Divinópolis	171.565	183.960	21.460	21.051	12,98	10,25	11,38	9,22	85,36	84,33	55,33	64,87	30,67	41,25	0,692	0,741
343	96	2 015	1 227	MG	Belo Oriente	18.060	19.516	2.691	2.886	40,11	26,88	35,23	27,72	96,74	89,71	31,77	40,43	57,10	85,87	0,615	0,741
288	97	1 643	1 230	MG	Tocos do Moji	3.666	3.820	406	428	40,48	15,74	28,88	13,12	71,67	100,00	67,35	90,70	57,58	29,53	0,644	0,740
160	98	1 007	1 232	MG	São Brás do Suaçuí	3.229	3.282	380	366	21,45	28,42	29,02	24,81	35,19	80,77	36,36	33,33	93,98	92,16	0,698	0,740
119	99	826	1 234	MG	Mar de Espanha	10.220	10.565	1.264	1.263	30,99	25,54	26,20	18,15	100,00	72,82	49,70	65,69	68,67	70,15	0,716	0,739
186	100	1 145	1 235	MG	Montes Claros	271.608	306.946	38.821	41.436	26,73	20										

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		1999	2004				
						IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999			IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004		
76	129	580	1 414			MG	Carangola	31.387	31.920	3.944	3.755	30,40	25,09	26,30	23,40	100,00	72,21	56,84	63,08	73,62	71,03
66	130	526	1 416	MG	Piraúba	10.266	11.140	1.206	1.223	25,36	23,32	21,64	20,09	78,26	94,27	50,62	64,89	80,29	53,98	0,744	0,725
128	131	871	1 424	MG	São João Batista do Glória	5.337	6.269	654	806	25,75	23,68	22,22	16,07	100,00	53,79	54,17	82,11	55,52	61,58	0,712	0,724
67	132	528	1 426	MG	Ouro Branco	29.783	30.381	4.466	3.789	19,38	19,04	19,91	15,91	68,26	96,09	61,21	43,79	72,23	54,71	0,744	0,724
39	133	318	1 428	MG	Careagu	5.592	5.810	697	764	28,26	21,31	23,24	19,22	98,04	100,00	61,04	52,38	80,84	54,01	0,772	0,724
378	134	2 164	1 444	MG	Poço Fundo	14.099	15.146	1.571	1.652	29,06	20,58	26,86	17,59	98,15	73,82	27,20	89,47	34,61	45,77	0,603	0,723
13	135	108	1 445	MG	Cataguases	61.984	63.979	7.561	7.012	15,81	11,05	12,89	14,04	89,02	71,13	53,26	43,48	83,36	57,02	0,814	0,723
284	136	1 626	1 460	MG	Patos de Minas	112.712	124.054	14.401	14.350	16,38	13,65	11,04	10,19	100,00	92,52	33,30	33,08	18,98	49,90	0,646	0,722
161	137	1 010	1 477	MG	Carmo do Paranaíba	28.482	29.458	3.661	3.586	27,21	21,36	18,45	15,76	97,08	76,04	23,36	63,47	64,67	55,79	0,698	0,721
283	138	1 625	1 483	MG	Extrema	18.905	19.219	2.324	2.333	24,82	21,15	24,78	18,91	89,64	97,33	82,19	70,43	21,89	44,40	0,646	0,721
85	139	637	1 487	MG	Matutina	3.872	3.837	443	425	21,63	23,77	14,29	27,31	100,00	100,00	16,39	90,70	70,92	43,75	0,733	0,720
219	140	1 325	1 496	MG	Marliéria	3.800	4.044	497	529	44,25	45,94	42,75	31,75	89,61	90,54	31,48	40,32	94,47	100,00	0,670	0,719
156	141	992	1 500	MG	Congonhas	38.767	41.256	5.591	5.212	20,46	15,09	19,73	15,18	88,51	86,09	46,91	63,72	52,27	43,03	0,699	0,719
189	142	1 159	1 507	MG	Ouro Preto	61.633	66.277	8.386	8.474	23,79	20,69	22,96	14,43	86,86	61,32	36,50	40,54	58,32	71,59	0,683	0,719
151	143	982	1 516	MG	Pitangui	22.166	22.267	3.208	3.056	24,76	14,03	17,87	13,60	94,29	100,00	18,39	27,99	66,47	50,79	0,700	0,718
223	144	1 332	1 526	MG	Ingaí	2.419	2.492	333	313	41,03	28,88	26,71	24,53	91,49	69,39	25,00	64,86	77,40	73,13	0,670	0,717
271	145	1 587	1 527	MG	João Monlevade	61.700	66.690	7.375	7.918	15,83	15,80	15,31	11,88	93,88	83,80	48,72	64,33	19,28	40,26	0,649	0,717
296	146	1 711	1 533	MG	Três Marias	24.112	23.567	3.536	3.270	24,41	21,40	22,89	22,83	73,77	80,59	31,96	50,63	50,20	65,26	0,639	0,717
37	147	313	1 536	MG	Itaúna	70.919	76.861	9.156	9.094	14,03	12,41	11,89	12,86	78,98	91,35	41,59	2,37	74,97	64,99	0,773	0,716
436	148	2 511	1 538	MG	Estrela Dalva	2.804	2.674	415	272	41,88	21,60	37,42	26,30	69,23	90,70	41,67	60,00	53,68	59,02	0,575	0,716
267	149	1 563	1 540	MG	Cláudio	20.530	22.521	2.907	3.054	18,63	22,59	15,99	14,24	82,43	84,63	40,42	54,31	33,31	53,76	0,650	0,716
93	150	682	1 542	MG	Florestal	5.363	5.646	671	698	27,83	25,74	20,23	12,62	94,94	100,00	54,88	45,92	64,83	51,75	0,729	0,716
130	151	873	1 543	MG	Ressaquinha	4.528	4.555	635	625	32,16	35,42	24,23	19,93	100,00	77,14	62,11	53,97	59,93	76,14	0,711	0,716
104	152	736	1 554	MG	Paraguacu	17.817	18.940	2.321	2.209	25,39	18,15	21,30	18,31	80,00	94,74	66,06	66,39	62,92	42,00	0,723	0,715
97	153	703	1 560	MG	Frutal	45.679	46.566	5.694	5.100	21,14	19,92	16,40	17,17	79,77	89,96	83,00	77,76	46,78	39,08	0,727	0,715
139	154	922	1 561	MG	Alfenas	58.963	66.955	7.591	8.233	23,71	20,88	22,25	19,15	85,21	75,53	67,35	75,24	52,63	50,49	0,707	0,715
118	155	825	1 593	MG	Vazante	18.938	18.926	2.452	2.339	22,55	12,28	16,73	14,22	100,00	95,77	48,11	64,09	51,57	31,41	0,716	0,712
308	156	1 813	1 597	MG	Santa Cruz de Minas	6.462	7.040	937	896	17,59	17,29	16,91	10,57	53,42	84,67	25,45	26,02	47,90	57,18	0,632	0,712
242	157	1 436	1 604	MG	Córrego Fundo	4.823	5.178	570	540	24,61	24,06	15,91	26,77	90,12	78,00	50,00	75,41	34,47	58,59	0,660	0,711
381	158	2 197	1 612	MG	Martinho Campos	11.382	11.815	1.572	1.464	26,12	23,75	22,56	15,77	79,13	81,55	16,15	52,74	41,25	56,53	0,601	0,710
56	159	424	1 613	MG	Perdões	17.778	18.734	2.270	2.348	21,94	15,73	20,15	16,44	92,29	91,80	55,51	63,95	70,79	38,43	0,756	0,710
41	160	329	1 620	MG	Pequeri	2.893	3.016	351	363	32,94	31,24	30,97	27,84	100,00	68,52	71,05	58,06	86,84	79,55	0,771	0,709
10	161	78	1 625	MG	Doresópolis	1.368	1.350	182	145	32,92	20,33	20,61	4,00	71,05	100,00	100,00	0,00	100,00	57,97	0,830	0,709
379	162	2 179	1 626	MG	Manhuaçu	59.228	67.122	8.292	9.763	34,16	31,18	33,04	28,92	100,00	91,13	46,62	64,10	34,56	66,12	0,602	0,709
377	163	2 161	1 629	MG	São José da Varginha	2.960	3.224	453	452	34,60	30,07	28,61	8,85	61,11	71,05	28,57	61,70	59,80	56,12	0,604	0,709
181	164	1 113	1 641	MG	Bela Vista de Minas	10.133	9.844	1.374	1.295	24,90	22,10	22,42	22,16	92,49	69,73	28,21	57,24	61,99	63,72	0,688	0,707
74	165	572	1 648	MG	Astolfo Dutra	11.342	11.803	1.355	1.235	22,66	26,97	19,27	16,19	90,40	79,88	42,99	54,70	70,86	58,64	0,739	0,707
72	166	550	1 657	MG	Santa Rita do Sapucaí	29.246	31.262	3.853	4.014	26,93	20,69	24,82	18,56	99,83	91,19	68,06	81,54	64,57	35,49	0,742	0,707
214	167	1 303	1 662	MG	Resende Costa	9.783	10.334	1.268	1.186	24,49	19,25	22,44	15,54	73,85	86,34	50,31	66,18	53,35	40,94	0,671	0,706
205	168	1 247	1 667	MG	Paineiras	5.089	4.893	634	520	33,88	24,74	28,06	14,73	30,68	90,00	46,43	53,13	93,51	50,20	0,675	0,706
163	169	1 013	1 668	MG	São João del Rei	75.181	78.614	8.600	8.461	14,90	12,58	14,39	11,10	94,42	81,05	37,10	31,57	42,54	49,64	0,698	0,706
159	170	1 001	1 669	MG	Cedro do Abaeté	1.297	1.287	173	140	40,00	14,23	37,93	45,80	68,18	100,00	46,67	55,56	100,00	64,47	0,699	0,706
193	171	1 173	1 671	MG	Três Pontas	47.283	51.024	6.539	6.736	33,45	26,29	31,69	26,64	100,00	84,22	62,57	64,00	56,64	60,94	0,682	0,705
363	172	2 105	1 674	MG	Carmelinho	9.255	8.909	1.145	979	32,00	33,08	29,12	19,57	100,00	86,33	22,83	55,56	43,05	63,75	0,608	0,705
303	173	1 754	1 682	MG	Espera Feliz	18.847	20.526	2.659	2.766	45,92	39,35	40,32	32,22	100,00	96,62	8,50	40,88	86,30	84,74	0,636	0,705
300	174	1 728	1 690	MG	São Gonçalo do Sapucaí	20.659	22.306	2.927	2.963												

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999					IDI 2004
194	203	1 182	1 881	MG	Campo Belo	47.369	49.186	5.373	5.566	24,61	14,53	22,01	14,00	100,00	84,00	19,44	31,11	59,46	45,47	0,681	0,686
213	204	1 296	1 886	MG	Belo Vale	6.955	7.651	826	826	32,58	23,54	32,63	25,22	100,00	80,18	74,23	64,84	46,84	50,63	0,672	0,686
98	205	719	1 887	MG	Pedra Dourada	1.673	1.820	260	254	41,63	36,97	36,40	33,03	60,47	100,00	95,56	100,00	89,80	44,36	0,724	0,686
164	206	1 015	1 890	MG	Nova Ponte	8.218	9.492	1.247	1.295	26,15	28,94	25,36	22,26	91,43	100,00	49,22	54,60	60,16	48,19	0,697	0,686
24	207	228	1 891	MG	Medeiros	2.870	3.037	393	396	25,48	16,00	21,72	23,43	89,23	64,15	90,24	72,34	72,96	45,45	0,789	0,686
466	208	2 639	1 896	MG	Carro da Mata	10.433	10.398	1.276	1.253	26,12	15,96	22,43	13,52	82,67	100,00	11,56	27,46	26,64	39,65	0,563	0,685
401	209	2 304	1 903	MG	Ibertioga	4.912	5.138	656	610	45,28	35,57	44,28	33,04	100,00	82,72	60,44	55,84	46,28	72,97	0,592	0,684
120	210	837	1 907	MG	Queluzito	1.893	1.790	223	182	27,93	19,20	22,53	28,73	67,74	82,76	80,00	46,67	62,50	56,67	0,715	0,684
225	211	1 347	1 908	MG	São Bento Abade	3.020	3.737	492	608	44,56	41,04	43,04	38,16	100,00	82,76	76,92	63,41	66,67	79,53	0,669	0,684
351	212	2 044	1 910	MG	Botelhos	14.728	15.099	1.841	1.763	30,87	25,16	28,01	20,38	81,16	64,92	43,84	65,31	41,51	53,79	0,613	0,683
275	213	1 595	1 913	MG	Cachoeira Dourada	2.278	2.305	283	241	37,61	33,33	26,46	30,58	90,91	91,18	25,00	64,00	65,22	59,54	0,648	0,683
245	214	1 459	1 924	MG	Corinto	24.678	24.545	3.313	3.271	38,43	31,12	30,95	29,38	94,14	100,00	52,26	46,21	59,52	60,29	0,658	0,682
312	215	1 843	1 925	MG	Lagoa Formosa	15.901	16.482	2.022	1.837	30,28	24,13	21,29	17,62	86,92	100,00	37,07	35,43	41,76	46,84	0,630	0,682
264	216	1 537	1 929	MG	São Sebastião do Paraíso	53.640	58.334	6.976	7.222	26,11	24,10	23,90	23,76	89,34	86,60	73,33	69,44	29,77	42,52	0,653	0,682
204	217	1 242	1 940	MG	Serra da Saudade	834	873	116	113	43,43	17,51	30,00	5,35	100,00	92,86	42,86	42,86	72,22	27,27	0,676	0,681
400	218	2 297	1 943	MG	Japaraíba	3.475	3.473	501	451	17,76	15,70	19,27	9,64	38,67	65,52	38,89	66,00	35,62	31,78	0,593	0,680
372	219	2 146	1 951	MG	Campo do Meio	10.906	11.436	1.551	1.352	33,74	28,58	30,81	24,37	80,62	79,41	63,10	61,04	34,62	54,74	0,605	0,680
259	220	1 520	1 962	MG	Itamogi	9.852	10.721	1.339	1.325	33,19	23,17	31,74	27,44	75,00	88,48	65,09	59,50	56,43	48,31	0,654	0,679
380	221	2 183	1 994	MG	Passa-Vinte	2.288	2.163	303	245	46,91	35,39	44,09	34,87	47,22	93,55	85,19	69,23	65,38	59,50	0,601	0,677
134	222	893	1 996	MG	São João do Manteninha	4.301	4.405	515	515	37,94	21,03	27,75	24,48	98,70	100,00	76,32	44,44	62,15	43,90	0,710	0,677
33	223	277	1 998	MG	Itamarati de Minas	3.495	3.789	455	427	29,22	25,29	22,42	16,28	79,31	98,00	54,69	45,16	96,70	40,59	0,780	0,677
360	224	2 093	2 002	MG	Resplendor	17.459	16.973	2.135	2.067	41,40	40,26	35,02	29,36	93,01	93,08	56,18	58,90	45,57	64,20	0,609	0,676
513	225	2 852	2 003	MG	Divinésia	3.149	3.186	481	368	40,34	33,19	33,96	37,88	59,15	100,00	20,00	60,61	52,12	61,26	0,543	0,676
496	226	2 777	2 004	MG	São Francisco do Glória	5.546	5.695	762	746	48,28	33,15	35,92	19,86	100,00	100,00	44,23	51,61	32,32	47,63	0,551	0,676
199	227	1 214	2 011	MG	Cascalho Rico	2.262	2.620	241	323	21,57	24,95	22,55	20,64	70,97	100,00	55,17	80,00	52,25	25,90	0,678	0,676
36	228	305	2 022	MG	Santana do Deserto	3.223	3.773	368	428	37,64	44,37	32,85	34,30	97,83	77,36	72,73	66,67	95,18	76,77	0,775	0,675
605	229	3 372	2 024	MG	Oliveira Fortes	2.254	2.145	303	246	49,25	42,92	42,54	21,70	70,00	87,10	59,26	57,89	24,63	62,20	0,494	0,675
116	230	813	2 029	MG	Três Corações	60.930	65.289	8.597	8.990	25,99	23,33	25,71	20,73	100,00	84,22	82,72	70,97	47,02	36,41	0,717	0,675
385	231	2 206	2 037	MG	Chiador	3.003	3.020	353	342	41,18	33,45	31,56	15,02	55,32	95,35	44,83	40,91	62,42	50,00	0,599	0,674
487	232	2 737	2 038	MG	Eugenópolis	9.673	9.766	1.164	999	38,09	32,16	31,18	20,41	71,01	100,00	27,41	63,55	41,64	40,42	0,554	0,674
453	233	2 588	2 040	MG	Comendador Gomes	2.860	2.842	380	316	32,51	18,36	22,15	22,15	60,00	100,00	70,37	81,82	16,38	19,18	0,567	0,674
239	234	1 419	2 042	MG	Silvianópolis	5.643	5.854	643	595	41,67	34,53	34,56	30,85	100,00	89,02	92,31	71,83	44,71	54,44	0,662	0,674
217	235	1 317	2 050	MG	Monte Carmelo	39.952	43.898	5.404	5.617	26,32	23,14	22,50	20,05	100,00	80,19	51,90	50,13	41,08	47,29	0,671	0,673
241	236	1 431	2 051	MG	Conceição das Alagoas	15.149	17.155	2.017	2.360	29,41	34,97	23,01	15,87	76,25	100,00	19,90	15,72	68,55	62,21	0,661	0,673
221	237	1 330	2 055	MG	Campestre	18.195	20.553	2.286	2.582	28,65	23,12	27,68	21,00	86,17	90,91	78,82	88,89	41,79	23,38	0,670	0,673
344	238	2 018	2 058	MG	Ipanema	15.823	16.285	1.990	1.898	42,53	31,21	38,24	26,67	100,00	100,00	72,79	47,49	40,36	53,23	0,615	0,673
418	239	2 414	2 066	MG	Dom Vísopo	3.113	3.132	406	366	35,55	23,79	32,27	25,58	66,67	72,55	18,75	44,00	58,38	60,00	0,583	0,672
234	240	1 393	2 069	MG	Centralina	10.310	10.236	1.365	1.102	27,92	27,92	22,26	21,52	71,57	100,00	72,03	39,53	44,08	48,48	0,664	0,672
207	241	1 268	2 070	MG	Aracitaba	2.443	2.085	315	188	50,94	52,65	40,79	52,66	100,00	100,00	66,67	62,50	77,86	92,86	0,674	0,672
167	242	1 040	2 078	MG	Lambari	17.255	18.247	2.203	2.278	32,51	18,91	27,69	22,76	100,00	100,00	62,70	67,42	56,61	26,48	0,694	0,671
21	243	213	2 079	MG	Pratópolis	9.391	9.216	1.108	1.018	21,34	24,28	15,67	14,50	73,29	58,16	94,07	83,33	69,78	36,48	0,791	0,671
243	244	1 446	2 087	MG	Muzambinho	19.018	20.587	2.309	2.429	21,59	21,98	20,11	16,40	68,62	88,64	72,49	77,03	34,72	23,59	0,659	0,670
452	245	2 585	2 089	MG	Central de Minas	6.204	6.548	719	735	39,93	31,89	35,26	28,82	61,11	100,00	60,71	63,64	41,38	46,93	0,568	0,670
345	246	2 019	2 091	MG	Veríssimo	3.179	2.958	385	401	43,65	39,10	28,83	20,77	61,67	81,03	47,62	72,73	63,79	50,95	0,615	0,670
237	247	1 398	2 112	MG	Campanha	13.538	14.098	1.894	1.888	33,18	29,72	28,90	25,17	90,85	94,94	40,00	43,10	62,21	53,14	0,664	0,668
63	248	502	2 114	MG	Andradas	29.486	32.967														

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004		IDI 1999	IDI 2004	1999	2004				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
444	277	2 548	2 260	MG	Onça de Pitangui	2.748	2.985	372	374	35,58	28,90	33,53	29,00	73,58	100,00	20,51	23,68	50,60	58,82	0,571	0,657
310	278	1 836	2 261	MG	Dom Cavati	5.826	5.471	766	630	29,60	32,41	26,22	16,45	88,17	86,96	28,42	20,45	49,86	57,91	0,631	0,657
250	279	1 470	2 263	MG	Guidoval	7.201	7.546	957	914	30,64	27,95	29,98	31,93	59,17	91,27	47,57	67,65	70,49	43,17	0,658	0,657
539	280	2 994	2 264	MG	Morro da Garça	2.952	3.071	436	424	56,66	46,70	45,84	31,15	55,77	91,80	62,50	66,67	55,61	61,36	0,531	0,657
192	281	1 172	2 267	MG	Sabará	100.539	115.352	14.065	16.005	20,95	20,60	20,79	17,25	95,21	82,73	69,21	50,46	32,37	33,97	0,682	0,657
328	282	1 910	2 275	MG	Entre Rios de Minas	12.838	13.112	1.606	1.595	29,72	23,06	25,54	21,49	88,37	81,14	46,84	57,74	37,39	37,66	0,624	0,656
402	283	2 311	2 276	MG	Carrancas	4.058	3.887	598	492	37,09	27,01	30,61	28,84	63,16	100,00	61,54	71,43	42,16	32,63	0,592	0,656
99	284	721	2 279	MG	Santo Antônio do Monte	20.423	23.473	2.706	2.953	22,83	21,94	15,24	14,67	87,38	67,16	58,62	74,73	54,81	28,07	0,724	0,656
341	285	1 997	2 283	MG	Campos Gerais	24.357	26.539	3.539	3.662	40,70	35,32	35,18	26,45	77,86	85,25	49,22	68,44	58,99	47,25	0,617	0,656
38	286	315	2 284	MG	Canápolis	10.515	10.631	1.351	1.282	28,10	34,77	24,25	24,03	100,00	100,00	92,44	45,71	65,28	48,25	0,773	0,656
526	287	2 940	2 287	MG	Conceição do Pará	4.775	4.793	658	549	44,06	21,32	32,68	13,86	48,60	52,78	12,50	36,36	60,36	52,83	0,535	0,656
339	288	1 983	2 289	MG	Nanuque	41.271	41.619	5.413	5.211	33,89	28,76	28,39	26,38	100,00	100,00	36,77	45,03	41,32	44,83	0,619	0,656
216	289	1 309	2 290	MG	Cruzília	13.080	13.764	1.936	1.906	33,58	30,42	30,40	31,52	100,00	92,71	31,53	49,17	66,63	53,18	0,671	0,655
486	290	2 723	2 291	MG	São Thomé das Letras	5.733	6.202	919	930	48,91	30,24	45,86	29,21	87,90	69,14	52,48	53,19	46,74	60,40	0,555	0,655
209	291	1 281	2 293	MG	Itapagipe	11.297	11.830	1.357	1.348	20,63	16,50	14,86	13,46	82,87	63,68	74,55	72,27	25,80	24,03	0,673	0,655
530	292	2 955	2 300	MG	Monjolos	2.687	2.578	416	378	49,68	33,41	46,08	36,23	69,39	100,00	62,86	65,85	43,33	48,52	0,534	0,655
115	293	812	2 306	MG	Oliveira	35.055	37.249	4.468	4.557	22,47	18,88	20,73	17,27	98,80	82,19	15,97	17,66	72,49	47,82	0,717	0,654
224	294	1 339	2 315	MG	Senador Firmino	6.391	6.598	835	730	43,40	26,96	28,77	14,71	100,00	100,00	44,44	48,35	67,68	28,92	0,669	0,654
316	295	1 863	2 317	MG	São Vicente de Minas	5.770	6.163	846	836	33,65	21,67	31,28	30,07	71,79	69,03	54,78	52,38	53,23	52,41	0,629	0,653
59	296	459	2 337	MG	Iguatama	8.774	8.267	1.139	848	21,95	25,32	18,37	16,72	100,00	73,50	43,93	44,90	69,64	43,76	0,753	0,652
276	297	1 596	2 344	MG	São João da Mata	2.629	2.752	354	332	38,46	22,55	25,15	15,60	75,00	65,71	85,71	78,57	42,31	26,71	0,648	0,652
228	298	1 366	2 352	MG	Paracatu	68.047	75.215	11.227	11.711	35,55	32,37	26,25	23,57	100,00	75,66	22,73	25,86	67,16	65,65	0,667	0,651
127	299	866	2 356	MG	São Roque de Minas	6.187	6.323	703	697	31,16	22,38	23,91	23,41	62,73	87,64	84,88	6,06	65,98	59,18	0,712	0,651
254	300	1 496	2 360	MG	Ipatinga	195.793	212.494	25.424	26.490	18,30	14,06	18,25	13,10	97,96	71,12	34,56	36,50	32,43	33,47	0,655	0,650
514	301	2 858	2 363	MG	Mathias Lobato	3.723	3.641	686	569	49,31	44,77	46,24	48,14	67,92	91,67	10,98	49,30	73,33	82,50	0,543	0,650
148	302	971	2 364	MG	Mariana	40.217	46.709	6.086	6.687	35,29	29,29	34,79	31,47	100,00	88,85	38,83	32,75	81,15	60,02	0,701	0,650
255	303	1 500	2 366	MG	Igarapé	17.903	24.837	2.549	3.619	26,98	25,68	25,65	25,34	100,00	69,87	32,54	49,60	48,41	51,33	0,655	0,650
478	304	2 691	2 368	MG	Fernandes Tourinho	2.917	2.563	399	321	46,96	35,96	36,48	30,99	80,85	100,00	24,24	37,93	54,22	57,86	0,558	0,650
244	305	1 456	2 371	MG	Cambu	20.519	22.967	2.328	2.604	28,48	25,89	27,98	20,15	100,00	75,56	10,98	20,41	64,37	57,84	0,659	0,649
326	306	1 899	2 380	MG	Boa Esperança	34.191	37.073	4.881	5.073	31,13	27,47	28,48	22,47	96,45	89,84	50,75	52,35	36,15	38,43	0,625	0,649
220	307	1 328	2 386	MG	Goiabeira	2.582	2.713	321	299	53,70	48,20	38,70	47,33	100,00	100,00	51,61	57,89	84,56	75,94	0,670	0,648
145	308	946	2 391	MG	Tocantins	14.105	15.005	1.867	1.882	26,93	20,16	26,41	28,30	90,81	95,45	52,30	64,04	63,74	27,96	0,705	0,648
260	309	1 523	2 396	MG	Luz	16.973	16.831	2.192	2.005	25,99	29,50	19,60	24,08	79,69	94,74	21,01	41,00	56,72	44,68	0,654	0,647
171	310	1 067	2 398	MG	Varjão de Minas	3.511	4.701	555	736	39,96	36,93	20,00	19,67	100,00	100,00	0,00	22,54	86,64	54,18	0,692	0,647
281	311	1 616	2 403	MG	Baldim	7.935	8.154	1.061	980	38,92	30,48	35,44	25,13	100,00	91,38	18,18	23,15	73,62	57,04	0,646	0,647
321	312	1 879	2 406	MG	Cambuquira	12.040	12.536	1.587	1.567	38,72	36,73	34,46	31,63	78,77	78,26	56,11	63,16	56,72	56,12	0,627	0,646
175	313	1 080	2 409	MG	Inimutaba	5.645	6.268	809	843	43,30	50,61	33,63	42,34	77,66	71,31	65,88	75,58	81,13	77,86	0,690	0,646
268	314	1 571	2 411	MG	Barão de Monte Alto	6.329	6.230	858	728	39,94	30,91	36,24	24,08	84,55	85,23	57,89	71,43	64,89	35,00	0,650	0,646
472	315	2 661	2 413	MG	Cristina	11.541	10.339	1.520	1.281	37,10	28,14	32,64	29,95	49,29	95,00	44,83	74,83	47,02	31,48	0,561	0,646
432	316	2 492	2 417	MG	Mantena	27.761	26.870	3.445	3.173	37,31	27,84	34,51	26,88	92,34	100,00	52,21	49,04	30,01	38,29	0,576	0,645
129	317	872	2 419	MG	Cristiano Ottoni	4.632	4.903	608	642	27,22	14,86	27,31	15,17	83,33	62,83	63,93	60,53	65,49	26,37	0,711	0,645
313	318	1 846	2 421	MG	Araçuaçu	7.734	8.035	952	919	34,20	25,86	36,52	26,99	62,90	100,00	84,00	60,00	49,43	30,84	0,630	0,645
493	319	2 764	2 422	MG	Sarzedo	12.577	17.272	1.981	2.643	29,62	22,11	26,77	21,96	69,85	100,00	54,11	46,15	14,99	28,96	0,551	0,645
598	320	3 315	2 423	MG	Pingo-d'Água	3.725	3.819	457	483	43,45	33,39	38,69	15,13	100,00	100,00						

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004								
248	351	1 466	2 549	MG	Piedade do Rio Grande	4.950	5.063	622	525	42,21	43,20	43,06	35,03	100,00	69,57	47,06	67,21	75,00	64,29	0,658	0,636
297	352	1 715	2 551	MG	Guapé	13.159	13.620	1.764	1.799	34,95	30,43	28,40	20,29	87,37	71,78	41,96	46,31	54,31	46,08	0,639	0,636
406	353	2 346	2 552	MG	Cabeceira Grande	5.407	5.920	838	834	53,84	39,84	37,93	30,00	87,72	96,83	33,33	26,92	66,75	62,35	0,589	0,636
298	354	1 718	2 556	MG	Fama	2.241	2.351	279	242	36,29	25,83	29,08	21,89	35,29	69,44	64,00	91,30	71,31	21,62	0,639	0,636
623	355	3 483	2 565	MG	São Sebastião do Oeste	4.735	4.656	492	523	41,53	28,07	33,11	23,67	61,67	100,00	21,05	50,00	25,12	30,80	0,480	0,635
454	356	2 591	2 568	MG	Couto de Magalhães de Minas	4.232	4.006	704	625	48,55	40,45	39,25	21,41	100,00	92,54	40,23	33,78	44,48	52,55	0,567	0,635
91	357	678	2 569	MG	Santana de Cataguases	3.245	3.358	379	436	29,53	16,35	26,90	10,41	98,15	82,61	44,12	30,77	77,16	23,85	0,730	0,634
136	358	914	2 571	MG	Alpinópolis	15.771	17.029	2.291	2.337	24,42	29,62	18,25	15,01	100,00	79,77	45,00	48,41	53,41	34,29	0,708	0,634
82	359	615	2 572	MG	Biquinhas	2.845	2.819	318	304	27,55	32,46	20,86	23,57	80,00	39,13	9,52	68,75	97,73	55,78	0,735	0,634
336	360	1 964	2 576	MG	Vieiras	3.971	3.950	558	467	42,24	29,04	38,06	22,37	90,67	66,67	57,89	72,50	53,94	35,47	0,620	0,634
573	361	3 181	2 583	MG	Limeira do Oeste	6.515	6.170	896	766	37,74	19,03	34,14	27,10	78,57	84,96	26,23	52,94	24,80	30,75	0,513	0,634
195	362	1 188	2 589	MG	Iraí de Minas	4.801	5.903	702	800	30,77	26,50	27,51	24,33	74,42	88,15	78,65	57,14	54,01	31,48	0,681	0,633
229	363	1 374	2 590	MG	Prata	20.801	23.574	2.674	2.859	28,35	28,66	22,62	25,88	100,00	100,00	66,87	72,53	34,12	21,57	0,666	0,633
510	364	2 844	2 592	MG	Juramento	3.784	3.899	560	529	57,01	37,32	42,32	22,84	93,67	100,00	52,46	47,30	43,97	39,76	0,544	0,633
390	365	2 245	2 594	MG	Maria da Fé	14.442	14.605	2.189	2.041	36,79	31,54	34,47	25,57	72,70	88,24	55,43	58,18	46,24	37,08	0,598	0,633
516	366	2 861	2 595	MG	São Sebastião da Bela Vista	4.216	4.309	600	555	46,84	26,13	39,20	43,70	86,46	84,62	49,32	48,33	35,29	56,45	0,543	0,633
523	367	2 924	2 597	MG	Capitão Andrade	4.454	4.305	554	517	50,65	55,92	40,78	31,13	78,18	100,00	37,18	37,50	48,43	71,37	0,537	0,633
596	368	3 302	2 598	MG	São Félix de Minas	3.407	3.454	495	470	52,27	33,29	48,44	41,41	100,00	98,28	36,96	59,52	32,37	48,76	0,500	0,632
369	369	2 138	2 604	MG	Nazareno	7.194	7.238	953	1.040	27,25	24,12	21,80	22,09	100,00	100,00	16,20	42,37	33,16	27,77	0,606	0,632
162	370	1 012	2 624	MG	Argirita	3.102	3.171	345	379	29,41	40,62	29,43	29,66	100,00	100,00	60,98	54,84	57,41	44,74	0,698	0,630
437	371	2 512	2 625	MG	Conselheiro Pena	22.227	21.734	3.024	2.696	41,45	38,38	36,33	31,16	100,00	100,00	42,06	49,13	36,55	46,84	0,574	0,630
124	372	856	2 627	MG	Juatuba	12.306	16.388	1.908	2.500	33,21	25,61	31,11	27,57	100,00	66,17	54,08	31,87	72,36	55,99	0,713	0,630
311	373	1 838	2 645	MG	Pirapora	48.684	50.298	7.394	7.301	28,97	27,02	25,92	23,58	65,98	88,58	37,15	20,77	55,58	47,45	0,631	0,629
257	374	1 503	2 650	MG	Coronel Fabriciano	93.012	97.449	12.525	12.344	19,95	18,69	19,77	16,32	95,21	81,60	43,34	47,10	32,38	22,11	0,655	0,629
463	375	2 622	2 665	MG	Gonçalves	3.580	4.122	438	529	43,33	34,07	38,97	30,87	100,00	64,20	25,53	48,78	45,31	59,49	0,564	0,628
327	376	1 903	2 673	MG	Brasópolis	14.601	15.163	1.939	1.920	36,35	26,80	32,90	23,50	91,11	78,38	24,21	60,91	61,50	31,44	0,625	0,627
389	377	2 217	2 676	MG	Santa Bárbara	23.085	24.178	3.537	3.258	29,90	23,19	29,37	25,28	93,33	98,82	23,35	27,34	40,54	36,06	0,599	0,627
188	378	1 158	2 678	MG	Ouro Fino	28.320	29.415	3.209	3.369	28,60	26,33	24,56	25,25	100,00	87,61	35,13	23,08	58,91	46,86	0,683	0,627
515	379	2 860	2 679	MG	Taparubá	2.930	3.225	365	311	47,65	27,07	39,48	30,32	60,00	100,00	71,43	41,38	38,64	37,32	0,543	0,627
407	380	2 348	2 682	MG	Fortaleza de Minas	3.699	3.865	457	480	34,20	27,01	35,46	31,87	82,54	81,69	68,57	45,24	29,59	45,88	0,589	0,626
388	381	2 214	2 683	MG	Santo Antônio do Amparo	15.491	16.109	2.279	2.220	43,05	35,18	38,71	28,36	86,52	88,01	42,56	41,72	56,85	49,14	0,599	0,626
258	382	1 508	2 687	MG	Espírito Santo do Dourado	4.095	4.160	448	464	27,20	35,13	18,32	11,75	77,78	59,38	67,27	67,57	34,86	33,82	0,655	0,626
146	383	964	2 690	MG	Guarani	8.134	8.518	1.038	1.026	30,07	39,81	29,39	27,92	96,10	100,00	33,94	63,27	75,47	36,36	0,703	0,626
503	384	2 800	2 701	MG	Carmo do Rio Claro	18.482	19.730	2.456	2.420	30,93	26,58	24,79	17,80	60,53	64,72	21,60	50,24	34,39	36,88	0,549	0,625
198	385	1 211	2 703	MG	Dores do Indaíá	14.723	14.388	1.772	1.627	26,17	25,38	22,14	22,91	82,26	81,03	6,76	9,05	75,20	53,20	0,678	0,625
403	386	2 314	2 710	MG	Alagoinha	2.787	2.798	368	362	50,46	42,01	45,96	34,64	100,00	61,11	68,29	61,54	48,88	65,12	0,591	0,624
439	387	2 520	2 711	MG	Carmópolis de Minas	14.263	14.346	1.866	1.787	31,14	21,78	27,18	18,42	95,09	81,62	10,80	14,29	34,89	42,00	0,574	0,624
295	388	1 700	2 712	MG	Romaria	3.441	3.737	494	526	25,13	18,75	19,42	17,42	67,07	61,64	35,71	41,38	49,32	34,41	0,640	0,624
342	389	2 004	2 713	MG	Belmiro Braga	3.498	3.425	446	437	37,86	31,96	32,49	27,45	83,33	77,59	42,86	30,30	53,68	55,17	0,616	0,624
324	390	1 896	2 714	MG	Camanducaia	17.229	20.535	2.377	2.532	41,71	26,26	36,98	30,79	94,33	86,29	32,09	52,94	65,71	37,12	0,626	0,624
509	391	2 833	2 718	MG	Claro dos Poções	7.388	8.191	1.065	1.040	45,99	35,59	33,26	25,43	79,84	100,00	34,67	52,33	40,28	34,46	0,546	0,624
374	392	2 149	2 725	MG	Cabo Verde	12.433	13.725	1.689	1.801	37,15	30,99	32,13	25,35	84,17	68,40	53,04	64,48	42,45	39,15	0,604	0,623
702	393	4 188	2 730	MG	Olhos-d'Água	3.812	4.283	645	666	76,94	54,49	62,17	40,06	100,00	100,00	45,45	21,43	28,71	82,94	0,406	0,623
518	394	2 877	2 731	MG	Sapucaia-Mirim	4.946	5.454	746	820	42,95	39,92	42,34	32,73	73,28	74,07	30,77	69,09	50,00	50,15	0,542	0,623
157	395	993	2 736	MG	Pimenta	7.466	7.824	983	936	25,73	25,25	21,35	22,90	73,68	98,62	81,82	49,38	49,07	23,11	0,699	0,622
367	396	2 122	2 753																		

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
										Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente						
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
307	425	1 798	2 888	MG	Alvinópolis	15.039	15.586	1.995	1.984	41,00	31,92	35,50	25,49	100,00	85,17	18,30	14,54	70,48	51,44	0,633	0,610
542	426	3 008	2 889	MG	Cuparaque	4.209	4.367	545	569	45,12	41,49	39,78	44,50	64,56	100,00	22,58	33,33	53,19	63,16	0,530	0,610
554	427	3 066	2 897	MG	Guiricema	9.557	9.342	1.116	993	39,07	27,37	32,00	28,94	66,67	89,78	51,43	36,73	21,79	36,71	0,524	0,609
142	428	934	2 898	MG	São Sebastião do Rio Preto	1.602	1.778	189	175	48,91	45,26	42,07	35,16	100,00	100,00	100,00	35,29	73,42	56,41	0,706	0,609
232	429	1 381	2 899	MG	Rio Preto	4.716	5.140	526	576	37,41	46,18	31,67	31,69	100,00	94,62	35,16	44,64	67,80	51,75	0,666	0,609
536	430	2 976	2 910	MG	Minduri	3.962	3.832	562	508	30,24	27,04	30,45	27,30	80,30	89,47	21,43	62,96	22,64	21,16	0,532	0,608
413	431	2 380	2 913	MG	Itaguara	11.225	11.302	1.362	1.287	34,87	27,35	31,87	24,32	98,59	87,36	45,73	56,46	29,02	22,70	0,586	0,607
447	432	2 557	2 914	MG	Ibiraci	8.318	10.228	1.182	1.391	38,59	29,87	35,68	29,66	100,00	100,00	29,61	35,33	37,43	34,79	0,570	0,607
469	433	2 649	2 923	MG	São Pedro da União	5.087	5.618	657	640	48,90	36,26	43,80	30,27	81,91	62,79	56,06	73,33	48,39	41,00	0,562	0,606
337	434	1 972	2 934	MG	Divino das Laranjeiras	5.102	4.964	639	571	39,87	28,10	36,55	18,30	100,00	100,00	62,75	42,25	42,76	17,48	0,619	0,606
410	435	2 359	2 936	MG	São Francisco de Sales	5.169	5.274	648	623	32,20	31,15	27,60	25,97	54,55	73,40	49,23	67,07	43,06	29,04	0,588	0,605
356	436	2 074	2 941	MG	Manhumirim	17.316	20.023	2.346	2.741	36,80	27,69	36,07	33,03	100,00	78,89	25,79	33,93	54,19	46,24	0,611	0,605
263	437	1 536	2 944	MG	Ipuiúna	8.315	8.956	1.063	1.010	41,13	37,16	30,68	24,62	100,00	78,67	55,17	69,62	55,34	29,45	0,653	0,605
551	438	3 045	2 945	MG	Catas Altas da Noruega	3.379	3.286	468	417	71,22	39,92	64,05	42,48	100,00	98,00	48,48	43,75	71,30	53,29	0,526	0,604
346	439	2 024	2 947	MG	Conceição do Rio Verde	11.121	12.272	1.587	1.754	47,39	38,37	41,05	34,38	92,54	92,16	40,00	41,18	67,92	47,79	0,614	0,604
412	440	2 375	2 949	MG	Felixlândia	12.010	12.782	1.735	1.727	38,61	29,62	28,62	20,08	90,53	79,27	28,43	31,90	42,44	35,70	0,587	0,604
547	441	3 028	2 952	MG	Soledade de Minas	5.191	5.155	684	588	31,84	19,97	33,16	18,26	71,95	76,25	16,67	51,06	31,58	16,13	0,527	0,604
434	442	2 505	2 959	MG	Pouso Alto	6.456	6.811	824	797	33,74	24,90	30,04	24,38	49,65	56,00	56,25	51,47	40,75	36,93	0,575	0,603
210	443	1 286	2 960	MG	Igaratinga	6.879	7.355	960	976	33,73	25,00	27,29	24,74	100,00	71,21	36,61	53,17	61,60	28,92	0,672	0,603
373	444	2 147	2 963	MG	Illicinea	9.738	10.532	1.425	1.375	31,88	29,01	28,33	24,75	100,00	80,79	10,85	19,13	46,64	45,09	0,605	0,603
616	445	3 448	2 964	MG	Rosário da Limeira	3.400	3.869	530	498	56,49	41,66	48,32	34,43	100,00	100,00	0,00	71,43	48,89	31,62	0,485	0,603
499	446	2 791	2 967	MG	Bueno Brandão	10.578	10.930	1.308	1.235	43,27	37,12	34,73	28,63	79,00	99,40	63,01	60,99	26,95	26,71	0,550	0,603
456	447	2 587	2 973	MG	Lagoa Grande	6.940	7.610	1.021	1.125	38,03	28,47	31,60	19,81	100,00	95,51	15,75	34,95	38,30	24,05	0,566	0,603
19	448	178	2 975	MG	Piumhi	26.793	28.781	3.225	3.414	22,78	20,93	21,27	17,82	92,99	89,26	94,30	1,05	69,24	34,57	0,797	0,602
538	449	2 989	2 977	MG	Buritiz	19.796	20.396	3.116	3.192	54,61	45,73	41,70	32,13	100,00	96,58	20,34	80,63	48,66	30,20	0,531	0,602
318	450	1 869	2 979	MG	Teixeiras	10.682	11.147	1.450	1.367	37,18	31,91	34,49	23,63	83,26	67,53	58,02	52,82	52,40	36,15	0,628	0,602
473	451	2 662	2 980	MG	Amparo do Serra	5.444	5.477	742	698	53,64	33,02	46,95	29,94	100,00	84,88	70,19	42,68	39,81	39,94	0,561	0,602
529	452	2 951	2 985	MG	Nepomuceno	24.771	24.822	3.210	3.179	42,55	30,98	41,20	25,70	89,57	79,19	23,41	34,72	41,12	40,34	0,535	0,602
712	453	4 252	2 997	MG	Rio Manso	4.276	4.646	508	515	51,75	37,33	42,08	36,43	82,28	75,34	23,08	50,00	0,00	51,33	0,397	0,601
570	454	3 157	2 998	MG	São Geraldo do Baixo	2.678	2.862	366	356	50,66	51,87	42,31	33,56	100,00	85,71	39,02	75,56	29,76	45,03	0,516	0,601
589	455	3 275	3 001	MG	Presidente Juscelino	4.443	4.454	695	576	54,16	51,16	46,33	35,87	69,39	100,00	50,70	49,09	42,04	52,61	0,504	0,600
384	456	2 205	3 004	MG	Papagaio	12.817	12.472	1.921	2.000	38,25	40,26	32,89	31,48	78,64	100,00	19,09	51,22	62,04	36,20	0,599	0,600
416	457	2 406	3 011	MG	Virgíniópolis	11.391	10.826	1.781	1.503	50,49	35,55	43,70	33,52	100,00	86,76	38,95	39,11	58,20	45,93	0,584	0,599
480	458	2 708	3 015	MG	Itabira	95.205	98.320	12.701	11.819	27,97	18,93	28,88	24,45	92,74	87,15	21,01	41,39	22,79	18,77	0,557	0,599
77	459	581	3 022	MG	São José do Alegre	3.368	3.800	422	493	30,70	30,86	24,22	27,31	100,00	80,88	60,00	52,94	70,26	30,73	0,738	0,599
626	460	3 543	3 023	MG	Dom Joaquim	5.036	4.697	780	683	66,20	57,19	53,28	36,23	100,00	100,00	25,00	64,47	46,11	50,61	0,473	0,599
169	461	1 056	3 028	MG	Rio Paranaíba	10.763	11.733	1.403	1.455	28,23	20,65	24,19	21,45	57,60	67,03	56,32	20,72	72,71	37,46	0,693	0,598
299	462	1 727	3 033	MG	Vespasiano	60.952	76.422	9.150	11.739	23,39	17,78	22,80	16,47	100,00	68,63	28,94	38,99	36,90	19,34	0,638	0,597
627	463	3 577	3 036	MG	Mato Verde	12.694	13.184	1.930	1.673	54,94	47,44	51,18	42,22	88,84	100,00	33,33	49,56	32,74	53,67	0,469	0,597
613	464	3 407	3 037	MG	Santana dos Montes	4.043	3.944	557	516	51,02	28,64	39,36	32,85	42,50	72,22	48,98	45,45	40,32	41,45	0,489	0,597
449	465	2 563	3 040	MG	Ribeirão das Neves	197.025	246.846	30.816	38.286	26,00	23,21	24,07	21,45	88,63	75,96	48,42	37,40	9,21	26,71	0,569	0,597
445	466	2 549	3 045	MG	Caiana	4.252	4.367	607	588	51,53	35,31	42,30	32,64	95,60	83,56	2,67	37,33	73,23	46,03	0,571	0,596
459	467	2 605	3 049	MG	Alto Jequitibá	7.542	8.458	971	1.145	43,22	33,27	35,58	26,73	100,00	100,00	53,28	40,80	28,35	28,03	0,565	0,596
112	468	793	3 052	MG	Pedra do Indaia	3.828	3.813	408	427	30,98	23,04	20,97	14,16	100,00	54,72	48,15	51,85	64,97	22,28	0,718	0,596
335	469	1 961	3 054	MG	Ibituruna	2.706	2.753	375	379	38,21	25,48	38,67	26,08	89,47	70,00	25,64	33,33	67,30</			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004								
468	499	2 647	3 193	MG	Guaranésia	17.538	18.627	2.505	2.413	38,93	29,11	36,38	27,32	68,16	78,62	43,37	47,94	44,36	27,02	0,562	0,585
479	500	2 700	3 199	MG	Santa Bárbara do Tugúrio	4.674	4.826	647	609	43,12	41,65	41,73	29,00	93,48	100,00	60,78	58,06	30,77	25,24	0,558	0,584
559	501	3 099	3 201	MG	Martins Soares	4.151	5.685	609	781	49,72	38,14	47,17	39,61	100,00	90,68	20,00	32,08	45,45	49,72	0,521	0,583
522	502	2 922	3 211	MG	Inhapim	25.137	24.895	3.425	3.136	41,54	41,07	34,39	28,45	88,58	100,00	22,51	21,23	35,15	41,89	0,537	0,582
429	503	2 481	3 212	MG	Santa Rita de Minas	4.510	5.795	638	792	45,69	41,13	39,72	37,95	100,00	89,66	50,00	47,25	41,06	43,61	0,577	0,582
481	504	2 709	3 216	MG	Divisa Nova	5.248	5.537	822	751	50,94	40,41	48,89	45,57	73,98	93,88	50,44	55,43	60,34	44,27	0,557	0,582
282	505	1 619	3 217	MG	Alterosa	12.241	12.975	1.544	1.592	34,32	24,31	29,65	26,93	91,67	76,03	46,84	51,17	53,01	20,58	0,646	0,582
467	506	2 645	3 228	MG	Capetinga	7.333	7.423	1.009	991	40,82	33,34	37,34	24,26	82,24	84,92	36,54	35,29	43,69	30,20	0,562	0,582
405	507	2 339	3 235	MG	Jacuí	7.215	7.389	851	908	33,97	28,64	30,38	23,69	89,33	71,32	71,59	67,50	19,67	15,58	0,589	0,582
511	508	2 847	3 248	MG	Carmo da Cachoeira	10.803	11.598	1.759	1.840	49,64	39,00	47,47	42,94	95,97	88,49	46,05	71,84	43,72	34,15	0,544	0,581
425	509	2 453	3 261	MG	São Sebastião da Vargem Alegre	2.328	2.630	336	360	39,37	48,95	37,93	42,45	90,77	81,63	0,00	27,27	63,95	68,75	0,580	0,580
470	510	2 652	3 264	MG	São Domingos do Prata	18.051	17.641	2.266	1.942	40,38	42,49	35,70	35,16	72,63	90,04	41,51	42,66	43,51	43,01	0,561	0,579
392	511	2 259	3 265	MG	Faria Lemos	3.524	3.606	521	514	50,48	51,36	43,75	35,41	86,67	95,77	61,70	60,00	58,56	40,59	0,596	0,579
448	512	2 558	3 270	MG	Guanhães	26.518	27.827	4.176	4.130	48,04	41,72	42,14	32,27	94,01	93,30	28,73	44,40	56,76	36,75	0,570	0,579
558	513	3 093	3 274	MG	São José do Mantimento	2.250	2.379	303	318	55,35	39,11	40,07	22,90	96,55	100,00	61,90	15,69	25,00	35,62	0,522	0,579
397	514	2 277	3 276	MG	União de Minas	4.322	4.638	553	557	38,25	36,21	28,93	28,73	91,67	84,21	25,00	42,37	46,84	32,92	0,595	0,578
325	515	1 897	3 277	MG	Inhauáma	4.688	5.193	667	701	35,84	36,56	29,64	24,05	68,92	93,20	27,27	25,53	67,57	32,44	0,625	0,578
428	516	2 471	3 278	MG	Carmo de Minas	11.779	12.543	1.773	1.891	36,50	32,30	37,03	35,55	77,95	83,03	17,39	55,84	57,01	29,56	0,578	0,578
527	517	2 943	3 283	MG	Ibirité	106.781	133.044	17.546	21.620	27,43	19,03	26,22	20,09	74,96	68,12	36,27	45,91	12,09	13,08	0,535	0,577
253	518	1 489	3 292	MG	Uruçânia	9.637	10.375	1.466	1.436	46,25	45,57	46,39	41,75	100,00	91,62	72,54	50,30	68,77	47,02	0,656	0,577
155	519	990	3 295	MG	Monte Alegre de Minas	18.381	18.004	2.419	2.145	31,45	35,46	27,98	20,42	84,43	79,50	73,33	45,60	60,47	23,96	0,700	0,577
361	520	2 094	3 309	MG	Candeias	13.970	14.459	1.639	1.539	43,27	28,40	31,43	20,96	95,52	85,41	45,56	19,02	47,92	27,30	0,609	0,575
450	521	2 573	3 311	MG	Jesuânia	4.607	4.821	635	560	48,05	26,46	37,78	34,46	61,82	63,64	52,08	65,33	56,20	26,47	0,568	0,575
579	522	3 216	3 312	MG	Delfim Moreira	7.914	8.030	1.058	1.038	47,67	30,96	40,53	29,24	82,47	100,00	58,33	47,92	21,91	16,27	0,510	0,575
647	523	3 700	3 314	MG	Matipó	14.431	16.289	2.389	2.402	54,79	47,82	49,02	46,61	100,00	100,00	17,59	53,36	27,73	47,76	0,457	0,575
631	524	3 596	3 317	MG	São Domingos das Dores	4.313	5.192	715	815	51,40	39,27	48,78	39,86	96,64	77,17	9,72	24,30	33,95	58,36	0,467	0,575
672	525	3 884	3 321	MG	Brasilândia de Minas	10.436	11.473	1.909	2.016	49,09	34,78	37,68	31,50	67,68	100,00	2,91	40,38	26,19	25,98	0,437	0,575
540	526	2 995	3 325	MG	Ubatopora	10.941	11.902	1.631	1.512	41,90	35,32	33,73	28,39	77,87	77,63	22,38	32,29	37,74	38,47	0,531	0,574
549	527	3 034	3 335	MG	Quartel Geral	3.091	3.081	449	386	51,34	42,49	42,53	34,98	84,13	92,31	5,88	26,42	59,57	47,26	0,527	0,573
715	528	4 308	3 336	MG	Santa Rita do Itueto	6.002	6.061	862	857	55,95	51,75	56,57	43,51	59,42	100,00	44,74	55,06	17,34	46,89	0,392	0,573
483	529	2 716	3 338	MG	Araçá	2.132	2.145	297	297	30,34	23,46	31,20	44,51	37,25	77,78	33,33	40,63	48,76	37,82	0,556	0,573
500	530	2 794	3 339	MG	Alpercata	6.848	6.965	937	978	49,45	39,74	44,86	32,75	100,00	72,18	30,40	43,93	48,95	43,38	0,550	0,572
457	531	2 601	3 343	MG	Tumiritinga	5.359	5.830	777	831	43,79	53,24	41,47	45,50	92,86	80,53	18,45	43,82	56,02	65,33	0,566	0,572
461	532	2 618	3 347	MG	Catas Altas	3.983	4.241	579	611	41,61	31,13	44,61	40,49	47,06	94,25	50,00	41,67	63,56	32,30	0,565	0,572
622	533	3 479	3 365	MG	Monte Azul	23.935	23.832	3.478	2.942	54,07	48,47	43,50	38,70	87,89	100,00	33,33	49,27	28,91	40,61	0,480	0,570
683	534	3 974	3 371	MG	Liberdade	5.991	5.792	706	652	44,98	27,29	41,75	29,55	54,29	72,29	23,42	46,67	19,00	25,32	0,428	0,570
338	535	1 974	3 373	MG	Santa Rita de Caldas	9.466	9.499	1.020	968	30,95	35,93	31,78	27,72	72,15	80,31	53,08	56,25	47,81	23,27	0,619	0,570
375	536	2 151	3 384	MG	Bom Sucesso	16.977	17.064	2.251	2.066	36,18	24,07	34,23	32,74	81,93	68,28	33,75	38,39	54,28	31,02	0,604	0,569
557	537	3 089	3 385	MG	Indianópolis	5.526	5.387	836	784	44,37	50,86	39,65	30,28	80,62	100,00	43,14	63,64	31,17	26,86	0,523	0,569
471	538	2 659	3 387	MG	Tabuleiro	4.450	4.570	589	531	51,44	37,58	38,92	28,98	52,69	77,42	68,75	69,64	54,02	20,54	0,561	0,569
365	539	2 118	3 388	MG	Casa Grande	2.176	2.262	257	289	35,00	28,12	35,41	18,78	18,92	62,79	66,67	26,32	70,54	29,80	0,607	0,569
359	540	2 086	3 390	MG	Teófilo Otoni	127.499	129.422	16.479	16.530	36,18	31,29	33,53	28,81	100,00	59,81	36,35	30,93	45,43	42,15	0,610	0,569
394	541	2 267	3 395	MG	Alto Caparaó	3.877	4.671	545	641	41,79	47,18	41,08	30,55	100,00	52,59	38,10	29,41	52,02	63,80	0,595	0,568
420	542	2 423	3 397	MG	Santa Luzia	153.914	184.903	22.461	27.074	21,86	16,40	21,01	16,47	100,00	70,91	34,03	38,32	8,83	5,27	0,582	0,568
593	543	3 288	3 399	MG	Cana Verde	5.605	5.662	676	608	43,30	37,36	38,21	34,80	58,59	74,71	45,88	66,20	30,14	28,57	0,502	0,567
7																					

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	1999	2004									
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
608	573	3 393	3 555	MG	Mesquita	6.580	6.769	874	846	60,56	50,36	52,82	43,72	100,00	98,02	27,96	42,97	46,21	44,99	0,492	0,554
524	574	2 928	3 569	MG	Bias Fortes	4.677	4.391	570	516	48,34	40,79	35,77	24,65	63,86	61,02	20,83	34,15	56,30	38,78	0,536	0,552
322	575	1 891	3 571	MG	Cachoeira de Minas	9.873	10.554	1.239	1.294	32,45	24,62	23,97	21,99	72,34	57,79	60,00	77,14	40,77	0,00	0,626	0,552
601	576	3 348	3 572	MG	Aiuuoca	6.464	6.467	836	795	53,48	33,64	48,81	36,56	92,23	95,88	28,71	35,62	40,05	25,31	0,496	0,552
430	577	2 482	3 573	MG	Claraval	3.820	4.337	566	534	37,76	46,54	28,60	43,72	50,00	63,89	46,15	72,73	48,94	42,79	0,577	0,552
464	578	2 631	3 583	MG	Virgínia	8.502	8.697	1.109	1.082	39,06	36,16	37,22	33,47	100,00	88,00	21,56	20,30	40,89	36,08	0,563	0,552
492	579	2 762	3 593	MG	Santana do Paraíso	15.647	18.153	2.484	2.810	35,39	27,35	30,31	23,67	71,63	75,59	31,38	27,30	34,83	19,83	0,552	0,551
780	580	4 843	3 595	MG	Pedras de Maria da Cruz	7.684	8.870	1.544	1.500	71,72	56,97	57,20	47,28	33,68	100,00	0,00	42,66	46,21	53,13	0,335	0,551
498	581	2 784	3 607	MG	Itacarambi	15.641	17.455	2.842	3.164	61,81	58,75	50,18	56,75	81,86	100,00	36,81	34,13	72,76	68,48	0,550	0,550
426	582	2 459	3 613	MG	Mário Campos	7.269	10.535	1.230	1.655	37,38	33,73	30,37	32,75	96,92	74,52	49,71	46,77	26,16	25,63	0,579	0,549
652	583	3 729	3 614	MG	Iapu	9.674	9.716	1.325	1.354	46,46	35,38	39,96	27,12	66,27	90,12	23,20	26,85	23,24	23,79	0,454	0,549
676	584	3 915	3 615	MG	Divisa Alegre	4.307	4.813	806	832	69,83	53,50	67,83	40,18	67,72	100,00	30,43	26,73	62,28	50,00	0,434	0,549
621	585	3 477	3 622	MG	Taiobeiras	22.495	27.345	3.532	4.120	61,37	50,99	50,73	41,71	100,00	100,00	10,87	23,47	48,82	50,46	0,480	0,549
606	586	3 373	3 625	MG	Salinas	34.561	36.720	4.756	4.691	57,98	46,81	47,87	37,27	84,64	100,00	42,72	24,43	39,55	41,21	0,493	0,548
490	587	2 751	3 627	MG	Ipaba	13.278	14.531	2.283	2.278	39,14	31,26	33,89	20,84	91,62	100,00	30,11	27,14	33,20	7,65	0,553	0,548
354	588	2 053	3 630	MG	Piracema	6.306	6.509	828	760	48,01	46,68	45,36	34,19	94,50	79,81	34,34	35,38	73,86	42,24	0,612	0,547
594	589	3 290	3 636	MG	Toledo	5.074	5.220	700	639	53,38	43,67	49,84	37,63	78,76	100,00	52,63	58,33	38,36	20,96	0,502	0,547
586	590	3 247	3 641	MG	Senhora dos Remédios	9.785	10.276	1.195	1.151	48,01	45,94	39,02	37,01	67,30	98,09	72,87	60,54	19,40	22,30	0,506	0,547
505	591	2 818	3 642	MG	Sabinópolis	16.392	16.269	2.523	2.382	53,63	43,13	41,92	40,28	100,00	86,36	44,38	55,27	42,22	31,26	0,547	0,547
370	592	2 140	3 645	MG	Itabirinha de Mantena	9.716	9.808	1.162	1.149	45,51	40,68	39,50	30,50	100,00	69,27	22,62	32,93	65,84	38,58	0,605	0,546
569	593	3 153	3 651	MG	Presidente Bernardes	5.501	5.847	764	815	54,04	36,33	49,92	38,48	82,47	80,00	31,17	32,53	53,64	36,84	0,516	0,546
408	594	2 352	3 657	MG	Pedralva	11.559	12.009	1.661	1.670	37,19	28,31	33,70	28,29	70,33	55,82	59,86	54,49	41,10	19,57	0,588	0,545
545	595	3 024	3 662	MG	Crucilândia	4.294	4.477	456	481	51,80	37,89	50,50	44,11	93,55	100,00	38,98	33,33	47,20	33,04	0,528	0,544
639	596	3 657	3 664	MG	Materlândia	4.824	4.844	796	686	69,53	65,52	52,12	42,54	82,14	89,38	38,55	59,42	45,59	51,27	0,461	0,544
588	597	3 250	3 668	MG	São João Evangelista	15.224	15.524	2.458	2.288	53,97	39,89	49,25	42,11	97,59	100,00	28,65	42,21	42,49	27,42	0,506	0,544
541	598	3 000	3 672	MG	Bom Jesus do Amparo	4.898	4.815	679	619	44,26	41,44	46,34	43,17	64,89	98,82	56,52	42,25	42,01	31,36	0,530	0,543
609	599	3 394	3 694	MG	São João do Manhuaçu	7.725	8.716	1.248	1.350	46,42	36,04	45,42	38,40	98,58	89,95	45,30	62,24	16,67	14,62	0,492	0,541
574	600	3 195	3 696	MG	Tanumirim	16.342	14.488	1.977	1.648	45,69	32,98	36,06	23,28	81,89	59,72	45,54	17,78	22,90	33,76	0,512	0,541
604	601	3 365	3 702	MG	Ponto Chique	2.713	3.650	467	549	68,29	59,71	56,60	43,05	100,00	100,00	0,00	12,73	72,64	62,24	0,494	0,540
330	602	1 942	3 705	MG	Santana da Vargem	7.101	7.520	1.047	1.014	39,56	37,48	38,14	32,61	91,03	41,32	62,79	70,09	49,55	30,13	0,622	0,539
673	603	3 901	3 714	MG	Lagoa Dourada	10.862	11.484	1.573	1.557	40,81	34,88	34,02	25,94	73,86	86,36	24,12	30,34	0,00	18,00	0,435	0,539
612	604	3 406	3 720	MG	Mutum	25.804	26.895	3.563	3.501	53,49	46,75	50,25	35,95	96,51	81,30	48,40	47,29	27,03	33,62	0,489	0,538
560	605	3 103	3 726	MG	João Pinheiro	39.032	41.367	5.972	6.208	41,15	34,43	32,86	26,93	100,00	99,01	2,72	31,37	31,11	11,14	0,521	0,537
583	606	3 236	3 728	MG	Várzea da Palma	31.551	31.639	5.290	4.631	43,15	33,81	37,77	37,82	60,83	96,71	25,35	8,99	40,84	33,62	0,508	0,537
590	607	3 276	3 748	MG	Taquaraçu de Minas	3.369	3.527	460	504	54,16	52,12	49,50	44,92	95,24	89,09	44,74	48,48	35,20	42,34	0,504	0,535
768	608	4 762	3 749	MG	Miravânia	3.597	4.339	622	664	77,84	68,77	72,02	54,54	66,39	100,00	11,11	8,45	49,62	83,16	0,346	0,535
668	609	3 858	3 750	MG	Pompéu	23.250	26.087	3.696	3.814	43,14	38,06	37,28	32,68	32,92	80,91	34,10	39,09	22,71	29,02	0,439	0,535
309	610	1 819	3 754	MG	Conceição de Ipanema	4.501	4.376	527	460	51,39	43,11	38,43	36,84	100,00	100,00	65,22	18,33	59,92	34,65	0,632	0,535
602	611	3 349	3 755	MG	Marilac	4.379	4.422	740	653	53,21	56,30	44,83	39,16	89,39	84,69	18,45	31,34	42,30	51,29	0,495	0,535
362	612	2 103	3 776	MG	Cajuri	3.724	4.189	501	518	37,04	54,17	34,10	21,66	82,05	49,37	60,00	44,87	43,56	41,84	0,609	0,533
674	613	3 910	3 778	MG	Riachinho	7.942	7.973	1.353	1.243	56,94	46,76	41,49	27,26	50,23	100,00	22,22	22,94	35,95	25,65	0,434	0,533
661	614	3 806	3 786	MG	Januária	63.896	63.605	10.460	9.969	59,88	54,75	47,44	39,21	69,69	87,14	27,86	49,80	36,54	38,34	0,445	0,532
442	615	2 532	3 800	MG	Buenópolis	9.870	10.514	1.449	1.478	51,58	51,29	39,93	41,20	87,01	84,36	63,41	54,38	45,43	35,60	0,573	0,531
546	616	3 027	3 820	MG	Gouveia	11.424	12.003	1.831	1.563	41,19	36,06	36,36	35,82	92,49	79,10	55,09	56,00	14,76	16,02	0,527	0,529
636	617	3 638	3 829	MG	Antônio Dias	9.595	10.042	1.477	1.528	53,03	50,76	50,47	41,70	64,00	67,96	26,62	20,59	43,25	59,61	0,463	0,529
495	618	2 772	3 830	MG	Santa Bárbara do Leste	6.544	7.3														

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Paí	Mãe	DTP	Tetra-valente	1999	2004	1999	2004		1999	2004	1999	2004		
						1999									2004					1999	2004
669	647	3 864	4 014	MG	Congonhas do Norte	4.823	4.896	874	794	71,41	41,59	58,07	50,18	93,80	100,00	37,25	38,67	39,46	27,42	0,439	0,512
591	648	3 280	4 021	MG	Passabém	1.914	1.946	276	207	61,76	53,33	45,90	31,64	100,00	100,00	33,33	20,00	42,31	29,60	0,503	0,512
721	649	4 355	4 022	MG	Jampruca	4.895	4.715	781	686	67,85	55,55	56,66	50,57	68,03	89,16	4,48	26,47	43,56	52,89	0,388	0,511
645	650	3 690	4 025	MG	Dores do Turvo	4.780	5.102	699	592	53,90	51,62	45,32	40,94	100,00	94,87	32,50	47,69	16,09	25,78	0,458	0,511
718	651	4 322	4 046	MG	Imbé de Minas	4.685	5.911	725	831	59,73	40,65	49,33	42,50	90,00	80,88	12,50	50,00	14,08	21,39	0,391	0,509
607	652	3 376	4 062	MG	Mendes Pimentel	6.619	6.286	827	762	53,92	59,30	45,68	44,78	81,67	90,82	59,18	49,35	26,51	37,23	0,493	0,508
684	653	3 986	4 064	MG	Itambacuri	22.493	22.666	3.518	3.333	62,51	58,36	55,77	50,39	57,52	100,00	16,62	15,14	51,59	54,40	0,426	0,508
502	654	2 799	4 073	MG	Ritópolis	5.625	5.421	743	639	39,25	30,13	37,36	33,86	52,17	82,26	37,65	18,75	51,48	16,28	0,549	0,507
660	655	3 797	4 085	MG	Orizânia	5.655	6.457	914	1.060	57,62	51,73	47,69	35,06	97,64	79,33	43,64	72,45	12,96	13,26	0,446	0,506
677	656	3 917	4 113	MG	Carlos Chagas	23.390	21.994	3.220	2.880	56,93	53,37	52,14	46,32	48,00	84,78	35,03	37,36	41,14	40,18	0,434	0,504
666	657	3 855	4 131	MG	Divinópolis de Minas	6.456	6.432	1.116	1.010	58,36	45,91	50,11	40,57	94,89	100,00	28,30	26,77	22,75	23,96	0,440	0,502
566	658	3 125	4 140	MG	Cipotânea	6.435	6.344	930	769	54,91	41,30	42,12	31,22	63,64	58,20	51,28	32,58	47,33	27,66	0,519	0,501
697	659	4 149	4 148	MG	Bom Jesus do Galho	16.254	16.171	2.144	1.991	50,76	39,44	46,17	33,42	75,46	81,12	17,28	31,37	14,67	16,78	0,410	0,500
582	660	3 228	4 150	MG	Serranos	2.116	2.070	304	258	57,69	50,53	46,40	43,26	61,22	61,11	33,33	25,93	60,31	50,38	0,509	0,500
585	661	3 245	4 152	MG	Desterro de Entre Rios	6.781	6.805	805	729	49,03	42,34	46,69	37,63	91,38	100,00	38,95	60,00	33,05	0,00	0,506	0,500
760	662	4 660	4 158	MG	Lontra	7.012	7.638	1.160	1.144	65,43	47,48	54,75	48,49	51,93	72,89	20,99	28,93	26,47	44,81	0,357	0,499
618	663	3 458	4 162	MG	Santana do Manhuaçu	7.961	8.605	1.234	1.259	54,18	52,53	48,11	42,40	91,21	88,38	40,80	54,91	29,86	22,94	0,484	0,499
611	664	3 405	4 163	MG	Rubim	9.959	9.664	1.512	1.207	66,51	58,77	57,64	51,57	97,13	100,00	33,33	21,29	54,74	49,26	0,490	0,499
563	665	3 116	4 168	MG	Dores de Guanhães	5.401	5.379	834	740	61,86	53,06	55,48	60,32	100,00	100,00	34,67	29,33	58,09	48,02	0,520	0,498
692	666	4 079	4 184	MG	Brasília de Minas	28.772	31.193	4.563	4.247	60,30	52,83	46,19	41,00	75,09	100,00	21,15	15,98	24,78	34,65	0,416	0,497
675	667	3 913	4 191	MG	Araçaí	34.651	35.713	5.163	5.115	58,16	51,10	48,95	33,45	100,00	78,32	19,66	14,54	21,00	36,72	0,434	0,497
431	668	2 486	4 203	MG	Senhora de Oliveira	4.958	5.643	683	740	53,69	49,03	44,93	47,55	87,76	86,00	30,95	18,64	69,84	42,49	0,576	0,496
736	669	4 461	4 204	MG	São José da Safira	3.681	3.892	677	665	65,57	50,78	52,93	46,95	88,00	90,91	10,34	38,55	20,34	31,23	0,378	0,496
533	670	2 960	4 205	MG	Seritinga	1.739	1.736	231	215	40,88	38,26	24,87	34,90	54,55	72,00	29,17	40,00	37,50	15,38	0,534	0,496
614	671	3 415	4 208	MG	Leme do Prado	4.512	4.734	786	688	54,69	50,57	45,19	37,96	92,39	100,00	13,89	23,53	42,13	24,84	0,488	0,495
781	672	4 850	4 211	MG	Santo Antônio do Jacinto	11.222	12.142	1.686	1.560	77,99	68,79	69,44	55,82	46,15	100,00	15,74	4,42	50,39	70,35	0,335	0,495
727	673	4 380	4 215	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	8.524	8.460	1.248	1.195	53,11	41,48	48,74	36,47	88,95	61,93	23,33	45,38	0,00	22,08	0,386	0,494
648	674	3 701	4 229	MG	Almenara	32.728	35.385	4.414	4.453	57,40	54,01	52,18	42,97	94,00	82,54	22,67	12,22	33,89	46,75	0,457	0,493
658	675	3 784	4 238	MG	Carbonita	9.084	8.967	1.505	1.293	61,78	58,01	53,91	48,17	95,87	97,47	15,00	46,46	39,49	31,09	0,448	0,492
739	676	4 480	4 249	MG	Formoso	6.263	6.521	1.151	1.015	69,54	50,16	59,68	40,80	64,29	100,00	15,79	42,11	39,65	16,20	0,376	0,491
717	677	4 320	4 254	MG	Berizal	3.293	3.968	518	610	77,14	63,13	65,91	62,88	100,00	93,90	0,00	12,68	49,58	68,77	0,391	0,490
737	678	4 467	4 257	MG	Cônego Marinho	6.497	6.477	1.133	984	77,48	59,46	55,07	40,82	48,84	87,18	20,00	36,49	49,04	34,36	0,377	0,490
754	679	4 599	4 278	MG	Felisburgo	7.356	6.289	1.079	921	71,28	65,45	64,07	49,01	69,64	100,00	9,85	13,25	40,97	53,06	0,363	0,488
731	680	4 414	4 290	MG	Virgem da Lapa	13.788	13.670	2.069	1.811	70,18	55,35	52,43	37,43	74,54	77,73	17,61	19,52	29,00	39,04	0,381	0,487
580	681	3 218	4 310	MG	Ervalia	15.704	17.251	2.208	2.101	48,52	47,77	44,35	44,48	100,00	100,00	19,17	9,29	37,13	31,79	0,510	0,485
615	682	3 442	4 313	MG	Jequitinhonha	23.457	22.900	3.308	3.105	64,76	56,02	58,45	54,32	88,43	83,85	14,09	8,03	66,29	58,46	0,486	0,485
555	683	3 067	4 317	MG	Carvalhos	4.716	4.732	580	488	50,88	37,64	48,33	41,62	95,45	53,49	59,46	41,07	31,50	26,00	0,524	0,485
646	684	3 692	4 331	MG	Capitão Enéas	13.035	13.113	2.456	2.375	56,18	55,75	47,28	44,61	68,42	100,00	30,16	13,01	37,24	37,61	0,458	0,484
637	685	3 650	4 335	MG	Bom Repouso	10.501	10.855	1.501	1.422	53,07	45,85	46,00	38,74	75,09	71,56	13,68	25,83	39,14	29,51	0,461	0,484
789	686	4 911	4 340	MG	Águas Formosas	17.330	17.843	2.706	2.674	63,94	54,23	60,07	47,91	55,98	100,00	25,71	30,63	13,73	30,35	0,326	0,484
642	687	3 685	4 349	MG	Luisburgo	5.267	6.297	833	894	57,05	55,60	57,87	47,22	70,16	82,27	100,00	59,50	13,04	25,14	0,458	0,483
689	688	4 050	4 373	MG	Felício dos Santos	5.565	5.727	969	860	65,47	56,37	53,20	44,48	100,00	84,35	33,61	43,14	19,95	29,35	0,420	0,481
734	689	4 446	4 380	MG	Coronel Murta	9.699	9.134	1.515	1.265	61,61	48,15	44,30	33,47	68,87	91,94	17,92	25,45	14,06	14,71	0,379	0,479
662	690	3 807	4 385	MG	Jequeri	13.775	13.656	1.935	1.735	61,07	56,50	54,91	41,07	57,02	88,79	63,76	31,55	33,56	28,95	0,445	0,479
751	691	4 590	4 390	MG	Montalvânia	16.297	16.031	2.709	2.454	62,22	50,38	55,13	42,30	80,82	90,64	40,00	19,81	2,66	28,77	0,364	0,478
740	692	4 494	4 397	MG	Santa Maria de Itabira																

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	1999	2004									
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
753	721	4 597	4 613	MG	São João da Lagoa	4.187	4.398	693	676	67,65	60,09	57,63	59,88	52,94	85,71	30,30	31,03	29,05	43,80	0,363	0,456
710	722	4 232	4 616	MG	Ferros	12.419	12.331	1.701	1.608	66,18	59,17	57,80	55,91	69,48	100,00	30,22	18,50	33,93	37,97	0,400	0,455
762	723	4 668	4 617	MG	Pavão	14.049	8.911	2.166	1.157	56,33	61,54	46,38	44,63	52,24	100,00	5,58	23,90	16,23	26,33	0,356	0,455
704	724	4 197	4 618	MG	Braúnas	5.699	5.408	802	661	67,95	62,73	54,19	52,99	87,13	100,00	29,85	35,82	25,33	29,90	0,404	0,455
729	725	4 394	4 639	MG	Itamarandiba	28.445	29.400	4.759	4.919	66,75	57,94	60,14	48,36	78,48	99,11	7,04	11,94	37,73	32,12	0,384	0,453
810	726	5 085	4 641	MG	Cachoeira de Pajeú	9.188	8.523	1.456	1.294	75,87	68,44	67,77	59,53	48,43	92,59	23,13	20,67	26,47	52,64	0,297	0,453
687	727	4 030	4 646	MG	Jequitibá	5.185	5.169	755	631	56,45	46,67	45,87	36,31	72,83	75,53	20,00	29,85	25,07	11,46	0,423	0,453
786	728	4 883	4 650	MG	Machacalis	6.737	6.915	953	875	61,89	56,06	54,94	49,17	83,33	92,37	14,72	27,54	0,00	26,25	0,330	0,452
632	729	3 597	4 663	MG	Nacip Raydan	3.618	3.120	565	496	61,61	61,70	50,00	46,98	67,09	100,00	18,18	10,64	55,92	33,88	0,467	0,451
749	730	4 571	4 671	MG	Ataléia	15.809	16.747	2.423	2.359	64,90	55,48	57,28	52,91	84,11	81,27	9,86	23,49	21,68	36,11	0,366	0,450
765	731	4 739	4 693	MG	Nova Belém	4.555	4.495	755	708	61,99	51,82	61,40	47,65	52,99	68,42	26,32	42,17	23,29	23,15	0,349	0,447
685	732	3 988	4 707	MG	Turmalina	15.932	15.653	2.613	2.272	64,17	64,00	52,46	45,47	96,78	82,41	31,01	9,56	22,85	41,99	0,425	0,446
821	733	5 183	4 712	MG	Itinga	14.561	13.892	2.291	2.086	70,62	62,45	58,96	45,71	36,34	76,53	19,25	20,07	12,57	38,15	0,277	0,446
699	734	4 165	4 717	MG	Arimos	17.149	17.707	2.822	2.799	58,99	58,27	49,40	50,08	94,75	100,00	11,23	14,89	18,78	29,04	0,408	0,445
703	735	4 193	4 724	MG	Curral de Dentro	5.160	5.971	914	1.045	72,65	73,24	59,11	50,48	100,00	86,16	25,00	15,96	31,30	50,59	0,405	0,445
738	736	4 469	4 729	MG	Alvorada de Minas	3.662	3.525	681	565	65,85	68,76	56,44	65,38	62,11	100,00	10,64	15,52	36,75	54,19	0,377	0,444
655	737	3 744	4 739	MG	Itaobim	21.724	21.269	3.369	3.181	56,16	45,75	46,33	40,39	96,90	74,51	13,69	14,33	28,11	19,06	0,452	0,443
803	738	5 032	4 742	MG	Fronteira dos Vales	5.104	4.902	841	695	72,62	71,56	67,24	56,11	93,69	96,47	0,00	24,07	15,85	44,71	0,307	0,443
567	739	3 133	4 751	MG	Coroaci	10.351	10.800	1.611	1.580	53,11	46,07	44,98	36,34	80,36	70,41	13,84	18,25	58,42	15,19	0,519	0,443
665	740	3 841	4 757	MG	Gamaleiras	4.933	5.263	851	776	72,99	68,26	59,43	44,19	59,79	93,55	100,00	21,31	29,17	32,01	0,442	0,442
788	741	4 908	4 759	MG	Rubelita	8.927	10.199	1.458	1.331	80,78	72,48	67,48	56,35	71,12	64,59	13,33	19,49	36,84	63,75	0,327	0,442
774	742	4 802	4 798	MG	São Geraldo da Piedade	5.004	5.015	837	744	66,61	59,47	58,52	45,58	55,37	78,90	11,59	32,35	27,76	24,52	0,340	0,438
663	743	3 828	4 799	MG	Águas Vermelhas	10.894	11.878	1.873	1.804	70,59	69,29	63,90	63,86	89,82	96,72	25,11	18,14	54,20	50,81	0,443	0,438
696	744	4 130	4 805	MG	Berilo	13.089	12.979	2.167	1.977	72,99	66,12	57,81	44,72	71,03	65,50	23,81	34,62	48,40	35,68	0,413	0,437
804	745	5 036	4 807	MG	Campo Azul	3.217	3.573	500	519	79,16	57,94	68,35	33,50	71,19	100,00	5,26	10,34	32,02	11,03	0,307	0,437
638	746	3 654	4 809	MG	Diogo de Vasconcelos	3.970	3.972	596	550	67,53	61,67	63,83	60,03	75,00	92,75	64,62	30,77	45,95	34,65	0,461	0,437
741	747	4 500	4 811	MG	Bugre	4.163	3.947	574	511	56,34	65,77	50,49	26,29	56,92	93,75	26,47	14,29	14,77	12,60	0,374	0,436
828	748	5 232	4 813	MG	Juvenília	6.704	7.146	1.101	1.106	74,43	56,90	61,24	51,37	38,51	66,67	20,00	28,79	12,96	35,06	0,266	0,436
766	749	4 757	4 825	MG	Jaíba	23.271	27.286	4.223	4.713	64,79	55,96	59,24	49,88	79,11	73,18	13,77	34,33	16,34	26,27	0,347	0,435
758	750	4 647	4 827	MG	Francisco Dumont	4.078	4.486	700	710	66,48	55,85	55,73	53,53	65,35	100,00	19,23	23,33	23,17	21,88	0,358	0,435
709	751	4 229	4 836	MG	Espinosa	31.550	30.978	5.157	4.637	64,31	59,25	54,68	46,95	60,86	93,64	34,78	14,73	31,14	25,87	0,400	0,435
578	752	3 205	4 838	MG	Consolação	1.778	1.734	241	241	47,78	45,26	42,52	51,49	58,97	61,90	21,74	40,00	54,46	19,61	0,511	0,435
708	753	4 222	4 840	MG	Santana de Pirapama	8.603	8.616	1.082	1.069	55,28	39,95	48,14	34,39	77,04	75,50	18,92	20,62	15,76	0,00	0,401	0,434
705	754	4 211	4 843	MG	Santa Fé de Minas	4.017	4.192	743	683	68,94	62,31	51,71	54,44	80,85	86,54	30,00	24,07	26,33	35,04	0,403	0,434
770	755	4 768	4 855	MG	São Francisco	50.432	52.552	9.317	9.206	67,35	63,50	54,36	43,04	72,77	97,85	11,87	12,08	17,66	24,79	0,346	0,433
619	756	3 459	4 859	MG	Umburatiba	2.960	2.870	438	477	58,72	67,09	48,47	50,98	100,00	100,00	14,52	32,56	43,46	24,86	0,484	0,433
688	757	4 042	4 881	MG	Córrego Novo	3.665	3.637	467	433	50,27	61,24	48,30	47,30	100,00	100,00	12,50	26,00	11,11	17,62	0,422	0,430
720	758	4 346	4 910	MG	Poté	14.762	14.779	2.255	2.165	67,19	59,68	57,24	49,42	51,64	82,39	30,64	17,23	39,02	29,56	0,389	0,426
630	759	3 581	4 936	MG	Paulistas	5.162	5.112	874	725	62,44	59,38	52,98	45,24	100,00	79,21	20,65	29,03	42,72	19,41	0,469	0,422
597	760	3 310	4 943	MG	Pedra Azul	23.176	23.607	3.746	3.643	60,85	63,57	55,90	63,31	89,31	85,69	56,57	35,14	43,76	35,02	0,500	0,421
757	761	4 638	4 959	MG	Uruçuia	7.222	9.615	1.261	1.756	70,31	61,81	58,46	49,35	84,75	68,75	23,68	20,12	18,07	34,48	0,359	0,419
756	762	4 626	4 971	MG	Senhora do Porto	3.773	3.520	517	467	74,44	68,18	66,75	52,43	66,67	98,53	36,76	12,20	33,63	32,64	0,360	0,418
797	763	4 960	4 979	MG	José Raydan	3.789	3.647	559	517	69,25	66,68	62,24	54,53	72,31	93,94	15,00	21,57	15,73	30,54	0,320	0,418
793	764	4 930	4 982	MG	Coração de Jesus	26.071	25.729	4.235	3.715	65,16	51,03	51,92	42,95	70,58	83,67	23,26	28,46	0,00	4,93	0,325	0,418
716	765	4 314	4 987	MG	Conceição do Mato Dentro	19.062	18.637	3.039	2.830	62,58	52,83	54,82	50,85	68,53	49,87	31,63	36,77	24,05	27,12		

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999					IDI 2004
822	795	5 185	5 200	MG	Catuti	5.164	5.335	932	830	84,35	71,17	73,36	60,09	94,06	97,22	0,00	18,33	21,22	27,40	0,276	0,385
834	796	5 282	5 203	MG	Frei Gaspar	6.775	6.101	1.141	961	79,50	74,72	68,56	52,78	53,79	74,34	12,70	15,38	16,27	36,41	0,254	0,384
806	797	5 043	5 206	MG	São João do Pacuí	3.682	3.662	618	537	81,53	65,46	69,11	59,09	66,25	100,00	18,18	18,00	30,48	19,27	0,305	0,384
730	798	4 395	5 207	MG	Jordânia	10.112	9.864	1.578	1.492	63,29	62,48	55,98	52,70	58,96	76,74	8,65	12,08	38,91	24,39	0,384	0,384
811	799	5 087	5 209	MG	Santa Efigênia de Minas	4.847	4.922	855	721	75,85	59,33	64,20	49,55	100,00	97,73	17,14	27,00	0,00	0,00	0,296	0,384
813	800	5 106	5 215	MG	Indaiabira	6.794	7.423	1.189	1.223	86,02	67,85	81,14	67,59	58,28	53,71	6,82	7,08	51,49	58,24	0,292	0,383
802	801	5 015	5 216	MG	Coluna	8.634	9.367	1.569	1.413	78,19	66,71	71,26	56,59	88,83	80,21	27,98	22,86	14,78	24,96	0,309	0,383
845	802	5 428	5 219	MG	Verdelândia	6.796	7.177	1.423	1.455	82,91	71,46	76,54	65,69	40,89	84,02	3,57	9,52	15,51	43,19	0,196	0,382
778	803	4 832	5 224	MG	Gonzaga	5.728	5.711	1.038	890	74,05	64,41	62,98	52,21	100,00	90,74	12,09	17,65	15,84	14,96	0,337	0,381
735	804	4 458	5 228	MG	Mata Verde	6.403	7.084	1.053	1.143	78,32	71,55	80,18	61,93	100,00	67,36	6,45	18,78	56,46	42,62	0,378	0,381
746	805	4 547	5 257	MG	Ubai	10.916	10.774	1.977	1.796	70,23	65,77	57,40	51,04	58,24	90,00	28,13	16,85	31,73	12,89	0,368	0,374
844	806	5 423	5 260	MG	Santo Antônio do Retiro	5.963	6.655	1.074	1.118	87,13	70,83	79,53	63,27	53,05	74,84	0,00	26,53	20,08	32,76	0,200	0,373
755	807	4 614	5 265	MG	Veredinha	5.239	5.255	908	715	80,85	65,09	65,37	49,53	57,48	71,56	29,51	23,19	47,32	16,09	0,361	0,372
831	808	5 262	5 266	MG	Riacho dos Machados	10.583	9.356	1.893	1.447	77,76	75,58	71,52	66,11	44,57	97,95	21,62	25,44	19,88	28,73	0,259	0,372
843	809	5 414	5 267	MG	Monte Formoso	4.067	4.409	762	796	81,88	74,26	75,19	55,34	45,54	79,05	0,00	28,57	16,34	24,50	0,205	0,372
706	810	4 216	5 282	MG	Joanésia	6.687	6.800	805	871	61,95	59,49	53,38	54,69	72,03	63,11	30,86	15,49	24,78	21,89	0,402	0,368
798	811	4 971	5 283	MG	Santa Cruz de Salinas	4.388	4.800	684	723	83,79	76,03	76,71	59,29	98,36	80,00	50,00	18,52	13,46	33,03	0,318	0,367
700	812	4 175	5 284	MG	José Gonçalves de Minas	4.460	4.694	840	854	77,35	75,26	62,24	59,04	84,62	72,48	14,58	36,84	53,04	26,56	0,408	0,367
744	813	4 534	5 301	MG	Chapada Gaúcha	4.800	7.269	958	1.261	76,14	73,13	73,58	60,35	85,82	100,00	35,00	7,28	37,13	25,10	0,370	0,363
809	814	5 080	5 305	MG	Angelândia	5.300	7.468	1.165	1.456	76,73	67,32	69,56	65,63	67,93	84,80	10,45	16,67	25,96	27,00	0,297	0,362
795	815	4 945	5 312	MG	São Sebastião do Maranhão	12.050	11.602	2.030	1.905	72,49	66,90	63,06	55,27	100,00	62,74	9,18	22,33	9,53	23,79	0,321	0,360
817	816	5 147	5 319	MG	Jenipapo de Minas	7.025	6.489	1.330	1.001	81,13	81,95	70,37	58,24	68,21	100,00	9,43	10,96	26,00	28,12	0,283	0,359
812	817	5 100	5 326	MG	São João do Paraíso	19.361	21.010	3.265	3.081	83,82	69,34	79,49	64,98	43,06	79,06	23,26	14,01	47,50	30,63	0,293	0,357
823	818	5 187	5 332	MG	Aricanduva	3.862	4.254	684	652	78,57	70,85	70,18	55,97	76,39	77,50	5,41	15,00	18,30	23,10	0,276	0,356
846	819	5 436	5 333	MG	Serranópolis de Minas	4.141	4.036	595	519	77,56	80,97	72,82	66,10	4,94	88,61	50,00	13,21	0,00	38,50	0,193	0,356
724	820	4 371	5 336	MG	Novo Oriente de Minas	8.545	9.973	1.089	1.591	69,91	66,66	61,45	70,28	90,73	94,37	0,00	5,43	40,70	29,12	0,387	0,355
842	821	5 356	5 337	MG	Crisolândia	5.194	5.298	924	905	79,10	69,69	66,46	55,57	35,43	76,52	0,00	28,81	18,66	14,66	0,227	0,355
794	822	4 932	5 343	MG	Itambé do Mato Dentro	2.612	2.580	347	291	66,23	56,96	62,74	61,14	68,09	87,88	0,00	30,43	24,65	0,00	0,324	0,353
800	823	4 998	5 369	MG	Bertópolis	4.213	4.436	663	759	77,13	58,55	69,76	64,51	82,50	73,47	15,60	26,67	22,97	11,08	0,313	0,345
836	824	5 303	5 370	MG	Padre Carvalho	4.692	5.227	895	930	88,07	81,80	78,33	71,37	54,89	100,00	50,00	20,41	12,38	31,00	0,246	0,345
847	825	5 443	5 372	MG	Pai Pedro	5.313	5.830	969	930	83,31	72,88	77,63	65,31	22,56	84,55	0,00	15,09	25,86	26,29	0,190	0,345
835	826	5 288	5 379	MG	Palmópolis	7.350	8.886	1.177	1.165	75,27	76,18	66,84	60,66	50,74	100,00	4,44	3,85	15,68	22,45	0,253	0,344
848	827	5 447	5 380	MG	Montezuma	6.656	6.573	1.156	1.081	84,63	64,59	74,38	65,38	36,87	67,44	7,41	31,40	11,95	17,54	0,188	0,342
725	828	4 373	5 389	MG	Japonvar	6.549	8.119	1.099	1.381	78,98	70,70	63,63	55,11	100,00	81,88	31,82	26,02	31,26	7,61	0,386	0,339
830	829	5 259	5 390	MG	Rio Pardo de Minas	25.897	27.235	4.559	4.814	81,98	75,22	69,88	61,58	62,98	100,00	9,36	18,51	19,82	13,27	0,260	0,339
824	830	5 189	5 399	MG	Matias Cardoso	9.668	8.599	2.057	1.603	71,88	72,46	68,85	66,72	52,82	84,50	15,79	9,09	16,65	26,29	0,276	0,335
784	831	4 870	5 419	MG	Serra Azul de Minas	4.016	4.237	803	771	74,47	69,82	58,71	59,76	69,30	61,79	10,14	23,53	26,70	17,75	0,333	0,327
790	832	4 912	5 420	MG	Vargem Grande do Rio Pardo	3.791	4.457	646	787	81,94	84,05	76,35	68,58	81,40	99,09	11,11	10,53	42,59	28,39	0,326	0,326
829	833	5 241	5 431	MG	Ibiraicatu	5.799	6.534	992	1.123	83,25	73,40	69,19	68,20	34,33	71,43	23,08	13,43	29,37	28,57	0,264	0,324
840	834	5 342	5 441	MG	Santo Antônio do Itambé	4.718	4.587	959	828	77,17	76,68	69,94	65,42	59,24	100,00	4,67	11,59	7,20	14,74	0,230	0,321
838	835	5 339	5 450	MG	Chapada do Norte	14.481	15.223	2.717	2.562	83,67	74,60	72,68	64,23	35,29	66,77	15,09	25,95	23,78	19,43	0,232	0,317
771	836	4 779	5 453	MG	Catujá	6.230	7.787	1.044	1.319	79,83	71,45	74,03	64,54	100,00	97,59	22,00	5,13	30,44	10,83	0,344	0,316
820	837	5 171	5 456	MG	Josenópolis	3.871	4.253	683	791	86,96	83,66	76,45	76,99	85,44	97,35	8,54	31,33	28,24	22,06	0,280	0,314
837	838	5 338	5 460	MG	Itaipé	9.301	10.846	1.687	1.892	75,53	70,64	74,08	67,56	76,63	83,64	7,88	10,88	0,00	16,30	0,232	0,313
791	839	4 922	5 465	MG	São João da Ponte	24.090	26.028	4.258	4.249	77,73	75,48	65,66	64,07	62,55	39,87	47,84	48,61	18,35	19,62	0,325	0,311
825	840	5 212	5 471	MG	Comercinho	10.216	10.202	1.													

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI			
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			Total	Até 6 anos	Total	Até 6 anos	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004										
5	15	1 316	2 341	PA	Marituba	49.239	74.427	8.396	13.124	29,37	28,20	24,00	25,61	68,46	97,13	65,52	35,16	54,61	48,52	0,671	0,652		
24	16	3 158	2 420	PA	Mãe do Rio	19.895	25.349	3.502	4.454	65,32	54,73	53,73	42,08	100,00	100,00	27,01	38,92	61,82	85,37	0,516	0,645		
27	17	3 183	2 454	PA	Tucuruí	58.679	73.797	10.932	12.886	42,92	34,85	38,43	32,21	69,15	100,00	25,67	22,13	39,24	63,03	0,513	0,643		
50	18	3 776	2 524	PA	Vigia	37.013	40.176	6.754	6.631	52,43	46,93	42,12	26,06	98,09	100,00	15,46	15,73	17,45	70,20	0,449	0,638		
15	19	2 775	2 530	PA	Baião	20.335	21.117	4.324	4.293	54,03	44,07	51,62	37,76	68,97	98,87	32,28	5,56	75,31	84,48	0,551	0,637		
9	20	2 461	2 539	PA	Santarém Novo	4.463	5.432	961	1.075	61,71	50,91	53,62	44,43	100,00	85,23	11,88	14,88	91,06	100,00	0,579	0,637		
44	21	3 660	2 588	PA	Brejo Grande do Araguaia	6.529	7.463	1.258	1.367	65,70	56,25	54,44	34,70	71,52	81,62	9,71	7,03	63,72	100,00	0,460	0,633		
30	22	3 356	2 663	PA	Juruti	25.922	31.196	5.963	7.082	66,39	54,16	57,78	48,62	68,01	100,00	22,13	11,13	77,07	98,33	0,495	0,628		
8	23	1 794	2 677	PA	Ananindeua	341.257	393.568	54.468	60.925	21,61	18,46	19,10	15,07	61,17	62,74	59,94	60,70	33,37	22,45	0,633	0,627		
34	24	3 476	2 752	PA	Oriximiná	41.999	48.330	7.995	9.474	53,66	46,45	46,93	39,55	58,67	100,00	9,20	20,88	58,98	73,96	0,481	0,621		
70	25	4 293	2 758	PA	Itaituba	97.630	94.750	17.529	17.606	53,25	47,84	44,12	37,64	59,55	100,00	14,14	13,09	18,07	77,22	0,394	0,621		
14	26	2 626	2 767	PA	São João da Ponta	3.785	4.034	743	732	50,78	50,20	43,10	42,28	76,25	100,00	5,88	10,17	78,37	85,45	0,564	0,620		
23	27	3 078	2 797	PA	Capanema	53.662	57.119	8.701	8.773	47,55	40,27	39,52	32,87	100,00	94,93	18,41	22,30	37,30	61,34	0,524	0,617		
64	28	4 176	2 840	PA	São Caetano de Odivelas	15.270	15.595	2.936	2.800	56,45	48,21	43,71	32,36	55,42	100,00	32,04	13,79	19,47	69,10	0,408	0,614		
13	29	2 616	2 872	PA	Santo Antônio do Tauá	21.468	28.554	4.029	3.508	48,58	38,88	39,21	36,64	68,86	100,00	32,43	8,20	63,11	63,86	0,565	0,611		
100	30	4 965	2 879	PA	Bujaru	18.019	22.506	3.578	4.676	71,39	65,04	63,31	52,03	62,73	100,00	32,09	36,18	14,86	93,21	0,319	0,611		
41	31	3 595	2 917	PA	Mocajuba	18.763	20.542	4.012	4.086	53,32	50,19	52,93	41,00	55,93	100,00	10,22	7,87	60,18	80,03	0,468	0,607		
16	32	2 793	2 922	PA	Faro	6.322	10.037	1.429	2.163	64,76	53,11	60,56	44,46	32,69	52,15	57,75	28,13	100,00	100,00	0,550	0,606		
48	33	3 714	2 938	PA	Ponta de Pedras	17.405	18.692	3.416	3.358	66,31	61,69	54,79	49,17	53,62	93,87	23,19	11,97	64,73	100,00	0,455	0,605		
83	34	4 620	2 983	PA	Tucumã	34.560	25.308	6.684	4.158	56,47	45,66	48,46	42,11	28,29	100,00	43,24	39,33	13,55	58,79	0,361	0,602		
20	35	3 019	2 993	PA	Castanhal	117.380	134.494	19.913	21.318	39,31	32,52	30,79	27,60	92,12	100,00	13,69	13,01	28,49	43,89	0,528	0,601		
94	36	4 826	2 999	PA	Bannach	3.828	3.778	635	652	69,77	57,29	64,30	49,32	100,00	100,00	13,89	15,52	12,12	88,98	0,337	0,600		
61	37	4 069	3 005	PA	Terra Alta	6.819	8.260	1.371	1.567	47,68	33,77	39,05	22,09	100,00	100,00	7,41	8,47	0,00	41,63	0,417	0,600		
22	38	3 074	3 019	PA	Terra Santa	13.043	14.592	2.561	2.804	45,18	41,44	39,33	35,64	64,47	100,00	23,22	26,10	50,33	53,57	0,524	0,599		
91	39	4 782	3 053	PA	Goianésia do Pará	20.882	22.683	4.299	4.271	74,47	56,32	64,61	46,93	73,52	57,89	13,58	42,13	33,07	91,59	0,344	0,596		
17	40	2 854	3 081	PA	Abaetetuba	106.738	119.152	21.632	22.383	59,04	55,10	51,16	46,74	90,19	93,72	13,74	23,53	75,60	80,55	0,543	0,593		
29	41	3 287	3 131	PA	São Miguel do Guamá	35.887	41.364	7.115	7.662	67,53	60,24	57,82	47,54	91,17	89,85	54,99	28,19	53,27	84,63	0,503	0,590		
42	42	3 621	3 162	PA	Abel Figueiredo	5.112	5.956	884	1.045	63,31	59,92	56,49	42,34	79,49	100,00	2,74	12,50	64,69	80,82	0,465	0,587		
18	43	2 869	3 221	PA	Primavera	8.779	9.718	1.659	1.782	67,97	55,28	52,44	53,26	100,00	100,00	39,00	12,50	67,84	85,13	0,542	0,582		
108	44	5 068	3 222	PA	Cametá	89.400	97.624	19.293	19.597	60,65	55,58	59,37	46,36	53,42	100,00	3,21	20,28	11,26	74,63	0,299	0,582		
56	45	3 900	3 269	PA	Xinguara	35.001	35.363	5.806	5.451	52,64	41,97	43,91	34,05	52,54	100,00	38,32	34,42	25,30	40,43	0,435	0,579		
28	46	3 246	3 293	PA	Novo Progresso	15.568	24.946	2.203	3.133	45,83	42,43	41,02	29,50	100,00	100,00	24,36	12,09	27,15	46,55	0,506	0,577		
105	47	5 025	3 349	PA	Curuá	8.025	9.224	1.811	1.992	78,16	71,49	60,08	51,32	71,15	100,00	1,08	2,76	25,28	100,00	0,308	0,571		
31	48	3 390	3 369	PA	Santarém	242.755	262.537	43.966	45.796	40,01	36,72	29,91	25,16	97,01	100,00	13,80	17,57	11,40	31,08	0,492	0,570		
89	49	4 756	3 394	PA	Alenquer	43.394	41.784	8.913	8.722	65,12	58,46	53,50	46,60	49,36	100,00	5,21	2,75	30,09	80,76	0,347	0,568		
87	50	4 705	3 468	PA	Breu Branco	20.223	32.444	4.627	6.869	64,82	62,02	59,07	52,10	32,95	100,00	23,24	29,95	36,88	73,43	0,353	0,561		
25	51	3 163	3 470	PA	Redenção	58.029	63.250	10.119	10.864	47,56	40,80	38,08	31,79	100,00	100,00	24,85	27,08	29,31	33,22	0,515	0,560		
55	52	3 862	3 492	PA	São João de Pirabas	16.822	17.483	3.512	3.150	68,85	62,23	55,92	40,69	26,44	73,19	9,52	22,50	82,37	78,51	0,439	0,559		
39	53	3 572	3 506	PA	Marabá	150.095	168.020	28.021	29.786	46,24	40,05	41,22	34,81	72,13	100,00	43,36	16,09	17,53	39,81	0,470	0,557		
38	54	3 531	3 534	PA	São Francisco do Pará	10.194	14.243	1.712	2.283	57,64	51,11	48,76	34,60	100,00	100,00	12,68	23,40	39,77	46,19	0,474	0,555		
35	55	3 496	3 541	PA	Igarapé-Açu	30.651	32.400	5.740	5.424	62,74	60,38	53,60	42,13	100,00	100,00	24,27	13,06	45,59	67,86	0,478	0,555		
63	56	4 168	3 566	PA	Jacundá	39.420	40.545	7.329	7.213	63,02	57,62	54,13	49,23	83,66	100,00	24,09	7,46	26,59	74,17	0,408	0,553		
68	57	4 235	3 580	PA	Almeirim	35.963	39.957	7.042	6.454	53,58	52,21	49,84	49,20	44,36	100,00	13,24	15,24	34,18	64,50	0,399	0,552		
45	58	3 668	3 582	PA	Marapanim	22.301	24.718	4.363	4.502	53,28	45,61	43,64	39,51	51,91	100,00	22,54	6,92	43,64	52,26	0,460	0,552		
47	59	3 695	3 590	PA	Altamira	78.782	77.437	12.942	12.931	49,32	44,78	45,41	34,61	86,65	100,00	32,92	22,86	17,92	38,30	0,457	0,551		
66	60	4 196	3 629	PA	Dom Eliseu	35.981	39.527	7.189	7.659	64,59	67,72	54,98	49,07	65,98	100,00	23,13	9,67	36,77	80,97	0,404	0,548		
21	61	3 029	3 671	PA	Conceição do Araguaia	45.008	43.386	7.279	7.406	51,20	48,74	44,82	40,92	95,45	94,31	60,46	16,71	28,88	51,49	0,527	0,543		
78	62	4 485	3 673	PA	Cachoeira do Arari	17.193	16.699	3.099	3.346	57,00	63,32	49,57	49,86	33,33	100,00	23,38	15,73	28,40	72,56	0,375	0,543		
116	63	5 143	3 695	PA	Aurora do Pará	15.453	19.728	3.306	4.031	81,51	71,99	73,91	61,50	54,21	96,71	19,01	28,41	32,61	87,18	0,284	0,541		
33	64	3 461	3 700	PA	Paragominas	65.931	76.450	13.414	14.715	62,66	56,81	53,67	43,23	95,92	100,00	20,66	9,24	51,50	61,39	0,484	0,540		
32	65	3 411	3 742	PA	Nova Timboteua	13.707	11.404	2.383	1.728	57,39	53,47	39,88	45,08	100,00	75,30	35,03	20,74	25,28	64,84	0,489	0,536		
74	66	4 416	3 744	PA	Rondon do Pará	35.221	39.868	6.109	6.705	63,47</													

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI				
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente			IDI 1999	IDI 2004	1999	2004			
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004											
53	89	3 800	4 474	PA	São Domingos do Araguaia	17.993	20.005	3.604	3.832	67,86	66,79	59,40	52,30	100,00	100,00	4,65	9,82	53,09	52,19	0,445	0,470			
59	90	4 035	4 480	PA	Bragança	84.826	93.778	16.450	17.014	63,50	57,59	52,80	45,20	90,35	85,12	26,51	3,22	26,95	46,50	0,423	0,470			
112	91	5 097	4 490	PA	Pau D'Arco	5.628	7.123	1.102	1.259	67,00	64,10	61,74	48,61	58,93	100,00	33,62	31,36	0,00	34,20	0,294	0,468			
72	92	4 342	4 493	PA	Quatipuru	10.106	10.905	2.009	2.070	75,67	68,17	57,35	48,11	81,63	90,14	25,60	16,19	35,18	50,11	0,389	0,467			
37	93	3 529	4 541	PA	São Sebastião da Boa Vista	15.804	17.664	3.583	3.719	61,63	58,54	57,37	47,35	40,61	65,91	14,79	13,13	81,28	51,41	0,475	0,463			
141	94	5 483	4 621	PA	Jacareacanga	18.268	22.077	2.332	3.909	82,89	48,48	80,15	53,03	32,24	87,96	15,00	5,85	0,00	36,66	0,151	0,455			
123	95	5 250	4 662	PA	Limoeiro do Ajuru	18.006	19.562	4.326	4.413	67,43	65,15	65,23	65,72	49,56	77,02	15,18	6,85	5,25	69,54	0,262	0,451			
111	96	5 091	4 676	PA	Uruará	37.395	45.201	7.350	7.822	70,12	50,51	62,49	44,72	50,97	98,50	19,33	16,80	15,26	17,54	0,295	0,450			
65	97	4 181	4 688	PA	Santa Maria do Pará	19.939	20.850	3.497	3.244	65,60	50,43	52,41	47,00	77,26	100,00	57,17	17,20	14,61	18,04	0,407	0,448			
95	98	4 836	4 697	PA	Medicilândia	30.940	21.379	6.289	3.954	64,33	59,03	55,36	46,55	72,79	100,00	12,02	12,32	11,84	28,31	0,336	0,447			
73	99	4 407	4 699	PA	Brasil Novo	13.990	17.191	2.552	2.944	67,42	60,36	53,99	48,43	57,49	97,19	24,29	26,10	33,18	25,85	0,382	0,447			
109	100	5 079	4 733	PA	Nova Ipixuna	8.706	11.866	1.636	2.284	74,71	58,29	64,56	49,45	94,01	100,00	22,22	3,26	0,00	33,74	0,297	0,444			
118	101	5 158	4 748	PA	Vitória do Xingu	12.794	11.142	2.661	2.008	72,33	57,57	65,67	53,25	34,09	71,06	23,21	21,67	21,80	41,62	0,281	0,443			
86	102	4 686	4 750	PA	Novo Repartimento	30.059	41.817	6.059	8.493	72,81	62,90	68,02	55,80	63,97	100,00	10,65	3,51	45,37	44,07	0,355	0,443			
80	103	4 567	4 754	PA	Óbidos	44.326	46.488	8.319	8.720	66,26	60,33	51,36	42,72	57,97	89,77	18,60	4,22	26,00	33,11	0,367	0,443			
85	104	4 684	4 792	PA	Aveiro	13.641	15.516	3.247	3.489	65,38	58,40	55,16	53,04	42,97	44,66	17,20	13,57	32,40	57,84	0,355	0,439			
81	105	4 596	4 816	PA	Bonito	10.124	9.813	1.881	1.736	79,42	69,85	67,11	58,33	100,00	100,00	17,39	17,42	33,25	43,91	0,364	0,436			
127	106	5 308	4 861	PA	Eldorado dos Carajás	18.393	29.608	3.723	6.055	74,76	61,23	65,76	53,14	58,65	96,10	17,30	6,46	0,00	36,07	0,244	0,432			
62	107	4 101	4 891	PA	Ulianópolis	9.699	19.254	1.998	3.896	69,43	70,10	59,06	56,94	74,33	78,02	16,89	51,39	48,54	33,77	0,414	0,429			
126	108	5 289	4 912	PA	Anapu	10.358	9.407	1.993	1.827	73,92	71,51	68,21	65,65	23,53	100,00	14,72	9,34	24,15	52,68	0,253	0,425			
96	109	4 895	5 054	PA	Belterra	10.384	14.594	2.007	2.921	52,09	47,85	42,52	37,74	46,41	77,20	6,25	8,39	0,00	5,87	0,329	0,408			
49	110	3 761	5 067	PA	Santa Cruz do Arari	4.875	5.620	910	1.126	68,56	67,28	58,89	68,25	81,51	100,00	7,41	7,46	63,07	44,22	0,450	0,406			
102	111	4 984	5 073	PA	Água Azul do Norte	20.994	22.084	3.458	3.446	62,88	56,80	56,61	45,16	61,25	100,00	21,83	16,67	4,24	5,66	0,316	0,405			
129	112	5 320	5 075	PA	Chaves	15.345	17.348	3.436	3.761	87,30	73,41	82,54	75,36	93,28	100,00	17,02	3,60	10,23	58,97	0,239	0,405			
110	113	5 089	5 087	PA	Viseu	48.557	51.089	11.152	11.373	81,25	75,66	67,68	61,21	41,02	100,00	7,37	4,35	43,02	46,26	0,296	0,404			
107	114	5 044	5 138	PA	Acará	50.799	52.124	11.882	10.357	84,88	75,57	79,52	69,48	64,47	42,50	40,11	10,85	34,17	76,78	0,305	0,396			
125	115	5 271	5 162	PA	Augusto Corrêa	30.248	33.009	6.775	6.978	80,32	72,87	69,68	62,68	36,11	100,00	25,60	20,03	22,01	32,44	0,257	0,392			
115	116	5 135	5 163	PA	Itupiranga	29.171	49.654	6.065	10.047	75,14	67,88	67,63	56,85	90,31	100,00	12,81	4,51	5,75	29,35	0,286	0,392			
113	117	5 112	5 170	PA	Pacajá	22.035	28.888	4.297	5.546	77,28	70,00	71,16	54,80	84,16	100,00	18,01	8,15	13,81	27,08	0,291	0,391			
134	118	5 398	5 181	PA	Garrafão do Norte	23.055	24.220	5.529	5.409	86,24	73,23	76,36	65,53	31,03	84,48	9,80	10,79	27,16	46,92	0,212	0,389			
92	119	4 789	5 204	PA	Santa Maria das Barreiras	10.364	10.955	1.629	1.864	69,97	63,94	58,96	56,10	68,18	98,00	24,66	22,52	19,56	13,54	0,343	0,384			
117	120	5 149	5 234	PA	Moju	45.321	52.939	10.259	10.857	77,06	69,77	71,74	65,03	48,09	85,04	29,78	9,89	22,80	38,99	0,282	0,379			
97	121	4 931	5 258	PA	Santa Luzia do Pará	18.105	19.400	3.745	3.855	78,32	71,87	66,28	61,67	100,00	95,95	5,83	18,81	21,51	25,63	0,325	0,374			
132	122	5 359	5 297	PA	Placas	10.329	13.394	2.051	2.552	72,03	54,83	61,35	46,08	22,07	59,95	4,58	3,17	10,06	14,97	0,225	0,364			
121	123	5 227	5 316	PA	Breves	75.166	80.158	17.670	19.327	81,70	71,72	79,18	71,74	49,60	100,00	41,88	2,91	22,47	35,45	0,268	0,359			
131	124	5 351	5 318	PA	São João do Araguaia	8.116	12.245	1.594	2.390	73,76	68,90	67,51	67,06	46,57	100,00	5,32	4,35	6,80	27,20	0,229	0,359			
101	125	4 974	5 339	PA	Muaná	23.462	25.535	5.126	5.205	67,83	63,42	61,06	57,63	45,57	70,05	19,31	6,90	23,48	24,11	0,318	0,354			
124	126	5 261	5 340	PA	Bagre	10.563	13.706	2.676	3.532	80,03	74,99	79,65	78,20	28,57	80,04	21,36	46,69	38,51	31,31	0,259	0,354			
84	127	4 653	5 346	PA	São Domingos do Capim	23.916	27.404	4.306	6.173	73,34	73,20	65,79	63,96	73,36	99,39	31,25	8,65	29,81	23,97	0,357	0,352			
104	128	5 016	5 347	PA	Piçarra	9.684	13.030	1.902	2.693	70,42	63,96	63,09	51,90	42,96	67,37	10,38	12,77	30,50	16,53	0,309	0,352			
133	129	5 374	5 373	PA	Ipixuna do Pará	13.930	25.137	3.036	5.260	81,89	78,02	74,19	69,14	28,13	100,00	22,01	20,50	19,19	24,80	0,220	0,345			
138	130	5 441	5 388	PA	Curralinho	17.627	20.016	4.541	4.983	82,23	72,83	81,78	74,21	58,81	91,21	21,94	7,53	0,00	33,47	0,191	0,340			
136	131	5 421	5 392	PA	Gurupá	20.826	23.096	5.098	5.611	86,10	76,02	83,74	74,14	30,67	98,07	37,33	30,87	15,91	21,06	0,200	0,338			
119	132	5 165	5 402	PA	Oeiras do Pará	21.579	23.253	5.367	5.700	77,04	69,29	78,01	67,26	60,02	62,50	27,72	7,00	23,33	35,31	0,280	0,334			
122	133	5 238	5 405	PA	Tracuateua	17.815	22.743	3.725	4.266	73,75	70,92	62,84	56,48	59,52	76,46	9,79	8,63	8,21	18,08	0,266	0,333			
99	134	4 963	5 435	PA	Senador José Porfírio	16.686	15.720	3.785	3.537	67,46	66,14	64,71	61,19	59,35	45,88	18,88	20,60	20,84	22,99	0,319	0,322			
130	135	5 326	5 436	PA	Cachoeira do Pirá	8.388	15.436	1.889	3.295	85,23	78,22	78,47	73,79	48,59	27,74	4,00	18,78	32,51	57,61	0,238	0,322			
90	136	4 767	5 445	PA	Capitão Poço	41.134	50.814	8.216	9.636	74,62	73,58	63,22	65,57	81,45	64,58	31,20	27,82	19,83	20,55	0,346	0,319			
128	137	5 313	5 451	PA	Pirainha	21.484	27.301	4.791	6.601	73,06	63,10	62,02	53,27	19,88	40,34	8,16	14,50	17,57	15,51	0,241	0,316			
137	138	5 440	5 478	PA	Portel	34.103	38.043	8.572	9.550	86,91	82,94	87,19	83,43	38,24	100,00	28,55	10,77	17,15	33,31	0,191	0,306			
135	139	5 416	5 484	PA	Nova Esperança do Piná	15.828	18.891	3.144	4.430	89,54	81,93	81,31	68,22	8,85	93,08	17,14	7,22	39,74	21,56	0,205	0,304			
139	140	5 455	5 501	PA	Porto de Moz	24.122	23.545	6.204	5.923	81,37	76,77	80,02												

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
										Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente						
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
66	19	3 378	2 164	PB	Gurjão	2.887	2.787	410	333	61,21	65,65	36,23	30,30	100,00	100,00	30,00	42,25	29,73	90,55	0,493	0,664
4	20	1 243	2 184	PB	São Domingos do Cariri	1.815	2.187	246	299	68,72	53,88	35,27	39,57	91,67	77,14	56,67	40,00	100,00	100,00	0,675	0,663
39	21	3 117	2 376	PB	Lagoa Seca	22.982	24.152	3.588	3.512	66,36	56,91	50,47	43,10	74,68	83,90	52,63	35,52	61,26	100,00	0,520	0,649
13	22	2 333	2 477	PB	Cajazeiras	51.396	54.713	7.072	7.084	53,35	48,09	37,92	32,89	93,94	98,30	43,12	30,83	58,69	72,85	0,590	0,641
49	23	3 210	2 494	PB	Sertãozinho	2.186	3.442	340	432	67,35	70,88	47,53	45,56	96,97	100,00	11,11	57,41	65,22	93,79	0,511	0,640
5	24	1 433	2 497	PB	Campina Grande	340.316	355.329	47.747	47.524	34,04	31,02	28,63	25,84	86,76	90,26	71,13	41,87	47,89	46,67	0,660	0,640
97	25	3 743	2 498	PB	Borborema	4.152	4.730	656	782	76,34	54,96	56,82	52,56	100,00	91,26	18,52	38,10	54,83	98,57	0,452	0,639
7	26	1 840	2 505	PB	Cabedelo	34.690	42.832	4.985	5.824	35,11	34,93	31,90	27,32	89,04	79,68	47,73	51,38	50,85	52,29	0,631	0,639
34	27	3 061	2 618	PB	Caaporã	16.500	18.440	2.974	3.012	63,47	56,92	60,07	48,07	100,00	66,17	39,87	74,70	63,46	86,79	0,525	0,631
58	28	3 316	2 631	PB	Santana dos Garrotes	7.514	7.974	1.133	1.006	78,00	72,27	63,21	47,14	100,00	100,00	28,57	42,37	76,61	100,00	0,499	0,629
124	29	4 013	2 641	PB	Congo	4.664	4.600	701	615	74,12	64,68	47,48	34,09	100,00	100,00	25,00	13,85	28,76	93,40	0,424	0,629
26	30	2 863	2 694	PB	Boa Vista	4.414	4.982	650	627	53,80	45,39	36,07	26,96	100,00	100,00	52,94	43,00	30,46	51,01	0,543	0,625
80	31	3 610	2 698	PB	Marizópolis	5.801	5.616	767	690	62,68	57,60	44,17	36,98	78,74	97,59	36,36	14,63	35,76	88,54	0,466	0,625
20	32	2 633	2 726	PB	Bayeux	84.169	87.559	12.636	12.874	35,64	36,04	29,65	32,51	77,80	95,25	47,83	44,23	27,78	47,99	0,563	0,623
29	33	2 929	2 745	PB	Caturité	3.839	4.182	617	578	64,35	50,56	40,40	10,82	90,22	97,70	61,67	36,67	43,30	42,86	0,536	0,622
14	34	2 336	2 760	PB	Cabaceiras	4.281	4.289	640	534	61,32	55,80	31,88	26,37	83,91	100,00	53,62	34,41	60,26	63,17	0,590	0,621
44	35	3 147	2 825	PB	Sousa	59.325	62.633	7.714	7.920	53,02	46,08	40,41	32,99	80,11	100,00	40,92	16,97	39,70	66,55	0,517	0,615
40	36	3 118	2 835	PB	São João do Rio do Peixe	16.869	17.661	2.304	2.223	70,93	67,64	43,28	30,67	84,26	84,33	26,45	31,30	66,94	86,10	0,520	0,614
129	37	4 059	2 841	PB	Monteiro	26.471	27.686	3.558	3.800	66,97	60,82	50,37	45,81	95,75	100,00	5,52	4,10	34,11	100,00	0,419	0,614
22	38	2 748	2 852	PB	Poço de José de Moura	3.998	3.529	559	433	75,00	65,57	43,71	52,71	96,97	100,00	30,00	40,30	76,49	93,14	0,553	0,613
61	39	3 343	2 854	PB	Malta	5.728	5.690	803	777	71,85	56,69	55,52	45,61	93,55	73,15	2,94	21,43	77,74	100,00	0,497	0,612
125	40	4 026	2 858	PB	Caicara	7.138	7.323	1.140	1.048	75,87	56,99	57,95	49,06	96,88	98,48	24,64	32,38	42,37	85,51	0,423	0,612
31	41	3 011	2 882	PB	Ibiara	6.545	6.381	984	825	72,24	72,18	57,88	39,13	100,00	99,15	37,50	27,78	72,97	91,94	0,529	0,610
36	42	3 069	2 906	PB	Pombal	29.658	31.953	3.790	3.951	61,47	52,80	46,61	49,34	100,00	88,65	56,00	91,65	39,78	55,31	0,524	0,608
91	43	3 707	2 926	PB	Esperança	27.604	28.164	3.906	3.663	58,24	54,13	44,89	38,53	100,00	100,00	6,80	26,43	32,05	71,81	0,456	0,606
42	44	3 134	3 018	PB	Pirpirituba	10.823	10.196	1.649	1.521	67,74	61,85	51,68	48,62	100,00	100,00	13,89	31,46	69,89	84,38	0,519	0,599
102	45	3 824	3 020	PB	Aparecida	5.018	5.894	643	683	71,84	59,54	54,48	46,93	100,00	100,00	47,22	6,67	30,00	92,62	0,443	0,599
141	46	4 146	3 030	PB	Zabelê	2.084	1.851	244	215	79,90	76,08	62,75	34,78	100,00	100,00	8,51	0,00	52,68	100,00	0,411	0,598
65	47	3 370	3 079	PB	Curral Velho	2.504	2.557	450	401	80,44	68,11	61,73	50,65	74,24	93,75	60,98	30,36	72,08	94,05	0,494	0,593
19	48	2 594	3 089	PB	Rio Tinto	24.138	22.311	3.749	3.155	67,39	61,31	57,97	46,06	97,63	92,73	50,00	19,89	78,21	87,99	0,567	0,592
128	49	4 057	3 095	PB	Alcantil	4.313	4.956	689	768	81,87	57,01	55,31	44,60	100,00	97,92	48,53	52,05	30,56	63,28	0,419	0,592
88	50	3 681	3 108	PB	Baraúna	2.455	3.167	372	469	83,00	81,20	62,33	69,27	100,00	100,00	50,00	73,77	53,69	100,00	0,458	0,591
72	51	3 510	3 110	PB	Araial	6.127	6.038	859	783	66,46	56,35	49,85	43,91	100,00	92,37	9,52	30,63	52,38	75,07	0,477	0,591
177	52	4 539	3 111	PB	Riachão do Bacamarte	3.697	3.947	553	596	79,44	67,12	65,78	49,11	77,22	97,50	0,00	44,12	54,22	81,72	0,369	0,591
170	53	4 464	3 135	PB	São Bentinho	3.171	3.589	443	463	84,74	76,17	58,53	52,96	100,00	100,00	60,00	90,16	14,21	69,81	0,377	0,589
123	54	4 007	3 149	PB	Cacimba de Areia	2.956	3.575	443	449	79,82	63,05	50,70	37,37	100,00	82,54	8,33	33,33	46,11	77,96	0,424	0,589
1	55	436	3 152	PB	Coxixola	1.230	1.420	145	142	55,56	63,73	42,50	57,36	100,00	100,00	100,00	36,36	100,00	88,24	0,755	0,588
68	56	3 413	3 163	PB	Junco do Seridó	5.749	5.968	898	813	72,99	54,23	46,07	35,49	100,00	92,59	19,30	45,31	54,93	55,50	0,489	0,587
115	57	3 916	3 185	PB	Picuí	16.291	17.894	2.538	2.740	71,96	59,29	56,12	47,35	91,19	89,01	26,56	74,22	42,87	58,99	0,434	0,585
149	58	4 256	3 208	PB	Juazeirinho	13.595	14.873	2.261	2.388	77,21	71,96	51,96	45,33	100,00	100,00	14,02	16,62	30,75	92,09	0,396	0,583
75	59	3 548	3 215	PB	Alhandra	14.613	15.914	2.536	2.646	70,12	65,05	58,89	54,97	99,48	89,74	29,28	53,24	53,61	81,49	0,472	0,582
38	60	3 090	3 227	PB	Olivedos	3.378	3.194	501	481	73,95	56,13	54,79	52,03	81,43	100,00	59,26	39,47	67,29	71,16	0,522	0,582
62	61	3 345	3 237	PB	Serra da Raiz	3.624	3.435	592	470	68,38	78,26	47,01	51,59	100,00	100,00	17,39	41,51	55,13	91,74	0,496	0,582
23	62	2 760	3 250	PB	Soledade	11.107	12.059	1.667	1.730	67,13	53,75	45,68	44,59	100,00	100,00	63,16	37,82	51,92	61,69	0,552	0,581
136	63	4 117	3 271	PB	Aguiar	6.207	5.637	966	687	84,45	82,50	66,93	62,81	100,00	100,00	27,19	53,70	53,10			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004								
188	93	4 712	3 698	PB	Serraria	8.718	6.676	1.473	1.012	84,53	64,78	73,29	63,22	100,00	98,28	11,57	29,77	42,79	80,15	0,352	0,540
153	94	4 290	3 703	PB	Belém do Brejo do Cruz	7.679	7.010	1.167	941	77,70	69,93	55,11	50,54	100,00	100,00	10,00	40,00	35,48	66,29	0,394	0,540
139	95	4 136	3 706	PB	Alagoinha	11.790	11.831	2.035	1.911	77,80	72,50	64,56	57,30	87,68	98,49	12,11	49,61	57,09	71,49	0,412	0,539
126	96	4 046	3 722	PB	Pocinhos	14.237	14.880	2.147	2.148	70,86	61,38	54,51	45,27	100,00	100,00	49,32	40,75	19,03	51,36	0,421	0,538
152	97	4 286	3 725	PB	São João do Tigre	4.168	4.480	628	739	82,54	71,98	63,93	57,14	94,51	97,17	1,59	10,53	56,25	90,26	0,395	0,537
83	98	3 636	3 772	PB	Diamante	7.128	6.919	1.235	1.061	76,15	59,20	56,81	49,39	81,71	98,46	46,36	18,33	54,07	63,39	0,463	0,533
71	99	3 482	3 780	PB	Assunção	2.418	2.960	285	433	83,40	76,51	69,08	65,86	100,00	76,81	20,59	34,04	84,06	100,00	0,480	0,533
106	100	3 851	3 785	PB	Itatuba	9.417	9.374	1.646	1.414	85,01	77,71	70,73	65,82	100,00	79,90	38,22	32,96	62,68	100,00	0,440	0,532
121	101	3 985	3 806	PB	Cuitéig	7.106	7.252	1.255	1.201	81,31	72,00	68,98	64,43	100,00	96,47	17,58	35,04	61,97	82,89	0,426	0,531
169	102	4 452	3 811	PB	Livramento	7.113	7.603	1.062	1.109	79,74	72,32	52,37	48,96	82,61	70,59	9,48	27,34	37,44	84,33	0,378	0,530
148	103	4 227	3 812	PB	Sobrado	5.559	6.885	896	999	78,35	64,25	63,38	55,86	40,94	100,00	66,67	47,50	47,92	58,37	0,400	0,530
69	104	3 420	3 814	PB	Santarém	2.481	2.566	364	326	83,07	80,47	50,63	45,17	69,57	100,00	73,68	80,00	57,41	47,55	0,488	0,530
98	105	3 762	3 819	PB	Nova Floresta	9.032	9.421	1.440	1.356	70,00	66,98	52,65	47,10	81,82	91,81	29,03	36,14	47,27	61,82	0,450	0,529
18	106	2 540	3 826	PB	Pedra Branca	3.631	3.692	597	564	72,39	67,95	47,90	46,39	65,48	100,00	52,17	24,18	90,23	63,73	0,572	0,529
137	107	4 119	3 834	PB	Nazarezinho	7.329	7.271	1.048	953	77,20	70,28	55,21	41,22	86,93	100,00	20,63	7,00	43,93	69,34	0,413	0,528
142	108	4 172	3 842	PB	Cubati	6.494	6.388	1.017	884	75,98	71,39	54,61	54,53	81,58	100,00	46,88	46,21	29,50	63,82	0,408	0,528
17	109	2 488	3 843	PB	Caldas Brandão	4.234	5.153	714	828	73,82	63,71	59,90	68,11	100,00	62,39	28,57	41,27	100,00	90,98	0,576	0,527
186	110	4 689	3 844	PB	Remígio	14.695	14.914	2.217	2.028	70,93	58,55	57,58	50,42	100,00	92,72	9,70	21,77	15,44	62,68	0,354	0,527
27	111	2 904	3 847	PB	Santo André	2.789	2.800	392	311	72,16	71,25	42,12	33,34	100,00	100,00	22,58	48,15	68,79	41,22	0,539	0,527
168	112	4 447	3 854	PB	Cuité de Mamanguape	5.739	6.122	955	914	90,84	83,78	81,23	73,66	100,00	100,00	0,00	35,71	73,56	100,00	0,379	0,526
6	113	1 657	3 855	PB	Caraiúbas	3.191	3.399	462	477	70,08	64,28	42,64	40,90	100,00	85,71	40,00	25,00	100,00	60,19	0,643	0,526
130	114	4 088	3 856	PB	São Francisco	3.220	3.464	275	341	89,79	66,82	57,63	41,95	100,00	100,00	35,71	42,62	45,57	47,74	0,415	0,526
55	115	3 269	3 884	PB	Logradouro	3.117	3.388	475	518	78,93	70,15	60,24	53,37	100,00	100,00	20,00	42,22	80,98	61,82	0,504	0,524
96	116	3 742	3 891	PB	Massaranduba	11.828	11.695	1.852	1.763	84,18	68,21	68,09	56,17	81,63	81,01	46,37	39,09	69,28	73,51	0,453	0,523
105	117	3 845	3 952	PB	Camalaú	5.703	5.514	866	794	77,98	72,86	50,61	47,05	83,72	100,00	16,67	7,50	54,87	73,43	0,441	0,518
161	118	4 390	3 980	PB	Capim	4.429	4.179	796	687	89,53	77,29	82,26	65,72	100,00	100,00	0,00	28,00	75,83	85,40	0,385	0,516
138	119	4 120	3 998	PB	Sossêgo	2.333	2.596	385	478	78,15	76,71	61,77	53,44	75,00	100,00	80,00	58,73	27,71	56,40	0,413	0,514
185	120	4 666	4 019	PB	São José dos Cordeiros	4.254	4.134	569	508	77,88	66,50	48,90	32,58	100,00	77,78	19,23	11,76	9,65	59,09	0,356	0,512
112	121	3 895	4 032	PB	Serra Redonda	7.721	7.306	1.146	1.057	76,30	72,34	57,99	43,56	55,36	57,14	49,02	32,53	56,49	75,26	0,436	0,510
70	122	3 432	4 033	PB	Sapé	46.375	47.352	7.283	6.849	69,85	65,49	59,29	54,39	77,09	96,40	44,42	41,77	63,16	54,96	0,487	0,510
109	123	3 873	4 037	PB	Brejo dos Santos	5.621	5.947	818	774	65,53	49,73	43,91	34,91	100,00	100,00	7,76	12,42	30,83	32,37	0,438	0,510
60	124	3 331	4 043	PB	São Miguel de Taiçu	4.172	6.085	683	943	75,27	65,83	62,42	61,08	95,65	93,58	35,00	42,24	71,38	62,76	0,498	0,509
202	125	4 962	4 059	PB	Lucena	8.362	9.755	1.450	1.646	72,78	68,03	63,91	58,09	65,52	80,66	38,89	35,50	12,27	71,35	0,319	0,508
47	126	3 198	4 074	PB	São José de Caiana	5.478	5.737	988	951	81,06	83,34	65,30	60,88	83,65	100,00	57,89	19,35	80,41	87,29	0,512	0,507
67	127	3 403	4 076	PB	Princesa Isabel	16.996	18.231	2.756	2.591	66,52	50,40	51,29	46,31	92,79	100,00	8,90	22,99	62,94	37,95	0,490	0,507
167	128	4 441	4 109	PB	Arauna	15.496	16.603	2.707	2.699	84,30	70,08	67,29	65,17	98,87	93,10	55,08	54,84	26,33	62,92	0,379	0,504
74	129	3 546	4 118	PB	Lagoa de Dentro	7.339	7.085	1.227	1.063	77,57	70,85	54,09	53,20	100,00	100,00	19,12	20,87	61,09	64,88	0,472	0,503
215	130	5 142	4 130	PB	Lastro	3.248	3.116	440	356	81,35	64,52	60,54	42,95	81,13	97,92	30,56	12,90	0,00	52,98	0,285	0,502
133	131	4 096	4 132	PB	Bernardino Batista	2.357	2.557	461	390	88,89	82,70	62,38	55,25	87,88	100,00	32,00	46,00	57,14	65,81	0,415	0,502
182	132	4 636	4 135	PB	Cruz do Espírito Santo	12.966	14.081	2.176	2.376	76,01	66,98	63,49	57,30	100,00	100,00	30,15	43,98	18,31	53,05	0,360	0,502
64	133	3 367	4 138	PB	Pilar	9.571	10.273	1.512	1.556	65,77	74,43	52,01	59,44	94,63	98,92	37,44	51,22	49,44	59,49	0,494	0,502
114	134	3 914	4 145	PB	São Bento	24.594	26.223	3.923	3.883	76,73	66,19	61,17	55,85	100,00	85,36	71,67	62,77	25,76	48,28	0,434	0,501
111	135	3 891	4 146	PB	Monte Horebe	4.041	4.111	634	641	75,92	67,46	54,03	35,45	89,41	80,00	46,43	25,00	36,50	50,68	0,436	0,501
151	136	4 283	4 147	PB	Bom Sucesso	5.800	5.285	708	663	72,57	70,61	43,51	40,76	70,71	100,00	30,43	7,37	23,36	57,86	0,395	0,500
172	137	4 505	4 149	PB	Nova Olinda	7.241	6.457	1.293	1.008	81,18	71,06	63,68	58,12	81,90	100,00	29,73	24,55	38,25	67,05	0,373	0,500
113	138	3 907	4 154	PB																	

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004		IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
132	167	4 092	4 459	PB	Aroeiras	19.701	19.518	3.526	3.179	79,60	74,85	68,42	60,61	100,00	91,65	21,82	19,87	52,94	68,26	0,415	0,471
57	168	3 309	4 466	PB	São José do Brejo do Cruz	1.468	1.531	218	208	78,92	73,71	58,82	65,31	55,56	100,00	20,00	38,46	100,00	58,14	0,500	0,471
166	169	4 437	4 472	PB	São José de Espinharas	5.198	5.109	803	614	81,22	71,48	53,06	46,28	90,43	94,12	9,09	19,51	36,34	49,13	0,380	0,470
192	170	4 799	4 476	PB	Casserengue	6.028	6.566	980	1.045	90,60	68,15	82,04	67,05	94,38	97,95	7,69	40,32	57,82	54,05	0,341	0,470
100	171	3 791	4 495	PB	Lagoa	5.568	4.843	807	622	75,56	74,30	58,60	50,39	96,47	80,00	35,06	24,37	47,15	59,46	0,447	0,467
144	172	4 189	4 506	PB	Barra de Santana	8.210	8.309	1.308	1.224	81,36	73,92	59,59	47,59	62,82	91,36	49,43	40,00	47,14	42,45	0,406	0,467
107	173	3 854	4 512	PB	Cuité	20.257	19.946	2.939	2.640	78,52	65,42	60,62	48,34	91,44	94,50	50,00	21,66	44,34	42,23	0,440	0,466
116	174	3 919	4 514	PB	Cajazeirinhas	3.073	2.887	480	408	89,72	84,28	68,99	73,44	100,00	100,00	47,83	81,13	58,37	53,63	0,434	0,466
99	175	3 766	4 523	PB	Água Branca	8.510	8.376	1.601	1.491	74,68	60,33	55,52	45,12	72,53	93,69	7,32	14,36	70,11	37,27	0,450	0,465
171	176	4 465	4 525	PB	Juru	10.469	10.045	1.911	1.578	80,61	77,35	64,72	57,79	81,96	100,00	10,91	23,61	49,83	59,13	0,377	0,464
90	177	3 694	4 545	PB	Barra de São Miguel	5.341	5.162	886	749	68,76	67,15	49,26	50,72	79,49	58,42	42,31	25,61	40,14	60,72	0,458	0,462
118	178	3 944	4 560	PB	Santa Teresinha	4.888	4.728	694	666	78,79	70,48	51,45	47,49	100,00	100,00	25,69	17,50	39,74	43,45	0,431	0,461
175	179	4 527	4 572	PB	Juripiranga	9.949	9.647	1.731	1.481	75,51	79,43	62,69	62,92	88,44	66,52	31,07	47,29	26,57	69,24	0,370	0,459
209	180	5 012	4 614	PB	Mogeeiro	13.332	13.229	2.281	2.089	82,72	67,04	70,36	58,20	69,25	72,76	30,94	56,35	27,15	42,89	0,310	0,456
79	181	3 609	4 628	PB	São Sebastião do Umbuzeiro	2.378	2.894	352	394	75,25	46,85	65,00	58,64	100,00	100,00	6,67	20,00	73,42	27,36	0,466	0,455
110	182	3 885	4 634	PB	São Sebastião de Lagoa de Roça	9.605	10.054	1.407	1.396	68,23	66,90	51,50	46,80	88,32	100,00	42,55	50,75	28,98	19,83	0,437	0,454
150	183	4 273	4 640	PB	Araçagi	19.476	18.094	3.060	2.667	82,73	72,05	64,65	65,63	100,00	86,26	21,88	57,63	44,74	47,07	0,396	0,453
216	184	5 151	4 658	PB	Maturéia	4.819	5.032	853	826	86,63	69,80	72,18	58,60	81,63	100,00	0,00	21,57	30,85	48,43	0,282	0,452
217	185	5 159	4 677	PB	Santa Cecília	6.775	6.862	1.344	1.211	93,61	80,01	84,63	65,18	63,92	71,33	47,83	14,08	34,79	82,38	0,281	0,450
195	186	4 863	4 709	PB	Curral de Cima	4.965	5.323	909	835	91,65	88,79	76,36	73,03	100,00	99,03	0,00	43,24	51,49	69,14	0,334	0,446
145	187	4 200	4 713	PB	Emas	2.830	3.060	446	490	86,72	83,87	58,90	61,81	92,54	97,22	9,68	21,43	56,06	64,61	0,404	0,446
178	188	4 544	4 718	PB	Pedras de Fogo	26.032	25.860	4.392	4.269	77,66	76,56	65,45	63,74	99,41	89,37	30,93	33,82	25,40	56,82	0,369	0,445
143	189	4 182	4 721	PB	Tenório	2.315	2.472	418	365	87,04	72,66	65,91	56,61	100,00	100,00	12,00	29,41	59,66	42,55	0,407	0,445
56	190	3 282	4 732	PB	Quixabá	1.518	1.306	247	1.099	77,08	57,12	52,63	40,43	93,94	100,00	44,44	17,86	61,68	16,26	0,503	0,444
176	191	4 528	4 761	PB	Carrapateira	2.015	2.159	364	467	81,08	78,41	45,37	55,75	68,57	73,68	14,29	27,27	33,11	60,54	0,370	0,442
117	192	3 921	4 786	PB	São José do Bonfim	2.798	2.836	413	413	70,13	78,97	43,20	48,09	91,67	100,00	14,29	27,12	33,89	39,42	0,434	0,440
214	193	5 131	4 823	PB	São Domingos de Pombal	3.420	2.496	422	318	92,33	78,69	71,15	70,89	100,00	100,00	25,00	55,56	15,87	46,05	0,287	0,436
119	194	3 958	4 839	PB	Coremas	14.286	15.129	2.111	2.115	80,60	73,01	68,24	61,35	100,00	99,66	31,80	21,13	54,72	47,75	0,429	0,434
162	195	4 396	4 845	PB	Gado Bravo	8.577	8.520	1.566	1.358	87,96	88,70	72,15	65,61	46,15	71,82	28,95	39,09	75,74	72,39	0,383	0,434
173	196	4 515	4 851	PB	Triunfo	8.967	9.051	1.591	1.392	79,04	70,23	53,27	45,08	62,03	67,89	28,66	26,92	35,81	41,29	0,372	0,433
146	197	4 204	4 863	PB	Boa Ventura	5.834	6.586	939	927	75,57	69,82	60,14	58,13	81,33	79,65	63,83	23,08	24,51	49,51	0,403	0,432
196	198	4 868	4 869	PB	Imaculada	10.121	11.577	1.804	2.028	80,63	68,40	64,35	49,55	97,49	79,69	14,11	31,36	22,48	35,08	0,333	0,432
198	199	4 918	4 873	PB	Damião	3.321	3.644	519	622	95,70	90,61	78,49	77,75	100,00	94,05	18,18	44,16	45,45	71,71	0,326	0,431
183	200	4 648	4 878	PB	Conde	12.239	16.413	2.168	2.758	71,22	69,84	59,91	56,52	100,00	64,41	27,91	28,97	10,34	51,98	0,358	0,431
157	201	4 311	4 879	PB	Arara	10.220	11.528	1.532	1.537	78,98	73,00	64,45	69,01	66,52	69,55	10,87	31,90	61,49	63,48	0,392	0,430
45	202	3 172	4 896	PB	Vieirópolis	4.547	4.670	590	581	88,45	75,38	60,58	56,95	90,79	90,91	18,75	22,03	100,00	47,18	0,514	0,428
191	203	4 786	4 911	PB	Catingueira	4.659	4.746	669	641	81,79	79,19	63,04	55,50	95,16	100,00	4,76	25,00	32,10	42,38	0,343	0,425
213	204	5 093	4 921	PB	Gurinhém	13.782	13.180	2.188	2.054	79,09	72,32	66,00	57,37	68,84	74,34	44,00	44,98	6,46	39,74	0,294	0,424
131	205	4 089	4 940	PB	Serra Grande	2.807	2.855	491	400	84,37	80,02	57,94	52,96	74,36	100,00	45,28	20,93	48,40	41,15	0,415	0,422
81	206	3 616	4 941	PB	Desterro	7.105	7.700	1.232	1.210	75,93	76,26	60,08	63,77	95,54	100,00	29,85	32,33	59,54	42,48	0,466	0,422
193	207	4 842	4 970	PB	Santana de Mangueira	5.904	5.929	1.077	866	90,32	78,00	77,08	66,94	100,00	100,00	28,92	10,78	37,22	56,95	0,336	0,418
187	208	4 706	4 972	PB	Seridó	8.345	9.105	1.617	1.609	82,03	69,08	58,17	55,88	69,23	87,39	48,65	44,74	22,22	26,27	0,352	0,418
190	209	4 759	4 985	PB	Cacimbas	6.472	6.979	1.373	1.321	94,12	86,55	83,89	69,84	75,22	77,78	26,28	23,84	65,78	72,41	0,346	0,417
194	210	4 849	5 049	PB	Santa Inês	3.788	3.546	734	589	85,92	73,61	72,29	64,54	60,82	95,65	21,05	10,34	51,23	48,37	0,335	0,408
163	211	4 417	5 064	PB	Umbuzeiro	9.818	9.190	1.678	1.372	83,00	82,22	66,81	57,57	32,84	25,31	41,71	25,34	64,97	77,00	0,381	0,406
159	212	4 35																			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
									Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
30	17	464	246	PR	São Pedro do Paraná	2.809	2.736	357	344	36,86	16,51	26,17	16,10	100,00	100,00	76,74	92,68	75,74	74,67	0,753	0,846
3	18	52	251	PR	Mandaguari	28.537	31.393	3.532	3.751	20,45	12,43	19,30	15,73	90,54	96,45	91,90	83,89	84,91	75,82	0,841	0,845
64	19	868	259	PR	Palotina	24.783	25.771	3.395	2.975	20,78	9,99	20,55	13,66	83,27	95,23	58,92	82,42	54,92	72,01	0,712	0,843
67	20	885	268	PR	Uraí	12.133	11.876	1.445	1.333	29,21	23,72	28,48	22,56	100,00	100,00	58,51	66,09	62,64	100,00	0,711	0,842
6	21	90	277	PR	Jussara	5.987	6.298	806	775	22,48	16,00	20,39	16,37	100,00	100,00	84,75	61,45	80,39	87,80	0,825	0,840
95	22	1 164	278	PR	Cafelândia	10.334	11.143	1.615	1.670	18,41	9,57	20,06	13,43	82,69	100,00	44,57	82,58	47,94	67,61	0,683	0,840
19	23	262	289	PR	Miraselva	1.854	1.959	214	201	24,40	13,80	21,14	11,73	100,00	100,00	54,55	57,14	81,05	82,22	0,782	0,838
56	24	742	328	PR	Esperança Nova	2.304	2.306	224	205	25,27	11,40	24,86	11,15	100,00	100,00	75,00	83,33	51,55	63,10	0,722	0,831
97	25	1 167	345	PR	Colorado	20.134	20.955	2.547	2.378	24,26	14,56	21,57	12,35	82,74	100,00	64,46	89,63	45,27	63,40	0,683	0,828
49	26	683	349	PR	Campo Mourão	79.508	80.474	11.516	10.417	24,43	13,46	24,99	16,54	83,72	96,99	59,81	80,85	69,27	71,87	0,729	0,827
29	27	449	350	PR	Sertaneja	6.586	6.520	793	720	24,37	20,10	22,32	8,60	97,37	100,00	73,79	70,79	62,64	74,05	0,754	0,827
125	28	1 449	361	PR	Leópolis	4.545	4.440	590	564	35,25	18,90	26,58	15,11	53,41	100,00	68,49	74,14	64,43	77,01	0,659	0,825
58	29	767	367	PR	Londrina	412.553	447.063	51.782	52.726	16,00	11,87	17,01	11,91	75,01	97,85	68,59	85,19	49,29	62,04	0,720	0,824
45	30	649	373	PR	Serranópolis do Iguaçu	4.537	4.738	525	488	14,19	9,30	15,84	5,49	88,57	93,62	41,33	86,00	57,99	54,34	0,732	0,823
21	31	282	376	PR	Jandaia do Sul	19.179	19.676	2.437	2.271	21,03	14,73	20,36	18,87	100,00	100,00	96,34	96,97	54,73	64,38	0,779	0,823
202	32	2 041	427	PR	Indianópolis	4.341	4.212	551	451	39,38	13,06	35,51	19,07	100,00	98,18	12,50	75,00	63,87	72,56	0,613	0,818
1	33	44	458	PR	Ivatuba	2.628	2.794	302	288	21,54	28,29	20,22	29,10	100,00	66,67	83,78	100,00	87,79	99,37	0,845	0,813
42	34	628	476	PR	Sertãozinho	14.307	15.145	1.842	1.851	24,19	14,61	20,73	10,15	78,86	98,01	74,41	70,75	61,82	64,81	0,734	0,811
23	35	343	477	PR	Kaloré	5.434	5.043	717	503	30,67	19,78	22,31	17,82	96,20	81,25	100,00	97,92	62,22	72,24	0,768	0,811
10	36	116	483	PR	Rancho Alegre	4.243	4.195	547	474	28,30	19,86	29,98	29,90	100,00	100,00	66,20	47,37	100,00	100,00	0,812	0,810
109	37	1 294	496	PR	Douradina	5.676	6.160	703	678	35,04	14,96	35,08	23,03	100,00	100,00	96,19	78,05	40,77	72,11	0,672	0,808
20	38	278	499	PR	Mariaiva	25.254	28.702	3.112	3.213	18,57	17,59	19,01	16,14	100,00	100,00	91,71	88,12	53,68	62,64	0,780	0,807
47	39	663	515	PR	Astorga	23.245	23.635	2.938	2.644	22,78	16,59	21,37	16,66	98,97	99,31	65,87	91,55	54,40	60,24	0,732	0,806
326	40	3 253	517	PR	Iguatu	2.416	2.254	321	272	37,87	28,11	41,75	28,60	86,67	88,89	26,19	79,17	25,55	95,08	0,506	0,806
104	41	1 239	520	PR	Ivaté	6.810	6.925	859	831	33,38	14,53	31,79	12,87	100,00	100,00	92,25	93,52	39,48	53,01	0,676	0,806
107	42	1 261	538	PR	Campo Largo	82.972	92.780	11.996	12.481	27,90	18,66	28,49	19,04	77,36	100,00	67,21	75,06	53,78	71,94	0,674	0,804
182	43	1 900	549	PR	São Manoel do Paraná	2.141	2.071	237	234	33,50	30,97	36,50	21,29	100,00	100,00	8,00	90,00	66,07	78,45	0,625	0,803
40	44	576	562	PR	Japurá	7.698	7.753	891	811	24,22	18,81	20,93	17,60	100,00	100,00	89,81	96,81	45,83	58,65	0,739	0,802
50	45	690	573	PR	Rio Negro	27.824	28.709	3.937	3.865	15,09	9,92	15,68	10,81	85,05	95,02	44,58	56,67	57,12	64,83	0,728	0,800
51	46	717	580	PR	Pitangueiras	2.246	2.417	294	311	37,30	25,06	37,25	21,63	90,00	74,29	75,68	73,68	81,68	92,50	0,725	0,800
90	47	1 092	581	PR	Paraíso do Norte	9.287	9.738	1.271	1.148	30,98	24,26	28,80	20,90	100,00	100,00	95,60	88,67	37,67	70,59	0,689	0,799
102	48	1 228	591	PR	Altônia	20.184	19.229	2.404	2.090	29,01	18,75	28,28	20,05	97,13	100,00	97,79	94,74	30,58	60,85	0,677	0,799
89	49	1 088	594	PR	Loanda	18.231	19.549	2.350	2.367	29,47	16,11	28,44	18,78	100,00	94,97	61,63	93,38	52,87	60,11	0,689	0,798
27	50	406	602	PR	Toledo	90.417	98.198	12.582	12.476	17,75	10,62	19,10	14,05	94,21	100,00	84,41	72,45	51,05	57,29	0,759	0,797
39	51	561	610	PR	Umuarama	85.300	90.690	10.728	10.335	18,11	12,89	17,32	12,75	98,31	100,00	63,28	64,11	50,70	62,04	0,740	0,796
148	52	1 618	616	PR	Guaporema	2.159	2.243	314	288	29,69	18,43	30,30	15,80	59,57	91,67	72,22	80,77	52,42	66,14	0,646	0,795
73	53	928	623	PR	Apucarana	101.083	107.827	13.344	12.807	22,68	16,94	21,90	14,29	97,94	99,88	77,78	91,91	39,43	53,09	0,707	0,794
210	54	2 107	641	PR	Porecatu	17.281	15.881	2.310	1.832	29,47	14,94	27,55	24,15	67,82	87,17	69,10	94,69	31,85	65,26	0,608	0,793
81	55	1 008	642	PR	Marumbi	4.583	4.610	620	592	30,62	21,26	27,52	22,65	96,47	95,00	92,21	98,04	43,07	64,46	0,698	0,793
179	56	1 874	647	PR	Boa Esperança	7.010	5.161	963	550	29,16	30,14	27,44	22,81	61,36	80,36	79,45	92,54	37,42	83,48	0,628	0,792
25	57	403	661	PR	Marechal Cândido Rondon	37.608	41.007	4.909	4.734	14,45	14,32	14,35	9,39	89,13	100,00	81,15	89,19	47,33	45,59	0,759	0,791
69	58	898	681	PR	Medianeira	35.610	37.825	4.784	4.730	20,45	17,37	21,15	15,23	98,47	100,00	64,03	86,71	44,12	54,87	0,709	0,789
84	59	1 038	692	PR	Itambacaré	7.033	7.089	928	947	33,38	26,03	32,49	29,54	100,00	100,00	90,78	79,44	48,40	81,07	0,695	0,788
115	60	1 371	695	PR	Santa Fé	8.530	8.868	1.017	969	23,64	18,30	20,94	16,42	90,32	94,96	73,24	91,74	29,45	56,49	0,667	0,788
11	61	119	700	PR	Nova Olímpia	5.268	5.279	618	592	31,71	21,57	30,46	14,21	100,00	76,25	82,61	93,75	95,51	65,78	0,812	0,788
43	62	632	702	PR	União da Vitória	45.945	48.522	6.686	6.917	18,19	12,64	17,85	16,94	100,00	100,00	55,88	87,43	51,45	50,80	0,733	0,787
24	63	400	715	PR	Paranaíba	72.972	75.750	9.3070													

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		1999	2004				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
38	91	544	952	PR	Diamante do Norte	6.481	6.099	821	745	35,75	22,74	31,25	25,00	100,00	100,00	86,32	98,96	70,73	55,07	0,742	0,767
119	92	1 395	966	PR	Barra do Jacaré	2.961	2.722	355	258	27,22	12,64	23,44	12,79	100,00	100,00	66,67	61,29	32,95	51,15	0,664	0,766
71	93	907	979	PR	Cidade Gaúcha	9.171	9.530	1.324	1.272	32,82	24,61	29,57	18,58	83,98	96,65	73,99	85,96	66,84	57,42	0,709	0,764
35	94	505	984	PR	Nova Londrina	13.263	13.168	1.828	1.772	27,67	19,25	24,95	20,95	92,75	100,00	90,86	74,62	59,65	58,13	0,747	0,763
177	95	1 865	986	PR	Quatro Barras	13.901	16.159	2.271	2.286	24,25	14,88	25,13	20,75	87,83	100,00	31,44	73,38	41,29	53,95	0,629	0,763
52	96	718	987	PR	Cambira	6.281	6.687	795	773	30,39	26,57	24,68	19,57	89,42	100,00	94,44	94,19	52,94	54,02	0,725	0,762
212	97	2 128	988	PR	Piñen	8.771	9.933	1.368	1.435	19,04	10,34	18,51	11,21	100,00	100,00	17,36	69,48	21,38	41,72	0,606	0,762
246	98	2 437	989	PR	Maria Helena	7.085	6.384	988	763	35,39	26,60	35,70	19,50	74,77	100,00	90,53	83,33	21,00	59,33	0,581	0,762
92	99	1 114	995	PR	Terra Roxa	16.885	16.298	2.132	1.946	25,97	18,52	26,86	15,82	100,00	100,00	89,50	80,85	33,05	48,66	0,687	0,762
203	100	2 046	997	PR	Santa Terezinha de Itaipu	16.690	18.368	2.619	2.550	25,07	15,46	29,74	15,17	100,00	100,00	18,12	33,87	40,84	68,39	0,613	0,762
188	101	1 954	999	PR	Jaguapitã	10.911	10.930	1.410	1.317	31,77	18,29	27,66	14,20	67,02	100,00	80,95	66,86	33,71	53,65	0,621	0,761
57	102	761	1 006	PR	Bom Sucesso do Sul	3.531	3.391	491	375	27,30	31,30	19,57	25,99	100,00	100,00	75,00	74,36	47,76	74,45	0,721	0,761
78	103	969	1 023	PR	Alto Paraná	12.354	12.717	1.735	1.606	32,15	25,96	29,32	22,77	72,49	100,00	79,14	77,84	66,22	63,65	0,701	0,760
110	104	1 300	1 027	PR	Francisco Beltrão	65.730	67.132	9.688	8.850	19,79	15,30	19,63	14,97	84,07	91,74	34,04	80,35	48,97	47,81	0,672	0,759
28	105	429	1 055	PR	Arapongas	75.038	85.428	9.319	9.864	18,02	14,11	17,50	13,87	92,33	95,61	85,62	65,83	48,81	49,79	0,756	0,756
142	106	1 560	1 063	PR	Nossa Senhora das Graças	3.492	3.832	485	536	30,70	25,84	28,54	20,68	80,23	100,00	35,94	82,35	61,50	57,59	0,651	0,756
93	107	1 118	1 069	PR	Corneílio Procópio	46.509	46.860	5.643	5.123	19,35	14,34	20,69	14,41	93,59	98,40	72,46	71,89	31,82	45,70	0,687	0,755
26	108	404	1 094	PR	Bandeirantes	32.385	33.730	4.272	4.153	26,73	20,32	27,80	23,11	97,92	95,46	93,41	78,08	62,43	57,80	0,759	0,753
127	109	1 476	1 110	PR	Fazenda Rio Grande	45.299	62.875	8.063	11.029	26,90	15,04	25,59	17,99	96,12	100,00	57,44	84,17	38,61	41,43	0,657	0,751
199	110	2 013	1 118	PR	Rolândia	44.379	49.410	5.625	5.770	22,40	14,58	22,35	20,25	88,51	92,96	30,39	82,52	31,35	47,33	0,615	0,751
155	111	1 659	1 124	PR	São José dos Pinhais	169.035	204.314	25.267	30.167	22,61	18,37	22,40	15,68	93,96	100,00	58,57	65,61	26,00	51,26	0,643	0,750
32	112	472	1 140	PR	Sabáudia	5.286	5.412	797	595	27,17	13,38	24,77	23,47	94,96	94,29	86,30	61,11	61,86	58,56	0,751	0,749
36	113	511	1 153	PR	Munhoz de Melo	3.440	3.401	452	414	32,70	37,28	24,87	18,87	100,00	100,00	75,36	62,75	68,52	73,51	0,747	0,747
140	114	1 551	1 157	PR	Bela Vista do Paraíso	14.678	15.031	1.857	1.799	36,19	25,91	34,85	23,49	86,38	100,00	75,78	72,25	50,67	61,86	0,652	0,746
100	115	1 220	1 160	PR	Ourizona	3.644	3.394	447	366	28,57	26,49	27,34	15,75	77,27	100,00	85,71	76,92	45,37	52,29	0,677	0,746
34	116	488	1 165	PR	Curitiba	1.476.253	1.587.315	177.548	180.972	11,56	9,50	13,07	10,23	100,00	91,58	65,73	79,85	41,54	32,33	0,749	0,746
83	117	1 035	1 166	PR	Peabiru	13.510	13.485	1.979	1.811	30,73	24,03	29,73	21,94	78,17	100,00	87,15	77,44	55,81	55,51	0,695	0,746
44	118	641	1 167	PR	Pato Branco	57.750	62.234	8.068	8.087	19,59	8,68	19,76	11,62	87,14	87,72	76,00	68,55	50,87	40,40	0,733	0,746
240	119	2 374	1 170	PR	Saudade do Iguaçu	3.920	4.608	585	639	47,08	30,30	44,68	25,59	100,00	100,00	78,41	73,81	37,28	67,07	0,587	0,745
126	120	1 457	1 172	PR	São João do Caiuá	6.112	6.089	847	770	36,88	33,59	37,41	24,21	79,20	100,00	64,00	53,54	66,09	79,07	0,658	0,745
120	121	1 402	1 181	PR	Cascavel	219.652	245.369	33.266	34.003	20,92	15,99	21,38	17,75	96,77	95,98	40,99	70,43	38,86	48,14	0,664	0,744
80	122	977	1 199	PR	Terra Boa	14.516	14.638	1.850	1.816	33,18	21,95	29,76	22,46	88,42	100,00	82,06	78,18	58,02	52,40	0,701	0,743
96	123	1 166	1 219	PR	Carambei	11.967	14.858	2.029	2.411	34,02	21,97	33,53	23,50	91,61	95,56	63,47	60,80	63,11	63,86	0,683	0,741
157	124	1 688	1 221	PR	Perobal	5.578	5.289	701	579	29,15	19,73	27,77	18,73	100,00	100,00	26,09	61,97	50,33	53,94	0,641	0,741
276	125	2 731	1 225	PR	Santa Cecília do Pavão	4.136	4.063	599	525	42,29	25,97	41,44	29,16	100,00	100,00	34,12	62,86	38,55	70,04	0,555	0,741
106	126	1 253	1 238	PR	Santa Isabel do Ivaí	9.434	9.154	1.172	924	28,63	12,82	23,25	12,27	93,75	100,00	91,95	16,67	28,96	62,32	0,675	0,739
105	127	1 248	1 248	PR	Mandaguapé	16.219	16.826	2.314	2.094	30,57	26,62	29,48	22,00	71,73	100,00	83,39	85,15	52,60	45,39	0,675	0,738
103	128	1 231	1 258	PR	Assis Chateaubriand	35.658	33.316	4.461	3.586	24,39	21,82	24,33	13,37	86,68	100,00	73,31	67,17	39,41	46,71	0,677	0,738
101	129	1 227	1 284	PR	Colombo	153.698	183.329	24.991	28.807	24,10	17,39	25,45	19,80	100,00	100,00	48,92	69,41	45,89	46,89	0,677	0,736
238	130	2 362	1 288	PR	Marilândia do Sul	8.882	9.071	1.183	1.110	36,84	26,26	31,18	21,92	100,00	100,00	76,00	94,16	15,05	45,49	0,588	0,736
117	131	1 380	1 333	PR	Amaporã	4.423	4.655	659	607	36,78	21,56	29,46	23,11	94,05	100,00	71,05	68,42	50,00	53,06	0,666	0,732
114	132	1 364	1 342	PR	Rondon	8.203	8.525	1.140	1.111	34,53	21,96	31,43	19,64	97,20	100,00	88,39	79,08	40,04	44,31	0,667	0,731
342	133	3 451	1 349	PR	Conselheiro Mairinck	3.661	3.462	547	517	44,88	26,03	44,93	34,08	83,53	100,00	23,64	65,00	30,13	69,60	0,485	0,730
170	134	1 825	1 351	PR	Ubiratã	23.772	22.592	3.111	2.651	24,94	15,87	25,53	21,73	87,44	100,00	57,21	75,97	30,73	41,58	0,631	0,730
79	135	974	1 353	PR	Terra Rica	13.035	13.795	1.682	1.663	29,95											

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	1999	2004									
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
230	165	2 299	1 569	PR	Irati	51.003	52.350	7.055	6.892	28,05	18,84	26,99	19,06	82,92	98,25	34,39	78,17	33,48	35,34	0,593	0,714
130	166	1 506	1 570	PR	Salto do Lontra	13.055	12.757	1.952	1.736	36,74	25,32	34,90	24,31	100,00	100,00	97,59	91,50	34,74	39,35	0,655	0,714
186	167	1 948	1 586	PR	Guaratuba	31.635	27.255	4.659	4.277	21,39	20,95	23,20	19,88	74,26	100,00	68,65	68,57	21,59	41,45	0,621	0,712
252	168	2 472	1 591	PR	Faxinal	16.763	15.606	2.521	2.055	41,77	27,69	41,76	36,05	80,05	100,00	96,76	93,77	26,23	51,71	0,578	0,712
213	169	2 129	1 606	PR	Palmeira	30.020	30.845	4.546	4.410	31,90	23,19	30,72	24,82	83,40	100,00	24,07	74,20	51,39	45,28	0,606	0,712
144	170	1 578	1 627	PR	Pranchita	6.615	6.258	865	811	32,74	39,03	22,45	24,01	100,00	96,70	55,45	97,44	37,16	49,59	0,649	0,709
146	171	1 588	1 633	PR	Iracema do Oeste	2.970	2.949	399	306	40,89	34,47	38,68	27,86	88,10	100,00	87,18	84,44	51,35	53,39	0,649	0,708
159	172	1 758	1 635	PR	São João	12.226	11.207	1.762	1.321	31,53	21,30	27,76	21,35	89,19	95,36	61,80	60,84	37,96	47,74	0,635	0,708
266	173	2 603	1 636	PR	Florestópolis	12.223	12.188	1.784	1.582	36,54	27,92	32,72	24,10	85,49	92,49	25,00	80,72	40,25	48,49	0,566	0,708
156	174	1 674	1 637	PR	Corbélia	15.968	15.803	2.337	2.105	28,42	27,06	25,31	22,85	84,31	100,00	56,45	64,79	40,14	50,59	0,642	0,708
122	175	1 424	1 638	PR	Nova Prata do Iguaçu	10.620	10.396	1.433	1.391	32,49	27,05	30,47	21,16	93,92	96,58	94,50	87,35	33,28	39,29	0,661	0,708
268	176	2 608	1 640	PR	Mandirituba	15.218	17.540	2.335	2.744	36,37	31,84	35,21	28,96	100,00	100,00	46,70	92,67	24,32	47,47	0,565	0,708
143	177	1 567	1 645	PR	Quinta do Sol	5.289	5.759	743	798	36,43	29,82	37,67	29,19	88,42	100,00	51,14	87,65	64,31	47,99	0,650	0,707
145	178	1 582	1 651	PR	Marilena	6.268	6.754	906	899	35,48	26,14	34,91	24,17	100,00	88,89	42,86	42,20	58,49	67,47	0,649	0,707
216	179	2 137	1 665	PR	Pérola d'Oeste	7.976	7.352	1.095	920	31,24	32,17	27,63	23,93	96,00	100,00	23,68	64,58	41,30	56,19	0,606	0,706
173	180	1 845	1 672	PR	Chopinzinho	20.318	20.543	3.111	2.812	32,85	24,78	30,08	30,38	85,46	100,00	55,42	62,94	44,67	55,77	0,630	0,705
121	181	1 421	1 678	PR	Santa Mariana	13.120	13.468	1.677	1.591	33,52	21,96	34,12	27,75	100,00	100,00	57,47	44,17	53,52	59,56	0,662	0,705
244	182	2 411	1 684	PR	Bom Jesus do Sul	4.226	4.152	584	570	38,64	29,60	29,98	16,87	87,18	100,00	18,00	94,44	49,40	31,14	0,583	0,705
154	183	1 638	1 707	PR	Goioerê	31.634	29.749	4.236	3.564	29,80	17,89	30,40	26,46	71,21	90,91	97,11	63,62	33,99	48,19	0,645	0,703
111	184	1 313	1 724	PR	Itaguaçu	4.514	4.771	670	644	38,00	33,02	30,21	36,69	100,00	100,00	67,03	88,89	53,04	55,84	0,671	0,701
197	185	2 003	1 725	PR	Borrazópolis	10.473	9.453	1.416	1.058	37,79	27,00	31,12	22,42	77,14	86,29	77,92	90,48	37,83	41,61	0,616	0,701
139	186	1 544	1 728	PR	São Pedro do Ivaí	10.086	9.472	1.389	1.235	30,63	20,82	30,55	25,33	86,83	92,62	84,48	90,77	36,45	34,91	0,652	0,701
153	187	1 637	1 733	PR	Paigandu	27.119	30.762	3.997	4.323	26,52	17,31	24,09	16,20	82,31	100,00	57,12	34,50	38,86	46,46	0,645	0,700
250	188	2 449	1 737	PR	Foz do Iguaçu	231.627	258.543	38.179	39.464	22,71	19,04	25,09	19,23	94,03	100,00	23,14	48,43	21,31	44,03	0,580	0,700
267	189	2 607	1 738	PR	Contenda	12.332	13.239	1.729	1.914	31,95	20,37	29,42	18,25	80,63	100,00	19,23	56,06	37,53	40,55	0,565	0,700
129	190	1 499	1 761	PR	São Jorge do Patrocínio	6.774	6.602	879	721	38,68	30,49	30,04	19,36	91,09	100,00	80,41	52,75	45,05	52,50	0,655	0,698
60	191	787	1 771	PR	Ponta Grossa	253.243	273.614	36.296	37.975	20,27	16,09	21,88	17,46	100,00	94,77	76,71	71,71	41,00	29,00	0,718	0,697
219	192	2 157	1 780	PR	Capitão Leônidas Marques	15.753	14.377	2.267	1.866	26,91	18,94	27,10	22,34	79,30	99,61	63,39	70,95	24,20	34,41	0,604	0,696
239	193	2 369	1 783	PR	Boa Esperança do Iguaçu	3.453	3.107	508	433	40,44	25,09	36,82	18,58	100,00	92,16	95,83	96,00	14,16	27,83	0,587	0,696
287	194	2 842	1 784	PR	Jataizinho	12.096	11.327	1.862	1.687	34,90	28,99	30,76	20,99	100,00	100,00	32,11	59,12	17,37	48,65	0,544	0,696
194	195	1 984	1 786	PR	Bom Sucesso	6.221	6.171	888	866	39,34	25,95	37,27	35,68	100,00	100,00	62,89	91,96	42,58	43,83	0,619	0,695
61	196	806	1 797	PR	Floraí	5.546	5.283	654	535	18,95	18,76	21,93	25,62	61,39	96,00	84,06	69,44	54,96	39,35	0,717	0,694
184	197	1 921	1 825	PR	Piraquara	52.486	72.886	8.579	12.057	22,65	19,91	24,12	22,20	89,98	100,00	68,07	75,18	17,16	31,21	0,624	0,692
141	198	1 553	1 826	PR	Guairaçá	5.635	5.898	827	737	41,69	41,66	34,42	30,17	78,69	100,00	91,03	95,92	51,87	50,55	0,652	0,692
31	199	467	1 834	PR	Santo Inácio	5.065	5.188	668	620	24,32	25,72	24,65	30,62	93,62	86,67	81,43	84,21	62,19	47,27	0,752	0,691
135	200	1 526	1 835	PR	Cafeara	2.374	2.483	306	273	34,18	34,63	32,37	29,60	39,66	100,00	96,88	69,23	59,68	55,92	0,653	0,691
235	201	2 343	1 849	PR	Lapa	39.967	41.838	5.653	5.680	30,33	20,73	28,55	22,22	89,55	87,03	34,85	70,46	32,31	39,93	0,589	0,689
221	202	2 207	1 853	PR	São Mateus do Sul	35.004	36.568	5.161	5.311	25,88	17,13	24,25	13,57	89,74	98,26	35,92	39,88	27,04	37,25	0,599	0,689
53	203	724	1 862	PR	Nova Aliança do Ivaí	1.255	1.337	191	200	32,32	24,25	24,40	21,92	86,67	100,00	88,24	62,50	58,97	40,00	0,724	0,688
174	204	1 857	1 874	PR	Ouro Verde do Oeste	5.950	5.471	882	703	29,84	26,32	31,76	13,37	54,24	100,00	76,83	59,77	47,85	34,45	0,629	0,687
201	205	2 037	1 883	PR	Tapejara	13.060	13.120	1.812	1.781	36,36	21,55	32,41	20,77	90,29	100,00	87,10	53,69	25,38	39,97	0,613	0,686
165	206	1 790	1 914	PR	Mariópolis	6.213	6.017	916	786	35,09	28,21	31,85	19,02	80,67	100,00	91,67	73,42	34,12	33,73	0,633	0,683
17	207	201	1 919	PR	Santa Mônica	2.860	3.188	343	437	38,03	40,13	33,90	36,93	100,00	100,00	90,48	9,52	93,88	95,31	0,793	0,683
113	208	1 362	1 920	PR	Iporã	17.336	16.443	2.275	1.926	31,71	33,34	30,13	19,56	89,30	100,00	83,39	84,19	42,46	33,82	0,667	0,683
247	209	2 441	1 928	PR	São Carlos do Ivaí	5.326	5.902	779	772	35,79	18,65	32,93	20,20	63,87	100,00	77,63	72,73	30,45	25,21	0,581	0,682
14949																					

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004		IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004		
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999									IDI 2004					IDI 1999	IDI 2004
301	239	2 973	2 163	PR	Nova Esperança do Sudoeste	5.205	5.256	777	774	38,81	25,35	37,33	26,38	57,84	100,00	79,80	96,05	20,18	19,45	0,532	0,664
279	240	2 768	2 165	PR	Nova Santa Bárbara	3.746	3.609	586	498	34,88	34,94	40,20	26,07	81,11	100,00	23,81	69,35	43,09	42,02	0,551	0,664
167	241	1 799	2 167	PR	Brasilândia do Sul	4.019	3.889	560	481	40,62	28,04	36,44	37,08	100,00	100,00	67,16	77,55	46,59	42,03	0,633	0,664
289	242	2 848	2 168	PR	Moreira Sales	14.714	13.393	1.965	1.617	41,88	33,11	38,50	30,25	88,09	100,00	35,74	75,74	35,97	41,14	0,544	0,664
181	243	1 890	2 171	PR	Santa Inês	1.990	2.098	252	268	33,83	32,09	34,23	25,96	93,55	85,71	58,62	78,26	42,59	41,54	0,627	0,664
253	244	2 484	2 186	PR	Rio Azul	12.588	13.021	1.921	1.846	30,90	26,16	28,60	17,42	93,36	100,00	36,24	60,83	25,32	28,15	0,577	0,662
215	245	2 133	2 187	PR	Janiópolis	9.105	8.082	1.312	964	42,61	39,46	38,19	18,54	100,00	86,60	97,83	82,83	24,31	38,24	0,606	0,662
286	246	2 812	2 189	PR	Rebouças	13.599	13.661	2.064	1.840	38,65	30,07	33,75	28,12	70,47	98,28	67,03	80,40	22,81	33,80	0,548	0,662
249	247	2 447	2 226	PR	São Tomé	5.016	5.044	691	613	36,57	19,70	31,85	24,40	92,39	100,00	60,47	57,35	24,26	29,08	0,581	0,659
241	248	2 378	2 234	PR	Ribeirão Claro	10.598	10.903	1.340	1.216	32,48	30,17	35,20	31,62	100,00	95,78	10,17	45,52	47,19	54,56	0,586	0,659
366	249	3 812	2 242	PR	Guamiranga	6.785	7.149	1.074	1.086	40,63	35,78	37,75	26,72	86,67	100,00	25,86	61,67	0,00	45,00	0,445	0,658
224	250	2 230	2 245	PR	Marmeleiro	14.104	13.663	2.154	1.887	33,92	21,66	30,64	23,87	85,71	90,10	61,32	70,05	30,41	28,76	0,598	0,658
302	251	2 986	2 248	PR	Iretama	11.555	11.334	1.686	1.549	52,25	40,36	51,28	42,98	79,15	100,00	84,38	95,06	34,31	48,97	0,531	0,658
218	252	2 155	2 256	PR	Anahy	3.125	3.009	436	417	32,44	21,51	33,94	16,33	87,50	100,00	68,63	57,14	29,89	22,11	0,604	0,657
63	253	816	2 265	PR	Icaraima	10.494	10.048	1.388	1.307	30,05	21,40	27,21	19,95	95,08	100,00	34,25	30,94	79,22	38,62	0,717	0,657
178	254	1 867	2 266	PR	Ampére	14.415	15.622	2.199	2.337	29,35	23,74	27,65	25,52	93,68	80,93	69,92	42,64	26,61	50,19	0,629	0,657
254	255	2 499	2 271	PR	Ibema	6.756	5.872	1.222	995	43,06	34,85	40,81	28,81	78,14	100,00	44,53	80,70	52,65	35,96	0,575	0,657
231	256	2 301	2 285	PR	Piraí do Sul	20.063	21.647	2.910	2.991	32,76	21,12	30,77	19,02	100,00	98,83	21,38	21,62	39,86	42,18	0,593	0,656
180	257	1 886	2 318	PR	Campina da Lagoa	18.285	17.017	2.623	2.163	37,08	30,63	35,62	32,00	100,00	100,00	69,90	62,09	38,51	42,93	0,627	0,653
282	258	2 792	2 322	PR	Guarapuava	150.850	155.159	24.101	23.675	32,43	25,18	33,50	27,02	84,92	100,00	33,22	61,58	26,80	32,61	0,550	0,653
338	259	3 383	2 328	PR	Salgado Filho	5.499	5.336	943	808	40,88	32,98	38,81	22,15	100,00	100,00	5,65	43,96	23,97	44,23	0,493	0,653
236	260	2 351	2 342	PR	Inajá	2.725	2.913	385	403	26,22	28,38	36,60	37,76	84,13	100,00	59,52	73,68	26,35	40,12	0,588	0,652
131	261	1 512	2 357	PR	Jaguariaíva	26.401	30.780	4.092	4.487	32,53	26,15	31,68	29,21	93,81	97,62	73,99	83,55	41,97	25,01	0,654	0,651
343	262	3 504	2 384	PR	Cruzeiro do Iguaçu	4.797	4.393	717	579	39,66	30,57	35,30	27,96	70,00	95,92	7,02	40,85	27,48	49,57	0,478	0,649
151	263	1 632	2 392	PR	Rancho Alegre D'Oeste	3.453	3.117	500	373	40,78	35,76	37,44	24,91	100,00	79,17	100,00	61,11	36,29	49,67	0,645	0,648
306	264	3 026	2 395	PR	Santa Lúcia	4.433	4.124	573	488	35,39	26,55	35,88	32,38	70,00	86,44	44,58	53,33	25,00	48,10	0,528	0,648
323	265	3 199	2 400	PR	Antonina	18.402	19.173	2.745	2.830	35,64	31,17	34,17	28,92	76,47	100,00	26,96	75,57	22,88	31,07	0,512	0,647
118	266	1 390	2 405	PR	Enéas Marques	6.630	6.380	944	809	33,29	26,63	28,11	23,84	86,89	100,00	83,19	67,06	42,12	25,45	0,664	0,646
309	267	3 062	2 412	PR	Agudos do Sul	6.443	7.219	1.016	1.079	36,45	34,66	35,50	29,47	100,00	100,00	20,86	79,23	21,35	32,85	0,525	0,646
348	268	3 564	2 438	PR	Tamarana	8.790	9.713	1.414	1.467	49,79	35,22	51,53	40,56	100,00	98,31	46,96	65,67	15,92	51,41	0,470	0,644
329	269	3 295	2 439	PR	Morretes	15.020	15.274	2.311	2.309	29,23	23,05	28,76	23,37	73,10	99,66	5,94	58,14	19,08	25,13	0,502	0,644
192	270	1 967	2 444	PR	Barracão	8.869	9.269	1.374	1.315	32,14	24,87	32,69	18,99	100,00	100,00	23,40	18,23	50,98	42,13	0,620	0,643
341	271	3 436	2 457	PR	Bocaiuva do Sul	8.583	9.048	1.322	1.402	42,18	29,57	39,03	34,12	100,00	100,00	13,66	75,00	18,93	33,17	0,486	0,642
223	272	2 228	2 464	PR	Vitorino	6.405	6.285	942	825	31,40	29,96	28,78	30,60	56,74	85,54	63,29	84,75	39,59	32,21	0,599	0,642
228	273	2 274	2 482	PR	Sulina	4.401	3.918	567	455	33,88	35,28	29,94	22,34	100,00	83,05	25,93	57,14	38,89	43,78	0,595	0,641
207	274	2 081	2 485	PR	Pinhalão	5.925	6.217	751	727	44,18	36,82	37,44	33,03	99,07	100,00	93,86	94,25	29,23	28,90	0,610	0,640
198	275	2 009	2 513	PR	Santana do Itararé	5.573	5.636	748	764	30,62	35,00	35,85	34,68	100,00	100,00	78,16	94,05	23,53	28,04	0,615	0,638
328	276	3 292	2 518	PR	Ariranha do Ivaí	3.005	2.881	382	322	46,27	21,01	48,70	26,00	100,00	100,00	91,43	78,57	0,00	13,02	0,502	0,638
185	277	1 939	2 560	PR	Nova Fátima	8.232	8.305	1.171	1.094	34,19	30,51	39,84	40,82	100,00	100,00	92,13	61,90	26,83	44,51	0,622	0,635
261	278	2 559	2 562	PR	Vera Cruz do Oeste	10.313	9.649	1.482	1.256	35,27	28,65	33,36	28,92	94,44	100,00	49,29	72,50	24,65	25,44	0,570	0,635
248	279	2 446	2 578	PR	São Miguel do Iguaçu	23.169	24.431	3.577	3.118	30,67	25,11	29,70	26,34	65,47	93,27	52,60	53,70	33,61	31,58	0,581	0,634
220	280	2 160	2 582	PR	Capenema	18.458	18.239	2.501	2.197	23,52	26,18	21,84	23,02	90,97	88,42	13,50	58,50	34,58	29,33	0,604	0,634
262	281	2 570	2 584	PR	Quitandinha	14.058	15.272	2.079	2.097	40,95	31,15	36,85	29,73	87,55	100,00	21,61	62,08	50,64	33,37	0,569	0,634
308	282	3 048	2 599	PR	Castro	58.645	63.580	9.225	10.282	44,81	37,90	42,16	32,30	78,70	93,30	23,45	40,63	46,09	56,14	0,525	0,632
316	283	3 129	2 610	PR	Campo do Tenente	5.722	6.335	958	1.026	44,23	38,85	45,75	36,42	86,08	100,						

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004								
312	313	3 095	2 957	PR	Luiziana	7.917	7.538	1.193	995	46,79	38,51	45,59	28,95	72,37	100,00	61,42	64,60	34,23	26,59	0,522	0,604
324	314	3 230	2 958	PR	Godoy Moreira	4.083	3.834	500	423	47,32	33,98	46,71	48,35	100,00	100,00	60,00	93,75	17,43	26,89	0,508	0,604
168	315	1 808	2 962	PR	Quatiguá	6.123	6.740	756	689	32,20	24,16	22,19	17,31	100,00	100,00	39,36	1,32	37,65	32,14	0,632	0,603
256	316	2 521	2 969	PR	Quedas do Iguaçu	24.836	27.362	3.995	4.284	30,91	33,63	33,35	34,35	100,00	100,00	27,20	62,50	30,17	27,81	0,574	0,603
337	317	3 380	2 970	PR	Pitanga	36.986	35.988	5.911	5.212	44,65	35,46	43,99	33,76	96,11	100,00	28,46	46,04	23,59	37,26	0,493	0,603
398	318	4 997	2 974	PR	Tunas do Paraná	3.426	3.609	584	639	60,55	58,62	65,28	53,29	100,00	100,00	1,92	66,98	0,00	69,40	0,313	0,602
243	319	2 402	3 024	PR	Itaúna do Sul	4.269	4.446	638	633	39,08	30,89	39,38	27,31	70,09	100,00	43,59	26,09	55,27	34,53	0,584	0,598
251	320	2 462	3 026	PR	São José das Palmeiras	4.452	4.102	615	503	40,97	40,45	41,41	36,32	100,00	90,38	43,59	52,24	42,14	44,76	0,579	0,598
298	321	2 952	3 032	PR	Cruz Machado	16.939	17.665	2.635	2.720	33,48	33,19	31,70	29,55	91,28	95,97	29,41	60,16	18,68	23,77	0,535	0,598
283	322	2 795	3 043	PR	Antônio Olinto	7.541	7.405	1.031	961	38,08	36,66	36,39	28,01	99,29	100,00	48,35	42,31	20,46	32,09	0,550	0,596
297	323	2 945	3 055	PR	Alto Piquiri	11.595	10.761	1.669	1.338	43,98	33,37	40,73	33,63	100,00	100,00	26,48	44,29	35,50	32,98	0,535	0,595
367	324	3 822	3 056	PR	Honório Serpa	7.230	6.894	1.320	1.094	44,95	32,97	43,06	28,83	78,53	99,10	32,09	55,56	10,18	22,53	0,444	0,595
372	325	3 953	3 057	PR	São José da Boa Vista	7.109	6.976	954	940	48,59	34,18	44,39	31,26	100,00	100,00	29,69	43,33	0,00	31,82	0,430	0,595
333	326	3 338	3 074	PR	Boa Vista da Aparecida	10.213	8.423	1.564	1.181	37,30	33,21	36,16	28,33	73,31	89,52	29,14	46,25	20,91	31,14	0,497	0,594
322	327	3 187	3 087	PR	Tijucas do Sul	11.559	12.260	1.875	1.983	43,62	39,42	39,41	32,83	100,00	100,00	31,37	51,46	22,53	33,57	0,513	0,593
334	328	3 342	3 092	PR	Flor da Serra do Sul	5.221	5.057	877	728	40,62	25,82	32,17	31,75	76,92	100,00	20,00	29,41	22,97	29,60	0,497	0,592
264	329	2 576	3 097	PR	Jaboti	4.394	4.588	557	590	41,00	34,05	36,44	36,61	100,00	95,38	61,33	32,98	24,05	43,04	0,568	0,591
331	330	3 320	3 109	PR	Rio Bonito do Iguaçu	10.818	13.789	2.115	2.584	51,94	48,12	49,92	39,65	100,00	94,57	31,63	55,33	35,58	49,18	0,499	0,591
382	331	4 305	3 117	PR	Roncador	13.265	13.632	1.870	1.765	52,43	38,66	49,82	44,48	91,21	100,00	18,65	59,07	4,39	39,85	0,393	0,591
288	332	2 845	3 133	PR	Manoel Ribas	12.823	13.064	2.079	1.769	40,50	36,77	40,56	34,24	72,80	95,26	16,00	24,28	54,35	47,02	0,544	0,589
355	333	3 655	3 134	PR	Cantagalo	12.489	12.808	2.045	2.201	46,65	38,15	47,90	43,56	76,00	100,00	2,05	48,51	39,91	43,23	0,461	0,589
284	334	2 806	3 137	PR	Ramilândia	3.032	3.866	450	575	45,36	29,91	50,65	49,06	100,00	100,00	65,15	71,67	32,84	28,82	0,549	0,589
237	335	2 357	3 158	PR	Lidianópolis	4.912	4.783	617	505	33,91	38,97	34,51	32,37	100,00	79,37	66,13	62,00	20,52	35,64	0,588	0,587
365	336	3 798	3 184	PR	Corumbataí do Sul	5.105	4.946	742	556	51,38	40,38	48,33	37,09	81,52	100,00	41,10	82,05	16,67	20,44	0,446	0,585
294	337	2 909	3 233	PR	Guapirama	3.980	4.066	616	496	36,51	27,69	32,61	27,64	82,95	89,23	27,14	7,41	29,71	39,68	0,539	0,582
359	338	3 696	3 245	PR	Campina do Simão	4.985	4.363	719	714	39,16	38,28	37,35	28,99	56,91	91,53	19,48	32,67	21,18	37,59	0,457	0,581
290	339	2 864	3 253	PR	Guaraniaçu	19.609	17.201	3.083	2.502	43,75	33,68	40,38	28,37	89,37	90,70	65,01	52,75	23,98	22,52	0,543	0,580
229	340	2 275	3 257	PR	Santo Antônio do Paraíso	2.566	2.789	349	381	28,21	37,26	29,70	32,87	70,59	100,00	92,50	72,22	14,38	16,13	0,595	0,580
336	341	3 363	3 316	PR	Ipiranga	12.886	13.306	2.110	2.088	43,81	35,27	39,05	29,48	93,33	100,00	36,12	45,98	15,89	21,74	0,494	0,575
281	342	2 780	3 327	PR	Braganey	6.631	6.191	918	800	37,69	32,66	38,84	39,20	88,60	100,00	73,81	64,36	15,48	19,30	0,550	0,574
325	343	3 248	3 337	PR	Laranjeiras do Sul	39.317	30.025	7.646	4.453	37,85	34,62	38,03	34,04	48,23	85,96	45,86	42,61	31,29	33,50	0,506	0,573
369	344	3 920	3 345	PR	Abatã	10.357	8.257	1.439	1.138	45,68	39,43	42,79	35,03	60,00	93,62	28,40	70,18	17,82	21,28	0,434	0,572
350	345	3 583	3 353	PR	Imbaú	8.620	9.474	1.399	1.503	56,38	38,60	52,61	41,55	100,00	100,00	33,80	34,11	29,53	41,59	0,469	0,571
292	346	2 894	3 356	PR	Nova América da Colina	3.650	3.585	508	451	37,14	19,08	43,54	49,31	87,10	83,87	63,49	52,27	21,43	28,72	0,540	0,571
368	347	3 830	3 359	PR	Turvo	13.833	14.529	2.502	2.374	51,52	39,44	47,40	34,73	76,59	100,00	35,29	40,87	20,07	32,10	0,443	0,571
269	348	2 617	3 363	PR	Arapuã	4.521	4.170	654	560	41,80	46,25	41,95	37,05	100,00	100,00	85,25	87,30	17,02	17,77	0,565	0,570
361	349	3 713	3 375	PR	Foz do Jordão	6.100	6.378	1.184	1.199	49,60	47,67	47,65	43,59	58,62	100,00	66,92	84,83	16,52	26,68	0,455	0,570
327	350	3 256	3 382	PR	São Sebastião da Amoreira	8.174	8.548	1.228	1.243	44,99	33,49	41,82	41,18	100,00	85,00	40,98	27,07	18,59	46,27	0,506	0,569
357	351	3 673	3 398	PR	Pinhão	26.869	28.407	4.959	5.143	55,86	44,55	52,18	34,71	100,00	90,49	25,17	39,25	29,14	41,41	0,459	0,568
353	352	3 634	3 427	PR	Jundiá do Sul	3.696	3.659	546	493	49,16	39,47	49,58	38,28	100,00	90,00	30,00	25,00	18,99	45,91	0,463	0,564
315	353	3 120	3 445	PR	Porto Barreiro	3.691	4.205	598	576	45,82	53,19	42,83	31,94	93,46	94,55	50,00	42,31	24,90	41,70	0,520	0,562
319	354	3 146	3 466	PR	Prudentópolis	46.403	46.344	6.403	6.318	40,20	35,73	37,04	30,52	100,00	94,22	17,48	38,53	25,29	24,20	0,517	0,561
349	355	3 567	3 479	PR	Ivaí	11.597	11.897	1.731	1.835	46,52	43,68	43,63	31,96	78,26	100,00	29,13	42,00	24,49	28,54	0,470	0,560
373	356	4 009	3 497	PR	Fernandes Pinheiro	5.879	6.366	1.011	1.047	50,17	43,69	45,44	47,25	53,96	84,78	16,95	74,10	29,90	34,85	0,424	0,558
335	357	3 344	3 501	PR	Ibaiti	24.932	26.446	3.596	3.517	44,15	32,64	43,35	33,76	93,18	100,00	28,83	25,43				

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola						
									Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
385	387	4 535	4 461	PR	Cerro Azul	17.107	16.350	2.768	2.728	58,36	56,91	56,04	55,23	92,09	100,00	11,55	62,50	10,31	19,40	0,369	0,471
384	388	4 454	4 478	PR	Ortigueira	28.731	25.216	4.012	3.693	61,22	49,04	60,76	52,96	60,38	100,00	62,03	30,55	12,12	24,62	0,378	0,470
397	389	4 955	4 591	PR	Santa Maria do Oeste	14.100	13.639	2.502	2.210	62,93	51,54	60,27	45,35	75,27	100,00	4,69	10,19	11,40	24,82	0,320	0,458
356	390	3 661	4 647	PR	Grandes Rios	7.677	7.866	1.098	1.066	49,14	40,76	46,44	35,70	86,90	87,10	35,95	6,87	18,32	10,64	0,460	0,453
389	391	4 612	4 726	PR	Palmital	17.329	16.958	3.115	2.734	57,12	50,85	57,15	45,30	82,27	93,56	3,15	13,12	16,21	20,71	0,362	0,445
396	392	4 954	4 728	PR	Doutor Ulysses	5.662	6.003	1.044	1.099	61,45	54,87	63,55	52,16	95,30	100,00	11,11	46,34	0,00	11,70	0,321	0,445
383	393	4 377	4 794	PR	Mato Rico	5.078	4.494	804	582	62,99	59,70	62,95	58,95	100,00	100,00	45,10	24,64	7,76	31,71	0,386	0,438
387	394	4 586	4 820	PR	Rosário do Ivaí	7.150	6.583	1.067	858	53,67	53,71	55,01	47,64	100,00	100,00	9,17	10,19	0,00	20,57	0,365	0,436
394	395	4 903	4 860	PR	Rio Branco do Ivaí	3.710	3.813	625	609	62,79	53,84	64,40	52,73	100,00	88,57	16,46	3,39	0,00	33,58	0,328	0,432
376	396	4 137	4 884	PR	Marquinho	5.766	5.658	978	929	54,41	52,74	57,64	53,38	100,00	100,00	31,25	30,16	11,04	13,08	0,412	0,430
390	397	4 634	4 956	PR	Cândido de Abreu	19.783	18.794	3.169	3.037	60,11	51,16	58,15	56,36	93,92	100,00	27,05	30,06	2,72	10,30	0,360	0,420
393	398	4 860	5 030	PR	Goioxim	7.466	8.116	1.392	1.395	61,21	56,66	59,63	51,67	83,56	100,00	3,01	15,52	11,15	15,20	0,334	0,412
399	399	5 220	5 177	PR	Laranjal	7.454	7.190	1.490	1.327	67,78	57,94	66,05	55,36	51,15	100,00	20,00	13,29	6,18	12,64	0,270	0,390
-	-	18	16	PR	PERNAMBUCO	7.399.071	7.929.153	1.072.230	1.119.629	51,56	46,80	43,19	39,00	100,00	100,00	39,34	40,02	30,76	55,54	0,514	0,599
10	1	2 286	134	PE	Fernando de Noronha	1.881	2.051	286	306	10,99	18,65	15,28	9,75	61,36	100,00	66,67	68,18	0,00	92,62	0,594	0,871
1	2	817	393	PE	Paulista	233.634	262.236	28.425	31.677	15,98	14,15	14,56	13,62	100,00	100,00	59,27	60,50	37,52	76,07	0,717	0,821
3	3	1 020	982	PE	Recife	1.346.045	1.422.903	163.209	167.394	19,39	17,81	20,28	17,98	100,00	100,00	48,88	51,07	44,09	65,60	0,697	0,763
4	4	1 358	1 065	PE	Ilha de Itamaracá	13.799	15.858	1.834	2.173	35,08	32,51	30,14	13,72	100,00	81,09	27,32	41,74	68,60	87,01	0,668	0,756
7	5	1 979	1 084	PE	Igarassu	72.930	82.277	10.957	11.878	35,40	30,98	31,54	27,03	94,39	99,21	46,14	52,01	44,25	83,82	0,619	0,754
6	6	1 780	1 158	PE	Abreu e Lima	80.828	89.037	10.629	11.617	24,42	21,27	20,47	16,57	100,00	100,00	55,20	56,86	20,91	57,99	0,634	0,746
2	7	860	1 273	PE	Olinda	349.380	367.902	41.950	43.365	18,89	18,39	18,50	18,58	100,00	95,19	53,30	50,93	45,71	58,73	0,712	0,737
12	8	2 425	1 608	PE	Nazaré da Mata	27.949	29.253	3.589	3.618	50,08	48,01	41,51	35,08	100,00	91,18	28,19	61,28	60,43	91,14	0,582	0,711
11	9	2 313	1 693	PE	Jaboatão dos Guararapes	529.966	581.554	71.186	78.321	24,82	21,06	23,37	21,23	71,34	100,00	48,22	50,49	25,07	48,63	0,592	0,704
28	10	3 046	1 868	PE	Petrolândia	22.309	27.318	3.610	4.379	52,58	45,45	44,09	37,39	91,65	80,46	37,75	39,08	42,21	97,97	0,526	0,687
9	11	2 236	2 035	PE	Arcoverde	58.722	61.598	8.654	8.967	43,08	41,71	36,18	35,05	99,15	90,17	46,19	71,62	45,81	65,65	0,598	0,674
29	12	3 070	2 101	PE	Jatobá	11.448	13.146	1.711	1.866	49,34	50,98	40,07	43,29	90,69	100,00	13,91	35,49	46,80	94,05	0,524	0,669
13	13	2 479	2 200	PE	Petrolina	191.238	218.536	30.764	34.764	43,12	36,96	33,70	30,78	89,12	100,00	27,25	36,39	49,46	64,05	0,577	0,661
17	14	2 738	2 272	PE	Barreiros	38.518	39.138	6.119	5.840	59,45	53,34	52,24	44,51	100,00	100,00	65,61	35,19	50,42	92,86	0,554	0,657
55	15	3 737	2 273	PE	Itapissuma	19.186	20.116	3.179	3.256	50,46	33,92	44,82	28,11	77,57	100,00	33,13	54,00	21,10	47,62	0,453	0,656
5	16	1 767	2 282	PE	Camaragibe	111.119	128.700	15.176	17.094	27,00	28,10	23,79	22,28	100,00	97,60	36,95	38,22	36,16	44,81	0,635	0,656
8	17	2 190	2 338	PE	Carpina	55.060	63.809	7.181	8.596	41,44	39,37	32,57	30,71	100,00	100,00	52,75	45,75	38,09	58,12	0,601	0,652
26	18	3 022	2 349	PE	Lagoa do Carro	11.584	13.109	1.715	1.821	63,72	53,10	47,81	38,71	100,00	100,00	42,71	40,48	51,39	82,13	0,528	0,651
25	19	3 016	2 377	PE	Surubim	46.454	50.331	6.473	6.851	60,10	51,51	49,46	38,12	100,00	100,00	60,84	15,22	40,62	91,72	0,529	0,649
95	20	4 255	2 381	PE	Escada	57.374	57.339	9.199	8.763	59,39	53,78	50,93	46,39	71,95	92,13	28,54	27,34	18,73	100,00	0,397	0,649
18	21	2 882	2 407	PE	Cabo de Santo Agostinho	140.764	152.977	20.268	21.820	39,53	35,57	37,58	32,09	100,00	97,96	44,35	49,43	21,53	52,40	0,541	0,646
20	22	2 906	2 465	PE	Terra Nova	7.043	7.517	1.105	1.107	63,05	44,15	41,27	39,57	100,00	88,42	38,01	29,38	51,05	81,60	0,539	0,642
14	23	2 531	2 557	PE	Vitória de Santo Antão	110.888	117.607	15.607	15.736	48,80	46,97	39,37	36,70	100,00	100,00	66,20	48,58	34,33	63,64	0,573	0,636
27	24	3 043	2 561	PE	Limoeiro	55.916	56.322	7.600	7.276	47,05	43,94	39,20	37,58	91,23	100,00	39,64	24,68	31,19	73,30	0,526	0,635
120	25	4 552	2 612	PE	Itacuruba	3.720	3.667	589	576	64,60	48,13	51,93	30,65	85,09	86,52	3,28	24,36	19,57	75,82	0,368	0,631
22	26	2 946	2 647	PE	Chã de Alegria	10.845	11.102	1.882	1.755	62,54	59,30	57,18	53,46	100,00	100,00	41,89	28,50	62,82	100,00	0,535	0,629
42	27	3 466	2 649	PE	Timbaúba	56.554	56.904	8.907	8.293	59,17	51,98	48,92	43,01	91,08	100,00	35,15	68,14	38,13	62,39	0,483	0,629
78	28	4 034	2 656	PE	Feira Nova	18.239	18.855	2.646	2.622	69,47	62,03	57,43	51,14	100,00	91,17	36,89	37,60	27,54	100,00	0,423	0,628
24	29	3 012	2 720	PE	São Lourenço da Mata	89.754	90.400	13.239	12.399	40,69	31,63	37,50	32,63	97,86	100,00	35,65	27,69	23,00	49,99	0,529	0,624
53	30	3 697	2 788	PE	Venturosa	13.013	13.460	2.002	1.930	67,36	59,18	47,88	43,81	100,00	100,00	24,90	33,33	35,64	83,63	0,457	0,618
21	31	2 937	2 809	PE</																	

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI							
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola									
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004						
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004									IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004
73	61	3 948	3 496	PE	Taquaritinga do Norte	18.668	19.756	2.997	2.816	60,20	52,93	45,78	35,03	51,52	64,19	44,53	45,09	30,14	56,69	0,430	0,558						
59	62	3 805	3 500	PE	Custódia	27.911	30.198	4.087	3.919	66,87	53,27	48,05	44,29	100,00	100,00	32,28	14,90	26,83	63,41	0,445	0,558						
85	63	4 099	3 550	PE	Santa Cruz da Baixa Verde	11.143	10.858	1.669	1.497	66,34	51,24	47,82	36,74	100,00	100,00	16,54	7,65	21,66	55,66	0,414	0,554						
43	64	3 490	3 556	PE	Agrestina	18.264	20.034	2.759	3.046	67,54	64,05	54,55	49,74	100,00	80,14	21,59	21,23	52,82	84,48	0,479	0,553						
54	65	3 708	3 577	PE	Aliança	36.972	37.188	5.999	5.693	70,52	61,02	58,42	44,26	100,00	100,00	46,07	48,79	38,17	51,65	0,456	0,553						
49	66	3 574	3 578	PE	Frei Miguelinho	12.867	12.978	1.764	1.503	74,47	66,87	53,51	49,71	90,30	100,00	27,84	41,06	56,68	66,82	0,469	0,552						
62	67	3 823	3 602	PE	Catende	31.264	31.257	4.821	4.854	62,52	59,85	61,04	55,18	100,00	100,00	39,28	50,07	31,34	60,10	0,444	0,550						
96	68	4 270	3 626	PE	Paudalho	40.770	45.138	6.701	7.030	57,13	52,69	47,17	43,67	73,45	100,00	40,16	51,44	5,83	39,81	0,396	0,548						
52	69	3 630	3 640	PE	São José do Egito	28.793	29.466	4.076	3.897	53,64	44,42	33,22	29,33	100,00	100,00	21,13	13,13	11,80	35,85	0,464	0,547						
48	70	3 563	3 652	PE	Pesqueira	55.954	57.720	8.166	8.173	58,38	58,24	49,22	48,07	100,00	100,00	23,13	28,23	34,18	60,45	0,470	0,546						
57	71	3 748	3 710	PE	Rio Formoso	19.875	20.762	3.464	3.300	69,91	68,99	62,87	62,87	89,13	93,12	48,19	60,65	44,69	70,58	0,451	0,539						
94	72	4 249	3 713	PE	Cabrobó	25.425	26.739	4.326	4.364	67,21	65,30	55,49	48,22	92,75	89,69	26,39	14,17	22,10	77,12	0,397	0,539						
81	73	4 045	3 759	PE	Tamandaré	15.467	17.281	2.851	2.980	70,00	63,57	62,68	52,95	77,29	100,00	53,68	48,62	35,63	55,85	0,421	0,534						
75	74	3 960	3 762	PE	Igaraci	11.375	11.568	1.637	1.517	68,72	63,78	48,11	43,97	100,00	100,00	30,00	22,49	23,50	60,06	0,429	0,534						
139	75	4 783	3 765	PE	Santa Maria da Boa Vista	31.870	36.914	5.784	6.535	69,84	59,20	56,11	52,75	100,00	100,00	9,09	20,50	8,79	65,17	0,343	0,534						
146	76	4 830	3 768	PE	Belém de Maria	14.184	10.624	1.994	1.677	74,85	70,50	68,54	59,61	100,00	100,00	27,98	32,26	14,30	77,29	0,337	0,533						
68	77	3 875	3 770	PE	Cachoeirinha	15.554	17.041	2.217	2.268	70,24	60,35	54,60	48,27	100,00	93,43	40,63	38,60	29,75	55,85	0,438	0,533						
66	78	3 859	3 782	PE	Altinho	21.648	22.130	3.089	3.052	77,52	73,44	62,06	62,08	77,16	100,00	52,93	52,00	50,25	72,51	0,439	0,532						
79	79	4 038	3 808	PE	São Caitano	30.629	33.426	4.675	5.026	69,95	61,98	58,27	46,03	98,17	90,37	23,55	37,82	36,39	56,08	0,423	0,530						
148	80	4 851	3 809	PE	Cortês	13.130	12.680	1.979	1.959	71,45	68,64	68,14	59,58	91,78	100,00	21,13	26,87	17,03	76,89	0,335	0,530						
33	81	3 192	3 815	PE	Belo Jardim	67.485	68.696	10.653	10.426	61,18	56,38	48,65	47,73	84,25	100,00	53,13	24,58	46,18	53,68	0,513	0,530						
100	82	4 333	3 852	PE	Mirandiba	12.639	13.120	2.197	2.254	67,69	60,11	54,07	41,41	100,00	100,00	17,62	32,88	18,90	45,59	0,390	0,526						
132	83	4 719	3 875	PE	Buenos Aires	12.685	12.005	1.895	1.662	77,84	64,24	58,73	47,59	98,53	100,00	29,47	30,20	13,01	56,50	0,351	0,524						
36	84	3 252	3 894	PE	Sanharó	15.851	15.879	2.351	2.463	68,33	61,47	50,92	48,01	100,00	100,00	24,72	37,97	59,25	49,61	0,506	0,523						
126	85	4 630	3 896	PE	Vicência	27.077	28.820	4.561	4.544	73,31	68,17	61,26	60,39	95,07	100,00	27,57	37,05	17,27	68,96	0,360	0,522						
70	86	3 929	3 904	PE	Ribeirão	39.924	41.852	6.045	6.450	60,66	58,21	56,05	52,82	92,07	100,00	50,00	36,53	18,88	51,44	0,433	0,522						
67	87	3 863	3 907	PE	Condado	20.043	21.796	3.125	3.446	64,14	59,98	51,77	47,26	70,50	100,00	26,32	47,92	43,03	41,90	0,439	0,522						
80	88	4 040	3 925	PE	Cumaru	21.959	28.607	2.667	4.266	75,05	64,10	58,32	44,67	91,93	100,00	55,29	30,84	28,59	51,50	0,422	0,520						
105	89	4 374	3 944	PE	Glória do Goitá	27.231	27.552	4.358	4.035	70,43	57,18	56,78	48,22	90,09	100,00	43,65	41,88	14,91	42,00	0,386	0,519						
150	90	4 858	3 964	PE	Palmeirina	9.049	9.536	1.494	1.433	77,14	73,74	59,60	57,29	78,33	99,40	24,53	25,91	18,92	75,30	0,334	0,517						
89	91	4 151	4 023	PE	Tacaimbó	11.243	13.206	1.692	1.779	80,65	74,77	64,88	54,42	59,93	100,00	49,25	30,52	55,00	68,46	0,410	0,511						
171	92	5 122	4 027	PE	Chã Grande	15.793	18.728	2.331	2.690	72,32	68,74	60,30	56,03	67,06	100,00	22,66	39,56	3,46	59,45	0,289	0,511						
47	93	3 549	4 028	PE	Cupira	22.807	22.381	3.370	3.360	67,38	64,65	56,92	50,82	100,00	100,00	26,64	23,65	49,75	58,11	0,472	0,511						
141	94	4 797	4 038	PE	João Alfredo	25.977	27.315	3.677	3.932	73,31	68,96	60,89	59,74	84,98	99,38	33,93	15,15	11,28	75,30	0,341	0,510						
121	95	4 594	4 057	PE	Araripina	63.841	70.896	10.579	12.298	70,38	63,57	55,92	49,87	79,24	100,00	15,06	15,95	24,66	58,82	0,364	0,508						
83	96	4 068	4 081	PE	Angelim	8.433	9.082	1.240	1.372	71,40	58,16	56,28	39,50	100,00	100,00	17,74	27,69	35,86	36,36	0,418	0,506						
64	97	3 835	4 089	PE	Afogados da Ingazeira	31.806	32.922	4.782	4.578	61,14	55,09	43,51	36,03	99,72	100,00	19,08	14,75	22,12	35,97	0,442	0,506						
86	98	4 103	4 106	PE	Camutanga	7.720	7.844	1.216	1.133	64,23	62,48	52,87	51,56	64,86	91,76	33,59	61,38	33,52	39,24	0,414	0,504						
114	99	4 459	4 122	PE	Lagoa Grande	17.248	19.137	3.174	3.581	69,13	61,41	57,85	45,12	100,00	100,00	16,34	19,69	19,85	47,78	0,378	0,503						
128	100	4 664	4 165	PE	Orocó	10.716	10.823	1.998	1.908	68,72	62,08	53,42	50,56	100,00	100,00	18,92	14,51	5,16	54,82	0,356	0,499						
45	101	3 507	4 181	PE	Belém de São Francisco	21.546	20.208	3.770	3.485	65,46	59,60	55,75	55,19	93,54	89,90	34,38	22,92	48,16	57,32	0,477	0,497						
131	102	4 707	4 202	PE	Cedro	8.396	9.549	1.526	1.620	76,26	65,45	52,76	52,86	100,00	100,00	7,85	40,69	16,03	46,21	0,352	0,496						
102	103	4 351	4 227	PE	Sairé	13.369	13.649	1.846	1.995	66,90	68,18	54,91	55,36	64,84	100,00	45,66	48,50	22,06	46,60	0,389	0,493						
87	104	4 113	4 228	PE	Ibirajuba	7.432	7.438	1.140	1.067	79,18	72,91	55,44	50,36	100,00	100,00	16,95	27,86	41,49	56,65	0,413	0,493						
138	105	4 780	4 258	PE	Afrânio	13.886	15.268	2.251	2.380	75,22	68,74	62,31	57,74	100,00	100,00	8,62	18,63	20,80	63,04	0,344	0,490						
125	106	4																									

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
									Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
109	135	4 385	4 714	PE	Primavera	10.803	11.475	1.867	1.809	66,93	68,13	59,03	54,82	88,11	100,00	28,79	16,92	21,66	42,71	0,385	0,446
111	136	4 431	4 723	PE	Brejinho	7.142	7.278	1.086	1.026	75,68	75,32	56,25	48,44	100,00	100,00	11,43	12,96	28,30	45,22	0,380	0,445
169	137	5 074	4 730	PE	Santa Cruz	10.904	11.262	1.893	1.874	86,79	79,12	78,95	70,72	94,46	100,00	33,98	20,19	20,80	67,52	0,298	0,444
98	138	4 301	4 758	PE	Jaqueira	10.620	11.651	1.569	1.973	71,12	67,74	69,58	66,22	100,00	94,42	40,38	53,46	27,67	36,98	0,393	0,442
147	139	4 845	4 762	PE	Ipupi	21.510	23.042	3.829	4.085	77,86	77,94	63,82	51,49	95,50	97,02	27,30	8,89	14,39	53,33	0,335	0,442
140	140	4 793	4 765	PE	Exu	31.091	32.421	5.503	5.339	76,94	67,76	61,90	56,46	100,00	100,00	21,26	14,55	15,09	43,69	0,342	0,442
133	141	4 737	4 767	PE	Pedra	19.312	20.244	3.021	3.207	75,90	65,30	60,33	51,18	86,03	69,18	14,63	35,35	25,53	40,93	0,349	0,442
112	142	4 434	4 782	PE	Água Preta	25.711	28.814	4.382	4.923	72,16	68,11	68,40	61,23	100,00	96,58	41,74	53,61	21,59	30,43	0,380	0,440
110	143	4 402	4 814	PE	Ouricuri	48.917	56.733	8.129	9.645	76,61	73,47	65,23	59,07	89,00	97,84	50,21	27,40	25,25	44,42	0,383	0,436
157	144	4 941	4 817	PE	Santa Maria do Cambucá	11.516	11.737	1.796	1.843	81,74	79,71	68,46	60,83	80,00	84,19	42,04	15,24	18,45	65,22	0,323	0,436
63	145	3 826	4 835	PE	Calumbi	6.988	7.191	1.157	1.062	72,52	68,32	57,41	50,88	85,71	100,00	7,19	0,90	60,72	42,61	0,443	0,435
107	146	4 383	4 853	PE	Bom Jardim	37.369	37.543	5.543	5.567	73,59	66,40	57,68	51,31	98,64	100,00	47,33	15,88	12,55	33,09	0,386	0,433
116	147	4 473	4 857	PE	Bodocó	25.790	31.730	4.411	5.515	79,25	74,61	64,83	59,58	91,75	100,00	35,41	28,82	31,17	42,94	0,377	0,433
129	148	4 673	4 872	PE	Brejão	8.170	8.914	1.419	1.516	74,75	74,58	64,51	62,49	100,00	86,16	31,27	19,41	15,94	46,77	0,356	0,431
151	149	4 871	4 894	PE	Gameleira	21.326	24.001	3.799	3.933	74,63	66,52	65,80	66,73	77,02	100,00	39,38	35,40	15,47	36,91	0,333	0,428
161	150	4 973	4 903	PE	Vertente do Lério	8.696	8.535	1.519	1.276	87,56	74,46	74,06	61,02	100,00	100,00	60,61	10,64	8,36	51,07	0,318	0,427
181	151	5 216	4 919	PE	Santa Filomena	9.371	12.113	1.601	1.999	90,99	82,84	81,66	67,18	100,00	98,16	30,65	12,18	15,62	64,85	0,271	0,425
136	152	4 755	4 942	PE	Poção	10.421	11.176	1.710	1.813	72,37	69,09	64,04	65,03	76,81	100,00	27,55	15,63	23,09	44,89	0,347	0,421
122	153	4 601	4 953	PE	São João	18.492	19.966	3.129	3.275	80,31	74,14	63,19	58,17	88,51	87,87	25,82	32,20	31,51	40,35	0,363	0,420
158	154	4 947	4 964	PE	Flores	21.150	20.821	3.137	2.855	73,13	71,98	55,54	49,55	85,54	78,16	11,23	9,49	8,84	45,31	0,321	0,419
152	155	4 879	4 967	PE	Buique	38.480	45.046	6.627	8.154	82,83	77,48	74,39	69,79	89,18	100,00	29,26	40,04	30,75	44,69	0,332	0,419
182	156	5 254	4 978	PE	Paranatama	12.195	10.762	2.013	1.553	83,49	76,59	70,61	62,68	71,12	100,00	17,53	14,95	14,19	48,96	0,261	0,418
134	157	4 740	4 980	PE	Jatubá	16.697	14.653	2.899	2.500	81,55	73,48	66,69	62,28	100,00	94,97	23,38	31,01	26,07	39,83	0,349	0,418
176	158	5 173	4 986	PE	Panelas	25.772	25.872	4.053	4.216	86,44	76,38	75,92	73,87	63,86	96,80	41,78	30,53	21,26	53,39	0,279	0,417
180	159	5 202	4 992	PE	Serrita	16.830	17.847	2.999	2.932	82,09	68,49	68,00	57,27	82,24	100,00	11,57	8,53	12,19	37,98	0,273	0,416
123	160	4 613	5 006	PE	São Joaquim do Monte	18.662	20.123	3.072	3.334	77,21	79,35	65,35	59,90	86,95	100,00	54,88	36,52	16,25	36,95	0,362	0,415
124	161	4 619	5 012	PE	Amaraji	20.342	21.308	3.489	3.345	71,05	66,48	60,19	65,17	87,66	100,00	40,76	37,84	11,48	28,55	0,361	0,415
173	162	5 152	5 083	PE	Granito	5.919	6.108	946	939	71,77	67,31	59,58	54,56	57,46	100,00	12,61	12,16	9,15	27,43	0,282	0,404
130	163	4 688	5 096	PE	São José do Belmonte	31.177	31.650	5.115	4.846	74,26	68,45	60,54	51,85	100,00	100,00	30,96	21,16	11,13	20,61	0,355	0,402
160	164	4 961	5 129	PE	Itambé	33.619	34.982	5.519	5.516	73,99	68,20	61,74	59,09	90,82	98,25	30,98	38,73	2,64	17,87	0,320	0,398
117	165	4 482	5 133	PE	Jucati	8.747	9.695	1.410	1.523	68,34	73,99	55,66	58,05	96,62	100,00	25,40	24,73	13,41	28,31	0,376	0,397
154	166	4 893	5 144	PE	São Vicente Ferrer	15.265	16.002	2.695	2.753	77,03	61,32	61,47	60,90	100,00	100,00	22,28	13,74	9,10	23,40	0,329	0,395
155	167	4 905	5 150	PE	Quipapá	19.512	23.517	3.342	3.865	80,04	74,98	74,75	70,03	95,83	100,00	29,75	46,82	23,01	29,14	0,328	0,394
99	168	4 304	5 158	PE	Bom Conselho	41.101	42.656	6.440	7.119	71,21	68,05	57,60	58,36	98,98	100,00	27,43	16,06	22,71	25,57	0,393	0,393
179	169	5 193	5 161	PE	Xexéu	13.045	13.597	2.427	2.568	74,33	77,50	71,09	67,42	62,68	100,00	47,72	47,23	0,00	28,25	0,274	0,392
168	170	5 052	5 168	PE	Ibimirim	25.745	24.340	4.798	4.069	75,57	70,37	65,27	57,88	82,73	85,89	12,06	27,27	14,81	28,15	0,303	0,391
153	171	4 880	5 185	PE	Carnaíba	18.113	17.696	3.095	2.724	77,31	71,62	56,69	54,58	96,15	100,00	13,96	11,72	11,44	25,80	0,331	0,389
144	172	4 810	5 198	PE	Canhotinho	23.446	24.920	3.794	3.872	77,09	72,49	67,87	66,04	100,00	93,26	11,75	27,43	24,97	32,48	0,340	0,386
164	173	4 993	5 208	PE	Jurema	12.577	13.739	2.054	2.328	82,53	80,25	68,61	66,90	81,21	100,00	14,21	40,41	29,20	30,45	0,314	0,384
177	174	5 180	5 245	PE	Carnaubeira da Penha	11.073	10.402	2.068	1.963	81,11	76,50	64,27	63,49	95,16	92,73	10,46	14,95	3,84	37,06	0,278	0,377
170	175	5 119	5 246	PE	São Benedito do Sul	11.117	10.475	1.855	1.746	82,89	73,31	75,82	72,84	86,34	100,00	31,40	31,80	15,85	31,04	0,290	0,377
175	176	5 170	5 308	PE	Tupanatinga	19.197	20.801	3.554	3.863	83,92	76,92	76,73	71,37	77,62	100,00	39,64	25,18	13,85	30,19	0,280	0,361
56	177	3 741	5 315	PE	Solidão	5.435	5.530	972	847	66,78	71,37	43,74	49,24	99,31	80,99	29,79	12,37	27,01	17,40	0,453	0,359
163	178	4 985	5 327	PE	Águas Belas	35.965	36.640	6.297	6.344	80,44	76,75	70,43	64,89	97,76	98,30	22,80	15,04	16,85	27,79	0,316	0,357
159	179	4 958	5 348	PE	São Bento do Una	44.992	45.585	7.424	7.576	70,78	65,75	56,99	54,45	75,54	81,55	26,94	22,15	4,50	9,01	0,320	0,352
178	180	5 181	5 362	PE																	

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
										Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente						
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
5	23	1 884	3 012	PI	Manoel Emídio	4.723	5.151	777	878	62,56	50,28	50,30	38,59	100,00	90,48	31,37	19,15	97,97	73,77	0,627	0,599
57	24	3 674	3 029	PI	Várzea Grande	4.318	4.474	608	613	69,45	62,23	54,21	51,49	81,44	100,00	49,23	50,72	41,98	77,52	0,459	0,598
29	25	2 910	3 077	PI	Olho D'Água do Piauí	2.748	2.281	319	394	73,03	69,70	58,67	48,01	100,00	77,78	66,67	32,50	63,98	100,00	0,539	0,594
15	26	2 454	3 088	PI	Picos	63.110	68.972	9.263	9.413	43,58	39,18	36,46	30,14	100,00	90,26	29,53	31,96	47,28	45,24	0,580	0,593
32	27	3 006	3 101	PI	Marcos Parente	4.280	4.277	562	621	61,10	48,52	33,57	25,14	100,00	91,92	19,32	34,44	46,90	47,01	0,530	0,591
79	28	3 961	3 102	PI	Fartura do Piauí	4.327	4.683	823	734	77,81	67,76	61,13	56,75	80,58	100,00	18,75	49,28	60,85	86,39	0,429	0,591
17	29	2 634	3 148	PI	Amarante	16.995	16.882	2.492	2.427	60,18	53,24	48,03	41,84	96,30	100,00	22,22	27,39	74,21	66,87	0,563	0,589
37	30	3 233	3 150	PI	São Gonçalo do Piauí	3.629	4.249	603	706	50,20	50,21	30,08	13,45	91,75	54,65	25,00	30,38	25,10	56,60	0,508	0,589
49	31	3 570	3 195	PI	Antônio Almeida	2.639	2.851	401	431	55,05	48,87	41,07	38,17	100,00	100,00	12,50	17,31	27,84	62,19	0,470	0,584
54	32	3 633	3 240	PI	Padre Marcos	6.640	7.283	1.080	1.053	85,84	60,95	75,97	63,63	100,00	91,27	26,09	23,08	84,04	100,00	0,463	0,581
34	33	3 079	3 254	PI	Landri Sales	5.511	5.626	819	791	62,54	60,87	41,25	37,88	100,00	100,00	9,63	43,24	58,40	59,30	0,524	0,580
30	34	2 917	3 294	PI	Agricolândia	5.533	5.338	890	740	51,58	45,36	34,76	30,13	59,29	94,44	27,03	20,69	58,36	48,57	0,538	0,577
205	35	5 407	3 411	PI	Miguel Leão	1.550	1.368	262	247	64,76	71,66	51,79	48,14	0,00	87,50	0,00	36,36	0,00	84,31	0,209	0,566
120	36	4 579	3 438	PI	Jatobá do Piauí	3.692	4.312	495	540	76,07	58,60	51,91	40,90	89,33	100,00	32,14	35,53	13,33	56,96	0,365	0,563
97	37	4 231	3 454	PI	Rio Grande do Piauí	5.911	6.129	920	844	73,61	66,85	50,49	42,04	94,04	83,58	11,57	43,10	31,10	70,36	0,400	0,562
75	38	3 946	3 455	PI	Eliseu Martins	4.422	4.187	613	536	64,89	49,00	42,70	44,55	94,67	100,00	6,49	44,30	29,28	46,06	0,431	0,562
18	39	2 677	3 482	PI	Hugo Napoleão	3.578	3.702	601	560	59,57	64,80	41,05	34,98	91,75	81,08	64,29	22,50	46,36	71,72	0,559	0,559
14	40	2 418	3 498	PI	Simplicio Mendes	10.357	10.964	1.552	1.574	64,72	71,47	49,23	44,60	100,00	93,00	17,49	33,91	88,35	75,93	0,583	0,558
59	41	3 752	3 511	PI	José de Freitas	29.440	32.857	4.793	4.912	64,55	57,21	51,56	45,74	100,00	100,00	10,21	17,10	41,42	67,25	0,451	0,557
78	42	3 957	3 521	PI	Redenção do Gurgueia	7.263	7.781	1.446	1.336	66,02	63,59	51,03	44,14	95,83	89,50	22,73	23,08	29,61	74,10	0,430	0,557
28	43	2 884	3 523	PI	Bocaina	4.008	4.260	518	502	59,38	58,25	42,14	24,30	100,00	100,00	28,57	24,32	53,78	42,92	0,541	0,556
10	44	2 265	3 545	PI	Lagoa do Sítio	3.560	4.136	512	585	77,88	80,36	52,86	61,91	100,00	100,00	50,00	27,78	94,04	100,00	0,596	0,554
125	45	4 605	3 604	PI	Nossa Senhora de Nazaré	3.440	3.725	444	511	70,12	66,18	44,88	26,96	100,00	100,00	20,00	40,35	0,00	43,03	0,362	0,550
126	46	4 611	3 605	PI	Barreiras do Piauí	2.969	3.096	519	530	61,05	38,07	42,17	32,36	36,96	83,13	13,33	5,41	22,73	46,22	0,362	0,550
116	47	4 526	3 666	PI	Marcolândia	5.827	6.176	1.017	1.024	76,28	62,82	69,48	50,67	100,00	70,88	36,36	11,68	25,74	89,74	0,370	0,544
27	48	2 873	3 679	PI	Dirceu Arcoverde	6.302	6.064	1.038	906	73,44	73,06	55,73	60,84	51,66	87,04	40,35	26,73	100,00	94,10	0,542	0,543
40	49	3 361	3 727	PI	Monsenhor Gil	10.063	10.308	1.488	1.484	59,87	55,60	42,88	33,05	100,00	78,97	24,64	33,58	38,20	47,23	0,494	0,537
41	50	3 404	3 746	PI	Tanque do Piauí	2.367	2.318	356	309	80,36	73,69	56,00	41,01	70,83	79,17	68,42	5,88	62,58	86,36	0,490	0,535
174	51	5 186	3 753	PI	Assunção do Piauí	6.315	6.931	1.203	1.223	91,52	76,85	74,50	58,40	88,72	100,00	23,81	6,06	20,24	96,16	0,276	0,535
89	52	4 135	3 757	PI	Lagoinha do Piauí	2.245	2.231	326	370	62,75	47,32	35,82	53,67	55,00	88,00	71,43	32,43	0,00	54,49	0,412	0,534
203	53	5 390	3 767	PI	Cajueiro da Praia	6.167	6.120	1.018	959	78,23	63,72	69,29	67,55	0,00	83,69	37,50	7,14	14,50	99,17	0,214	0,533
178	54	5 205	3 787	PI	Currais	3.926	4.230	636	669	82,86	60,47	72,99	58,91	91,14	85,59	20,00	20,20	9,19	79,29	0,272	0,532
68	55	3 846	3 792	PI	Ilha Grande	7.306	7.888	1.180	1.274	71,46	62,05	64,84	56,81	68,53	91,67	53,91	8,53	51,46	81,36	0,441	0,531
23	56	2 776	3 798	PI	Dom Expedito Lopes	5.755	5.954	884	832	56,43	51,63	43,95	39,62	70,77	95,05	26,42	22,68	72,03	44,87	0,551	0,531
136	57	4 765	3 823	PI	Fronteiras	9.554	10.010	1.468	1.527	77,89	64,33	68,26	49,02	73,89	100,00	19,51	25,00	37,79	62,37	0,346	0,529
118	58	4 566	3 835	PI	Juazeiro do Piauí	4.701	4.522	751	727	87,30	77,03	75,92	62,51	77,55	97,89	34,29	13,83	54,12	95,00	0,367	0,528
63	59	3 775	3 860	PI	Piracuruca	23.469	24.786	4.045	4.172	70,83	68,88	62,50	56,85	100,00	97,96	6,74	34,29	59,65	69,74	0,449	0,525
45	60	3 486	3 865	PI	Porto Alegre do Piauí	1.957	2.420	366	440	72,76	61,46	45,64	42,18	100,00	64,18	0,00	57,14	60,12	53,02	0,479	0,525
164	61	5 111	3 869	PI	Boa Hora	4.181	5.170	700	830	90,51	73,88	74,08	57,80	100,00	100,00	21,36	29,55	20,37	76,90	0,291	0,525
24	62	2 820	3 871	PI	Inhumas	13.674	14.424	2.101	2.158	67,51	65,42	45,85	40,68	100,00	70,41	51,01	17,77	56,66	71,97	0,547	0,525
158	63	5 054	3 887	PI	São João da Canabrava	4.457	4.238	669	631	80,04	60,87	57,17	54,00	67,89	100,00	24,32	18,42	12,32	64,91	0,303	0,523
108	64	4 429	3 890	PI	Itaueira	10.088	10.347	1.424	1.374	72,09	63,78	51,61	39,52	80,36	100,00	6,81	53,80	32,27	35,60	0,380	0,523
31	65	2 980	3 898	PI	Coronel José Dias	3.876	4.413	522	638	66,89	69,11	54,07	44,58	100,00	93,15	36,67	35,38	65,33	58,24	0,532	0,522
155	66	5 018	3 899	PI	Passagem Franca do Piauí	4.259	4.194	769	721	79,58	65,53	67,90	52,20	71,26	100,00	18,92	12,00	25,79	70,53	0,309	0,522
47	67	3 509	3 923	PI	São Pedro do Piauí	11.988	12.510	1.992	2.067	58,13	57,94	50,03	52,40	94,56	100,00	29,51	26,88	36,96	55,08	0,477	0,520
44	68	3 484	3 940	PI	Jardim do Mulato	4.190	3.989	706	575	67,76	56,04	47,33	40,74	68,63	94,52						

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999		
						IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999								IDI 2004	
71	97	3 898	4 311	PI	Cocal de Telha	4.061	4.248	566	649	73,93	73,47	54,46	52,26	100,00	100,00	48,48	44,44	28,40	47,65	0,436	0,485
160	98	5 075	4 318	PI	Pavussu	3.870	3.973	605	640	84,68	72,39	66,22	38,50	41,18	73,24	28,26	36,51	35,43	50,00	0,298	0,485
70	99	3 881	4 319	PI	São Miguel do Fidalgo	2.960	2.991	428	535	82,41	70,81	67,26	49,55	69,57	62,69	63,64	11,29	57,85	77,34	0,437	0,485
109	100	4 448	4 344	PI	União	36.917	39.801	6.194	6.413	67,46	61,95	58,84	56,84	98,35	100,00	6,68	11,74	25,27	56,39	0,379	0,484
170	101	5 126	4 387	PI	Patos do Piauí	5.552	5.632	838	809	87,42	86,46	83,28	73,60	78,10	100,00	20,00	9,68	36,92	96,74	0,288	0,479
182	102	5 243	4 391	PI	Bela Vista do Piauí	3.094	2.961	531	531	84,58	68,77	66,67	49,32	98,90	95,16	0,00	31,33	7,37	46,15	0,264	0,478
147	103	4 919	4 392	PI	Ribeiro Gonçalves	5.894	5.720	1.185	959	70,86	66,13	53,34	51,91	30,73	100,00	0,00	7,32	39,16	55,66	0,326	0,478
13	104	2 371	4 409	PI	Santo Inácio do Piauí	3.266	3.446	437	466	69,38	58,95	51,59	47,32	90,20	100,00	58,33	17,74	81,48	38,14	0,587	0,477
143	105	4 885	4 410	PI	Capitão de Campos	10.180	10.034	1.596	1.567	77,98	62,96	62,24	51,76	100,00	76,72	31,03	22,17	6,81	55,98	0,330	0,477
64	106	3 790	4 420	PI	Matias Olímpio	8.884	9.725	1.674	1.584	79,26	70,52	61,51	53,32	86,92	89,55	25,87	37,33	63,14	50,53	0,447	0,475
188	107	5 291	4 448	PI	São Julião	5.436	5.698	818	815	79,79	66,95	61,20	57,26	36,43	98,96	38,04	25,26	4,64	50,91	0,252	0,472
180	108	5 221	4 449	PI	Pajeú do Piauí	3.703	2.894	541	402	84,21	59,89	68,40	48,62	91,43	100,00	29,03	41,67	0,00	26,47	0,269	0,472
150	109	4 950	4 462	PI	Dom Inocêncio	7.531	8.909	1.126	1.212	73,64	68,60	57,66	45,50	89,34	68,05	15,00	13,14	7,62	62,01	0,321	0,471
42	110	3 447	4 464	PI	São José do Peixe	3.727	3.824	519	575	70,94	65,46	43,32	39,51	100,00	80,26	13,73	11,11	51,52	47,68	0,485	0,471
86	111	4 056	4 470	PI	São José do Piauí	6.118	6.704	933	924	77,16	67,93	61,12	55,79	94,37	99,24	19,57	28,37	49,01	48,14	0,419	0,471
60	112	3 753	4 485	PI	Santa Cruz do Piauí	6.112	5.776	745	712	69,91	58,09	50,62	41,98	100,00	100,00	17,65	3,17	42,12	35,95	0,451	0,469
100	113	4 295	4 507	PI	Arraial	4.856	4.909	930	888	79,52	69,82	61,51	58,23	75,81	82,20	12,82	11,34	54,15	67,90	0,394	0,467
81	114	3 991	4 511	PI	São José do Divino	4.937	4.880	906	779	91,82	77,98	74,64	57,25	63,83	100,00	9,23	11,65	100,00	65,96	0,425	0,466
33	115	3 033	4 532	PI	Aroazes	6.054	6.023	831	809	74,18	74,45	54,22	46,80	100,00	90,65	30,38	29,59	73,92	46,51	0,527	0,463
83	116	4 016	4 563	PI	Alegrete do Piauí	4.393	4.711	753	724	83,69	77,47	74,76	64,67	77,98	72,63	25,64	19,51	76,20	80,18	0,424	0,460
113	117	4 514	4 564	PI	Buriti dos Lopes	18.171	18.597	3.098	2.973	78,44	64,24	69,06	55,36	100,00	87,90	32,73	3,27	29,99	58,10	0,372	0,460
131	118	4 699	4 588	PI	Luzilândia	25.654	24.040	4.451	3.603	72,42	68,33	63,67	52,49	72,27	97,92	17,86	17,82	32,44	46,10	0,354	0,458
94	119	4 183	4 592	PI	Porto	9.987	10.571	2.153	2.166	78,23	55,97	63,48	52,91	98,84	91,11	16,33	18,41	46,82	37,12	0,407	0,458
102	120	4 302	4 596	PI	Francisco Ayres	5.010	5.235	700	712	71,57	55,85	44,88	44,03	100,00	80,00	7,14	35,38	20,00	25,07	0,393	0,457
101	121	4 297	4 599	PI	São João do Arraial	4.144	5.732	693	957	85,16	65,24	79,74	64,66	100,00	97,22	36,78	21,09	53,91	53,58	0,393	0,457
58	122	3 740	4 601	PI	Novo Oriente do Piauí	6.411	6.758	913	930	73,85	66,13	50,22	44,45	87,70	93,18	37,30	34,78	42,62	29,27	0,453	0,457
200	123	5 375	4 607	PI	Wall Ferraz	3.836	3.983	601	569	86,48	79,08	70,00	54,21	62,65	100,00	0,00	24,10	13,21	53,69	0,220	0,456
66	124	3 820	4 610	PI	Jerumenha	4.405	4.513	766	696	57,55	67,48	43,93	48,02	62,50	100,00	15,56	36,92	40,12	29,28	0,444	0,456
161	125	5 084	4 615	PI	Várzea Branca	4.422	5.203	824	900	80,11	73,01	68,40	59,87	31,20	57,93	22,86	17,54	40,11	77,32	0,297	0,455
98	126	4 258	4 625	PI	Altos	38.136	35.973	6.029	5.342	68,78	67,54	55,96	52,26	92,77	85,21	46,73	21,27	13,53	48,50	0,396	0,455
135	127	4 747	4 659	PI	São João da Serra	7.074	6.675	1.047	909	82,53	74,67	63,35	49,37	99,28	81,45	51,02	6,59	9,91	60,81	0,348	0,452
69	128	3 847	4 665	PI	Sebastião Leal	3.536	3.834	489	566	64,88	67,12	55,53	42,62	100,00	92,94	0,00	17,31	46,72	35,02	0,441	0,451
179	129	5 208	4 675	PI	Monsenhor Hilópolito	6.567	6.762	969	880	82,38	76,82	64,40	61,02	94,27	98,59	10,81	29,20	3,10	53,90	0,272	0,450
65	130	3 814	4 684	PI	São Francisco do Piauí	6.318	6.442	944	1.022	78,26	62,73	59,70	57,79	86,81	90,23	14,93	10,48	64,85	49,65	0,444	0,449
95	131	4 213	4 695	PI	Canto do Buriti	17.263	18.371	2.563	2.684	74,51	72,87	64,81	53,22	87,43	100,00	48,07	44,07	32,58	32,95	0,403	0,447
88	132	4 126	4 725	PI	Alagoinha do Piauí	7.152	6.867	1.021	859	86,96	75,37	64,45	53,86	90,40	85,95	24,14	32,74	59,27	47,80	0,413	0,445
107	133	4 361	4 747	PI	Cabeceiras do Piauí	8.364	8.497	1.361	1.188	77,79	71,16	58,10	52,93	76,44	95,00	22,73	26,85	41,33	40,33	0,388	0,443
157	134	5 030	4 770	PI	Joca Marques	4.080	4.347	790	721	80,30	63,20	71,30	51,80	31,52	85,58	20,45	21,24	48,61	38,18	0,307	0,441
67	135	3 843	4 777	PI	Batalha	22.712	24.125	3.934	3.699	83,11	76,48	66,94	69,16	70,39	70,36	22,46	10,89	80,17	81,34	0,441	0,441
191	136	5 310	4 779	PI	Novo Santo Antônio	3.218	3.153	448	484	88,60	79,04	70,00	60,96	0,00	72,60	25,00	15,56	43,32	72,25	0,243	0,441
26	137	2 826	4 784	PI	Oeiras	31.705	33.909	4.751	5.204	64,59	58,90	52,18	48,83	100,00	83,76	61,33	9,71	54,70	37,13	0,547	0,440
124	138	4 603	4 791	PI	Jacócs	14.567	15.859	2.433	2.475	81,48	62,26	74,30	62,38	100,00	95,75	13,64	23,88	44,03	40,54	0,363	0,439
92	139	4 174	4 796	PI	Monte Alegre do Piauí	9.414	10.230	1.830	1.874	71,38	70,77	55,39	50,98	53,57	78,42	15,56	12,33	55,29	51,67	0,408	0,438
80	140	3 966	4 797	PI	Floresta do Piauí	2.301	2.416	339	328	86,84	85,17	62,24	57,00	75,93	97,83	50,00	30,00	57,41	53,37	0,428	0,438
61	141	3 754	4 819	PI	São Luis do Piauí	2.429	2.488	347	385	89,38	64,11	64,82	61,02	100,00	84,31	39,13	9,09	65,03	52,81	0,451	0,436
87	142	4 077	4 824	PI	Júlio Borges	4.281	4.864	758	841	66,61	65,87	50,64	45,44	80,91	100,00	9,52	2,86	38,56	34,0		

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola				
									Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
127	171	4 641	5 090	PI	Parnaaguá	9.196	9.345	1.881	1.658	74,27	65,87	57,96	52,02	61,03	67,06	28,87	18,70	30,77	36,14	0,359	0,403
152	172	4 988	5 094	PI	Barra D'Alcântara	4.269	4.107	596	608	79,39	69,01	61,08	45,53	79,31	79,31	53,85	26,98	0,00	22,31	0,315	0,402
145	173	4 907	5 100	PI	Paulistana	15.349	16.527	2.433	2.462	82,27	71,07	74,38	71,19	100,00	100,00	22,09	14,90	26,46	45,50	0,327	0,402
198	174	5 352	5 106	PI	Jurema	3.984	4.046	682	584	77,46	74,36	72,49	62,14	60,00	100,00	4,65	28,87	9,09	32,44	0,229	0,401
115	175	4 521	5 110	PI	Palmeira do Piauí	4.962	5.198	873	967	77,11	73,51	61,60	56,71	100,00	68,18	30,14	43,82	22,09	34,46	0,371	0,401
214	176	5 467	5 118	PI	São Francisco de Assis do Piauí	3.801	3.806	660	625	95,90	56,92	93,31	71,58	79,46	100,00	9,26	16,47	15,00	30,00	0,175	0,399
134	177	4 743	5 124	PI	Francisco Macedo	2.116	2.336	329	334	83,96	78,40	70,96	74,14	100,00	59,18	20,00	16,67	34,27	73,89	0,348	0,398
165	178	5 114	5 145	PI	São Gonçalo do Gurgueia	2.371	2.321	494	444	81,62	66,30	64,68	62,90	74,73	91,38	0,00	4,44	25,25	39,32	0,291	0,395
215	179	5 473	5 151	PI	Ribeira do Piauí	3.577	3.879	581	652	89,14	81,46	73,92	61,93	22,97	22,37	0,00	20,37	18,91	79,49	0,168	0,394
140	180	4 844	5 152	PI	Cristalândia do Piauí	6.124	6.491	1.076	1.067	75,00	66,71	60,79	58,65	67,44	100,00	26,19	11,67	23,11	26,99	0,335	0,394
84	181	4 029	5 157	PI	Alto Longá	12.421	12.000	1.758	1.665	81,87	78,55	65,79	63,33	87,11	67,92	29,56	30,60	58,53	49,81	0,423	0,393
129	182	4 692	5 160	PI	Palmeirais	11.738	12.152	1.934	1.896	74,91	74,55	66,02	71,78	85,02	88,46	62,22	35,00	8,94	41,70	0,354	0,393
121	183	4 583	5 178	PI	Luís Correia	22.640	24.253	3.889	3.875	77,09	72,21	65,30	57,24	81,96	91,11	47,83	23,99	23,48	27,78	0,365	0,390
167	184	5 118	5 188	PI	Gilbuês	10.172	10.228	1.946	1.908	69,09	62,52	53,33	56,80	52,40	82,82	6,00	12,79	9,26	26,94	0,290	0,389
137	185	4 775	5 191	PI	Campo Largo do Piauí	5.049	5.742	1.077	1.028	81,88	72,21	73,72	61,29	95,08	83,70	57,69	15,89	17,05	39,09	0,345	0,388
154	186	5 006	5 201	PI	Geminiano	4.363	4.790	638	709	71,61	62,01	58,05	50,42	40,95	32,26	13,16	17,39	27,17	41,50	0,311	0,385
173	187	5 174	5 220	PI	Miguel Alves	27.987	29.849	5.632	5.738	82,07	77,26	76,05	72,87	85,52	99,14	9,71	15,90	22,19	45,40	0,279	0,382
183	188	5 246	5 231	PI	Campo Grande do Piauí	4.231	4.881	639	726	86,81	65,21	73,59	63,84	71,43	66,40	29,51	7,14	15,06	44,05	0,263	0,379
156	189	5 027	5 232	PI	Pio IX	15.625	16.504	2.771	2.689	83,48	73,92	65,87	60,64	70,17	94,68	29,28	21,60	22,74	28,14	0,308	0,379
177	190	5 201	5 247	PI	Riachão Frio	4.321	4.321	842	681	66,81	60,57	56,43	39,61	39,53	90,83	4,55	10,64	10,22	0,00	0,273	0,376
55	191	3 642	5 255	PI	Pimenteiras	9.219	11.305	1.449	1.951	85,53	73,60	64,44	57,31	100,00	67,12	25,89	23,86	72,00	35,22	0,462	0,375
38	192	3 289	5 281	PI	Campinas do Piauí	5.084	5.139	767	788	73,83	80,66	47,72	45,43	72,38	90,57	18,18	25,00	77,12	15,36	0,502	0,368
189	193	5 296	5 293	PI	Paquetá	4.434	4.384	667	653	78,91	83,85	71,35	70,70	70,59	96,51	30,00	12,50	0,00	45,88	0,250	0,365
210	194	5 446	5 307	PI	São João da Fronteira	4.970	4.884	987	959	92,09	85,14	84,66	67,15	41,67	76,30	7,69	6,48	27,21	55,43	0,188	0,361
207	195	5 425	5 324	PI	Caridade do Piauí	3.610	4.060	696	658	88,12	66,15	75,21	59,04	40,48	82,72	23,08	7,58	10,48	23,03	0,197	0,357
142	196	4 872	5 329	PI	Sigefredo Pacheco	7.999	9.045	1.180	1.292	81,72	78,18	57,29	53,67	94,66	49,74	37,29	37,41	6,13	31,03	0,333	0,357
201	197	5 380	5 352	PI	Cocal dos Alves	4.410	5.154	805	854	93,00	83,88	86,84	67,50	94,49	92,65	21,74	13,83	8,70	38,46	0,217	0,351
171	198	5 148	5 357	PI	Bom Princípio do Piauí	4.740	4.623	816	785	87,02	69,86	75,00	68,09	79,49	100,00	55,00	26,77	7,85	14,11	0,283	0,349
172	199	5 150	5 360	PI	Simões	12.294	13.619	2.199	2.367	80,94	73,48	65,51	59,62	83,77	69,28	0,00	5,33	17,48	35,11	0,282	0,348
187	200	5 283	5 361	PI	Massapê do Piauí	5.565	5.988	795	826	92,09	83,52	84,23	73,35	100,00	45,52	5,56	10,09	25,00	68,29	0,254	0,348
219	201	5 501	5 365	PI	Curral Novo do Piauí	4.275	4.220	906	804	92,44	65,49	79,46	52,01	6,38	60,95	7,14	3,03	11,42	24,35	0,116	0,347
138	202	4 831	5 393	PI	Burití dos Montes	6.102	7.282	1.160	1.231	86,20	81,08	69,61	65,41	70,72	74,03	23,33	7,69	43,67	40,64	0,337	0,338
186	203	5 279	5 408	PI	Acauá	4.479	5.145	707	799	86,23	78,54	76,85	61,61	77,50	73,44	22,54	9,00	14,76	31,82	0,254	0,332
114	204	4 518	5 414	PI	Brasiléia	8.126	7.364	1.288	1.066	80,38	76,38	67,83	56,63	62,69	57,32	5,31	8,91	62,89	31,55	0,372	0,329
192	205	5 311	5 429	PI	Nova Santa Rita	3.579	4.148	596	710	86,24	76,92	66,60	57,27	100,00	100,00	0,00	6,10	0,00	10,76	0,243	0,324
194	206	5 328	5 437	PI	Caxingó	2.747	4.145	538	721	91,20	78,24	80,81	77,90	100,00	100,00	32,84	5,43	0,00	32,14	0,236	0,322
151	207	4 966	5 440	PI	Morro do Chapéu do Piauí	4.739	6.004	880	969	87,45	86,02	75,52	70,72	100,00	86,23	33,33	11,43	23,79	36,41	0,319	0,321
208	208	5 429	5 447	PI	Lagoa do Barro do Piauí	4.593	4.449	802	691	90,95	72,86	85,30	66,45	76,80	99,00	0,00	2,63	15,97	15,76	0,195	0,318
162	209	5 095	5 457	PI	Joaquim Pires	13.199	13.075	2.527	2.230	84,64	69,39	69,21	63,93	90,03	94,76	18,55	11,15	17,17	6,08	0,294	0,314
153	210	4 990	5 477	PI	Santa Filomena	5.708	6.029	1.167	1.077	78,01	75,89	62,94	65,62	55,08	77,86	0,00	11,76	39,46	19,23	0,315	0,306
204	211	5 394	5 480	PI	Sebastião Barros	3.913	4.524	686	764	82,89	85,15	65,16	59,40	18,28	85,42	19,05	1,54	14,84	23,05	0,214	0,305
221	212	5 504	5 483	PI	Queimada Nova	7.783	8.330	1.392	1.325	95,01	66,44	88,95	62,50	37,20	73,17	5,56	7,78	2,06	10,05	0,099	0,304
190	213	5 304	5 489	PI	Caraiúbas do Piauí	3.676	4.807	628	869	91,00	86,01	68,76	73,81	80,43	100,00	20,37	3,88	7,78	28,68	0,246	0,302
218	214	5 496	5 495	PI	Capitão Gervásio Oliveira	4.627	3.491	747	492	92,18	84,83	77,16	67,19	27,96	100,00	9,09	1,47	3,53	20,75	0,132	0,299
199	215	5 364	5 508	PI	Cocal	23.701	24.148	4.589	4.337	85,33	81,31	75,38	69,78	59,97	100,00	23,57	5,27	8,07	13,03	0,223	0,286
195	216	5 329	5 519	PI	Milton Brandão	5.427	6.898	954	1.250	95,04	86,88	81									

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe		DTP	Tetra-valente	1999	2004	1999		2004					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				
44	22	763	551	RJ	Nova Friburgo	169.246	173.417	18.773	19.042	25,48	24,58	23,13	20,23	100,00	100,00	47,99	71,44	62,93	80,19	0,721	0,803
46	23	800	556	RJ	Duas Barras	9.933	10.332	1.366	1.299	44,46	32,93	33,73	31,15	100,00	100,00	79,67	69,80	75,29	100,00	0,717	0,802
40	24	593	570	RJ	Rio das Ostras	28.106	36.417	3.712	4.826	35,84	30,89	30,57	29,29	100,00	100,00	58,13	60,80	82,18	100,00	0,737	0,801
18	25	328	579	RJ	Três Rios	66.223	71.974	8.054	8.807	23,21	18,51	22,09	15,81	96,34	91,12	67,85	58,34	71,68	79,40	0,771	0,800
17	26	314	608	RJ	Paraíba do Sul	33.737	37.410	3.988	4.572	24,68	22,68	22,49	18,04	100,00	100,00	62,22	84,42	75,23	67,20	0,773	0,797
5	27	80	612	RJ	Miracema	24.450	27.062	2.916	3.325	27,05	23,65	24,06	18,83	100,00	76,80	65,62	44,93	100,00	100,00	0,829	0,796
24	28	358	622	RJ	Porto Real	8.664	12.093	1.160	1.641	21,05	21,46	23,91	19,83	100,00	100,00	74,79	70,43	64,13	73,87	0,766	0,794
42	29	613	627	RJ	Resende	93.961	104.549	11.950	13.198	18,56	13,19	18,44	11,48	100,00	100,00	72,77	68,31	44,85	58,23	0,736	0,794
27	30	430	629	RJ	Vassouras	29.037	31.451	3.660	3.951	30,28	24,13	27,51	20,88	100,00	100,00	73,01	65,89	73,53	79,66	0,756	0,794
58	31	1.302	630	RJ	Armação dos Búzios	14.358	18.204	2.242	2.582	31,93	22,96	25,07	19,39	100,00	92,68	40,10	59,57	55,50	83,78	0,671	0,794
20	32	334	633	RJ	Casimiro de Abreu	20.212	22.150	2.585	2.716	34,84	23,49	29,72	21,53	94,13	100,00	65,41	36,87	92,73	93,98	0,770	0,793
4	33	66	649	RJ	Valença	61.611	66.307	7.540	7.894	22,90	18,35	20,67	18,17	100,00	100,00	66,24	65,06	94,75	70,86	0,836	0,792
34	34	482	670	RJ	Rio de Janeiro	5.551.538	5.857.903	573.738	625.725	12,65	13,19	12,89	12,47	100,00	93,99	51,66	62,01	49,65	63,78	0,750	0,790
54	35	1.151	710	RJ	Iguaba Grande	9.715	15.087	1.237	1.926	28,47	19,29	27,30	20,67	100,00	100,00	59,90	57,87	49,44	75,56	0,684	0,786
39	36	562	723	RJ	Paracambi	39.441	40.473	4.437	4.762	15,53	16,95	15,79	15,15	97,49	100,00	53,81	69,79	51,70	61,05	0,740	0,785
38	37	555	800	RJ	Pinheiral	17.506	19.479	2.162	2.382	22,69	20,28	21,51	15,63	90,80	86,90	72,56	78,47	58,98	64,95	0,741	0,779
51	38	995	821	RJ	Varre-Sai	7.554	7.854	1.091	983	46,35	36,77	43,98	28,39	100,00	84,75	65,32	67,33	87,37	100,00	0,699	0,777
15	39	281	862	RJ	Itaocara	23.273	23.001	2.554	2.360	29,06	24,44	22,11	16,88	95,70	99,64	60,28	52,46	84,84	74,56	0,779	0,773
87	40	2.654	947	RJ	Cardoso Moreira	11.940	12.595	1.416	1.347	44,73	43,09	40,78	38,97	100,00	100,00	16,37	83,71	51,78	97,40	0,561	0,768
11	41	177	963	RJ	Engenheiro Paulo de Frontin	12.543	12.162	1.390	1.301	21,38	18,24	20,73	25,36	100,00	90,26	87,86	52,55	67,09	78,62	0,797	0,766
26	42	409	978	RJ	Barra do Pirai	85.391	88.501	9.965	10.142	17,00	18,02	17,00	17,10	73,54	87,67	69,33	65,22	65,93	64,26	0,758	0,764
33	43	473	1.003	RJ	Campos dos Goytacazes	389.547	407.166	49.877	51.004	30,81	26,92	27,54	24,18	98,78	100,00	81,03	71,33	68,87	69,88	0,751	0,761
16	44	300	1.018	RJ	Santo Antônio de Pádua	34.123	38.691	4.045	4.341	30,87	33,20	23,56	25,88	100,00	100,00	29,15	40,03	100,00	93,08	0,775	0,760
22	45	339	1.021	RJ	Canagalo	18.858	19.834	2.357	2.445	36,11	29,83	31,52	27,85	100,00	100,00	78,73	73,48	85,83	74,84	0,769	0,760
66	46	1.517	1.038	RJ	Saquarema	44.017	52.459	5.703	6.961	36,64	30,47	32,40	24,33	100,00	100,00	57,22	71,34	51,99	72,34	0,654	0,758
61	47	1.353	1.043	RJ	Areal	9.009	9.898	1.212	1.243	30,64	22,90	27,49	22,85	100,00	100,00	53,80	59,43	48,56	69,08	0,668	0,758
63	48	1.458	1.061	RJ	São Pedro da Aldeia	55.432	63.227	7.752	8.945	29,84	27,21	27,69	23,66	95,62	92,40	75,05	60,59	35,55	76,64	0,658	0,756
19	49	331	1.070	RJ	Miguel Pereira	20.093	23.902	2.370	2.910	28,04	29,51	25,68	22,52	100,00	100,00	71,53	62,33	76,13	72,85	0,770	0,755
21	50	335	1.079	RJ	Rio Bonito	46.495	49.689	5.580	6.140	32,96	27,83	28,67	26,15	100,00	100,00	88,34	40,61	75,37	85,24	0,770	0,754
41	51	608	1.114	RJ	Cambuci	14.889	14.669	1.618	1.558	36,56	33,20	30,26	17,36	92,89	100,00	54,95	53,13	87,26	74,31	0,736	0,751
45	52	794	1.229	RJ	Nitópolis	155.272	153.712	17.386	17.832	9,45	8,49	9,82	8,32	96,06	100,00	63,24	55,06	26,69	35,33	0,718	0,740
49	53	948	1.237	RJ	Petrópolis	269.669	286.537	31.517	33.001	20,79	19,71	20,98	19,67	100,00	86,14	67,78	72,24	39,69	55,76	0,705	0,739
52	54	1.130	1.272	RJ	Quissamã	12.583	13.673	1.781	1.826	40,16	31,47	36,16	30,19	91,46	87,99	36,30	62,99	86,90	81,01	0,686	0,737
57	55	1.186	1.296	RJ	Barra Mansa	166.745	170.753	20.234	20.483	15,43	13,71	17,31	13,61	86,24	100,00	71,96	83,01	26,03	29,86	0,681	0,735
55	56	1.165	1.326	RJ	Quatis	9.866	10.729	1.310	1.382	28,24	27,51	26,98	25,46	100,00	100,00	69,05	72,12	43,79	59,68	0,683	0,732
48	57	886	1.335	RJ	Itaguaí	70.126	82.001	9.474	11.778	25,70	20,36	25,82	22,16	100,00	99,23	68,05	64,40	51,68	53,28	0,710	0,731
67	58	1.569	1.389	RJ	São Fidélis	36.534	36.787	4.116	4.144	36,42	29,22	29,29	24,93	84,45	74,10	24,09	49,13	71,40	83,45	0,650	0,727
47	59	884	1.417	RJ	Maricá	60.286	76.737	7.286	9.083	27,76	27,18	24,99	20,68	91,51	68,21	58,05	54,86	62,18	76,39	0,711	0,725
75	60	2.014	1.432	RJ	Santa Maria Madalena	10.840	10.474	1.406	1.249	46,85	38,44	37,61	37,28	62,07	100,00	50,00	58,06	74,46	86,23	0,615	0,724
68	61	1.695	1.459	RJ	Bom Jardim	21.805	22.650	2.727	2.753	42,93	39,85	35,60	34,25	98,73	100,00	49,64	74,93	60,70	75,52	0,641	0,722
59	62	1.304	1.479	RJ	São Gonçalo	833.379	891.118	98.264	104.083	14,86	14,53	14,99	13,48	69,74	72,26	71,88	75,29	27,54	42,64	0,671	0,721
53	63	1.136	1.480	RJ	Cachoeiras de Macacu	43.482	48.543	5.493	6.207	34,90	35,66	32,52	30,18	71,59	100,00	69,37	65,42	71,25	71,51	0,686	0,721
36	64	497	1.558	RJ	Rio das Flores	6.365	7.623	822	986	37,29	33,89	30,71	33,83	100,00	100,00	71,19	73,27	81,84	66,99	0,749	0,715
50	65	967	1.600	RJ	São Sebastião do Alto	8.111	8.400	1.016	931	44,55	31,59	35,06	23,93	100,00	100,00	46,25	53,78	87,33	63,22	0,702	0,711
14	66	245	1.700	RJ	Carmo	15.175	15.289	1.791	1.733	30,07	28,94	23,31	23,51	9							

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDÍ	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004			IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004
										IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004								
14	3	1 481	902	RN	São José do Seridó	3.462	3.777	491	447	49,59	37,89	28,61	19,22	100,00	100,00	49,06	32,69	66,34	99,00	0,657	0,771
5	4	802	1 005	RN	Mossoró	205.822	213.840	29.220	27.956	35,00	32,80	25,18	22,91	89,31	100,00	77,65	53,83	63,59	83,14	0,717	0,761
51	5	2 736	1 241	RN	Ipeuira	1.787	1.902	212	211	62,65	35,80	30,11	18,75	76,92	100,00	55,88	66,67	47,96	66,67	0,554	0,739
16	6	1 586	1 346	RN	Alto do Rodrigues	9.010	9.499	1.292	1.258	50,77	48,04	37,51	32,05	94,95	100,00	25,87	45,96	87,32	99,26	0,649	0,730
12	7	1 437	1 508	RN	Pau dos Ferros	22.072	24.756	3.065	3.277	49,68	48,06	31,03	29,56	69,84	94,35	46,32	81,64	86,58	76,97	0,660	0,718
6	8	902	1 552	RN	Areia Branca	20.674	22.528	2.747	2.975	38,86	32,92	29,23	30,95	93,90	100,00	48,17	48,89	80,57	75,57	0,709	0,715
24	9	1 937	1 563	RN	Ouro Branco	4.580	4.666	511	489	62,22	53,27	31,67	30,23	100,00	100,00	61,67	60,64	61,95	89,00	0,622	0,715
9	10	1 187	1 631	RN	Pendências	10.897	11.401	1.544	1.562	57,18	48,27	37,33	30,00	100,00	100,00	33,76	50,54	100,00	86,36	0,681	0,708
90	11	3 450	1 775	RN	Taboleiro Grande	2.140	2.029	342	294	66,80	50,59	39,92	29,50	78,00	94,00	25,58	78,43	48,94	72,50	0,485	0,697
10	12	1 192	1 801	RN	Serra do Mel	7.517	8.235	1.158	1.235	58,21	55,68	35,85	31,82	100,00	75,98	61,75	54,19	85,21	100,00	0,680	0,694
23	13	1 868	1 845	RN	Currais Novos	40.586	40.791	5.409	5.267	48,02	39,84	30,86	26,20	100,00	100,00	50,64	57,41	54,95	63,12	0,628	0,689
7	14	1 094	1 936	RN	Natal	656.037	712.316	86.107	91.272	23,89	24,08	19,74	21,28	100,00	81,72	44,75	43,42	46,79	55,21	0,689	0,681
13	15	1 471	1 947	RN	Timbaúba dos Batistas	2.161	2.189	293	267	51,94	28,98	33,18	37,93	100,00	80,56	55,26	52,00	70,63	72,73	0,658	0,680
32	16	2 241	1 973	RN	São Paulo do Potengi	12.698	13.821	1.910	1.958	61,96	53,97	45,68	39,64	78,04	100,00	37,86	29,88	88,82	100,00	0,598	0,678
70	17	3 054	1 984	RN	Riacho da Cruz	2.662	2.665	448	375	71,47	42,58	46,44	24,15	48,15	100,00	25,00	44,78	91,33	65,34	0,525	0,677
98	18	3 648	2 034	RN	São Francisco do Oeste	3.233	3.479	436	443	73,68	44,81	49,60	24,32	69,12	100,00	44,00	83,02	51,20	47,43	0,461	0,675
78	19	3 186	2 053	RN	Rodolfo Fernandes	5.998	4.465	894	626	61,00	67,28	37,55	32,39	30,30	100,00	11,84	37,78	82,68	100,00	0,513	0,673
96	20	3 550	2 227	RN	Guamaré	8.546	8.149	1.497	1.371	55,67	53,00	41,67	46,52	85,02	100,00	20,51	46,70	33,33	89,78	0,472	0,659
17	21	1 613	2 305	RN	São Gonçalo do Amarante	56.825	69.435	9.771	11.554	44,16	42,23	34,87	34,53	72,29	99,73	34,40	31,71	84,14	72,67	0,646	0,654
33	22	2 271	2 310	RN	Itaú	5.424	5.271	813	745	57,39	48,99	44,44	29,59	92,11	98,18	45,87	59,60	70,96	61,22	0,595	0,654
31	23	2 211	2 327	RN	São Vicente	4.969	5.633	611	731	67,30	54,35	40,08	26,40	98,00	100,00	53,13	45,33	71,49	69,18	0,599	0,653
49	24	2 669	2 387	RN	Acari	10.948	11.188	1.436	1.361	52,62	48,74	27,73	32,39	81,50	100,00	1,04	18,78	63,06	81,09	0,560	0,648
11	25	1 410	2 424	RN	Rafael Godeiro	2.941	2.952	356	353	53,79	65,87	26,22	36,48	84,00	96,23	14,04	24,32	96,15	100,00	0,663	0,645
38	26	2 356	2 487	RN	Luís Gomes	8.871	9.152	1.452	1.350	70,35	70,00	46,17	46,02	71,28	100,00	63,87	72,33	84,14	85,99	0,588	0,640
15	27	1 490	2 526	RN	Jardim do Seridó	11.886	12.041	1.418	1.378	48,30	38,13	31,85	21,50	86,38	97,97	88,06	36,73	55,28	47,31	0,656	0,638
92	28	3 467	2 534	RN	São Fernando	3.502	3.233	481	393	60,00	60,66	36,75	31,44	52,94	91,23	52,83	46,94	36,89	77,83	0,483	0,637
46	29	2 589	2 554	RN	Cruzeta	7.954	8.138	1.092	1.029	55,68	41,45	29,56	21,78	88,08	100,00	37,11	37,50	49,46	48,77	0,567	0,636
37	30	2 353	2 579	RN	Panamirim	86.177	124.690	14.166	18.853	32,88	25,96	26,52	21,16	77,38	76,93	33,08	46,18	39,44	39,19	0,588	0,634
126	31	4 128	2 630	RN	Olho-d'Água do Borges	4.789	4.461	641	574	67,02	63,45	41,19	37,04	78,82	100,00	11,54	22,06	28,14	91,24	0,413	0,629
76	32	3 184	2 653	RN	Felipe Guerra	5.734	5.533	766	627	61,78	57,66	41,40	23,42	100,00	100,00	41,11	26,60	37,89	69,14	0,513	0,628
19	33	1 736	2 659	RN	Patu	11.057	11.169	1.485	1.471	59,03	60,81	39,69	35,06	98,53	93,42	8,64	19,90	100,00	90,38	0,637	0,628
29	34	2 062	2 669	RN	Açu	45.054	47.902	6.567	6.748	52,99	44,12	37,54	25,41	85,40	77,95	21,31	13,35	81,74	74,75	0,611	0,627
3	35	735	2 670	RN	Messias Targino	3.532	3.718	530	530	60,41	48,32	36,52	22,68	100,00	82,35	72,37	14,67	100,00	73,36	0,723	0,627
42	36	2 487	2 680	RN	Major Sales	2.840	2.947	390	385	75,77	70,88	52,34	49,92	87,10	100,00	46,30	53,85	91,98	94,38	0,576	0,626
57	37	2 908	2 689	RN	Campo Redondo	9.248	9.200	1.428	1.278	65,01	54,89	41,84	29,44	87,00	95,36	23,41	29,35	67,32	72,33	0,539	0,626
35	38	2 291	2 721	RN	Umarizal	10.819	11.092	1.592	1.542	58,27	52,79	37,56	30,54	99,09	100,00	36,12	38,38	65,81	63,69	0,594	0,624
66	39	2 992	2 722	RN	Senador Georgino Avelino	2.966	3.301	558	566	56,90	37,33	48,17	39,76	100,00	100,00	36,90	23,40	48,95	64,84	0,531	0,624
71	40	3 076	2 781	RN	Lajes	8.857	9.399	1.341	1.264	57,78	53,34	45,18	40,39	85,12	100,00	8,47	42,47	65,70	69,97	0,524	0,619
43	41	2 500	2 789	RN	Monte das Gameleiras	2.749	2.540	483	399	77,15	64,71	54,73	45,10	100,00	84,62	55,00	29,41	84,43	100,00	0,575	0,618
41	42	2 469	2 811	RN	Tibau do Sul	5.946	7.747	789	1.353	63,70	58,83	52,22	39,35	93,10	100,00	29,08	18,56	86,03	85,17	0,578	0,616
107	43	3 730	2 813	RN	Jaçaná	7.002	7.675	1.100	1.109	68,33	57,50	44,99	33,06	100,00	100,00	11,29	39,22	39,22	67,21	0,454	0,616
22	44	1 856	2 846	RN	Parellhas	18.187	19.318	2.541	2.635	48,95	40,46	30,62	23,96	100,00	90,71	40,09	33,04	61,34	47,84	0,630	0,613
63	45	2 956	2 856	RN	Passagem	2.401	2.691	383	393	68,01	46,82	47,16	37,73	100,00	100,00	30,00	24,00	63,86	67,47	0,534	0,612
2	46	639	2 919	RN	Carnaúba dos Dantas	6.156	6.570	880	897	44,29	48,21	20,73	24,66	100,00	100,00	25,00	24,42	95,63	53,27	0,733	0,607
45	47	2 587	2 933	RN	João Dias	2.375	2.596	358	363	81,25	66,89	51,17	44,69	100,00	100,00	18,87	7,58	100,00	100,00	0,568	0,606
166	48	5 258	2 940	RN	Triunfo>																

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	
						IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004								
102	77	3 679	3 561	RN	Equador	5.618	5.662	935	830	75,40	58,20	49,05	26,51	49,59	98,73	28,00	45,38	69,07	33,88	0,459	0,553
99	78	3 666	3 585	RN	Angicos	11.223	11.624	1.594	1.494	63,13	48,40	45,20	43,25	100,00	89,96	21,70	21,72	31,52	56,36	0,460	0,551
64	79	2 971	3 597	RN	Jandaira	5.877	6.124	990	1.020	71,28	57,87	57,67	59,73	48,33	100,00	35,46	52,83	100,00	61,36	0,532	0,550
39	80	2 385	3 616	RN	Tenente Ananias	8.727	8.873	1.141	997	79,55	76,35	58,60	56,93	100,00	73,78	75,86	68,90	84,39	81,61	0,585	0,549
93	81	3 485	3 632	RN	São Rafael	8.220	8.201	1.030	1.002	66,89	61,72	45,90	37,91	100,00	100,00	24,14	15,75	42,46	60,71	0,479	0,547
105	82	3 706	3 639	RN	Pedra Grande	3.538	4.015	669	670	70,75	52,11	61,28	40,88	87,34	84,29	50,93	34,69	45,30	52,24	0,456	0,547
28	83	2 054	3 661	RN	Portalegre	6.412	6.746	934	850	68,77	69,97	48,68	47,85	71,67	100,00	53,00	59,66	100,00	55,74	0,612	0,544
75	84	3 141	3 676	RN	Francisco Dantas	3.001	3.019	413	430	76,04	64,85	39,23	39,57	100,00	67,24	55,56	79,63	44,57	48,10	0,518	0,543
27	85	2 047	3 683	RN	Apodi	30.414	34.172	4.466	4.384	59,20	57,24	39,21	38,09	100,00	100,00	57,26	11,69	64,86	56,50	0,613	0,543
47	86	2 619	3 684	RN	Água Nova	2.509	2.676	435	442	79,28	66,60	54,17	38,70	67,61	100,00	50,98	56,25	100,00	44,17	0,565	0,542
30	87	2 123	3 688	RN	Santana do Seridó	2.322	2.375	358	301	59,73	70,96	33,56	38,74	84,21	100,00	44,44	41,94	71,60	55,37	0,607	0,542
147	88	4 600	3 709	RN	Serrinha dos Pintos	4.117	4.293	556	532	66,38	67,28	44,05	38,19	67,74	100,00	29,41	32,86	7,14	54,68	0,363	0,539
86	89	3 399	3 758	RN	Florânia	8.919	8.976	1.245	1.113	67,50	54,71	43,44	41,78	100,00	89,33	22,65	33,06	45,89	48,96	0,491	0,534
94	90	3 502	3 766	RN	Pilões	2.553	3.002	371	334	76,18	67,63	45,48	32,36	100,00	93,75	43,75	12,50	40,88	60,29	0,478	0,534
120	91	4 058	3 771	RN	Baraúna	17.195	18.922	2.827	3.183	75,45	67,96	57,86	52,53	86,59	75,05	60,76	43,67	27,09	74,34	0,419	0,533
53	92	2 855	3 779	RN	Arês	11.375	11.323	1.981	1.849	62,09	58,28	55,64	47,41	100,00	100,00	53,04	21,43	58,57	58,04	0,543	0,533
54	93	2 867	3 840	RN	Lajes Pintadas	4.315	4.530	684	632	70,49	61,10	41,05	39,20	100,00	100,00	22,13	26,32	67,48	48,30	0,543	0,528
74	94	3 121	3 841	RN	Frutuoso Gomes	4.539	4.578	685	606	65,31	62,72	39,93	27,80	64,84	100,00	50,00	6,90	55,75	48,10	0,520	0,528
34	95	2 280	3 848	RN	São Tomé	11.052	10.798	1.705	1.618	72,67	65,60	54,58	47,11	93,18	100,00	60,50	15,42	88,35	65,67	0,595	0,527
36	96	2 329	3 849	RN	Riachuelo	5.332	5.758	987	1.060	69,42	62,33	56,34	54,52	100,00	100,00	34,91	25,00	94,42	64,97	0,590	0,527
100	97	3 671	3 850	RN	Lagoa Nova	10.891	12.056	1.810	1.898	70,23	65,46	49,18	41,70	59,34	80,38	30,20	40,33	58,46	57,41	0,460	0,527
111	98	3 856	3 873	RN	Itajá	4.889	6.249	741	940	66,67	51,91	47,08	45,84	100,00	86,51	8,63	6,90	35,29	60,98	0,440	0,525
117	99	3 982	3 897	RN	Fernando Pedroza	2.682	2.650	405	354	71,62	63,86	46,67	39,75	70,18	100,00	24,44	25,00	41,76	50,00	0,427	0,522
40	100	2 445	3 906	RN	Pureza	6.190	6.963	1.063	1.277	65,99	76,64	48,35	39,42	100,00	100,00	19,38	18,79	86,97	65,31	0,581	0,522
73	101	3 098	3 921	RN	Ceará-Mirim	57.983	62.422	9.939	10.242	57,93	57,58	45,59	43,75	68,67	100,00	19,63	15,90	67,97	51,70	0,521	0,521
82	102	3 278	3 922	RN	Santa Cruz	29.283	31.292	4.878	4.916	58,67	54,10	42,48	35,41	100,00	100,00	22,15	22,84	41,54	36,30	0,504	0,521
113	103	3 872	3 927	RN	Tenente Laurentino Cruz	3.334	4.412	511	612	71,70	53,92	54,42	38,41	100,00	100,00	24,72	18,85	39,09	40,97	0,438	0,520
133	104	4 289	3 935	RN	Doutor Severiano	6.317	6.550	1.020	934	78,19	76,55	47,12	49,19	88,71	97,06	31,54	72,58	22,87	48,57	0,394	0,519
97	105	3 560	3 948	RN	Caraúbas	20.367	18.808	2.940	2.453	68,91	63,23	48,55	40,15	89,20	89,24	23,14	18,18	49,61	57,04	0,471	0,518
142	106	4 536	3 970	RN	Afonso Bezerra	9.883	10.866	1.380	1.508	72,71	58,65	59,01	44,37	86,73	100,00	11,36	29,71	30,37	44,90	0,369	0,517
119	107	4 011	4 004	RN	Antônio Martins	7.090	6.757	964	841	75,74	65,73	51,30	40,90	98,29	100,00	25,23	0,66	34,99	61,67	0,424	0,513
139	108	4 401	4 020	RN	São Bento do Norte	3.481	3.442	534	531	69,14	45,63	57,97	40,74	100,00	100,00	24,19	35,29	18,10	23,50	0,383	0,512
106	109	3 711	4 029	RN	Severiano Melo	10.347	10.578	1.343	1.323	69,05	56,60	46,03	41,91	65,77	98,21	34,75	35,45	46,94	36,11	0,455	0,511
125	110	4 110	4 041	RN	Venha-Ver	2.929	3.422	553	622	89,71	79,72	68,63	59,39	35,23	100,00	22,62	35,06	94,87	75,37	0,414	0,509
91	111	3 464	4 047	RN	Janduí	6.005	5.595	883	712	67,04	51,28	46,19	34,00	97,56	100,00	61,61	29,91	26,88	23,93	0,483	0,509
55	112	2 874	4 050	RN	Marcelino Vieira	8.067	8.372	1.177	1.078	80,08	72,41	53,63	46,26	93,81	100,00	52,67	41,01	77,30	51,69	0,542	0,509
135	113	4 321	4 096	RN	Coronel Ezequiel	5.370	5.407	860	817	77,08	66,76	58,68	47,44	64,39	100,00	11,20	20,99	54,30	55,76	0,391	0,505
143	114	4 546	4 127	RN	Maxaranguape	6.593	7.999	1.258	1.421	65,05	52,17	51,47	47,15	38,65	100,00	21,68	21,28	33,65	39,64	0,368	0,502
87	115	3 410	4 128	RN	Lucrécia	3.065	3.216	470	439	62,56	55,40	41,50	41,52	73,13	90,91	14,00	7,14	56,08	48,84	0,489	0,502
85	116	3 388	4 155	RN	Santana do Matos	13.095	15.987	1.770	1.849	72,95	61,58	51,35	51,22	87,12	88,95	34,76	28,11	60,30	54,23	0,492	0,500
88	117	3 427	4 175	RN	Caiçara do Norte	6.317	5.841	1.023	914	64,44	66,89	48,08	48,08	76,69	93,33	18,52	26,36	59,85	54,23	0,487	0,498
89	118	3 439	4 189	RN	Nova Cruz	31.992	33.833	5.406	5.415	70,76	61,06	54,81	50,57	77,53	100,00	16,67	21,76	72,87	49,39	0,486	0,497
48	119	2 651	4 217	RN	Galinhos	1.435	1.767	275	257	65,57	79,42	44,78	84,18	73,33	100,00	29,17	48,39	83,61	87,10	0,561	0,494
65	120	2 990	4 218	RN	Serra Negra do Norte	7.423	7.541	983	954	71,64	68,01	51,47	42,68	100,00	78,62	29,01	37,24	71,11	50,37	0,531	0,494
58	121	2 913	4 222	RN	Augusto Severo	9.372	9.023	1.492	1.377	76,55	70,00	56,73	44,46	71,10	100,00	26,39	27,67	100,00	48,14	0,539	0,494
124	122	4 105	4 232	RN	Ipanguaçu	11.567	11.922	1.806	1.803	67,16	62,42	49,58	42,52	96,47	100,00	7,25					

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004								
130	151	4 202	4 934	RN	Touros	21.290	27.879	3.872	4.915	69,20	66,45	56,61	50,63	71,79	100,00	9,28	15,64	46,76	28,21	0,404	0,422
132	152	4 223	4 990	RN	Santa Maria	3.062	3.777	518	604	74,76	67,50	53,97	51,04	84,34	100,00	19,61	19,70	37,02	25,26	0,401	0,416
152	153	4 750	5 029	RN	Rio do Fogo	8.349	9.217	1.529	1.693	71,13	72,13	52,20	52,59	41,89	100,00	3,92	14,69	39,51	32,06	0,348	0,412
151	154	4 704	5 098	RN	Pedro Avelino	7.131	8.006	1.086	1.255	69,23	66,52	59,28	58,12	58,94	100,00	11,83	34,96	34,29	17,89	0,353	0,400
101	155	3 675	5 128	RN	Montanhas	10.134	11.946	1.767	2.022	73,87	71,83	58,21	54,60	82,88	100,00	28,73	14,48	59,84	28,26	0,459	0,399
140	156	4 453	5 131	RN	Espírito Santo	9.186	10.715	1.604	1.806	77,66	65,67	64,01	59,84	85,65	100,00	23,18	13,43	38,64	27,65	0,378	0,397
158	157	4 824	5 137	RN	Bodó	2.521	2.775	388	438	76,25	62,88	58,75	49,44	43,64	72,41	35,14	32,56	30,68	18,32	0,338	0,396
121	158	4 071	5 186	RN	Pedro Velho	13.425	13.518	2.401	2.170	71,15	68,34	57,38	41,54	100,00	69,71	26,02	23,66	32,41	18,65	0,417	0,389
155	159	4 785	5 202	RN	Pedra Preta	2.680	2.847	531	480	68,64	73,25	55,48	52,70	66,67	100,00	32,20	25,00	11,93	17,32	0,343	0,385
156	160	4 806	5 210	RN	Ruy Barbosa	3.625	3.684	677	603	80,04	72,67	62,00	45,28	63,64	62,20	13,16	20,00	39,63	30,30	0,340	0,384
162	161	5 010	5 226	RN	Japi	6.302	6.328	1.161	1.120	74,59	70,77	56,56	46,03	77,25	96,99	19,72	23,75	6,95	8,74	0,311	0,381
165	162	5 156	5 242	RN	Lagoa d'Anta	5.091	5.627	978	1.033	83,00	69,68	64,46	51,66	92,70	100,00	19,09	33,59	4,09	5,73	0,281	0,378
141	163	4 491	5 250	RN	Presidente Juscelino	6.433	7.003	1.156	1.238	81,54	72,92	60,53	63,42	71,19	90,91	23,24	14,48	44,81	33,94	0,375	0,376
44	164	2 579	5 270	RN	Coronel João Pessoa	4.484	4.702	773	801	81,29	84,31	56,67	56,94	85,00	100,00	45,37	28,45	100,00	25,08	0,568	0,370
163	165	5 022	5 286	RN	Sítio Novo	4.518	4.448	820	704	77,62	70,85	56,81	46,22	57,43	70,83	24,73	13,10	16,62	21,86	0,308	0,367
164	166	5 101	5 299	RN	Taipu	10.302	11.529	1.725	1.959	70,29	66,92	59,50	47,71	83,33	76,26	10,92	20,35	0,00	11,83	0,293	0,364
150	167	4 655	5 351	RN	Caieira do Rio do Vento	2.617	2.866	388	430	72,84	62,27	51,38	58,04	97,83	100,00	12,96	21,43	11,73	0,00	0,357	0,351
-	-	5	6		RIO GRANDE DO SUL	9.634.688	10.187.840	1.202.553	1.214.226	18,54	15,40	16,62	14,25	95,25	98,25	50,50	56,75	32,99	39,79	0,677	0,719
67	1	525	1	RS	Nova Pádua	2.373	2.394	230	189	9,30	5,55	7,60	4,15	100,00	100,00	68,75	100,00	30,28	100,00	0,744	0,976
70	2	556	2	RS	Santo Antônio do Planalto	2.047	2.000	249	227	16,26	0,00	10,24	0,00	95,56	100,00	78,26	75,00	36,04	100,00	0,741	0,969
5	3	38	4	RS	Nova Boa Vista	2.315	2.221	243	197	3,26	0,00	3,26	0,00	87,10	100,00	57,89	82,35	74,51	92,47	0,851	0,959
126	4	905	12	RS	Muçum	4.922	4.726	463	377	10,82	9,93	10,80	5,56	100,00	100,00	10,17	78,57	50,00	100,00	0,709	0,934
11	5	89	19	RS	Ivoti	13.199	15.318	1.629	1.668	10,01	9,65	9,05	5,45	100,00	99,61	74,16	81,25	61,90	93,08	0,825	0,921
23	6	172	23	RS	Veranópolis	18.122	19.464	1.891	1.777	11,37	11,15	7,44	9,64	100,00	100,00	62,01	85,39	57,06	94,69	0,798	0,917
13	7	100	24	RS	Teutônia	19.969	21.132	2.253	2.310	8,54	5,44	7,57	9,33	100,00	100,00	76,38	84,35	55,20	89,05	0,818	0,916
279	8	1 894	27	RS	Nova Bréscia	4.699	3.158	471	288	15,05	7,88	9,30	1,69	100,00	100,00	49,32	84,38	0,00	83,44	0,626	0,915
9	9	62	57	RS	Picada Café	4.038	4.673	456	440	7,65	15,31	9,63	14,52	100,00	100,00	86,36	92,11	58,65	92,06	0,836	0,896
60	10	453	58	RS	Nova Bassano	7.286	7.835	810	757	8,14	3,16	4,55	1,73	100,00	100,00	69,83	92,05	29,25	66,96	0,754	0,895
6	11	57	62	RS	Lagoa dos Três Cantos	1.584	1.625	161	136	0,00	7,34	2,13	18,49	55,00	100,00	78,57	66,67	70,59	100,00	0,838	0,894
2	12	12	63	RS	Alto Feliz	2.538	2.832	270	245	5,86	2,11	3,07	3,18	100,00	100,00	88,00	75,00	67,21	75,25	0,881	0,894
247	13	1 656	65	RS	Tupandi	2.661	2.957	289	286	3,54	4,22	3,94	0,00	82,35	100,00	47,22	92,31	0,00	65,44	0,643	0,893
350	14	2 292	69	RS	Protásio Alves	2.247	2.111	237	157	29,63	1,73	13,76	1,06	92,59	100,00	69,23	87,50	0,00	66,00	0,594	0,892
14	15	103	77	RS	Humaitá	5.594	5.226	636	451	10,79	5,12	8,50	3,85	100,00	86,89	73,40	90,48	59,26	75,14	0,817	0,887
484	16	5 515	78	RS	Mato Queimado	-	2.065	-	158	-	16,63	-	4,78	-	100,00	-	67,86	-	92,31	-	0,887
112	17	809	83	RS	Vila Flores	2.892	3.084	296	236	13,57	0,00	8,48	15,53	100,00	100,00	74,36	85,00	21,58	77,17	0,717	0,885
12	18	99	89	RS	Nova Araçá	3.140	3.236	342	306	7,58	2,82	7,45	1,75	97,50	100,00	69,57	84,00	58,97	66,19	0,819	0,884
62	19	494	93	RS	Presidente Lucena	2.047	2.068	242	206	10,09	3,21	6,39	1,67	60,53	100,00	67,86	76,92	51,89	69,32	0,749	0,882
66	20	518	97	RS	São Vendelino	1.621	1.681	194	179	5,88	3,13	8,33	0,00	84,62	100,00	78,26	73,33	30,86	68,75	0,745	0,881
496	21	5 516	98	RS	Westfália	-	2.719	-	271	-	0,00	-	0,00	-	100,00	-	89,47	-	57,53	-	0,881
46	22	371	112	RS	Paráí	5.540	6.020	651	616	8,07	10,38	3,99	6,01	100,00	95,16	65,43	91,89	34,82	73,90	0,764	0,878
27	23	218	116	RS	Arroio do Meio	15.695	16.949	1.799	1.721	8,04	14,08	7,88	6,47	100,00	98,02	54,37	69,12	54,66	87,65	0,790	0,877
224	24	1 452	123	RS	Capivari do Sul	2.823	3.106	359	379	33,33	16,82	21,38	13,58	100,00	100,00	59,52	60,53	38,41	100,00	0,659	0,875
118	25	852	133	RS	Roca Sales	8.978	9.284	825	779	13,56	15,69	11,46	10,02	74,31	100,00	71,25	93,75	37,43	77,45	0,713	0,872
8	26	60	136	RS	Linha Nova	1.509	1.564	133	151	14,29	0,00	5,66	0,00	100,00	100,00	88,89	100,00	60,34	48,10	0,837	0,870
216	27	1 404	140	RS	Vista Alegre do Prata	1.731	1.616	157	121	14,95	11,87	11,01	7,35	100,00	100,00	50,00	81,82	16,28	76,00	0,663	0,869
65	28	506	146	RS	Colinas	2.464	2.462	175	170	5,43	0,00	6,62	3,01	100,00	94,74	35,71	78,95	43,02	63,38	0,747	0,868
1	29	7	151	RS	Feliz	10.177	11.314	1.122	1.069	3,92	3,14	3,71	4,17	100,00	100,00	76,28	83,				

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		1999	2004				
						1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999			2004			1999	2004		
1999	2004	1999	2004			1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004		
99	57	712	366	RS	Panambi	31.647	32.610	3.999	3.757	12,13	12,22	11,47	8,66	100,00	95,56	49,01	59,06	39,37	73,37	0,726	0,824
149	58	1 055	374	RS	Guaporé	18.732	20.064	2.233	2.181	13,37	10,78	12,80	11,65	92,64	100,00	26,40	67,05	43,96	68,25	0,693	0,823
21	59	160	375	RS	São José do Inhacorá	2.467	2.400	243	219	11,71	11,29	5,77	1,19	100,00	93,33	91,67	88,24	42,50	51,00	0,802	0,823
7	60	58	377	RS	Mato Leitão	2.990	3.208	311	322	11,15	1,85	10,34	8,59	100,00	100,00	33,33	48,39	89,76	65,44	0,837	0,823
132	61	941	385	RS	Sarandi	17.854	18.160	2.366	2.046	17,10	16,86	17,17	10,15	100,00	100,00	56,53	62,59	38,12	74,52	0,705	0,822
277	62	1 887	396	RS	Boa Vista do Sul	2.952	2.838	274	210	17,39	11,68	23,77	1,10	59,38	100,00	50,00	84,21	37,21	49,09	0,627	0,821
248	63	1 658	399	RS	Serafina Corrêa	9.754	10.894	1.116	1.151	8,98	6,55	7,33	4,24	76,19	96,17	43,08	60,84	13,94	60,56	0,643	0,821
16	64	131	401	RS	São Domingos do Sul	2.740	2.831	327	287	11,15	1,53	6,11	0,58	51,85	100,00	83,33	93,94	73,43	33,33	0,809	0,820
52	65	410	404	RS	São Pedro do Butiá	2.942	2.861	350	299	6,81	7,79	8,54	8,52	69,81	97,06	64,44	96,88	51,53	47,26	0,758	0,820
15	66	125	408	RS	Bom Princípio	8.683	9.494	1.132	1.079	6,81	5,20	5,19	2,92	90,48	87,41	73,04	87,39	54,56	48,54	0,811	0,820
53	67	416	414	RS	Aratiba	7.515	7.115	891	702	15,36	12,32	11,85	4,56	100,00	100,00	59,09	78,57	50,88	55,26	0,758	0,819
33	68	271	432	RS	Tapera	10.650	10.562	1.359	1.185	15,94	9,68	13,89	13,62	100,00	100,00	58,64	67,81	62,81	66,07	0,781	0,817
35	69	288	439	RS	Três de Maio	24.785	24.134	3.063	2.520	14,15	14,27	12,01	12,54	87,59	100,00	82,75	92,20	51,85	57,06	0,777	0,816
48	70	385	440	RS	Santa Rosa	62.553	65.015	8.314	7.798	12,74	11,07	12,04	12,76	83,28	97,70	60,69	83,12	57,50	59,71	0,762	0,816
102	71	748	442	RS	São Paulo das Missões	7.680	7.186	925	726	15,03	7,91	9,88	11,24	100,00	100,00	61,40	93,33	32,96	48,72	0,722	0,816
115	72	828	451	RS	Estação	5.947	6.227	719	672	11,71	5,10	7,24	6,56	96,91	100,00	47,78	69,35	32,92	52,63	0,716	0,814
116	73	830	453	RS	Tuparendi	9.636	9.542	1.096	950	13,95	10,93	10,70	2,40	88,73	100,00	26,56	65,85	53,25	56,04	0,716	0,814
96	74	686	463	RS	Barão	5.490	5.397	630	533	11,13	10,69	10,17	12,45	83,33	100,00	69,01	86,67	36,39	54,84	0,728	0,813
41	75	322	467	RS	Cândido Godói	7.595	7.090	836	663	10,11	12,18	4,83	0,93	92,47	100,00	65,71	65,79	44,47	55,05	0,772	0,812
227	76	1 474	470	RS	Coqueiros do Sul	2.931	2.693	332	264	21,12	4,79	10,37	3,29	66,00	100,00	59,38	64,00	31,72	50,88	0,657	0,812
153	77	1 066	474	RS	Boa Vista do Buricá	6.470	6.587	842	671	7,57	7,33	5,72	5,60	100,00	100,00	30,12	46,67	25,00	64,31	0,692	0,812
281	78	1 898	478	RS	Pejuçara	4.213	4.188	539	460	19,04	10,34	12,47	2,88	58,97	100,00	46,30	79,07	29,02	47,87	0,625	0,810
28	79	223	479	RS	Imbé	9.510	12.242	1.304	1.538	16,23	10,98	14,96	9,93	100,00	100,00	29,48	50,71	82,23	69,68	0,789	0,810
159	80	1 085	480	RS	São Sebastião do Cai	19.163	19.699	2.339	2.249	17,30	10,75	18,15	16,91	82,76	100,00	41,64	48,52	49,14	77,51	0,690	0,810
22	81	161	488	RS	Três Arroios	3.253	3.142	345	264	9,78	0,00	6,09	3,26	67,74	100,00	53,57	87,50	75,84	33,13	0,802	0,809
55	82	421	489	RS	Nova Petrópolis	15.298	16.891	1.477	1.496	9,43	6,21	8,07	3,38	89,91	92,55	77,96	85,79	36,40	43,99	0,757	0,809
3	83	19	493	RS	Selbach	4.605	4.861	523	460	9,57	6,46	12,44	7,58	100,00	94,92	45,21	64,00	95,80	57,92	0,866	0,808
75	84	583	497	RS	Santo Augusto	15.137	14.425	1.960	1.656	18,08	14,48	17,11	18,03	100,00	91,10	63,18	65,64	48,85	77,24	0,738	0,808
31	85	252	510	RS	Capitão	2.352	2.564	253	282	10,81	8,74	9,33	0,00	100,00	78,79	51,43	70,97	57,98	56,49	0,784	0,807
61	86	475	526	RS	Vanini	1.909	1.887	232	165	14,74	3,57	14,21	19,89	76,47	76,19	79,17	64,00	51,43	75,36	0,751	0,805
54	87	418	527	RS	Doutor Ricardo	2.151	2.127	206	230	21,92	6,38	9,33	3,62	100,00	100,00	50,00	78,57	59,30	42,70	0,758	0,805
139	88	988	533	RS	David Canabarro	4.650	4.738	603	565	14,99	12,61	12,15	5,24	80,28	100,00	50,68	68,00	41,60	55,69	0,700	0,805
165	89	1 123	541	RS	Três Cachoeiras	9.272	9.523	1.201	1.048	18,42	11,05	11,21	7,42	100,00	100,00	46,62	60,19	31,02	59,74	0,687	0,803
71	90	558	552	RS	Cerro Largo	12.958	12.665	1.527	1.296	13,57	16,30	13,34	8,91	100,00	100,00	66,15	83,69	40,00	54,39	0,740	0,803
68	91	532	561	RS	São Jorge	2.896	2.873	316	253	7,09	13,57	6,23	12,42	75,51	100,00	50,00	66,67	48,15	63,36	0,744	0,802
311	92	2 043	593	RS	Vila Lângaro	2.362	2.275	272	242	14,71	2,18	10,78	0,00	64,71	100,00	0,00	0,00	38,33	71,59	0,613	0,799
72	93	560	596	RS	Ipiranga do Sul	2.301	2.057	238	186	9,55	5,43	11,06	2,82	76,67	100,00	33,33	72,73	61,68	41,12	0,740	0,798
77	94	592	599	RS	Três Passos	25.781	24.656	3.044	2.767	12,49	7,75	11,53	6,55	77,08	98,30	50,13	75,17	55,32	46,53	0,737	0,797
56	95	428	600	RS	São José do Hortêncio	3.079	3.387	336	350	6,83	7,20	6,87	3,00	70,97	81,82	69,77	69,05	45,63	53,71	0,756	0,797
205	96	1 336	604	RS	Ipê	5.543	5.456	549	511	17,73	12,87	17,23	14,73	71,43	100,00	61,11	87,23	36,48	52,79	0,669	0,797
152	97	1 061	609	RS	Estância Velha	31.374	35.131	4.194	4.305	14,32	11,98	11,53	11,54	95,12	96,33	46,87	72,41	31,82	57,75	0,692	0,797
493	98	5 517	617	RS	São José do Sul	-	1.499	-	130	-	0,00	-	0,00	-	100,00	-	77,78	-	29,17	-	0,795
78	99	594	621	RS	Áurea	4.053	3.887	434	424	15,78	13,68	10,44	2,65	84,38	100,00	55,00	73,08	51,32	47,60	0,737	0,795
233	100	1 547	632	RS	Santa Tereza	1.965	1.768	160	124	26,09	7,86	10,99	7,11	88,89	100,00	56,25	76,92	25,33	44,05	0,652	0,794
89	101	653	636	RS	Bento Gonçalves	83.201	91.485	9.347	9.417	12,95	11,59	11,04	9,82	95,86	93,34	52,62	62,98	42,58	60,62	0,732	0,793
80	102	609	643	RS	Gramado	25.118	28.593	2.994	3.271	14,04	9,23	12,42	6,19	100,00	100,00	49,78	52,48	45,92	56,25	0,736	0,793
176	103	1 195	644	RS	Nicolau Vergueiro	1.769	1.812	168													

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999
						IDI 1999					IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999							
198	131	1 301	846	RS	Crissiumal	15.859	15.178	1.822	1.494	14,46	14,93	9,88	14,90	100,00	100,00	37,20	43,24	24,32	67,99	0,671	0,774
95	132	684	847	RS	Erechim	81.932	87.199	10.434	9.979	16,77	11,32	15,58	13,22	94,74	89,43	55,56	48,33	48,58	65,44	0,728	0,774
193	133	1 282	867	RS	Marques de Souza	4.307	4.241	372	311	22,42	23,85	15,15	22,53	100,00	87,88	50,00	73,68	31,58	74,81	0,673	0,773
120	134	869	870	RS	Monte Belo do Sul	2.818	2.878	255	209	9,09	2,86	8,11	1,92	65,22	100,00	90,91	86,96	23,81	20,41	0,712	0,773
390	135	2 584	892	RS	Fazenda Vilanova	2.551	2.831	312	332	26,05	22,09	15,87	19,00	53,85	100,00	45,71	75,00	19,26	62,07	0,568	0,771
39	136	308	905	RS	Harmonia	3.340	3.659	392	385	6,74	3,48	6,52	1,32	80,85	100,00	60,38	60,53	52,35	32,65	0,774	0,770
202	137	1 318	908	RS	Mariano Moro	2.631	2.473	305	257	16,87	10,54	12,60	10,71	100,00	100,00	35,90	33,33	29,71	62,61	0,670	0,770
117	138	843	913	RS	Tucunduva	6.657	6.305	761	582	13,93	16,06	11,67	7,47	86,46	100,00	65,06	66,67	35,51	48,08	0,714	0,770
207	139	1 340	924	RS	Doutor Maurício Cardoso	6.742	6.327	794	585	13,03	21,19	14,39	15,83	78,50	100,00	23,58	79,71	44,10	54,72	0,669	0,769
142	140	1 009	935	RS	Farroupilha	52.821	55.306	6.768	6.810	14,29	8,32	13,50	8,01	91,64	100,00	70,19	62,28	26,13	42,57	0,698	0,768
108	141	786	938	RS	Santo Cristo	15.048	14.890	1.789	1.550	8,81	11,63	5,81	2,24	91,56	93,71	30,84	61,59	40,66	43,57	0,718	0,768
192	142	1 280	940	RS	Osório	33.782	36.129	4.340	4.454	18,48	12,40	15,13	12,44	100,00	100,00	42,23	60,93	31,53	51,72	0,673	0,768
173	143	1 157	946	RS	Guarani das Missões	9.278	8.989	1.091	968	16,80	17,49	18,00	13,05	97,16	100,00	44,19	82,79	37,47	46,34	0,683	0,768
220	144	1 416	949	RS	Independência	7.595	7.307	973	798	20,98	20,20	16,49	13,67	80,71	100,00	49,55	68,89	37,17	56,50	0,662	0,768
26	145	197	968	RS	Saldanha Marinho	3.257	3.195	350	280	12,98	11,52	7,82	3,74	100,00	100,00	97,56	76,19	39,46	33,33	0,794	0,765
30	146	244	970	RS	Salvador do Sul	6.520	5.869	710	637	11,76	14,23	9,48	8,24	100,00	96,30	53,85	72,00	58,69	44,38	0,786	0,765
213	147	1 387	972	RS	Ubreitama	2.781	2.676	284	280	16,38	12,50	13,68	3,97	100,00	100,00	51,52	95,65	20,30	24,59	0,665	0,765
84	148	627	974	RS	Carazinho	56.959	57.680	7.293	6.942	16,25	11,64	13,85	14,87	82,31	98,05	67,69	61,92	48,70	52,33	0,734	0,765
245	149	1 644	976	RS	Sede Nova	3.524	3.207	436	393	21,79	15,96	16,48	1,84	64,18	84,09	36,00	76,19	45,90	43,40	0,644	0,764
73	150	570	991	RS	São Marcos	17.359	18.958	2.190	1.952	14,63	13,79	13,74	15,87	92,73	94,72	79,15	84,87	38,15	44,70	0,739	0,762
36	151	292	998	RS	Campo Bom	50.843	54.016	6.911	6.457	14,32	9,96	13,12	10,24	95,89	87,93	53,41	63,23	63,48	49,21	0,777	0,761
302	152	2 007	1 007	RS	Barão de Cotegipe	6.927	6.610	872	718	16,94	8,14	15,11	7,25	68,85	97,10	28,74	54,29	29,62	44,02	0,616	0,761
82	153	624	1 016	RS	Sertão	7.693	7.465	919	784	16,73	8,27	13,64	10,85	87,38	100,00	53,40	60,56	53,77	42,94	0,734	0,760
92	154	665	1 019	RS	Ijuí	75.575	75.916	9.186	8.469	15,17	11,70	14,58	12,74	100,00	100,00	28,57	40,37	58,03	58,25	0,731	0,760
177	155	1 197	1 024	RS	Gentil	1.831	1.770	201	159	17,20	3,46	14,55	2,97	55,56	93,75	28,57	35,71	61,54	45,45	0,680	0,759
327	156	2 150	1 040	RS	Putinga	4.985	4.627	562	431	29,33	22,12	17,14	15,89	100,00	100,00	28,81	68,97	23,81	56,65	0,604	0,758
280	157	1 895	1 041	RS	Porto Lucena	7.230	6.396	797	551	20,75	16,85	11,31	14,49	67,89	100,00	54,43	46,43	21,19	61,22	0,626	0,758
107	158	777	1 045	RS	Três Coroas	17.276	19.428	2.131	2.337	19,17	14,02	17,18	15,74	100,00	98,76	61,54	50,70	43,38	58,02	0,719	0,757
371	159	2 429	1 060	RS	Canela	30.778	33.623	4.386	4.608	21,62	20,83	19,18	15,06	97,57	100,00	28,81	71,68	10,40	52,35	0,582	0,756
162	160	1 100	1 062	RS	Araricá	3.364	4.030	490	625	23,44	21,76	23,35	25,42	97,18	87,80	49,12	61,25	49,00	74,91	0,688	0,756
97	161	702	1 068	RS	Campo Novo	6.967	6.721	1.039	933	25,18	28,27	24,11	23,18	100,00	100,00	33,33	67,59	73,27	69,83	0,727	0,755
124	162	896	1 073	RS	São Martinho	6.741	6.320	749	560	11,43	18,63	8,57	9,26	85,23	92,96	33,72	47,22	44,31	59,61	0,709	0,755
58	163	437	1 081	RS	Ibirubá	18.478	18.631	2.076	2.003	12,13	8,61	9,13	7,68	94,46	90,00	82,01	50,20	34,97	47,65	0,755	0,754
143	164	1 011	1 086	RS	Santiago	51.070	49.788	6.134	5.574	15,85	9,73	12,48	9,29	100,00	100,00	56,88	71,74	29,04	34,51	0,698	0,753
282	165	1 902	1 087	RS	São Sepé	24.624	24.621	2.943	2.659	25,12	19,62	18,55	9,73	87,12	100,00	49,50	59,28	25,29	51,05	0,625	0,753
119	166	863	1 095	RS	Caxias do Sul	325.694	360.418	40.003	41.098	12,78	8,87	12,42	9,64	100,00	93,91	66,53	79,52	26,77	32,92	0,712	0,753
278	167	1 889	1 103	RS	São José das Missões	3.161	3.000	408	335	30,06	16,47	23,68	21,19	82,69	100,00	62,00	75,00	32,02	50,91	0,627	0,752
98	168	704	1 105	RS	Faxinal do Soturno	6.754	6.841	756	747	20,78	27,48	15,24	13,26	93,88	100,00	81,90	86,08	38,75	48,42	0,727	0,752
85	169	629	1 108	RS	Gaurama	6.362	6.389	725	665	11,29	13,88	11,48	7,80	95,45	100,00	61,18	66,15	37,97	39,20	0,734	0,752
114	170	821	1 112	RS	Santa Maria	226.063	243.610	26.857	27.523	13,60	10,66	12,30	11,26	96,36	96,98	63,71	64,38	32,34	41,56	0,716	0,751
32	171	265	1 123	RS	Arroio do Sal	4.196	5.271	581	661	19,44	7,92	13,46	15,85	100,00	100,00	63,22	60,47	63,91	43,56	0,782	0,750
34	172	279	1 126	RS	Santa Cruz do Sul	100.433	107.631	11.703	12.133	13,41	13,67	13,75	13,32	97,58	91,11	53,14	69,04	63,67	46,88	0,780	0,750
29	173	235	1 149	RS	Horizontina	16.993	17.699	1.974	1.845	10,66	6,40	10,31	5,08	100,00	97,84	81,82	28,38	45,20	47,40	0,788	0,748
237	174	1 566	1 173	RS	Frederico Westphalen	27.300	26.758	3.646	3.180	19,19	18,89	17,44	15,39	81,66	100,00	42,61	58,50	34,49	53,05	0,650	0,745
86	175	633	1 176	RS	Porto Alegre	1.288.879	1.360.588	138.697	145.731	12,61	11,27	13,31	12,29	100,00	86,07	55,90	61,09	41,28	47,85	0,733	0,745
136	176	952	1 180	RS	André da Rocha	1.107	1.113	113	99	13,13	44,16	11,00	0,00	100,00	100,00	75,					

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe		DTP	Tetra-valente	1999	2004	1999		2004	1999	2004			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
100	204	713	1 283	RS	Esteio	75.233	80.048	9.436	9.496	10,93	8,88	12,07	11,61	97,95	100,00	65,72	65,14	31,30	32,38	0,725	0,736
91	205	658	1 287	RS	Santa Vitória do Palmar	30.870	33.302	3.873	4.055	26,81	25,13	20,71	19,18	100,00	96,33	34,23	39,34	73,21	70,88	0,732	0,736
211	206	1 370	1 291	RS	Erebango	3.131	3.023	459	364	20,05	18,39	15,56	18,17	100,00	97,14	26,92	41,67	38,81	61,49	0,667	0,736
473	207	5 522	1 292	RS	Bozano	-	2.187	-	254	-	6,49	-	6,50	-	100,00	-	66,67	-	23,87	-	0,736
471	208	5 523	1 294	RS	Boa Vista do Cadeado	-	2.274	-	268	-	8,93	-	16,38	-	95,45	-	60,87	-	41,32	-	0,735
272	209	1 841	1 295	RS	Maratá	2.354	2.387	237	236	14,36	5,69	12,76	9,99	52,78	100,00	43,48	56,25	31,18	31,71	0,630	0,735
141	210	1 000	1 299	RS	Cidreira	6.356	8.882	892	1.204	25,24	16,75	17,92	10,46	100,00	46,98	30,00	50,00	57,71	72,56	0,699	0,735
93	211	675	1 304	RS	Nova Palma	6.091	6.312	776	728	22,40	5,94	18,95	8,78	100,00	87,64	95,83	57,65	35,53	35,69	0,730	0,734
81	212	619	1 308	RS	Campos Borges	3.873	3.785	454	414	25,32	33,52	16,54	13,10	98,53	100,00	49,15	73,33	61,93	53,42	0,735	0,734
103	213	750	1 309	RS	Coronel Barros	2.420	2.452	217	202	13,54	6,82	8,76	5,87	71,43	100,00	82,35	46,15	34,09	33,01	0,722	0,733
317	214	2 082	1 323	RS	Júlio de Castilhos	21.972	20.414	3.092	2.589	26,22	19,88	20,72	15,61	67,40	94,79	43,09	59,94	35,74	50,99	0,610	0,732
181	215	1 218	1 327	RS	Ivorá	2.598	2.493	294	228	19,30	2,61	12,99	14,79	83,72	100,00	88,00	79,17	17,42	20,57	0,677	0,732
225	216	1 455	1 329	RS	Ibiraiaras	7.283	7.163	925	810	15,81	15,56	14,93	11,35	100,00	100,00	45,71	68,75	21,30	35,25	0,659	0,732
376	217	2 501	1 344	RS	Marcelino Ramos	6.819	6.108	873	714	13,93	13,53	18,44	10,81	58,41	100,00	13,79	43,66	26,30	44,70	0,575	0,730
206	218	1 338	1 350	RS	Giruá	19.152	18.749	2.411	2.141	18,75	19,11	17,02	16,14	89,74	100,00	63,76	69,78	26,78	42,34	0,669	0,730
128	219	912	1 357	RS	Santo Ângelo	75.511	76.744	9.664	9.363	16,65	16,10	15,31	14,87	89,22	90,06	65,89	59,55	37,79	48,04	0,708	0,730
472	220	5 524	1 372	RS	Boa Vista do Incra	-	2.509	-	334	-	5,55	-	6,81	-	100,00	-	60,47	-	23,57	-	0,729
343	221	2 235	1 377	RS	Porto Mauá	2.962	2.801	343	272	18,22	12,56	14,34	11,39	44,90	95,45	14,29	59,26	42,21	37,95	0,598	0,728
123	222	891	1 380	RS	Augusto Pestana	8.352	7.847	896	774	14,05	12,81	10,10	8,82	64,39	100,00	32,38	55,07	59,79	35,34	0,710	0,728
264	223	1 753	1 381	RS	Cruz Alta	71.135	67.278	9.330	8.220	16,64	13,60	15,39	11,85	91,49	82,07	50,86	58,30	15,18	46,50	0,636	0,728
210	224	1 365	1 383	RS	Muliterno	1.784	1.768	248	238	25,78	12,69	22,12	15,62	100,00	100,00	36,84	68,00	46,23	35,42	0,667	0,728
130	225	933	1 394	RS	Porto Xavier	11.247	11.189	1.517	1.413	27,69	21,34	21,47	14,30	97,49	100,00	74,45	78,41	45,65	37,25	0,706	0,727
148	226	1 048	1 405	RS	Casca	8.367	8.440	894	823	8,20	11,23	6,14	2,45	87,39	85,71	15,09	32,31	40,59	45,24	0,694	0,726
221	227	1 423	1 422	RS	Vista Gaúcha	2.768	2.725	339	325	15,15	16,76	11,37	2,94	78,43	94,12	30,51	41,18	36,60	41,94	0,661	0,725
170	228	1 148	1 423	RS	Triunfo	19.536	22.165	2.602	2.917	26,42	25,95	23,72	24,55	89,54	88,66	57,01	71,43	50,61	60,32	0,684	0,725
469	229	5 525	1 430	RS	Almirante Tamandaré do Sul	-	2.212	-	226	-	4,60	-	6,09	-	64,71	-	68,42	-	33,68	-	0,724
240	230	1 585	1 433	RS	Getúlio Vargas	16.519	16.509	2.030	1.774	16,74	11,28	16,14	14,89	91,38	100,00	20,78	54,50	36,26	38,45	0,649	0,724
474	231	5 526	1 443	RS	Canudos do Vale	-	1.991	-	187	-	16,90	-	14,27	-	100,00	-	78,95	-	30,99	-	0,723
355	232	2 340	1 450	RS	Taquarugá do Sul	3.073	2.919	382	301	22,40	12,83	16,56	19,45	58,06	85,37	19,57	74,19	35,90	41,67	0,589	0,723
261	233	1 738	1 456	RS	Palmeira das Missões	38.933	36.225	5.623	4.689	29,86	25,48	25,10	23,56	100,00	100,00	61,62	77,28	28,99	49,34	0,637	0,722
239	234	1 576	1 461	RS	Jaguari	12.736	12.486	1.472	1.289	18,10	8,89	11,11	3,26	87,43	80,00	57,14	71,17	16,67	25,43	0,649	0,722
179	235	1 202	1 463	RS	Chiapetta	4.245	4.481	551	514	19,91	10,53	14,68	22,06	100,00	100,00	47,89	65,57	32,24	38,59	0,679	0,722
251	236	1 677	1 473	RS	Vitória das Missões	4.137	3.979	485	424	28,26	12,87	27,63	8,69	94,92	94,44	63,64	56,86	33,33	34,55	0,642	0,722
43	237	336	1 474	RS	Dois Lajeados	3.333	3.224	338	265	15,98	10,61	8,59	22,38	75,68	76,00	78,79	81,48	55,17	42,86	0,770	0,722
275	238	1 877	1 475	RS	Caçara	5.678	5.578	748	661	19,79	16,84	14,75	14,59	100,00	100,00	34,21	69,77	18,54	35,09	0,628	0,721
340	239	2 221	1 482	RS	São Leopoldo	180.617	193.546	24.507	24.856	17,84	13,16	18,68	14,95	95,46	98,29	13,52	76,20	21,56	29,11	0,599	0,721
160	240	1 096	1 490	RS	Anta Gorda	6.392	6.327	688	557	14,80	13,32	8,38	9,94	82,93	100,00	38,57	48,39	37,90	37,06	0,689	0,720
166	241	1 124	1 499	RS	Novo Hamburgo	226.070	236.192	30.628	30.024	18,59	16,03	17,92	14,98	79,28	100,00	55,77	65,61	43,62	35,88	0,687	0,719
138	242	987	1 511	RS	Entre-Ijuís	10.388	9.702	1.215	1.046	21,07	27,51	16,60	14,21	90,24	100,00	63,12	73,40	40,95	42,32	0,700	0,718
285	243	1 915	1 521	RS	Nova Santa Rita	12.467	15.748	1.894	2.245	22,72	19,56	23,65	19,90	76,97	100,00	37,90	58,90	38,49	47,06	0,624	0,718
286	244	1 923	1 530	RS	Senador Salgado Filho	2.966	2.926	355	283	18,84	11,00	16,08	11,49	86,67	86,11	32,50	80,00	24,68	26,17	0,623	0,717
209	245	1 343	1 532	RS	Agudo	16.253	17.453	1.894	1.956	26,65	17,33	25,10	15,69	100,00	100,00	52,78	57,77	43,00	40,80	0,669	0,717
373	246	2 470	1 535	RS	Erval Grande	5.915	5.645	833	621	31,67	25,03	24,62	14,73	67,65	95,59	44,87	75,81	31,23	40,70	0,578	0,717
79	247	602	1 541	RS	Salvador das Missões	2.820	2.663	297	250	7,66	10,37	7,72	12,70	81,82	100,00	82,22	37,93	27,97	40,50	0,737	0,716
253	248	1 694	1 546	RS	Nova Hartz	12.646	15.071	1.802	2.054	23,35	16,37	19,58	11,67	100,00	100,00	56,54	52,19	21,01	38,22	0,td	

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe			DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004
						IDI 1999					IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						
223	277	1.439	1.696	RS	Vacaria	53.402	57.341	7.095	7.145	19,34	15,14	17,07	13,29	100,00	91,00	43,42	48,29	28,54	40,29	0,660	0,704
252	278	1.679	1.697	RS	Xangri-lá	6.931	8.197	1.111	1.213	23,82	16,33	18,17	15,03	72,40	100,00	37,57	59,15	43,58	33,27	0,641	0,704
155	279	1.074	1.698	RS	Barra do Rio Azul	2.511	2.414	285	233	16,00	15,72	7,17	6,82	71,43	86,36	51,85	52,94	37,84	34,38	0,691	0,704
133	280	942	1.705	RS	Campinas do Sul	8.479	5.645	1.080	594	20,78	22,36	16,80	20,64	100,00	100,00	34,96	44,29	52,19	52,05	0,705	0,700
208	281	1.342	1.708	RS	Pedro Osório	7.836	8.107	888	883	28,09	28,14	23,59	25,28	100,00	100,00	70,83	75,36	33,92	46,82	0,669	0,700
127	282	911	1.709	RS	Palmares do Sul	9.895	10.853	1.307	1.291	28,53	29,69	20,12	19,18	95,50	100,00	48,98	54,94	59,83	52,47	0,709	0,703
140	283	996	1.716	RS	São José do Ouro	7.044	7.051	827	791	13,32	11,78	10,50	12,08	96,52	100,00	51,35	46,88	29,59	31,25	0,699	0,702
256	284	1.712	1.717	RS	Brochier	4.235	4.370	398	407	15,96	11,22	12,72	21,89	88,89	100,00	39,29	63,27	20,34	32,28	0,639	0,702
348	285	2.278	1.720	RS	Palmitinho	7.204	6.943	1.103	832	25,62	22,99	22,13	23,44	85,09	100,00	35,14	60,26	25,64	46,95	0,595	0,702
146	286	1.033	1.722	RS	Colorado	4.206	4.072	479	357	13,40	25,06	8,88	16,38	89,80	100,00	47,62	80,00	31,65	32,07	0,695	0,702
255	287	1.703	1.723	RS	Rodeio Bonito	5.617	5.751	762	604	23,36	24,86	17,34	10,21	92,71	84,62	7,77	36,70	46,48	55,02	0,640	0,702
188	288	1.258	1.739	RS	Capão da Canoa	25.629	30.496	3.986	4.410	20,52	19,20	18,99	15,64	100,00	100,00	30,18	53,67	44,24	37,96	0,675	0,700
395	289	2.657	1.753	RS	Novo Tiradentes	2.689	2.411	354	246	24,83	25,52	24,17	26,32	48,08	100,00	32,43	41,38	33,14	60,78	0,561	0,699
129	290	929	1.772	RS	Parobé	40.480	44.775	6.488	6.644	19,80	16,19	17,50	15,10	100,00	100,00	85,71	37,48	27,08	41,24	0,707	0,697
325	291	2.136	1.776	RS	Rolante	16.689	17.851	2.218	2.231	24,95	16,81	21,02	17,85	81,53	100,00	46,81	51,18	24,10	37,62	0,606	0,696
217	292	1.405	1.778	RS	Dom Pedrito	38.979	40.408	5.013	5.047	21,32	19,17	17,23	13,50	100,00	90,03	30,68	37,34	38,41	47,43	0,663	0,696
201	293	1.314	1.779	RS	Restinga Seca	15.553	16.398	1.908	1.908	22,66	14,74	20,39	16,07	95,20	100,00	59,27	57,30	34,06	30,61	0,671	0,696
294	294	1.968	1.782	RS	Dom Pedro de Alcântara	2.287	2.635	225	231	25,00	20,88	17,82	6,33	91,30	96,43	47,06	64,71	21,43	25,00	0,619	0,696
367	295	2.400	1.790	RS	Ibiaci	5.468	4.791	639	414	16,06	15,50	11,23	7,96	81,71	100,00	14,75	26,67	12,76	38,12	0,584	0,695
169	296	1.140	1.795	RS	Lagoa Vermelha	29.039	28.103	3.801	3.667	21,17	16,52	16,84	18,34	100,00	94,52	43,93	48,26	40,20	41,19	0,685	0,694
214	297	1.391	1.800	RS	Jaguarão	29.819	30.093	3.669	3.713	21,86	18,57	18,97	12,72	76,18	90,11	62,82	60,43	37,08	33,64	0,664	0,694
306	298	2.027	1.804	RS	Boa Vista das Missões	2.089	2.188	321	302	25,18	18,40	17,19	19,10	67,74	92,86	48,89	85,71	29,71	25,66	0,614	0,694
161	299	1.099	1.806	RS	Rio Grande	178.256	186.543	21.546	22.462	19,88	17,20	19,56	16,87	89,35	97,27	63,89	32,19	38,21	46,77	0,688	0,694
486	300	5.528	1.817	RS	Paulo Bento	-	2.166	-	206	-	0,00	-	10,80	-	100,00	-	32,14	-	21,69	-	0,692
154	301	1.070	1.818	RS	Riozinho	3.684	4.069	467	531	32,84	22,04	28,09	17,06	93,06	100,00	52,46	54,17	64,55	38,96	0,691	0,692
300	302	2.005	1.820	RS	Carlos Gomes	2.144	1.912	256	199	19,48	13,42	13,48	4,77	40,00	91,67	12,50	31,82	53,10	33,33	0,616	0,692
352	303	2.305	1.830	RS	São Lourenço do Sul	42.370	43.691	4.927	4.670	24,96	18,25	21,47	15,07	93,84	97,57	23,08	46,42	24,88	37,86	0,592	0,691
316	304	2.079	1.832	RS	Novo Cabrais	3.354	3.563	351	365	18,25	14,22	22,38	15,20	95,74	100,00	29,03	25,00	22,37	43,33	0,610	0,691
199	305	1.306	1.838	RS	Caçapava do Sul	33.950	34.641	3.959	3.732	24,85	23,93	18,65	20,86	90,81	96,91	63,88	72,13	34,63	36,39	0,671	0,690
490	306	5.529	1.840	RS	Rolador	-	2.795	-	173	-	16,88	-	7,49	-	100,00	-	31,58	-	34,67	-	0,690
297	307	1.976	1.842	RS	Cachoeira do Sul	86.266	87.871	9.683	9.083	22,27	17,82	20,29	15,45	92,20	92,02	19,43	43,13	34,35	41,67	0,619	0,690
137	308	956	1.844	RS	Uruguaiana	121.398	126.936	17.786	18.730	16,83	13,44	14,17	15,38	89,82	100,00	79,29	43,29	27,83	33,06	0,703	0,690
184	309	1.245	1.846	RS	Eugênio de Castro	3.498	3.312	402	359	22,86	10,13	18,44	15,00	100,00	77,27	64,81	48,94	29,03	37,79	0,675	0,689
236	310	1.556	1.850	RS	Nova Ramada	2.878	2.721	317	277	21,67	21,74	12,90	10,98	72,09	91,67	81,25	55,26	18,38	34,97	0,651	0,689
361	311	2.376	1.858	RS	Salto do Jacuí	12.249	11.564	1.775	1.624	33,08	27,81	27,47	21,48	93,39	100,00	44,15	68,72	26,46	40,42	0,587	0,689
212	312	1.383	1.859	RS	Novo Barreiro	3.836	3.865	464	437	25,83	26,87	23,31	13,89	100,00	100,00	57,14	71,43	36,84	30,53	0,666	0,689
260	313	1.725	1.871	RS	Gravatá	206.023	232.627	27.452	30.689	13,53	10,90	12,61	10,75	85,94	93,79	40,26	49,31	18,27	25,00	0,638	0,687
274	314	1.861	1.878	RS	Morro Redondo	5.958	5.996	575	592	24,52	22,86	24,19	15,95	100,00	100,00	77,61	85,71	11,54	20,55	0,629	0,686
375	315	2.490	1.894	RS	Viadutos	6.494	6.085	775	610	20,71	10,05	15,70	13,03	72,34	98,31	31,33	50,75	15,13	22,50	0,576	0,685
337	316	2.202	1.895	RS	General Câmara	8.597	8.736	1.085	1.028	31,11	20,64	26,58	22,74	88,55	96,47	41,67	48,24	32,65	44,96	0,600	0,685
479	317	5.530	1.906	RS	Cruzaltense	-	2.611	-	312	-	22,09	-	26,71	-	100,00	-	66,67	-	38,93	-	0,684
363	318	2.386	1.922	RS	Alecrim	9.369	8.487	1.119	911	23,08	17,99	17,71	14,41	80,54	100,00	28,57	63,89	20,40	23,46	0,585	0,683
290	319	1.929	1.923	RS	São Valentim	4.427	4.108	570	431	25,05	19,09	24,80	20,66	76,32	84,91	75,51	83,33	23,14	28,57	0,623	0,682
289	320	1.928	1.926	RS	Rosário do Sul	40.897	41.058	5.279	4.941	26,00	19,42	23,33	19,97	100,00	91,77	47,98	58,99	24,56	36,79	0,623	0,682
309	321	2.034	1.930	RS	Roque Gonzales	8.161	7.799	1.007	881	26,96	22,56	22,47	23,10	100,00	100,00	39,10	60,00	25,27	38,35	0,613	0,682
259	322	1.724	1.938	RS	Candiota	7.157	8.063	1.041	1.137	25,25	19,47	22,61	13,29	100,00	90,63	43					

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004		1999	2004	1999	2004	
226	351	1 465	2 169	RS	Morrinhos do Sul	3.576	3.531	400	351	21,74	15,62	13,46	7,29	85,42	65,52	41,18	58,06	35,16	26,64	0,658	0,664
417	352	2 983	2 173	RS	Sério	3.040	2.704	392	298	34,44	23,44	34,97	27,88	70,45	100,00	48,65	60,00	22,47	36,73	0,532	0,664
333	353	2 184	2 185	RS	Passo do Sobrado	5.370	5.566	530	544	23,64	18,67	19,96	17,87	73,85	100,00	36,17	46,34	29,10	28,37	0,601	0,662
326	354	2 144	2 198	RS	Capão do Leão	20.978	23.716	2.948	3.350	29,34	20,85	23,46	14,08	100,00	81,02	74,76	79,88	7,43	19,04	0,605	0,661
439	355	3 279	2 202	RS	Jari	3.851	3.751	492	439	26,94	8,36	17,59	15,34	55,38	92,68	21,21	60,00	7,59	11,79	0,503	0,661
244	356	1 642	2 208	RS	Soledade	28.303	29.727	3.829	3.848	27,34	25,96	21,33	15,75	100,00	96,18	32,94	46,25	40,02	34,87	0,645	0,661
328	357	2 156	2 214	RS	Ibarama	4.862	4.452	621	559	30,93	17,86	23,61	16,92	82,89	94,44	17,91	21,05	45,69	41,13	0,604	0,660
422	358	3 077	2 221	RS	Quevedos	2.639	2.690	360	285	39,88	16,28	28,70	14,23	84,44	100,00	51,16	56,00	10,23	16,26	0,524	0,659
470	359	5 533	2 225	RS	Arroio do Padre	-	2.307	-	204	-	22,06	-	0,00	-	100,00	-	71,43	-	0,00	-	0,659
378	360	2 515	2 232	RS	São Vicente do Sul	7.898	8.335	1.055	1.088	21,88	16,03	18,12	15,04	100,00	100,00	5,29	30,28	17,03	29,39	0,574	0,659
331	361	2 175	2 239	RS	São Borja	63.208	64.867	8.909	8.387	23,92	17,60	19,15	15,34	85,53	100,00	23,62	23,97	29,43	34,31	0,602	0,658
187	362	1 252	2 252	RS	São Jerônimo	19.712	20.283	2.280	2.380	26,13	23,13	22,91	23,92	100,00	74,37	55,08	60,92	41,44	42,46	0,675	0,658
414	363	2 958	2 262	RS	Capela de Santana	8.575	10.032	1.256	1.433	26,08	20,49	28,77	23,08	39,59	100,00	55,47	50,00	20,97	31,33	0,534	0,657
232	364	1 545	2 274	RS	Tramandaí	27.874	31.040	3.948	4.378	18,56	18,23	16,53	14,81	100,00	70,17	25,97	40,32	32,99	40,37	0,652	0,656
266	365	1 772	2 280	RS	Unistalda	2.633	2.644	342	321	31,78	18,10	18,46	22,97	100,00	78,57	61,29	69,05	23,38	29,66	0,634	0,656
312	366	2 060	2 288	RS	Mata	5.701	5.573	679	625	24,59	29,23	17,35	17,46	100,00	100,00	58,14	57,89	7,55	29,96	0,612	0,656
246	367	1 654	2 295	RS	Coxilha	3.033	2.979	421	371	25,13	17,64	20,38	19,57	90,32	100,00	55,17	32,26	30,17	33,06	0,643	0,655
125	368	897	2 296	RS	Taquara	47.574	52.823	5.962	6.886	21,86	17,84	19,42	16,86	88,65	86,11	86,27	22,93	37,59	42,15	0,709	0,655
369	369	2 409	2 303	RS	Barra do Quaraí	3.483	3.884	588	610	29,09	28,46	32,31	11,89	100,00	100,00	52,83	51,06	18,39	26,57	0,584	0,654
389	370	2 564	2 308	RS	Sertão Santana	5.143	5.272	624	578	22,64	21,39	17,94	15,16	70,42	100,00	35,00	46,07	15,49	25,10	0,569	0,654
299	371	1 993	2 319	RS	São Gabriel	60.605	59.873	7.692	7.215	24,74	23,30	21,14	20,22	88,62	83,39	35,82	48,95	30,62	38,64	0,617	0,653
374	372	2 473	2 321	RS	Muitos Capões	2.684	2.866	321	393	29,60	15,49	20,00	13,99	100,00	100,00	25,00	25,00	18,18	28,19	0,578	0,653
388	373	2 561	2 324	RS	Alvorada	162.005	183.968	24.965	28.928	16,76	11,95	16,84	12,66	76,60	94,00	29,90	42,48	8,21	17,53	0,570	0,653
349	374	2 287	2 332	RS	São João da Urutiga	4.979	4.927	602	509	25,99	19,55	17,47	9,47	74,36	100,00	19,18	39,58	34,39	20,25	0,594	0,653
268	375	1 789	2 336	RS	Progresso	6.667	6.264	976	766	29,26	27,37	21,93	23,68	100,00	82,95	43,36	51,90	32,87	44,57	0,633	0,652
276	376	1 882	2 339	RS	Bom Progresso	2.671	2.829	409	353	21,04	17,55	17,95	8,55	77,42	76,47	40,54	42,31	30,81	27,61	0,627	0,652
347	377	2 270	2 343	RS	Seberi	11.897	11.349	1.506	1.302	25,63	21,55	19,88	18,29	88,84	100,00	10,76	24,43	33,85	38,34	0,595	0,652
424	378	3 106	2 345	RS	Maçambará	4.772	5.035	659	747	32,10	33,14	27,21	9,88	63,04	100,00	7,27	24,07	32,54	41,67	0,521	0,652
399	379	2 690	2 348	RS	Coronel Bicaco	8.778	8.433	1.218	1.093	33,60	25,18	30,92	19,95	100,00	100,00	20,93	23,53	27,39	43,93	0,558	0,651
296	380	1 973	2 350	RS	Água Santa	4.196	3.718	584	490	17,84	15,52	12,60	13,52	94,52	100,00	0,00	10,00	30,88	34,58	0,619	0,651
321	381	2 101	2 359	RS	Minas do Leão	7.186	7.319	981	902	30,45	30,53	29,73	25,52	100,00	100,00	44,36	53,04	31,49	39,73	0,609	0,651
180	382	1 207	2 362	RS	Lavras do Sul	7.670	8.109	818	989	32,03	19,30	22,02	18,65	100,00	87,50	62,86	44,14	44,11	32,22	0,679	0,650
265	383	1 770	2 369	RS	Glorinha	4.718	5.684	524	672	32,00	29,34	21,17	12,33	100,00	100,00	39,71	51,92	37,10	25,55	0,634	0,650
203	384	1 327	2 370	RS	Bossoroca	7.893	7.757	1.058	949	26,76	27,98	18,81	20,17	90,77	100,00	56,67	43,81	39,83	36,06	0,670	0,650
295	385	1 969	2 375	RS	Arvorezinha	10.194	10.262	1.474	1.281	26,86	14,52	20,31	18,97	100,00	100,00	14,06	23,42	37,92	31,48	0,619	0,649
191	386	1 273	2 388	RS	Santo Antônio da Patrulha	34.567	37.033	4.152	4.307	27,11	26,31	21,13	18,71	100,00	99,36	47,45	43,45	43,79	32,96	0,673	0,648
345	387	2 249	2 390	RS	São Miguel das Missões	7.424	7.343	967	977	34,32	27,19	23,95	23,26	83,46	87,72	51,59	63,49	29,67	34,13	0,597	0,648
335	388	2 187	2 408	RS	São Luiz Gonzaga	40.233	36.756	5.460	4.501	24,18	19,98	20,19	20,05	97,51	94,53	19,95	28,09	26,14	37,12	0,601	0,646
429	389	3 178	2 433	RS	Liberato Salzano	7.371	6.574	945	731	35,40	20,80	34,69	29,44	100,00	100,00	8,41	43,21	21,38	36,40	0,514	0,644
427	390	3 154	2 443	RS	São Martinho da Serra	3.147	3.246	321	353	35,07	31,54	28,84	19,38	61,22	88,00	58,06	73,33	10,71	27,67	0,516	0,644
324	391	2 131	2 448	RS	Santo Antônio das Missões	13.201	12.689	1.729	1.452	30,58	22,99	23,24	17,13	100,00	100,00	39,70	29,01	26,47	32,76	0,606	0,643
283	392	1 913	2 451	RS	Dois Irmãos das Missões	2.811	2.365	462	316	36,87	37,75	30,51	37,34	93,06	83,33	40,00	77,78	50,50	51,63	0,624	0,643
357	393	2 350	2 478	RS	Piratiní	17.347	19.414	1.807	2.011	33,59	28,44	27,11	19,60	100,00	100,00	26,75	39,61	32,67	34,63	0,588	0,641
313	394	2 066	2 486	RS	Santo Expedito do Sul	2.762	2.683	308	269	20,28	18,64	13,88	17,69	83,87	100,00	31,43	47,83	20,95	18,54	0,611	0,640
402	395	2 756	2 501	RS	Mampituba	3.055	3.106	428	418	30,34	16,33	26,92	17,33	74,55	95,35	42,86	59,38	19,37	11,95	0,552	0,639
269	396	1 805	2 532	RS	São Francisco de Paula	18.631	19.725	2.488	2.619	26,82	24,52	27,35	23,07	97,40	99,10	44,19	40,94	36,4			

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004							Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999
						IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999					
354	425	2 310	2 836	RS	Viamão	196.685	227.428	27.346	32.039	16,33	15,17	16,17	13,22	82,03	84,48	44,35	46,22	6,13	8,61	0,592	0,614
411	426	2 897	2 838	RS	São Francisco de Assis	20.680	20.809	2.578	2.340	31,90	26,51	21,18	22,30	77,87	100,00	15,99	34,98	22,11	26,81	0,540	0,614
362	427	2 382	2 851	RS	Camaquã	57.511	60.381	7.341	7.641	31,42	23,41	25,48	27,12	93,62	91,67	42,41	44,95	23,25	27,24	0,586	0,613
385	428	2 544	2 855	RS	Pouso Novo	2.207	2.194	276	277	41,38	45,77	32,33	25,25	90,91	100,00	41,94	50,00	35,94	40,94	0,572	0,612
442	429	3 319	2 859	RS	São Nicolau	6.542	6.405	959	775	45,90	33,07	38,31	32,13	100,00	100,00	10,16	37,37	28,67	41,39	0,499	0,612
412	430	2 914	2 864	RS	Trindade do Sul	6.251	5.922	847	726	33,52	30,17	29,22	28,31	100,00	100,00	37,84	32,63	9,24	36,84	0,539	0,612
392	431	2 630	2 871	RS	Iraí	9.382	9.248	1.219	1.033	28,78	33,22	24,83	38,89	88,89	88,89	10,67	42,18	29,25	51,03	0,564	0,611
426	432	3 140	2 876	RS	Segredo	6.804	6.911	951	894	32,67	26,20	29,30	29,25	62,50	100,00	32,20	45,61	21,77	26,95	0,518	0,611
444	433	3 324	2 890	RS	Caraá	5.974	6.401	573	653	41,42	18,73	30,86	21,94	67,92	100,00	51,28	37,14	11,94	15,89	0,498	0,609
452	434	3 480	2 925	RS	Dilermando de Aguiar	3.253	3.200	403	351	45,75	29,35	37,58	16,48	75,44	68,42	28,95	56,67	23,08	25,78	0,480	0,606
351	435	2 294	2 948	RS	Tapes	14.478	16.289	1.852	2.187	29,48	26,41	25,36	21,03	94,86	94,77	20,75	17,88	34,48	32,70	0,594	0,604
423	436	3 080	2 989	RS	Alpestre	11.116	10.265	1.473	1.149	36,34	27,49	30,64	21,41	91,67	100,00	13,79	24,07	23,64	27,44	0,523	0,601
459	437	3 643	3 014	RS	Herveiras	2.685	2.955	400	425	41,78	35,20	34,67	21,40	64,29	100,00	5,66	20,00	26,42	36,31	0,462	0,599
421	438	3 049	3 096	RS	Ibirapuitã	5.306	4.308	683	581	33,04	19,96	24,87	28,90	87,78	100,00	27,12	34,78	10,60	18,11	0,525	0,592
409	439	2 883	3 098	RS	Santana da Boa Vista	8.530	8.619	940	900	43,00	34,60	33,25	26,78	100,00	100,00	33,57	35,16	26,03	30,36	0,541	0,591
413	440	2 950	3 099	RS	Sentinela do Sul	4.234	4.890	526	563	30,80	23,98	28,42	24,51	98,33	100,00	16,42	22,58	15,74	23,74	0,535	0,591
419	441	2 991	3 107	RS	Vale do Sol	10.362	10.558	1.282	1.271	30,25	22,93	24,24	24,23	92,18	89,63	18,90	44,36	11,41	16,59	0,531	0,591
360	442	2 370	3 114	RS	Pinheirinho do Vale	4.506	4.184	609	545	33,40	37,54	24,36	33,09	91,67	67,21	31,51	56,67	30,97	44,96	0,587	0,591
415	443	2 965	3 120	RS	Bom Jesus	12.333	12.012	1.755	1.686	33,58	31,79	28,16	29,05	94,59	100,00	35,42	31,16	9,93	31,45	0,533	0,590
372	444	2 438	3 144	RS	Herval	7.548	7.058	841	864	27,56	25,53	24,28	23,47	100,00	100,00	20,93	33,04	23,93	18,05	0,581	0,589
440	445	3 304	3 181	RS	Sagrada Família	2.806	2.648	393	320	34,21	38,05	27,87	24,85	48,39	75,76	54,76	78,26	10,59	20,12	0,500	0,586
190	446	1 272	3 198	RS	Ilópolis	4.092	4.255	581	492	21,85	24,06	15,20	25,53	67,86	91,07	51,85	21,88	46,46	26,79	0,673	0,584
301	447	2 006	3 207	RS	Arroio Grande	18.537	19.152	2.230	2.223	32,28	39,33	27,15	28,36	89,05	84,12	74,58	48,07	24,00	34,75	0,616	0,583
489	448	5 534	3 226	RS	Quatro Irmãos	-	1.859	-	294	-	35,51	-	26,94	-	100,00	-	37,50	-	26,45	-	0,582
382	449	5 526	3 231	RS	Manoel Viana	6.059	6.993	769	964	33,87	34,97	23,77	19,73	100,00	100,00	22,22	34,88	25,90	19,96	0,573	0,582
416	450	2 975	3 243	RS	Canguçu	50.045	51.445	5.589	5.668	33,00	34,05	27,75	25,45	100,00	97,25	7,88	30,94	19,63	27,99	0,532	0,581
310	451	2 038	3 258	RS	Jaquirana	4.320	4.814	616	619	36,08	32,44	33,27	35,67	100,00	100,00	93,52	61,25	17,88	19,52	0,613	0,580
271	452	1 826	3 260	RS	Ponte Preta	2.332	2.046	278	189	18,52	20,02	14,16	15,55	96,00	60,00	42,86	58,82	15,79	8,14	0,631	0,580
456	453	3 559	3 291	RS	Gramado Xavier	3.742	3.666	616	539	30,63	28,49	27,30	26,91	79,31	100,00	13,24	33,80	0,00	19,18	0,471	0,577
379	454	2 518	3 304	RS	Vicente Dutra	6.305	6.127	967	854	36,78	27,53	29,24	18,47	83,62	76,09	40,54	16,00	33,49	30,32	0,574	0,576
403	455	2 763	3 344	RS	Pirapó	3.593	3.347	469	342	37,53	45,87	34,89	28,91	81,63	87,50	39,47	48,00	32,50	35,76	0,552	0,572
483	456	5 535	3 372	RS	Lagoa Bonita do Sul	-	2.379	-	272	-	36,41	-	8,60	-	85,71	-	23,68	-	18,25	-	0,570
430	457	3 193	3 377	RS	São José do Herval	2.501	2.528	374	299	49,53	54,08	37,23	36,59	81,13	100,00	33,96	53,85	34,16	41,50	0,512	0,569
346	458	2 250	3 410	RS	Arroio do Tigre	11.886	12.214	1.620	1.516	28,87	30,99	26,80	32,88	93,33	82,59	34,22	43,11	30,80	27,46	0,597	0,566
391	459	2 598	3 451	RS	Três Forquilhas	3.211	3.239	405	375	29,27	27,92	22,16	21,39	100,00	69,23	27,45	43,24	14,21	17,96	0,566	0,562
457	460	3 562	3 471	RS	Fontoura Xavier	11.944	11.471	1.795	1.649	45,87	49,96	36,08	31,13	85,50	100,00	26,64	66,28	14,11	22,03	0,471	0,560
441	461	3 317	3 472	RS	Vale Verde	2.657	3.099	289	287	37,50	32,63	22,54	20,78	80,65	90,91	20,59	21,62	9,03	21,21	0,499	0,560
336	462	2 195	3 516	RS	Hulha Negra	5.003	5.358	708	753	31,93	31,01	29,48	25,73	100,00	100,00	38,83	21,82	32,24	18,60	0,601	0,557
407	463	2 872	3 517	RS	Sinimbu	10.299	10.210	1.180	1.121	32,86	31,62	30,27	36,64	97,97	100,00	13,87	33,33	24,06	24,34	0,542	0,557
487	464	5 536	3 526	RS	Pedras Altas	-	2.337	-	312	-	48,54	-	23,13	-	83,33	-	71,05	-	16,98	-	0,556
436	465	3 257	3 527	RS	Nonoai	12.666	12.820	1.973	1.862	38,96	31,92	33,98	31,72	100,00	89,37	14,37	36,23	18,02	23,29	0,506	0,556
451	466	3 469	3 554	RS	Passa Sete	4.778	4.642	685	638	34,70	41,43	35,32	27,35	83,33	100,00	2,86	25,76	19,87	27,30	0,482	0,554
258	467	1 722	3 568	RS	Planalto	11.603	11.302	1.595	1.393	33,87	34,85	29,79	35,57	100,00	100,00	34,63	14,92	51,68	33,97	0,638	0,553
438	468	3 274	3 603	RS	Barros Cassal	11.556	11.347	1.739	1.647	40,54	36,70	37,47	31,79	96,60	93,72	16,18	38,43	23,27	22,51	0,504	0,550
443	469	3 323	3 659	RS	Itapuca	2.646	2.690	393	378	33,23	42,20	22,46	23,56	100,00	96,30	10,00	24,00	0,00	23,50	0,498	0,545
461	470	3 792	3 680	RS	Garruchos	3.395	3.673	521	466	44,56	33,60	31,16	22,36	75,00	100,00	15,63	22,22				

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola						
									Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	1999	2004	1999	2004					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999									IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
4	2	2 142	2 249	RO	Costa Marques	7.833	10.208	1.657	2.009	38,84	33,53	38,13	34,06	78,46	100,00	31,42	25,97	64,15	67,74	0,605	0,658
9	3	2 508	2 329	RO	Pimenta Bueno	31.878	31.752	5.159	4.766	34,04	30,04	31,28	26,38	100,00	100,00	29,35	46,93	30,50	44,02	0,575	0,653
6	4	2 198	2 442	RO	Guajará-Mirim	36.542	38.043	6.241	6.599	33,32	29,97	32,25	30,18	81,60	82,37	23,51	25,69	53,22	63,54	0,601	0,644
2	5	1 119	2 491	RO	Porto Velho	294.220	334.661	49.680	54.035	24,27	20,31	23,68	20,41	84,42	87,69	64,98	31,20	48,04	37,35	0,687	0,640
12	6	2 730	2 502	RO	Colorado do Oeste	24.955	21.892	3.864	3.093	41,14	20,74	36,13	22,42	79,33	100,00	54,77	47,74	32,17	24,92	0,555	0,639
14	7	2 796	2 600	RO	Pimenteiras do Oeste	2.350	2.527	469	432	39,45	10,78	37,01	17,94	100,00	93,22	26,53	22,22	32,98	23,88	0,549	0,632
3	8	2 012	2 611	RO	Ji-Paraná	95.356	106.800	14.392	15.711	33,36	24,54	30,35	23,12	100,00	97,40	48,11	31,88	35,73	35,52	0,615	0,631
7	9	2 335	2 892	RO	Rolim de Moura	43.930	47.382	7.191	7.121	36,75	28,54	34,91	28,11	100,00	97,77	30,13	25,87	42,42	38,59	0,590	0,609
10	10	2 568	2 905	RO	Cacaul	72.922	73.568	12.168	10.690	37,87	27,89	35,28	24,08	100,00	97,06	30,83	24,82	35,18	34,35	0,569	0,608
16	11	3 020	2 943	RO	Jaru	48.141	53.598	7.801	8.185	43,39	33,65	39,80	29,72	100,00	100,00	28,86	26,45	30,03	41,98	0,528	0,605
5	12	2 173	3 075	RO	Ouro Preto do Oeste	40.657	40.883	6.675	6.112	39,61	35,72	35,92	31,89	94,85	96,42	47,05	31,85	45,54	40,94	0,602	0,594
11	13	2 698	3 204	RO	Ariquemes	68.503	74.503	11.827	12.183	36,67	34,95	35,75	30,00	100,00	95,99	20,33	22,33	35,35	39,02	0,558	0,583
23	14	3 538	3 268	RO	Rio Crespo	4.081	2.935	696	436	42,46	49,46	45,95	33,79	100,00	100,00	17,02	32,50	19,26	48,62	0,473	0,579
21	15	3 491	3 357	RO	Nova Brasilândia D'Oeste	15.422	17.066	2.773	2.834	46,37	32,71	41,81	30,54	100,00	98,96	5,27	21,75	27,05	31,28	0,479	0,571
13	16	2 773	3 386	RO	Itapua do Oeste	5.001	6.820	909	1.251	51,02	49,10	38,82	36,15	100,00	91,54	27,94	14,29	46,15	59,86	0,551	0,569
24	17	3 544	3 458	RO	Cabixi	7.732	7.516	1.263	1.107	43,65	37,64	44,70	31,03	69,44	100,00	40,65	27,93	22,34	29,26	0,473	0,561
8	18	2 504	3 475	RO	Cerejeiras	19.141	18.206	3.177	2.580	35,22	36,78	34,59	33,00	100,00	100,00	35,44	26,87	32,07	30,35	0,575	0,560
37	19	3 993	3 478	RO	São Felipe D'Oeste	6.703	7.056	1.047	1.025	49,42	28,06	44,92	26,46	73,33	75,00	31,54	40,86	11,95	20,56	0,425	0,560
20	20	3 474	3 563	RO	Chupinguaia	4.131	5.519	750	950	57,05	46,18	48,98	42,01	100,00	100,00	62,63	31,82	17,28	43,45	0,481	0,553
25	21	3 571	3 647	RO	Teixeirópolis	5.189	5.618	921	855	47,09	43,52	47,34	38,66	88,67	100,00	41,25	35,00	17,40	33,16	0,470	0,546
48	22	4 240	3 734	RO	Buritis	9.158	25.666	1.645	4.397	53,89	36,93	51,09	34,20	100,00	99,44	19,43	25,47	4,58	23,33	0,398	0,537
31	23	3 787	3 747	RO	São Francisco do Guaporé	6.471	11.083	1.130	2.088	55,40	39,37	52,64	33,94	100,00	100,00	25,83	37,70	24,13	18,55	0,448	0,535
19	24	3 424	3 761	RO	Presidente Médici	28.490	26.363	4.582	3.606	43,59	41,36	38,50	32,45	68,80	85,26	35,50	20,29	24,95	34,63	0,488	0,534
26	25	3 614	3 797	RO	Primavera de Rondonia	4.157	4.310	685	674	45,40	43,72	41,90	45,32	69,30	83,00	29,79	44,16	24,01	37,97	0,466	0,531
28	26	3 659	3 868	RO	Castanheiras	4.239	4.212	764	683	46,26	40,15	41,83	21,18	68,18	70,51	21,54	15,38	27,45	28,39	0,461	0,525
15	27	2 942	3 900	RO	Candeias do Jamari	10.636	13.107	2.043	2.491	42,64	43,08	42,30	39,46	80,93	85,96	60,87	24,79	28,15	35,95	0,535	0,522
50	28	4 438	3 920	RO	Cujubim	2.406	6.536	680	1.229	62,79	40,59	60,84	47,65	100,00	100,00	26,39	18,03	12,24	37,57	0,380	0,521
35	29	3 975	3 947	RO	Mirante da Serra	12.635	13.152	2.350	2.223	53,75	40,40	49,05	32,16	100,00	100,00	22,32	33,99	12,75	12,98	0,428	0,519
43	30	4 124	3 989	RO	Urupá	14.181	14.880	2.381	2.397	50,54	40,60	50,83	32,79	100,00	100,00	25,71	16,16	3,75	21,41	0,413	0,515
46	31	4 190	4 026	RO	Machadinho D'Oeste	23.095	22.739	3.920	3.862	51,21	41,27	44,60	39,64	60,44	100,00	12,93	8,97	21,28	30,91	0,405	0,511
49	32	4 268	4 054	RO	Corumbiara	10.487	10.459	1.870	1.630	54,31	42,89	49,74	35,31	60,25	100,00	36,96	27,50	13,81	17,88	0,396	0,509
34	33	3 926	4 066	RO	Santa Luzia D'Oeste	11.234	11.601	1.861	1.681	44,53	39,62	44,00	29,26	72,33	85,29	8,96	20,11	21,30	19,34	0,434	0,508
40	34	4 031	4 094	RO	Nova Mamoré	13.644	14.777	2.840	2.392	48,81	52,78	44,21	40,49	43,43	86,15	33,49	15,21	23,73	44,69	0,423	0,505
33	35	3 918	4 104	RO	Cacaulândia	5.114	5.370	924	896	55,61	42,13	50,49	29,57	98,95	72,95	18,00	18,84	21,20	27,64	0,434	0,505
27	36	3 615	4 178	RO	Espigão D'Oeste	24.137	25.686	3.894	3.872	44,14	41,11	41,69	40,38	100,00	100,00	8,96	23,99	17,59	18,51	0,466	0,498
17	37	3 244	4 192	RO	Alvorada D'Oeste	19.626	19.830	3.497	3.328	46,63	47,85	43,39	34,75	100,00	99,48	23,33	4,46	30,89	29,23	0,506	0,496
18	38	3 422	4 206	RO	Alta Floresta D'Oeste	24.269	26.531	4.313	3.983	42,12	39,01	41,52	39,57	100,00	88,35	11,84	29,69	22,88	17,77	0,488	0,496
41	39	4 076	4 216	RO	Monte Negro	8.706	12.627	1.608	2.230	49,96	42,74	45,80	32,86	77,44	95,10	15,60	19,77	15,79	15,86	0,416	0,494
51	40	4 496	4 219	RO	Parecis	4.144	3.621	658	651	66,13	52,37	52,65	39,22	100,00	100,00	19,64	26,60	8,72	25,89	0,374	0,494
32	41	3 837	4 402	RO	Alto Paraíso	10.723	13.116	1.749	2.198	48,58	43,68	45,73	36,15	100,00	91,93	14,72	19,20	13,72	15,17	0,442	0,477
42	42	4 114	4 412	RO	Nova União	6.415	8.231	1.148	1.447	55,61	37,68	48,89	38,64	74,34	64,35	41,35	19,73	12,00	24,92	0,413	0,477
29	43	3 699	4 456	RO	Ministro Andreazza	10.673	11.609	1.852	1.876	49,94	41,63	46,51	31,84	100,00	60,71	27,01	27,22	15,72	18,18	0,457	0,472
38	44	3 999	4 484	RO	Vale do Paraíso	9.238	9.861	1.600	1.564	57,78	44,26	45,65	35,49	71,79	60,28	47,10	33,54	13,96	20,37	0,425	0,469
36	45	3 992	4 509	RO	Novo Horizonte do Oeste	11.050	12.275	1.855	1.919	53,22	37,15	49,13	35,65	100,00	73,91	23,08	18,54	10,86	13,14	0,425	0,466
45	46	4 158	4 603	RO	Theobroma	8.500	11.353	1.417	1.733	59,51	41,75	53,78	41,94	98,95	71,59	30,53	23,08	12,22	18,84	0,409	0,456
39	47	4 015	4 632	RO	Alto Alegre dos																

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004
												IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						
104	7	701	66	SC	São Carlos	10.084	9.364	1.250	976	11,57	9,96	12,17	6,88	72,96	100,00	36,36	78,30	59,73	84,86	0,727	0,893
50	8	362	74	SC	Guabiruba	11.539	12.974	1.515	1.504	6,11	3,11	8,22	4,06	37,13	100,00	77,60	86,93	63,29	69,72	0,766	0,890
40	9	270	96	SC	Timbó	26.497	29.358	3.163	3.186	8,59	5,77	7,92	7,95	52,15	100,00	48,87	68,45	78,33	81,95	0,781	0,881
28	10	182	99	SC	Cunhataí	1.941	1.820	255	220	6,39	0,00	5,07	0,00	46,43	100,00	52,38	66,67	80,70	68,70	0,797	0,880
9	11	71	103	SC	Brusque	66.558	76.057	8.046	8.277	7,36	8,69	8,35	7,92	57,94	100,00	76,90	91,53	81,59	72,57	0,833	0,879
33	12	221	106	SC	Itapiranga	14.996	13.988	2.229	1.775	12,15	7,72	9,66	9,23	79,00	100,00	56,72	77,16	69,82	79,76	0,790	0,878
124	13	839	107	SC	São João do Oeste	6.561	5.787	864	609	10,19	0,00	8,71	2,99	70,37	100,00	16,05	50,00	61,42	79,31	0,714	0,878
99	14	693	113	SC	Pomerode	21.189	22.126	2.336	2.225	10,21	5,71	9,71	2,69	47,21	100,00	54,24	86,26	60,11	66,31	0,727	0,878
25	15	156	126	SC	Luzerna	5.364	5.572	631	595	7,30	3,26	6,26	6,30	73,74	100,00	65,22	63,49	65,31	77,39	0,803	0,874
140	16	1 039	127	SC	Lajeado Grande	1.543	1.570	197	172	27,91	4,58	21,64	13,63	100,00	100,00	20,00	35,29	67,35	100,00	0,695	0,874
35	17	242	131	SC	Witmarsum	3.526	3.250	511	450	16,60	13,83	20,30	15,39	84,29	100,00	35,21	64,00	91,67	95,94	0,786	0,872
7	18	49	165	SC	Imbuia	5.398	5.244	840	729	16,62	12,73	15,62	14,37	83,87	100,00	83,96	88,76	85,42	78,40	0,843	0,864
14	19	94	179	SC	Rio Fortuna	4.220	4.320	577	469	9,41	10,53	10,35	8,85	100,00	100,00	60,29	82,69	67,75	73,09	0,820	0,863
18	20	132	199	SC	Salete	6.885	7.162	1.061	941	16,10	17,13	16,08	13,45	92,86	95,92	80,14	77,97	69,15	86,29	0,809	0,857
133	21	917	202	SC	Botuverá	4.032	3.754	485	387	14,54	0,00	14,29	5,64	55,81	100,00	87,18	100,00	40,51	47,87	0,708	0,856
10	22	77	206	SC	Balneário Camboriú	58.188	73.455	7.183	8.426	12,61	10,94	12,19	11,18	99,14	98,83	75,57	87,07	69,47	70,91	0,830	0,854
123	23	838	215	SC	Treze Tilias	4.530	4.839	646	591	21,87	14,88	17,53	12,17	76,47	96,51	76,12	77,27	48,89	81,32	0,714	0,853
236	24	2 051	217	SC	Flor do Sertão	1.667	1.612	244	202	41,74	22,26	32,88	2,39	100,00	100,00	24,14	39,13	57,52	96,15	0,612	0,853
148	25	1 121	225	SC	Nova Erechim	3.411	3.542	459	430	16,00	7,48	17,90	7,83	58,90	96,30	50,70	59,26	53,89	77,89	0,687	0,851
29	26	185	231	SC	Arabutã	3.848	4.159	440	366	10,63	7,36	10,43	7,11	93,94	100,00	72,34	85,71	56,28	61,45	0,796	0,850
60	27	407	234	SC	Governador Celso Ramos	10.864	11.596	1.470	1.429	20,22	11,99	15,12	10,85	92,92	100,00	34,01	44,69	75,35	90,02	0,759	0,849
24	28	154	240	SC	Tubarão	83.728	88.470	9.887	8.897	10,77	9,02	11,45	7,48	100,00	100,00	45,00	51,93	71,04	79,56	0,803	0,848
6	29	35	247	SC	Joaquima	22.982	24.064	2.720	2.794	12,09	11,76	9,58	10,56	100,00	98,58	64,32	62,53	81,14	80,15	0,854	0,846
64	30	451	263	SC	São José do Cedro	13.732	13.678	1.836	1.652	19,51	19,34	15,71	14,11	100,00	100,00	73,54	65,42	49,94	87,69	0,754	0,842
11	31	84	279	SC	Presidente Getúlio	11.523	12.333	1.519	1.383	13,71	10,67	9,82	9,24	75,96	100,00	75,14	48,00	78,86	81,76	0,827	0,840
95	32	671	294	SC	São Pedro de Alcântara	3.465	3.582	393	359	16,37	22,45	13,31	16,85	42,11	100,00	50,00	53,85	75,84	97,42	0,731	0,838
21	33	145	302	SC	Schroeder	9.294	10.810	1.284	1.375	12,74	10,33	11,98	8,35	95,73	100,00	69,54	56,17	63,94	74,83	0,805	0,836
63	34	450	307	SC	Taió	15.997	16.255	2.180	1.909	14,62	10,59	16,60	15,43	100,00	100,00	60,99	47,23	52,23	86,22	0,754	0,835
116	35	788	312	SC	Rio do Campo	6.578	6.522	927	824	19,30	18,27	17,89	8,25	96,72	100,00	33,33	50,00	59,33	85,07	0,718	0,834
12	36	85	316	SC	Videira	36.772	41.589	5.256	5.532	14,86	16,29	15,79	15,56	100,00	94,27	79,28	84,34	71,70	75,55	0,827	0,832
39	37	269	335	SC	Braco do Norte	20.262	24.802	3.140	3.497	14,91	10,99	14,56	8,94	96,70	100,00	28,74	86,67	79,11	58,26	0,781	0,829
73	38	536	341	SC	Ituporanga	18.508	19.491	2.737	2.568	15,89	13,20	14,51	11,34	100,00	94,46	75,24	85,23	40,12	66,13	0,743	0,829
67	39	469	342	SC	Grão Pará	5.830	5.816	821	743	20,97	16,08	20,36	14,90	75,20	100,00	16,67	85,71	96,08	69,51	0,752	0,828
54	40	378	355	SC	Peritiba	3.178	3.230	390	336	10,65	2,54	11,21	10,08	71,05	100,00	62,50	88,89	60,22	48,57	0,763	0,826
15	41	111	364	SC	Guarujá do Sul	4.950	4.695	709	515	17,24	16,88	14,65	14,05	100,00	100,00	60,24	58,73	77,25	81,42	0,814	0,825
219	42	1 811	368	SC	Benedito Novo	8.677	9.069	1.007	971	18,79	18,44	17,70	11,90	59,21	100,00	32,73	59,14	43,40	80,49	0,632	0,824
30	43	198	369	SC	Rio do Sul	47.822	51.648	6.101	5.973	12,23	11,70	12,66	10,36	100,00	100,00	45,15	56,97	69,73	73,29	0,794	0,824
114	44	768	379	SC	Indaial	35.340	40.192	4.653	4.941	11,20	8,38	11,60	9,11	56,64	91,47	44,36	67,90	60,34	66,98	0,720	0,823
135	45	932	388	SC	Chapadão do Lageado	2.441	2.559	402	396	19,69	6,96	20,31	16,78	87,50	100,00	72,92	85,42	42,26	59,78	0,706	0,822
91	46	648	398	SC	Mondaí	10.048	8.728	1.379	1.057	12,96	9,74	9,80	10,89	70,83	100,00	47,52	67,24	56,51	65,33	0,732	0,821
158	47	1 203	402	SC	Itá	6.733	6.762	814	778	19,88	16,83	16,41	15,48	95,45	100,00	26,72	70,24	46,78	75,21	0,679	0,820
55	48	380	405	SC	Guaramirim	20.830	23.794	3.031	3.178	12,40	12,92	11,84	13,26	87,94	100,00	50,35	48,73	60,13	79,72	0,763	0,820
47	49	333	412	SC	Cocal do Sul	12.486	13.726	1.709	1.638	10,48	8,89	14,06	10,58	94,57	100,00	23,56	46,37	73,61	73,99	0,770	0,819
231	50	1 943	416	SC	Urussanga	18.104	18.727	2.073	1.830	16,62	10,50	18,51	6,65	91,48	100,00	23,72	50,21	26,15	69,61	0,622	0,819
8	51	50	417	SC	São Martinho	3.331	3.273	385	357	11,01	10,76	9,01	16,74	97,83	100,00	75,47	74,29	70,22	67,91	0,842	0,819
84	52	617	424	SC	Porto União	30.676	31.857	4.071	4.182	16,13	14,57	17,50	11,15	86,77	87,61	58,29	86,04	55,09	66,08	0,735	0,818
166	53	1 276	425	SC	Salto Veloso	3.790	3.910	559	486	20,2											

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola						
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	1999	2004									
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004		
78	81	552	652	SC	Itajaí	134.942	147.494	18.190	19.299	16,84	15,40	17,10	16,26	89,16	100,00	49,89	66,25	61,05	65,30	0,742	0,792
254	82	2.384	653	SC	Rio Rufino	2.321	2.414	355	325	27,18	23,84	28,75	17,78	100,00	100,00	37,88	75,00	21,28	70,83	0,586	0,792
75	83	546	664	SC	Lontras	7.936	8.381	1.073	1.127	17,11	8,34	16,06	12,52	91,52	100,00	46,98	54,23	60,73	60,12	0,742	0,791
96	84	674	665	SC	Iporã do Oeste	7.914	7.875	1.095	941	10,03	5,82	8,52	12,68	85,92	100,00	32,81	45,56	51,31	62,00	0,730	0,791
94	85	667	673	SC	Braço do Trombudo	3.002	3.185	390	328	20,81	13,38	20,52	12,39	89,09	100,00	7,81	41,67	85,33	70,92	0,731	0,790
53	86	370	679	SC	Antônio Carlos	6.007	6.434	807	793	20,94	14,84	17,03	18,45	77,67	100,00	34,78	60,47	87,46	68,77	0,764	0,789
69	87	486	680	SC	Criciúma	159.101	170.418	21.678	20.727	12,93	11,64	14,81	14,96	98,40	97,92	31,02	31,02	62,88	77,79	0,750	0,789
211	88	1.714	698	SC	Ermo	2.105	2.056	307	250	29,39	11,02	29,82	29,05	100,00	100,00	23,81	46,15	52,99	82,03	0,639	0,788
89	89	645	703	SC	Ouro	6.509	7.417	795	822	9,06	5,76	7,79	6,21	99,11	95,24	7,20	27,27	56,74	65,56	0,733	0,787
149	90	1.142	704	SC	Chapécó	131.014	146.965	19.774	20.126	17,19	13,34	17,23	13,71	77,50	100,00	32,84	65,68	53,23	58,94	0,685	0,787
51	91	364	706	SC	São Miguel do Oeste	31.227	32.323	4.205	3.827	14,94	13,32	13,84	13,71	100,00	100,00	54,60	53,17	57,65	65,13	0,765	0,787
82	92	611	709	SC	Agrolândia	7.608	7.808	1.055	950	17,55	14,97	16,90	17,75	100,00	100,00	7,38	53,26	75,05	70,73	0,736	0,787
118	93	814	712	SC	Piratuba	4.342	5.810	540	625	18,16	20,19	13,80	11,82	100,00	100,00	52,33	48,15	42,47	72,35	0,717	0,786
61	94	420	714	SC	Maravilha	18.625	18.519	2.603	2.203	15,39	9,59	13,33	18,79	83,00	100,00	53,11	39,27	63,55	73,09	0,757	0,786
144	95	1.091	716	SC	Içara	42.096	48.632	6.151	6.498	19,59	14,75	20,92	18,31	100,00	100,00	25,73	53,53	53,33	70,37	0,689	0,785
237	96	2.162	722	SC	Anitápolis	3.345	3.234	421	380	28,30	13,04	28,23	25,82	78,72	100,00	47,46	35,00	34,86	85,20	0,604	0,785
121	97	832	737	SC	Nova Trento	9.369	9.850	1.120	1.067	13,83	12,62	11,39	15,16	86,16	100,00	47,26	61,21	44,65	60,67	0,715	0,784
129	98	874	743	SC	Imaruí	13.825	13.402	1.715	1.514	27,91	24,30	25,00	23,91	76,17	100,00	16,75	57,93	90,96	82,67	0,711	0,784
59	99	402	746	SC	Atalanta	3.658	3.428	551	437	14,19	16,73	12,06	15,12	87,34	100,00	12,50	45,24	80,18	72,60	0,760	0,783
17	100	117	774	SC	Itapoá	5.830	8.839	796	1.256	21,54	15,40	23,46	22,15	100,00	96,49	58,54	61,29	90,54	71,27	0,812	0,782
224	101	1.853	778	SC	Rio dos Cedros	8.812	8.938	996	861	18,67	14,32	15,38	11,00	56,91	100,00	45,95	75,00	34,57	50,28	0,630	0,781
68	102	474	781	SC	Iraceminha	5.168	4.590	569	517	26,57	26,42	18,96	17,78	100,00	100,00	45,95	43,24	72,86	84,98	0,751	0,781
85	103	618	799	SC	São Bento do Sul	57.098	65.436	8.044	8.755	12,63	9,00	13,76	10,12	100,00	100,00	28,74	68,24	56,01	46,75	0,735	0,779
56	104	383	807	SC	Cunha Porã	10.592	10.227	1.359	1.121	13,68	12,00	12,82	14,69	94,92	100,00	38,89	60,53	64,45	57,92	0,762	0,779
100	105	695	808	SC	Garopaba	11.718	13.162	1.630	1.757	23,38	22,66	21,11	12,79	79,45	100,00	35,33	57,61	77,87	68,10	0,727	0,779
147	106	1.107	810	SC	Barra Bonita	2.225	2.116	312	271	23,51	8,05	26,02	6,74	100,00	100,00	43,59	28,57	52,86	61,90	0,688	0,778
97	107	679	813	SC	Massaranduba	11.788	12.560	1.486	1.324	11,74	6,24	10,82	8,03	88,27	100,00	47,24	54,44	46,65	48,32	0,730	0,778
126	108	847	819	SC	Laurentino	4.532	5.062	605	574	15,71	6,87	10,99	6,88	56,64	100,00	54,84	45,45	56,50	52,06	0,714	0,778
26	109	169	827	SC	Balneário Barra do Sul	3.892	6.043	544	794	23,39	12,80	20,12	17,18	100,00	100,00	26,09	29,89	100,00	75,78	0,799	0,777
37	110	259	830	SC	Santa Helena	2.772	2.586	375	325	19,88	8,25	16,01	16,85	71,43	100,00	75,68	61,54	75,47	54,94	0,783	0,777
87	111	636	831	SC	Saudades	8.445	8.322	1.204	1.038	10,46	10,51	7,47	11,00	86,62	100,00	39,60	49,56	48,07	57,31	0,733	0,776
110	112	737	868	SC	Blumenau	231.401	261.808	28.556	30.241	7,98	9,52	8,87	11,17	62,92	98,84	36,69	52,97	56,28	53,97	0,723	0,773
187	113	1.447	873	SC	Vidal Ramos	6.416	6.278	987	922	25,91	25,38	26,46	23,57	95,49	100,00	35,92	69,23	50,25	73,40	0,659	0,773
81	114	591	882	SC	Trombudo Central	5.895	5.794	768	620	14,12	18,09	16,36	18,53	98,92	100,00	19,49	37,07	66,18	76,76	0,737	0,772
16	115	112	883	SC	Porto Belo	7.606	10.702	1.072	1.400	19,78	22,06	19,04	19,25	88,61	100,00	44,44	51,66	97,69	74,13	0,814	0,772
131	116	908	884	SC	Jaguaruna	13.416	14.611	1.772	1.655	23,87	21,26	22,16	22,82	100,00	98,93	32,94	34,16	62,98	86,16	0,709	0,772
42	117	306	896	SC	Canelinha	8.209	9.004	1.217	1.163	27,20	21,12	22,71	21,27	100,00	100,00	53,24	47,24	83,11	77,18	0,775	0,771
62	118	438	909	SC	Ponte Serrada	10.408	10.561	1.712	1.691	23,65	39,04	25,00	26,97	96,55	100,00	82,16	70,28	61,14	88,84	0,755	0,770
146	119	1.097	918	SC	Cordilheira Alta	2.872	3.093	371	357	17,48	8,43	17,80	2,67	83,33	100,00	21,74	58,97	58,19	39,39	0,689	0,769
115	120	782	919	SC	Rio do Oeste	6.734	6.728	841	748	13,98	8,32	13,41	16,22	100,00	100,00	41,90	71,83	43,89	46,38	0,719	0,769
77	121	551	922	SC	Rodeio	9.623	10.379	1.009	929	16,01	24,43	12,66	16,04	39,01	95,05	49,09	60,42	81,30	70,47	0,742	0,769
143	122	1.083	927	SC	Pouso Redondo	11.778	12.404	1.642	1.597	21,87	18,61	25,73	21,02	100,00	100,00	48,22	63,82	49,38	65,20	0,690	0,769
109	123	733	928	SC	Herval d'Oeste	19.042	20.042	2.668	2.595	16,76	14,24	16,43	10,44	93,84	100,00	53,50	58,22	48,93	53,05	0,724	0,769
192	124	1.495	934	SC	Anchieta	7.763	7.133	1.184	950	24,95	24,21	23,06	18,78	100,00	100,00	21,21	41,28	49,54	79,73	0,655	0,768
88	125	644	941	SC	Joinville	397.951	429.603	54.022	53.645	10,53	6,90	12,78	9,86	96,54	97,99	58,9					

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004				IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999
						IDI 1999					IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999							
194	155	1 511	1 194	SC	Xaxim	22.677	22.855	3.248	2.985	18,66	15,62	18,06	15,38	73,84	90,45	26,87	33,24	48,11	66,37	0,654	0,743
106	156	709	1 198	SC	Xanxerê	35.783	37.429	5.189	4.972	19,40	17,20	18,97	14,97	97,50	98,02	49,60	35,37	55,19	62,58	0,726	0,743
269	157	2 650	1 200	SC	Coronel Martins	2.979	2.386	504	332	33,41	26,51	28,88	20,39	85,00	100,00	17,39	58,97	35,75	64,49	0,562	0,743
191	158	1 492	1 205	SC	Sombrio	21.174	22.962	3.164	3.101	22,87	20,51	23,74	20,76	90,52	100,00	32,59	32,63	47,35	71,91	0,656	0,742
222	159	1 823	1 216	SC	Palmitos	17.274	16.032	2.264	1.828	18,31	18,29	17,09	20,18	100,00	100,00	21,43	73,53	27,29	48,46	0,632	0,742
177	160	1 356	1 217	SC	Águas de Chapecó	6.410	5.782	901	724	22,39	17,83	22,96	24,29	88,89	100,00	27,20	71,95	54,52	52,89	0,668	0,742
175	161	1 349	1 242	SC	Coronel Freitas	10.333	10.621	1.449	1.265	26,50	26,73	19,92	18,56	73,46	100,00	71,97	63,72	41,15	58,89	0,669	0,739
23	162	151	1 250	SC	Armação	6.461	6.871	892	811	15,09	16,83	16,93	11,48	94,17	100,00	96,81	61,62	58,06	42,76	0,804	0,738
215	163	1 748	1 264	SC	Araranguá	50.668	54.704	6.902	6.818	19,92	16,39	18,73	12,40	88,53	97,76	6,01	41,10	45,80	54,34	0,636	0,737
238	164	2 165	1 267	SC	Passo de Torres	3.667	4.398	598	605	26,09	11,75	21,38	7,61	80,25	100,00	44,93	64,47	26,24	32,06	0,603	0,737
157	165	1 201	1 270	SC	Gaspar	40.584	46.412	5.403	5.611	10,32	12,27	11,93	13,70	55,65	89,97	41,16	41,62	45,45	55,05	0,679	0,737
130	166	882	1 275	SC	Laguna	43.870	47.568	5.476	5.530	16,17	13,28	16,14	15,11	98,70	100,00	48,35	43,92	43,02	51,16	0,711	0,737
173	167	1 334	1 280	SC	Tangará	9.054	8.754	1.220	992	18,73	14,76	17,82	12,46	74,47	100,00	53,33	69,61	40,47	36,97	0,670	0,736
204	168	1 614	1 300	SC	Turvo	10.673	10.885	1.533	1.274	28,55	15,46	26,45	24,02	100,00	96,99	24,88	45,64	50,98	61,96	0,646	0,734
162	169	1 230	1 306	SC	Descanso	10.116	9.127	1.358	1.058	18,67	18,30	14,84	20,02	71,18	95,24	75,95	88,18	30,67	40,12	0,677	0,734
265	170	2 565	1 316	SC	Leoberto Leal	4.120	3.739	655	466	30,68	24,66	30,84	27,81	80,00	100,00	16,25	30,19	41,02	80,53	0,569	0,733
234	171	2 016	1 330	SC	Apiúna	8.425	8.518	1.210	1.146	26,65	22,48	23,31	15,10	54,74	100,00	47,71	49,66	44,72	55,44	0,615	0,732
217	172	1 778	1 338	SC	Jardimópolis	2.067	1.994	324	294	21,30	23,87	23,66	13,94	68,00	86,96	56,76	54,84	36,23	59,40	0,634	0,731
154	173	1 178	1 345	SC	Palhoça	81.176	102.742	12.540	14.953	15,81	12,18	14,98	14,09	93,49	100,00	34,62	40,87	39,40	48,00	0,682	0,730
246	174	2 224	1 363	SC	Zortéa	2.597	2.633	385	329	19,38	12,35	15,69	13,69	68,09	100,00	13,16	34,15	33,96	50,69	0,599	0,729
134	175	925	1 368	SC	Faxinal dos Guedes	10.196	10.765	1.514	1.551	17,99	18,53	18,74	17,51	86,38	100,00	70,98	63,89	40,88	45,67	0,707	0,729
174	176	1 344	1 375	SC	Água Doce	6.808	6.842	1.027	996	25,52	24,95	24,72	12,13	100,00	100,00	35,63	52,59	50,00	52,14	0,669	0,728
136	177	936	1 387	SC	Luiz Alves	7.203	7.973	989	1.027	16,88	15,09	14,43	9,44	77,85	100,00	68,25	38,02	40,56	46,51	0,706	0,727
168	178	1 287	1 397	SC	São Miguel da Boa Vista	2.175	2.016	308	215	21,65	24,36	20,77	18,29	100,00	100,00	29,17	35,00	46,72	65,93	0,672	0,727
223	179	1 834	1 415	SC	Águas Mornas	4.840	5.390	700	628	19,06	15,12	14,45	8,44	77,45	100,00	43,96	42,86	25,16	42,29	0,631	0,725
196	180	1 543	1 418	SC	União do Oeste	3.710	3.389	557	399	23,35	18,75	21,06	21,05	76,62	100,00	38,00	47,22	48,06	56,21	0,652	0,725
243	181	2 192	1 420	SC	Santa Terezinha	8.439	8.840	1.431	1.290	27,40	20,82	25,30	22,00	76,97	100,00	50,92	44,54	29,17	60,47	0,601	0,725
163	182	1 233	1 421	SC	Fraiburgo	30.265	32.946	4.904	5.083	19,58	16,33	21,56	18,07	100,00	100,00	29,94	56,69	46,69	45,95	0,676	0,725
169	183	1 291	1 425	SC	Bom Jardim da Serra	4.215	4.079	651	567	26,42	9,48	26,69	14,07	100,00	100,00	59,46	44,19	42,18	41,18	0,672	0,724
36	184	251	1 447	SC	Pinheiro Preto	2.680	2.728	409	355	15,93	17,20	15,30	32,05	92,86	100,00	76,92	90,32	60,00	43,29	0,784	0,723
267	185	2 577	1 455	SC	Bandeirante	3.704	3.177	548	374	31,18	31,72	24,09	21,15	57,58	100,00	32,73	33,33	37,40	75,16	0,568	0,722
79	186	559	1 462	SC	Bom Jesus do Oeste	2.180	2.150	287	226	11,02	25,22	10,12	4,79	68,29	100,00	42,86	39,29	61,72	49,18	0,740	0,722
245	187	2 216	1 491	SC	Paulo Lopes	5.589	5.924	813	796	28,19	19,66	22,12	15,85	68,27	100,00	38,10	58,44	36,75	44,22	0,599	0,720
195	188	1 535	1 494	SC	Major Vieira	7.022	6.905	1.086	1.054	20,63	13,62	16,08	13,62	83,45	100,00	43,48	33,61	34,41	48,25	0,653	0,720
153	189	1 170	1 503	SC	Canoinhas	49.282	51.631	7.339	7.095	16,62	12,20	18,00	13,82	100,00	98,72	25,78	31,98	44,62	48,24	0,682	0,719
189	190	1 464	1 513	SC	Arroio Trinta	3.520	3.490	461	383	23,34	14,37	17,73	19,59	69,01	100,00	91,67	96,15	24,00	23,12	0,658	0,718
178	191	1 372	1 514	SC	Campos Novos	28.123	28.729	4.123	4.085	23,77	18,25	23,73	18,83	94,97	100,00	38,88	42,96	47,20	52,80	0,667	0,718
277	192	2 732	1 531	SC	Galvão	4.327	4.234	694	565	31,75	21,46	31,04	17,84	82,18	100,00	26,56	45,28	30,26	53,33	0,555	0,717
92	193	651	1 544	SC	Vargeão	3.519	3.525	524	512	29,66	28,51	26,58	19,10	100,00	96,15	54,93	70,91	71,65	50,42	0,732	0,716
283	194	3 085	1 583	SC	Palmeira	1.958	2.225	209	259	33,15	18,25	30,48	24,95	100,00	100,00	45,71	60,00	0,00	48,31	0,523	0,713
180	195	1 409	1 596	SC	Lindóia do Sul	4.930	4.876	573	483	15,90	10,67	13,70	16,92	81,25	100,00	67,27	73,68	20,50	25,42	0,663	0,712
105	196	706	1 603	SC	Urupema	2.397	2.525	317	293	18,98	12,55	19,27	10,81	100,00	100,00	39,13	31,25	59,23	42,22	0,726	0,711
249	197	2 242	1 617	SC	Vitor Meireles	5.679	5.518	966	801	27,46	28,45	27,60	23,40	89,47	100,00	30,00	77,17	34,42	47,12	0,598	0,710
137	198	968	1 624	SC	Ilhota	10.023	10.573	1.411	1.434	15,50	12,71	15,94	14,70	66,67	100,00	39,07	42,24	59,35	39,97	0,702	0,709
141	199	1 042	1 632	SC	Lages	140.946	157.682	19.777	21.494	17,92	14,61	19,31	15,70	100,00	95,15	46,36	26,44	41,73	52,83	0,694	0,708
213	2																				

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			1999	2004	1999	2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		1999	2004			
										1999	2004	1999	2004			1999			2004	1999	2004
203	229	1 612	1 970	SC	Vargem Bonita	5.537	5.156	932	770	29,52	29,17	27,57	23,94	73,29	100,00	50,41	57,43	53,77	45,75	0,646	0,678
287	230	3 296	1 978	SC	Calmon	2.322	3.467	427	686	43,01	36,62	39,95	36,03	100,00	100,00	12,50	29,09	27,27	79,31	0,501	0,678
188	231	1 450	1 997	SC	Meleiro	7.009	7.080	981	840	25,77	25,39	23,94	19,83	100,00	76,11	11,50	22,22	57,46	66,67	0,659	0,677
156	232	1 196	1 999	SC	Erval Velho	4.340	4.268	508	488	23,06	34,80	22,60	26,85	100,00	100,00	29,51	34,62	52,79	64,94	0,680	0,676
260	233	2 444	2 018	SC	Irineópolis	9.694	9.732	1.469	1.490	26,05	18,34	27,33	18,05	89,85	100,00	29,35	42,74	26,16	35,22	0,581	0,676
235	234	2 050	2 032	SC	Arvoredo	2.451	2.304	305	287	23,93	27,20	23,21	27,84	88,24	100,00	35,29	51,85	30,37	48,99	0,612	0,675
122	235	836	2 033	SC	Santa Rosa do Sul	7.742	7.810	1.155	1.031	24,10	22,05	21,68	25,02	82,39	100,00	38,81	31,52	71,11	51,12	0,715	0,675
252	236	2 332	2 039	SC	São João do Sul	6.790	6.782	1.007	848	22,39	18,61	21,33	18,69	77,40	100,00	38,89	36,84	21,52	38,48	0,590	0,674
240	237	2 172	2 046	SC	Rancho Queimado	2.443	2.636	366	287	26,41	14,58	31,40	32,08	77,78	100,00	35,29	32,14	42,26	50,00	0,602	0,674
258	238	2 417	2 054	SC	Praia Grande	7.492	7.285	1.104	891	31,14	24,86	24,11	19,95	82,21	90,48	36,11	33,33	29,28	52,10	0,583	0,673
197	239	1 546	2 057	SC	Caxambu do Sul	5.771	5.263	763	583	30,97	33,28	26,38	22,92	63,92	85,92	84,04	56,45	44,25	54,13	0,652	0,673
165	240	1 269	2 075	SC	Sangão	6.789	8.126	1.150	1.264	32,10	25,89	28,99	28,94	100,00	100,00	42,42	39,50	59,31	53,70	0,674	0,672
151	241	1 152	2 088	SC	Planalto Alegre	2.572	2.452	366	322	31,05	45,78	23,23	19,99	62,75	100,00	79,63	54,84	56,63	56,40	0,684	0,670
167	242	1 277	2 090	SC	Bocaina do Sul	2.916	2.979	376	352	36,09	24,21	36,31	20,32	100,00	100,00	43,55	20,75	69,75	52,15	0,673	0,670
207	243	1 680	2 110	SC	Barra Velha	13.204	15.530	1.966	2.233	22,09	23,44	20,31	22,39	80,60	100,00	40,78	40,61	38,28	42,82	0,641	0,668
212	244	1 726	2 125	SC	Caçador	58.620	63.322	8.954	9.489	31,71	22,62	33,12	26,45	91,35	95,60	65,13	56,43	41,78	39,89	0,638	0,667
262	245	2 467	2 145	SC	Balneário Gaivota	4.358	5.450	679	745	31,94	21,46	24,76	18,12	52,88	100,00	35,29	29,70	43,97	40,82	0,578	0,665
273	246	2 692	2 154	SC	São Cristovão do Sul	3.819	4.504	588	660	42,97	30,25	41,55	30,09	100,00	100,00	28,16	26,60	43,70	62,98	0,558	0,665
127	247	853	2 182	SC	Guatambú	4.435	4.700	604	737	29,24	27,78	25,42	31,13	100,00	100,00	77,89	45,00	50,84	51,61	0,713	0,663
271	248	2 660	2 193	SC	Novo Horizonte	3.436	3.101	495	371	29,18	22,66	23,82	35,37	69,70	100,00	32,73	56,60	26,15	44,58	0,561	0,662
57	249	394	2 196	SC	Major Gercino	3.534	3.143	450	325	22,12	15,27	23,52	13,14	76,47	68,97	44,74	23,81	89,29	46,63	0,761	0,661
263	250	2 491	2 209	SC	Ponte Alta	4.973	5.287	761	737	34,41	46,81	38,11	41,69	100,00	100,00	10,66	14,16	47,71	95,80	0,576	0,661
226	251	1 904	2 220	SC	Painel	2.195	2.384	278	261	33,76	22,71	26,16	21,12	100,00	78,79	68,42	31,03	25,60	52,68	0,625	0,659
80	252	575	2 233	SC	Princesa	2.686	2.611	390	316	19,25	40,72	20,00	28,77	100,00	92,86	62,50	55,26	53,59	58,87	0,739	0,659
210	253	1 713	2 277	SC	Romelândia	7.365	6.490	1.024	881	27,39	31,73	22,81	27,17	76,87	100,00	47,47	45,45	43,76	48,65	0,639	0,656
250	254	2 272	2 278	SC	Celso Ramos	3.011	2.843	450	345	19,66	23,36	19,86	17,94	100,00	93,10	9,30	22,22	22,96	46,06	0,595	0,656
285	255	3 130	2 281	SC	Presidente Nereu	2.455	2.303	359	271	29,11	21,54	26,56	15,33	60,00	100,00	25,93	65,38	20,35	16,56	0,519	0,656
251	256	2 324	2 301	SC	Macleira	1.802	1.898	300	224	40,89	14,78	35,06	18,12	70,37	100,00	60,00	31,58	47,06	28,91	0,591	0,655
198	257	1 565	2 323	SC	Abelardo Luz	13.593	16.438	2.160	2.805	33,08	28,99	30,67	26,78	100,00	98,24	60,56	37,83	43,50	48,93	0,650	0,653
274	258	2 722	2 333	SC	Garuva	10.285	11.376	1.780	1.942	34,47	28,08	36,00	29,54	79,82	100,00	46,67	49,19	29,41	44,04	0,555	0,653
206	259	1 651	2 353	SC	Treviso	2.698	3.142	299	342	24,52	24,62	23,13	14,03	100,00	100,00	30,95	41,38	39,66	28,41	0,644	0,651
259	260	2 424	2 367	SC	Nova Itaberaba	4.559	4.255	718	577	31,48	31,28	25,39	31,17	64,15	100,00	53,85	43,10	30,82	50,90	0,582	0,650
225	261	1 885	2 468	SC	Jupia	2.202	2.218	330	326	30,55	32,05	25,45	17,98	58,14	100,00	21,62	54,84	66,91	29,33	0,627	0,642
208	262	1 689	2 488	SC	Vargem	3.482	3.225	492	408	23,56	22,89	25,98	18,58	91,30	92,31	35,82	30,00	42,42	36,42	0,641	0,640
268	263	2 625	2 528	SC	Campo Erê	11.128	10.352	1.872	1.680	40,84	36,34	40,33	29,37	98,26	96,88	34,70	34,78	40,30	54,83	0,564	0,637
291	264	3 418	2 559	SC	Timbó do Sul	5.580	5.323	770	598	36,03	27,88	35,07	26,20	100,00	100,00	12,79	6,49	10,08	55,02	0,488	0,635
229	265	1 934	2 623	SC	Curitibanos	34.422	36.059	5.173	5.342	24,23	24,23	26,94	19,94	100,00	100,00	40,15	19,49	30,15	36,33	0,623	0,630
201	266	1 604	2 662	SC	Abdon Batista	3.106	2.774	431	325	25,81	10,43	22,67	21,14	58,82	91,67	12,00	27,50	71,88	23,13	0,647	0,628
280	267	2 824	2 674	SC	São José do Cerrito	10.276	10.393	1.399	1.206	35,22	30,00	33,20	21,61	83,96	100,00	19,87	14,06	35,13	45,32	0,547	0,627
278	268	2 797	2 681	SC	Angelina	6.051	5.879	808	632	37,13	23,75	32,77	32,38	82,52	98,57	46,08	26,98	25,38	43,84	0,549	0,626
257	269	2 412	2 699	SC	Papanduva	16.184	16.820	2.582	2.422	25,32	18,67	25,43	20,09	84,24	100,00	24,29	23,42	29,86	27,13	0,583	0,625
200	270	1 600	2 716	SC	Balneário Arroio do Silva	4.781	6.041	679	729	19,37	24,64	19,61	24,50	100,00	100,00	3,13	34,69	46,33	31,39	0,647	0,624
276	271	2 729	2 719	SC	Araruama	17.573	23.644	3.214	4.160	22,87	18,09	25,79	25,52	73,37	100,00	31,88	37,13	17,99	24,64	0,555	0,624
255	272	2 391	2 750	SC	Morro Grande	2.597	2.917	320	374	32,23	32,45	30,54	20,20	100,00	100,00	11,11	21,43	41,14	40,41	0,585	0,621
253	273	2 367	2 784	SC	Campo Belo do Sul	8.194	8.069	1.100	1.094	38,39	33,43	35,23	41,80	100,00	100,00	46,94	37,61	35,01	53,83	0,587	0,619
275	274	2 725	2 814	SC	Passos Maia	4.203	4.761	751	799	41,89	41,08	37,46	46,52	100,00							

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola				
									Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	1999	2004					
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999			IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004		
14	9	26	14	SP	Turiúba	1.945	1.893	199	170	19,35	0,00	9,94	0,00	100,00	100,00	46,67	50,00	100,00	95,45	0,860	0,926
56	10	135	15	SP	Oriente	5.769	5.882	651	609	18,44	13,83	16,39	6,30	100,00	92,00	76,74	89,02	69,77	100,00	0,808	0,926
13	11	24	16	SP	Pompéia	17.227	18.169	1.912	2.003	12,47	6,38	12,68	5,12	100,00	95,83	54,49	66,09	92,20	100,00	0,861	0,924
58	12	139	18	SP	Pedrinhas Paulista	2.592	2.859	331	352	16,90	9,13	15,70	7,32	100,00	96,67	80,49	88,00	65,00	92,81	0,807	0,922
164	13	426	20	SP	Estrela d'Oeste	8.009	8.256	864	806	18,48	11,40	19,03	8,83	100,00	100,00	63,89	77,59	58,07	99,16	0,756	0,919
526	14	1.998	21	SP	Rubinéia	2.486	2.614	260	251	24,75	10,35	12,16	9,21	100,00	91,67	15,79	82,76	25,62	100,00	0,616	0,919
15	15	27	22	SP	Votorantim	87.191	95.923	11.981	12.733	14,45	12,16	16,75	14,44	100,00	100,00	66,39	86,71	91,62	100,00	0,859	0,917
18	16	33	25	SP	Tarumã	10.325	10.743	1.462	1.382	20,97	12,93	23,27	12,95	97,61	100,00	75,25	84,62	100,00	100,00	0,855	0,916
129	17	311	26	SP	Taubaté	220.230	244.165	26.304	29.358	14,57	10,26	15,45	12,04	100,00	100,00	44,71	79,69	67,22	98,84	0,774	0,916
28	18	55	28	SP	Cerquillo	24.977	29.508	2.785	3.434	14,14	13,44	16,21	14,85	90,93	100,00	68,95	88,33	85,89	100,00	0,839	0,915
182	19	471	29	SP	Onda Verde	2.919	3.412	379	470	24,66	9,90	28,47	16,48	100,00	100,00	77,36	93,44	65,03	95,15	0,751	0,914
5	20	5	30	SP	Paulínia	44.431	51.324	5.310	6.030	15,47	14,66	15,03	11,11	100,00	99,72	77,15	82,69	100,00	100,00	0,895	0,914
386	21	1.237	32	SP	Santa Salete	1.363	1.377	127	84	17,54	24,97	16,07	6,95	56,25	100,00	100,00	92,86	25,97	100,00	0,676	0,911
195	22	512	33	SP	Mogi-Mirim	75.337	81.465	8.767	8.786	18,03	13,25	19,08	14,52	93,12	100,00	12,81	90,43	82,75	95,35	0,747	0,907
3	23	3	34	SP	Marília	177.632	197.341	20.924	22.624	12,82	11,94	13,63	10,73	100,00	87,74	83,23	91,00	100,00	96,04	0,913	0,907
70	24	171	35	SP	Porto Ferreira	43.893	47.435	5.410	5.302	20,27	11,57	20,07	15,33	87,10	98,33	44,20	90,96	94,14	94,79	0,799	0,906
32	25	63	37	SP	Bariri	25.797	28.222	2.883	3.148	20,43	11,49	21,33	18,32	98,19	100,00	67,73	89,90	93,32	97,04	0,836	0,905
12	26	14	38	SP	Alumínio	13.260	15.251	1.875	2.070	15,52	16,94	20,84	14,66	100,00	100,00	77,74	87,58	96,98	100,00	0,874	0,905
61	27	152	40	SP	Assis	83.133	87.251	9.320	9.145	13,76	8,05	12,60	8,79	92,78	100,00	73,88	81,63	64,46	87,91	0,804	0,905
143	28	355	42	SP	Vitória Brasil	1.529	1.673	171	153	18,66	7,36	33,33	15,99	100,00	86,96	65,00	83,33	76,25	100,00	0,767	0,904
20	29	36	43	SP	São José do Rio Preto	323.627	358.521	34.745	35.545	11,22	9,52	11,08	9,68	100,00	86,42	65,02	81,12	80,79	97,07	0,852	0,904
30	30	59	46	SP	Ipiguã	2.688	3.474	329	383	18,95	18,80	22,38	12,81	100,00	100,00	52,50	84,21	100,00	100,00	0,837	0,901
23	31	41	48	SP	Bocaina	8.561	9.440	1.071	1.105	21,56	16,32	24,42	21,89	87,50	100,00	94,56	96,32	93,57	100,00	0,847	0,900
158	32	412	49	SP	Quintana	5.108	5.441	598	591	21,62	15,30	17,66	11,48	100,00	100,00	63,53	73,24	60,78	100,00	0,758	0,900
51	33	123	50	SP	Araçatuba	162.577	169.253	17.411	17.589	10,48	8,12	11,02	8,88	100,00	100,00	42,05	84,12	74,85	84,59	0,811	0,899
2	34	2	51	SP	Ilha Solteira	22.145	23.994	2.418	2.464	6,97	3,73	5,51	6,87	100,00	100,00	57,44	54,09	100,00	92,76	0,916	0,898
212	35	554	52	SP	Adolfo	3.368	3.684	411	370	19,02	10,20	22,79	3,17	100,00	95,24	72,22	89,66	52,26	80,12	0,741	0,898
22	36	39	53	SP	Santos	412.243	417.981	34.925	36.519	10,20	10,79	10,01	9,68	100,00	90,62	62,74	79,14	79,25	94,74	0,851	0,898
304	37	901	55	SP	Nova Guataporanga	2.134	2.085	225	214	19,88	2,07	16,48	1,94	82,50	100,00	18,18	85,71	69,57	70,19	0,709	0,898
1	38	1	59	SP	São Caetano do Sul	139.825	140.157	10.615	10.383	5,46	4,84	5,04	4,50	100,00	69,15	63,24	82,00	100,00	91,85	0,928	0,895
29	39	56	60	SP	Rio Claro	153.389	168.218	17.449	18.101	16,13	13,73	15,79	13,69	100,00	100,00	45,90	73,64	94,33	98,23	0,838	0,894
232	40	604	67	SP	Zacarias	1.781	1.947	174	176	20,83	9,63	22,52	18,74	100,00	100,00	40,91	79,17	67,47	95,83	0,736	0,893
31	41	61	68	SP	Mairinque	32.345	39.974	4.530	5.619	23,69	16,37	24,06	18,26	100,00	100,00	68,98	83,23	98,03	100,00	0,837	0,892
147	42	372	71	SP	Santa Gertrudes	13.605	15.904	1.793	2.108	25,81	16,72	24,30	14,74	100,00	100,00	36,84	76,43	87,15	100,00	0,764	0,892
134	43	337	72	SP	Monte Alto	42.720	43.612	4.945	4.448	16,34	13,77	17,73	12,72	78,50	100,00	54,30	92,16	75,39	86,47	0,769	0,890
46	44	102	73	SP	Cosmópolis	39.880	44.355	5.255	5.314	20,07	15,42	21,11	13,78	100,00	100,00	64,76	77,83	85,66	96,32	0,817	0,890
379	45	1.215	75	SP	Laranjal Paulista	20.718	22.143	2.403	2.426	22,71	12,77	23,99	15,33	100,00	99,00	28,86	71,47	53,36	98,75	0,678	0,890
7	46	8	76	SP	Bauru	292.566	316.062	34.428	35.203	12,70	8,62	14,19	11,30	97,41	100,00	92,24	72,24	88,79	89,41	0,892	0,889
136	47	342	79	SP	Jaguariúna	25.399	29.597	3.153	3.539	18,99	12,67	21,29	17,12	98,22	97,78	59,73	79,16	68,75	96,14	0,769	0,887
105	48	243	80	SP	Salinho	5.261	5.799	564	555	15,25	6,50	16,14	6,65	100,00	100,00	65,52	57,36	63,08	88,89	0,786	0,886
531	49	2.031	82	SP	Platina	2.970	2.866	377	362	34,21	23,86	35,02	13,81	96,43	100,00	29,63	83,67	51,70	100,00	0,614	0,885
330	50	1.003	85	SP	Guaraçaí	8.887	8.893	987	886	17,37	18,34	18,44	15,34	89,08	100,00	79,02	76,72	31,21	99,40	0,699	0,885
620	51	3.174	86	SP	Balbinos	1.388	1.313	150	115	22,22	12,71	22,31	17,63	44,00	100,00	56,25	68,75	0,00	100,00	0,514	0,885
217	52	571	88	SP	Aramina	4.223	4.763	473	485	20,72	11,90	18,80	10,34	100,00	100,00	31,67	81,82	69,34	85,02	0,739	0,884
60	53	148	90	SP	Mirassol	43.851	48.327	5.042	5.021	14,26	12,35	13,31	8,37	85,01	100,00	82,62	74,03	65,50	86,97	0,804	0,883
198	54	517	91	SP	São Roque	61.450	66.635	7.508	7.909	24,26	21,62	22,80	19,55	100,00	100,00	30,43	92,25	79,96	98,23	0,745	0,883
41	55	88	92	SP	São João de Iracema	1.486	1.669	160	158	19,84	19,18	17,97	12,08	100,00	100,00	36,84					

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			Paí	Mãe	DTP	Tetra-valente	1999	2004	1999	2004	1999	2004		1999	2004	1999	2004	
																1999					2004
1999	2004	1999	2004			1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004
64	83	162	147	SP	Holambra	6.653	7.211	823	846	27,01	15,48	29,89	26,03	100,00	97,69	54,88	79,61	100,00	100,00	0,801	0,868
343	84	1 049	149	SP	Potirendaba	11.736	13.656	1.159	1.190	18,66	19,77	17,62	16,79	100,00	100,00	65,47	84,43	30,99	91,34	0,694	0,868
10	85	11	152	SP	Ituverava	34.116	36.267	3.726	4.031	20,83	15,19	17,09	13,80	100,00	100,00	83,63	83,13	99,82	84,13	0,884	0,867
97	86	229	153	SP	Piratiníngia	10.003	10.582	1.134	1.129	20,84	18,81	23,57	21,62	100,00	95,83	82,53	78,26	68,65	100,00	0,789	0,867
25	87	45	156	SP	Águas de São Pedro	1.720	1.881	149	136	12,38	27,47	8,04	10,45	100,00	100,00	16,67	68,42	100,00	100,00	0,845	0,866
74	88	184	157	SP	Orindiúva	3.546	4.161	490	516	14,35	22,59	15,22	14,42	98,51	100,00	55,56	91,23	71,04	87,56	0,796	0,865
120	89	287	158	SP	Fernandópolis	59.026	61.647	6.468	6.213	13,35	11,93	12,21	9,59	100,00	100,00	45,15	65,51	63,86	84,85	0,777	0,865
244	90	668	160	SP	Nova Europa	6.781	7.307	892	875	25,10	21,16	22,67	15,24	90,21	100,00	48,70	68,52	70,66	98,08	0,731	0,865
48	91	114	161	SP	Jales	43.784	46.185	4.763	4.507	12,57	10,09	12,54	13,80	87,74	100,00	83,04	84,49	64,86	77,57	0,813	0,865
307	92	909	162	SP	Luís Antônio	6.885	7.158	1.163	1.066	22,18	21,42	21,59	15,13	100,00	100,00	38,93	71,92	57,72	96,51	0,709	0,865
506	93	1 883	166	SP	Taguaí	7.078	7.466	886	842	36,75	19,72	39,69	17,98	100,00	100,00	56,96	66,67	48,76	100,00	0,627	0,864
191	94	492	167	SP	Dumont	5.495	6.305	696	718	23,40	15,16	23,79	21,74	100,00	98,91	39,62	68,13	77,04	99,01	0,749	0,864
171	95	444	168	SP	Parisi	1.625	1.946	168	173	22,30	8,55	18,42	2,89	100,00	77,42	78,95	96,43	52,94	70,13	0,754	0,864
62	96	157	169	SP	Catanduba	100.942	105.847	10.988	10.542	16,85	15,30	17,63	11,56	85,15	100,00	86,26	97,63	70,01	73,65	0,803	0,864
432	97	1 484	170	SP	Sud Mennucci	7.817	7.365	1.082	927	23,76	16,44	24,04	12,51	65,91	100,00	69,84	95,73	42,50	76,65	0,656	0,864
192	98	500	171	SP	São Carlos	175.517	192.996	19.829	20.592	14,83	11,06	16,62	12,97	95,39	99,01	6,96	66,98	79,45	86,47	0,748	0,864
124	99	294	174	SP	Salto	86.928	93.159	11.727	11.786	16,17	13,59	18,32	13,06	94,82	100,00	73,63	90,54	60,87	76,64	0,777	0,863
132	100	326	175	SP	Maracá	12.557	13.002	1.578	1.484	17,69	10,67	17,89	10,40	100,00	100,00	58,62	89,29	64,76	71,64	0,771	0,863
110	101	260	176	SP	Farfura	14.608	15.010	1.750	1.791	27,07	19,39	28,74	21,63	100,00	100,00	73,86	83,58	81,93	94,40	0,783	0,863
63	102	159	178	SP	Paranapuã	3.797	3.630	431	435	20,06	27,46	18,82	14,66	74,63	100,00	74,07	74,36	85,56	100,00	0,803	0,863
142	103	354	180	SP	Guapiçu	12.566	14.086	1.411	1.440	21,36	20,75	23,23	15,55	92,42	100,00	52,47	71,51	79,03	95,60	0,767	0,863
101	104	236	181	SP	Valentim Gentil	6.815	8.604	803	917	18,96	16,65	18,52	15,63	100,00	100,00	81,03	88,70	62,04	82,93	0,788	0,863
78	105	193	185	SP	Araçoiaba da Serra	17.125	20.110	2.223	2.527	25,22	17,80	26,04	23,45	100,00	96,11	55,42	76,40	91,34	99,63	0,794	0,862
163	106	425	188	SP	Novo Horizonte	31.237	32.430	3.742	3.308	22,73	17,46	25,67	18,54	87,80	97,16	93,65	92,52	60,25	85,56	0,756	0,861
159	107	413	190	SP	Barra Bonita	32.845	35.485	3.601	3.637	19,11	15,24	18,90	13,46	100,00	100,00	7,75	45,93	87,38	100,00	0,758	0,861
79	108	194	191	SP	Bento de Abreu	2.320	2.393	280	289	17,48	21,42	19,11	10,83	100,00	100,00	33,33	79,31	87,60	86,76	0,794	0,860
365	109	1 128	192	SP	Pongai	3.544	3.691	354	284	27,34	8,12	26,91	22,53	100,00	100,00	72,34	64,71	42,60	92,38	0,686	0,860
59	110	140	193	SP	Aporecida	34.318	34.903	4.317	3.824	12,19	10,72	13,40	14,38	99,66	100,00	46,23	63,41	75,21	87,18	0,806	0,859
40	111	83	194	SP	Sorocaba	431.561	493.468	53.986	60.250	14,85	11,19	16,21	11,68	100,00	98,02	65,97	79,29	79,12	77,79	0,828	0,859
303	112	900	195	SP	Agudos	31.311	32.484	4.383	4.072	24,07	18,21	26,49	20,40	99,84	95,48	9,63	68,59	79,43	100,00	0,709	0,859
115	113	274	196	SP	Aniranhã	6.781	7.475	743	810	26,56	27,59	30,37	17,27	100,00	90,16	91,53	97,00	73,31	94,21	0,780	0,857
601	114	2 853	197	SP	Presidente Alves	4.079	4.317	466	504	21,96	17,67	31,47	17,36	100,00	100,00	41,67	77,36	0,00	89,18	0,543	0,857
138	115	347	201	SP	Pereira Barreto	25.359	25.028	3.296	2.906	17,27	9,98	16,35	9,88	100,00	100,00	47,56	56,25	67,02	84,17	0,768	0,856
153	116	387	204	SP	Boracéia	3.548	3.738	472	416	22,52	25,38	30,13	24,26	83,33	100,00	54,17	83,33	88,50	100,00	0,761	0,855
237	117	630	207	SP	Santa Clara d'Oeste	2.354	2.122	274	210	25,68	20,45	23,95	9,75	100,00	100,00	88,89	80,00	48,61	81,82	0,734	0,854
313	118	935	208	SP	Mendonça	3.346	3.759	319	361	13,98	8,04	18,95	14,12	100,00	100,00	78,57	83,33	26,06	72,07	0,706	0,854
76	119	189	213	SP	Cordeirópolis	15.344	17.591	1.923	2.237	19,27	17,52	19,83	13,80	100,00	100,00	68,88	74,74	72,99	85,21	0,795	0,853
82	120	202	214	SP	Limeira	230.348	249.044	28.271	28.954	14,34	9,80	15,35	12,01	95,73	100,00	60,01	68,01	68,89	78,98	0,793	0,853
103	121	238	218	SP	Ilha Comprida	3.434	6.703	301	807	20,87	18,14	25,78	10,97	100,00	100,00	23,26	48,60	100,00	95,85	0,787	0,853
300	122	879	220	SP	Dourado	8.296	8.606	950	880	18,19	20,26	21,07	15,50	100,00	94,07	33,33	85,44	56,88	86,89	0,711	0,852
65	123	164	221	SP	São João da Boa Vista	73.735	77.385	8.048	8.178	18,29	13,52	17,16	11,64	92,95	95,72	73,86	80,44	72,39	77,74	0,801	0,852
27	124	51	224	SP	Presidente Prudente	177.367	189.184	20.556	20.956	9,86	8,40	9,73	9,18	100,00	100,00	64,82	63,39	73,65	76,40	0,841	0,851
152	125	384	227	SP	Bragança Paulista	110.083	125.031	13.327	14.521	20,76	18,94	21,70	17,51	100,00	97,22	55,02	67,30	69,80	94,46	0,762	0,851
317	126	954	228	SP	Araçariquama	9.512	11.154	1.497	1.652	34,12	30,09	33,94	25,59	100,00	100,00	51,92	91,39	73,63	100,00	0,704	0,850
161	127	422	229	SP	Quirinópolis	86.876	93.868	10.779	11.031	18,12	15,11	18,85	17,50	87,31	100,00						

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			Pai	Mãe	DTP	Tetra-valente	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004		
486	157	1 760	293	SP	Torrinha	8.183	8.836	942	930	20,89	14,01	19,24	21,40	100,00	100,00	88,46	88,73	0,00	76,10	0,635	0,838
442	158	1 557	295	SP	Santa Rita d'Oeste	2.910	2.694	282	209	19,57	17,76	18,64	21,89	55,56	100,00	72,00	87,88	34,85	80,65	0,651	0,837
114	159	273	296	SP	Cubatão	97.257	108.309	12.939	14.758	25,77	22,35	22,78	17,17	100,00	100,00	38,62	71,53	91,43	88,65	0,780	0,837
125	160	297	297	SP	Ribeirão Preto	456.252	504.922	50.156	55.054	12,99	12,75	12,29	12,16	100,00	96,90	40,98	78,92	65,26	71,83	0,776	0,837
151	161	381	298	SP	Batatais	47.996	51.110	5.874	5.696	21,43	14,24	22,08	20,50	98,23	100,00	55,74	82,04	71,54	78,45	0,763	0,837
144	162	356	299	SP	Monte Alegre do Sul	6.006	6.321	657	621	21,18	14,86	21,07	23,54	78,22	100,00	68,97	82,35	75,35	81,69	0,767	0,836
297	163	864	300	SP	Pindorama	13.114	13.107	1.446	1.250	21,58	14,35	25,00	16,06	85,31	100,00	86,52	94,34	45,48	67,65	0,712	0,836
434	164	1 505	305	SP	Piacatu	4.637	4.625	559	489	24,30	28,49	26,24	23,96	77,78	100,00	26,92	88,33	60,08	92,37	0,655	0,835
248	165	688	309	SP	Buritama	13.499	13.854	1.607	1.413	20,72	14,24	21,91	14,39	100,00	96,74	46,79	63,32	60,45	82,28	0,728	0,834
441	166	1 555	310	SP	Sabino	4.745	4.949	562	526	20,95	17,27	24,51	22,72	96,39	100,00	33,33	69,77	41,11	88,76	0,651	0,834
187	167	480	311	SP	Pradópolis	11.854	12.910	1.523	1.483	25,06	22,86	27,23	21,46	78,54	100,00	45,05	55,86	90,46	100,00	0,750	0,834
49	168	118	313	SP	Echaporã	6.410	6.827	871	867	24,41	14,28	23,40	14,80	90,07	100,00	90,16	90,32	82,44	67,42	0,812	0,834
84	169	204	315	SP	Promissão	29.805	31.105	3.745	3.618	20,49	18,93	19,28	18,75	89,21	100,00	73,48	60,23	75,44	90,93	0,793	0,833
155	170	397	317	SP	Avaré	69.580	76.470	8.686	8.839	24,80	21,46	25,82	19,84	100,00	100,00	88,45	72,37	60,47	88,11	0,760	0,832
96	171	227	320	SP	Artur Nogueira	26.019	33.122	3.464	4.379	23,13	19,00	25,45	20,50	100,00	100,00	53,90	71,35	87,19	86,56	0,789	0,832
397	172	1 283	322	SP	Anhumas	3.136	3.409	404	376	21,43	20,76	21,21	24,94	100,00	100,00	60,00	56,52	31,63	100,00	0,672	0,831
184	173	477	323	SP	Mogi Guaçu	114.546	124.228	14.242	14.462	17,04	13,55	19,24	14,03	94,09	96,91	39,19	70,90	69,81	76,16	0,750	0,831
225	174	588	325	SP	Serra Negra	22.295	23.850	2.382	2.400	30,42	21,75	28,66	21,70	100,00	91,75	38,02	59,88	85,14	100,00	0,738	0,831
338	175	1 024	326	SP	Santa Lúcia	7.310	7.853	1.036	1.098	33,65	19,76	34,03	23,51	86,80	100,00	81,70	88,97	61,88	81,09	0,696	0,831
173	176	447	330	SP	Presidente Venceslau	36.024	37.347	3.874	3.819	18,86	15,60	15,42	8,68	100,00	100,00	43,27	64,35	64,26	74,22	0,754	0,830
318	177	958	332	SP	Marinópolis	2.213	2.195	276	240	24,47	25,88	27,98	29,15	100,00	100,00	53,66	84,62	56,80	94,68	0,703	0,830
98	178	231	333	SP	Santa Rita do Passa Quatro	24.874	26.138	2.521	2.519	20,21	19,45	19,41	13,07	90,57	89,88	61,04	65,15	79,29	86,93	0,789	0,830
227	179	595	334	SP	Santa Cruz da Conceição	3.160	3.530	348	407	28,72	16,08	33,33	19,91	100,00	100,00	13,64	60,00	100,00	87,89	0,737	0,830
69	180	170	336	SP	Bilac	5.726	6.088	598	606	15,59	14,43	16,41	18,49	100,00	82,11	78,82	91,55	62,03	77,70	0,799	0,829
57	181	138	337	SP	Penápolis	51.428	54.635	5.865	5.864	17,04	14,38	18,78	15,79	100,00	100,00	77,13	86,00	69,94	68,72	0,807	0,829
66	182	166	338	SP	Divinolândia	11.504	12.015	1.420	1.314	19,55	12,57	21,46	18,24	100,00	100,00	81,91	78,24	70,19	73,22	0,800	0,829
133	183	330	339	SP	Poloni	4.738	4.772	452	438	14,82	7,70	13,32	1,97	88,89	100,00	56,00	50,00	64,08	66,20	0,771	0,829
67	184	167	343	SP	Itapira	60.791	63.375	6.942	6.751	23,59	17,51	25,52	16,63	98,52	100,00	74,48	67,92	82,71	81,57	0,800	0,828
86	185	206	346	SP	Mococa	63.811	65.574	7.926	7.464	23,50	19,41	23,43	19,26	93,76	100,00	69,89	77,13	82,07	81,28	0,792	0,828
39	186	82	351	SP	Tupi Paulista	13.443	13.285	1.264	1.121	13,18	9,19	11,96	10,51	100,00	99,22	73,51	91,53	69,73	55,03	0,828	0,827
361	187	1 117	352	SP	Altair	3.509	3.553	486	430	33,02	28,23	32,16	15,53	100,00	100,00	91,94	80,85	44,05	84,00	0,687	0,827
35	188	69	353	SP	Praia Grande	150.388	193.582	18.825	25.630	20,20	20,60	18,20	16,47	100,00	100,00	67,15	50,11	88,84	92,56	0,835	0,826
398	189	1 292	354	SP	Monte Mor	30.849	37.338	4.602	5.252	25,98	25,78	27,96	18,97	100,00	100,00	33,29	83,16	56,09	83,65	0,672	0,826
346	190	1 054	356	SP	Indiana	4.733	4.932	580	573	16,46	6,19	14,55	11,55	72,16	100,00	76,81	67,27	33,86	64,46	0,693	0,826
511	191	1 912	363	SP	Inúbia Paulista	3.178	3.316	375	357	19,03	20,82	20,65	28,80	100,00	100,00	78,69	89,19	0,00	85,04	0,624	0,825
240	192	638	365	SP	Diadema	323.116	357.064	43.066	47.957	21,11	14,94	19,37	14,29	100,00	100,00	49,55	76,47	58,88	70,81	0,733	0,825
431	193	1 483	378	SP	Nova Luzitânia	2.731	2.747	316	304	22,86	26,32	20,24	11,08	64,41	89,47	36,11	65,00	55,47	89,36	0,657	0,823
224	194	587	380	SP	Santo André	624.820	649.330	66.712	66.235	12,31	11,70	12,33	12,29	100,00	83,23	45,90	66,94	46,75	77,88	0,738	0,822
183	195	476	382	SP	Caraguatatuba	67.398	78.921	9.386	10.673	27,50	21,89	24,66	18,74	100,00	100,00	67,43	54,37	68,69	92,34	0,751	0,822
512	196	1 916	383	SP	Lavrinhas	5.473	6.008	835	833	35,58	29,56	27,07	17,74	86,26	100,00	0,00	53,61	69,05	99,34	0,624	0,822
301	197	888	387	SP	Jambeiro	3.457	3.991	452	479	28,84	31,75	27,42	27,88	100,00	100,00	10,39	76,81	85,19	100,00	0,710	0,822
249	198	691	390	SP	Auriflama	13.412	13.512	1.633	1.357	17,54	17,38	16,57	11,75	96,68	100,00	15,74	92,39	68,97	61,56	0,728	0,822
404	199	1 329	391	SP	Gavião Peixoto	4.278	4.124	648	537	31,90	25,29	31,49	25,51	77,88	100,00	61,04	91,04	61,90	83,86	0,670	0,821
190	200	490	392	SP	Poá	84.777	95.799	11.505	12.884	15,28	10,41	13,87	11,35	100,00	100,00	51,70	59,36	53,03	70,65	0,749	0,821
353	201	1 086	395	SP	Buritzal	3.185	3.673	175	396	27,70	19,69	22,88	18,02	0,00	100,00	90,32	76,00	81,29	78,21	0,690	0,821
221	202	584	397	SP	Ipeúna	3.341	4.338	474	548	34,13	26,23	35,37	25,03	83,95	100,00	45,31	69,01	100,00	95,11	0,738	0,821
85	203	205	400	SP	Sales	3.835	4.561														

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola							
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						Pai		Mãe			DTP	Tetra-valente	1999	2004				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004				
447	231	1 577	454	SP	Queluz	8.351	9.111	1.227	1.197	31,20	28,92	33,20	23,57	100,00	100,00	5,29	59,30	71,48	98,47	0,649	0,814
24	232	43	456	SP	Jaci	3.272	4.179	332	449	11,38	28,48	13,31	26,35	100,00	78,13	79,55	82,46	72,97	100,00	0,845	0,814
489	233	1 764	465	SP	Itajobi	13.771	14.295	1.440	1.382	26,55	17,89	28,33	18,58	87,02	100,00	74,56	96,49	28,04	63,15	0,635	0,812
345	234	1 053	466	SP	São Joaquim da Barra	40.090	41.586	4.864	4.683	17,87	18,37	18,29	16,44	100,00	98,21	3,02	69,43	62,00	75,87	0,693	0,812
160	235	419	472	SP	Tanabi	23.442	22.585	2.610	2.060	17,82	21,33	18,92	19,03	77,30	100,00	86,42	88,02	57,88	71,11	0,758	0,812
206	236	531	473	SP	Bebedouro	72.633	74.813	9.248	8.429	19,79	15,88	21,76	16,09	97,35	100,00	58,60	73,40	61,19	70,02	0,744	0,812
316	237	947	475	SP	Urânia	8.614	8.823	865	881	18,90	13,86	17,34	15,25	100,00	100,00	79,79	86,73	28,20	60,21	0,705	0,811
219	238	577	482	SP	Macatuba	16.024	15.752	2.323	2.056	25,79	16,92	30,91	27,37	100,00	100,00	55,02	73,48	74,75	81,54	0,739	0,810
333	239	1 006	485	SP	Magda	3.607	3.485	379	290	16,29	10,73	17,86	11,16	100,00	100,00	50,00	77,42	38,46	57,04	0,698	0,810
91	240	214	486	SP	Campos do Jordão	36.016	44.252	5.291	6.158	28,83	21,28	28,29	14,31	100,00	100,00	64,58	34,81	91,24	92,02	0,791	0,810
203	241	524	487	SP	Icém	6.638	6.770	826	839	26,07	17,57	23,13	25,31	93,80	100,00	78,07	79,82	61,10	76,68	0,745	0,809
267	242	771	491	SP	Viradouro	14.419	15.960	1.928	1.990	27,02	25,16	28,13	26,14	100,00	100,00	92,55	91,14	46,80	79,25	0,720	0,809
234	243	620	495	SP	Arealva	6.668	7.242	739	747	25,55	20,26	28,00	17,00	95,96	100,00	85,26	67,37	56,82	76,80	0,735	0,808
205	244	530	498	SP	Américo Brasileiro	23.993	28.287	3.410	3.814	26,69	22,42	25,35	18,69	93,31	100,00	62,64	55,74	71,69	86,32	0,744	0,808
107	245	250	502	SP	Castilho	15.265	14.946	1.988	1.781	25,31	18,39	23,52	21,07	94,48	100,00	80,46	58,12	75,03	83,29	0,784	0,807
354	246	1 089	507	SP	Floreal	3.376	3.223	312	255	18,07	19,23	19,46	28,59	100,00	100,00	56,41	83,87	35,03	78,65	0,689	0,807
236	247	626	511	SP	Botucatu	100.876	108.306	12.029	12.424	20,87	17,06	22,40	13,46	100,00	89,10	59,99	73,23	56,90	71,98	0,734	0,807
170	248	442	512	SP	Nhandeara	9.958	10.194	904	825	12,55	15,21	13,44	14,02	100,00	100,00	61,90	84,04	46,77	59,76	0,754	0,806
50	249	120	513	SP	Murutinga do Sul	3.642	3.969	320	379	16,33	26,73	18,01	11,47	100,00	80,95	56,14	72,73	80,85	83,82	0,811	0,806
265	250	759	514	SP	Oswaldo Cruz	29.779	29.646	3.147	2.852	16,15	10,17	16,83	11,17	90,93	96,54	76,70	91,45	37,62	49,79	0,721	0,806
262	251	749	516	SP	Braúna	4.367	4.381	477	467	22,94	12,46	22,74	28,85	100,00	96,77	61,90	75,93	53,42	77,36	0,722	0,806
141	252	353	521	SP	Pacaembu	11.390	12.517	1.222	1.157	17,62	19,98	20,82	18,73	100,00	100,00	79,89	84,14	55,39	68,98	0,767	0,806
242	253	654	522	SP	Guataporá	6.099	6.370	884	781	32,22	28,08	36,72	24,51	100,00	76,29	49,48	73,27	87,02	100,00	0,732	0,805
100	254	234	524	SP	Santo Expedito	2.312	2.526	271	308	23,29	16,21	21,78	15,14	100,00	100,00	42,86	62,96	88,79	71,97	0,788	0,805
289	255	845	528	SP	Hortolândia	115.720	152.523	15.873	21.881	18,55	14,71	19,71	14,81	100,00	94,50	56,00	62,50	45,86	72,97	0,714	0,805
296	256	859	529	SP	Álvares Florence	4.546	4.314	426	373	17,77	9,17	18,65	16,22	100,00	100,00	87,27	97,14	27,78	48,73	0,712	0,805
255	257	720	530	SP	Rifaina	3.250	3.324	363	335	31,62	25,17	25,56	15,26	100,00	81,58	61,76	64,15	66,06	89,44	0,724	0,805
336	258	1 019	531	SP	Vargem Grande Paulista	26.689	32.683	3.861	4.517	21,07	15,21	20,62	14,76	100,00	100,00	16,90	56,56	62,12	73,55	0,697	0,805
194	259	510	532	SP	Santa Cruz do Rio Pardo	38.051	40.918	4.674	4.872	27,13	20,63	26,17	16,59	100,00	99,01	67,00	75,54	68,45	71,80	0,747	0,805
394	260	1 274	534	SP	Cajamar	42.464	50.759	6.506	7.253	27,11	21,77	25,34	17,94	100,00	92,41	22,69	39,44	60,33	95,62	0,673	0,805
218	261	574	535	SP	Angatuba	17.914	19.296	2.416	2.317	27,66	12,51	32,69	23,29	100,00	95,00	79,21	76,41	66,35	71,91	0,739	0,805
411	262	1 378	536	SP	Jandira	75.352	91.807	11.223	13.790	19,48	15,69	19,06	13,29	100,00	100,00	20,91	69,59	44,49	65,99	0,666	0,805
189	263	485	537	SP	Salto Grande	7.188	8.442	809	997	27,04	18,86	32,22	24,05	100,00	100,00	79,47	36,65	69,38	96,37	0,750	0,804
508	264	1 901	545	SP	Rincão	10.494	10.330	1.520	1.432	22,94	26,98	23,55	21,08	72,10	100,00	50,68	86,06	35,07	76,33	0,625	0,803
54	265	130	547	SP	Dirce Reis	1.667	1.621	197	177	28,24	14,73	27,17	10,24	100,00	100,00	94,12	84,62	82,14	53,92	0,809	0,803
245	266	669	553	SP	Álvares Machado	21.431	22.661	3.075	2.870	16,67	16,43	16,16	14,32	85,69	100,00	65,75	79,83	49,42	61,69	0,731	0,802
167	267	435	555	SP	Campinas	908.906	969.395	101.697	105.369	15,33	13,72	15,74	12,38	89,99	88,49	61,72	70,50	57,17	67,45	0,755	0,802
502	268	1 866	557	SP	Brodowski	15.529	17.137	2.047	2.098	26,52	25,09	24,44	18,34	73,18	100,00	40,00	72,20	45,83	78,14	0,629	0,802
473	269	1 693	558	SP	Flora Rica	2.259	2.175	282	191	29,22	7,85	23,85	17,20	100,00	100,00	88,64	75,00	15,11	58,33	0,641	0,802
201	270	522	560	SP	Mogi das Cruzes	312.685	330.241	43.058	44.769	18,95	15,59	17,99	15,43	88,70	93,57	43,51	49,92	68,74	79,99	0,745	0,802
178	271	460	563	SP	Casa Branca	24.795	26.799	2.944	3.045	23,38	18,63	22,75	15,43	100,00	100,00	29,47	57,32	82,66	76,01	0,753	0,802
258	272	731	565	SP	Cosmorama	7.316	7.372	749	682	20,10	18,62	24,49	16,70	79,61	100,00	81,05	96,63	53,77	57,53	0,724	0,801
157	273	411	566	SP	Pedreira	31.890	35.218	3.593	3.897	19,60	20,40	19,95	23,71	93,64	100,00	62,88	80,93	64,59	74,16	0,758	0,801
347	274	1 062	567	SP	Palestina	8.866	9.100	824	798	19,70	11,15	18,33	15,78	100,00	94,64	63,25	93,26	33,24	53,37	0,692	0,801
92	275	216	569	SP	Avanhandava	8.396	8.827	1.219	1.2												

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004
												IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						
145	305	359	667	SP	Águas de Lindóia	13.542	16.189	1.572	1.795	26,88	28,50	23,42	28,81	95,87	100,00	17,80	67,71	100,00	89,68	0,766	0,791
367	306	1 133	668	SP	Peruibe	41.398	51.449	5.933	7.288	31,19	20,31	29,42	19,99	100,00	100,00	31,65	52,95	69,17	79,97	0,686	0,790
87	307	207	671	SP	Jacareí	167.751	191.290	19.912	23.715	15,84	12,17	16,64	12,72	100,00	100,00	67,33	53,16	65,74	64,41	0,792	0,790
196	308	513	674	SP	Paraguape Paulista	37.561	39.618	5.082	5.029	26,80	17,70	24,99	24,48	100,00	100,00	50,28	51,83	75,16	82,20	0,746	0,790
207	309	538	675	SP	Sumaré	168.058	196.721	23.610	26.684	19,13	13,35	19,60	14,96	100,00	100,00	54,98	67,12	58,52	60,61	0,743	0,790
299	310	870	677	SP	Bom Jesus dos Perdões	10.890	13.312	1.265	1.835	32,66	29,37	29,40	27,81	100,00	100,00	24,12	56,30	84,63	94,77	0,712	0,789
230	311	601	678	SP	Jaboticabal	62.774	67.406	7.202	7.425	22,46	16,81	22,12	14,95	100,00	100,00	29,98	35,75	74,24	79,61	0,737	0,789
294	312	854	684	SP	Tarabai	5.635	5.785	844	771	22,80	21,76	18,86	13,77	88,71	100,00	65,09	52,94	49,86	74,62	0,713	0,789
292	313	850	687	SP	Miguelópolis	18.665	19.019	2.505	2.440	30,30	25,85	27,74	19,33	92,21	96,14	82,78	83,77	55,88	70,72	0,713	0,789
401	314	1 315	689	SP	Tremembé	32.095	34.823	4.042	4.132	19,74	15,34	20,53	16,55	79,56	100,00	44,91	66,04	46,28	64,28	0,671	0,789
77	315	192	690	SP	Aspásia	1.967	1.859	212	192	32,28	20,89	28,65	20,03	100,00	100,00	87,50	84,00	85,00	64,29	0,795	0,788
11	316	13	691	SP	Presidente Bernardes	12.210	14.662	1.214	1.469	16,43	19,61	12,04	15,47	100,00	80,23	87,88	87,28	86,57	66,57	0,880	0,788
251	317	707	693	SP	Restinga	4.909	5.584	749	839	24,88	20,84	27,23	18,05	97,16	100,00	66,67	61,54	60,70	73,30	0,726	0,788
487	318	1 761	701	SP	Guará	18.215	18.914	2.483	2.647	33,08	22,99	33,40	20,34	100,00	100,00	21,41	76,60	59,85	70,00	0,635	0,787
53	319	129	708	SP	Alfredo Marcondes	3.630	3.695	374	394	12,89	17,35	10,98	7,90	92,00	83,67	64,29	56,25	69,75	69,95	0,810	0,787
185	320	478	720	SP	Mariópolis	3.897	3.853	477	386	23,77	24,34	20,72	16,86	100,00	95,45	58,49	45,65	65,27	84,52	0,750	0,785
425	321	1 448	725	SP	Alvinlândia	2.661	2.837	337	386	23,08	18,95	32,25	12,96	91,07	85,42	67,80	78,57	39,46	63,74	0,659	0,785
492	322	1 786	726	SP	Ubarana	3.875	4.219	557	617	26,82	20,14	33,55	20,26	54,21	100,00	86,84	83,58	43,28	62,42	0,634	0,785
239	323	635	728	SP	Ribeirão Pires	97.550	104.506	11.731	12.250	14,69	9,09	15,20	8,72	100,00	90,66	51,00	59,25	47,64	56,61	0,733	0,784
400	324	1 307	729	SP	Mairiporã	49.893	60.109	6.880	7.975	27,40	24,24	25,73	20,64	100,00	95,02	32,42	45,84	55,38	88,14	0,671	0,784
52	325	124	730	SP	Santa Fé do Sul	25.621	26.510	2.799	2.601	14,12	11,72	14,52	16,08	97,41	95,18	78,22	91,22	65,20	48,29	0,811	0,784
259	326	741	731	SP	Turmalina	2.528	2.366	264	193	17,70	14,99	17,95	7,25	100,00	85,71	71,43	90,91	38,85	47,58	0,722	0,784
256	327	725	734	SP	Alto Alegre	4.382	4.259	443	345	20,81	34,34	22,63	18,42	76,92	95,92	42,11	84,21	73,63	76,32	0,724	0,784
395	328	1 275	735	SP	Santana da Ponte Pensa	1.995	1.894	176	159	16,22	9,69	18,00	11,16	100,00	100,00	59,26	71,43	23,75	48,72	0,673	0,784
252	329	708	739	SP	Pratânia	3.583	3.948	467	559	43,04	38,15	40,91	41,88	100,00	100,00	48,72	87,01	100,00	100,00	0,726	0,784
162	330	423	747	SP	Mirandópolis	25.022	25.936	2.601	2.364	14,91	12,42	13,52	10,63	94,20	100,00	61,62	80,68	53,23	46,07	0,757	0,783
83	331	203	749	SP	Pederneiras	33.921	36.614	4.446	4.876	24,08	17,43	24,32	15,56	100,00	100,00	40,93	45,71	94,95	73,45	0,793	0,783
600	332	2 838	750	SP	Anallândia	3.446	3.582	460	409	35,15	19,34	35,89	23,93	95,52	100,00	28,21	58,18	27,18	77,49	0,545	0,783
368	333	1 137	752	SP	Atibaia	95.342	111.300	11.854	13.360	30,68	24,40	29,02	23,09	100,00	93,51	19,27	57,83	74,35	85,06	0,686	0,783
309	334	916	754	SP	Pirapora do Bom Jesus	10.499	12.395	1.761	2.128	28,52	31,47	30,87	22,37	94,77	100,00	19,76	34,09	85,32	100,00	0,708	0,783
274	335	790	755	SP	São Vicente	279.528	303.551	35.550	38.674	17,09	15,36	15,42	13,04	94,51	100,00	49,17	71,09	47,83	56,00	0,718	0,783
166	336	433	758	SP	São João do Pau d'Alho	2.315	2.178	250	216	19,23	16,07	18,75	7,17	94,59	100,00	46,15	91,30	69,72	40,65	0,755	0,783
476	337	1 720	759	SP	Piraju	26.406	27.895	3.271	3.184	22,93	22,45	27,83	20,72	95,10	95,80	40,32	67,98	38,51	74,31	0,639	0,783
322	338	966	762	SP	Cafelândia	15.331	15.791	1.836	1.792	27,04	21,50	28,10	16,28	100,00	96,02	83,58	75,25	44,27	65,02	0,702	0,782
208	339	541	764	SP	Cajuru	19.053	21.084	2.554	2.688	30,59	26,57	29,44	24,98	100,00	100,00	69,57	87,28	72,26	70,74	0,743	0,782
490	340	1 765	771	SP	Caiuá	3.269	4.192	381	519	32,72	22,62	32,25	11,56	100,00	100,00	44,00	73,85	46,86	59,91	0,635	0,782
515	341	1 933	775	SP	Corumbataí	3.530	3.793	468	456	28,85	27,73	25,25	27,89	100,00	100,00	39,39	78,13	33,48	79,10	0,623	0,781
517	342	1 947	782	SP	Monte Castelo	4.220	4.087	447	369	27,72	19,05	22,61	10,64	65,45	78,26	44,64	85,45	43,81	60,23	0,621	0,781
409	343	1 367	784	SP	Valparaíso	17.731	18.574	2.408	2.219	20,45	23,63	21,88	22,82	84,70	100,00	15,77	79,81	58,80	68,91	0,667	0,781
287	344	842	785	SP	Bororema	12.469	13.191	1.340	1.372	26,33	20,52	27,85	20,56	100,00	100,00	85,08	76,24	47,31	65,24	0,714	0,781
376	345	1 209	789	SP	Lutécia	2.683	2.895	326	317	24,90	9,55	26,89	9,25	66,67	77,78	56,52	74,51	61,65	54,72	0,679	0,780
356	346	1 102	791	SP	Borá	768	793	98	168	28,09	20,34	32,22	9,67	100,00	100,00	80,00	75,00	45,65	54,55	0,688	0,780
571	347	2 497	793	SP	Espírito Santo do Turvo	3.108	3.677	494	511	31,90	22,02	37,86	27,15	78,57	100,00	1,59	74,14	59,83	74,09	0,575	0,780
471	348	1 684	794	SP	Glicério	4.174	4.428	485	537	27,54	18,15	26,79	27,27	100,00	100,00	56,25	77,42	32,69	68,70	0,641	0,780
335	349	1 018	795	SP	Franco da Rocha	98.310	108.120	14.211	14.759	26,03	20,67	23,65	19,40	100,00	96,23	24,24	49,00	66,46	79,36	0,697	0,780
220	350	582	796	SP	Pracinha	1.419	1.430	187	181	37,14	17,4										

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			Total	Até 6 anos	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	1999	2004		1999	2004			
								1999	2004	1999	2004					1999			2004	1999	2004
1999	2004	1999	2004			1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004		
372	379	1 184	881	SP	Várzea Paulista	78.156	92.798	10.711	12.803	17,18	16,50	19,06	14,92	100,00	100,00	26,30	77,16	45,57	51,53	0,681	0,772
556	380	2 283	888	SP	Charqueada	12.572	13.036	1.799	1.612	27,10	15,12	29,60	21,77	97,05	100,00	11,95	28,42	40,05	81,22	0,595	0,771
436	381	1 510	894	SP	Dois Córregos	21.638	22.522	2.736	2.542	28,87	28,60	29,29	23,10	88,34	99,72	75,07	91,74	38,22	64,41	0,654	0,771
223	382	586	895	SP	Bastos	19.932	20.588	2.738	2.494	22,06	12,52	22,48	11,47	95,49	96,75	89,86	70,61	46,95	48,74	0,738	0,771
389	383	1 244	897	SP	Catiguá	6.728	6.554	816	711	24,57	23,70	25,39	24,96	87,70	100,00	68,75	90,12	41,91	62,00	0,675	0,771
524	384	1 994	898	SP	Altinópolis	13.888	15.479	1.741	1.812	30,37	27,70	30,00	26,08	100,00	99,16	8,19	79,22	53,19	72,95	0,617	0,771
550	385	2 220	900	SP	Rio Grande da Serra	34.736	37.091	5.181	5.420	22,10	20,22	22,85	15,68	100,00	100,00	41,74	53,60	13,64	67,39	0,599	0,771
72	386	179	901	SP	Tietê	27.872	31.710	3.257	3.705	22,05	18,25	19,24	19,08	98,55	91,96	80,54	71,27	70,54	63,97	0,797	0,771
410	387	1 369	904	SP	Arapeí	2.338	2.618	313	336	31,30	26,96	33,33	26,25	100,00	100,00	30,77	77,42	65,91	72,66	0,667	0,770
306	388	906	910	SP	São Pedro	23.352	27.895	2.912	3.295	26,82	28,72	24,96	26,76	100,00	100,00	22,63	72,03	73,92	77,42	0,709	0,770
349	389	1 069	914	SP	Pinhalzinho	10.087	10.986	1.217	1.289	34,99	27,94	32,27	21,18	93,51	100,00	47,52	55,56	73,33	79,21	0,691	0,770
139	390	349	915	SP	Motuca	3.645	3.870	454	451	37,86	14,04	37,60	14,78	98,28	100,00	77,94	96,36	94,30	38,50	0,767	0,770
445	391	1 570	925	SP	Sarapuí	7.005	7.805	959	1.058	38,96	23,37	40,43	24,59	100,00	100,00	32,23	52,67	73,21	79,11	0,650	0,769
181	392	466	926	SP	Itbitinga	42.359	46.618	4.933	4.974	20,96	14,21	25,31	21,67	95,31	100,00	68,48	61,31	65,39	62,72	0,753	0,769
293	393	851	931	SP	Monte Aprazível	18.099	18.413	1.840	1.494	12,44	8,04	15,16	9,59	90,30	100,00	66,67	67,76	34,32	41,19	0,713	0,769
468	394	1 666	936	SP	Nova Castilho	951	1.041	108	98	28,26	12,34	23,66	11,26	100,00	87,50	21,43	100,00	48,21	37,21	0,643	0,768
344	395	1 051	939	SP	Gália	7.503	7.851	926	944	34,26	15,86	42,86	29,75	89,55	100,00	85,82	85,71	66,85	60,09	0,694	0,768
169	396	441	943	SP	Santa Ernestina	5.588	5.740	745	671	26,98	19,03	25,19	22,97	100,00	100,00	53,73	57,14	77,07	70,66	0,754	0,768
364	397	1 126	944	SP	Cerqueira César	13.962	15.144	1.783	1.801	26,90	19,95	29,98	19,69	100,00	87,79	77,32	64,10	42,80	70,91	0,686	0,768
453	398	1 602	958	SP	Ibirarema	5.709	5.701	742	745	27,73	13,57	26,96	18,23	100,00	100,00	36,17	56,41	45,45	60,28	0,647	0,767
88	399	208	959	SP	Populina	4.441	4.448	463	465	20,44	24,63	18,40	12,72	100,00	100,00	84,38	53,85	63,51	67,09	0,792	0,767
290	400	848	962	SP	Tatui	84.716	93.430	11.224	11.867	25,32	21,45	25,76	19,24	97,69	100,00	30,99	56,08	72,15	69,11	0,714	0,766
332	401	1 005	964	SP	Sebastianópolis do Sul	2.527	2.545	264	190	22,67	26,25	22,41	9,66	78,13	100,00	57,14	57,14	56,80	63,73	0,698	0,766
452	402	1 601	965	SP	Mineiros do Tietê	11.020	11.408	1.454	1.408	25,24	14,84	28,73	25,56	100,00	98,34	56,76	65,52	34,48	64,83	0,647	0,766
280	403	807	967	SP	Itapetininga	112.340	125.557	15.328	16.572	22,28	19,41	24,47	17,05	100,00	100,00	21,98	41,37	72,58	72,00	0,717	0,766
422	404	1 440	977	SP	Arujá	50.739	59.184	7.213	8.352	25,48	20,87	24,70	18,02	100,00	100,00	30,12	52,26	48,89	68,39	0,659	0,764
326	405	979	981	SP	Pirapozinho	21.963	22.102	2.809	2.679	19,72	7,20	18,27	14,12	72,63	91,19	66,04	62,46	48,89	49,87	0,701	0,763
393	406	1 271	992	SP	Pedregulho	14.794	14.994	2.075	1.832	31,88	21,07	31,00	25,90	96,17	92,72	79,93	66,81	44,20	72,04	0,673	0,762
392	407	1 256	993	SP	São Sebastião da Gramma	11.477	12.452	1.448	1.425	35,98	21,41	32,91	20,68	92,83	92,00	79,17	78,29	52,71	61,77	0,675	0,762
285	408	829	994	SP	Santa Maria da Serra	4.491	4.672	694	599	34,46	36,10	35,86	32,86	100,00	100,00	78,57	68,25	67,31	89,62	0,716	0,762
426	409	1 451	1 000	SP	Itaporanga	14.447	14.354	1.800	1.788	36,52	36,11	36,04	26,92	100,00	97,30	53,74	55,56	59,20	91,18	0,659	0,761
387	410	1 240	1 002	SP	Campo Limpo Paulista	52.294	63.722	6.772	8.232	17,79	16,46	18,93	14,84	100,00	100,00	32,31	80,97	40,95	45,35	0,676	0,761
106	411	249	1 004	SP	Florinópolis	3.209	3.126	443	377	31,44	27,03	25,75	21,35	76,67	100,00	86,36	80,00	89,58	62,77	0,785	0,761
385	412	1 234	1 008	SP	Fernando Prestes	5.267	5.434	555	481	26,79	18,72	26,55	31,73	84,88	100,00	55,32	88,10	53,75	60,73	0,676	0,761
420	413	1 420	1 010	SP	Itirapina	11.024	12.835	1.467	1.405	30,04	33,10	30,64	27,74	91,89	96,45	16,41	76,88	71,16	78,49	0,662	0,761
390	414	1 246	1 014	SP	Santana de Parnaíba	57.299	74.828	8.840	10.453	27,50	20,34	24,06	20,36	100,00	100,00	28,54	49,19	57,42	70,27	0,675	0,760
403	415	1 321	1 015	SP	Pontalinda	3.281	3.539	450	403	30,90	32,14	37,29	21,64	74,58	98,08	71,19	62,22	63,45	77,78	0,670	0,760
352	416	1 076	1 017	SP	Potim	12.463	13.603	1.884	1.963	18,95	15,03	22,02	16,73	89,82	100,00	40,95	56,83	51,82	57,41	0,691	0,760
375	417	1 205	1 025	SP	Terra Roxa	7.814	7.752	1.075	898	20,44	25,79	23,69	30,32	82,95	100,00	62,90	68,63	42,74	75,42	0,679	0,759
272	418	784	1 030	SP	Mirassolândia	3.415	3.739	383	373	25,72	17,78	25,88	24,57	100,00	100,00	50,00	71,11	63,89	60,26	0,718	0,759
596	419	2 805	1 031	SP	Quadra	2.151	2.649	225	286	38,86	33,55	41,15	25,74	94,12	100,00	0,00	59,26	52,38	83,04	0,549	0,758
454	420	1 609	1 032	SP	Ribeirão Corrente	3.522	3.880	483	525	38,71	28,89	38,10	39,80	100,00	100,00	71,43	58,90	49,75	92,61	0,647	0,758
228	421	596	1 034	SP	Descalvado	27.020	28.919	3.181	3.330	23,43	19,02	22,75	20,46	94,55	100,00	16,00	32,49	85,66	76,57	0,737	0,758
522	422	1 982	1 036	SP	Cabreúva	23.572	33.098	3.690	5.134	32,07	23,28	30,25	20,93	92,25	100,00	7,92	68,39	59,67	63,29	0,619	0,758
310	423	919	1 042	SP	Santo Anastácio	20.905	20.747	2.636	2.319	16,81	15,95	14,71	15,50	83,25	89,51	68,19	71,00	38,83	54,24	0,70	

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDÍ	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004			IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004	1999	2004
197	453	516	1 178	SP	Brotas	17.059	18.884	2.273	2.417	26,85	27,86	27,84	28,22	91,20	98,00	61,39	62,79	76,53	73,45	0,745	0,744
563	454	2 419	1 182	SP	Gastão Vidigal	3.739	3.584	403	330	32,48	29,95	33,33	13,19	70,97	100,00	53,33	62,75	36,78	59,38	0,583	0,744
547	455	2 194	1 187	SP	Ribeirão Bonito	10.802	11.246	1.411	1.418	35,96	28,09	34,37	24,03	89,20	100,00	64,55	59,66	33,71	69,73	0,601	0,744
460	456	1 645	1 190	SP	Manduri	7.180	8.269	915	942	23,67	20,23	25,86	20,32	100,00	100,00	55,56	63,73	29,47	56,07	0,644	0,744
113	457	267	1 193	SP	Lourdes	1.987	2.007	233	255	21,89	37,48	17,31	6,79	100,00	100,00	57,69	52,38	72,82	65,38	0,781	0,744
593	458	2 785	1 201	SP	Pitangueiras	29.537	31.154	4.660	4.487	38,90	26,24	39,29	30,22	81,81	100,00	40,96	63,73	36,86	71,65	0,550	0,743
423	459	1 442	1 204	SP	Leme	77.825	80.755	10.833	10.355	33,37	29,71	31,30	27,56	89,85	100,00	39,97	59,31	63,51	74,60	0,659	0,743
325	460	976	1 208	SP	Aguaí	26.360	28.193	3.524	3.449	31,43	27,92	30,32	25,20	100,00	98,53	44,47	49,89	69,84	75,82	0,701	0,742
501	461	1 852	1 212	SP	Piracaia	20.246	23.345	2.624	3.072	30,41	32,62	27,22	25,24	99,52	96,09	14,38	47,70	52,63	82,81	0,630	0,742
430	462	1 479	1 213	SP	Cesário Lange	12.755	12.882	1.605	1.581	30,57	27,11	29,78	21,67	100,00	100,00	40,44	56,77	52,97	67,23	0,657	0,742
559	463	2 318	1 222	SP	Barão de Antonina	2.682	2.794	348	362	33,09	19,26	35,21	23,36	100,00	100,00	40,43	58,82	34,57	59,66	0,591	0,741
444	464	1 568	1 223	SP	Paraíso	5.427	5.429	692	639	30,77	24,07	36,61	23,44	87,88	92,50	66,20	95,38	50,30	50,00	0,650	0,741
369	465	1 144	1 226	SP	Novais	3.239	3.223	467	402	36,51	25,14	35,71	30,83	100,00	100,00	84,31	89,80	53,93	57,41	0,685	0,741
488	466	1 762	1 233	SP	Bofete	6.717	7.383	998	1.027	35,10	25,70	36,31	29,03	94,27	100,00	50,40	62,30	53,14	69,44	0,635	0,740
592	467	2 778	1 243	SP	Pirangi	10.026	10.038	1.147	1.072	29,03	27,13	31,66	24,88	100,00	89,15	61,82	83,47	0,00	61,13	0,551	0,739
504	468	1 873	1 256	SP	Quatá	12.212	11.653	1.634	1.388	26,55	13,31	28,00	22,66	75,52	84,02	75,96	65,61	30,08	56,29	0,628	0,738
341	469	1 043	1 257	SP	Santa Cruz das Palmeiras	23.946	25.554	3.154	3.263	33,14	28,40	31,98	27,13	100,00	100,00	61,09	63,36	62,24	68,98	0,694	0,738
578	470	2 593	1 263	SP	Fernão	1.441	1.432	162	189	43,07	32,89	40,58	22,39	77,78	100,00	85,71	77,78	28,57	61,39	0,567	0,737
324	471	973	1 266	SP	Nuporanga	6.119	6.309	779	675	26,51	25,66	22,66	15,69	87,07	100,00	73,96	41,38	49,03	65,59	0,701	0,737
513	472	1 931	1 274	SP	Embu	195.628	207.661	28.780	31.399	27,53	20,53	24,50	18,10	100,00	100,00	26,10	46,09	38,16	60,37	0,623	0,737
610	473	2 979	1 279	SP	Elias Fausto	12.485	13.886	1.807	1.939	35,43	28,75	38,76	32,98	89,47	100,00	36,76	65,22	23,79	73,69	0,532	0,736
509	474	1 908	1 285	SP	Itapeçerica da Serra	110.196	129.683	16.783	19.817	27,76	22,27	24,34	20,03	100,00	92,38	23,89	59,90	39,90	60,56	0,624	0,736
222	475	585	1 286	SP	Luizlândia	4.057	4.272	496	516	25,86	28,16	21,55	21,50	72,15	100,00	76,92	88,14	67,96	50,00	0,738	0,736
516	476	1 941	1 301	SP	Embaúba	2.467	2.478	273	245	20,28	11,42	24,42	26,25	77,55	100,00	8,57	67,86	50,43	47,52	0,622	0,734
605	477	2 918	1 302	SP	Lucianópolis	2.289	2.152	289	293	32,54	24,19	32,30	27,04	100,00	89,19	60,00	79,55	0,00	60,63	0,538	0,734
412	478	1 384	1 303	SP	Salto de Pirapora	30.480	35.072	4.403	4.810	27,11	21,11	29,32	27,49	98,42	100,00	57,88	70,35	44,49	57,13	0,666	0,734
536	479	2 095	1 307	SP	Santo Antônio do Pinhal	5.804	6.328	822	880	30,95	23,47	32,75	28,09	94,70	100,00	35,78	47,71	42,21	71,21	0,609	0,734
275	480	791	1 319	SP	Lavinia	5.191	5.129	639	610	17,82	22,92	16,40	18,99	100,00	89,58	53,62	73,47	44,56	53,40	0,718	0,733
521	481	1 981	1 320	SP	Taquarituba	19.997	21.980	2.649	2.822	35,80	31,64	38,72	26,79	99,05	87,90	67,44	69,89	38,73	72,49	0,619	0,732
373	482	1 189	1 325	SP	Brejo Alegre	2.102	2.308	272	294	34,38	45,11	33,47	23,50	95,45	97,30	37,04	58,62	73,73	83,44	0,680	0,732
358	483	1 109	1 336	SP	Tambaú	21.215	22.256	2.818	2.761	24,60	17,66	24,07	15,88	100,00	100,00	50,97	65,90	48,30	43,10	0,688	0,731
388	484	1 241	1 337	SP	Patrocínio Paulista	10.486	11.414	1.483	1.499	27,78	22,79	26,26	20,34	100,00	85,79	20,41	35,75	64,08	74,86	0,676	0,731
561	485	2 377	1 340	SP	Itatinga	13.917	15.444	2.142	2.330	40,42	29,26	42,14	30,58	100,00	99,37	40,85	60,26	46,80	72,37	0,587	0,731
534	486	2 070	1 341	SP	São Lourenço da Serra	10.139	12.198	1.557	1.703	31,98	39,31	34,81	31,48	83,40	84,02	35,58	53,77	51,65	94,21	0,611	0,731
480	487	1 739	1 348	SP	Campina do Monte Alegre	4.547	5.209	642	739	38,27	35,00	42,46	31,51	90,65	77,42	70,65	74,47	54,84	82,56	0,637	0,730
279	488	805	1 356	SP	Palmital	19.737	20.701	2.213	2.346	22,47	21,81	24,53	24,69	81,87	97,06	41,43	68,35	72,17	55,68	0,717	0,730
328	489	994	1 359	SP	Taiúva	5.355	5.504	639	572	28,34	24,38	26,77	22,48	86,75	100,00	0,00	58,21	91,44	59,09	0,699	0,730
381	490	1 222	1 361	SP	Boa Esperança do Sul	11.489	12.573	1.738	1.748	30,65	30,24	36,04	29,00	78,10	100,00	78,66	57,50	59,22	72,30	0,677	0,729
520	491	1 962	1 364	SP	Irapuru	7.938	7.457	855	698	22,64	22,84	22,80	24,93	86,67	89,02	46,99	60,53	26,58	64,67	0,620	0,729
273	492	789	1 365	SP	Flórida Paulista	11.639	11.106	1.443	1.245	22,97	23,27	22,92	17,79	77,21	91,43	95,60	43,14	46,66	65,42	0,718	0,729
383	493	1 226	1 367	SP	Arandu	5.416	6.064	810	881	34,98	16,79	38,54	28,60	100,00	100,00	77,57	50,98	55,59	61,48	0,677	0,729
295	494	858	1 370	SP	Caieiras	57.512	71.219	7.575	9.740	17,38	16,56	16,93	14,16	100,00	100,00	26,83	73,63	55,89	35,39	0,712	0,729
595	495	2 804	1 371	SP	Salmourão	4.482	4.399	540	509	29,09	17,79	28,57	26,60	100,00	100,00	54,24	81,58	0,00	45,06	0,549	0,729
339	496	1 026	1 376	SP	Cardoso	11.458	11.803	1.314	1.155	20,98	18,07	19,32	12,22	83,71	100,00	89,31	86,58	32,14	28,37	0,696	0,728
505	497	1 880	1 379	SP	Morungaba	9.657	9.910	1.226	1.249	30,51	29,38	31,53	27,80	90,68	100,00	5,69	51,37	64,82	72,76	0,627	0,728
276	498	792	1 384	SP	Itapura	3.															

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total	Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)		% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola						
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						Paí	Mãe	DTP	Tetra-valente	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004						
443	527	1 564	1 568	SP	Pedranópolis	2.869	2.734	273	250	24,77	34,32	24,02	23,84	83,33	100,00	8,70	55,56	62,88	66,10	0,650	0,714
548	528	2 204	1 573	SP	Iguape	26.052	27.425	3.488	3.651	30,27	21,92	30,78	23,15	100,00	100,00	20,32	36,10	40,68	62,38	0,599	0,713
507	529	1 892	1 575	SP	Pardinho	4.068	4.730	630	699	33,52	23,49	35,44	18,98	89,62	88,89	50,56	68,82	49,24	48,92	0,626	0,713
357	530	1 104	1 581	SP	Iepê	7.154	7.255	865	889	24,33	18,06	26,15	25,99	95,41	78,43	49,58	70,45	53,26	54,76	0,688	0,713
350	531	1 073	1 584	SP	Nipoã	3.205	3.265	360	327	37,69	36,58	35,94	17,36	100,00	81,40	77,78	55,00	61,08	70,75	0,691	0,713
446	532	1 572	1 607	SP	Paranapanema	12.461	15.510	1.809	2.260	35,13	29,15	40,64	30,79	100,00	100,00	54,90	76,36	58,20	56,08	0,650	0,711
374	533	1 190	1 610	SP	São Bento do Sapucaí	9.194	10.354	1.107	1.208	28,90	26,06	29,64	26,19	100,00	90,13	42,95	75,36	59,12	53,71	0,680	0,711
424	534	1 444	1 615	SP	Areias	3.466	3.599	486	503	43,36	44,52	34,76	31,20	94,37	100,00	8,06	55,38	90,58	81,96	0,659	0,710
585	535	2 696	1 619	SP	Monte Azul Paulista	19.107	19.553	2.540	2.249	30,52	28,41	34,43	24,52	94,51	100,00	3,94	83,66	38,94	44,89	0,558	0,709
541	536	2 127	1 623	SP	Ouro Verde	6.976	7.148	919	837	37,24	28,02	39,73	29,68	92,36	91,79	39,09	61,47	53,77	64,78	0,606	0,709
448	537	1 579	1 646	SP	Paulistânia	1.581	1.889	207	242	36,87	34,30	36,22	21,63	100,00	84,38	0,00	73,08	82,76	60,00	0,649	0,707
415	538	1 392	1 653	SP	Cajobi	9.943	9.174	1.323	913	25,68	25,13	29,56	22,26	91,15	88,57	55,63	66,43	47,59	52,55	0,664	0,707
435	539	1 509	1 661	SP	Planalto	3.226	3.670	416	417	28,92	39,66	22,32	44,83	100,00	85,25	66,04	86,00	30,00	81,29	0,654	0,706
500	540	1 844	1 689	SP	Guaratã	5.572	6.321	773	899	32,38	22,09	32,06	20,56	100,00	100,00	66,39	75,76	33,43	36,46	0,630	0,704
429	541	1 475	1 704	SP	Morro Agudo	23.276	25.428	3.360	3.583	35,29	32,30	34,25	21,57	100,00	100,00	79,05	80,60	42,92	44,77	0,657	0,703
497	542	1 822	1 710	SP	Embu-Guaçu	42.261	56.914	6.176	7.999	26,95	21,41	24,49	17,19	100,00	100,00	23,89	44,53	42,11	47,35	0,632	0,703
625	543	3.240	1 711	SP	Ubirajara	3.716	4.156	462	503	33,16	26,78	34,79	31,21	100,00	100,00	41,54	67,74	0,00	55,09	0,507	0,702
363	544	1 125	1 714	SP	Tabapuã	10.154	10.491	1.122	1.147	24,27	19,32	26,76	24,11	93,21	100,00	33,08	62,39	62,50	43,09	0,687	0,702
311	545	920	1 735	SP	Aparecida d'Oeste	4.855	4.935	521	490	19,49	15,43	22,28	16,50	100,00	89,09	88,41	58,33	30,58	38,30	0,708	0,700
613	546	3 025	1 743	SP	São Miguel Arcanjo	27.508	30.796	4.079	4.547	39,96	22,89	41,68	28,00	100,00	100,00	14,19	70,79	35,63	45,38	0,528	0,700
583	547	2 688	1 746	SP	Juquitiba	21.850	26.459	3.355	4.112	39,01	31,84	36,11	30,44	100,00	87,63	18,11	38,66	39,42	78,87	0,558	0,699
586	548	2 697	1 749	SP	Barrinha	21.905	24.205	3.316	3.581	39,93	28,83	37,57	29,44	100,00	100,00	36,25	73,75	32,52	51,11	0,558	0,699
552	549	2 248	1 750	SP	Cristais Paulista	6.309	6.578	966	884	40,64	34,82	38,10	29,36	86,81	100,00	56,07	74,55	46,31	56,62	0,598	0,699
514	550	1 932	1 755	SP	Ibaté	23.498	26.461	3.483	3.641	32,28	28,63	33,01	27,90	94,49	100,00	41,26	67,83	46,55	52,16	0,623	0,699
414	551	1 388	1 763	SP	Herculândia	7.454	7.992	1.028	1.009	27,42	21,25	29,41	12,84	91,67	100,00	55,56	37,50	49,20	44,32	0,665	0,697
539	552	2 109	1 768	SP	Carapicuíba	327.882	344.594	44.033	48.297	21,93	18,54	21,03	15,64	100,00	94,82	24,30	57,29	23,97	36,88	0,608	0,697
459	553	1 640	1 770	SP	Vargem	6.111	6.974	544	861	34,82	28,34	32,05	26,72	100,00	100,00	58,76	61,90	45,39	52,80	0,645	0,697
546	554	2 193	1 773	SP	Piedade	41.232	50.131	5.535	6.587	32,35	26,16	36,83	32,91	100,00	98,24	32,14	72,76	43,43	52,24	0,601	0,697
462	555	1 649	1 774	SP	São João das Duas Pontes	2.650	2.660	289	335	28,00	31,89	26,78	24,09	100,00	93,10	46,94	72,00	38,98	52,07	0,644	0,697
384	556	1 232	1 793	SP	Júlio Mesquita	3.946	4.166	568	573	30,61	30,48	31,70	36,14	77,53	78,31	64,63	73,81	61,79	68,46	0,676	0,695
140	557	351	1 794	SP	Pontes Gestal	2.545	2.539	284	266	17,87	28,68	15,60	21,90	100,00	100,00	72,22	70,83	54,26	43,06	0,767	0,695
329	558	999	1 798	SP	Paulicéia	4.282	5.300	633	745	24,85	24,30	23,98	23,81	100,00	91,46	63,53	16,30	46,74	71,91	0,699	0,694
576	559	2 569	1 802	SP	Nantes	2.228	2.267	295	331	46,89	37,31	37,89	31,53	100,00	100,00	50,00	50,98	37,21	70,89	0,569	0,694
449	560	1 580	1 809	SP	Itapevi	133.523	162.432	20.957	26.919	23,60	22,07	23,41	21,46	100,00	100,00	22,34	50,80	45,47	45,44	0,649	0,693
405	561	1 333	1 812	SP	Elisiário	2.569	2.577	305	264	23,94	10,60	30,65	30,72	86,79	100,00	83,33	81,48	37,40	27,74	0,670	0,693
551	562	2 231	1 821	SP	Narandiba	3.784	3.743	555	493	35,64	42,99	28,87	25,61	95,18	100,00	53,97	70,77	29,24	60,00	0,598	0,692
519	563	1 960	1 827	SP	Guariba	30.442	31.083	4.445	4.218	40,46	37,29	40,07	32,31	95,85	100,00	56,27	55,24	52,47	68,66	0,620	0,692
577	564	2 580	1 829	SP	Itapeva	77.767	82.865	12.022	12.415	33,67	27,79	36,87	28,66	100,00	100,00	37,47	62,43	29,01	51,83	0,568	0,692
510	565	1 909	1 836	SP	Pontal	26.916	29.681	3.996	4.293	37,85	39,91	33,59	30,06	100,00	95,97	63,55	69,62	39,40	63,47	0,624	0,691
611	566	2 997	1 837	SP	Taquaral	2.663	2.720	332	320	32,73	42,89	30,31	29,98	70,45	100,00	80,00	74,36	0,00	61,94	0,530	0,691
574	567	2 538	1 851	SP	Igarapó do Tietê	23.077	22.613	3.203	2.799	31,49	25,28	33,79	27,60	91,12	100,00	4,28	35,14	46,37	60,97	0,572	0,689
616	568	3 059	1 855	SP	Trabiju	1.356	1.380	206	170	39,07	49,56	40,00	40,57	82,86	100,00	52,38	88,89	21,43	71,25	0,525	0,689
457	569	1 629	1 880	SP	Parapuã	10.722	11.104	1.155	1.182	21,32	12,31	23,08	22,03	89,21	82,64	59,70	57,38	28,11	38,88	0,645	0,686
527	570	2 001	1 900	SP	Itirapuã	5.377	5.410	788	789	32,93	25,05	26,32	8,68	100,00	100,00	24,00	34,48	43,79	40,19	0,616	0,684
484	571	1 745	1 911	SP	Panorama	12.716	13.649	1.836	1.841	28,27	24,11	27,81	19,12	91,38							

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDÍ	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004			IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		IDÍ 1999	IDÍ 2004	IDÍ 1999	IDÍ 2004	
584	601	2 695	2 307	SP	Jarinu	12.382	17.039	1.649	2.275	39,56	35,61	36,80	27,60	100,00	100,00	25,94	61,51	36,61	44,06	0,558	0,654
554	602	2 256	2 325	SP	Capão Bonito	46.414	46.732	7.042	6.870	40,21	28,78	44,98	37,03	99,90	96,97	42,36	31,58	52,71	62,63	0,597	0,653
532	603	2 042	2 354	SP	Eucledes da Cunha Paulista	10.237	10.214	1.666	1.558	34,29	33,33	36,41	36,98	95,62	100,00	42,94	59,74	46,62	50,72	0,613	0,651
609	604	2 961	2 379	SP	Riversul	8.334	7.192	1.204	938	44,73	33,84	45,91	34,48	100,00	100,00	48,21	41,44	30,13	57,21	0,534	0,649
590	605	2 754	2 382	SP	Bom Sucesso de Itararé	2.727	3.231	532	630	48,15	29,37	50,00	30,64	100,00	100,00	23,53	37,84	57,28	50,58	0,552	0,644
587	606	2 699	2 397	SP	Igaratá	6.067	8.292	899	1.152	37,65	28,71	39,50	24,66	100,00	100,00	30,38	25,17	35,05	49,72	0,558	0,647
572	607	2 514	2 416	SP	Pariqueira-Açu	15.810	17.647	2.311	2.502	25,59	28,64	28,69	27,16	94,64	100,00	14,39	44,89	29,52	41,47	0,574	0,645
633	608	3 588	2 461	SP	Ribeira	3.881	3.505	600	497	41,22	28,09	46,86	26,37	89,13	100,00	0,00	20,27	30,71	51,15	0,468	0,642
627	609	3 328	2 467	SP	Nova Campina	5.671	7.295	1.028	1.344	53,69	43,80	55,76	46,90	100,00	94,63	21,77	43,84	47,66	78,22	0,498	0,642
634	610	3 605	2 495	SP	Jacupiranga	15.652	17.039	2.469	2.607	34,15	31,94	35,15	29,07	86,42	100,00	19,26	30,19	3,08	51,86	0,467	0,640
579	611	2 614	2 510	SP	Cananéia	9.591	12.296	1.414	1.922	25,49	27,33	30,99	22,10	100,00	100,00	13,39	17,17	25,82	46,34	0,565	0,639
437	612	1 514	2 516	SP	Santo Antônio da Alegria	5.452	5.762	595	633	25,25	32,43	21,17	33,12	100,00	100,00	34,78	69,05	40,64	36,33	0,654	0,638
331	613	1 004	2 521	SP	Santa Mercedes	2.647	2.803	317	342	30,08	10,20	24,81	17,11	100,00	72,34	10,81	57,58	78,87	17,55	0,698	0,638
588	614	2 711	2 522	SP	Ibitiuna	55.920	64.383	8.373	9.049	42,40	35,81	44,14	32,92	100,00	100,00	47,05	60,81	35,73	43,47	0,557	0,638
619	615	3 145	2 581	SP	Itariri	11.679	13.857	1.820	2.117	38,56	17,68	36,35	30,29	96,71	100,00	20,65	34,62	23,02	34,28	0,517	0,634
612	616	3 004	2 585	SP	Colômbia	6.038	5.954	950	793	36,11	32,98	30,19	25,81	67,59	100,00	23,17	61,86	32,92	31,31	0,530	0,634
618	617	3 092	2 633	SP	São Luís do Paraitinga	10.231	10.429	1.401	1.207	44,14	46,00	41,36	28,56	100,00	100,00	34,57	55,47	27,02	48,59	0,522	0,629
523	618	1 990	2 664	SP	Serra Azul	6.931	7.446	1.083	1.101	23,75	30,68	25,83	28,70	77,20	100,00	42,77	57,25	36,69	31,86	0,618	0,628
615	619	3 052	2 667	SP	Eldorado	13.872	14.132	2.385	2.364	41,93	34,76	39,95	33,58	85,20	92,13	9,06	23,10	44,78	61,64	0,525	0,627
570	620	2 495	2 749	SP	Juquiá	18.685	20.515	2.825	3.238	31,19	31,13	30,55	23,64	97,48	95,17	16,08	48,94	35,21	31,22	0,576	0,621
637	621	3 667	2 772	SP	Sete Barras	13.193	13.908	1.948	2.076	38,01	31,80	40,50	34,57	100,00	100,00	25,09	39,56	0,00	44,44	0,460	0,620
581	622	2 663	2 783	SP	Itaquaquecetuba	228.344	272.942	38.483	45.077	29,64	24,09	26,13	20,43	77,26	89,40	32,32	39,80	25,30	27,33	0,561	0,619
599	623	2 813	2 820	SP	Itararé	45.034	46.554	7.013	6.807	34,77	33,42	34,85	31,06	97,61	100,00	36,85	44,07	21,55	38,52	0,548	0,615
626	624	3 325	2 901	SP	Buri	16.284	17.629	2.646	2.719	45,74	34,84	46,55	38,18	100,00	100,00	26,58	37,85	28,23	47,58	0,498	0,609
582	625	2 666	2 976	SP	Mombuca	2.830	3.107	402	452	49,84	43,97	53,05	49,89	92,45	96,43	22,00	32,69	69,88	70,26	0,561	0,602
565	626	2 436	2 991	SP	Coronel Macedo	5.656	5.588	837	756	42,69	42,97	45,00	38,04	100,00	100,00	73,68	64,47	33,43	39,13	0,581	0,601
604	627	2 905	3 007	SP	Apiáí	23.972	27.160	3.839	4.380	40,67	42,56	45,26	37,19	100,00	100,00	21,40	60,00	40,99	39,69	0,539	0,600
628	628	3 362	3 016	SP	Itaberá	18.658	18.910	2.854	2.703	45,99	37,65	47,71	36,47	91,75	93,44	50,60	59,50	20,28	37,29	0,494	0,599
632	629	3 530	3 124	SP	Taquarivaí	3.511	4.473	575	806	46,93	42,45	48,25	42,63	100,00	89,80	20,79	56,44	24,55	48,09	0,474	0,590
607	630	2 948	3 132	SP	Miracatu	21.018	22.383	3.464	3.477	39,55	32,24	35,99	37,40	97,74	90,30	18,16	32,42	31,54	44,07	0,535	0,589
602	631	2 879	3 236	SP	São José da Bela Vista	7.763	8.075	1.193	1.213	40,80	32,80	43,12	33,04	99,53	100,00	50,71	54,43	25,47	21,28	0,542	0,582
640	632	3 871	3 334	SP	Itaóca	3.403	3.224	498	496	54,06	34,41	55,81	38,68	100,00	100,00	1,27	42,86	34,65	30,85	0,439	0,573
629	633	3 374	3 355	SP	Tejupá	5.094	5.336	772	832	51,72	47,42	55,85	48,83	81,95	100,00	19,10	39,77	54,41	54,77	0,493	0,571
621	634	3 180	3 396	SP	Silveiras	5.240	5.377	755	712	53,39	61,21	51,62	50,54	100,00	100,00	53,61	81,44	33,62	48,08	0,514	0,568
623	635	3 201	3 412	SP	Nazaré Paulista	11.916	14.484	1.615	1.859	41,43	43,53	39,77	30,92	100,00	90,81	45,38	44,40	13,20	33,25	0,512	0,566
636	636	3 664	3 444	SP	Redenção da Serra	3.740	4.045	392	512	44,77	42,64	38,53	28,48	100,00	100,00	34,69	59,57	0,00	16,35	0,460	0,563
622	637	3 194	3 502	SP	Cunha	21.641	23.089	3.057	3.037	45,16	35,67	39,58	27,39	100,00	100,00	54,48	40,00	12,44	16,15	0,512	0,558
608	638	2 954	3 589	SP	Guareí	8.894	10.195	1.195	1.447	42,18	39,79	44,88	40,43	100,00	100,00	50,29	46,62	25,69	27,33	0,534	0,551
631	639	3 528	3 685	SP	Sarutaiá	3.207	3.738	427	467	45,48	25,87	51,70	42,70	97,06	93,06	23,19	15,69	27,04	31,09	0,475	0,542
641	640	4 067	3 986	SP	Itapirapuã Paulista	3.143	3.577	549	618	58,19	50,14	61,18	54,81	100,00	100,00	2,63	29,11	35,22	46,56	0,418	0,515
645	641	4 848	4 174	SP	Barra do Chapéu	5.009	4.846	785	765	57,50	57,23	59,76	49,46	100,00	94,79	2,52	51,81	0,00	32,52	0,335	0,498
643	642	4 497	4 372	SP	Barra do Turvo	7.219	8.107	1.242	1.359	57,97	45,47	56,16	53,01	100,00	100,00	5,93	28,67	10,90	26,40	0,374	0,481
644	643	4 700	4 435	SP	Ribeirão Branco	19.157	21.230	3.662	4.050	61,67	53,81	65,68	58,00	100,00	94,39	15,71	66,96	10,89	20,61	0,353	0,474
638	644	3 678	4 455	SP	Natividade da Serra	6.764	6.950	890	895	52,21	56,27	48,09	49,91	78,36	100,00	41,12	38,20	24,00	25,77	0,459	0,472
642	645	4 456	4 703	SP	Guapiara	19.240	19.724	3.035	2.967	55,17	45,86	62,90	55,86	100,00	92,95	24,02	37,71	7,32	15,00	0,378	0,447
-	-	12	14	SERGIPE		1.624.020															

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			1999	2004	1999	2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente		1999	2004	1999	2004	
										1999	2004	1999	2004								
1999	2004	1999	2004			1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004
35	29	2 590	2 732	SE	Siriri	6.803	6.912	1.196	1.116	67,87	55,07	54,05	48,38	64,15	73,55	35,00	31,45	99,15	100,00	0,567	0,623
28	30	2 430	2 761	SE	Muribeca	6.828	7.099	1.152	1.147	67,62	60,02	61,27	48,93	100,00	100,00	23,33	37,31	100,00	88,49	0,582	0,621
38	31	2 640	2 903	SE	Campo do Brito	14.913	15.175	2.304	2.342	67,57	65,56	53,43	54,15	78,02	100,00	14,36	26,28	100,00	100,00	0,563	0,609
32	32	2 464	2 908	SE	Frei Paulo	11.331	11.971	1.955	1.974	67,81	63,40	56,31	49,44	95,83	100,00	15,27	23,68	100,00	94,16	0,579	0,608
41	33	2 759	2 937	SE	Malhador	10.756	11.481	1.784	1.891	65,65	61,44	50,62	43,43	81,18	100,00	19,78	31,00	86,47	81,43	0,552	0,605
42	34	2 783	3 002	SE	Cumbe	3.500	3.644	529	528	71,50	56,25	56,95	50,56	100,00	100,00	9,59	27,78	93,75	83,00	0,550	0,600
56	35	3 211	3 094	SE	Cristinápolis	12.774	14.266	2.445	2.669	78,85	65,92	73,44	59,19	94,95	100,00	50,84	31,78	83,72	95,92	0,511	0,592
55	36	3 196	3 121	SE	Areia Branca	14.040	14.822	2.462	2.774	62,89	63,01	54,06	53,74	63,50	100,00	14,96	40,06	82,55	82,89	0,512	0,590
23	37	2 258	3 147	SE	Capela	25.744	26.518	4.289	4.424	68,29	65,63	57,77	49,22	98,88	94,69	30,29	33,11	100,00	86,46	0,596	0,589
46	38	2 880	3 223	SE	Moita Bonita	10.032	10.999	1.602	1.650	65,44	64,45	46,84	40,26	80,07	100,00	21,43	28,13	78,17	73,41	0,542	0,582
50	39	3 039	3 279	SE	Ribeirópolis	14.455	15.438	2.149	2.208	66,61	59,29	48,18	44,48	100,00	100,00	17,49	26,09	66,59	71,85	0,526	0,578
48	40	2 974	3 329	SE	Araúá	10.608	9.762	1.908	1.588	72,01	57,55	59,23	54,31	100,00	100,00	39,58	36,68	74,26	72,99	0,532	0,574
51	41	3 094	3 414	SE	Nossa Senhora da Glória	24.412	26.908	4.008	4.340	69,42	59,74	57,46	45,96	97,97	98,95	24,87	15,14	74,22	74,97	0,522	0,566
49	42	3 001	3 421	SE	Itabaiana	72.052	76.811	11.478	11.938	60,90	57,18	46,99	43,75	100,00	100,00	18,92	27,63	60,53	63,02	0,530	0,565
8	43	1 434	3 437	SE	Lagarto	75.316	83.332	11.826	13.022	64,81	60,24	55,74	52,57	98,53	100,00	82,99	19,28	93,88	78,42	0,660	0,563
53	44	3 148	3 459	SE	Boquim	23.789	24.188	3.868	3.781	64,40	60,43	55,77	56,77	100,00	99,18	49,18	50,20	52,33	67,05	0,517	0,561
26	45	2 387	3 477	SE	Aquidabã	17.269	18.342	2.865	2.866	67,07	64,52	57,12	51,60	100,00	100,00	31,27	24,87	92,71	77,67	0,585	0,560
59	46	3 375	3 510	SE	São Miguel do Aleixo	3.078	3.447	515	556	88,14	71,43	70,39	49,91	100,00	100,00	11,76	24,42	100,00	82,05	0,493	0,557
52	47	3 131	3 601	SE	Brejo Grande	6.813	7.100	1.415	1.427	68,89	63,34	62,62	57,53	69,79	100,00	8,28	26,00	100,00	77,98	0,519	0,550
21	48	2 148	3 609	SE	Pedrinhas	7.924	7.928	1.452	1.440	67,08	62,65	55,03	47,31	93,10	100,00	34,70	33,10	100,00	63,35	0,604	0,550
62	49	3 773	3 799	SE	Canindé de São Francisco	14.513	17.754	2.903	3.668	80,17	72,27	71,81	64,89	77,80	84,77	14,62	19,01	85,54	97,76	0,449	0,531
25	50	2 303	3 825	SE	Umbaúba	16.489	19.212	2.903	3.516	67,63	64,57	57,70	59,60	100,00	100,00	28,30	33,11	98,16	69,11	0,592	0,529
29	51	2 435	3 889	SE	Nossa Senhora de Lourdes	5.317	6.023	982	964	65,57	73,04	55,33	54,71	85,21	100,00	21,82	46,36	100,00	63,81	0,582	0,523
36	52	2 621	3 902	SE	Canhoba	3.890	3.963	750	700	69,63	70,64	63,86	60,74	99,17	100,00	19,42	15,69	100,00	82,30	0,565	0,522
63	53	3 848	3 969	SE	São Domingos	8.335	9.258	1.390	1.465	73,71	75,08	60,55	59,85	98,01	100,00	21,53	27,66	50,77	77,93	0,441	0,517
43	54	2 815	4 031	SE	Simão Dias	33.707	36.956	5.240	5.757	69,43	64,72	57,17	56,22	100,00	95,56	53,54	35,10	68,97	59,91	0,548	0,511
61	55	3 750	4 048	SE	Japoatã	10.465	13.018	1.721	2.162	72,28	67,54	61,28	58,34	100,00	100,00	20,77	25,44	53,68	66,74	0,451	0,509
44	56	2 856	4 051	SE	Feira Nova	4.686	5.068	824	889	77,35	61,80	64,26	46,05	100,00	100,00	34,82	14,15	91,55	54,24	0,543	0,509
47	57	2 972	4 063	SE	Indiraóba	11.904	13.150	2.260	2.577	79,12	73,51	70,62	71,55	100,00	86,42	25,23	33,70	100,00	88,22	0,532	0,508
70	58	4 187	4 090	SE	Itaporanga d'Ajuda	20.174	25.480	3.635	4.482	68,00	65,23	60,62	55,23	96,41	99,35	7,96	33,88	38,83	56,02	0,406	0,505
58	59	3 341	4 098	SE	Gracho Cardoso	5.223	5.517	839	804	74,44	56,31	61,24	48,46	65,52	98,97	35,16	5,81	83,98	54,42	0,497	0,505
69	60	4 112	4 117	SE	Salgado	17.608	18.875	2.980	2.991	71,13	70,74	61,98	57,72	100,00	100,00	22,66	34,19	37,21	62,63	0,414	0,503
27	61	2 413	4 120	SE	Itabi	4.839	5.174	704	746	65,42	66,22	48,36	46,30	100,00	100,00	15,79	17,19	89,22	55,12	0,583	0,503
71	62	4 275	4 245	SE	Porto da Folha	23.206	25.662	4.098	4.537	72,53	66,09	63,23	57,56	58,35	97,55	6,98	14,32	61,24	64,22	0,395	0,491
60	63	3 557	4 282	SE	Nossa Senhora das Dores	20.359	22.195	3.277	3.640	69,79	64,11	60,77	61,12	88,57	87,27	11,15	26,82	69,06	63,31	0,471	0,488
66	64	3 969	4 366	SE	Itabaianinha	32.537	35.452	5.729	5.940	80,43	73,35	69,36	62,54	100,00	100,00	14,64	17,56	63,72	69,56	0,428	0,481
57	65	3 260	4 393	SE	Santa Luzia do Itanhyy	10.912	13.946	2.181	2.743	83,48	81,76	76,47	73,21	91,59	100,00	32,73	26,54	100,00	82,94	0,506	0,478
30	66	2 455	4 423	SE	Pinhão	4.728	5.244	705	773	70,65	71,35	51,36	49,10	100,00	86,21	9,73	13,60	99,05	60,64	0,580	0,475
64	67	3 870	4 539	SE	Tobias Barreto	40.740	43.171	6.779	6.687	72,97	67,87	65,62	57,05	100,00	100,00	8,92	10,04	59,54	54,96	0,439	0,463
67	68	4 012	4 569	SE	Nossa Senhora Aparecida	7.945	8.277	1.267	1.230	85,37	74,98	69,63	56,25	81,01	84,68	17,79	25,78	75,30	59,85	0,424	0,460
54	69	3 170	4 638	SE	Riachão do Dantas	17.820	19.201	3.159	3.278	79,63	75,02	73,15	66,16	100,00	91,97	74,85	13,02	71,13	70,10	0,514	0,454
72	70	4 386	4 687	SE	Carira	16.636	17.737	2.724	2.794	82,76	74,34	71,99	72,09	92,46	96,33	9,74	23,56	57,81	65,72	0,385	0,448
75	71	4 994	4 864	SE	Monte Alegre de Sergipe	10.088	11.585	1.846	2.088	82,72	69,14	74,06	64,94	81,29	100,00	16,48	10,49	33,33	51,63	0,314	0,432
65	72	3 951	4 922	SE	Gararu	10.211	11.363	1.756	1.914	78,65	70,06	69,61	66,34	64,94	93,24	12,75	18,75	81,31	50,07	0,430	0,424
68	73	4 024	4 963	SE	Poço Verde	17.612	19.971	2.820	3.269	78,38	76,79	62,89									

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais		% crianças matriculadas em pré-escola			
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
										IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004								
30	27	2 578	2 628	TO	Presidente Kennedy	4.146	3.758	642	611	50,21	47,69	37,78	41,74	100,00	100,00	10,00	68,00	60,23	57,25	0,568	0,630
9	28	1 487	2 671	TO	Cariri do Tocantins	2.473	2.988	409	411	48,61	47,30	31,62	17,74	100,00	80,00	55,26	51,16	65,09	50,29	0,656	0,627
21	29	2 261	2 728	TO	Porto Nacional	42.219	44.989	7.108	7.260	41,14	34,29	31,76	26,36	90,50	100,00	30,90	25,55	50,70	47,02	0,596	0,623
17	30	2 028	2 742	TO	Figueirópolis	6.084	5.562	825	799	39,55	49,58	30,90	26,98	94,17	99,00	37,68	33,33	50,13	59,17	0,614	0,622
50	31	3 213	2 847	TO	Brasilândia do Tocantins	1.761	1.923	283	315	63,07	51,58	48,21	47,60	100,00	100,00	16,67	27,03	57,26	80,95	0,511	0,613
91	32	3 984	2 883	TO	Angico	2.755	2.889	459	465	64,46	48,33	48,13	27,81	100,00	100,00	7,32	36,84	29,60	51,79	0,427	0,610
83	33	3 876	2 984	TO	Taipas do Tocantins	1.722	1.711	343	313	67,55	45,10	64,38	35,20	100,00	100,00	25,81	30,43	44,22	55,73	0,438	0,602
6	34	1 284	3 025	TO	Colméia	9.141	9.352	1.380	1.460	43,04	42,35	32,65	30,15	100,00	100,00	40,59	17,16	74,34	53,23	0,672	0,598
85	35	3 905	3 031	TO	Talismã	1.620	2.305	291	353	57,65	50,82	46,74	33,61	75,86	100,00	36,84	42,86	21,97	52,12	0,435	0,598
47	36	3 128	3 038	TO	São Miguel do Tocantins	8.304	8.486	1.567	1.568	64,49	48,91	57,45	38,32	88,73	67,36	14,71	22,03	77,95	81,32	0,519	0,597
39	37	2 902	3 050	TO	Aurora do Tocantins	3.263	3.100	458	424	56,92	33,45	41,64	28,84	93,10	100,00	45,61	44,23	45,03	28,57	0,540	0,596
36	38	2 701	3 051	TO	Axixá do Tocantins	9.698	8.825	1.810	1.509	65,49	58,42	54,77	48,39	100,00	100,00	61,62	15,22	62,43	87,59	0,557	0,596
55	39	3 369	3 067	TO	Sampaio	2.829	2.799	635	605	67,98	55,60	57,31	42,93	100,00	100,00	4,00	32,41	70,88	70,09	0,494	0,594
41	40	2 962	3 085	TO	Formoso do Araguaia	18.385	18.817	3.069	2.948	50,61	43,84	40,61	33,18	100,00	100,00	56,82	53,38	26,37	37,55	0,534	0,593
67	41	3 523	3 093	TO	Jaú do Tocantins	3.437	3.119	482	370	57,75	30,45	45,61	16,39	98,59	100,00	25,53	19,05	31,42	24,05	0,475	0,592
40	42	2 927	3 126	TO	Aparecida do Rio Negro	3.646	3.517	614	471	54,53	49,17	42,30	35,92	100,00	100,00	23,08	43,66	49,83	49,30	0,536	0,590
13	43	1 734	3 177	TO	Lajeado	1.397	2.344	263	386	44,55	48,79	43,04	41,35	100,00	84,51	12,50	40,91	86,24	61,76	0,637	0,586
32	44	2 613	3 189	TO	Santa Tereza do Tocantins	2.155	2.113	432	347	53,50	41,50	39,19	34,76	46,05	96,00	23,26	25,81	84,07	49,31	0,565	0,585
66	45	3 520	3 200	TO	Brejinho de Nazaré	5.155	4.875	881	753	61,45	34,24	42,98	27,06	100,00	98,90	70,19	28,77	9,62	31,09	0,476	0,584
78	46	3 749	3 220	TO	Fortaleza do Taboão	2.210	2.242	359	367	52,92	58,82	41,50	22,63	87,50	100,00	15,09	25,58	23,68	51,49	0,451	0,582
107	47	4 399	3 244	TO	Lavadeira	1.119	1.209	182	159	75,97	54,26	50,98	42,83	100,00	100,00	15,00	59,09	22,62	50,00	0,383	0,581
54	48	3 332	3 246	TO	Marianópolis do Tocantins	2.605	3.332	441	495	53,91	42,36	39,26	37,62	100,00	100,00	19,05	16,36	32,61	54,21	0,497	0,581
5	49	1 257	3 256	TO	Pugnill	1.270	1.987	209	370	40,70	45,20	28,42	29,74	100,00	100,00	17,39	21,05	80,23	46,55	0,675	0,580
10	50	1 532	3 273	TO	Barrolândia	4.927	5.081	731	674	48,69	48,13	36,74	39,64	100,00	100,00	40,22	18,48	76,53	60,00	0,653	0,579
72	51	3 631	3 285	TO	Sandolândia	3.495	3.331	514	492	44,66	48,98	32,21	29,29	70,31	100,00	25,71	26,67	14,35	45,83	0,464	0,577
58	52	3 385	3 310	TO	Divinópolis do Tocantins	5.355	5.775	841	849	55,77	44,13	41,31	27,75	91,87	100,00	36,99	20,83	29,75	41,59	0,493	0,575
14	53	1 783	3 330	TO	Pedro Afonso	8.648	9.026	1.449	1.437	41,42	46,16	35,61	24,93	100,00	100,00	15,32	13,08	72,92	44,02	0,634	0,574
42	54	3 056	3 351	TO	Dianópolis	14.882	15.428	2.673	2.812	57,09	51,73	49,41	35,75	97,57	96,35	32,90	29,50	51,24	53,07	0,525	0,571
48	55	3 168	3 402	TO	Xambioá	11.183	12.137	1.875	2.013	52,05	44,78	47,00	35,33	100,00	100,00	2,44	12,06	53,64	50,88	0,515	0,567
23	56	2 317	3 407	TO	Tocantinópolis	18.781	22.777	3.278	3.634	49,25	33,12	42,00	30,92	92,26	82,28	2,84	4,57	80,23	47,14	0,591	0,566
57	57	3 382	3 417	TO	Abreulândia	1.957	2.189	312	337	54,65	37,27	47,78	22,39	100,00	95,83	18,52	30,36	40,32	22,73	0,493	0,565
77	58	3 712	3 426	TO	Nazaré	4.890	5.148	789	760	61,67	43,33	49,92	33,74	87,05	95,61	22,69	28,30	38,78	40,82	0,455	0,564
124	59	4 867	3 448	TO	Maurilândia do Tocantins	2.721	2.853	513	478	74,31	57,30	58,22	41,17	78,31	83,56	8,16	22,22	22,63	70,53	0,333	0,562
63	60	3 449	3 464	TO	Tupiratins	1.313	1.365	232	198	57,61	71,36	52,41	32,31	100,00	100,00	11,11	47,62	48,51	54,21	0,485	0,561
51	61	3 220	3 537	TO	Dueré	4.190	4.563	743	735	50,26	37,70	35,31	29,80	92,31	73,53	46,48	34,62	20,00	35,55	0,510	0,555
62	62	3 445	3 596	TO	Santa Rita do Tocantins	1.607	1.852	273	303	57,59	42,73	43,16	22,37	100,00	86,05	43,75	14,29	23,08	35,14	0,486	0,550
90	63	3 983	3 633	TO	Pium	5.680	5.540	951	865	61,64	57,95	50,34	25,01	100,00	100,00	7,79	50,36	28,78	26,72	0,427	0,547
99	64	4 080	3 653	TO	Sítio Novo do Tocantins	10.114	9.486	1.817	1.542	66,15	50,38	56,79	39,82	93,60	95,28	11,93	24,71	36,55	48,45	0,416	0,546
82	65	3 865	3 704	TO	Tupirama	1.089	1.178	206	202	52,10	48,93	55,03	24,74	100,00	100,00	23,08	7,14	21,05	35,90	0,439	0,539
76	66	3 663	3 708	TO	Peixe	8.208	8.762	1.326	1.397	64,56	49,14	49,67	37,04	100,00	100,00	62,56	12,20	17,05	45,76	0,460	0,539
95	67	4 027	3 716	TO	Santa Fé do Araguaia	4.336	5.506	867	1.072	67,15	50,42	58,31	37,69	100,00	100,00	11,89	25,17	38,77	40,97	0,423	0,539
69	68	3 537	3 718	TO	Riachinho	3.502	3.668	705	665	67,45	62,55	60,16	50,76	100,00	100,00	20,55	27,12	56,71	65,07	0,473	0,538
93	69	4 010	3 794	TO	Pau D'Arco	4.875	4.334	891	776	62,02	54,93	54,90	35,77	100,00	96,55	8,70	21,74	32,29	44,10	0,424	0,531
25	70	2 337	3 813	TO	Tocantínia	5.169	5.788	1.066	1.221	62,14	53,48	56,61	54,37	100,00	100,00	9,09	30,86	100,00	54,43	0,589	0,530
71	71	3 611	3 816	TO	Pequizeiro	3.574	4.589	604	698	61,98	53,79	41,41	42,64	79,59	100,00	15,28	16,49	42,41	50,00	0,466	0,530
88	72	3 955	3 859	TO	Augustinópolis	13.924	12.962	2.505	2.186	63,80											

Ordenação				UF	Unidades da Federação e municípios	População				Escolaridade dos pais				Serviços de saúde				Serviços de educação		IDI	
Estadual		Nacional				Total		Até 6 anos		% de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de quatro anos de estudo)				% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de seis consultas pré-natais	% crianças matriculadas em pré-escola				
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004							Pai		Mãe		DTP	Tetra-valente						
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004			IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	IDI 1999	IDI 2004	1999	2004
94	101	4 019	4 483	TO	Couto de Magalhães	4.358	4.335	718	727	62,10	56,16	46,86	40,76	91,76	100,00	41,54	17,86	11,80	25,58	0,424	0,469
61	102	3 414	4 497	TO	Itaguaitins	6.492	6.384	1.201	1.155	73,08	65,88	61,40	48,90	100,00	95,95	83,33	41,04	38,22	33,14	0,489	0,467
45	103	3 105	4 500	TO	São Sebastião do Tocantins	3.516	3.667	702	661	62,34	50,64	55,31	38,70	72,57	100,00	19,15	23,71	80,21	14,29	0,521	0,467
102	104	4 162	4 555	TO	Darcinópolis	3.905	4.273	667	779	62,95	54,99	53,62	35,82	100,00	73,50	7,06	12,50	26,54	32,21	0,409	0,461
73	105	3 637	4 574	TO	Babaçulândia	8.775	10.687	1.385	1.680	54,74	64,18	43,51	39,00	100,00	86,29	9,43	21,88	28,60	32,72	0,463	0,459
104	106	4 184	4 577	TO	São Valério da Natividade	4.807	5.053	907	821	66,77	59,95	52,46	53,25	91,22	100,00	29,07	33,33	21,67	30,07	0,406	0,459
108	107	4 400	4 579	TO	Ponte Alta do Tocantins	6.579	6.170	1.177	995	69,21	57,37	56,61	45,93	68,94	100,00	5,47	27,62	41,75	22,88	0,383	0,458
100	108	4 095	4 584	TO	Araguatins	22.558	26.009	4.069	4.739	62,82	53,32	53,67	45,27	76,50	90,48	21,67	18,20	33,22	27,50	0,415	0,458
74	109	3 646	4 593	TO	Natividade	8.612	8.867	1.589	1.429	60,60	71,22	53,82	46,53	100,00	100,00	15,49	21,71	41,35	39,84	0,462	0,457
137	110	5 297	4 642	TO	Chapada da Natividade	3.011	3.274	591	588	78,50	55,85	61,00	38,92	70,11	100,00	8,33	15,91	0,00	18,07	0,249	0,453
109	111	4 405	4 643	TO	Taguatinga	13.711	13.168	2.229	2.109	64,55	65,43	53,60	43,26	66,47	96,46	27,56	49,12	23,95	17,13	0,382	0,453
112	112	4 492	4 652	TO	São Salvador do Tocantins	2.229	2.738	444	485	68,92	67,56	56,53	51,82	80,36	69,86	4,55	21,05	32,95	54,84	0,375	0,452
114	113	4 557	4 654	TO	Almas	7.747	8.474	1.593	1.617	64,51	57,43	55,20	43,64	63,27	72,00	24,14	18,48	23,08	36,73	0,368	0,452
132	114	5 064	4 655	TO	Lizarda	4.085	3.787	823	660	74,26	49,04	65,02	46,65	95,33	100,00	7,35	16,46	8,03	18,35	0,300	0,452
134	115	5 192	4 705	TO	Recursolândia	3.051	3.136	607	596	76,13	49,81	67,99	50,53	79,41	100,00	5,49	3,09	11,45	27,34	0,274	0,446
117	116	4 697	4 710	TO	Porto Alegre do Tocantins	2.463	2.393	537	448	73,64	55,99	61,96	55,02	76,19	100,00	16,98	40,38	30,43	19,27	0,354	0,446
79	117	3 816	4 711	TO	Novo Acordo	2.963	3.055	569	533	61,12	73,40	50,41	45,86	95,29	100,00	18,18	23,88	32,50	35,68	0,444	0,446
75	118	3 658	4 731	TO	Esperantina	5.963	7.621	1.262	1.550	70,88	66,60	66,87	56,64	86,83	61,45	13,95	12,66	71,58	63,93	0,461	0,444
118	119	4 710	4 741	TO	Araguanã	3.069	4.260	653	805	67,12	59,17	55,02	38,85	70,10	95,38	12,90	13,54	21,51	20,88	0,352	0,443
98	120	4 075	4 752	TO	Praia Norte	5.149	6.779	1.085	1.404	76,29	66,47	63,78	62,54	93,78	98,17	4,02	18,30	57,73	47,88	0,416	0,443
119	121	4 738	4 808	TO	Itapiratins	3.392	3.275	567	553	68,97	51,21	53,47	36,83	68,29	77,89	3,77	16,98	25,96	15,32	0,349	0,437
121	122	4 794	4 830	TO	Palmeirante	3.769	3.609	734	674	72,77	63,24	50,58	42,24	64,00	88,66	8,33	4,05	23,97	33,14	0,342	0,435
128	123	4 939	4 890	TO	Lagoa do Tocantins	2.618	2.530	595	517	80,13	60,06	71,93	60,00	62,77	100,00	14,81	15,00	42,58	34,02	0,323	0,429
131	124	5 037	4 946	TO	Barra do Ouro	3.202	3.579	659	715	65,87	66,51	61,65	54,00	62,22	85,71	7,69	4,88	15,28	43,55	0,307	0,421
115	125	4 610	4 994	TO	Bom Jesus do Tocantins	2.279	2.321	431	399	67,69	52,59	56,70	49,73	100,00	100,00	12,50	1,85	12,97	17,86	0,362	0,416
89	126	3 968	5 008	TO	Aragominas	3.486	6.179	570	1.011	59,29	59,12	46,72	49,13	100,00	95,09	12,68	15,15	20,95	19,08	0,428	0,415
110	127	4 460	5 059	TO	Santa Maria do Tocantins	2.187	2.224	409	377	56,40	62,41	51,81	41,18	88,73	100,00	10,81	2,50	9,46	15,20	0,378	0,407
44	128	3 091	5 065	TO	Caseara	3.625	3.658	642	676	54,94	60,44	54,05	51,75	98,95	100,00	32,39	12,20	52,19	18,59	0,522	0,406
96	129	4 033	5 069	TO	São Bento do Tocantins	2.834	3.736	503	706	60,80	69,12	50,81	35,16	100,00	70,97	12,99	22,39	24,26	20,00	0,423	0,406
133	130	5 115	5 093	TO	Ponte Alta do Bom Jesus	4.715	4.573	805	788	78,76	66,29	65,67	44,04	73,68	97,53	15,74	26,39	16,00	9,46	0,291	0,403
139	131	5 500	5 117	TO	São Félix do Tocantins	1.155	1.268	241	237	91,75	82,38	85,59	44,54	23,81	97,06	0,00	16,00	15,52	30,23	0,125	0,400
113	132	4 545	5 126	TO	Silvanópolis	4.974	4.725	850	740	63,21	59,94	51,20	45,71	90,63	100,00	32,81	29,55	0,00	0,00	0,368	0,398
130	133	4 986	5 211	TO	Novo Jardim	2.010	2.151	386	422	75,55	52,22	67,37	62,01	67,24	64,56	23,08	19,44	23,98	25,65	0,316	0,384
127	134	4 902	5 249	TO	Conceição do Tocantins	4.393	4.376	968	851	73,96	71,45	62,75	54,69	86,34	70,83	6,85	25,32	21,22	28,38	0,328	0,376
123	135	4 861	5 261	TO	Centenário	2.189	2.163	418	321	70,77	57,94	61,86	66,44	100,00	95,52	9,62	2,50	11,41	24,55	0,334	0,373
136	136	5 255	5 335	TO	Goiatins	11.005	11.034	2.180	2.157	74,80	64,67	68,40	57,72	67,79	55,37	5,43	8,74	10,98	32,55	0,261	0,356
138	137	5 343	5 418	TO	Campos Lindos	5.102	5.638	1.156	1.328	81,68	71,68	71,82	60,59	70,83	68,54	5,97	5,33	6,99	26,43	0,230	0,328
135	138	5 249	5 442	TO	Mateiros	1.490	1.644	364	347	87,25	75,95	78,53	73,96	100,00	62,50	12,00	13,33	14,77	40,34	0,262	0,321
129	139	4 975	5 481	TO	Paraná	9.270	10.416	1.649	1.913	76,07	74,48	69,21	63,49	100,00	62,30	28,44	30,61	7,98	13,42	0,317	0,305

Fonte: UNICEF.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contagem de População 1996 e Censo Demográfico 2000.

Ministério da Saúde, Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus).

Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

■ Abaixo de 0,50

■ De 0,50 a 0,80

■ Acima de 0,80

AGRADECIMENTOS

Abigail Silvestre Torres (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente)
Adriana Burger (Núcleo Cível da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul)
Alberico Mascarenhas (Conselho Nacional de Política Fazendária, Confaz)
Alexandre Reis (Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Geral da Presidência da República, SDH)
Ana Lucia Vasconcelos (Programa Nacional de DST e Aids)
Ana Paula Prado (Programa Nacional de DST e Aids)
Ana Paula Soares da Silva (Centro Brasileiro de Investigações sobre Desenvolvimento e Educação Infantil/Universidade de São Paulo)
Ana Sucupira (Coordenação de Saúde da Criança do Ministério da Saúde)
Angélica Maria Silveira Gouveia Lopes (Defensoria Pública Geral do Acre)
Cláudia Araújo (Secretaria da Saúde da Mulher de Mato Grosso do Sul)
Cláudia Cabral (Terra dos Homens)
Cláudia Werneck (Escola de Gente)
Cirilo Augusto Fiúza Saldanha de Vargas (Defensoria Pública de Minas Gerais)
Dalka Ferrari (Centro de Referência às Vítimas de Violência, CNRVV)
Denise Carreira (Campanha Nacional pelo Direito à Educação)
Doris Bergmann (Programa Nacional de DST e Aids)
Enid Rocha (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea)
Erika Nascimento (Movimento Interfóruns de Educação Infantil, Mieb)
Eugênia Fávero (Ministério Público Federal)
Eva Faleiros (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, Cecria)
Fernanda Lopes (Programa de Combate ao Racismo Institucional no Brasil)
Francisco Sadeck (Instituto de Estudos Socioeconômicos, Inesc)
Gabriela Schreiner (Centro de Capacitação e Incentivo à Formação de Profissionais Voluntários e Organizações que Desenvolvem Trabalho de Apoio à Convivência Familiar, Cecif)
Geni Emília de Souza (Laboratório de Estudos da Criança do Instituto de Psicologia, Laci/Universidade de São Paulo)
Gisela Solymos (Centro de Recuperação e Educação Nutricional, Cren)
Iracema Nascimento (Campanha Nacional pelo Direito à Educação)
Irene Rizzini (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas para a Infância, Ciespi)
Isabel Freitas (Marcha Mundial das Mulheres)
Ivan França Junior (Faculdade de Saúde Pública/Universidade de São Paulo)
Jackeline Ribeiro (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep)
Jefferson Drezett (Hospital Pérola Byington, São Paulo)
João Gilberto da Silva Nogueira (Fundação Nacional do Índio, Funai)
José Fernando da Silva (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda)
Jurema Werneck (ONG Criola)
Karina Figueiredo (Cecria)
Laila Shukair (Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, ABMP)
Leilá Leonardos (SDH)

Leonor Pacheco Santos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS)
Leopoldo Portela Júnior (Associação Nacional dos Defensores Públicos, Anadep)
Luci Pfeiffer (Sociedade Brasileira de Pediatria)
Marcia Santana (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual)
Maria Amália Passos Garcia (Defensoria Pública do Ceará)
Maria Amélia Azevedo (Lacri)
Maria Aparecida Salmaze (Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar, Omep)
Maria Auxiliadora Seabra Resende (Conselho Nacional dos Secretários de Educação)
Maria Cecília Minayo (Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli, Claves/Fiocruz)
Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Undime)
Maria Eugênia Lemos Fernandes (Associação Saúde da Família)
Maria Goreti (Programa Nacional de DST e Aids)
Maria Malta (Fundação Carlos Chagas)
Mariângela Galvão Simão (Programa Nacional de DST e Aids)
Mariete Félix Rosa (Universidade de São Paulo, USP)
Marília Leão (Coordenação de Monitoramento, Avaliação e Investigação em Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde)
Marli Baptistella (SDH)
Marta Alves (Secretaria de Vigilância em Saúde de Mato Grosso do Sul)
Neide Castanha (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes)
Nelson Arns (Pastoral da Criança)
Paulo Ziulkoski (Confederação Nacional de Municípios, CNM)
Patrícia Brandão (SDH)
Patrícia Calmon (Ministério Público do Espírito Santo)
Regina Lacerda (Associação Santista de Pesquisa, Prevenção e Educação em DST/Aids)
Renata Gomes Bernardes Leal (Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul)
Renata Waksman (Sociedade Brasileira de Pediatria)
Roberto Silva (Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo)
Silvia Cristina Xavier (Defensoria Pública do Paraná)
Simone Mariano (Ministério Público do Rio Grande do Sul)
Simone Moreira de Souza (Coordenadoria de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro)
Sônia Lansky (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG)
Sônia Proto (2ª Vara da Infância e Juventude de Pernambuco)
Stela Oliveira (Coordenação de Educação Infantil do Ministério da Educação)
Vera Lúcia Oliveira (Secretaria da Saúde de Curitiba)
Vital Didonet (Movimento Fundeb pra Valer)
Wanderlino Nogueira (Departamento de Antropologia/Universidade Federal da Bahia)
Zoia Prestes (Secretaria de Assistência Social do MDS)



Situação da Infância Brasileira 2006 é mais uma contribuição do UNICEF ao debate sobre as melhores formas de garantir, proteger e respeitar os direitos da criança a saúde, educação, igualdade e proteção. Neste ano, enfatiza os seis primeiros anos de vida, fundamentais para o desenvolvimento saudável do indivíduo. Além de apresentar informações sobre os problemas da infância, o relatório mostra experiências que geraram melhorias significativas em diversas áreas, como no combate à mortalidade infantil, na proteção contra a violência, na atenção a crianças com o HIV/Aids e na garantia do registro civil. Traz, ainda, a nova edição do Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), com ranking comparativo de Estados e municípios, de acordo com dados de 1999 e 2004.

Fundo das Nações Unidas para a Infância

Escritório da Representante no Brasil

SEPN 510 – Bloco A – 2º andar

70750-521 – Brasília (DF)

www.unicef.org.br

brasil@unicef.org